

DE COLONOS A IMIGRANTES

I(E)migração portuguesa para o Brasil

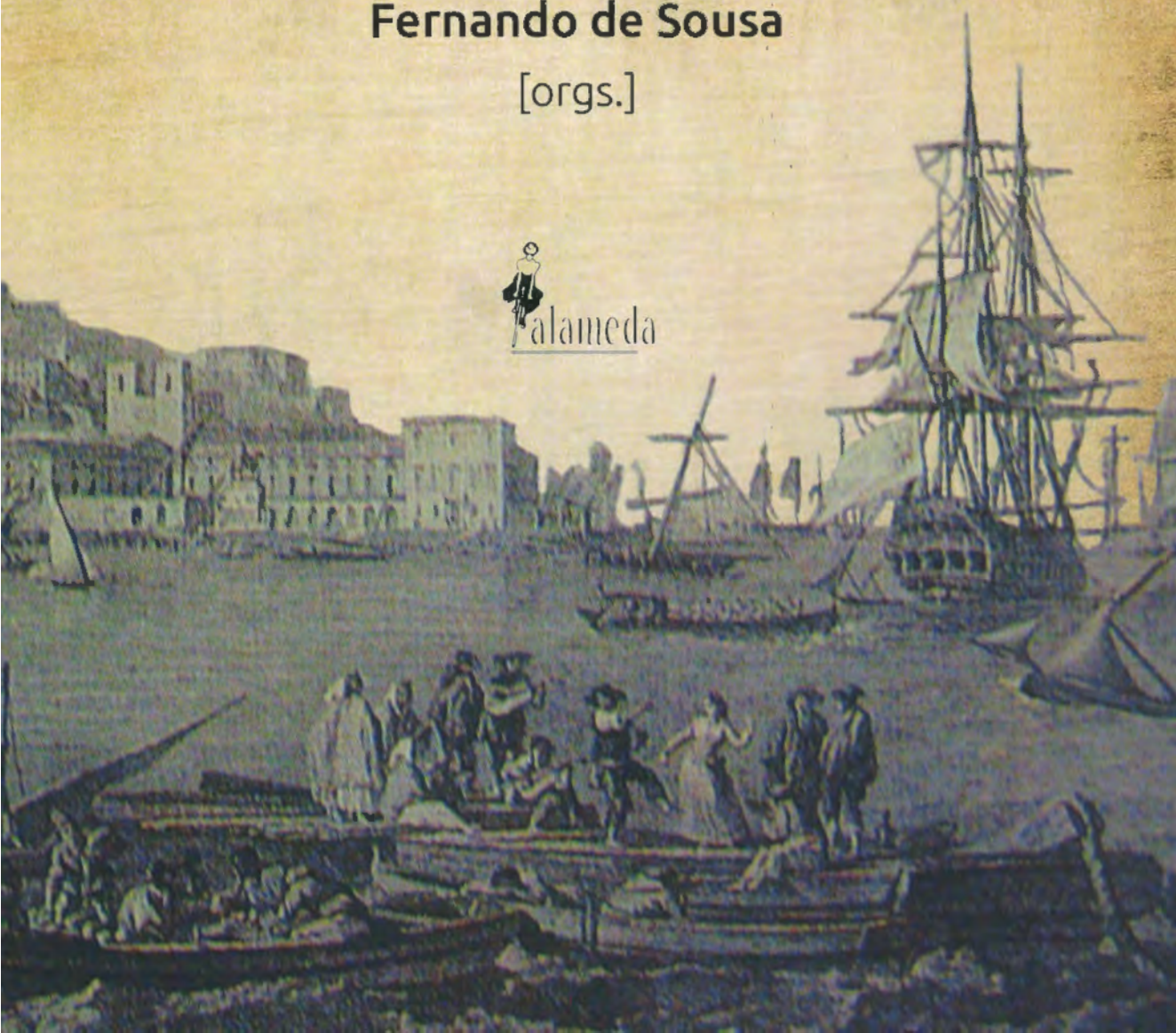
José Jobson de Andrade Arruda

Vera Lucia Amaral Ferlini

Maria Izilda Santos de Matos

Fernando de Sousa

[orgs.]



DURANTE O LONGO período em que se processou a transferência de contingentes significativos da população portuguesa para o território brasileiro, a personalidade jurídica do Estado português foi sempre a mesma, a de uma nação autônoma e soberana, a não ser por um breve interregno em que a soberania se perdeu durante os 60 anos em que a nação lusa esteve submetida à Coroa espanhola. Já o Brasil, pelo contrário, mudou substancialmente seu estatuto, transitando da condição de colônia, parte do Império português, para a de Estado independente e soberano.

Com a proclamação da independência e, mais precisamente, com o reconhecimento do novo estatuto da ex-colônia por Portugal entre 1825-1826, “de um dia para o outro, os portugueses radicados naquele [neste] país tornaram-se brasileiros”, e o sistema de “colonização/emigração, ou de migrações nacionais dentro do mesmo Império, passou-se a uma emigração/colonização, de caráter internacional”, como escreve Fernando de Sousa, um dos organizadores e autores desta obra. A migração portuguesa passa a ser distinta, mas não estruturalmente diferente, pois até mesmo os procedimentos exigidos para a naturalização eram extremamente benevolentes para com os portugueses.

DE COLONOS A IMIGRANTES

José Jobson de Andrade Arruda
Vera Lucia Amaral Ferlini
Maria Izilda Santos de Matos
Fernando de Sousa
[orgs.]

DE COLONOS A IMIGRANTES
I(E)migração portuguesa para o Brasil



Copyright © 2013 José Jobson de Andrade Arruda / Vera Lucia Amaral Ferlini /
Maria Izilda Santos de Matos / Fernando de Sousa

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

PUBLISHERES: Joana Monteleone / Haroldo Ceravolo Sereza / Roberto Cosso

EDIÇÃO: Joana Monteleone

EDITOR ASSISTENTE: Vitor Rodrigo Donofrio Arruda

PROJECTO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO: João Paulo Putini

ASSISTENTE ACADÊMICA: Danuza Valim

ILUSTRAÇÃO DE CAPA: Bruno Ricardo Sousa Vilagra

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D 226C

DE COLONOS A IMIGRANTES: I(E)MIGRAÇÃO PORTUGUESA
PARA O BRASIL

José Jobson de Andrade Arruda / Vera Lucia Amaral Ferlini /
Maria Izilda Santos de Matos / Fernando de Sousa (orgs.)
São Paulo: Alameda, 2013
602 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7939-206-1

1. História - Brasil e Portugal. 2. Movimentos migratórios -
Brasil e Portugal. 3. Estudos populacionais. I. José Jobson
de Andrade Arruda *et al.*

13-01274 CDD: 981.05
CDU: 92(81)



CEPESE



ALAMEDA CASA EDITORIAL

Rua Conselho Ramalho, 694 – Bela Vista

CEP 01325-000 – São Paulo, SP

Tel. (11) 3012-2400

www.alamedaeditorial.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
QUESTÕES CONCEITUAIS	11
Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas	13
<i>José Jobson de Andrade Arruda</i>	
Os portugueses. De colonos a imigrantes	21
<i>Fernando de Sousa</i>	
A emergência do conceito de emigrante e a política de emigração	37
<i>Miriam Halpern Pereira</i>	
IDENTIDADES	47
Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo – Portugal, 1890-1950)	49
<i>Maria Izilda Santos de Matos</i>	
Portugueses de ideias, estrangeiros perigosos	67
<i>Alfredo Moreno Leitão</i>	
Portugueses em São Paulo no século XXI: a questão da identidade	81
<i>Alice Beatriz da Silva Gordo Lang • Maria Christina Siqueira de Souza Campos</i>	
O discurso político da emigração através dos diplomatas portugueses no Brasil (1855-1873)	97
<i>Paula Barros</i>	
São Paulo destino de imigrantes galegos, no pós-Guerra Civil Espanhola: a cozinha dos imigrantes galegos	105
<i>Dolores Martin Rodriguez Corner</i>	
Convívio e conflito nos trópicos: portugueses e galegos no Rio de Janeiro	119
<i>Érica Sarmiento</i>	
Cartografias do exílio. O imigrante espanhol no movimento massivo, e o Brasil como destino, 1880/1930	131
<i>Marília Klaumann Cánovas</i>	

	FONTES E ABORDAGENS	147
	Imigração: “zonas de sombra” documentais	149
	<i>Lená Medeiros de Menezes</i>	
A emigração do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa (1910-1926)		163
	<i>Diogo Ferreira • Ricardo Rocha</i>	
	Um boletim da emigração portuguesa – <i>O Correio</i> (1972-1974)	189
	<i>Maria Celeste Alves de Castro</i>	
	Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX	205
	<i>Isilda Braga da Costa Monteiro • Fernanda Paula Sousa Maia</i>	
Os efetivos migratórios registados pelo governo civil do Porto para o Brasil (1852-1854)		221
	<i>Bruno Rodrigues</i>	
	A emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)	239
	<i>Joana Martins</i>	
Casamentos de portugueses no arquivo da Paróquia Coração de Maria em Santos, no bairro de Vila Mathias (1915-1920)		253
	<i>Maria Aparecida Franco Pereira</i>	
	TRAJETÓRIAS	269
	O historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo (1855-1933)	271
	<i>Ana Luiza Marques Bastos</i>	
	Ramon de Baños, o início do cinema na Amazônia	277
	<i>José Luis Ruiz-Peinado</i>	
	Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824)	289
	<i>Magda Maria de Oliveira Ricci</i>	
O Comendador Pereira Inácio. Um caso de benemerência nas duas margens do Atlântico		311
	<i>Alda Neto</i>	
Um francês, um brasileiro, um português: tensões luso-brasileiras na obra de Emile Carrey		323
	<i>Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro</i>	
	APORTES CULTURAIS	337
Associativismo luso nas terras das mangueiras: o Grémio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral		339
	<i>Marcos António de Carvalho</i>	

Pastel de bacalhau e imigração portuguesa: memórias do Mercado Municipal Paulistano	351
<i>Idália Maria Teixeira Souto • Sênia Regina Bastos</i>	
A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória	367
<i>Luís Reznik • Rui Aniceto Nascimento Fernandes • Henrique Mendonça da Silva</i>	
GRANDE IMIGRAÇÃO	
Italianos, espanhóis e portugueses no quadro da grande imigração no Brasil	385
<i>Ismênia de Lima Martins</i>	
Inquisição e imigração: a trajetória de Familiares do Santo Ofício no Grão-Pará e Maranhão e na Capitania do Ceará (século XVIII)	397
<i>Antonio Otaviano Vieira Junior • Marília Cunha Imbiriba dos Santos</i>	
Em torno da emigração açoriana para o Brasil: diferentes leituras e problemáticas	409
<i>Susana Serpa Silva</i>	
A emigração do Distrito de Bragança para o Brasil e o discurso da imprensa regional (1891-1904)	429
<i>Maria da Conceição Cordeiro Salgado</i>	
Açores: condições, possibilidades e divergências que levaram ao processo de emigração	447
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
O sistema de cotas nas Constituições de 1934 e 1937 e o ideal de integração étnica dos estrangeiros no Brasil	457
<i>José Sacchetta Ramos Mendes</i>	
FLUXOS DE RIQUEZA	
Os “Rios de Ouro” que cruzaram o Atlântico: aproximações para um estudo comparado das remessas dos emigrantes italianos, portugueses e espanhóis	467
<i>Paulo Cesar Gonçalves</i>	
Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória (1850-1920)	485
<i>Cristina Donza Cancela • Anndrea Caroliny da Costa Tavares • Oton Tássio Silva Luna</i>	
Negociantes portugueses e comércio em Santos no período de 1862 a 1892	501
<i>Maria Suzel Gil Frutuoso</i>	
CONTEXTOS REGIONAIS	
Ao fim de uma bela época: migração ibérica, trabalho e redes sociais em Belém no limiar do século XX	523
<i>Maria de Nazaré Sarges • Daniel Souza Barroso</i>	

Imigração italiana no Rio Grande do Sul: colonização, urbanização e historiografia	537
<i>Núncia Santoro de Constantino</i>	
Portugueses, italianos e franceses nos círculos artísticos de Belém do Pará (1880-1920)	549
<i>Aldrin Moura de Figueiredo</i>	
Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920)	563
<i>Maria Luiza Ugarte Pinheiro</i>	
Imigração portuguesa e saúde: a fundação da Beneficência Portuguesa em São Paulo	579
<i>Yvone Dias Avelino</i>	
SOBRE OS AUTORES	589

APRESENTAÇÃO

O FOCO PRINCIPAL DESTA OBRA COLETIVA vazada na produção científica individual, oferecida por especialistas na temática imigracional por ocasião do VII Seminário Internacional, realizado sob os auspícios da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP (9 a 11 de novembro de 2012) no espaço da Cátedra Jaime Cortesão e do Engenho São Jorge dos Erasmos, com apoio da Fapesp e do CEPESE da Universidade do Porto, tinha por finalidade precípua refletir sobre a natureza das expressivas transferências populacionais lusas para o Brasil, sobre sua continuidade singular no marco europeu e, especialmente, sobre pela sua mítica naturalização no contexto nacional, esforço de compreensão que exige um diálogo cerrado entre generalização e práxis, entre teorização e experiência concreta.

Nesse sentido, os textos ora publicados foram desenvolvidos a partir de diversos projetos de investigação que, individual ou coletivamente, debruçam-se sobre as múltiplas vertentes entranhadas neste processo. Desde a quantificação dos fluxos migratórios, da contabilidade dos passaportes, da configuração sócio-demográfica dos emigrantes e de suas regiões de origem, da comparação os ritmos migratórios e o movimento ondulante da econômica, do impacto sócio-demográfico e reflexo migratório, passando pelo associativismo como forma de integração nos países de destino, sem excluir as dimensões da privacidade e intimidade visível nas experiências da cotidianidade individual. Um procedimento metodológico desejável por estabelecer as devidas conexões entre a problemática geral delineada e suas partes, sem perder de vista o sentido de relação que estas mantêm com o todo.

As transferências populacionais de massas têm sido, ao longo da história da humanidade, uma de suas principais *driving forces*. Por isso mesmo, o fenômeno migratório preenche integralmente os requisitos de um fato social total, na conceituação dos sociólogos, um “evento monstro”, na concepção de muitos historiadores, especialmente de François Hartog. Acontecimento de grande significado, cuja compreensão exige um referencial muito mais complexo do que aqueles providos por uma confraria de especialistas, pois os motivos que embasam esses movimentos populacionais são historicamente referenciados e as possibilidades dessas transmigrações são tributárias do desenvolvimento das tecnologias de comunicações e de transportes, que encurtam as distâncias e aceleram o tempo.

Assume-se a (e)imigração como categoria de alta significação, mola propulsora dos processos históricos desde tempos imemoriais, fenômeno no qual o espaço se transforma em alívio do tempo, sob o acicate das circunstâncias de momento. Realidade transversal a todo continente europeu, e em especial da Europa do Sul, o fenômeno migratório marca uma herança comum com reflexos na sociedade contemporânea, quer ao nível social, quer econômico e cultural. Se for inegável a influência que os emigrantes europeus exerceram no desenvolvimento e na transformação dos países latino-americanos em cujas sociedades se integraram, com maior ou menor facilidade, não é menos verdadeira a asserção de que, para a modernização da Europa peninsular, foi fundamental o contributo das remessas e dos investimentos realizados por aqueles que haviam partido na esperança de retornar. Nessa perspectiva, a problemática da emigração/imigração impõe-se, também, como uma profícua área de investigação que, apesar dos projetos realizados e dos trabalhos produzidos, continua ainda em aberto, sentindo-se a necessidade de, a par das especificidades locais, traçar as linhas de uma evolução comum ao nível da Europa Mediterrânica, especialmente em época de crise econômica profunda que reverte o sentido do fluxo migracional, e obriga ao historiador um trabalho de sísifo.

● QUESTÕES CONCEITUAIS ●

Achegas analíticas

ESTE TEXTO TEM UMA VOCAÇÃO analítica e teorizante. O que para muitos pode parecer um contrasenso em tempos de recusa quase absoluta dos recursos da teorização. De prevalência das narrativas, das ilhas discursivas, das cotidianidades, dos sujeitos históricos reduzidos a pura individualidade, dos desafios multifários sem problematização, das crônicas vestidas de história. Escrita histórica vincada pela excessiva mentalização: travestida nos imaginários, simbolizações e representações; vertida nas fabulações; expressa nos procedimentos e experimentos. Fazer histórico que provoca em mim uma desconfortante sensação de vazio, e que Georges Duby definiu como uma indizível “sensação de sufocamento”, ao sentir-se emparedado face aos muros erguidos pela nova história, há muitos anos atrás.¹

Mas não se trata de um pensar diletante, com vocação estritamente especulativa, descompromissada, pura abstração voltada à ínsua contemplação da realidade sem qualquer compromisso com o saber prático ou aplicado. Se bem que a teorização seja suscetível a certa dosagem de ensimesmamento, um fechar-se sobre si mesma, sem o que não é possível sobrevoar a materialidade imediata e alçar-se a um patamar de compreensividade intelectual, à busca de um sistema coerente de proposições sobre uma dada esfera da existência, no caso o conhecimento histórico, que implica num grau mínimo de generalidade, de postulações, de princípios, nos quais se reconhece uma determinada orientação.

Assumir um dado pressuposto teórico não significa explicar a práxis pela teoria. Pelo contrário, significa convalidar uma teoria alicerçada na experiência prática, o que implica numa total permeabilidade às correções de rumo por estar permanentemente acessível às renovadas experiências práticas. Nesse sentido, toda construção assume a condição de hipóteses a serem testadas no embate prático, pois a hipótese contém incoercivelmente um determinado grau de suspeição, o que a coloca a reflexão teórica em estado de permanente expectativa, da qual deve ser resgatada por erigir-se sobre evidências históricas reconhecidas, mas sem cuja generalização o conhecimento não progride, pois a lógica

1 DUBY, Georges. *Magazine Littéraire*, 1987.

da teoria é a lógica da práxis. É preciso cuidar para que os princípios teóricos não sejam tomados como verdades absolutas, imutáveis, infensos à comprovação empírica, pois, do contrário, a teoria resvala para a ideologia. O segredo está, pois, no enlace entre precisão empírica e generalização, na justa dosagem. Por via deste equilíbrio, a teoria pode formular um conjunto de proposições de caráter geral, entrelaçadas de forma lógica e sistemática, voltadas à explicação de uma dada esfera da realidade ao perscrutar as diretrizes mais gerais que a regem.

A teoria é, em suma, um conjunto de enunciados sistemáticos e gerais, abstrações fundamentadas em observações empíricas ou postulados racionais, voltados à formulação de princípios universalizáveis que permitam a ordenação e a classificação da realidade em questão, buscando responder a problemas essenciais que propiciem o acesso ao conhecimento de uma esfera específica da materialidade histórico-social.

A materialidade em apreço é o fenômeno migracional. Fenômeno histórico da mais alta relevância, por sintetizar o decisivo embate homem/natureza, que embala o próprio movimento da história. Face dramática do fenômeno populacional, cingido pelo esparrilho dos assentamentos e deslocamentos. Nesse sentido, a emigração portuguesa destinada ao Brasil e à África, um dos eixos históricos decisivos na trajetória secular de três continentes, completa-se com o fluxo compulsório das migrações África-Brasil. Um fluxo singular de lusitanos que, ao saírem de Portugal eram *emigrantes*, mas que tão logo chegados ao Brasil, transformaram-se imediatamente em *colonos*, e não em *imigrantes*, só o fazendo ao cabo de três séculos, quando a colônia portuguesa converte-se em nação independente. Qual a sustentação teórica de tal enquadramento *vis a vis* a práxis histórica efetivamente concretizada?

Pensem. Durante o longuíssimo período em que se processou a transferência de contingentes significativos da população portuguesa para o território brasileiro, a personalidade jurídica do Estado português foi sempre a mesma, a de uma nação autônoma e soberana, a não ser por um breve interregno em que a soberania se perdeu durante os 60 anos em que a nação lusa esteve submetida à Coroa espanhola. Já o Brasil, pelo contrário, mudou substancialmente seu estatuto, transitando da condição de colônia, parte do Império português, para a de Estado independente e soberano. Esta contingência histórica fez com que os mesmos portugueses que por séculos haviam se deslocado através do oceano para a porção mais atlântica da América meridional se transmutassem, como num passe de mágica, da condição de colonos para a de imigrantes, sem que seus deslocamentos tivessem sofrido qualquer tipo de constrição, ou que sua identidade fosse substancialmente contestada. Tal práxis é fundamental para que possamos refletir sobre a diferença específica que define a condição de colono e de imigrante português no Brasil tornado Nação, o que os aproxima, o que os diferencia.

As gentes lusas em ação

A tarefa hercúlea a que se propôs a gente portuguesa, dotada de exíguo território e escassa população pôs, desde os preâmbulos da modernidade, a política populacional no coração das políticas de Estado. Fosse para a composição dos corpos militares necessários à conquista e preservação do

vasto Império que se estendia por três continentes, fosse para constituir o exército de trabalhadores indispensáveis à produção da riqueza necessária para alimentar a própria máquina de dominação; e de seus beneficiários na máquina do Estado.

Uma das opções poderia ter sido o trabalho sob contrato, a exemplo dos *indentured servants* das 13 colônias inglesas da América do Norte. Porém, “o sistema português de colonização forçada e patrocinada pelo Estado colocava o governo, e não os contratadores privados, no centro; a baixa base populacional e as exigências globais de efetivos para a defesa excluíam a possibilidade de um sistema de trabalho contratado nas colônias, um sistema que estava ausente da tradição legal portuguesa”.² A ausência de tradição pode ter contado, mas a razão fundamental da opção pelas formas compulsórias de trabalho é, certamente, de ordem econômica. Custava menos e garantia a alta rentabilidade da empresa colonizadora, única forma de financiar os elevados custos operacionais e garantir os lucros esperados pelos agentes privados e públicos do empreendimento.

Esta foi a razão principal que moveu o Estado a alterar o antiquíssimo instrumento do exílio penal dentro do próprio território de modo a criar um modelo de colonização forçada, que arrebanhava transgressores da ordem e deserdados da fortuna.³ Mobilizou as instituições judiciais e associações de caridade portuguesas para que dessem suporte às finalidades maiores do Estado, em suas esferas de atuação disciplinar e assistencial, pois os recursos humanos eram preciosos demais para serem desperdiçados em prisões, hospedarias ou conventos. Os agentes do Estado passaram a atuar como higienizadores sociais *avant la lettre*. Identificavam criminosos, ciganos, cristãos novos, pecadores, prostitutas, órfãs. Todos aqueles que poderiam ser considerados desviantes aos olhos do poder constituído, Estado ou Igreja, e até mesmo aqueles que por sua orfandade poderiam representar um peso a mais para a sociedade. Reunia-os, deslocava-os para as mais diferentes partes do Reino e do Império, de Castro Marim no território continental às Ilhas atlânticas, da costa africana às possessões asiáticas e, principalmente, para todas as partes do Brasil.

Os degredados foram importantes agentes da colonização. Seu número, a princípio considerado irrisório, ganhou nova dimensão e significado a partir das reinterpretações de Timothy Coates. Elevar-se-ia a 50 mil indivíduos em todo o Império português nos três séculos da colonização, número expressivo, pois deve ser avaliado em relação ao contingente total de portugueses livres; e não à totalidade da população. Representariam nesse sentido, segundo as estimativas mais abalizadas, em torno de 20% da população brasileira, em 1612. Portanto, cerca de 10 mil indivíduos, considerando-se a população livre naquele momento era estimada em 50 mil pessoas, fora os 120 mil escravos africanos e nativos.⁴ Degredados estes que se mostravam particularmente ativos, “especialmente em áreas

2 COATES, Timothy. *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português – 1550-1755*. Lisboa: CNPDCB, 1998, p. 286.

3 Sobre o instituto do degredo Cf. PIERONI, Geraldo; COATES, Timothy. *De Couto do Pecado à Vila do Sal: Castro Marim (1550-1850)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2002.

4 GODINHO, Vitorino Magalhães. “Portuguese emigration from the fifteenth to the twentieth century: constantes and changes”. In: EMMER, Pieter; MORNER, W. (ed.). *European expansion and migration: essays on the intercontinental migration from Africa, Asia and Europe*. Nova York: St. Marti’s Press, 1992, p. 24.

do Império português incapazes de atrair emigração livre”;⁵ Números significativos porque representam 20% da população branca livre, equivalendo dizer que os 80% restantes eram emigrantes, por não serem coagidos a se deslocarem. Índice ainda mais expressivo se for comparado a outros países colonizadores no mesmo contexto. Entre 1607 e 1775, a Grã-Bretanha exportou para o Novo Mundo os mesmos 50 mil emigrantes; cifra semelhante à francesa, com a diferença de que as populações destes dois Impérios coloniais eram muito superiores à de Portugal, comparação que nos permite aquilatar o significado dos degredados no conjunto da diminuta população portuguesa.

Tipologias e reconceitualizações

O breve delineamento desta prática, cenário que será adensado nos desdobramentos posteriores do projeto de pesquisa em curso, permite distinguir nitidamente três formas de transferências populacionais encetadas pelo Estado português direcionadas aos múltiplos destinos do Império. Particularmente, os contingentes destinados ao espaço brasílico durante cinco séculos, e não apenas aqueles verificados durante os 322 anos de sua dominação política: a *emigração espontânea*; a *emigração compulsória*; e, a *colonização sistemática*. Formas diferenciadas de instalação no território que não tem, todas elas, o mesmo peso no processo geral de povoamento e defesa do território no qual se inserem, pois prevalece a emigração livre, espontânea, decidida individualmente, movida pela atração que o decantado paraíso terreal poderia oferecer, contanto com estímulo e reduzido apoio por parte do Estado que, no fundo, transferia os custos da defesa do patrimônio da Coroa aos particulares, numa espécie de privatização controlada e reversível do patrimônio colonial.

Formas estas que a tradição historiográfica tendeu a englobar numa só denominação, a de colonos e colonizadores,⁶ homologizando a tipologia a partir da condição assumida pelos emigrantes ou degredados na terra de acolhimento: a condição de colonos. Equivale dizer, os aqui chegados são nomeados colonos por se deslocarem rumo a um território sob domínio, regido por um estatuto colonial, no amplo cenário do sistema colonial moderno. Tanto que, ao livrar-se a colônia da condição de entidade subordinada aos ditames do Estado português, todos aqueles que anteriormente foram denominados *colonizadores* transformam-se, de imediato, em *imigrantes*. Por esta via de raciocínio, poder-se-ia afirmar que, do ponto de vista da terra, eram imigrantes antes e continuaram a sê-lo depois; o que mudou foi o estatuto da terra que os recepcionava, que deixa de ser colônia para tramutar-se em Estado independente e soberano.

Os argumentos elencados por Fernando de Sousa no seu texto *Os Portugueses. De colonos a imigrantes*, acaba apontando na mesma direção. Com a proclamação da independência e, mais precisamente, com o reconhecimento do novo estatuto da ex-colônia por Portugal entre 1825-1826, “de um

5 COATES, Timothy. *Op. cit.*, p. 284.

6 O inverso é considerar como “imigração para o Brasil os colonos que ali chegaram devido a um incentivo ou a uma actuação directa da Coroa”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, “Imigração”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 416.

dia para o outro, os portugueses radicados naquele [neste] país tornaram-se brasileiros”, e o sistema de “colonização/emigração, ou de migrações nacionais dentro do mesmo Império, passou-se a uma emigração/colonização, de caráter internacional”.⁷ Expressões que contêm, em si, a indiferenciação entre os vocábulos colonização e emigração, reconhecendo a equivalência entre ambos e, complementarmente, a legitimidade do uso da expressão emigração quando se tratava da transferência de contingentes populacionais lusitanos para a colônia brasileira. Reconhece, igualmente, a continuidade do movimento migracional, mesmo no contexto de manifestações anti-lusitanas intensificadas, como se acontecer nos anos 1827-1831, que culminariam na abdicação de D. Pedro I, visto que os ingredientes que alimentavam o processo eram poderosos, “pois o território e a língua são os mesmos, os ‘laços de sangue’ permanecem”, ressalvando que, “a natureza jurídica e o estatuto social dos que emigravam passou a ser distinta,⁸ mais na forma do que no conteúdo, diríamos.

Distinta sim, mas não estruturalmente diferente, pois até mesmo os procedimentos exigidos para a naturalização eram extremamente benevolentes para com os portugueses. Naturalização a todos concedida, sem exceção, com a única condição de não se oporem ao regime político instalado, como explicitado está na Constituição de 1824, com leves restrições adotadas posteriormente, tais como a obrigatoriedade de residência no país por dois anos. Regime que, de tão especial, foi entendido na época como uma verdadeira adoção, talvez, o primeiro exercício de grande naturalização experimentado pela história jurídica brasileira; o que não deixou de provocar protestos em Portugal. Tratamento que explicita a já aludida continuidade do fluxo migracional, um movimento quase natural, pois, na ótica do emigrante, não havia diferença na partida, nem na chegada. Continuava a sair do seu Reino para uma das partes do Império, nas mesmas condições de acolhimento, onde tinha a mesma sensação de pertencimento, um Estado que, apesar de soberano, continua a ser regido por príncipes de extração portuguesa, pertencentes à mesma casa reinante em Portugal: os braganças. Príncipes que continuam a praticar, agora no trono do Brasil, a colonização sistemática, organizada e dirigida pelo Estado, como se acontecer com a experiência de colonização germânica no Espírito Santo, modeladas nas práticas anteriores com açorianos e madeirenses em Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Seguro e Espírito, das quais representava uma simples emulação.

De fato, “a migração de cidadãos lusos para terras brasileiras caracteriza-se antes de tudo pela continuidade”,⁹ pois os fortes laços de parentesco, amizade, comerciais, língua, hábitos, educação, “não cabia em convenções e tratados destruí-los ou quebranta-los”.¹⁰ No movimento da emigração portuguesa

7 SOUSA, Fernando, “Os portugueses. De colonos a imigrantes”. Texto apresentado no 8º Simpósio Internacional sobre Imigração Portuguesa para o Brasil, Cátedra Jaime Cortesão, São Paulo, nov. 2011, p. 1.

8 *Ibidem*.

9 SANTOS, Paula Marques dos. “A emigração do Distrito de Viseu para o Brasil. As principais fontes documentais”. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando (org.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Edições Muiraquitã, 2006, p. 239.

10 *Apud* ALVES, Jorge Fernandes. “Emigração portuguesa – o exemplo do Porto nos meados do século XIX”. *Revista de História*, Porto, 1989, p. 283-289.

para o Brasil, o emblema que permanece, é o dístico cunhado por Joel Serrão: “emigrante é gênero do qual colonizador é espécie”, rememora com propriedade Jorge Fernandes Alves, pontuando que a palavra *emigrante* deva ser “reservada para os que partem por livre iniciativa, independentemente da orientação do Estado ou até contra as disposições deste”, enquanto expressão *colono* deve “referir-se àquele cuja partida se integra em iniciativas do Estado ou por ele apoiados”. Nestes termos, a conceitualização da emigração portuguesa pode ser classificada tendo por referência a fronteira representada pela independência do Brasil. “Antes, enviávamos colonos para o Brasil, depois da independência esse movimento demográfico assume estatuto de emigração”. Sob a proteção do Estado, colono conota ações coordenadas e coletivas, sob o império das circunstâncias; enquanto emigração evoca individualismo e incerteza, precedente que já se verifica nas partidas direcionadas ao Brasil entre os séculos XVII e XVIII, realizadas por conta e risco dos interessados.¹¹ Equivalendo dizer, não havia apenas colonos ou colonização no período anterior à independência, pois havia sim uma (*e*) *imigração* espontânea. Distinção responsável pelos desencontros havidos na segunda metade do século XIX entre as autoridades brasileiras e portuguesas, pois, neste momento, cabia aos brasileiros regular as formas de ingresso consoante seus próprios interesses, o que levou à conversão de *imigrantes* em *colonos*, por força dos contratos leoninos estipulados no Brasil, prática que se inicia já em 1825, quando da instalação do consulado português no Rio de Janeiro, sobejamente intensificada nos anos 1830.¹²

Por esta via de raciocínio, o corte distintivo entre colonos e emigrantes não é nítido. Prevalece a sensação de continuidade, o que põe questões relevantes à reflexão. Não teria havido, no deslocamento das populações portuguesas para o Brasil, um movimento unívoco de emigração que recobre o vasto período que vai do século XVI ao XX?. Qual o papel desempenhado pela natureza da transição política pacífica havida entre o Império português e as elites luso-brasilicas? Que achegas à compreensão do processo poderia haver na comparação com a experiência do Império espanhol na América Latina? De que modo a emigração portuguesa, *vis a vis* as demais emigrações, interagiu com a essencialidade escravista da sociedade brasileira?. E, talvez, considerando-se a natureza do objeto, qual foi a percepção culta do fenômeno e, reciprocamente, de que modo esta percepção atuou sobre sua reificação?

Repulsão e atração são as duas molas propulsoras da emigração. As condições políticas subsistentes na ex-colônia tornada nação independente foram, sem dúvida, aportes significativos para que o sentimento de continuidade se cristalizasse. Pensamos na receptividade política. Na existência de condições propícias aos portugueses desejosos de emigrar para o Brasil.¹³ A certeza de encontrar um ambiente acolhedor, apaziguado, confiável, por ser politicamente gerido pela própria tradição histórica com as quais estavam familiarizados. D. Pedro II era um príncipe português nascido no Brasil,

11 *Idem*. “De colonos a emigrantes. Algumas repercussões da independência do Brasil na actividade económica do Porto”. In: RAMOS, Luís António de Oliveira (org.). *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal: do Absolutismo ao Liberalismo*. Porto: CNCDB, 2001, p. 424-425.

12 *Ibidem*, p. 425.

13 Concepção desenvolvida no texto “Migrações sociais, transmigrações políticas e receptividade imigracional”. In: SOUZA, Fernando *et al.* *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009, p. 54 e segs.

com o país identificado, mas que nunca fez oposição a Portugal, a não ser discretamente, por sua condição de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos membros esforçavam-se no sentido de criar uma identidade nacional, que aconselhava distanciar-se da cultura portuguesa e espelhar-se na francesa, o que não significava uma grande diferenciação, pois a cultura portuguesa era em larga medida uma cultura afrancesada.

Tradição dinástica e imperial que teve um papel relevante na estabilização política da jovem nação. Por arrefecer as tensões sociais internas, por amortecer as quizilas políticas locais, por equilibrar as disputas pelo poder no seio da elite, por amenizar os conflitos potenciais decorrentes da presença massiva de imigrantes portugueses, por funcionar como uma espécie de amortecedor para os espasmos sociais e políticos do Estado em construção. Em suma, por ser capaz de criar um ambiente político estável para os residentes e para os portugueses que desejassem aqui se estabelecer. Ambiente diverso daquele criado na América espanhola, onde as batalhas pela independência das colônias criaram um profundo sentimento de animosidade, de ruptura da solidariedade em relação à monarquia espanhola, de rejeição aos espanhóis, tomados desse momento em diante como referência negativa na construção do arquétipo identitário daquilo que as jovens nações pretendiam vir a ser. Ruptura política radical, responsável em larga medida pelo estilhaçamento político do espaço outrora regido por um poder central monocrático e que, subitamente, fora lançado ao mar das experiências caudilhescas, típicas de regimes políticos mal assentados, precariamente institucionalizados, urdidos no caos do enfrentamento.

Indubitavelmente, a continuidade política representada pela permanência dos Braganças no poder foi fator de estímulo à continuidade da emigração portuguesa para o Brasil, contrariando os próprios desígnios do governo português que preferia vê-los rumando para as colônias africanas, pois deixá-los livres para virem ao Brasil seria conformar-se com a perda de valiosíssimo capital humano. Continuidade visível em sua face monárquica, dinástica e imperial. Mística imperial nunca formalizada em Portugal, pois o Reino sempre precedera ao Império, mas que adquirira materialidade no Brasil, pois ao nascer já se faz Império por direito, fato dotado de enorme carga simbólica por cativar o imaginário dos emigrantes pela aura de poder que dele emanava, por transpirar segurança, mito do Império que na América hispânica, britânica e francesa fora derreado, que na Europa se esvaía, mas que no Brasil despontava forte e promissor.

Entre muitas, esta é uma condição que não pode ser negligenciada quando se pensa a intensificação da corrente emigracional portuguesa para o Brasil no século XIX. Representa um porcentual de 80 a 90% de toda emigração portuguesa no período. Ou seja, o Brasil continuou a ser o destino preferencial. Fluxo que atinge seu ápice no final do século como culminância de um movimento de aceleração que se iniciara décadas atrás, mas que se interrompe na sequência do momento em que chega ao fim de forma abrupta a presença da dinastia dos Braganças entre nós. Com a proclamação da República e o exílio da família imperial chega-se ao fim de uma era de quase quatro séculos, em que os soberanos portugueses ou seus descendentes dinásticos governaram o território, simbolizado na mudança brusca de comportamento dos ditos brasileiros, na verdade luso-brasílicos, em relação aos

portugueses, sobretudo aqueles mais recentemente chegados. O fim do Império interrompe a continuidade, rompe a magia, tende a igualar os portugueses aos demais imigrantes chegados ao Brasil.

Mas será que o espelho de fato havia se quebrado? Pensar os portugueses como colonos ou emigrantes, pensar todos os demais emigrantes, pressupõe incoercivelmente pensar o substrato representado pela escravidão, lastro social sobre o qual se assentou por longos quatro séculos. Presença massiva de seres humanos arrastados compulsoriamente do continente africano ao americano, forma de transmigração forçada que os portugueses haviam praticado nos pródromos de sua experiência no arrasto de escravos na costa africana, experiência que replicaram no trato com os degredados. Estes eram os verdadeiros estrangeiros na terra, pela etnia e pela cor, pois os indígenas eram nativos, e os portugueses brancos legitimados pelo direito de conquista. A escravidão assombra as clivagens escravidão livre/escravidão compulsória, colonos/emigrantes, escravidão nativa/escravidão africana, regime de trabalho forçado que marca desde os primórdios da colonização o ritmo da continuidade irrefreável, à qual se sobrepõe a continuidade da presença lusitana, tão entrelaçadas que se esgotam ao mesmo tempo, condição, em nosso entender, decisiva para a projeção do mito da naturalidade da presença portuguesa entre nós.

Mas os mitos se enraízam. Projetam-se na cultura, sobretudo na alta cultura, como se pode perceber, em termos meramente indicativos nesse momento, as visões sobre a imigração portuguesa de dois dos grandes retratistas da formação social brasileira, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Freyre, sustentado por um arsenal teórico absolutamente diverso de Florestan, parte da valorização do acentuado traço de miscibilidade inerente aos portugueses, sua imensa capacidade de aglutinações étnicas, traço responsável por sermos uma “sociedade de acomodação”, da qual se desdobra a consequente capacidade para “harmonizar antagonismos”,¹⁴ pelo que são considerados por Freyre os imigrantes ideais para alimentar as necessidades de trabalhadores no Brasil, ao lado dos espanhóis.

Noutra chave, vincada pela problemática da escravidão e, sobretudo, voltada a pensar o déficit de cidadania dos escravos africanos libertos, por conta da dificuldade por eles encontrada para integrar-se no mercado de trabalho, Florestan¹⁵ responsabiliza às levas de imigrantes italianos, espanhóis, árabes, judeus pela usurpação deste espaço, mas excluiu os portugueses por considerá-los integrados na sociedade brasileira. Emblemático. São duas visões igualmente tributárias do mito da naturalidade da presença portuguesa entre nós, que, não por acaso, transparece nos escritos de um crítico literário do porte de Antonio Cândido, para que, no Brasil, “os portugueses são estrangeiros de tipo especial, que se ajustam de maneira também especial”.¹⁶

14 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Madri: Coleção Archivos, 2002, p. 214 e segs; *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947.

15 FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

16 SOUSA, Antonio Candido de Mello. “Prefácio”. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (org.). *Missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2002, p. 15.

Os portugueses. De colonos a imigrantes

Fernando de Sousa

CEPESE

DURANTE TRÊS SÉCULOS, entre 1500 e 1822, Portugal colonizou o Brasil, povoou e ocupou o território, cultivou a terra e explorou o subsolo.

Aos nativos juntaram-se os portugueses livres e os africanos escravos, constituindo os elementos fundadores do Brasil e que estão no cerne da herança cultural do seu povo.

Em 1822, por força dos ventos da História e da vontade do seu povo, o Brasil proclamou a sua independência e, de um dia para o outro, os portugueses radicados naquele país tornaram-se brasileiros. E assim, de uma colonização/emigração, ou de migrações nacionais dentro do mesmo Império, passou-se a uma emigração/colonização, de carácter internacional.

Não subestimemos a mudança. A partir de 1822, ou melhor, a partir de 1825-1826, estabelecida a paz entre os dois países atlânticos, os portugueses que saem para o Brasil passam a deslocar-se para um país estrangeiro. A corrente emigratória é a mesma, o território e a língua são os mesmos, os “laços de sangue” permanecem, mas a natureza jurídica e o estatuto social dos que emigravam passou a ser distinta.

O vassalo português do Império, colonizador, tornou-se brasileiro por adoção e finalmente emigrante estrangeiro. Os portugueses que chegavam passaram, em breve, a submeter-se ao ordenamento jurídico que enquadrava os imigrantes de qualquer procedência.

Matizemos os conceitos de colonizador e de emigrante, tanto mais que ambos chegaram tarde à língua portuguesa. Se “colono” entrou no nosso vocabulário no século XVII, “colonizador”, como “colonização” e “colonizar” só passaram a ser utilizados a partir de 1836. E “emigrante” chega apenas na década de 1830 (mais cedo, porém, da data referida pelo *Dicionário Houaiss*), ainda que “emigração” date de 1813. Nestes dois casos, as palavras chegaram muito depois das “coisas”.

Se definimos por colono aquele que emigra para povoar uma terra estranha, ou trabalhar a terra por um salário, devido à iniciativa do Estado, empresa ou mesmo de um proprietário, então temos colonos portugueses no Brasil desde 1500. Mas não podemos chamar colonos a todos aqueles que, antes de 1822, saíram para o Brasil, uma vez que boa parte deles não estava ligada à agricultura,

e não foram patrocinados pelo Estado ou por particulares. Mas se por emigrante entendermos o que sai da sua pátria para viver noutra país, então só podemos falar de emigração para o Brasil a partir de 1822. Mesmo se estes, muitas vezes, preenchiam os requisitos apontados para se enquadrarem na categoria de colonos.

Não é a partir de então que o português perde o seu estatuto de “senhor” para passar a ser um “emigrante”, ou seja, alguém que tem de submeter-se às leis de um outro poder político e aceitar um novo estatuto sócio-jurídico?

O português, que antes de 1822 era responsável pelo enquadramento administrativo e o desenvolvimento económico do Brasil, vai passar a ser, daí em diante, basicamente, mão-de-obra assalariada, a integrar-se numa outra sociedade em que não mais tem qualquer poder de decisão, e não raras vezes lhe é francamente hostil. Essa hostilidade latente, nalgumas regiões veemente e por vezes sangrenta, não impediu que a emigração portuguesa para o Brasil prosseguisse ininterruptamente, num *continuum* que, com maior ou menor intensidade, veio até aos nossos dias.

A emigração portuguesa para o Brasil, isto é, após a sua independência em 1822, ultrapassados os primeiros anos de conflito entre os dois países, vaiconhecer a partir de 1834, com a instauração definitiva do liberalismo em Portugal e a legislação repressiva do comércio da escravatura de 1835-1836, um novociclo caracterizado pela intensidade do fenómeno, alimentada sobretudo pelos Açores por um lado, e pelo Noroeste do Portugal Continental por outro.

A emigração, nesta fase conturbada de afirmação do regime liberal em Portugal, foi objeto de particular atenção pelo Governo e pelo Parlamento. Não iludamos, contudo, a questão. A preocupação destes órgãos de soberania era sobretudo formal, manifestando-se apenas na sequência de casos escandalosos que, por vezes, eram publicitados, ou de iniciativas parlamentares a que convinha dar alguma justificação. Na verdade, nem o Governo, nem o Parlamento, nem as autoridades distritais, nem a sociedade portuguesa estavam empenhados em travar a emigração ou a reorientá-la do Brasil para as colónias africanas.

O Estado liberal, após 1834, até meados do século XIX, revelou uma incapacidade total para resolver a agitação sociopolítica que recorrentemente degenerou em guerras civis, os graves problemas económicos com que Portugal se debatia, e a crise financeira para a qual os sucessivos Governos não encontravam solução, de tal modo que as receitas estavam longe de cobrir as despesas, déficit que o tempo não mais deixou de agravar.

Não tinha, pois, quaisquer condições económicas para traduzir, na prática, autopia parlamentar de canalizar os fluxos migratórios das Ilhas atlânticas ou do Norte litoral de Portugal para colonizar o Alentejo – como uns pediam – ou para África – como outros entendiam –, hipóteses, aliás, que nunca passaram a teses. Vem a talhe de foice referir que, também no plano regional/distrital, com exceção dos Açores e da Madeira, ninguém estava preocupado com a emigração.

Se analisarmos as consultas das Juntas Gerais dos distritos entre 1839-1848, verificamos que as mesmas abordam os mais diversos temas – divisão administrativa e judicial do território, instrução pública, expostos, casas pias, confrarias, misericórdias, asilos e outros estabelecimentos de beneficência

e caridade, obras públicas e comunicações, correios, cadeias, cemitérios, feiras, agricultura e indústria, bancos rurais, contribuições e impostos, contrabando –, mas, com exceção das consultas das Juntas Gerais da Madeira e dos distritos dos Açores, nenhuma tratou da emigração.

Por outro lado, a sociedade portuguesa também não estava interessada em dificultar a emigração. Nos Açores e na Madeira não havia trabalho para a sua população ativa, funcionando deste modo, como válvula de escape da pressão social, a intensa emigração que se fazia sentir, atenuando a conflitualidade num espaço caracterizado por uma economia bloqueada e uma sociedade profundamente fechada, hierarquizada, desigual, feudalizante, típica do Antigo Regime.

No Norte de Portugal também ninguém pretendia bloquear a emigração para o Brasil, como demonstram as posições da Associação Comercial do Porto, e a consulta da Junta Geral do Distrito do Porto em resposta ao inquérito à emigração de 1843. No Norte litoral, com profundas ligações ao Brasil, não existia uma só família sem parentes naquele Império, uma freguesia que não beneficiasse das remessas em dinheiro dos portugueses aí radicados, um município sem uma casa de um “brasileiro” que angariara fortuna naquele país e regressara a Portugal.

Acresce a isto que a navegação do Porto – segundo a referida Associação –, era alimentada basicamente pela partida e regresso de emigrantes, não chegando um navio vindo do Brasil que não trouxesse brasileiros e instruções dos portugueses que aí se encontravam, para amigos ou familiares seus embarcarem com destino ao Rio de Janeiro, à Baía, a Santos/São Paulo etc.

Finalmente, a Praça do Porto, na qual se encontravam numerosos negociantes brasileiros – que em 1838, atingiam o número de 163 –, alimentava-se, sobretudo, do dinheiro vindo do Brasil.

Impedir a emigração para o Brasil – concluíam as fontes que referimos – era aumentar a indigência e a mendicidade do Norte de Portugal.

Sendo assim, não é de estranhar que o Governo português nunca tivesse proibido a emigração para o Brasil, direito, aliás, imprescritível que os súbditos portugueses tinham, de acordo com a Carta Constitucional. Procurou regulá-la mas não impedi-la, uma vez que, por diversos fatores da mais variada natureza, que são bem conhecidos, não conseguiu evitar a pauperização de boa parte da sua população.

“Quem está bem não se muda” – refere a Consulta Geral do Distrito de Viseu em resposta ao Inquérito Parlamentar de 1843. “Quem haverá que permaneça de vontade em uma terra em que não divisa raio algum de esperança”, denuncia a Junta Geral do Distrito da Horta, Açores, no mesmo ano? O “mau negócio” da emigração – escreve Oliveira Martins em finais de Oitocentos – era uma fatalidade e como tal, era melhor dirigir-se para o Brasil do que tentar desviá-la para as colónias africanas.

E assim se manteve. Apesar de o Governo brasileiro ter promovido a emigração alemã em meados do século XIX, em detrimento da portuguesa, iniciativa que não resultou, uma vez que os alemães, como os suíços, ao tomarem conhecimento das condições de trabalho dos europeus nas fazendas brasileiras, proibiram a emigração para o Brasil em 1858-1859. Também tentou a emigração chinesa, à semelhança dos EUA na Califórnia, mas sem resultado. Só nas últimas décadas do século XIX é que a emigração italiana se vai juntar à portuguesa.

A corrente imigratória portuguesa foi, assim, até 1885 largamente predominante, a mais numerosa e a mais prolongada no tempo: dois milhões de portugueses, como escreveu José Sacchetta, entre 1822 e 1945.

Desiluda-se quem defende que a emigração italiana para o Brasil, como continuamos a ver escrito por alguns investigadores, foi a mais importante sob o ponto de vista quantitativo. Até 1870-1875, desde a independência do Brasil, a única corrente emigratória para o Brasil, com significado, foi a portuguesa, com mais de 150 000 pessoas, segundo uma estimativa nossa baseada em fontes portuguesas e brasileiras. Entre 1876-1974, a corrente emigratória portuguesa legal somou 1 600 000 emigrantes segundo as fontes portuguesas, 1 650 000 imigrantes segundo as fontes brasileiras, enquanto que os italianos somaram 1 450 000, de acordo com as estatísticas italianas apresentadas pela equipa do *Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali*. Com estes números, não nos move qualquer intuito ridículo de valorizar a emigração portuguesa, move-nos apenas a preocupação do rigor histórico, que neste caso, só faz sentido quando acompanhado dos números.

Sublinhe-se, ainda, que os portugueses foram os europeus que detiveram a menor proporção de passagens subvencionadas pelo poder público ou por particulares, constituindo o caso mais significativo da emigração “espontânea” para o Brasil nos séculos XIX e XX – apesar dos obstáculos de lá e de cá, das zangas e amuos entre as duas partes, o casamento manteve-se, porque nem o Brasil, quanto a mão-de-obra barata, nem Portugal, quanto à colocação dos seus emigrantes, encontraram alternativa válida a qualquer outra união.

Abordada a problemática da emigração portuguesa para o Brasil, de um modo breve, iremos procurar responder neste artigo a duas questões relativas ao século XIX: quais as principais regiões de origem dos emigrantes e que tipos ou categorias de emigrantes vamos encontrar no Brasil.

As regiões de emigração em Portugal

Relativamente à emigração portuguesa oitocentista para o Brasil importa definir as áreas geográficas que a alimentam, relacionando-as com as categorias socioprofissionais que é possível detetar sob a designação geral de e/imigrantes.

É sabido que a emigração portuguesa para o Brasil, no século XIX, foi alimentada sobretudo pelos Açores e Norte do Portugal Continental. A primeira, saída das Ilhas, em condições mais duras que a segunda, escoada pelos cais do rio Douro?

A legislação emanada do Governo, a discussão parlamentar e os testemunhos do corpo diplomático português no Brasil apontam nesse sentido. As portarias do Governo denunciam a saída de um “prodigioso número de habitantes” dos Açores, porventura, em alguns anos, em maior número que do Norte de Portugal – região esta que não é referida –, devido à emigração clandestina e arregimentada que das Ilhas atlânticas, de forma descarada, se efetuava.

Os relatórios dos governadores civis, as consultas das Juntas Gerais dos distritos dos Açores, e o próprio relatório do Ministério do Reino, de 1843, não deixam quaisquer dúvidas quanto à intensidade que a emigração clandestina regista nestas ilhas portuguesas do Atlântico.

São os Açores (e a Madeira) que dão corpo ao “tráfico da escravatura branca” denunciado com veemência de 1835 em diante e que irá permanecer, enquanto estereótipo, até meados do século XIX. Os testemunhos individuais vindos da outra margem do Atlântico – carta do Rio de Janeiro, de 2 de setembro de 1837, citada por José Capela,¹ falando dos ilhéus vendidos em praça pública “como se faz aos negros novos”; carta de Pernambuco, de 15 de dezembro de 1842, referindo homens e mulheres dos Açores vendidos “como se vende o gado”; ofício de um capitão de navio, no Rio de Janeiro, de 4 de abril de 1843, testemunhando a “emigração escrava”, a “escravidão para portugueses”, “inteira e tão completa como a dos negros” – não deixam quaisquer dúvidas quanto à existência deste fenómeno – já mencionado, aliás, por Miriam Halpern Pereira, ao escrever que os emigrantes açorianos, antes de meados do século XIX, eram “regularmente vendidos nas praças públicas do Brasil como escravos” ou leiloados à chegada, “de forma bastante semelhante à utilizada precedentemente com os negros”.²

É claro que se torna necessário matizar esta realidade, indesmentível, sem dúvida, mas revestindo formas e modalidades que tanto se aproximavam dos escravos como das pessoas livres, de acordo com as condições em que chegavam ao Brasil, fundamentais porque determinavam, em grande parte, o sucesso ou insucesso dos emigrantes.

Vejamos o exemplo de Francisco Gomes de Amorim, natural de Vila do Conde, que com dez anos, pela barra do rio Douro, em 1837, emigra clandestinamente para o Brasil. No cais da alfândega de Belém do Pará, à chegada, encontra-se quase só, sem perceber ainda que estava num mercado de escravos brancos, e que era considerado refugo pelos entendedores. “Por fim, diante dos compradores que me rodeavam – escreveu ele –, saiu um vestido de pardo, e acariciou-me, pondo-me a mão no rosto, e convidando-me a segui-lo”.

Gomes de Amorim vai trabalhar para um taberneiro português, passando, deste modo, a integrar a “classe caixeiral” de Belém.³

Ora bem, este “mercado de escravos brancos” tanto existe no Brasil para os jovens emigrantes portugueses que aí chegam, como existe em Portugal para as crianças da idade de Gomes de Amorim, órfãos, expostos, filhos de gente pobre, que nas “feiras dos moços”, semanal ou mensalmente, durante todo o século XIX, nas principais cidades do Reino, são leiloados ou entregues a quem os solicita.

Maus tratos, pancadaria, expulsão de casa do patrão são comuns, quer para os jovens caixeiros em Portugal, quer para os jovens caixeiros no Brasil.

1 CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975, p. 71.

2 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, p. 31.

3 CARVALHO, José Costa. *Aprendiz de selvagem: o Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Campo das Letras, 2000, p. 34.

Os procedimentos são idênticos. Importa, assim, não enfatizar lá aquilo que era prática corrente cá, nem estranhar anacronisticamente o que era então habitual.

E também, não é de estranhar que numerosos portugueses, nas cidades e fazendas, realizassem trabalho “escravo” e fossem tratados como tais, excetuando-se apenas, de acordo com a carta de lei do Império do Brasil, de 11 de outubro de 1837, a agressão física, a qual, porém, a acontecer, tinha de ser provada judicialmente pelo colono.

O próprio *Diário do Governo* de 1846, em artigo sobre a emigração portuguesa para o Brasil, chama a atenção para o facto de, com o fim do tráfico da escravatura, os açorianos serem engajados para o trabalho agrícola (através de contratos de locação de serviços aviltantes), e as mulheres para os serviços domésticos. E refere ainda, quanto ao Rio de Janeiro, que os açorianos monopolizavam praticamente o abastecimento de água porta a porta e de transporte de materiais para construções e habitações, serviços que até 1843-1844 eram feitos pelos “pretos”.

Vai no mesmo sentido, a Associação Comercial do Porto, em 1842, numa representação enviada ao Governo, ao distinguir claramente a emigração livre do Norte de Portugal, da emigração clandestina e engajada, de “escravatura branca”, dos Açores e da Madeira, referindo que, casos semelhantes aos que aconteciam naquelas Ilhas “nunca ocorreram na navegação feita da praça do Porto”.

Os emigrantes que saíam pelo Porto – refere o artigo sobre emigração inserido nas páginas do *Diário do Governo* de 1846 –, “com raríssimas exceções”, levavam passaportes, dedicando-se, no Brasil, preferencialmente ao comércio, e só recentemente (de 1842-1843 em diante) a outros ofícios.

Sabemos que não era bem assim. A Junta Geral do Distrito do Porto, em 1843, refere que dos 3 000 emigrantes saídos do Porto em 1842 e primeiro semestre de 1843, 609 (20%) não tinham profissão. E acrescenta que era “imenso o número dos que embarcam sem passaporte”.

Mas parece não haver quaisquer dúvidas quanto ao facto de a emigração do Norte de Portugal, quando comparada com a dos Açores e Madeira, devido a um conjunto diverso de fatores de natureza socioeconómica, ser mais qualificada, mais “livre” e registar um menor número de saídas clandestinas.

O cônsul português no Rio de Janeiro esclarece, em 1857, que os açorianos sujeitavam-se mais aos trabalhos do campo que os minhotos, não se detetando com estes os contratos leoninos que eram feitos com aqueles, uma vez que, no caso dos continentais, os contratos eram celebrados, quase sempre no consulado geral do Rio, em “condições vantajosas, justas e equitativas”, regulando o tempo de serviço para pagar as passagens em 10 a 12 meses, com um vencimento mensal de 2 000 a 3 000 réis, com a roupa de serviço, mesa e assistência na doença.

Em 1860, o cônsul geral do Rio de Janeiro informava que do Porto, há mais de dois anos, não saía pessoa alguma como “colono”, isto é, “com obrigação de pagamento da passagem por meio de contrato de locação de serviço”; os fazendeiros que os contratavam pagavam lá as suas passagens e faziam os contratos de acordo com a lei de 1853, fiscalizados pelos governadores civis que lhes concediam os passaportes.

Os colonos propriamente ditos, com passagem a pagar no Brasil eram, regra geral, os dos Açores, que assinavam nas Ilhas apenas uma obrigação de pagamento. Dos Açores eram muito poucos os que chegavam com passagens pagas.

Contudo – adverte o cônsul geral – mais de metade dos que chegavam não faziam contratos no consulado geral.

Os especuladores das Ilhas (Açores) ganhavam bom dinheiro porque a gente que transportavam sujeitava-se aos trabalhos do campo. O número dos navios brasileiros que chegavam às Ilhas para transportar colonos era superior ao número daqueles que, da mesma nacionalidade, demandavam o Porto ou Viana do Castelo. E estes escapavam aos diplomatas portugueses, uma vez que a ingerência a bordo dos navios brasileiros por parte dos cônsules portugueses no Brasil era “absolutamente nenhuma”.

Que fatores explicam que o recrutamento de emigrantes para trabalharem na agricultura com contratos leoninos, em condições francamente deploráveis, fosse mais intenso e mais fácil nos Açores que no Norte de Portugal?

Pelo menos, três, sem esquecermos que, os Açores, pelo simples facto de serem ilhas, tornavam-se praticamente impossíveis de controlar quanto aos locais de embarque.

Em primeiro lugar, as sociedades de colonização brasileiras têm um papel dinamizador da emigração nas Ilhas atlânticas, bem mais importante que no Norte de Portugal. O nível socioeconómico e cultural dos emigrantes dos Açores e Madeira, tudo leva a crer, é mais baixo do que o dos emigrantes do Norte de Portugal, fazendo com que as condições de transporte e trabalho no Brasil fossem mais duras e humilhantes para os emigrantes daquelas Ilhas.

Em segundo lugar, importa ter em consideração a tradição da designada “colonização por cais”, a partir da segunda metade do século XVIII, dos açorianos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a qual vai continuar e manter-se após a independência do Brasil, desta vez, para trabalharem nas fazendas brasileiras. A gente dos Açores – refere o *Diário do Governo* em 1846 – “é muito laboriosa, muito sóbria e fiel, e por isso são preferidos”.

Em terceiro lugar, os açorianos emigravam mais facilmente devido ao “feudalismo das Ilhas”, como lembrou um deputado no Parlamento português.

Mas, é conveniente que se saiba – lembra o cônsul do Rio em 1857 – que, apesar de tudo, os açorianos melhoravam de vida no Brasil e embora experimentando “contrariedades e padecimentos ao princípio”, ficavam livres da “opressão” que sofriam nos Açores, onde não tinham trabalho nem de comer. Defende até o diplomata no Rio que se não devia deixar embarcar em Portugal senão as pessoas que pagavam as passagens, exceto “a gente das Ilhas” devido à miséria em que viviam. Estava ainda na memória dos açorianos o fracasso da colonização do Alentejo em finais de Setecentos, pelos seus avós, onde tudo lhes faltou, pior do que a realidade que encontraram no Brasil.

Os emigrantes portugueses no Brasil

Que tipos ou categorias de emigrantes encontramos no Brasil?

Em primeiro lugar, embora não sendo os mais numerosos, mas crescendo significativamente em volume a partir de 1845-1850, temos os *colonos*, os que se destinam a trabalhar a terra, alimentando, assim, a “emigração agrícola” no dizer de Oliveira Martins. São eles que constituem o sector mais

problemático da emigração portuguesa, aqueles que mais preocupam os diplomatas portugueses no Brasil, os que alimentam o discurso dos que consideram inaceitável a continuidade de tais migrações para Terras de Santa Cruz, os que dão corpo ao estereótipo da “escravatura branca”, porque, na realidade, vão trabalhar nas fazendas, como acontecia com os escravos. Estes saíam sobretudo dos Açores. Certamente que também temos colonos recrutados no Norte de Portugal, regra geral, para as fazendas do Rio de Janeiro, 14 neste Estado, para onde foram, entre 1860-1863 todos os 1 300 contratados registados no Porto. O seu número é, contudo, bem mais reduzido e o seu recrutamento mais tardio do que acontece nos Açores.

Importa matizar, apesar de tudo, a situação dos colonos. Existiam responsáveis pelas colónias estabelecidas que, uma vez chegados os colonos ao Brasil, apesar de contratados, só aceitavam os que livremente pretendiam trabalhar nas mesmas. Havia entregas de fazendas aos colonos, sem que nas mesmas ficasse “um só escravo” (contratos, regra geral, feitos nos consulados portugueses), a fim de evitar a humilhação e as discórdias suscitadas por tal situação. E em numerosas fazendas – garantem os diplomatas portugueses – eram bem tratados.

Mas, a regra geral parece ser a da prepotência e dos abusos sobre os que chegavam com contratos de locação muito duros, completamente dependentes dos seus locatários, sobretudo quando lhes eram adiantados os custos da viagem, locatários esses habituados a lidar com escravos.

A lei brasileira de 11 de outubro de 1837, que regulava os contratos de colonos, era considerada “iníqua”, porque fazia do colono um servo, um escravo, constituindo a principal causa da decadência da colonização e da proibição de alemães, suíços e franceses emigrantes para o Brasil, por parte dos seus governos.

O vice-cônsul português do Rio, em 1863, que vivia no Brasil há 24 anos, considerava que num país em que a totalidade do trabalho era feito por escravos, não existiam colonos no verdadeiro sentido da palavra a não ser nalgumas colónias alemãs. Quanto ao mais – continua – e muito especialmente quanto aos nossos compatriotas, não há senão “venda e compra de servos”.

Mas, poucos anos antes, em 1858, outro diplomata acreditado no Rio de Janeiro, asseverava que não era exato que os colonos, em geral, fossem maltratados por quem os tomava ao seu serviço.

É claro que a situação dos colonos era muito diversa, em função da natureza das fazendas, dos seus proprietários e das regiões em que trabalhavam, e do tipo de contrato a que estavam obrigados, umas vezes por dois anos, outras por três anos, trabalhando diariamente 9 a 10 horas. Eram raros os contratos para a cultura da cana do açúcar, a mais penosa do território, sendo mais comum a procura de colonos para as fazendas do café. A este último trabalho não escapavam os próprios menores, que também eram engajados como colonos, tendo, por exemplo, a Associação Central de Colonização recrutado, entre 1858-1863, mais de 600 jovens portugueses.

São os colonos que alimentam basicamente o rosário de queixas e denúncias de maus tratos, as palmatoadas, as surras até ao sequestro e, eventualmente, ao chicote.

No Rio de Janeiro, as associações de colonização recolhiam os colonos, à chegada, na Ilha do Bom Jesus, e daí saíam diretamente para o seu destino, sem que os cônsules tivessem oportunidade de os contactar.

O mesmo acontecia em Pernambuco, na década de 1850, os quais eram conduzidos diretamente de bordo para os engenhos do interior, não os autorizando a desembarcar em terra. Nesta situação, não havia qualquer garantia para os colonos, uma vez que aos engenhos, localizados a grande distância, em localidades pouco povoadas, não chegava a intervenção do Governo. As autoridades locais, concentradas numa família ou num só indivíduo, tudo mandavam, sem que o Governo tivesse meios para impedir a sua prepotência, dispondo assim da fazenda e da vida das suas “vítimas”. Nos contratos estipulava-se que trabalhariam, por dia, 9 horas em descampado e 10:30 horas em lugar abrigado, quando o máximo, devido ao clima, devia ser de 8 a 9 horas. “Sem exageração” – rematava o cônsul de Pernambuco em 1863 –, eram tratados piores que escravos, e submetidos a “bárbaros tratos” quando fugiam.

No Maranhão, regra geral, os indivíduos que vinham para as colónias, movimento iniciado em 1853, não sabiam ler nem escrever, não havendo pois alternativa ao trabalho da terra. Os salários por que eram engajados na Europa, raras vezes cobriam as despesas com a alimentação, uma vez que os produtos alimentares eram “excessivamente” caros. O clima revelava-se impróprio para o trabalho no campo, e os colonos andavam mal vestidos e mal alimentados, morrendo com frequência.

Na Baía, o trabalho de lavoura era feito pelos escravos, mas tal não impedia o engajamento de portugueses para a lavoura da cana do açúcar, com 9 a 10 horas de trabalho diário, de que procuravam eximir-se à chegada, quando se apercebiam da dura realidade.

Sempre que tinham acesso aos consulados, muitos emigrantes recusavam o primitivo destino – não raras vezes, fazendas que não existiam –, obtendo novos contratos, ou preferindo ficar livres, por sua conta e risco. Outros, optavam por fugir.

Como sabemos, na década de 1860, este tipo de colonização vai praticamente desaparecer. As colónias extinguiram-se, como aconteceu no Maranhão, no Ceará, em Pernambuco, no Pará, Amazónia e na Baía, não havendo, por 1870-1872, nestes territórios, segundo os cônsules portugueses, colonos contratados.

Registe-se, finalmente, que nem todos os imigrantes que trabalhavam a terra eram colonos. Emigrantes portugueses havia que trabalhavam nas fazendas – refere Jorge Alves –, como em São Paulo, livremente, contratados para certas funções como a cultura ou colheita do café, preparação dos terrenos, queimadas, dispondo, não raras vezes, de hortas para si próprios. E, por outro lado, que os colonos que eram oficiais mecânicos – canteiros, pedreiros, rebocadores, carpinteiros, ferreiros etc. – tinham sempre horário de trabalho mais reduzido e salário mais elevado.

Em segundo lugar, os *caixeiros*, ou seja, os que trabalhavam nos centros urbanos, nas atividades ligadas ao sector terciário, os que garantiam o essencial da designada “emigração clássica”.

Os emigrantes legais do Norte de Portugal, até 1840 – refere o *Diário do Governo* –, dedicavam-se maioritariamente ao comércio, sendo poucas as casas de negócio do Rio de Janeiro que não tinham

um ou mais caixeiros portugueses, registando-se até responsáveis de casas comerciais. Contudo, na década de 1850 – refere o cônsul do Rio de Janeiro – os lugares de caixeiros, reservados aos portugueses, passaram a ser reclamados pelos mineiros e a proporção dos indiferenciados no conjunto dos que emigravam do Norte de Portugal não parou de crescer.

Esta tradição dos emigrantes portugueses saídos do Norte de Portugal, que sabiam ler e escrever se dedicarem no Brasil, preferencialmente, ao comércio, vai manter-se ao longo do século XIX. Por 1870-1872, na Amazônia, no Pará, na Baía, no Maranhão, no Ceará, predominavam os caixeiros e negociantes. O mesmo acontecia em Pernambuco, onde 60% dos que chegaram, entre 1862-1872, eram menores, trabalhando como caixeiros e feitores.

Em terceiro lugar encontramos os “artistas mecânicos”, os *pedreiros, carpinteiros, ferreiros* etc., saídos do Norte de Portugal, que ganham expressão significativa a partir da década de 1840, seguindo-se, posteriormente, os *alfaiates e sapateiros*. Todos se dedicam a trabalhar nos centros urbanos, livremente ou a contrato, com horários aceitáveis e remunerações consideráveis. Todos eles encontram emprego imediato, com soldadas e jornais muito vantajosos, ficando com 800 a 1 000 réis diários livres – referem os nossos diplomatas no Brasil, nos finais da década de 1850.

Em quarto lugar temos os *emigrantes indiferenciados* que trabalham nas cidades, os serviçais, aguadeiros, carreteiros, criados/criadas, empenhados nos serviços domésticos, que não sabem ler nem escrever e que vivem com dificuldade. Com efeito, nos centros urbanos, os portugueses ocupavam-se dos mais diversos serviços, substituindo ou competindo não raras vezes com os escravos. Por exemplo, refira-se o serviço de *fornecimento de água às habitações*, através de pipas transportadas em carroças, no Rio de Janeiro, no qual trabalhavam 10 000 africanos, que passou a ser garantido por açorianos, a partir da década de 1840, o mesmo acontecendo com outros meios de transporte destinados a obras.

Os *rapazes* eram contratados por dois anos para serviços domésticos, lavoura ou ofícios mecânicos, pagando o custo das suas passagens com 15 meses de serviço – anota-se em meados do século XIX.

Em último lugar, detetam-se os emigrantes *desempregados*, que erravam pelo Rio de Janeiro e por outros centros urbanos, entre os quais os vadios e as crianças. Os aliciadores não se preocupavam com o perfil das pessoas que recrutavam, uma vez que no mercado brasileiro o preço era o mesmo. O cônsul em Pernambuco refere, a certo momento, que se tinha feito um grande recrutamento na cidade do Porto na “escória da sociedade ou escuma de vadios”. E o conde de Tomar aponta um grande número de crianças no Rio de Janeiro, principalmente das ilhas açorianas, sem proteção, convivendo com os escravos, em elevado grau de desmoralização e barbarização.

Torna-se evidente que a situação do emigrante português no Brasil se degrada à medida que avançamos no século XIX, a substituir a mão-de-obra escrava, que vai diminuindo à medida que o tráfico negro, após 1850, se reduz fortemente.

Em 1872, o cônsul-geral português no Rio de Janeiro e outros cônsules em várias cidades do Brasil fazem um balanço da emigração portuguesa para aquele país.

Os imigrantes, na maior parte, não sabem ler nem escrever. Aqueles que sabem ler e escrever, não contratados em Portugal, vão para o comércio. Os que tinham profissão iam para oficiais mecânicos. Os menos qualificados, nomeadamente os menores, destinavam-se a ocupações domésticas.

Era raríssimo o caso dos imigrantes contratados regularmente. A maior parte era engajada verbalmente ou por escrito, mas sem as formalidades legais. Nesta situação, eram obrigados a trabalhar dois ou três anos por 300 réis fracos, quando o salário regular era, no mínimo, o dobro. No final do contrato, registavam ainda dívidas elevadas aos engajadores ou locatários, sendo obrigados a renovar os contratos ou a fugirem, sujeitando-se, neste caso, a serem presos e condenados a trabalhos públicos. Fazendeiros portugueses existiam no interior do Brasil, mas constituíam a exceção. Nas fazendas, a situação dos colonos portugueses estava dependente dos seus proprietários, havendo nas fazendas de café exemplos de bom tratamento.

Em suma, o emigrante educado e apto para trabalhar no comércio e na indústria tinha emprego e sucesso, mas era “a menor parte dos imigrantes”.

No Rio de Janeiro existiam muitos portugueses vivendo na miséria, em “cortiços”, cubículos imundos, sem luz, mal arejados – à semelhança das “ilhas” do Porto e dos pátios de Lisboa, acrescentamos nós. Numerosas mulheres portuguesas pagavam tributo à prostituição.

No Maranhão, muitos dos menores que chegavam não sabiam ler. Porém, a maior parte dos que chegavam, dedicavam-se ao comércio, não havendo emigração clandestina.

No Ceará, os emigrantes contratados, na década de 1860, caíram significativamente, menos de 50% dos que tinham entrado.

Em Pernambuco, onde a emigração clandestina era insignificante, 60% dos que entravam, vindos sobretudo do Minho, eram menores, destinando-se a caixeiros e feitores. Comentava o cônsul aí instalado que estes rapidamente tomavam “amor ao Brasil” e quem tinha algum dinheiro casava com brasileiras.

Em Salvador da Baía – refere Tania Gandon –, na segunda metade do século XIX, os lusos dedicavam-se fundamentalmente à atividade marítima e comercial, ou seja, “a esmagadora maioria” eram caixeiros, oriundos, sobretudo, do Porto e do Norte de Portugal.

Conclusão

No século XIX, após a independência do Brasil, detetam-se facilmente, como escreveu Costa Cabral em 1859, “grandes preconceitos contra tudo o que é português”, sendo obrigados a condescender com eles, “os homens públicos e o imperador, para não perderem o apoio das massas indígenas”.

Apesar desse evidente anti-lusitanismo, a emigração portuguesa para o Brasil não parou de aumentar, de tal forma que, na década de 1860, um cônsul português no Brasil afirmava que a emigração portuguesa para aquele país nunca cessaria.

Como refere o Governo brasileiro, o Governo português conhecia sérias dificuldades “em contrariar a tendência natural que tem a população do Reino para abandonar a terra natal e vir ao Brasil em busca de melhoramento da sorte”.

Como caracterizar globalmente este fenómeno? Não simplifiquemos a resposta, mas esboçemos algumas conclusões.

Quem emigra sabendo ler e escrever tem condições de sucesso. O mesmo acontece com os emigrantes que têm profissão bem definida, quer contratados, quer não. E com aqueles que dispõem de meios para pagar a passagem, garantindo assim, à chegada, a capacidade de escolha quanto ao setor de atividade em que pretendem inscrever-se.

Os trabalhadores rurais, os indiferenciados, os que para saírem do Reino têm de assinar contratos de locação violentos e se destinam ao campo, às fazendas, substituindo ou rivalizando com o trabalho escravo, vivem em condições duras, de que não se libertam com facilidade. Não esqueçamos, porém, que a miséria era a causa suprema desta emigração rural – escreve Alexandre Herculano.

No Brasil oitocentista, o litoral e a cidade libertam, o interior e as fazenda escravizam. Apesar disso, os colonos afluem ao Brasil com “espontaneidade”, como refere uma fonte oficial portuguesa, não havendo assim necessidade, por parte do governo brasileiro, de desenvolver quaisquer esforços para os recrutar. Como escreveu o conde de Tomar, os interesses individuais de portugueses e brasileiros, os interesses de várias repartições e de funcionários públicos, assim como o interesse do Governo do Império, conjugavam-se para proteger o tráfico clandestino ou semi-ilegal dos colonos...os quais valiam menos do que os escravos. Em meados do século XIX, um escravo custava 1,5 a 2 contos de réis. Um colono português – continua Costa Cabral – custava o preço da passagem, ou seja, 100 000 a 120 000 réis. Se morria um colono o Brasil nada perdia. Se morria um escravo perdia “um bom capital”.

Não menosprezemos as condições de trabalho penosas e os abusos e violências de que muitos emigrantes, nomeadamente os colonos, os menores e as mulheres, se queixavam. Nem a miséria em que muitos deles caíram, mendigando ou vegetando nos “cortiços” do Rio de Janeiro.

Há certamente, como aconteceu com a história trágico-marítima dos Descobrimentos portugueses, uma história trágico-terrestre da emigração portuguesa para o Brasil.

Mas relativizemos tais situações. As condições de trabalho e os abusos também existiam em Portugal, nomeadamente no Norte de Portugal, mas, sobretudo, nos Açores, onde a servidão permanecia. E a vida nos “cortiços” não seria muito diferente dos “bidonvilles” às portas de Paris, que os portugueses habitaram na década de 1960, ou dos bairros de lata em que portugueses e africanos viviam até há 20 anos em Lisboa e arredores.

Apesar de todos os artigos publicados na imprensa da época, das listas de portugueses mortos no Brasil publicados no *Diário do Governo* e nos jornais, apesar das homílias dos sacerdotes contra a emigração, apesar das invectivas, denúncias e retórica dos políticos, e apesar da inegável hostilidade da opinião pública brasileira quanto aos portugueses, a emigração portuguesa para o Brasil não

deixou de crescer ao longo de todo o século XIX e primeira parte do século XX, a denunciar que o inferno do Brasil, apesar de tudo, era mais atraente que o céu de Portugal.

Por que seria?

Fontes

Boletim de Emigração, 1919-1933, Ministério do Interior, Commissariado Geral dos Serviços da Emigração/Inspeção Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional.

Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa, 1885. *Documentos apresentados à Câmara dos Senhores Deputados e por ella mandados publicar na sessão legislativa de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1874 pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Emigração Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

HERCULANO, Alexandre. *A Emigração (1873-1875)*. In: *Opúsculos*, tomo IV. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

ORTIGÃO, Ramalho. “Carta ao Sr. Ministro do império do Brasil em Lisboa. A teoria do ridículo” (1872). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. “O Brasil visto a voo de sabiá. A natureza. A civilização. O emigrado” (1872). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. “Sua Majestade o imperador do Brasil em Lisboa. Guia deste viajante...” (1872). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. “Um folheto brasileiro. Duas palavras aos leitores das ‘Farpas’...” (1873). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. “A emigração segundo o Sr. Alexandre Herculano. A emigração forçada...” (1874). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. “A questão do Pará. O colono português e o indígena brasileiro...” (1874). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

PÉRCEIRO, D. A. Gomes. *Portugal e Brazil: emigração e colonização*. Lisboa: Typ. Luso-Hespanhola, 1878.

Primeiro Inquérito Parlamentare sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: edição do autor, 1994.
- CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975.
- CARVALHO, Augusto de. *O Brasil. Colonização e emigração*. 2 vols. Porto: Typografia de Bartholomeu H. de Moraes, 1875.
- CARVALHO, José Costa. *Aprendiz de selvagem: o Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Campo das Letras, 2000.
- CRUZ, Maria Antonieta. “Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil. Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX”. Revista *História*, Porto – FLUP, nº 7, 1986-1987.
- _____. “Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense”. Revista *História*, Porto – FLUP, nº 11, 1991.
- GANDON, Tania Risério d’Almeida. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: emigração e comércio*. Salvador: EDUNEB, 2010.
- MARTINS, Ismênia de Lima. “O Imigrante e a Historiadora”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.
- _____. “Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.
- _____. “Registros de imigrantes: estratégias de pesquisa”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.
- _____. “Movimentação de portugueses no Brasil: 1808 a 1842. A base lusa do Arquivo Nacional”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.
- _____. “Imigração, inserção social e urbanização. Um estudo de caso: o Hospital Santa Cruz da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói”. In: SOUSA, Fernando de et al (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.
- MENEZES, Lená Medeiros de. “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

- _____. “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.
- _____. “Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870)” (coautora). In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.
- _____. “A ‘onda’ emigratória de 1912: dos números às trajetórias”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.
- _____. “Imigração e comércio: silêncios sobre a mulher”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.
- SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Comércio Português na Bahia, 1870-1930*. S/l.: s/e., 1977
- SOUSA, Fernando de. “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil” (coautor). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.
- _____. “Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)” (coautor). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.
- _____. “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.
- _____. “A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)” (coautor). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.
- _____. *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: Fronteira do Caos, 2009.
- _____. “O primeiro inquérito português à emigração (1843)”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

A emergência do conceito de emigrante e a política de emigração

Miriam Halpern Pereira

CEHC/ISCTE-IUL

NAS SUAS MEMÓRIAS, ESCRITAS EM 1848, Palmela refere-se à permanência dos liberais em Londres e Paris, durante o período miguelista, como a “emigração”. Escrevendo um século mais tarde, em 1946, Vitorino Nemésio deu o título de *Exilados* ao seu livro sobre as principais figuras políticas que se refugiaram em diferentes países durante o período miguelista. Ferreira de Castro escrevera *Os emigrantes* em 1928. A separação de águas fizera-se no plano linguístico, destacando dois fenómenos sociológicos diferentes. Nos anos 60 do século vinte, quando eu vivia em França, expliquei ao meu filho que ele era filho de emigrantes, tal como outras crianças da sua escola. Isto viria a dar azo a uma viva discussão com um rapaz francês, amigo do meu filho, a quem os pais haviam explicado que justamente nós não éramos imigrantes, pois não trabalhávamos na construção civil!

Na primeira metade do século dezanove, a palavra emigrante referia-se a quem tivesse sido constringido a abandonar o país, independentemente do motivo e do estatuto social. Com as grandes migrações transatlânticas tudo iria mudar. A questão que abordarei aqui, neste texto, é a correlação entre a mudança da composição social da emigração, a sua intensificação e a evolução do conceito de emigrante na linguagem administrativo-política, aqui considerada essencialmente do lado português, esperando que pesquisa futura viabilize a comparação com a categoria jurídica de imigrante no Brasil.

Para situar a questão, principiarei por invocar as grandes linhas do movimento migratório, cujos marcos determinantes se situam principalmente no país ou países de destino, em que o Brasil ocupou lugar dominante. Independência, abolição do tráfico negreiro, supressão da escravatura constituíram os grandes pilares políticos e sociais da nova sociedade na qual sucessivas vagas de população europeia se inseriram. Na primeira metade do século XIX, a incidência do passado colonial no movimento migratório entre ambos os países peninsulares e a América do Sul foi particularmente acentuada. O relacionamento entre os países recém-constituídos e os cidadãos das ex-metrópoles foi inicialmente atravessado por atitudes e medidas de hostilidade e violência, por vezes extremas. Os espanhóis foram expulsos do México em 1829 e em vários outros países americanos de língua espanhola

viram-se constringidos a partir para outros pontos do mundo, raramente regressando ao país de origem. A grande vaga emigratória espanhola, independentemente do destino, foi muito mais tardia que a portuguesa e a italiana, situando-se o seu pico no início do século xx, apesar da suspensão por Espanha da anterior proibição de emigrar em 1853 e das facilidades de integração oferecidas pela Argentina nesses anos do meio do século. A sua distribuição geográfica viria a ser diferente da prevalente na época colonial, desaparecendo a anterior preferência pelo México.

No caso português, a preferência pelo Brasil manter-se-ia até meados do século xx, embora o anti-lusitanismo tenha assumido forma violenta nesta antiga colónia, nomeadamente em 1827-1831, quando ocorreram diversas chacinas de portugueses em vários pontos do país e dos incidentes violentos no nordeste brasileiro na década de 80. A figura do antigo colono esteve associada ao comerciante, a quem se atribuía a carestia, e a homens políticos que rodearam D. Pedro I, gerando-se a suspeita de traição nacional em torno da figura imperial e contribuindo para a sua demissão e abandono do Brasil. Entretanto a tradição de incentivar a vinda de estrangeiros principiara desde logo com D. João VI, nomeadamente para valorizar artisticamente a nova capital do Império. Por sua vez, a vontade e a necessidade de fixar e atrair população branca, europeia, levou desde o início do Estado brasileiro, a facilitar o acesso à nacionalidade e à cidadania. Logo na Constituição de 1824, se abria a possibilidade de opção pela nacionalidade brasileira a todos os portugueses residentes que não se opusessem ao regime político. Nos anos subsequentes diferentes medidas estabeleceriam prazos curtos de residência, de dois anos, para o acesso à nacionalidade brasileira.¹

Como hoje é já consensual, embora porventura os brasileiros tivessem preferido a vinda emigrantes do norte da Europa, foram efetivamente os portugueses a mais consistente e quase contínua corrente emigratória, nomeadamente antes da grande vaga dos anos 80, quando chegaram os italianos, seguidos pelos espanhóis duas décadas mais tarde. Na primeira vaga de portugueses pós-independência observa-se um leque variado de ofícios: artesãos, caixeiros, comerciantes de vários ramos. “Sem os braços portugueses e sem o concurso principalmente dos que exercem ofícios mecânicos, os trabalhos respectivos teriam de parar (...)”, informaria o Conde de Tomar ao Duque da Terceira em 1859, acrescentando “(...) Os mineiros são já grandes competidores dos lugares de caixeiros (...)”² Mas começavam já então a chegar os camponeses que iam trabalhar nas zonas de café, na região do Rio, de S. Paulo ou de Minas.

Duas leis foram decisivas no moldar do espaço social no qual a população branca e estrangeira, recém-chegada, se deveria integrar. A lei de contratação de serviços de colonos de 1837, reservada a estrangeiros, refere-se a colonos em regime de parceria. Note-se aqui do lado brasileiro, o uso da palavra colono e não de emigrante, a própria agência estatal de promoção da emigração, designar-se-ia de colonização. Ao lado dos fazendeiros portugueses instalados de longa data, como Vergueiro, surgiram então

1 Para este parágrafo e seguintes foram essenciais: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro, 2002, principalmente capítulos 1 e 2; MENDES, José Sachetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Porto: CEPES, 2010.

2 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política da emigração*. São Paulo: Edusc, 2002, p. 161.

iniciativas de emigrantes mais recentes. Foi o caso da interessante corrente de migração lousanense, desencadeada por Montenegro, um emigrante vindo da região da Lousã nos anos 40 como caixeiro viajante. Enriquecera, comprara uma fazenda que chamou Nova Lousã e, beneficiando dos incentivos financeiros para avinda de colonos, estabeleceu uma corrente migratória durante várias décadas, graças ao seu renome como benemérito na região de origem e também ao original método de renovação da mão de obra, mediante o pagamento do retorno àqueles que lhe fossem fiéis durante 6 anos, o que tinha o efeito de estimular a vinda de novos emigrantes em substituição dos retornados.³

Com a lei das terras em 1850, quelimitou o acesso à terra à sua aquisição onerosa, em contraste com a legislação de outras zonas americanas, da Argentina aos EUA, experiências como esta tornaram-se raras. O emigrante ou ficava em meio urbano ou era encaminhado para a grande lavoura, tornando-se um trabalhador assalariado. A abolição do tráfico negreiro tornara o trabalhador europeu menos dispendioso que um escravo africano, propiciando a sua substituição mesmo antes da abolição da escravatura em 1888.⁴

A anterior variedade do leque social da corrente migratória foi daqui em diante submersa pela mão de obra indiferenciada, em larga medida destinada às plantações de café, ainda que muitos conseguissem ficar logo no meio urbano, desde as pequenas urbes aos principais centros, como o Rio ou S. Paulo, ouvir a instalar-se nestas duas cidades mais tarde. É nessa mudança sociológica que há que situar as primeiras medidas legislativas, específicas acerca da emigração.

As formas de controle da circulação de pessoas, dentro e fora do Reino, vão mudar em função da alteração dos seus novos objectivos. O acesso ao passaporte encontra-se no centro dessa evolução, refletindo a atitude do Estado português em relação à circulação da população, um problema de todas épocas e governos, mas com configuração específica em cada caso e variável segundo a conjuntura. Nos anos vinte do século XIX, época em que não existia registo civil obrigatório, nem bilhete de identidade, os transportes e de um modo geral as comunicações eram lentos, o controle da circulação de pessoas no interior do próprio território nacional constituía um factor essencial da segurança pública. Quando ainda não estava no horizonte político a emigração, a vigilância exercia-se em prol da “segurança e tranquilidade pública” mediante um instrumento principal, o passaporte, documento necessário não apenas no trânsito internacional, mas também no trânsito interno. A sua relevância conduziu à criação de uma Secretaria Geral de passaportes na Intendência da Polícia, que centralizaria um sistema de fiscalização rigoroso, estabelecido em 1825 e que perdurou até 1863.⁵ Qualquer deslocação que ultrapassasse as 5 léguas, ou seja 25km do local de residência carecia de passaporte autorizado, e nele deveria figurar a identificação completa, com indicação da residência, atestada por tabelião ou

3 TRUZZI, Oswaldo; VOLPI, Ana Silvia. “Redes de conterrâneos: a imigração de lousanenses para o Brasil imperial”. *Portuguese Studies Review*, 14 (2), 2006/7, p. 39-61.

4 Sobre o tráfico negreiro, entre abundante bibliografia, o livro abrangente de Luís Alencar de Alencastro, *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000).

5 Lei de 25.05.1825, acompanhada de dois regulamentos, o primeiro referente ao trânsito terrestre, o segundo de 30 de maio, referente ao trânsito marítimo.

por fiador idóneo acreditado na polícia, e ainda o local de destino, sendo a validade do documento variável, mas nunca superior a um ano. Evitar o afluxo à capital e ao Porto de população sem modo de vida definido, mendicante ou suspeita de crime, constituía a preocupação primacial.

Destrinçar cidadãos em movimento por atividades legítimas e indivíduos suspeitos de atos criminosos, constituía um dos objectivos da vigilância articulada entre os “ministros dos Bairros” da cidade de Lisboa e a polícia e, de forma similar, pela delegação da polícia na cidade do Porto, mediante a elaboração de duas listas de indivíduos. Esta informação permitiria aos comissários da polícia colocados nas portas das cidades de Lisboa e Porto, proceder à triagem, mandando prender os criminosos foragidos, à entrada desde dois centros urbanos claramente destacados pela sua importância.

A preocupação com a segurança é saliente, numa época de instabilidade social e política. Mesmo no caso do trânsito por via marítima explicitava-se claramente o risco de introdução de vadios, de malfetores e outros suspeitos, e de fuga não só de réus ordinários, mas ainda de “réus de Estado”. Neste caso manifestava-se particular preocupação com a espionagem, apontando-se que a sua “evasão inutiliza o conhecimento de objetos da mais alta transcendência”.

A manutenção da segurança e tranquilidade no país, evitando acirculação nas províncias de “homens perversos e perigosos”, continua a ser preocupação manifesta logo a seguir à vitória dos liberais, por isso se devendo combater a falsificação de passaportes, que agora passam da responsabilidade da Intendência Geral da Polícia para as autoridades administrativas, prefeitos, subprefeitos e autoridades municipais, mantendo-se a orientação da lei de 1825.⁶

Um aspecto saliente é a necessidade de definir melhor a situação dos estrangeiros, cuja instalação se pretende facilitar. A repressão da circulação indocumentada assume forma penal, pecuniária e prisional, sem qualquer referência à emigração, claramente ausente das preocupações desta época. Mas a liberdade de emigrar definida um ano mais tarde na Carta Constitucional de 1826, onde se remetia para regulamentação posterior, esbarrava de facto na lei publicada um ano mais cedo e que via perdurar, questão até agora omissa por todos os que escreveram sobre o tema.

A emigração das ilhas, Madeira e Açores, que precedeu a do continente, originou as primeiras medidas administrativo-policiais. O combate à emigração, com destaque para a sua forma clandestina, está na origem de sucessivas portarias sobre o assunto entre 1835 e 1839. O eco da situação degradante dos “emigrados”, submetidos a trabalho “escravo” no Brasil e o papel dos capitães dos navios neste tráfico começa a inquietar o governo, que ordena maior vigilância.⁷ Contudo é apenas com o primeiro surto emigratório que envolve o continente nos anos 1850, que as primeiras medidas legislativas mais enérgicas em relação à emigração são publicadas.⁸ Visam controlar as condições do transporte, de contratação e reprimir a emigração clandestina. Se a palavra emigração é habitual

6 Decreto-Lei de 15 de janeiro de 1835 sobre a falsificação dos passaportes e a de 13 de agosto de 1841 sobre o estatuto dos estrangeiros.

7 Portarias de 9 de dezembro de 1842 e 11 de maio de 1843.

8 Portaria de 8 de maio de 1854 e sobretudo a lei de 20 de julho de 1855. Outras portarias sobre a emigração clandestina, 2 de julho e 25 de agosto de 1859 (Açores), 20 de agosto de 1860 (Açores), e 9 de março de 1864 sobre menores.

desde cedo, o sujeito desta ação pelo contrário ainda não tem designação estável. Emigrado (1843), e com mais frequência passageiro ou colono (1855) são os termos utilizados, em clara evocação linguística do passado. Só em 1863, na lei que vem finalmente pôr termo às rígidas formas de controlo do movimento de pessoas no território nacional estipuladas em 1825, é que a categoria de emigrante começa a ser definida.

Seguindo-se a tendência mais liberal neste domínio, que também se ia instalando noutros países europeus, os passaportes internos são finalmente abolidos em 1863. Com os novos meios de transporte tornavam-se inoperantes.⁹ Os estrangeiros residentes são também dispensados de passaporte para circular em no continente e ilhas adjacentes, expressando-se a vontade de proceder à simplificação de procedimentos relativamente a viajantes estrangeiros e também à harmonização dos emolumentos.¹⁰ Mas a preocupação com a circulação de população indesejável mantém-se, sendo excluída explicitamente desta medida liberal, e parecendo necessário evocar que os sujeitos de atividade criminal ou tão só suspeitos dela deviam ser reclusos. A categoria de emigrante surge agora pela primeira vez, definindo-se as condições de emissão de passaporte a este tipo de viajante nacional, que além das premissas gerais, entre as quais a idade, o serviço militar, a situação criminal, deverá ser também possuidor de um contracto de trabalho ou ter pago a passagem. Mas mesmo aqui o termo colono é ainda utilizado: diz-se: “como colono para prestar serviços ou como emigrante”, sendo que a necessidade do uso das duas designações sugere que se diferenciavam implicitamente pelo tipo de trabalho no destino.¹¹

De notar que para os estrangeiros que pretendem instalar-se em Portugal de forma definitiva se utiliza designação própria, são os emigrados, restringindo-se assim o seu anterior significado abrangente, que envolvia também os emigrantes.¹² Em linha com a liberalização em curso na Europa, os estrangeiros, ou melhor os viajantes precedentes da Europa, foram totalmente dispensados em 1871 de passaportes e de qualquer documento de identificação, apenas eram obrigados a legalizar a sua residência, quando a estadia ultrapassasse os oito dias.¹³ Esta orientação liberal em relação aos estrangeiros permanece e será reiterada decorridas duas décadas e meia.

A intensificação da emigração no final de século e sobretudo o início da emigração familiar, então uma novidade no caso português e que colocava em risco as remessas das poupanças dos emigrantes, factor fundamental no equilíbrio das finanças do Estado português, leva a que em relação aos nacionais se verifique uma evolução em sentido contrário, acentuando-se a vertente repressiva do

9 Gérard Noiriel refere-o no caso francês, onde ainda se constituiu um corpo de política especial para os caminhos de ferro, vindo-se a desistir do seu funcionamento devido à sua ineficácia. Análise pertinente dos debates sobre e o crescente questionar dos passaportes internos, que persistiram até aos anos 70. Ver o seu estudo fundamental neste domínio “Surveiller les déplacements ou identifier les personnes? Contribution à l’histoire du passeport en France de la 1^{re} à la III^e République”. In: *Etat, nation et immigration*. Paris, 2001.

10 Lei de 31.01.1863 e regulamento de 7 de abril do mesmo ano.

11 Artº 10º, alínea 6 e & único do regulamento citado acima.

12 Artº 2, alínea 4 do regulamento de 1863

13 Decreto de 17 de julho 1871.

movimento migratório de portugueses.¹⁴ Condições mais propícias no Brasil, resultantes da abolição da escravatura no Brasil e da “grande naturalização” pós-República, conjugadas com o contexto da grande crise económica então vivida em Portugal, contribuíram para elevar os contingentes migratórios para níveis desconhecidos até então, envolvendo neste circuito novas regiões do país, onde o acesso ferroviário chegara entretanto. Publicam-se várias disposições legais já conhecidas com o fito de combater a emigração, nomeadamente clandestina.

Muito significativa da forte vontade de reduzir a emigração é a colaboração solicitada veementemente ao clero paroquial: renova-se em 1891 a ordem já emitida 30 anos antes, para os párocos lerem na missa dominical em dois domingos sucessivos, e afixarem também, a lista assustadora de portugueses mortos, vítimas de epidemia no Rio, afim de dissuadir os seus paroquianos de emigrar para aquele país, explicando-lhes que aos sonhos de prosperidade com graves riscos para a sua vida deveriam preferir o trabalho honesto no seu país.¹⁵ A ineficácia desta intervenção do clero paroquial parece revelar-se no ritmo de disposições legislativas que se sucedem, nomeadamente com o 1º governo de Hintze: cerca de uma dezena em três anos. Foi então constituída a polícia específica para a repressão da emigração clandestina.

Nestes anos, acentuaram-se também os esforços para promover a reorientação migratória em direção às colónias africanas, como já vinha acontecendo desde 1877.¹⁶ Em 1881 concedera-se passagem gratuita e um pequeno apoio financeiro, sem grande êxito.¹⁷ O direito a passaporte gratuito concedido pela lei de 1896 aos emigrantes, que quisessem partir para as possessões do ultramar, como eram designadas as colónias africanas, constituiu facilidade que também não atraiu muitos candidatos. De notar que aqui aparece de novo a palavra emigrado, porventura numa vontade de diferenciação com expressão linguística. Essa vontade de diferenciação vocabular é manifesta também na lei de 26 de maio de 1896, que visa a criação das colónias militares agrícolas-comerciais, com objectivos não só militares mas também de fixação de núcleos de colonização, e aqui de novo ressurge a palavra colono, que havia desaparecido. A palavra colono vai agora reviver e tornar-se usual no contexto da política de colonização de Angola e Moçambique.¹⁸ Entretanto, como é do conhecimento geral, a preferência pelo Brasil permaneceu.

A circulação de pessoas em diferentes pontos da fronteira terrestre entre Portugal e Espanha foi também objecto de medidas específicas desde longa data. Quis-se sempre preservar a migração

14 Sobre as remessas dos emigrantes, ver PEREIRA, Maria Halpern. *Op. cit.*, p. 55-78.

15 Portaria de 30 de junho de 1891 dirigida ao Arcebispo primaz de Braga, invocando as portarias de 29 e 30 de agosto de 1860 em que se invoca a morte de 754 portugueses em 2 meses no Rio de Janeiro por motivos sanitários, provavelmente relacionados com as epidemias de cólera e de febre amarela, recorrentes nesta época.

16 PEREIRA, Maria Halpern. *Op. cit.*, p. 86-87.

17 Regulamento de 16 de agosto de 1881, publicado com base na lei de 1877.

18 Decreto-lei de 23 de abril de 1896, art. 1º, 3º, 4º. Acerca da evolução da população portuguesa e outros aspectos da legislação aqui não focados, ver CASTELO, Cláudia. *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole*. Lisboa, 2007, p. 54-69.

transfronteiriça e temporária, ligada a trabalhos agrícolas e à pesca, a que se veio juntar um pouco mais tarde a migração de operários para as minas. Os trabalhadores envolvidos neste trânsito foram dispensados de passaportes desde 1863, situação reafirmada na legislação subsequente, nomeadamente em 1896, onde surge pela primeira vez a designação de operário aplicada a estes trabalhadores.¹⁹ Esta situação foi objecto de convénio entre ambos países em 1894, pois constituía uma potencial porta aberta à emigração clandestina. A situação díspar de nacionais e estrangeiros, ou seja a isenção de certas condições na circulação, como o que se refere ao serviço militar, incentivou uma nova forma de emigração mediante a falsificação de passaportes estrangeiros por aliciadores da emigração.²⁰

As novas condições de transporte transatlântico não propiciaram só o crescimento da emigração, mas o aumento de outros tipos de trânsito: empresários ou seus representantes e técnicos necessários à instalação de diferentes atividades industriais e de transporte. Por sua vez as viagens de lazer e de intercâmbio cultural também se tornaram mais frequentes. De um modo genérico, a circulação de pessoas na Europa foi liberalizada entre a década de 70 e a eclosão da 1ª guerra mundial. Em Portugal, como já vimos, acompanhou-se parcialmente essa evolução, deixando de existir obrigatoriedade de passaporte na entrada e saída de estrangeiros. Contudo, os viajantes nacionais continuaram a carecer de passaporte durante várias décadas. A necessidade de controlar a emigração tornara difícil acompanhar, em Portugal, a evolução bastante generalizada neste domínio. É apenas de 1907 em diante que se faculta aos portugueses a possibilidade de viajar com isenção de passaporte. Mas não a todos. Esta isenção só abrangia os viajantes por lazer ou por outra ocupação, desde que não pretendessem estabelecer-se noutro país definitivamente, ou mesmo temporariamente.

Como se podia fazer a triagem entre os diferentes tipos de viajantes? Nesta época, uma vez que a emigração continental apenas se dirigia para Espanha, e era predominantemente temporária, foram as viagens transatlânticas, que interessavam para o controle da emigração, aquelas a merecer particular atenção. A diversidade social dos passageiros vai ter uma tradução na organização do espaço no interior dos paquetes, separando os convívios em classes estanques, com níveis de conforto bem distanciados. Sublinhe-se que este transporte se fazia em paquetes com autorização especial para este negócio, considerado tão rendável que no início do século xx a Companhia Hamburguesa, cujo agente em Lisboa era Henry Burnay, dispunha de navios integralmente dedicados à 3ª classe, neste caso com instalações adequadas, uma exceção na época.²¹

19 Regulamento de 1863, art. 2º, alínea 5. Na anterior lei que definia o estatuto dos estrangeiros, apenas se isentava os passaportes dos habitantes espanhóis da raia de serem visados pelos agentes diplomáticos e consulares, 13 de agosto de 1841 (art. 1º, alínea 2). Lei de 23.04.1896, arts. 8 e 9 e alínea única. Sobre a migração algarvia e alentejana para a Espanha, ver BORGES, Marcelo. *Chains of Gold*. Leiden, 2009, p. 78-95, livro fundamental para o conhecimento da emigração entre o Algarve e a Argentina.

20 Portaria, 25 de agosto de 1897.

21 Carta da Legação portuguesa em Buenos Aires ao MNE, 22 de dezembro de 1924 (PEREIRA, Maria Halpern. *Op. cit.*, p. 352-354). Outra grande empresa portuguesa ligada a este negócio, foi a casa Orey. Sobre o lado brasileiro deste negócio, dispõe-se do livro de Paulo César Gonçalves, *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo* (São Paulo: Alameda, 2012). Falta-nos agora idêntico trabalho sobre as empresas

O passageiro da 3ª classe era inevitavelmente o emigrante, de tal modo que é essa situação que vai servir de base à definição jurídica do emigrante na lei portuguesa de abril de 1907, e também na lei espanhola, alguns meses mais tarde, ambas adoptando o critério já expresso na lei italiana desde 1901.²² Foi na lei italiana que surgiu primeiro a definição do emigrante em função da classe utilizada no transporte marítimo – *la terza classe* – e do destino. Associado à classe utilizada no transporte, está o destino transoceânico, especificando-se o âmbito geográfico do percurso, para além dos limites definidos a sudeste pelo estreito do Suez e a ocidente pelo estreito de Gibraltar, ficando o trânsito de proximidade, neste caso mediterrânico, excluído do âmbito da classificação e regulamentação da emigração, tal como acontecia em Portugal em relação à vizinha Espanha. No caso espanhol especificava-se o destino: os emigrantes eram aqueles que partiam para a América, a Ásia ou a Oceânia, sendo de notar a inexistência de referência a África. Em contraste com a Itália e a Espanha, onde ao emigrante se deixa de exigir passaporte, sendo suficiente qualquer documento de identificação (caso espanhol), ou este se torna gratuito (caso italiano), em Portugal a obrigatoriedade do passaporte oneroso é mantida. É a política colonial portuguesa que explica esta diferenciação no contexto da Europa meridional.

Embora a maior parte dos emigrantes viajassem em 3ª classe, nem todos o faziam. Essa diferenciação do estatuto social era um factor de indefinição da fronteira idealizada para separar simples viajantes e emigrantes. O universo dos emigrantes seria delineado com maior grau de aproximação dessa realidade diferenciada nos anos seguintes, já em período republicano, nele se inserindo mulheres e filhos independentemente da classe utilizada, deixando entrever que a reunião familiar se fazia por vezes em condições melhores que a partida inicial do primeiro elemento da família. Também se incluía na categoria de emigrantes a minoria de indivíduos com disponibilidade financeira que iam instalar-se de forma permanente noutro país.²³ Mas continuava a ser o contingente da 3ª classe que pela sua dimensão e pelas condições de transporte dominava as preocupações de controle, não só policial como sanitário.

Ferreira de Castro legou-nos uma dramática descrição deste universo a bordo do vapor *Darro*:

Toda a terceira classe era negra, negra, viscosa e sufocante... Por trás de cada porta, vislumbravam-se corpos enrodilhados em grossos cobertores (...) Vinham de várias regiões da Europa: a terceira do *Darro* era (...) um curral flutuante, onde se comprimia um grande rebanho (...) Uns haviam descido as margens do Volga e do Neva... outros provinham da Roménia, da Itália e da Síria e dirigiam-se a São Paulo ou à Argentina – lares inteiros se deslocavam

portuguesas e estrangeiras, sobretudo inglesas e alemãs, envolvidas neste tráfico.

- 22 Lei de 25 de abril de 1907. Lei italiana de 31 de janeiro de 1901, n. 23; definição de emigrante art. 6, o passaporte era gratuito para os emigrantes e as suas famílias, art. 5. Lei espanhola de 21 de dezembro de 1907, art. 2 e regulamento de 30 de abril de 1908, art. 1, alínea 6, e art. 19, alínea 10; não era preciso passaporte para os emigrantes, apenas um documento de identificação simples.
- 23 “Instruções” de 25 de novembro de 1912. Também nas leis italiana e espanhola se referia a 3ª classe ou outra que fosse considerada equivalente pelas autoridades competentes. Ver análise da lei de 1919 em PEREIRA, M. H. “A 1ª República e emigração”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2011.

famintos de pão e de futuro... A Espanha embarcara em Vigo uma centena de galegos... O resto enchia-o Portugal...²⁴

Descrição sem exagero, que condiz também com a enviada poucos anos antes pela Legação portuguesa em Buenos Aires ao ministro dos Negócios Estrangeiros, assinada por Alberto Oliveira. Até o próprio nome do vapor referido por Ferreira de Castro coincide.²⁵

Dois grupos de emigrantes mantinham um estatuto específico e foram dispensados de passaporte: o primeiro compunha-se daqueles cujo destino era o “ultramar português”; também os migrantes entre Espanha e Portugal continuavam a deslocar-se apenas com documento local na circulação terrestre com o país vizinho, mas não nas partidas marítimas do país vizinho, transoceânicas, para as quais o passaporte era indispensável.²⁶

No cerne da distinção entre viajantes portugueses, isentos de passaportes desde 1907 e a categoria de passageiros obrigados à posse de passaporte encontra-se a nova categoria jurídica de emigrante, o passageiro da terceira classe. Na época, a introdução deste filtro social na regulamentação da circulação internacional valeu à lei de 1907 o epíteto de “escandalosa”. Contudo, esta demarcação entre viajantes e emigrantes seria reafirmada na década seguinte, apenas a guerra viria suspender a isenção de passaportes dos viajantes, como sucedeu em toda a Europa. Na lei de 1919 ainda se reafirmava essa isenção, embora suspensa até a assinatura do tratado de paz. Essa suspensão reafirmada na legislação de 1924-25 estava destinada a perdurar.

A demarcação do condicionamento administrativo-político entre viajantes por ocupações não-manuais ou por lazer e emigrantes não desapareceu, mas veio a assumir contornos diferentes. Os trânsitos populacionais vão eles próprios adquirir uma maior complexidade geográfica, com as migrações intra-europeias desde final do século XIX e a transformação da Europa em destino de imigração de outros continentes na segunda metade do século XX. Entre as duas guerras mundiais, surgiram novas categorias de cidadãos, os apátridas (sem direito a passaporte) e os exilados políticos (com direito a passaporte especial). E, hoje ressurgiu de novo na Europa ocidental, um espaço de circulação isenta de passaporte, o espaço Schengen, criando-se no interior dos aeroportos pertencentes a esse espaço uma fronteira específica. A diferenciação dos tipos de controle nas aerogares traduz agora de forma material as diferentes categorias de passageiros e a compartimentação da circulação da população mundial, submetida a sofisticada vigilância mediante novos instrumentos tecnológicos.

24 FERREIRA DE CASTRO. *Os Emigrantes*, edição de 1928, p. 70-71.

25 Carta da Legação em Buenos Aires de 22 de dezembro de 1924 e Carta do consulado de Portugal em Pernambuco, 28 de outubro de 1916 (PEREIRA, M. H. *Op. cit.*, p. 351-354 e p. 347).

26 Dispensa de passaporte para África portuguesa desde 1907 (na origem da futura dificuldade de quantificar a emigração com este destino daqui em diante); trânsito entre Espanha e Portugal, livre circulação reiterada nas várias leis e convênios, já mencionados.

● IDENTIDADES ●

Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950)

Maria Izilda Santos de Matos

PUC/SP e CNPq

ESTA INVESTIGAÇÃO PRETENDE DISCUTIR a presença dos imigrantes portugueses em São Paulo, entre 1890 e 1950. Nesta etapa, a pesquisa está centrada na análise das cartas e correspondências localizadas no Memorial do Imigrante de São Paulo (antiga Hospedaria dos Imigrantes) e em arquivos portugueses (Arquivo Distrital do Porto e de Braga).

Os deslocamentos dos portugueses incluíram uma diversidade de trajetórias e multiplicidade de experiências, processos diferentes e simultâneos que compuseram uma trama histórica. Incorporando a perspectiva cultural, esta proposta busca refletir sobre as tensões e confrontos presentes nas trajetórias dos lusos em São Paulo, suas formas peculiares de resistência-luta, integração-diferenciação, sucesso-desilusão, sonhos-sensibilidades.

Deslocamentos: presente e passado

Os processos migratórios recentes vislumbram o estabelecimento de novas ordens demográficas, não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, contudo, se constituem outros pontos de partida e pólos de atração. As facilidades e agilidades das viagens, somadas as múltiplas possibilidades de comunicação dinamizam os deslocamentos, tornando-os um “fenômeno” perceptível e provocando tensões, hostilidades, rejeições, conflitos e xenofobia nas sociedades receptoras. Estas tensões atuais levam ao reconhecimento da importância da temática das mobilidades, ampliam-se os estudos com diferenciadas perspectivas de análise, iluminando interpretações, enriquecendo abordagens e contribuindo para rever estereótipos.

Cabe ressaltar a necessidade de que os deslocamentos sejam analisados além dos condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade, assim, não podem ser visto apenas como resposta às condições excepcionais de pobreza,¹ fruto das pressões do

Não basta que existam dificuldades econômicas para que os deslocamentos ocorram, estas dificuldades têm que estar vinculadas a percepção de que a emigração é uma alternativa aceitável e os canais necessários têm que estar constituídos para viabilizar as saídas. BAGANHA, Maria Ioannis. “Migração transatlântica: uma síntese histórica”. In: *Desenvolvimento*

crescimento da população (modelo malthusiano) ou de mecanismos impessoais do *push-pull* dos mercados internacionais. Estes processos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, sendo importante observar questões políticas (refugiados, perseguidos e expulsos), étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais e de gênero.²

Os deslocamentos aparecem como alternativas adotadas por uma gama abrangente de sujeitos históricos, alguns inseridos em fluxo de massa, grupos, familiares ou em percursos individuais; através de processos de migração engajada ou voluntária, abarcando diversos extratos sociais, levas e gerações; envolvendo agentes inspirados por estratégias e motivações diferenciadas, inclusive culturais e existenciais. Entre as múltiplas motivações que levaram às mobilidades encontra-se a procura da realização de sonhos, abertura de novas perspectivas, fugas das pressões cotidianas e a busca do “fazer a América”, em variadas representações construídas e vitalizadas neste universo.

Cabe ressaltar os mecanismos que viabilizaram este processo, particularmente, a constituição de redes,³ com o estabelecimento de relações interpessoais e institucionais (agenciadores, aliciadores, aparatos de propaganda, meios de comunicação), além da organização do sistema de navegação comercial, que viabilizou o transporte transoceânico em massa. Assim, se pretende discutir vínculos estabelecidos, circuitos de sustentação nas regiões de saída e de acolhimento, expectativas e sonhos construídos no processo, tensões e frustrações, possibilidades de reencontros e reconstituição familiar.

O sonho americano: histórias e historiografia

No Brasil, a temática da imigração vem sendo privilegiada pela historiografia, tendo produção ampla, diversificada e enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão. Os deslocamentos ibéricos só mais recentemente têm instigado aos pesquisadores,⁴ contudo, parte significativa dos trabalhos se volta para o Rio de Janeiro, aonde a presença portuguesa foi significativa e marcante.⁵

econômico e mudança social. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

2 CORTI, Paola. *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma: Editori Laterza, 2007.

3 A categoria rede de e-imigração incorpora tanto as ações familiares e comunitárias, como as estruturas impessoais de informação, difusão e apoio, articulando-se a noção de cadeia proposta por MACDONALD, J. e MACDONALD Leatrice. “Chain migration ethnic neighborhood formation and social networks”. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, XLII (1), 1964, p. 82-97.

4 Para a produção em Portugal destacaríamos o livro de PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Bauru: Edusc, 2002; CRUZ, Maria Antonieta. *Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil*. Porto, 1987; RODRIGUES, Henrique. *Alto Minho no século XIX, contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*. Tese (doutorado) – FLUP, Porto, 2003; ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros*. Porto: [s/e], 1994.

5 RIBEIRO, Gladys S. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990; *Idem*. “Cabras” e “Pês de chumbo”: os rolos do tempo: o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1889-1930. Dissertação (mestrado) – UFF, Niterói, 1987; LIMA, M. Helena Beozzo. *A missão herdada: um estudo sobre a inserção de imigrante*. Dissertação (mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1973; ALENCASTRO, Luis Filipe. “Proletários e escravos – Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872)”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 21, jul. 1988;

Os estudos sobre imigração em São Paulo privilegiou certos grupos, em particular os italianos e japoneses. Só contemporaneamente que apareceram trabalhos que analisam os ibéricos e em particular os portugueses,⁶ sendo algumas destas investigações sobre a perspectiva cultural.

A chegada dos trilhos da ferrovia Santos-Jundiaí (1863) conectou a cidade de São Paulo com o porto exportador-Santos e a com a zona produtora de café (no interior do Estado). Os trilhos não só transportavam rápida e eficientemente o café, também traziam de várias partes do mundo, particularmente, da Europa, uma ampla gama de imigrantes, além de toda uma variedade de produtos e influências, gerando e dinamizando um “vetor modernizador”⁷

Neste período, a expansão urbana de São Paulo esteve vinculada diretamente aos sucessos e/ou dificuldades da economia cafeeira, a cidade consolidou-se como centro econômico e político, pólo de desenvolvimento industrial, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços. No ano de 1872, a população de São Paulo era de 31.385 pessoas; segundo o censo de 1890, elevou-se para 64.934 habitantes; já em 1900, eram 239.820 moradores. Em 1920, a população da cidade mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas.⁸

O “sonho americano” e a atração exercida pela cidade prosseguiram, concentrando um significativo contingente de trabalhadores. Enquanto uns dirigiam-se para o comércio, outros ficavam nas atividades por conta própria ou foram impelidos para o trabalho assalariado em vários ramos: indústria, comércio, obras públicas e serviços.

Entre 1920 e 1940, a população da cidade mais que duplicou, saltando para 1.326.261 habitantes.⁹ Em 1934, totalizavam 287.690 estrangeiros (destes 79.465 eram portugueses),¹⁰ que formavam um mosaico diversificado de grupos étnicos com seus descendentes, que juntamente com os migrantes constituíram-se numa multiplicidade de culturas, tradições e sotaques.

SILVA, M. Manuela R. S. *Ambição e horror à farda ou a saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a Gazeta Lusitana (1883-1889)*. Tese (doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 1991; HAHNER, June E. “Jacobinos versus Galegos. Urban Radicals Versus Portuguese Immigrants in RJ, in 1890s”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18 (2), 1976; SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MATOS, M. Izilda S. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE, 2009; MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro/Porto: Muiraquitã/CEPESE, 2006; MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro/Porto: CEPESE, 2007; MATOS, M. Izilda S.; SOUSA, Fernando; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru/Porto: Edusc/CEPESE, 2008.

6 FRUTUOSO, M. Suzel G. *A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)*. Dissertação (mestrado) – FFLCH/USP, São Paulo, 1989; FREITAS, Sonia M. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006; MATOS, M. Izilda S.; SOUSA, Fernando; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias... op. cit.*; PASCAL, M. Aparecida. *Portugueses em São Paulo*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

7 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

8 Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil, 1920*, Synopse do Recenseamento. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.

9 *Ibidem*.

10 Censo Estadual de 1934. ARAÚJO, Oscar Egídio de. “Enquistamentos étnicos”. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. LXV, mar. 1940.

Portugueses: mobilidades, políticas e ações

A imigração portuguesa para o Brasil foi um processo contínuo, que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levas, de diferentes regiões do continente e das ilhas; alguns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns chegaram no começo do processo (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros após a Primeira Grande Guerra ou durante o período salazarista.

Entre 1887 e 1900, os portugueses representaram 10% do total de entradas em São Paulo, proporção que entre 1900 e 1920 subiu para mais de 29%. Em termos de período, os anos de 1910 a 1914 marcaram a vinda do maior contingente luso (111.491), em função da crise econômico-social e das dificuldades políticas com o fim do regime monárquico português, também pela preferência dos imigratistas paulistas por esse grupo.¹¹

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades econômicas, sociais e familiares, fugas ao recrutamento militar, poucas oportunidades de trabalho, baixos salários, tipo de propriedade e sua exploração, tensões políticas, atraso tecnológico, além do desejo de “fazer a América”. Assim, as partidas foram contínuas e frequentes, vinculadas aos descontentamentos, estratégias de sobrevivência, buscas de outras possibilidades e realizações de sonhos.

Para o recrutamento de imigrantes portugueses foi organizada toda uma rede regular de propaganda, divulgação de informações (notícias na imprensa, panfletos, cartas), agenciamento e transporte, com a participação de companhias e engajadores, alguns recebiam subsídios do governo brasileiro e/ou paulista ou trabalhavam para eles. Constituiu-se uma cadeia que tinha como elos moradores das aldeias e freguesias, religiosos, autoridades e empresários. Esta rede funcionou entre Portugal continental, as Ilhas e o Brasil e passou a ser intensificada tendo como destino o porto de Santos, nos anos iniciais do século XX.¹²

Quanto à política portuguesa de emigração, em seu processo pode ser considerada ambígua, ora repressiva (especificamente em relação aos jovens, mulheres só e saídas clandestinas) ora permissiva. A emigração sofria a oposição dos grandes proprietários rurais, para os quais significava a evasão de braços, estes pressionavam o governo para conter as saídas; mas, o governo via na emigração uma possibilidade de limitar as tensões no campo, além de sustentar as remessas, que adquiriram importância nas finanças portuguesas, estimulando investimentos e sendo decisiva na balança de pagamentos.

Os deslocamentos eram uma possibilidade frente aos problemas sociais no campo e nas cidades portuguesas. Os emigrantes eram majoritariamente do Norte de Portugal, áreas de predominância da pequena propriedade;¹³ os que vinham do Noroeste eram maior parte homens sozinhos (solteiros

11 Depois do Decreto Prinetti (1902, pelo qual o governo italiano proibiu a emigração subsidiada para São Paulo) e de medida similar do governo espanhol reduziram-se consideravelmente as entradas de italianos e espanhóis, passando-se a priorizar os lusos. *Boletins do Serviço de Imigração e Colonização*, nº 2, out. 1940. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

12 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração... op. cit.*

13 PASCHKES, Maria Luisa N. de Almeida. “Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (sécs. XIX e XX)”. *Revista*

e casados); já entre os do Nordeste predominava a emigração familiar. No sul, o interesse nas saídas tornou-se mais expressivo a partir das crises advindas com a Primeira Grande Guerra.¹⁴

Uma análise sobre os emigrados permite observar tendências: numa primeira nota-se os que vinham por conta própria, destacando-se os jovens solteiros, alfabetizados, com algum capital, em busca de constituir uma trajetória profissional, geralmente possuíam contatos já estabelecidos no Brasil. Um segundo grupo de homens adultos, muitas vezes casados, artesãos de profissão, que se fixavam nas grandes cidades (preferencialmente São Paulo e Rio de Janeiro), muitos destes buscavam retornar a Portugal, depois de juntar algum pecúlio.¹⁵ Outro grupo era dos que vinham subsidiados, embarcavam em família, motivados pelas dificuldades econômicas, sem entrever possibilidades efetivas de regresso.¹⁶

A emigração masculina continuamente ultrapassou a familiar. As saídas de família eram o centro das preocupações das autoridades portuguesas, pois além de provocar a desaceleração do crescimento demográfico (com o envelhecimento da população e a falta de perspectivas matrimoniais), afetava as remessas de recursos para Portugal.

São as remessas dos emigrantes que permitem equilibrar uma balança de pagamentos de outro modo deficitária e encobrem uma subordinação externa, que contribuem assim para acentuar (...). É nesse novo contexto sócio-econômico que se insere a emigração portuguesa para o Brasil, destino preferido pela esmagadora maioria dos portugueses até muito recentemente.¹⁷

A prática dos homens saírem primeiro visava criar condições para chamar os familiares, podendo ser identificada como uma ação preventiva frente aos possíveis infortúnios. Contudo, estas saídas afetaram a estrutura familiar, ampliando a responsabilidade das mulheres que passaram a arcar com os cuidados e sustento dos filhos, a manutenção da propriedade e negócios, além das atividades domésticas.

Se a emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, o contingente feminino cresceu gradualmente, podendo-se verificar um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com os parâmetros da política imigrantista paulista. Na primeira década do século XX, a porcentagem de mulheres alcançava mais de 25% do total de entradas e no início da segunda oscilou entre 35% e 40%. Assim, a imigração lusa até então caracterizada como individual, masculina e temporária, tornou-se, tendencialmente, familiar e permanente.

Histórica, USP, São Paulo, nº 123-124, ago./jul. 1990/1991, p. 88-89.

14 LEITE, Joaquim da Costa. "O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)". In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 192.

15 Estes retornados recebiam a alcunha de "brasileiros de torna-viagem", procuravam se inserir na comunidade, investindo e realizando benesses nas suas regiões, geravam reações ambíguas, aceitos por uns e menosprezados por outros.

16 LEITE, Joaquim da Costa. *Op. cit.*, p. 193-194.

17 PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*, p. 11-12.

Durante o Governo Vargas (1930-45) foram criadas medidas restritivas as entradas, ampliaram-se as preocupações em filtrar os imigrantes que melhor se adaptassem ao país. Apesar da política anti-imigratória, os deslocamentos portugueses foram defendidos por autoridades brasileiras e portuguesas¹⁸ – que apregoavam a exclusão do sistema de cotas, concretizando-se nas leis que favoreceram os lusos em detrimento de outros estrangeiros.¹⁹

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram antes de seus familiares que ficaram aguardando as chamadas; outros chegaram crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família veio junta, algumas delas não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas.

Laços de união: discutindo a documentação

Falar da imigração portuguesa constitui “o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva”,²⁰ assim, se sintetiza a importância das histórias de vida para entender o conjunto de experiências individuais e transformações sociais. Esta investigação se insere numa corrente que pretende estabelecer as articulações entre relações sociais, étnicas, de gêneros, gerações, práticas e modos de vida, numa perspectiva de incorporar os imigrantes portugueses (homens, mulheres e crianças) á história, cessando de considerá-los como objeto dado, para conhecê-los como sujeitos históricos que se constroem na e pela experiência cotidiana, procurando integrar as tensões sociais de um processo permeado de resistências, conflitos e confrontos.

Reconhece-se a pesquisa empírica como elemento indispensável e neste sentido, valoriza-se o uso de uma diversidade de fontes, que constituem um mosaico de referências do passado, com destaque para as cartas. A dificuldade enfrentada pelo investigador está mais na fragmentação do que na ausência documental, requerendo uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, acrescida da análise detalhada para esmiuçar o implícito e oculto, atentando para os múltiplos significados da documentação.

18 Através de várias manifestações de políticos, empresários e a própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo pediram a equiparação dos portugueses aos brasileiros natos. Arrolavam-se os méritos dos portugueses: capacidade de assimilação, adaptabilidade e “seu incontestável valor eugênico”, sugeria-se a preferência por operários especializados, com formação técnica, além de artífices, frente a carência desta mão de obra (SIMÕES, Nuno. *Portugueses no mundo*. Portugal: Minerva, 1940).

19 Foram várias restrições na política imigratória a partir de 1930, presentes na “Lei dos 2/3” (decreto 19.482 de 12/12/1930) que garantia a cota de 2/3 de trabalhadores brasileiros natos em todas as categorias profissionais. O Decreto nº 406, art. 2º, “o governo reserva-se o direito de limitar ou suspender por motivos econômicos ou sociais a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens”. Já o Decreto nº 3010, de 20 de agosto de 1938, art. 1º, que regulamenta o anterior, “ter-se-á em vista preservar a Constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais”, o que favorecia a imigração lusa. Na mesma época, a Resolução 34 do Conselho de Imigração e Colonização (22/4/1939) revogou qualquer restrição numérica as entradas de portugueses, além disso, buscando atrair os lusos, o governo assumiu as despesas de desembarque e hospedagem pelos seis dias iniciais (MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégio e intolerância á imigração portuguesa no Brasil*. Porto: CEPESE, 2010).

20 PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*, p. 9.

Os estudos das cartas e correspondências têm privilegiado as escrituras de figuras de destaque intelectual e político. Na atual pesquisa, as missivas endereçadas e recebidas envolveram sujeitos históricos populares e anônimos – e/imigrantes lusos –, tornando a análise mais complexa, porém com grande potencial para descobertas. Cabendo observar que

A correspondência é um tipo de documentação abundante e variadíssima, mas também, fragmentada dada, dispersão e, muitas vezes, quase inacessível, pelas barreiras impostas pelos segredos (familiares, políticos, profissionais) e pela invasão de privacidade que seu exame pode acarretar. Além disso, o pesquisador precisa estar ciente de uma série de procedimentos metodológicos para que sua análise tenha maior rendimento. Trabalhar com cartas, assim como com outros documentos, privados ou não, implica procurar atentar para uma série de questões e responde-las. Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais foram escritas? Onde foram encontradas, e como estão guardadas? Qual ou quais os seus objetivo (s)? qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem? Estas questões podem se multiplicar, chamando a atenção do analista para as importantes relações estabelecidas entre quem escreve o que escreve e o suporte material usado na escrita.²¹

As cartas dos e/imigrantes se caracterizam como um testemunho precioso de fragmentos de diálogos entre dois mundos, mas, ainda são fontes pouco exploradas nos estudos dos deslocamentos. Deve-se advertir que as missivas se constituem num corpo documental irregular, apesar de serem dirigidas a um destinatário (com o qual se deseja estabelecer uma prática interativa), muitas vezes não se obtinha respostas, foram extraviadas ou então não foram preservadas.

Os escritos epistolares encontram-se marcados pelos desejos da manutenção dos vínculos com as origens, possibilitando perceber trocas de notícias, relações de família e de gênero, analisar o cotidiano e a vida privada, além de captar as sensibilidades.

Nesta investigação, as cartas se destacam, não só pela sua quantidade, mas, pela riqueza de seus relatos, permitindo maior compreensão do processo de deslocamento dos portugueses para São Paulo-Brasil. As correspondências foram localizadas na Hospedaria do Imigrante de São Paulo²² e em arquivos portugueses (Arquivo Distrital do Porto e de Braga).

21 GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 21.

22 Fundada em 1886/87, a Hospedaria visava abrigar os recém chegados na cidade de São Paulo, sendo permitido permanecer no local por até oito dias, havia um setor no qual os imigrantes se encontravam com os empregadores, para firmar os contratos de trabalho (MOURA, Soraya; PAIVA, Odair da Cruz. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008). Na sua trajetória histórica, a Hospedaria esteve vinculada e/ou subordinada a várias Inspetorias, Secretarias e Departamentos, da mesma forma junto a ela gravitaram outros organismos envolvidos nos serviços da imigração, colonização e terras. Esta inserção produziu uma ampla documentação, alguns fundos merecem destaque: o da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos, com os documentos produzidos pelas Companhias Armadoras, como as

Nestes acervos foram encontradas missivas variadas: cartas oficiais e de chamada, correspondência familiar e de negócios, algumas prestando contas, outras só informativas. Elas privilegiaram questões da vida doméstica e do cotidiano, relatavam tensões familiares e dificuldades, faziam referências às remessas e seus aplicativos; já outros escritos eram pessoais e até íntimos, expondo relações afetivas de amor, rancor, ruptura e saudades, desabafos e confidências.

Cruzando mares: democratização da escritura

Apesar da sua ancestralidade, a escrita epistolar se alargou com a ampliação das comunicações e intensificação das mobilidades. Facilitados pelo desenvolvimento dos transportes a vapor (trens e navios), os deslocamentos se tornaram “fenômenos” de massa, o que se denomina de a grande e-imigração. Esta experiência histórica ampliou as distâncias entre pessoas, dilatando a sensação de ausência, suscitando sentimentos de saudades que geraram a necessidade de comunicação e esforços de aproximação. Como bálsamos á separação, a escrita de cartas foi difundida, incorporando os populares, num desafio para uma massa pouco letrada que com grande esforço procurava manter os vínculos. Assim, disseminaram-se novas experiências da prática epistolar, democratizando a escritura.

Dessa forma, as cartas podem ser consideradas como paradigmas dos deslocamentos

fruto do distanciamento e da separação, produto da necessidade de comunicação á distancia, resultado da tentativa de anular as distâncias e, ao mesmo tempo, testemunho e prova da dilaceração em curso, além de veículo das transformações futuras.²³

Os vapores cruzavam os mares transportando pessoas, mercadorias, ideias e também carregavam a mala postal, repleta de mensagens. As missivas traziam boas e más novas, comunicavam alegremente nascimentos e casamentos, mas também, doenças e mortes, enviavam declarações de amor e fidelidade, fotos de família, encaminhavam conselhos de velhos, pedidos de ajuda e de dinheiro, expediam cartas bancárias e de chamada. Pelos correios, múltiplas histórias escritas atravessavam o oceano buscando por notícias de filhos e pais, irmãos, maridos e esposas, noivos e noivas, estas correspondências encontrando-se plenamente marcadas por múltiplos sentimentos: saudades, esperanças, amor, ódio, rancor, sonhos e medos, ilusões e desilusões.

Constituindo um movimento entre a ausência e a busca da presença, quem escrevia buscava manter contatos, laços afetivos, esperava por notícias e/ou comunicava novidades. Escrever cartas atenuava a solidão e as saudades, entretanto exigia tempo, dedicação e reflexão; porém, grande parte dos populares estava pouco familiarizada com o texto, que para eles era um desafio, um verdadeiro

Listas de bordo de navios que aportaram em Santos; também os livros de registro de imigrantes e migrantes alojados na Hospedaria e, particularmente, as cartas e correspondências trocadas entre os imigrantes e seus países.

23 CROCI, Federico. “O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil”. *Revista Locus*, vol. 14, nº 2, jul./dez. 2008, p. 30.

fardo escrever. Para enfrentar estes obstáculos criavam-se estratégias, quando não se sabia ou se escrevia mal, apelava-se para que outra pessoa o fizesse.

A composição das cartas segue um protocolo estabelecido e difundido pelos manuais epistolares, que disseminavam os dispositivos que regulavam as práticas que passaram a ser reconhecidas e aprendidas. Instituiu-se uma estrutura, certa fórmula de uso continuado, caracterizada por elementos como: datação, tratamento, saudações, cumprimentos e abertura, desejos de saúde, despedidas, finalização, assinatura, envelope e identificação do destinatário, no caso das missivas analisadas as fortes marcas de religiosidade com bênçãos, graças e referências de proteção (graças a Deus, com as bênçãos de Deus, que Deus abençoe).

Assim, as práticas de trocar cartas difundiram novos indicadores de comunicação e expressão, permitindo rediscutir as fronteiras entre a oralidade e o registro escrito. Apesar dos populares não dominarem estes códigos, passaram a exercer certo “direito a escrita”;²⁴ mesmo que fosse se utilizando de um escrevente.

Na maioria das vezes, o papel escrevente/leitores foi assumido pelo mestre escola, pároco ou um letrado da aldeia, que podia fazer a leitura/escritura “a rogo”, em troca de um agrado ou por pagamento. Eles foram protagonistas estratégicos para preencher as necessidades tanto da correspondência burocrática, como das cartas particulares. Em várias missivas justificam-se a demora em mandar notícias pela dificuldade em encontrar alguém que se dispusesse a escrever, merecendo menção aos esforços das mulheres, frente ao maior grau de analfabetismo feminino. Desta forma, foi criada toda uma comunidade de escreventes/leitores, destacando-se que muitas vezes essa leitura era compartilhada com outras pessoas, realizada em voz alta e em público.

Na análise das correspondências, não se pode separar o conteúdo da forma da escritura. Cabe observar que as missivas pesquisadas apresentam um português fonético, marcado pela oralidade, uso aleatório das maiúsculas e minúsculas, problemas ou falta de pontuação, separação e/ou articulação indevida de palavras, troca de consoantes (v pelo b), expressões em desuso, o que dificulta a leitura e demonstra as dificuldades destes sujeitos históricos em manter a prática da escritura.

Quanto à caligrafia, em algumas cartas se observa a letra bem desenhada e clara, sendo muito poucas as datilografadas; outras, devido ao baixo letramento, a letra é rústica e muito difícil de ser compreendida.

Cabe também atentar para o tipo de papel utilizado. A escolha do papel foi mais ocasional do que proposital, quando havia falta escrevia-se nas margens e bordas da folha. Aparecem nas correspondências diversos tipos de papel como os de borda preta das missivas de luto. O uso de papel timbrado (em geral no ângulo superior esquerdo) era considerado prestigioso, podendo demonstrar vínculo profissional, prosperidade nos negócios. Em alguns poucos casos encontram-se selos de hotéis ou companhias de navegação, que também demonstrava status – o de viajante.²⁵

24 *Ibidem*, p. 21.

25 A difusão da indústria de papel possibilitou maior acessibilidade ao produto e a oferta de toda uma diversidade de papel no mercado (diferentes tipos, tamanhos e cores).



Imagem 1. Carta de luto. Acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo – Apesp

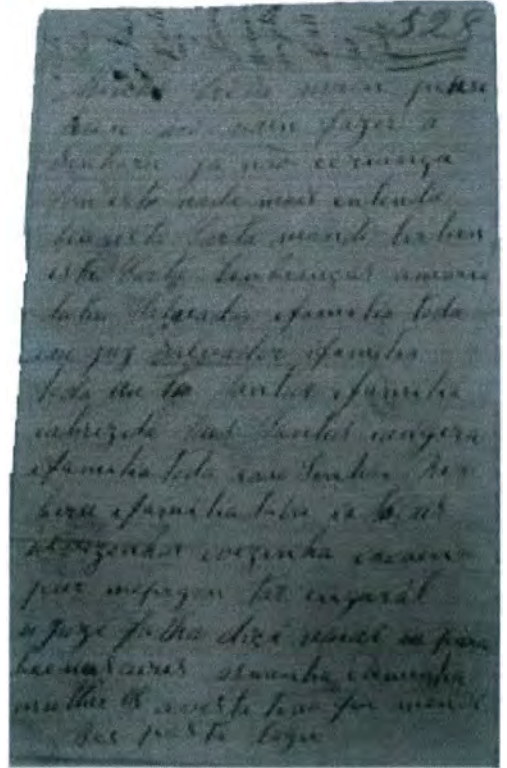


Imagem 2. Acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo – Apesp

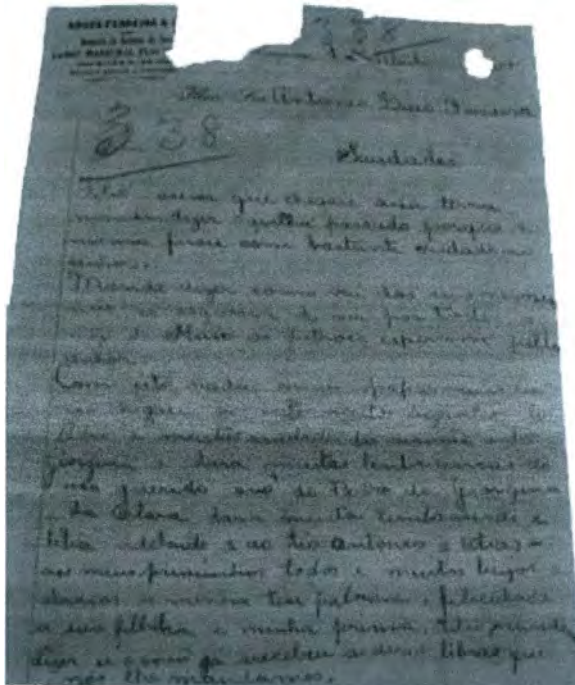


Imagem 3. Acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo – Apesp

Cartas de chamada: exigências burocráticas e desejos de reunião familiar

As cartas de chamada constituem-se numa documentação especial e reveladora. Elas foram originadas pelas exigências da burocracia no controle das saídas ou entradas, constituíram-se em fragmentos isolados, fortuitos que compunham o pedido de passaporte em Portugal e respondiam as exigências do governo brasileiro.

Em Portugal, os processos de pedidos de passaportes eram constituídos pelo termo de abonação de identidade, requerimento e outros documentos do peticionário, ou quando se tratava de passaporte coletivo/familiar, de todos os seus membros; excepcionalmente, integravam os bilhetes de viagem. Frequentemente, incluíam-se missivas, que eram endereçadas por familiares com os quais pretendiam se juntar. O candidato (a) a emigrante aguardava pela carta para encaminhar os trâmites na burocracia lusitana, quando de posse desta deveria registrá-la em cartório reconhecendo a sua legitimidade pela presença e assinatura de duas testemunhas.

De acordo com a legislação portuguesa, as mulheres casadas e os filhos menores não podiam emigrar sem a autorização dos maridos e pais. Restringiam-se as saídas para o estrangeiro, já que a permanência dos laços conjugais e manutenção da família em Portugal funcionavam como um suporte ampliando às possibilidades do retorno e facilitavam os fluxos das remessas, que se tornaram essenciais para a família e a economia do país.²⁶ A partir do Decreto n.7427 de 30/3/1921, mudando as práticas por novas formalidades, a carta familiar foi substituída por um tipo de impresso consular, transformando a estrutura do documento, que se tornou objetivo, não mais trazendo as referências e informações anteriores.

No Brasil, o recém-chegado ansioso entregava as “chamadas” nas mãos dos funcionários da Inspetoria de Imigração no porto de desembarque. Estas cartas podiam ser oficiais, se utilizavam de formulário próprio, como os da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos, os concedidos por autoridade consular ou os registrados no DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social); ou eram cartas privadas manuscritas, testemunhos da existência de um contato no Brasil, como se fossem uma chamada informal.

Apesar da anterioridade da prática das “chamadas”, a partir de 1911, legislação brasileira introduziu a obrigatoriedade deste documento para maiores de 60 anos e não aptos para o trabalho.²⁷ O elemento comprobatório que o imigrante deveria apresentar era a correspondência de chamada. O mesmo decreto, no seu cap. II art. 5, especificava que o governo forneceria gratuitamente passagem, transporte, acomodações e isenções de taxas aos agricultores que aptos para o trabalho viessem em família, dando-se preferências para os imigrantes espontâneos “chamados por parentes já estabelecidos

26 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração... op. cit.*, p. 100-101.

27 BASSANEZI, M. Silvia et al. *Repertório de legislação brasileira e paulista referente a imigração*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 59. Decreto 9081 de 3 de novembro de 1911.

no Brasil”²⁸ Assim, conhecedores dos benefícios, vários imigrantes buscavam conseguir o documento: “Pode ser concedida passagem a Piedade de Jesus Duarte, 17 annos cega, vae para a companhia de sua mãe, em S. Paulo, a qual se chama Maria de Jesus Duarte, viúva. 3^a classe”²⁹

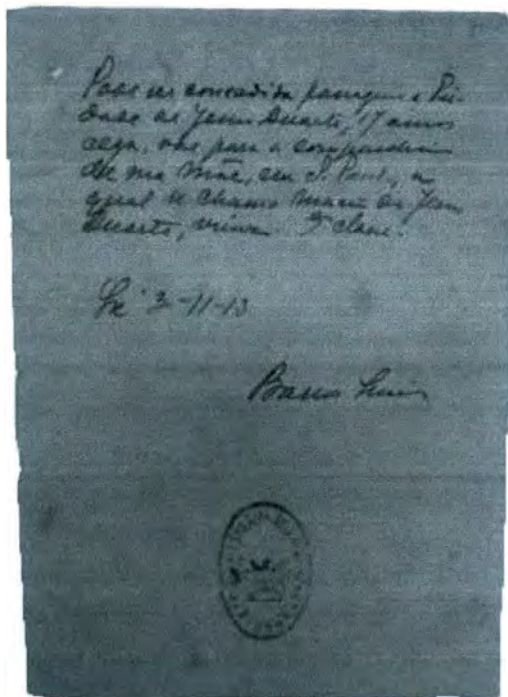


Imagem 4. Acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo – Apesp

Uma pequena parte destas correspondências foi localizada nos acervos da Hospedaria dos Imigrantes, já que os recém-chegados entregavam esses documentos no porto de Santos, junto a Inspetoria de Imigração e estes eram anexados as listas de desembarque que foram arquivadas na Hospedaria.

Este acervo está composto por aproximadamente 8 mil cartas, na sua maioria de italianos.³⁰ Neste todo, foram identificadas 154 cartas de portugueses, destas cerca de 90 podem ser consideradas de cartas ou declarações de chamada, outras 8, são de luto.

Os remetentes identificados são variados em geral parentes, entre eles encontram-se maridos e esposas, primos (as), amigos (as), afilhados (as); com destaque de filhos (as), genros e noras, sobrinhos (as), netos (as) que acompanhando as exigências da legislação, chamavam parentes com idade avançada e/ou não aptos para o trabalho. Veja a carta datada de 1914, de João Maria Campamedo chamando o pai.

28 *Ibidem*.

29 Carta acervo do Memorial dos imigrantes de São Paulo, hoje localizado no Apesp.

30 CROCI, Federico. *Op. cit.*

Santos – Brazil – 2 – 2 – 1914

Ao senhor Antonio de Miranda Caetano

Mira Portugal

Meu querido pai

Desejo-lhe uma feliz saude que a minha e de nos todos vamos bem.

Meu pai, Visto aí esta colocado em casa do Snr. Costa e estarmos bem pedia-mos para o pai vir para aqui[---] era conveniente vir até ao Fim de março afim do Sr. Costa lhe arranjar um emprego no escritório dele porque *Mesmo como velho pondo os seus olhos ainda verifica quais quer contas e isso da pouco trabalho e para vocemecê serve de divertimento.*

Com isto não o enfado mais aceite muitas

Lembranças de todos muitos beijos dos seus

Netos e nós aguardamos a sua chegada pelo

Que ficamos como sempre ao seu dispor.

Seu filho obediente,

João Maria Campamedo³¹

Na sua maior parte, as missivas visavam consentir o embarque, mas, em certos casos, os reme-
tentes desestimularam a partida para o Brasil, relatando as dificuldades do cotidiano. Algumas vezes
os genros se manifestavam explicitamente contra a vinda das sogras, em outras usavam de subterfú-
gios para dissuadi-la da viagem, denotando ressentimentos e impondo condições, caso a sogra viesse,
no Brasil a situação seria diferente e ela deveria se submeter ao genro.

Cartas: laços de sangue

A distância gerava a saudades, na busca de se manter os vínculos esperava-se ansiosamente pe-
las cartas, evidenciando o desejo do diálogo queixava-se da falta de respostas. Através das missivas
comunicavam-se notícias, formulavam-se perguntas, transmitiam-se orientações e manifestavam-se
preocupações, explicitavam-se as estratégias pessoais e familiares. Alguns casais e parentes mantinham
uma correspondência regular, em outros casos não se dava mais notícias, gerando aflição e cobrança.

Apesar de todos os esforços de aproximação, gradativamente, se estabeleciam distâncias cultu-
rais, experiências transformadoras como cruzar o oceano, chegada, desafios e privações no país de
acolhimento, produziam mudanças significativas nos sujeitos históricos e em suas trajetórias.

As cartas pesquisadas permitem notar várias questões quanto aos conteúdos como: dificulda-
des, conflitos, desafios, perspectivas e possibilidades na sociedade de acolhimento; novas experiên-
cias, mudanças e permanências; escolhas, sonhos, esperanças e desalentos, desagregação, e distan-
ciamento, uma trama de questões, tensões, conflitos familiares e/ou conjugais, tendo como principal
mote o reagrupamento familiar.

31 Carta acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo/Apesp.

Como já pontuado, nos deslocamentos portugueses para o Brasil a imigração masculina foi majoritária, assim, o grosso das cartas de chamada localizadas nos processos de passaporte portugueses eram de homens chamando esposa e filhos. Alguns o faziam afetivamente, demonstrando sentimentos de saudades e tristeza, além das expressões de amor e carinho:

[...] eu para mim tenho uma fé em deus que breve mente nos tamos abraçar um outro que só açim suçegarei u meu ispirito assim que apanhar meu amor au meu lado que tam pouca alegria tenho tido em me ver tam longe de quem eu mais istimo nesta vida que tenho passado um progatorio neste mundo com a tua ausemçia não im manginas como eu ando sempre com os meus holhos rasados dagua por causa du meu amor du coração...arecebe mil abraços i mil beijos deste teu esposo moito umilde adeus ate deus nos deichar abraçar.³²

Outros maridos declaravam que as mulheres faziam falta no cotidiano, já que os afazeres domésticos causavam gastos (gasta tudo o que ganhava com comida e lavadeira e que muito precisa dela para isso), que se somavam às despesas com as remessas.

As mulheres que ficavam enfrentavam um cotidiano árduo, envoltas em muito trabalho, trato da lavoura e dos animais, responsabilidades dos negócios, somados aos cuidados com a casa e os filhos. Os conflitos familiares se ampliavam com a distância, perceptíveis através das queixas das esposas que se sentiam desprezadas, desamparadas, sós com os filhos, muitas vezes passando necessidades. Na correspondência acusavam os maridos de se mostrarem indiferentes aos problemas e se manifestavam enciumadas frente a boatos e maledicências.

Já outras esposas não desejam se unir aos maridos; a partida do marido, apesar dos múltiplos afazeres, representava certo alívio:

mais senhoras de si, livres da gravidez não desejada. Muitas delas retornam a casa dos pais... a economia camponesa do Minho girava em torno da mulher. O governo da casa pertencia-lhes [...] estava habituada a lidar com dinheiros e pequenos negócios [...] com a emigração masculina, e na ausência prolongada dos maridos, o seu papel de gestora dos assuntos familiares mais se evidencia.³³

Havia mulheres que manifestavam receios da viagem, da volta á subserviência doméstica e das múltiplas incertezas de um país desconhecido. Elas criavam desculpas para não ir (doença dela, dos filhos ou pais), buscavam escapatórias para retardar a viagem. Algumas gastavam o dinheiro enviado

32 *Apud* SARMENTO, Carmem de Moraes. “Minha querida marida”: subsídios para o estudo da família emigrante através das cartas de chamada – 1890-1914. In: *Actas do Congresso Maia, história regional e local*, 1999, p. 291.

33 *Ibidem*, p. 285-96.

e não partiam; outras, depois de muitas ameaças e reclamos dos maridos, embargavam frente ao receio de serem abandonadas.

Determinados maridos esperavam pacientemente, outros apresentavam ultimatos. Diziam que não iriam escrever mais, que aquela seria a última tentativa e intimidavam com o abandono caso elas não fossem. Manuel de Sousa Monteiro, usando de subterfúgios, relatava:

[...] É por que tinha uma mulatinha comigo muito bonita até tu mesmo se a vises ficabas em cantada com ella e não queria que tu chigases de supetão e brigases comigo... e mais visto que estava a ber no que dava o negocio a sim como já acabei e fui obrigado a hir para campos para não estar sempre mudando de escrever ora já sabes a razão que querias saber. Já que bens não demores porque não poso com tanta despeza...

Circulavam em Portugal representações do Brasil, como um país de mulheres belas e insinuantes, o que difundia insegurança e ciúmes, ampliava a sensação de abandono.

Outras esposas ansiavam pelo reencontro, insistiam, pressionavam pela chamada, ameaçavam partir para o Brasil, mesmo sem autorização, buscavam brechas e alternativas. Alguns maridos respondiam com mensagens apaziguadoras, outros impunham condições (não trazer a mãe, não vir com os irmãos, conter o mau gênio) e diversos acabavam cedendo às solicitações e mandavam-nas chamar. Sós elas enfrentavam a saga do deslocamento transatlântico, a chegada num país desconhecido, embarcavam carregando os filhos menores, em busca do sonho de voltar a reconstituir a família.

Havia casos, nos quais os maridos não manifestavam qualquer desejo do reencontro. Eles viajaram sós ou com amigos, reuniram-se com os conterrâneos estabelecidos, encontraram atividades, usufruíam de liberdade (impossível na sociedade de onde vinham), não desejavam voltar à situação anterior, referiam-se de modo indefinido á reunificação familiar. Nas missivas eram poucas as referências ao regresso, alguns homens não chamaram as esposas, nunca retornaram, deixavam de mandar notícias, constituindo novas famílias no Brasil. As mulheres se deixaram ficar envoltas em saudades e numa espera sem fim, tornavam-se “viúvas de maridos vivos”.

Cartas: estampas da alma

Apesar das distâncias, na correspondência se observa como os maridos se preocupavam e buscavam influir nas questões no cotidiano das aldeias, nos negócios, problemas com as terras, criação, assumiam um discurso de recomendação de como tratar, o que, para quem, quando e por quanto vender.

Também se percebe as afetividades e rivalidades entre parentes, conterrâneos e vizinhos, mas principalmente as amizades, com destaque para os laços de compadrio. Com a madrinha se deixava as crianças, quando não se podia trazê-las; se contava com o compadre para a intermediação nos negócios e na viagem. Alguns maridos, ou por cuidados ou demonstrando pouca confiança nas

mulheres em relação ao trato com o dinheiro, preferiam enviar as remessas para intermediários (compadres), para quem delegavam o encaminhamento dos negócios, pagamento de contas e outras ações, também a compra dos bilhetes, providências burocráticas da documentação (passaporte) e do embarque da família.

Quanto à viagem, os homens, que já haviam passado pela experiência anteriormente, norteavam suas esposas e familiares em todos os detalhes, o que trazer ou vender e a que preço, como compor a mala (roupas, enxoval, utensílios), marcas de identificação (faça três cruces negras no baú), atenções com as crianças, comidas para levar, orientações de embarque, como seria a travessia, muitas recomendações quanto ao comportamento (cuidados e postura de recato), além das indicações de como ocorreria o desembarque.

Lidas e relidas em público, as cartas funcionam como elementos de divulgação e propaganda das representações do Brasil como um país de possibilidades, alimentando sonhos e estimulando as partidas.

Estas missivas se apresentam como uma documentação com grande potencial, por registrarem diferentes experiências de deslocamentos. Revelam relações pessoais, familiares (desagregação, distanciamento e reencontro familiar), laços de parentesco, compadrio e conterraneidade; envolvendo solidariedade nas dificuldades, suportes afetivos, expondo interesses, perspectivas e possibilidades. Desvelam cobranças, compromissos, desabafos, conflitos, rompimento de vínculos, inveja, intriga e ciúmes, assim como, outros sentimentos, sensibilidades, sonhos, confidências, intimidades, segredos, ideias, projetos e opiniões.

Cabe ressaltar entre os vários mecanismos e estratégias que viabilizaram os deslocamentos a constituição de redes, tanto as institucionais (subsidiada ou não), envolvendo agenciadores, aliciadores, sistema de propaganda e meios de comunicação (feita pelas próprias instituições do governo no exterior ou por particulares), agências e companhias de navegação. Como as cadeias informais com a difusão de informação, chamadas, acolhimento, estabelecimento de relações interpessoais. As cartas constituem um registro e mote dessas redes, que funcionaram como veículos de difusão da imigração favorecem as saídas, constituindo circuitos que envolviam parentes, amigos, conterrâneos, através de chamadas e convites a parentes e conterrâneos, estabelecendo bases de apoio que ajudavam a integração, a enfrentar as dificuldades na sociedade de acolhimento, ampliando as possibilidades de achar colocação, montar negócios e de enfrentar as agruras do cotidiano.

Para o pesquisador as correspondências provocam muitas inquietações sobre os desdobramentos destas trajetórias, se a reunificação familiar foi possível, se marido e esposa reencontraram-se, ou se o Manuel se acertou com a bela mulata brasileira ou voltou para sua esposa portuguesa, se as sogras e genros se aquietaram na sociedade de acolhimento... Mas, infelizmente, é impossível responder a todas estas inquietações. Se a missão do historiador é questionar o passado contando suas histórias, cabe encerrar esta narrativa, com uma adaptação do dito popular... “Entre uma carta e outra, quem quiser que conte outra...”

Bibliografia

- CORTI, Paola. *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma: Editori Laterza, 2007.
- CROCI, Federico. “O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil”. *Revista Locus*, vol. 14, nº 2 jul./dez. 2008.
- DEMARTINI, Zeila B. F. “Imigração, Família e Educação”. v *Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*, Évora, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.
- LOBO, Eulália Maria L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MATOS, M. Izilda S. de. *Cotidiano e cultura*. Bauru: Edusc, 2002.
- MATOS, M. Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru/Porto: Edusc/CEPESE, 2008.
- MOURA, Soraya; PAIVA, Odair da Cruz. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Bauru: Edusc, 2002.
- SARMENTO, Carmem de Moraes. “Minha querida marida’: subsídios para o estudo da família emigrante através das cartas de chamada – 1890-1914”. In: *Actas do Congresso Maia, história regional e local*, 1999.
- SILVA, Brasilina da Assunção Oliveira Almeida Pereira da. *Cartas de chamada a dimensão familiar da emigração Sernancelhe no início do século xx*. Dissertação (mestrado) – Universidade Portucalense, Porto, 2006.

Portugueses de ideias, estrangeiros perigosos

Alfredo Moreno Leitão

PUC-SP

COM O ACÚMULO DE CAPITAIS advindos da produção cafeeira o estado de São Paulo, e principalmente sua capital, iniciaram, a partir da segunda metade do século XIX, um processo de urbanização que criou e ampliou as ofertas de trabalho nos setores de serviços, comércio e indústria. Estas transformações propiciaram um ambiente de atração de indivíduos dos mais diversos perfis: homens e mulheres, jovens e velhos, nacionais e estrangeiros, camponeses e trabalhadores urbanos; todos à procura de oportunidades na metrópole que crescia. Cidade que, por sua necessidade de mão de obra, catalisou a proliferação de culturas e ideias trazidas pelos diversos grupos que nela vieram morar. Infiltradas nos cortiços e vilas operárias, nos bairros populares; entre os trabalhadores do comércio, ambulantes, operários, empregados domésticos, pessoas que circulavam por diversos ambientes e por toda a cidade.

Em parte dessas ideias havia o germe da contestação, a defesa dos direitos da classe trabalhadora, a indignação pela exploração. O movimento operário,¹ principal fomentador dessas ideias, foi o organizador das lutas contra os opositores que oprimiam as classes populares: as elites – agrária e industrial – detentoras do poder, que se utilizando desses grupos marginalizados, procuravam garantir os seus privilégios e interesses. A massa trabalhadora, com seus braços, foi a responsável pela produção das riquezas e as transformações que mudaram as feições da metrópole paulistana.

Os estrangeiros e seus descendentes, abundantes na cidade e no estado de São Paulo, eram os principais integrantes do movimento operário.² Vistos, a princípio, como elementos fundamentais para o progresso de São Paulo, passam, a partir do século XX, a serem encarados com desconfiança

¹ Entendo Movimento Operário, conforme a definição dada por Norberto Bobbio: “Por Movimento operário se entende o conjunto de fatos políticos e organizacionais relacionados com a vida política, ideológica e social da classe operária ou, mais em geral, do mundo do trabalho. Tem como primeira condição a subsistência de um proletariado industrial, isso é, de um conjunto de homens que baseiam sua existência no trabalho assalariado, estando privados da posse dos meios de produção [...]”. BOBBIO, Norberto *et al* (orgs.). *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 1998, p. 781, grifo nosso.

² FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro (Difel), 1976, p. 32.

pela classe patronal, temerária da força que esses indivíduos adquiriam num processo de constante renovação graças às novas ondas de imigrantes que se fixavam no estado.

Militantes anarquistas e comunistas pregando a sublevação da ordem punham em risco a estabilidade das elites. Era necessário criar mecanismos que controlassem o avanço desses grupos, líderes em grande parte das greves ocorridas no estado, que se avolumando desde o início do século xx, e que vinham atraindo a atenção e simpatia da população mais carente. O Estado brasileiro desde 1907, com a criação de primeira lei de expulsão,³ procurava limitar e intimidar a atuação de estrangeiros subversivos, porém, mesmo com a elaboração de novas medidas legais⁴ que procuravam fechar as possíveis arestas, muitos estrangeiros conseguiram burlá-las escapando das punições; a isso se somavam as intermináveis discussões entre os Poderes Executivo e Judiciário, sobre a quem caberia determinar o destino desses infratores.⁵

A legislação não estava se mostrando eficiente. O Estado, procurando se defender do avanço dos grupos opositores organiza e aprimora o corpo policial, que desde o princípio do século xx vinha sofrendo transformações para atender as necessidades dessa sociedade. Para tanto, nessa evolução contínua, é criada em São Paulo, com uma estrutura voltada especificamente para reprimir e controlar as manifestações contrárias a ordem estabelecida, a Delegacia de Ordem Política e Social, em dezembro de 1924.⁶

A Delegacia surge acanhada, mas ganha importância com o passar dos anos e dos sucessivos governos, atingindo seu auge pós-1964 com o governo militar. Tendo como seu foco os opositores do governo, e entre eles os estrangeiros, identificados como propagadores de ‘ideias exóticas’.

3 Após uma sequência de greves, com a participação de grande número de estrangeiros, ocorridas em 1906, foi aprovado o decreto-lei nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907 – Providência sobre expulsão de estrangeiros do território nacional –, organizado pelo senador Adolfo Gordo (LEITÃO, Alfredo Moreno. *Nem todos eram mansos: o imigrante português nas lutas operárias em São Paulo (1930-1940)*. Dissertação (mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010, p. 116).

4 Em 1921 são aprovados o decreto nº 4.247, de 6 de janeiro, que tratava da expulsão de estrangeiros, e o decreto nº 4.269, de 17 de janeiro, que regulava a repressão ao anarquismo. Além destes, temos a reforma constitucional de 1926, que em seu artigo 72, parágrafo 33 deu maior autonomia ao Poder Executivo de expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública (*Ibidem*, p. 120-122).

5 Nos primeiros anos do século xx, travou-se uma acirrada discussão entre os poderes Executivo e Judiciário. O primeiro defendia uma maior autonomia, usando como argumento a defesa da Segurança Nacional, para expulsar os estrangeiros indesejáveis; o segundo, por sua vez, defendia o respeito à legislação e a garantia dos direitos concedidos aos estrangeiros no Brasil. A expulsão só seria possível, segundo o judiciário, se houvesse leis específicas sobre o assunto. Sobre esta questão, vide: BONFÁ, Rogério Luis G. *Com lei ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre executivo e judiciário na Primeira República*. Dissertação (mestrado em História Social do Trabalho) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), Campinas, 2008.

6 Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924, cria no interior do Gabinete de Investigações e Capturas de São Paulo, a Delegacia de Ordem Política e Social, com a finalidade de manter sob controle as ações dos cidadãos em geral (LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. “Um histórico do fundo DEOPS-SP”. *Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*, Brasília, vol. 1, nº 1, p. 59-70, mar.-ago. 1998, p. 68.

A partir dos anos de 1930, e particularmente com a implantação do Estado Novo (1937-1945), foi necessário nomear um “inimigo da nação” que justificasse o enrijecimento e a centralização do poder nas mãos do presidente Getúlio Vargas. O comunismo, articulado e com grande número de adeptos, vinha superando os anarquistas nas organizações sindicais e nas manifestações populares foi o escolhido pelo estado varguista, que se utilizando de uma propaganda massiva anticomunista, pregava o combate ao ‘perigo estrangeiro’, que dentro de uma política nacionalista, procurava defender a nação contra uma pregação que buscava desvirtuar os nacionais (e principalmente o trabalhador nacional), identificados como indivíduos ordeiros e cordatos.⁷

A polícia, então, se torna mais repressiva do que preventiva, como se pode notar no relatório datado do ano de 1939, do Chefe de Polícia de São Paulo, João Carneiro da Fonte, ao então interventor do estado Adhemar Pereira de Barros (1938-1941):

Mas, por melhor que seja a função preventiva, ela por si só não detém a onda de criminalidade. Deve coexistir a função repressiva da Polícia. Assim, no desenvolvimento dos nossos temas, orientados para uma política preventiva, cuidaremos, outrossim, do lado repressivo, cuja importância – no quadro atual da vida nacional – é muito significativo em virtude da estrutura política erigida pelo ESTADO NOVO.⁸

Os estrangeiros estavam proibidos de manter qualquer atividade de natureza política. Só lhes era permitido associar-se em clubes, fundações, companhias etc. que tivessem por natureza fins culturais, beneficentes, religiosos ou assistenciais,⁹ e mesmo assim, estes estabelecimentos sofriam acirrada vigilância dos órgãos policiais, temerosos que eram de que estes locais existissem como fachada para grupos subversivos.

Ainda dentro dessas medidas nacionalistas estavam leis que limitavam a entrada de estrangeiros – a Lei de Cotas¹⁰ – e aquelas que visavam manter um controle dos imigrantes, como a obrigatoriedade da carteira de identidade para estrangeiros (a carteira modelo 19), exigida para obtenção da carteira

7 LEITÃO, Alfredo Moreno. *Nem todos eram mansos... op. cit.*, p. 128; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 118 e 120.

8 FONTE, João Carneiro da. Relatório das atividades da polícia civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, interventor Federal no Estado. São Paulo: Chefatura de Polícia do Estado de São Paulo, 1940, p. 16.

9 SWENSSON JR., Walter Cruz. “Estrangeiros, política institucional e movimentos sociais”. In: AQUINO, Maria Aparecida de et al. *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002, p. 47.

10 O decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, em seus artigos 9, 10 e 11, tratavam de organizar a ‘imigração por cotas’. Essas cotas seriam determinadas a partir do total de estrangeiros de uma determinada nacionalidade que entraram no país entre os anos de 1884-1933. Desse total se calculava 2%, porcentagem que equivaleria à quantidade permitida de imigrantes que poderiam entrar no país anualmente (LEITÃO, Alfredo Moreno. *Nem todos eram mansos... op. cit.*, p. 133).

profissional. Para cuidar destas e outras questões ligadas aos estrangeiros e criada, em 1938, subordinada ao DEOPS, a Delegacia Especializada de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros.

O governo federal impôs essas medidas a todos os estrangeiros residentes no país, excetuando os menores de 18 anos e os maiores de 60 anos. Porém, após algumas manifestações e acordos entre os governos de Vargas e Salazar, os portugueses foram excluídos da Lei de Cotas, e ainda gozaram de algumas benesses, como a facilidade na obtenção de lotes de terras nos núcleos coloniais.¹¹

Essa preferência dada aos portugueses tinha por de trás interesses políticos de ambos os lados. Países que viviam ditaduras muito semelhantes, Brasil e Portugal buscavam apoio mútuo. Para o Brasil, em particular, era uma entrada para a Europa e a possibilidade de fortalecer contatos com países como a Inglaterra, Alemanha e Itália, que mantinham boas relações com Portugal.¹² Por outro lado, oficialmente procuravam difundir e fortalecer os laços culturais que os uniam, e ainda dentro do discurso nacionalista, exaltar a origem comum de ambos, presente, por exemplo, em frases proferidas pelo ministro Osvaldo Aranha: “o Brasil é amigo de todos os povos, mas, filho, só de Portugal”¹³

Para Portugal, era a garantia da continuidade do envio das remessas de dinheiro que auxiliavam no equilíbrio das finanças portuguesas.

O imigrante português foi muitas vezes exaltado pelas elites como exemplo de indivíduo laborioso, tenaz, ordeiro; modelo a ser seguido pelo trabalhador brasileiro.

Rio de Janeiro, Março – O grande economista Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dirigiu um ofício ao Ministro do Trabalho, pedindo que, para efeito de trabalho, os portugueses sejam equiparados aos brasileiros natos. Nesse documento lê:

“País de imigração, [...] o Brasil precisa, mais do que nunca, do auxílio precioso do braço estrangeiro. Dentre as correntes imigratórias que se destinam ao nosso país, uma se destaca pela sua importância numérica, aliada à capacidade do trabalho de seus integrantes, convindo ressaltar a identidade da raça, língua, costumes, religião e passado histórico.

Seria supérfluo encarecer a V. Ex^a a colaboração prestada ao nosso desenvolvimento econômico pelos filhos de Portugal...”¹⁴

Porém, aqueles que militaram nas lutas políticas, dentro dos partidos e grupos de oposição; que se posicionaram contrários a ordem vigente, pondo em discussão a hegemonia de alguns poucos. Esses não foram motivo de exaltação por parte da classe patronal, ou tolerados pelo governo dentro

11 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 178.

12 SCHIAVON, Carmen G. Burgert. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2007, p. 241-248.

13 LEITÃO, Alfredo Moreno. *Nem todos eram mansos... op. cit.*, p. 137.

14 SIMÕES, Nuno. *Portugueses no mundo*. Lisboa: Grandes Oficinas Gráficas Minerva, 1940, p. 234.

da política de boas relações entre Brasil e Portugal; muito pelo contrário, foram tidos como criminosos, elementos perigosos tratados, assim como outros na mesma situação (nacionais ou estrangeiros), sofrendo investigações, sendo presos, torturados e, algumas vezes, como última medida, expulsos.

A título de exemplo cito as declarações prestadas pelo português António Cláudio, natural de São João de Areias, Beira Alta, onde nasceu em 11 de setembro de 1892, tendo desembarcado no Brasil em 12 de setembro de 1910, casado, oleiro, residente em Araçatuba, São Paulo. Preso pela primeira vez em 27 de maio de 1934 acusado de propagandear ideias comunistas, diante do juiz em 12 de dezembro de 1935 relatou ter sido vítima de práticas violentas por parte da polícia:

[...] o declarante foi barbaramente espancado pela autoridade Carlos Guarinão, de Araçatuba, que lhe deu com o cano do revólver, prometendo-lhe morte e, depois, espancou-o violentamente com um pedaço de pneumático e, como o declarante se queixasse por ter uma hérnia escrotal e lhe pedisse cuidado com essa sua enfermidade, então é que essa truculenta autoridade procurava atingi-lo em suas partes enfermas, no que era incitado pelo escrivão Luiz Spinelli; que foi o declarante, em seguida, recolhido à “geladeira” donde saiu sem poder se conter nas pernas; que apresenta várias feridas generalizadas pelo corpo e tem tido febre contínua [...].¹⁵

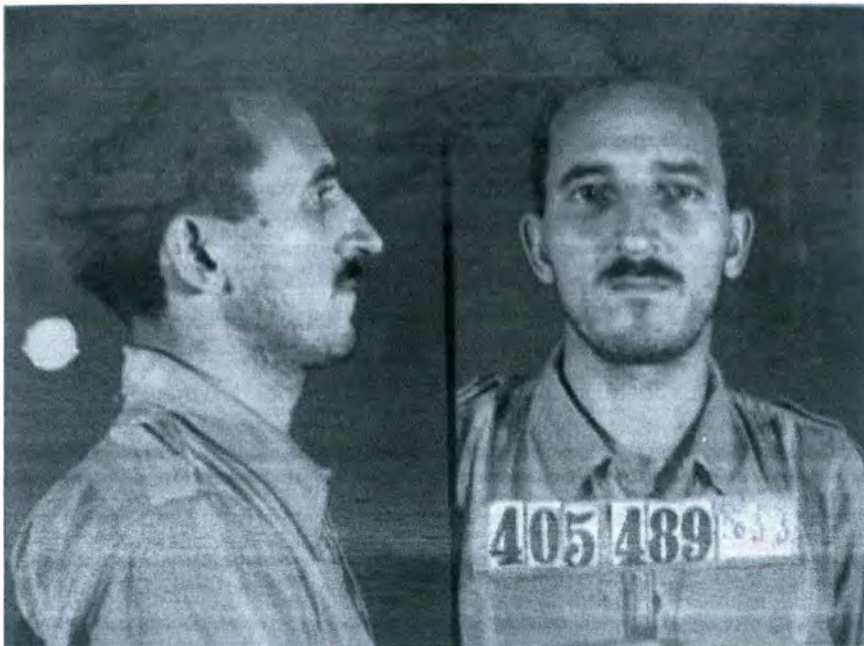


Figura 1. Foto de identificação. António Cláudio (prontuário nº 678 – DEOPS) - Arquivo Público do Estado de São Paulo

¹⁵ António Cláudio (prontuário nº 678, DEOPS-SP) – Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

Para o Estado e a classe patronal, desde o início do processo imigratório, era necessário indivíduos produtivos que atendessem aos interesses dos grupos dominantes. Como reforçava o discurso dos defensores da imigração, ainda no século XIX, era necessário “braços para a lavoura”; braços, bem entendidos, não “cabeças”.

A historiografia brasileira que aborda as lutas operárias, ou as organizações políticas, ou ainda que trate da imigração para o país, e principalmente para o estado de São Paulo, pouco se interessou em analisar os trabalhadores portugueses como agentes opositores das políticas do Estado brasileiro, ao contrário do que ocorre com outros grupos, como italianos, espanhóis, alemães ou japoneses.

Quando citados em alguns trabalhos, os portugueses são vistos como alienados, pelegos, mansos, desqualificados, ou elementos pouco capacitados para a atuação na luta subversiva, principalmente quando se está tratando da cidade de São Paulo.¹⁶ Já em Santos a visão que se tem é um pouco outra, lá o português é visto como figura importante nas lutas sociais e políticas, o que dá a impressão de certa incoerência se partimos do princípio que a trajetória da imigração portuguesa no Brasil foi muito semelhante não importando o local onde se fixaram.

A historiografia sobre a imigração, ainda classifica grande parte dos imigrantes portugueses dentro de um modelo fechado: imigração jovem, masculina, individual e temporária, que visava à formação de um pecúlio e o retorno a terra natal.¹⁷ Dentro dessa imagem é possível entender a visão de distanciamento do português em relação às lutas operárias, pois o objetivo foi, no menor espaço de tempo, juntar uma quantia de dinheiro razoável, sem perda de tempo com outras questões. Mas nem todos tinham esse ideal ou ainda, nem todos conseguiram atingi-lo. Nos casos onde houve a permanência definitiva do imigrante, as práticas foram outras, como a formação ou transferência da família do imigrante para o Brasil, e com isso a necessidade de um local em condições razoáveis para instalar essa família, um trabalho digno que tivesse uma remuneração adequada, além de outras questões fundamentais ao bem-estar das pessoas: educação, saúde, transporte etc. Para consegui-las, houve muitas vezes a necessidade do trabalhador comum lutar por direitos, reivindicar melhorias, subverter a ordem, por fim, posicionar-se contra a estrutura social e, principalmente, contra os detentores do poder.¹⁸

Ao analisarmos as lutas operárias em São Paulo não podemos desvinculá-las do trabalhador estrangeiro, nem fazer distinção de sua nacionalidade ou naturalidade. Assim como entender os movimentos contestatórios como acontecimentos que se organizaram somente nas fábricas ou sindicatos, ou ainda, entre grupos setorizados da população; mas também em locais onde havia grande concentração humana – nos cortiços, nas pensões, nas vilas operárias, nos bairros populares – ocasionando grande circulação e interação de pessoas, que se amparavam num processo que procurava amenizar

16 Este tipo de análise está presente, por exemplo, no livro de Sheldon Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro* apud FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 35-36.

17 KLEIN, Herbert S. “Migração internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 24.

18 MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996, p. 111.

as dificuldades do dia a dia.¹⁹ Nesses locais não se distinguia nacionais de estrangeiros, que lutavam contra as mesmas carências: emprego, alto custo de vida, falta de saneamento básico, entre outras.

Se, vivenciavam um mesmo contexto, não é possível excluir o imigrante português dos colegas de fábrica, dos vizinhos de cortiço, dos amigos de rua. Ainda, ao contrário do que se afirma, muitos dos imigrantes portugueses não sabiam lidar somente com a terra, tiveram em Portugal a experiência em trabalhos cooperativos em oficinas,²⁰ que possibilitaram a formação não só de trabalhadores especializados, como de uma consciência de grupo, importante nas lutas operárias. No Brasil, também, muitas associações dirigidas por portugueses patrocinaram cursos técnicos a jovens imigrantes, procurando qualificá-los para o mercado de trabalho urbano.²¹ Com isso, não se pode afirmar que o padrão de imigrante português era de indivíduos de baixa ou nenhuma qualificação, ou que predominasse um grande número de analfabetos.

Localizar esses portugueses de ideias subversivas não é difícil, eles estavam presentes nas “listas negras”²² das fábricas ou nos noticiários dos jornais sobre greves e manifestações populares desde o início do século XX.

Ao estudar a participação dos portugueses nas lutas operárias, usei como material de pesquisa durante meu mestrado, os arquivos do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), principalmente os Prontuários individuais produzidos até 1940. Nos documentos produzidos pelo DEOPS, constam aproximadamente 6.000 portugueses com passagem pela polícia política e social, desses 190 foram classificados genericamente de “comunistas”.²³

Segundo as informações organizadas pelos investigadores e outros funcionários do DEOPS, fica claro que dentro da colônia portuguesa em São Paulo, existiam pessoas engajadas em grupos subversivos de importante atuação no país, como o Partido Comunista, por exemplo; ou em sindicatos fortes como da Construção Civil, dos Ferroviários ou dos padeiros.²⁴ Mantinham relações bem articuladas com elementos de outras etnias, e tinham em seu favor, em alguns casos, facilidade de se misturarem entre os brasileiros, graças à aparência física, os nomes e a língua.

19 MARINS, Paulo César G. “Habitações e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República, da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 132-133; PAOLI, Maria Célia; DUARTE, Adriano. “São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade”. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*. Vol. 3: *A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 53.

20 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, p. 50-51.

21 *Ibidem*, p. 51.

22 MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002, p. 67-68.

23 As fichas que remetem aos documentos do DEOPS, possuem no item “assunto” o termo “comunismo” ou “comunista”, uma definição genérica que incluía não só os comunistas, mas também, anarquistas, socialistas e outros grupos de esquerda.

24 MATOS, Maria Izilda Santos de. “Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo, 1870-1945”. *História*, São Paulo, vol. 28, nº 1, p. 415-443, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/15.pdf>>. Acesso em 26 jan. 2010.

Alguns tiveram destaque dentro do movimento operário assumindo muitas vezes postos de liderança, como no caso do anarquista Antonio Candeias Duarte,²⁵ um dos líderes do movimento grevista de 1917²⁶ que parou a cidade de São Paulo por diversos dias. Manteve ainda por muitos anos uma forte militância anarquista, e depois comunista, proprietário da Editora Marenglen responsável pela produção e organização de livros dos movimentos anarquista e comunista em São Paulo – fazia parte, entre outros, da diretoria da editora o comunista brasileiro Astrogildo Pereira –, nas primeiras décadas do século xx.

Outros já não tiveram tanta projeção, mas nem por isso menos importância. Tomo como exemplo o caso de motorista Aureliano Henriques,²⁷ natural do pequeno lugarejo de Carregal, pertencente ao distrito de Leiria. Nascido em 1904, era filho de João Henriques e residente na cidade de São Paulo à Avenida Celso Garcia. Foi durante algum tempo dirigente do Sindicato dos Condutores de Veículos, órgão que recebia apoio da Frente Única Sindical, ligado à Confederação Sindical Unitária do Brasil (organização comunista) e colaborador da Aliança Nacional Libertadora. Elemento classificado pela polícia do DEOPS como ‘agitador comunista’, foi preso em 28 de novembro de 1935 e recolhido ao presídio político. Indivíduo que gozava de grande prestígio entre sua categoria, Aureliano fora incumbido pela Confederação de organizar um plano que levasse a greve dos motoristas, em protesto ao fechamento da ANL, em 1935. Durante interrogatório, fora acusado de ser “um pernicioso líder que vem agitando a classe dos *chauffeurs* desta capital”, fato que não negou, pois “confessa que há cinco anos vem mantendo atividades como agitador de classe”. Visto como estrangeiro perigoso, que, na análise da polícia, em nada se assemelhava a imagem do bom imigrante, teve como punição a expulsão do país, decretada em 6 de abril de 1936 e efetivada em 3 de junho do mesmo ano, quando, no porto de Santos, foi embarcado no vapor Eubeé, com destino a Lisboa.

Assim como no caso de Aureliano Henriques, outros portugueses foram expulsos e cujos destinos em Portugal não há relatos nos documentos do DEOPS, nenhum indício do que ocorreu com esses indivíduos quando desembarcaram em solo português. Pode-se imaginar, porém, que a recepção aos recém-chegados não foi em nada acolhedora, já que Portugal, assim como o Brasil, vivia sob um regime ditatorial, de feições fascistas, que perseguia de maneira implacável seus opositores, comunistas e anarquistas entre eles.²⁸

25 Antonio Candeias Duarte (prontuário nº 61 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

26 LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

27 Aureliano Henriques (prontuário nº 477 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

28 Assim como no Brasil, em Portugal foi criada uma polícia especializada em vigiar e reprimir os opositores do Estado, a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado/ Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PVDE/PIDE), a polícia política, espinha dorsal do sistema (ROSAS, Fernando. “O Estado Novo (1926-1974)”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994, vol. 7, p. 275.

Em alguns casos temos um hiato nas informações. Há documentos que informam até a expulsão, e outros que relatam do retorno em diante. Esse interregno, entre a expulsão e o retorno, ficou desconhecido, provavelmente por não ter havido interesse, do DEOPS, ou necessidade de manter informações constantes.

O caso do pintor Abílio José das Neves²⁹ é um exemplo do que foi dito. Natural de Carviçais, Torre de Moncorvo, Trás-os-Montes, onde nasceu em 30 de setembro de 1903, residente à Rua Santo Amaro, São Paulo. Emigrou de Portugal em 07 de janeiro de 1913 acompanhado de seus pais e irmãos, tendo retornado em data desconhecida. Novamente imigrou para o Brasil junto com a esposa e um filho, em 1926. Fora acusado, junto com seu irmão Francisco, de atividades anarquistas, tendo sido presos e expulsos, com destino a Lisboa, em 8 de maio de 1936. Neste ponto as informações se encerram, só recomeçam em 16 de fevereiro de 1953, quando Abílio e sua esposa retornam ao Brasil, mesmo sem ter sido revogada a sua expulsão. Sua situação de ilegal foi descoberta em 1957, sendo aberta pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo uma sindicância para apurar as então atuais atividades do expulsando. Feito todos os trâmites necessários se constatou a sua inocência, tendo, por decreto, a sua expulsão revogada em 29 de março de 1961.

No caso de Abílio das Neves há uma particularidade, se constata que houve falhas no seu processo de expulsão. Em diversos momentos há indícios ou evidências da fraqueza das provas que confirmem a sua militância dentro do anarquismo; o que há, é certo, que o mesmo era apenas um simpatizante, um leitor de livros anarquistas; ao contrário de seu irmão Francisco das Neves,³⁰ um anarquista militante confesso, com uma intensa atividade junto a organizações e jornais libertários, sendo um dos fundadores e primeiro diretor do jornal anarquista 'O Trabalho', cuja primeira edição foi em maio de 1931.³¹

A Constituição de 1934,³² em vigor quando da expulsão de Abílio, garantia em seu artigo 113, item 9, que era dada liberdade a nacionais e estrangeiros de manifestarem seus pensamentos, sem que para isso fosse necessária uma prévia censura. Somente seriam punidos aqueles que promovessem processos violentos contra a ordem política e social; a liberdade de Abílio seria garantida pela Constituição, mas não foi respeitada pelo poder Executivo, que, agindo acima da lei, tomou para si o livre arbítrio em relação ao destino dos imigrantes indesejáveis.

29 Abílio José das Neves (prontuário nº 2 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo; Processo nº 26.653 – Caixa 5.271 – ano de 1954 – fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

30 Francisco Augusto das Neves (prontuário nº 155 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

31 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOV, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2003, p. 210.

32 BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte em 16 de julho de 1934. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Seção Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

Podemos concluir que as expulsões, além de se caracterizarem como uma medida punitiva poderiam ser entendidas como uma medida que amenizava os gastos do Estado, na medida em que uma passagem de navio era muito mais barata do que manter um criminoso no presídio por um longo tempo, onde seria necessário alimentá-los, vesti-los etc. – encargo que o Estado brasileiro já tinha com os presos nacionais. Ademais, permitiram ao governo transferir às autoridades do país natal do expulsando a responsabilidades sobre o destino do réu. O Brasil se preocupou, após os processos de expulsão, em criar barreiras que impedissem o reingresso desses estrangeiros ao país e, com isso, o aumento dos problemas de ordem política e social, que o Estado brasileiro não mostrava interesse em solucionar.

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
 DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA
 PERMANÊNCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Nº _____

NOME ABÍLIO JOSÉ NEVES

Admitido em território nacional em caráter _____

Nacionalidade PORTUGUESA

Pat. JULIO DOS ANJOS Mãe ULSO

Profissão _____

Carteira de identidade n.º 170.658 Registro n.º _____

Residência _____

Emprego _____ Local _____

18.9.42

DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA
 PERMANÊNCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Figura 2. Ficha de Registro de Estrangeiros. Abílio José das Neves (DEOPS – SP/Polícia Federal) – Memorial do Imigrante, São Paulo.

Havia, porém, os que foram processados por práticas subversivas, mas não foram expulsos. Uns chegaram a ter a sua expulsão decretada, outros não, todos esses cumpriram a pena nos presídios brasileiros.

Os que conseguiram revogar a sua expulsão recorreram, na maioria dos casos, ao artigo 3 da lei nº 479, de 8 de junho de 1938, que garantia a não expulsão do estrangeiro que vivesse no Brasil há mais de 25 anos e tivesse filhos brasileiros vivos, oriundos de núpcias legítimas. Mas para conseguir o amparo da lei não era algo fácil, principalmente durante o Estado Novo brasileiro que procurava de todas as maneiras livrar-se dos seus opositores. Era necessário bons advogados, arrolar testemunhas, juntar documentos que provassem a sua condição de residente no país à muitos anos e pai (ou mãe) de filhos legítimos nascidos no Brasil; tudo isso custava muito caro. Para se defender de um Estado autoritário e burocrático, os estrangeiros precisavam mais do que argumentos. Isso não era a realidade da maioria dos portugueses condenados a expulsão, grande parte era composta de trabalhadores braçais (pedreiros, pintores, estivadores, calceteiros etc.) que recebiam baixa remuneração, o que inviabilizava a contratação de advogados tarimbados e a paga das custas do processo. Além disso, a pesar de alguns possuírem família, esposas e

filhos nascidos no Brasil, eram casais que viviam maritalmente e, portanto, os filhos eram tidos como ilegítimos pela lei.

Aos familiares dos expulsos era também imputada uma pena, apontados como ‘filhos de comunista’ ou ‘esposa de comunista’ sofriam o preconceito da sociedade onde estavam inseridos.

Como ilustração cito dois exemplos de famílias de expulsos: o primeiro é o caso de Cândida do Nascimento Gaspar e de seus três filhos (o mais velho nascido em Portugal, e os outros dois no Brasil), esposa de Abílio José das Neves. Presos e expulsos o marido e seu cunhado por atividade anarquista, a família passou necessidades econômicas, tendo que depender do auxílio de parentes e amigos. Anos depois, ela conseguiu retornar a Portugal, acompanhada dos filhos, para viver junto do marido.

O segundo caso, e de Alice Pires da Cruz ou Alice Pires, esposa de Cypriano da Cruz Affonso,³³ natural de Bragança, Trás-os-Montes, onde nasceu em 07 de fevereiro de 1907 (ou 1908), comerciante, residente na Rua Santa Izabel, São Paulo. Portuguesa de Mira, Alice casou-se legalmente com Cypriano em São Paulo, no ano de 1931, e desse casamento nasceu uma filha. Processado por atividades comunistas, Cypriano foi expulso em 1939, passando Alice a viver do trabalho de costura. Porém, como ela, sua filha e sua mãe eram estigmatizadas pela vizinhança, foram obrigadas a mudar de endereço. Por fim, entrou com processo de desquite litigioso, concluído em 1944.

Para os que, segundo determinação do governo brasileiro, pagaram pelos seus crimes nos presídios nacionais, a sorte não foi melhor. Suas famílias sofreram as mesmas situações vexatórias daquelas que tiveram algum de seus membros expulso. O que poderia por vezes amenizar tal situação era a possibilidade das visitas e de conseguir notícias dos presos. Mas dependentes financeiramente de seus maridos e pais, essas famílias passaram por necessidades enquanto seus provedores não eram postos em liberdade. Como se pode notar em carta datada de 25 de junho de 1937, da esposa do preso político Francisco Gomes Chião, natural de Funchal, Ilha da Madeira, onde nasceu em 25 de maio de 1899, garçon, residente no Bairro de Nova Cintra, Santos, São Paulo; endereçada ao superintendente de ordem política e social:

Maria Cardoso Chião, esposa do detento político Francisco Gomes Chião, não sabendo ler nem escrever, pediu fizessem a V. Excia. a presente representação, solicitando seja concedida liberdade a seu marido, que foi preso em Santos, tendo sido envolvido em processo do qual foram postos em liberdade quase todos os indiciados; conforme photographia que offerece é mulher carregada de filhos, muito pobre e é certo que seu marido, [...] era bom esposo e bom pae, trabalhando e fazendo o possível para sustentar o seu lar, *ora em extrema miséria, em mendicância*.³⁴ [grifo nosso]

33 Cypriano da Cruz Affonso (prontuário nº 208 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

34 Francisco Gomes Chião (prontuário nº 2.578 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

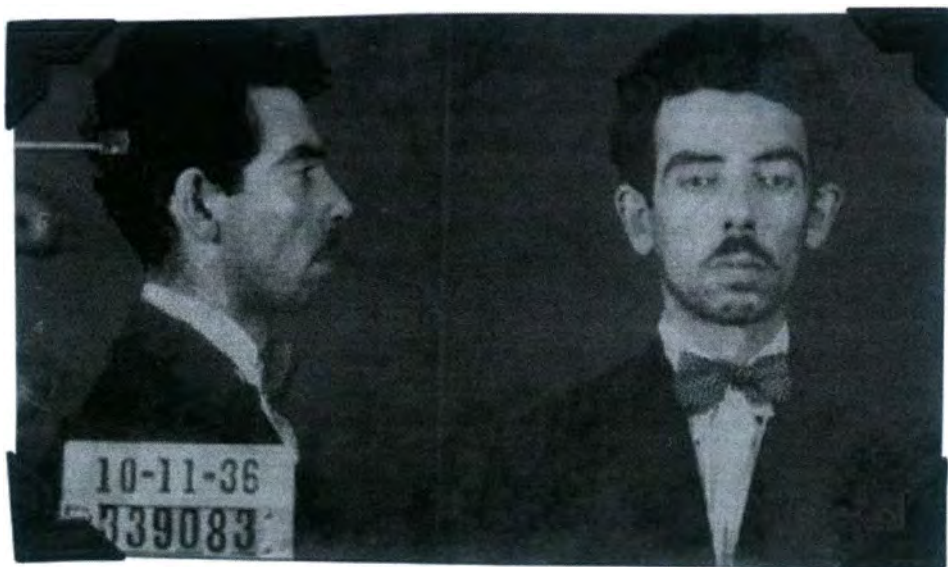


Figura 3. Foto de Identificação. Francisco Gomes Chião (prontuário nº 2.578 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Indivíduos inseridos em nossa sociedade, os portugueses estão na base da formação da nação brasileira. A partir do século XIX, eles passam a emigrar em grandes levadas a procura de oportunidades, vindos por conta própria ou trazidos às custas do governo brasileiro da Europa para o cultivo do café, na mesma condição de outros estrangeiros. Desses que vieram a procura de oportunidades, estavam portugueses de origens diferentes e ideias diferentes; os que vieram e conseguiram enriquecer e retornar a sua aldeia natal, ricos e endeusados, foram chamados ‘brasileiros de torna viagem’; por outro lado, haviam aqueles que procuraram a riqueza e não conseguiram conquistá-la, e foram obrigados a mudar seus planos, ou ainda os que vieram em grupos familiares sem a esperança de voltar. A quase todos esses é possível atribuir adjetivos como, ‘laboriosos’, ‘ordeiros’, ‘obstinados’; em contrapartida podemos atribuir-lhes também outras características como, ‘lutadores’, ‘contestadores’, ‘inconformados com as injustiças sociais’; classificados como estrangeiros subversivos, foram identificados como elementos perigosos, propagadores de ideias contrárias à ordem estabelecida, tumores sociais que deveriam ser extirpados. Enfim, sujeitos históricos, indivíduos que não podem ser estudados dentro de um conceito hermeticamente fechado, sem a possibilidade de novas abordagens.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto *et al* (orgs.). *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BONFÁ, Rogério Luis G. *Com lei ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre executivo e judiciário na Primeira República*. Dissertação (mestrado em História Social do Trabalho)

– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), Campinas, 2008.

BRASIL. *Constituição (1934)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte em 16 de julho de 1934. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Seção Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2003.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro (Difel), 1976.

FONTE, João Carneiro da. *Relatório das atividades da polícia civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, interventor Federal no Estado*. São Paulo: Chefatura de Polícia do Estado de São Paulo, 1940.

KLEIN, Herbert S. “Migração internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

LEITÃO, Alfredo Moreno. *Nem todos eram mansos: o imigrante português nas lutas operárias em São Paulo (1930-1940)*. Dissertação (mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.

_____; SILVA, Débora Cristina Santos da. “Um histórico do fundo DEOPS-SP”. *Quadrilátero: revista do Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília*, vol. 1, nº 1, p. 59-70, mar.-ago. 1998.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Museu da Imigração, 1997

MARINS, Paulo César G. “Habitações e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República, da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

_____. “Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo, 1870-1945”. *História*, São Paulo, vol. 28, nº 1, p. 415-443, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/15.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2010.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

PAOLI, Maria Célia; DUARTE, Adriano. “São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade”. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*. Vol. 3: *A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHIAVON, Carmen G. Burgert. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2007.

SIMÕES, Nuno. *Portugueses no mundo*. Lisboa: Grandes Oficinas Gráficas Minerva, 1940.

SWENSSON JR., Walter Cruz. “Estrangeiros, política institucional e movimentos sociais”. In: AQUINO, Maria Aparecida de et al. *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

Documentos

Abílio José das Neves (prontuário nº 2 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo; Processo nº 26.653 – Caixa 5.271 – ano de 1954 – fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

António Candeias Duarte (prontuário nº 61 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

António Cláudio (prontuário nº 678, DEOPS-SP) – Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

Aureliano Henriques (prontuário nº 477 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Cypriano da Cruz Affonso (prontuário nº 208 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Francisco Gomes Chião (prontuário nº 2.578 – DEOPS) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Portugueses em São Paulo no século XXI: a questão da identidade¹

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

CERU/USP

Maria Christina Siqueira de Souza Campos

CERU/USP

Introdução

A COMUNIDADE PORTUGUESA É PECULIAR, por ter o Brasil sido colonizado por Portugal. A origem portuguesa marca grande parte da população brasileira. A língua é a portuguesa, nomes, sobrenomes e aspectos fisionômicos semelhantes tornam difícil distinguir portugueses e descendentes no conjunto da população. No caso da cidade de São Paulo, cidade de 10.886.518 habitantes em 2011, as comunidades portuguesa e luso-brasileira acham-se espalhadas, havendo poucos pontos de concentração. Os imigrantes portugueses radicaram-se especialmente em São Paulo e também no Rio de Janeiro. A proposta do estudo aqui apresentado foi delinear e conhecer a comunidade residente em São Paulo no século 21, depois de cerca de cinquenta anos do término da imigração, discutindo a questão da identidade e também da integração dos portugueses na cidade.

A imigração portuguesa no Brasil

No período republicano, o Brasil foi o destino de grandes levas de imigrantes portugueses, especialmente numerosos no período da Primeira República (1889-1930) e no pós-guerra, entre 1950 e 1963. Era basicamente uma imigração econômica. Havia também o caso dos jovens que deixavam Portugal para não serem incorporados ao exército, evitando um provável envio para combater na África por quatro anos ou serem encaminhados para a pesca do bacalhau, por ainda mais tempo. Os que chegavam ao Brasil se somavam aos que aqui já estavam e a seus descendentes, formando as comunidades portuguesa e luso-brasileira, esta incluindo os descendentes de segunda e terceira geração já nascidos no Brasil. Essa corrente migratória praticamente se estancou em 1964, quando

¹ Este trabalho foi apresentado no Seminário Internacional sobre a (E)Imigração Portuguesa para o Brasil, que se realizou na Universidade de São Paulo, de 7 a 11 de novembro de 2011, em promoção conjunta do CEPESE e da Cátedra Jaime Cortesão. O estudo, que é sequência de uma série de outros trabalhos sobre os imigrantes portugueses no Brasil, está sendo desenvolvido no Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU, Núcleo de Apoio à Pesquisa da Universidade de São Paulo (NAP-CERU).

os portugueses que saíam de Portugal passaram a buscar outros destinos, como França, Alemanha, Estados Unidos e Canadá. Houve a imigração política dos que se opunham a Salazar e, depois da Revolução dos Cravos, em 1974, dos salazaristas. Ainda em meados dos anos 1970, os portugueses voltaram a chegar, mas em número menor, em geral vindos das colônias portuguesas da África que estavam em processo de emancipação.

Outra questão que afetou os fluxos migratórios portugueses para o Brasil foi a entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia, em 1986, depois União Europeia a partir do tratado de Maastricht, em 1993. A situação econômica de Portugal modificou-se favoravelmente e o país passou a viver, então, um surto de progresso, o que fez decrescer bastante o número daqueles que demandavam trabalho em outros lugares.

Nos anos 1990, a imigração não era mais de pessoas. Foi o capital português que passou a chegar ao Brasil com grandes empresas multinacionais, seus dirigentes e quadros; estes, com prazo determinado para deixar o país, não se configuram propriamente como imigrantes, embora possam interagir com a comunidade.

Por essa época, verifica-se uma inversão da direção do movimento migratório, tendo passado os brasileiros a buscar Portugal em grande número, devido à crise econômica brasileira.

Mais recentemente, com as dificuldades econômicas que estão afetando Portugal desde 2008, verifica-se uma nova onda emigratória, sendo o Brasil um dos principais destinos; desta vez, os que emigram não são mais analfabetos ou semianalfabetos. São profissionais qualificados, predominantemente engenheiros e técnicos de plataformas de petróleo, além de arquitetos, entre outras profissões.²

O projeto de pesquisa

O projeto “*Portugueses em São Paulo no século 21: a questão da identidade*” está sendo desenvolvido em perspectiva sociológica, tendo por objetivo conhecer grupos e coletividades, à medida que a Sociologia é uma ciência voltada para o estudo das relações sociais. No caso, grupos e coletividades referem-se à comunidade portuguesa de São Paulo. O estudo focaliza as instituições portuguesas, as trajetórias reveladoras do sucesso ou insucesso do projeto migratório e as questões da integração e da identidade.³

Para tratar da temática proposta, apresentamos inicialmente algumas considerações sobre os conceitos que orientaram o presente trabalho: migração, identidade (coletiva, pessoal e étnica), integração e integração, memória e tradição.

Migração é concebida como o deslocamento de pessoas no espaço físico e cultural, por um tempo longo ou em caráter permanente. Migração internacional é o deslocamento de pessoas de um país a outro. O movimento migratório é um fato coletivo e também uma experiência pessoal. Considerado

2 Revista Naus, n. 173, p. 11, 2011.

3 Quanto à metodologia da pesquisa, ver LANG, Alice Beatriz S. G.; CAMPOS, Maria Christina S.; DEMARTINI, Zeila B. F. *História Oral, sociologia e pesquisa: a abordagem do CERU*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2010.

como um processo, tem na emigração seu ato inicial e na sequência a imigração. Emigrante é aquele que deixa o país de origem, tornando-se imigrante ao adentrar o país de acolhimento. Emigração e imigração, segundo Abdelmalek Sayad,⁴ são duas faces da mesma moeda e trazem à tona a questão da identidade.

Identidade, no nível do indivíduo, se exprime no sentimento de pertença a determinados grupos, segmentos ou categorias; do ponto de vista coletivo, é a forma como o grupo se integra em um conjunto social, com base em categorias que lhe são próprias, como ideias, ideais, valores, costumes e tradições, ao mesmo tempo em que se distingue de outros grupos.

Na década de 1950, o termo *identidade* foi popularizado pelo conhecido psicólogo social Erik Erickson, ao abordar o sentido individualizado de *self*.⁵ Mais próximos aos dias atuais encontram-se autores, representantes de diferentes correntes de pensamento, que têm buscado chegar a uma conceituação satisfatória para identidade, como os sociólogos alemães Hill e Schnell,⁶ que faziam objeção a uma boa parte das teorias existentes até então com base no argumento de que ainda não tinham sido provadas empiricamente; foram mais longe ainda, ao afirmar que não havia qualquer teoria geral da identidade que preenchesse critérios metodológicos mínimos. Propuseram, então, princípios para uma teoria de identidade de ação, na qual, segundo eles, um grande número de posições teóricas “tradicionais” poderia ser integrado.

A *identidade*, ao mesmo tempo em que estabelece um laço entre indivíduo e sociedade, passado e presente, bem como entre ciência e prática social, rompe com essas dicotomias. Está estreitamente associada à ideia de memória como esta última está da primeira. Assim, cada indivíduo, ao trazer à mente fatos, momentos de sua própria história ou da de seu grupo, vai construindo a identidade pessoal e, ao mesmo tempo, a identidade grupal.

Michael Pollak, sociólogo do IHTP falecido em 1992, salienta que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros”.⁷ Para ele há uma identidade pessoal e uma coletiva. Por identidades coletivas, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira entende “todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência de pertencimento”.⁸

4 SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

5 APUDSANTOS, M. S., 1998.

6 HILL, Paul Bernhard; SCHNELL, Rainer. “Was ist identität?” In: ESSER, Hartmut; FRIEDRICHS, Jürgen. *Generation und Identität: theoretische und empirische Beiträge zur Migrationssoziologie*. Opladen: Westdeutscher, 1990, p. 25-42.

7 POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 204.

8 FERREIRA, Marieta de Moraes. “História Oral, comemorações e ética”. *Projeto História*. Ética e História Oral, São Paulo, nº 15, abr. 1997, p. 158.

Para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos,⁹ as *identidades culturais* não são rígidas ou imutáveis, resultando sempre de um processo de identificação próprio de cada momento ou situação. As identidades se descontextualizam e recontextualizam continuamente, num processo que tem por base conflitos e confrontos, bem como negociações com outras identidades. O contato com os imigrantes portugueses revela claramente todo esse processo de recontextualização das identidades.

Também Maria Beatriz Rocha-Trindade,¹⁰ socióloga portuguesa especialista em estudos migratórios, chama a atenção para o crescente interesse pelos estudos sobre identidade nos tempos atuais, devido à consciência do direito à diferenciação e à afirmação cultural de grupos e comunidades minoritárias. Na base de tal consciência estão dois conceitos que se opõem, *identidade e alteridade*, isto é, o sentimento de pertença a um determinado grupo e o reconhecimento de que existem outros grupos, diferentes dele. Nos tempos presentes, em virtude dos deslocamentos humanos, são frequentes os grupos multiétnicos, multiculturais e ideologicamente distintos.

Mas, não se pode pretender trabalhar a conceitualização de identidade sem fazer referência a um conceito clássico na literatura sociológica a esse respeito, qual seja a definição de *etnia* de Max Weber, considerada a definição mais conhecida a esse respeito:

Queremos denominar grupos “étnicos” os grupos de homens que, com base nas semelhanças dos habitus exteriores ou dos costumes ou de ambos, ou de lembranças da colonização e da migração, desenvolvem uma crença subjetiva numa origem comum, de tal modo que se torna importante para a propagação de traços comuns, no caso de não formarem uma sipe, independentemente do fato de haver objetivamente parentesco de sangue ou não.¹¹

Para delimitar a etnia, Weber distingue as diferenças que saltam aos olhos no modo de vida cotidiano, assim como as diferenças verdadeiramente significativas no modo de vida econômico, diferenças no vestuário típico, no modo típico de moradia e alimentação, na forma comum da divisão do trabalho entre os sexos, assim como a continuidade de língua e a identidade da regulamentação da vida ritual condicionada pelas representações religiosas semelhantes.¹² Cabe observar que a questão da língua não se aplica ao caso dos portugueses no Brasil.

Como se está tratando aqui de grupos imigrantes, coloca-se imediatamente a questão da *identidade étnica*, aqui entendida como um processo identitário e não como algo constituído, naturalizado.

Segundo Hill e Schnell, mencionados acima, identificações étnicas, hábitos culturais étnicos e laços sociais com a minoria étnica constituem dimensões de preferência independentes da etnicidade.

9 SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

10 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “Recriação de identidades em contextos de migração”. In: LUCENA, Célia Regina Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (orgs.). *Discutindo identidades*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006, p. 75-90.

11 *Apud* HILL, Paul Bernhard; SCHNELL, Rainer. *Op. cit.*, p. 44.

12 *Ibidem*, p. 45.

As implicações étnicas de uma “ressurreição” étnica dependem principalmente de quais dimensões da etnicidade – se é que alguma – são afetadas pelo processo.

Lévi Strauss (1987) já afirmava que o conceito de identidade não deveria ser construído sobre um referente empírico, mas simbólico e cultural, pondo-se em questão não apenas o discurso, mas também o lugar e a ótica de interação com esse discurso. Existe, pois, uma *identidade étnica*. Stuart Hall define etnia como as “características culturais – língua, religião, costumes, tradição, sentimento de lugar – que são partilhados por um povo”.¹³ Prosseguindo em suas considerações, diz que a identidade étnica vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico, não havendo possibilidade de entendê-la como algo dado, definido desde o começo da história de um povo. Os significados e valores da identidade cultural são internalizados pelos membros de um grupo tornando-se parte de cada um e tendo como consequência vincular os sentimentos subjetivos aos lugares objetivos que ocupam no mundo social e cultural.

Outro conceito bastante central no presente estudo é o de *integração social*. A Sociologia tem abordado esse conceito desde os trabalhos de Durkheim (1893), Sorokin (1937-1941), Parsons (1951) e Parsons e Shils (1951). Historicamente, a tendência foi de distinguir os diferentes tipos de integração, distinguindo a integração cultural, a normativa e a funcional, mas hoje se costuma tratar todos os aspectos do fenômeno de forma associada, embora seja sempre possível – no caso da imigração – perceber que há mais integração no país de adoção em determinados aspectos e menos com referência a outros.

Pode-se falar, de modo geral, que um indivíduo ou grupo está integrado em determinada sociedade à medida que se sente como membro desse grupo por partilhar suas normas, valores e crenças. Evidentemente, nesse processo multidimensional em que os membros de um grupo imigrante começam a se sentir parte da sociedade em que estão vivendo há também uma influência destes na sociedade em que estão se inserindo, em maior ou menor intensidade, dependendo do tamanho do grupo imigrante, da maior ou menor aproximação entre as duas culturas em contato e da existência de relações mais ou menos frequentes entre o grupo imigrante e a população local.

Nossos estudos em relação aos grupos imigrantes têm mostrado que, geralmente, estes tendem a adotar mais rapidamente traços e normas do país de adoção quando se trata de aspectos relativos ao trabalho e à vida social mais ampla, mantendo os traços da cultura de origem no que se refere à esfera doméstica, incluindo-se aí os hábitos alimentares, as relações familiares, a moradia, a forma de praticar a religião etc.

A partir da década de 1960, uma série de estudos, entre os quais se destacam os de Erving Goffman,¹⁴ priorizou a investigação das interações ocorridas entre atores sociais na vida cotidiana e as construções resultantes destas interações. Identidades coletivas passaram a ser compreendidas com

13 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 67.

14 GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. Anchor Books, 1959

base não só em um conjunto de interações sociais, mas também nos interesses tanto políticos como sociais e estratégicos de atores sociais, dependendo tanto do que é lembrado, quanto da identidade de quem lembra. Da mesma forma que a identidade, a memória também deixou de ser pensada como um atributo estritamente individual, mas essencialmente coletivo. A memória deixou, portanto, de ser considerada como fenômeno individual, passando a elemento constitutivo do processo de construção de identidades coletivas.

Quanto à *memória*, Pollak enfatiza a impossibilidade de se falar de identidade sem abordar a questão da memória, que compreende uma memória individual ou pessoal e a memória coletiva. Segundo o autor, os acontecimentos vividos pessoalmente vão constituir tanto a memória individual como a coletiva. Mesmo que um indivíduo não tenha vivenciado pessoalmente determinado acontecimento, ele acaba por vivenciar os fatos ‘por tabela’, pois participa do grupo onde ocorreram. A memória que se reconstrói é um fator fundamental do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo. Mas essa reconstrução implica mudanças, negociações e transformações na interação com os outros.¹⁵

No mesmo sentido, Marieta de Moraes Ferreira acentua que a memória constitui um elemento importante para o reconhecimento e valorização dos grupos e acrescenta que “mesmo a memória constituída efetua um trabalho de manutenção, de renovação, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização”.¹⁶

Com base nas considerações acima, aceitamos que a memória deve ser vista como um elemento central na construção da identidade, sentimento que compreende a identidade coletiva e a pessoal. Tratando de imigrantes, Rocha-Trindade mostra que o passar do tempo leva certamente à internalização de muitos elementos da cultura do país de adoção, dando origem ao processo de recriação da identidade.¹⁷ O imigrante é muitas vezes aquele que está com o pé em duas canoas, sendo, nesse caso, bem presente o sentimento de pertença a duas culturas distintas.

No que se refere à identidade portuguesa, sendo Portugal o país de origem dos imigrantes estudados, Boaventura de Sousa Santos¹⁸ traça um quadro de sua cultura, mostrando como as contradições dominam as imagens que seu povo e os outros que entram em contato com o país fazem do mesmo. Afirmo que a cultura portuguesa é muito heterogênea, devido ao tipo e historicidade do seu nível de desenvolvimento intermédio, traduzindo-se esse traço em representações sociais discrepantes, em que o povo aparece como sendo capaz de se adaptar a todas as coisas. Por séculos, Portugal foi o centro de um grande império colonial e, ao mesmo tempo, a periferia da Europa. O autor levanta a hipótese de que não existe propriamente uma cultura portuguesa em termos de conteúdo, mas somente em termos de forma. Dentro do país, os portugueses não se identificam com uma cultura

15 POLLAK, Michael. *Op. cit.*

16 FERREIRA, Marieta de Moraes. *Op. cit.*, p. 157.

17 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Op. cit.*, p. 90.

18 SANTOS, Boaventura de Sousa. *Op. cit.*

coletiva, de toda a nação, o que vem a ocorrer quando estão fora dele na situação de emigrados. O autor aponta um déficit identitário no âmbito da identidade coletiva interna. No país constata-se identidades regionais variadas configurando uma grande heterogeneidade. Disso decorre, por um lado, o cosmopolitismo e, por outro, o acentrismo, caracterizado pela multiplicação dos localismos.

Outro conceito fundamental para entender o processo migratório é o de *tradição*, que se refere a um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, tácita ou abertamente aceitas, que têm por objetivo inculcar valores e normas de comportamento por meio da repetição, implicando, portanto, uma continuidade em relação ao passado. Hobsbawm e Ranger, em sua obra sobre a invenção das tradições na Inglaterra,¹⁹ apontam para o fato de que muitas das tradições que se pode pensar como sendo muito antigas, ou são bem mais recentes do que se acredita ou são até inventadas. As tradições passam necessariamente por revisão, ritualização e reinserção no contexto social de práticas tradicionais existentes com o objetivo de servir aos propósitos nacionais ou de um grupo em particular. É frequente a ressignificação dos traços e aspectos que compõem as tradições em uma sociedade. Os costumes ou as rotinas mudam para se adaptarem às novas exigências das sociedades em transformação. Mencionam, especificamente, as canções e danças folclóricas, que passam a ser impregnadas de conteúdo patriótico, com o desenvolvimento de uma série de rituais baseados na relação Igreja-Estado, seja pela lenda ou pela invenção. As forças que atuam no sentido do coletivo e do nível pessoal têm na tradição um elemento de extrema importância. É uma tradição ressignificada segundo propósitos e em função das condições enfrentadas.

A existência de traços identitários e de integração na sociedade em São Paulo está sendo analisada em relação ao grupo de imigrantes portugueses que vieram para essa cidade e entre seus descendentes.

O estudo tem por base a complementaridade de fontes, recorrendo a fontes escritas (bibliografia, imprensa da comunidade, dados censitários), fontes orais e imagens. Quanto às fontes orais, são privilegiadas as obtidas por meio da história oral, embora recorrendo a outras, como programas televisivos e radiofônicos dirigidos à colônia portuguesa. Os relatos orais são coletados entre os dirigentes das entidades mais representativas da comunidade portuguesa de São Paulo, bem como entre os membros da colônia lusa. O trabalho junto às entidades visa a apreender como têm contribuído para manter ou até reavivar a identidade de origem e as tradições ligadas à nação portuguesa. Quanto aos membros da comunidade, busca captar diferentes trajetórias.

A comunidade portuguesa em São Paulo: delineamento, obras e associações, trajetórias, identidade

Dos 299.801 imigrantes que ingressaram no país entre 1950 e 1963, a maior parte ficou no Rio de Janeiro e em São Paulo. Destes, alguns regressaram a Portugal completando o percurso migratório,

19 HOBBSAWM, ERIC; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

muitos já morreram. Na década de 1970 foi bem menor o número das entradas. Quantos teriam permanecido no país e aqui reconstruído sua vida?

Neste estudo está se considerando o momento atual, ou seja, as décadas iniciais do século 21. É imensa a dificuldade para se obterem dados sobre os portugueses que estão em São Paulo e os luso-brasileiros. A própria definição de luso-brasileiro é controversa, embora se possa, a princípio, definir como tal os pertencentes à segunda e à terceira geração.

A Embaixada de Portugal, em seu *site*, indica que o Censo Demográfico brasileiro de 2000 contabilizou 213.203 portugueses, inclusive binacionais. Cerca de 90% se encontravam nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e, destes, 99% na zona urbana. Contudo, aponta que o Serviço dos Negócios Estrangeiros português indica um total entre 500.000 e 700.000, em coerência com o total de inscrições consulares registradas.

As estimativas variam conforme a fonte. De acordo com a avaliação do jornalista Armando Torrão, responsável pelo caderno sobre São Paulo do jornal *Portugal em Foco*, seriam aproximadamente 600 mil os luso-brasileiros de São Paulo.²⁰ Parecem-nos bastante confiáveis as informações do Dr. Vitorino Rodrigues,²¹ deputado eleito para o Parlamento português na qualidade de representante das comunidades de além-mar; Rodrigues dirige um escritório de advocacia no Brasil que presta serviços a portugueses que desejam viajar a Portugal ou regularizar sua documentação, assim como a descendentes nascidos no Brasil. Segundo seus dados, aproximadamente 180.000 portugueses vivem no Estado de São Paulo, dos quais 30.000 em Santos. De acordo com essa fonte, o número de portugueses residentes em todo o Brasil fica, no máximo, entre 450.000 e 500.000, a maioria em São Paulo e no Rio de Janeiro.

As obras e atividades da comunidade portuguesa em São Paulo

A comunidade portuguesa criou inúmeras obras em setores diversos e em momentos distintos: saúde, economia, esporte, associações regionais, grupos folclóricos, igrejas. Há órgãos de imprensa e programas radiofônicos dirigidos à comunidade portuguesa.

A Real Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência foi fundada em 1859, hoje um dos grandes complexos hospitalares de São Paulo. Ainda no século 19 foi criada a Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas (1891) e a Sociedade Beneficente Vasco da Gama (1898). Datam das décadas iniciais do século 20 a Associação Beneficente São Pedro do Pari (1917) e a Associação de Socorros Mútuos Sacadura Cabral (1925), associações essas beneficentes e mutualistas. Com finalidades diversas foram criadas a Câmara Portuguesa de Comércio (1912), a Associação Portuguesa de Desportos (1920) e o Clube Português (1920).

Na década de 1930, alguns portugueses originários de uma mesma região decidiram reunir-se, dando origem a associações regionais que se propunham, além de promover a união, auxiliar aqueles

20 Entrevista concedida às pesquisadoras em 11 ago. 2011.

21 Dados fornecidos pelo Dr. Vitorino por telefone às pesquisadoras em outubro de 2011.

que estavam em situação difícil, em decorrência da recessão enfrentada pelo Brasil com a crise de 1929. Foram criados, assim, o Centro Trasmontano (1932), a Casa do Minho (1932), o Centro Beirão de São Paulo (1933). O Centro Trasmontano de São Paulo, depois de enfrentar inúmeros percalços, desenvolveu um bem sucedido plano de saúde.

A Casa de Portugal, como uma *casa mater*, foi criada em 1935 com o objetivo de incorporar e fundir as associações existentes, prover assistência aos imigrantes, defender e promover a cultura e o idioma português. Corresponhia ao sonho do arquiteto português e também imigrante Ricardo Severo, que, em 1918, assim a delineava: “casa em estilo português, e com uma porta tão ampla, que por ela caibam quantos portugueses haja na Colônia”²²

Outras associações foram criadas depois que a emigração de Portugal continental e das ilhas praticamente havia terminado. Dessa época data a fundação do Arouca São Paulo Clube (1979), da Casa dos Açores (1980), da Associação Casa de Macau e da Sociedade Amigos da Ilha da Madeira (1982). A década de 1990 registra a criação da Casa Cultural Império do Minho de São Paulo (1991) – a primitiva Casa do Minho fora extinta –, da Associação dos Poveiros de São Paulo (1991), da Comunidade Gebelinense de São Paulo (1992), além daquelas situadas em outras cidades do Estado.

O objetivo atual dessas associações é a união dos conterrâneos da mesma região, a preservação das tradições e dos vínculos com o país e especialmente com a região de origem. O auxílio aos necessitados não é mais o objetivo primordialmente visado. Reuniões festivas periódicas preservam as tradições culinárias, as danças e cantares das regiões de origem.

Algumas associações têm focos especiais, como a religião. É o caso da Casa dos Açores, que tem em suas dependências uma pequena capela com a imagem do Santo Cristo e promove como principal atividade a festa do Divino Espírito Santo, uma recriação da festa tradicional que acontece no arquipélago e que mobiliza toda a comunidade ligada aos Açores.

Outro caso que merece destaque é a Comunidade Gebelinense, associação criada em 1992 que reúne provenientes de Gebelim, pequena aldeia trasmontana. Três são os objetivos dessa associação: 1. promover o conagraçamento dos imigrantes da aldeia de Gebelim e seus descendentes para que tenham a exata ideia de suas origens e honrem sempre suas famílias; 2. promover encontros sócio-esportivos e beneficentes; 3. promover anualmente no mínimo, dois eventos, sendo um em maio e outro no segundo domingo de setembro, dia em que se festeja o padroeiro São Bernardino de Sena. Interessante observar que a aldeia de Gebelim conta apenas com 250 habitantes e na festa da Comunidade Gebelinense em São Paulo, no ano de 2011, havia 800 pessoas.

Geralmente essas associações contam com poucos recursos, algumas conseguiram uma sede própria, outras funcionam em sedes alugadas. São bastante ativas, promovendo atividades variadas, de lazer, beneficentes e religiosas, estas em homenagem ao santo padroeiro da aldeia de origem. Os ranchos folclóricos são integrados por jovens que cantam e dançam músicas regionais. Os almoços com comidas típicas são muito concorridos e deles participam até pessoas não pertencentes às

²² VERDASCA, José. *A Casa de Portugal e a comunidade*. São Paulo: 1500 Comunicação e Marketing, 1993, p. 133.

comunidades luso-brasileiras. Para a realização de suas atividades, as associações contam com o apoio de firmas de origem portuguesa, como o Banco Banif, o Banco Luso-Brasileiro, a Transportadora Cruz de Malta, a Numatur, entre outras.

Em 1981 foi criado o Conselho da Comunidade Luso-brasileira pelo Comendador Valentim Diniz, com o objetivo de reunir as várias associações. Contudo, essa fusão dificilmente poderia ocorrer, dado o localismo das regiões de Portugal, como se salientou acima nas palavras de Boaventura de Sousa Santos e confirma Antonio de Almeida e Silva, presidente atual do Conselho da Comunidade Luso-brasileira.²³

Um dos traços marcantes da comunidade portuguesa é a religiosidade e, de modo especial, a prática da religião católica. Nas aldeias portuguesas, a igreja matriz desempenhava um papel centralizador e o culto do padroeiro era objeto de festas anuais. Também no Brasil as *igrejas* se tornaram um ponto de encontro da comunidade.

Em São Paulo, a devoção a Nossa Senhora de Fátima é muito difundida entre os portugueses. No dia 13 de maio de 1917, houve a aparição de Nossa Senhora do Rosário a três pastorzinhos, Lúcia, Francisco e Jacinta, na cova da Iria. A devoção foi trazida ao Brasil pelos imigrantes. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima foi construída no bairro do Sumaré, por frades franceses da Ordem Terceira Regular de São Francisco, tendo sido inaugurada em 1948. A comunidade luso-portuguesa reúne-se nessa igreja no dia 13 de cada mês. Há uma procissão pelas ruas próximas, uma missa solene e a seguir um café com bolos e guloseimas portuguesas, como bolinho de bacalhau, bolo de mel madeirense, pastéis de Santa Clara etc.

Outras igrejas também são frequentadas por portugueses, como a Igreja de Santa Marina, na Vila Carrão, zona leste, local onde é celebrada a missa, como parte dos festejos do Divino Espírito Santo organizados pela Casa dos Açores. A Igreja do Divino Espírito Santo no bairro de Cerqueira César teria sido fundada por portugueses. A Igreja de Nossa Senhora da Aparecida, na Vila Beatriz, é conhecida como “a igreja dos portugueses”. Aliás, toda a região das vilas Madalena, Beatriz e Ida constituía uma grande propriedade pertencente a um imigrante português, propriedade essa que, com sua morte, foi dividida entre as três filhas, dando origem a três bairros vizinhos, próximos ao bairro de Pinheiros, na zona oeste da cidade. A Igreja de São Domingos Sávio foi reformada por um grupo de imigrantes.

Como órgãos da imprensa da comunidade, devem ser mencionados os jornais *Mundo Lusíada* (publicado em Santo André), *Portugal em Foco*, com sede no Rio de Janeiro, mas com uma seção de notícias sobre a comunidade de São Paulo, e a revista *Naus*. O jornal *Portugal em Foco* tem como responsável pela parte editada em São Paulo o jornalista Armando Torrão. Esses periódicos têm assinantes, mas são também distribuídos gratuitamente em algumas entidades da comunidade portuguesa, como na Casa de Portugal.

23 | *Jornal Portugal em Foco*, edição 11 a 17 de agosto de 2011, p. 14.

A Revista Naus é certamente direcionada à camada de mais posses, dados os eventos que noticia ou os temas de que trata. Por exemplo, um de seus números²⁴ relata a trajetória de Horácio da Silva Roque, presidente do Conselho de Administração do Banco Banif, pertencente a um forte grupo financeiro da comunidade luso-brasileira e atuante em diversos países. Recebeu o título de “Personalidade do Ano de 2006”, título esse entregue em jantar solene promovido pela Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo e ocorrido na data em que este órgão comemorou 94 anos de existência. A solenidade contou com a presença do presidente da República de Portugal na ocasião, professor Cavaco Silva. Outras matérias tratadas na revista são notícias dos eventos ocorridos ou que ocorrerão em futuro próximo nas maiores entidades da comunidade, como as comemorações de aniversário da Casa de Portugal, fotos de membros da comunidade luso-brasileira de São Paulo, uma seção sobre culinária portuguesa, um destaque sobre alguma região turística de país de língua portuguesa, notícias variadas sobre inaugurações, exposições e informes de natureza econômica. A publicidade promove empresas de origem portuguesa e que atuam no Brasil, como bancos, restaurantes e lojas, e contribui para o financiamento da publicação.

Os programas radiofônicos são inúmeros, em horários diversos e com programação amena e variada, dando notícias de interesse geral, divulgando e lembrando músicas de origem lusitana, bem como entrevistando personalidades de diversas áreas. Os mais importantes são *Bom dia, Portugal*, *Heróis do Mar*, *Navegar é Preciso, Portugal*, *a Saudade e Você*, *Portugal dentro de Nós*, *Portugal, minha Saudade*, *Portugal Trilha Nova e Presença Portuguesa*. Os nomes são muito sugestivos e se referem ao sentimento de saudade e à relação com Portugal.

Esses órgãos da mídia escrita e falada atuam como instrumentos para a divulgação da programação das diferentes associações, especialmente os jornais que servem como instrumento de intermediação entre as várias entidades, estimulando-as, consciente ou inconscientemente, a promoverem eventos dirigidos à comunidade.

Na mídia televisiva há o programa *Portugal das Caravelas*, apresentado na tv aberta, e *Portugal e Sua Gente* e *Quem Somos Nós*, pela tv por assinatura.

A ligação com Portugal

Laços com Portugalsão observados e incentivados em todas as camadas sociais, por meio da ação das associações da comunidade. A permanência dessa ligação com Portugal, com a aldeia, parentes e conterrâneos, garantia, em tempos passados, a remessa de recursos consideráveis em seu total e era incentivada pelo governo português. Hoje essa remessa de recursos pecuniários já não mais ocorre, mas se mantém, de modo geral, a relação com a pátria de origem.

Entre aqueles bem sucedidos, é frequente o auxílio material às aldeias, como o custeio de melhoramentos urbanos, a reforma da igreja etc. Muitos constroem casas na aldeia de origem, as *casas de brasileiro*, para utilização em períodos de férias ou, quem sabe, no futuro. Em Vila Real foi criado um

24 Ano 11, nº 128, out. 2006.

conservatório musical pelo Comendador Manuel Botelho. Mesmo entre os medianamente bem sucedidos, a visita à aldeia de origem e aos parentes, levando os filhos para “conhecer a terrinha”, ocorre assim que conseguem amealhar algum dinheiro. O Consulado Geral de Portugal instituiu o sorteio de viagens para Portugal ao qual podem se candidatar imigrantes que nunca tiveram oportunidade de visitar a terra de origem. Há iniciativas individuais, como a da proprietária do jornal Portugal em Foco, sra. Benvinda Maria, que organiza anualmente um Rancho Folclórico formado por um casal de jovens de cada associação e os leva para se apresentarem em diversas aldeias e cidades portuguesas.

Uma grande preocupação da comunidade é a motivação dos jovens descendentes, para que a ligação com Portugal continue viva. São os descendentes que irão dar continuidade às obras criadas pelos portugueses aqui no Brasil. Observam alguns imigrantes que os jovens não estão muito motivados nesse sentido. Nas associações regionais, a estratégia que tem sido adotada é a criação de grupos ou ranchos folclóricos que possam atraí-los. A proposta do Conselho da Comunidade Luso-brasileira é integrar as novas gerações com a participação efetiva em cargos de expressão dentro das associações.²⁵

Imigrantes: situações diversas

Quando o tempo de permanência no país de adoção se alonga, é natural que se encontrem imigrantes vivendo em situações diversas: desde aquela marcada pelo sucesso econômico, político e social, passando a condições medianas em gradações variadas, até a situação de carência, significando o fracasso do projeto migratório.

A comunidade é hoje bastante heterogênea, o que se reflete na frequência às associações. Foi possível observar que aqueles que comparecem às atividades da Casa de Portugal e do Clube Português constituem a elite da comunidade – é lá que se encontram os comendadores e aqueles que tiveram sucesso em seus empreendimentos. Vários deles possuem a comenda Infante Dom Henrique, láurea criada pela Casa de Portugal em 1944 para agraciar os benfeitores da comunidade. A Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo reúne aqueles que possuem ou participam de empresas de maior porte. As associações regionais são frequentadas por uma camada média.

De um modo geral, nos primeiros tempos, os imigrantes não buscavam nenhuma associação. Quando a vida começou a melhorar, a primeira associação na qual ingressaram foi em geral a Portuguesa de Desportos que, além de time de futebol, é também um clube esportivo e social.

Há os casos daqueles que regressam a Portugal, tendo conseguido o objetivo proposto ou não, quando se fecha, então, o percurso migratório. Alguns regressam depois de alcançar seu objetivo, como o caso do pai de um entrevistado que conseguiu amealhar um dinheiro para comprar alguma terra na aldeia de origem, objetivo de sua emigração. Os que retornam bem sucedidos tornam-se alvo da admiração dos conterrâneos.

Há também casos de insucesso, uma dimensão pouco estudada. São aqueles que não conseguiram chegar ao objetivo proposto no projeto migratório e mesmo aqueles que se encontram hoje em

25 *Jornal Portugal em Foco.*

situação de extrema pobreza. São casos dolorosos de pessoas que, em geral, trabalharam a vida toda e, por não terem contribuído para o sistema previdenciário brasileiro, se encontram hoje em situação precária. Em geral, o apoio que recebem vem de parentes e conterrâneos, destinado a pagamento de aluguel, remédios e até roupas e alimentação. Trata-se de uma solidariedade que pode ser vista como horizontal, tendo em vista que provém de seus pares. Contudo, muitas vezes os parentes não estão também em condições de auxiliar.

Alguns imigrantes que se encontram em real situação de penúria são atendidos pelo Consulado de Portugal por meio do Centro de Apoio a Portugueses Carenciados; outros, impossibilitados de viver sozinhos, são encaminhados ao Lar da Provedoria, mantido pela Comunidade Portuguesa.

O Centro de Apoio a Portugueses Carenciados (ASEC-ASIC) funciona em um espaço da Casa de Portugal, onde os imigrantes que não têm nenhum recurso são recebidos e triados. É aberto um processo que é encaminhado a Portugal para análise e avaliação; se deferido, leva à concessão, pelo governo português, de uma pequena quantia mensal. Em 2011, 730 pessoas estavam recebendo o apoio social de Portugal, porque nada recebiam no Brasil. Muitos recebem uma cesta básica como ajuda provisória, enquanto não chega a decisão portuguesa sobre o pedido de auxílio.

O Lar da Provedoria é também uma iniciativa das associações da comunidade ou daqueles bem sucedidos, para auxiliar os desfavorecidos. Situado no Tucuruvi, o Lar recebe idosos que ainda estejam com estado físico e mental satisfatório, possibilitando independência. Em 2011, quando foi por nós visitado, lá moravam cinquenta e sete idosos, em sua grande maioria de origem portuguesa. O Lar da Provedoria é custeado pela renda de eventos organizados pela comunidade e por doação de benfeitores. Não é uma Casa de Repouso, mas uma casa social. Essa ação da Comunidade ou daqueles bem sucedidos em seu projeto migratório, ao manter o Lar da Provedoria, configura-se como um tipo de solidariedade vertical.

Contudo, o total dos atendidos, tanto pelo Centro de Apoio quanto no Lar da Provedoria, é exíguo quando se considera o total de pessoas que integram a comunidade, o que leva a supor o maior peso e a importância da solidariedade horizontal.

Identidade e tradição

Da identidade coletiva dos portugueses fazem parte mitos e tradições. As grandes navegações, que levaram o pequeno Portugal a se tornar grande pelas descobertas nos séculos 15 e 16, são talvez a marca mais significativa da identidade coletiva dos portugueses, podendo ser considerada como um mito de origem. O heroísmo, a coragem e espírito aventureiro são vistos como atributos da etnia. O emblema da Ordem de Cristo²⁶ passou a adornar as velas das caravelas portuguesas que exploraram os mares. O símbolo da Ordem de Cristo é utilizado ainda hoje para identificar empresas e

²⁶ A Ordem de Cristo, ordem religiosa e militar, teve sua origem na Ordem dos Templários, exímios navegadores, expulsos da França por Felipe o Belo e pelo Papa Clemente V, em 1315. Os templários foram acolhidos em Portugal por Dom Dinis, trazendo para esse país seus conhecimentos de navegação. O Infante Don Henrique foi Grão Mestre da Ordem de Cristo.

associações portuguesas. As qualidades características do povo português do tempo das navegações e descobrimentos são hoje atribuídas aos imigrantes que têm a coragem para deixar sua terra e conquistar um futuro melhor.

A difusão dessa imagem pelos imigrantes portugueses seria uma contrapartida aos preconceitos enfrentados no Brasil. São preconceitos que têm sua origem na condição precária dos imigrantes que vieram para o Brasil no contexto da imigração econômica, homens e mulheres sem recursos e sem instrução, na maior parte dos casos. Tornaram-se objeto de anedotas, piadas e apelidos pejorativos.

Da identidade coletiva, assim como da identidade pessoal, fazem parte tradições que os portugueses buscam cultivar. As associações regionais promovem reuniões e festas, organizam os ranchos folclóricos integrados por luso-descendentes que tocam, dançam e se apresentam com trajes típicos. Lembranças da aldeia e tradições são ressignificadas com o propósito de promover a união entre os portugueses e entre esses com Portugal e, especialmente, com a aldeia ou a região de origem.

A denominação de vários estabelecimentos comerciais criados por imigrantes tem sua referência na aldeia de origem do proprietário ou homenageiam o Santo Padroeiro, ou mesmo o país, como exemplificam: restaurante Casa Portuguesa, Padaria Queluz, Panificadora Nossa Senhora da Candelária, Algarve Pães e Doces, Padaria Estado Luso, Padaria Estoril, entre tantos outros.

No nível ainda mais restrito, o das casas de moradia, as lembranças estão sempre presentes, expressas em objetos, sinais emblemáticos de pertença: a imagem de Nossa Senhora de Fátima e muitas vezes do santo protetor da aldeia de origem, o galo de Barcelos, o relógio cuco, além de pratos com imagens e dizeres referentes à aldeia e muitas fotos. A casa torna-se um “lugar da memória”, para recorrer ao conceito de Pierre Nora.²⁷ Segundo o historiador francês, uma das questões significativas da cultura contemporânea, diz respeito ao sentimento de pertencimento a um dado grupo, colocado entre a memória e a identidade. Lugares da memória são lugares materiais, funcionais e simbólicos, onde a memória coletiva se ancora, a identidade se expressa e revela. No caso estudado, a casa torna-se o repositório de lembranças e objetos materiais, elementos que ajudam a preservar a memória da pátria distante.

Mitos, tradições e lembranças são elementos presentes na *identidade pessoal* dos imigrantes, que se forja dentro do quadro da identidade coletiva. Há uma constante construção e reconstrução da identidade, dado que os imigrantes estão inseridos no contexto mais amplo do país de acolhimento, com os valores que lhe são próprios e majoritários. As tradições portuguesas são muitas vezes ressignificadas.

Conclusão

A permanência da ligação com Portugal marca a identidade dos portugueses que estão no Brasil. Mesmo depois de cinquenta anos morando no Brasil, vivem um sentimento de identidade marcado pela ambiguidade. É o sentimento manifestado pela maioria dos portugueses.

27 NORA, Pierre. *Les lieux de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

O português Almeida e Silva, que chegou ao Brasil com apenas dois anos de idade, hoje presidente do Conselho da Comunidade Luso-brasileira, assim se define: “Eu me considero um luso-brasileiro por inteiro. Todo português, para onde vai, se integra de tal forma que acaba tendo duas pátrias. O meu caso não foge à regra”.²⁸

José Pisco, diretor da Casa Cultural Império do Minho de São Paulo, assim se expressou, ao se referir à sua identidade: “Eu me sinto tanto português, quando brasileiro. Quando volto para lá, eu me sinto bem”.²⁹

Ao jornalista Armando Torrão perguntamos na entrevista: “O sr. diria que há uma identidade luso-brasileira?” Ao que Torrão respondeu: “Existe e eu sou”. Torrão nasceu em Prado Gatão, Miranda do Douro, Trás-os-Montes. Veio para o Brasil com cinco anos de idade e já visitou várias vezes a aldeia de origem.³⁰

A manutenção das tradições e da memória do passado heroico e glorioso de Portugal são traços que marcam a identidade dos imigrantes. Da ligação com Portugal decorre o sentimento da *saudade*, visto como característico da identidade do português que se encontra fora de sua terra. São elos que não se rompem. Mas, ao lado dessa relação com a pátria de origem como um todo, está mais forte e evidente a relação com a aldeia ou região de onde saíram no processo de emigração. Sente-se ainda bem presente o regionalismo, que confere à identidade dos imigrantes portugueses em São Paulo um caráter bastante ambíguo. Tem-se a impressão de que a saudade de Portugal é uma forma de idealização, que permite e justifica a associação com conterrâneos de outras regiões e explica o fato de uns frequentarem a associação dos outros e também o fato, por exemplo, de uma aldeia tão pequena como Gebelim ter encontros festivos com uma participação de cinco vezes, pelo menos, o número de seus habitantes. Esses eventos reforçam ou recriam as tradições, das quais muitos não mais se lembram, mas contribuem para seu lazer e consolidação de uma identidade, que, embora ambígua, de outra forma, estaria se perdendo.

As associações da comunidade tiveram e ainda têm, certamente, um papel importante na integração e no apoio aos imigrantes e, ainda hoje, na preservação de traços identitários que remetem a Portugal, no âmbito coletivo e no pessoal.

Referências bibliográficas

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História Oral, comemorações e ética”. *Projeto História*. Ética e História Oral, São Paulo, n° 15, p. 157-164, abr. 1997.

GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. Anchor Books, 1959.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista Editora dos Tribunais, 1990.

²⁸ *Mundo Lusíada*, ed. 282, ago. 2011, p. 12, entrevista especial.

²⁹ Entrevista concedida às pesquisadoras no dia 1º abr. 2011.

³⁰ Entrevista concedida às pesquisadoras no dia 11 ago. 2011.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HILL, Paul Bernhard; SCHNELL, Rainer. “Was ist identität?” In: ESSER, Hartmut; FRIEDRICH, Jürgen. *Generation und Identität: theoretische und empirische Beiträge zur Migrationssoziologie*. Opladen: Westdeutscher, 1990, p. 25-42.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LANG, Alice Beatriz S. G.; CAMPOS, Maria Christina S.; DEMARTINI, Zeila B. F. *História Oral, sociologia e pesquisa: a abordagem do CERU*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2010.
- NORA, Pierre. *Les lieux de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-215, 1992.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “Recriação de identidades em contextos de migração”. In: LUCENA, Célia Regina Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (orgs.). *Discutindo identidades*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006, p. 75-90.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, Acildo Leite da. *Memória, tradição oral e a afirmação da identidade* (Texto apresentado no GT Afro-brasileiros e educação). 27ª ANPED, Caxambu, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br> e em *Sociedade, Democracia e Educação: qual universidade?* Petrópolis: Vozes, 2004, vol. 1, p. 7-17.
- VERDASCA, José. *A Casa de Portugal e a comunidade*. São Paulo: 1500 Comunicação e Marketing, 1993.

O discurso político da emigração através dos diplomatas portugueses no Brasil (1855-1873)

Paula Barros

CEPESE

Introdução

ESTE TRABALHO VAI ANALISAR o discurso político dos diplomatas portugueses creditados no Brasil entre 1855-1875, ou seja dos ministros de Portugal no Rio de Janeiro, José de Vasconcelos e Sousa, e conde de Tomar, bem como dos cônsules de Portugal neste país.

Os relatórios dos cônsules instalados nos portos do Brasil constituem uma fonte valiosíssima para a compreensão da emigração da época, uma vez que ninguém melhor do que estes diplomatas podia conhecer as vicissitudes do transporte, a emigração clandestina, os contratos de prestação de serviço e o recrutamento dos emigrantes.

De acordo com o artº 4, da carta de lei de 20 de julho de 1855, sobre a emigração clandestina, os cônsules passaram a ser obrigados a remeter a participação do número de passageiros e emigrantes que fossem transportados em qualquer embarcação, quer para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, quer para o Governador Civil do Distrito a que pertencesse o porto de onde tinha saído a embarcação de que se falava na mesma participação.

Além disso, os agentes consulares deviam remeter todos os documentos que servissem de fundamento ou prova nos procedimentos ou acções que fossem intentadas contra os culpados ou responsáveis pelas faltas de execução das obrigações impostas aos capitães e donos dos navios.

Mais tarde, a portaria de 18 de janeiro de 1859 determinou que os agentes consulares no Brasil deviam averiguar a chegada de navios com emigrantes, “se foram alguns clandestinamente, e quem os seduziu e auxiliou, levantando disso os competentes autos e remetendo-os aos respectivos Governos Cíveis”.

Finalmente, por portaria de 2 de julho de 1859, os cônsules nos portos de destino deviam passar documento através do qual se demonstrasse que as fianças dos navios que conduziam emigrantes tinham sido prestadas, de forma a que o dono ou capitão de cada embarcação pudesse levantar as mesmas.

É pois através dos relatórios enviados pelo pessoal diplomático português em serviço no Brasil que nós podemos detetar as preocupações, as dúvidas e as recomendações que dão corpo ao discurso político de tais agentes do Estado Português.

Através da correspondência entre este pessoal diplomático e o Governo português tivemos oportunidade de analisar até que ponto a legislação portuguesa relativa à emigração estava a ser cumprida; quais as condições em que os emigrantes chegavam ao Brasil; quais as medidas que propunham para evitar a emigração clandestina, acautelar os interesses dos emigrantes que celebravam contratos de locação de serviços e remediar a difícil situação em que se encontravam os emigrantes portugueses no Império brasileiro.

Os diversos relatórios emitidos pelos diplomatas portugueses em funções no Brasil demonstram que as suas preocupações fundamentais giravam em torno de três grandes temas:

- a emigração clandestina;
- a contratação dos emigrantes de forma irregular ou ilegal;
- a assinatura de uma convenção entre os governos dos dois países para regular a emigração.

A emigração portuguesa clandestina para o Brasil

A emigração clandestina foi objecto, por parte do governo português de iniciativas legislativas várias, logo a partir da instauração definitiva do liberalismo em Portugal, em 1834.

Com efeito, logo em 1835-1836 o Governo, alertado por participações dos agentes consulares de Portugal no Brasil, procurou travar a emigração ilegal que se fazia sentir das ilhas dos Açores para aquele Estado, através de várias portarias.

Contudo, tais diplomas rapidamente caíram no abandono, de tal modo que só a partir da carta de Lei de 20 de julho de 1855 é que os cônsules foram chamados a colaborar de forma mais efetiva na fiscalização da emigração clandestina nos portos de destino, nomeadamente através das visitas aos barcos ainda antes da saída dos passageiros e da apresentação dos emigrantes nos respetivos consulados.

Com efeito, eram raros os navios que não transportassem passageiros sem passaporte e, não raras vezes, o número de viajantes em tal situação ultrapassava o número dos que exibiam passaportes, sobretudo nos navios provenientes dos Açores. Tal não quer dizer que do Norte de Portugal continental não saíssem também centenas de emigrantes sem passaportes. Só em 1857, “num navio proveniente de Viana do Castelo, de 233 passageiros apenas 46 exibiram passaportes à chegada ao Rio de Janeiro”. Mas as informações de que dispomos demonstram-nos que as saídas ilegais dos Açores eram muito superiores às do Norte de Portugal – o *Diário do Governo de 1846* refere que os emigrantes clandestinos tinham predominantemente essa origem.

Nestas condições, os proprietários ou capitães dos navios vendiam estes a quem mais pagasse, de acordo com a sua constituição física, idade e beleza quanto ao sexo feminino.

Os cônsules portugueses no Brasil procuraram atalhar a emigração clandestina, visitando os navios que chegavam antes dos passageiros desembarcarem, verificando se todos tinham passaportes e se os contratos dos que vinham engajados estavam de acordo com a legislação portuguesa. Porém, o Governo brasileiro, através de vários diplomas, vai procurar iludir tal fiscalização.

Assim, o Governo do Brasil permitiu aos estrangeiros que chegassem viajarem para o interior do seu território com os mesmos passaportes das autoridades dos países de que eram provenientes, iludindo assim a exigência de os portugueses se apresentarem ao respectivo cônsul no porto em que desembarcavam. E o decreto imperial de 10 de janeiro de 1855, com o objectivo de prevenir a obrigatoriedade de os portugueses se registarem nos seus consulados, derogou o regulamento de 31 de janeiro de 1842, que impunha aos estrangeiros a matrícula aos que chegavam ao país. Esta medida levou a que a maior parte dos súbditos portugueses que chegavam aos portos do Império deixassem de considerar obrigatório o seu registo nos consulados.

Por outro lado, a polícia dos portos brasileiros, de acordo com a decisão imperial, passou a controlar os passageiros com passaporte, os quais começaram, deste modo, a evitar o controlo dos cônsules portugueses.

Perante uma grave infração de um capitão de navio português, o conde de Tomar mandou-o prender, solicitando o apoio das autoridades brasileiras. Mas o Governo brasileiro não aceitou tal pedido, explicando que o ministro plenipotenciário português não tinha poderes para tal.

Se os cônsules dificilmente controlavam os navios portugueses, muito menos o podiam fazer no caso dos navios brasileiros, uma vez que os seus capitães tinham a certeza de que os cônsules portugueses não podiam ter qualquer ingerência a bordo das suas embarcações, tornando-se extremamente difícil detectar qualquer irregularidade ou ilegalidade.

Face a tal situação, o pessoal diplomático creditado no Brasil entendia que para se reduzir a emigração clandestina devia existir um controlo mais rigoroso dos emigrantes nos portos de saída em Portugal.

Segundo o cônsul geral de Portugal no Brasil, em 1872, a proporção de emigrantes clandestinos elevava-se a 20% do total dos que chegavam.

A problemática da contratação dos emigrantes e sua situação no Brasil

A análise da correspondência diplomática dos representantes de Portugal no Brasil revela que a contratação de emigrantes e as condições de trabalho dos mesmos no Brasil constituíam, para além da emigração clandestina, a ela em grande parte associada, a sua principal preocupação.

As sucessivas denúncias trazidas a público pelos jornais oitocentistas, os casos apresentados pelas autoridades administrativas ou portuárias, e os debates efetuados no parlamento português sobre esta questão levaram a que o Governo português, através dos seus consulados no Brasil, procurasse reprimir e atenuar a face negra da emigração.

A limitação do tráfico da escravatura e sua extinção a partir de 1850, levou a que o Brasil, que não estava preparado para a falta de mão-de-obra de que então carecia, se visse obrigado a reforçar o recrutamento de emigrantes em Portugal, fazendo apelo a uma mão-de-obra indiferenciada, proveniente do mundo rural, que até então, com exceção dos Açores, tinha sido relativamente preservada.

As agências de colonização e os proprietários de fazendas brasileiros, através de agentes seus ou engajadores portugueses, desenvolvem a partir de então uma larga atividade no sentido de recrutarem mão-de-obra barata para trabalharem a terra, através de contratos de prestação de serviços altamente lesivos de quem era contratado, quer quanto às condições de trabalho, quer quanto às remunerações auferidas.

De uma forma geral, os contratos celebrados em Portugal, iludiam a legislação portuguesa, razão pela qual os cônsules portugueses no Brasil pretendiam fiscalizá-los à chegada dos emigrantes ao Brasil, para verificarem a sua autenticidade, e confirmarem se o que neles se encontrava estipulado estava ou não de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente no que dizia respeito aos menores.

Muitos dos contratos, segundo os cônsules, eram impossíveis de cumprir sem pôr em perigo a saúde e a vida dos emigrantes, suportados por cláusulas “pouco explícitas e nada claras”, sendo os emigrantes obrigados a trabalhar nove horas por dia, em descampado, ou dez horas e meia em terreno abrigado; e as despesas com os transportes das deslocações dos emigrantes eram inflacionadas muito acima dos preços correntes, de forma a garantirem que a duração de trabalho contratualizado fosse de três anos. E por outro lado, verificavam os cônsules que os salários pagos estavam bem abaixo dos preços médios correntes para tal serviço.

Os cônsules alertavam ainda para a existência de companhias brasileiras de colonização que não se responsabilizavam pelo regresso dos emigrantes a Portugal, caso fossem rejeitados. E chamavam a atenção para o facto de não haver praticamente fiscalização por parte das autoridades brasileiras sobre os emigrantes que trabalhavam no interior do Brasil.

Para ultrapassar estes problemas os cônsules propunham entre outras medidas as seguintes:

- a regulamentação da execução da lei de 20 de julho de 1855 – que nunca veio a ser feita;
- que os capitães dos navios assinassem termos de responsabilidade quanto ao cumprimento da lei de 20 de julho de 1855, ou seja, entregar no consulado todos os passaportes dos emigrantes, logo no dia seguinte ao desembarque nos portos do Brasil;
- que os contratos originais deveriam ser enviados oficialmente aos cônsules pelos respetivos governos civis, para que fosse possível avaliar em que condições eram feitos, quem eram os locadores e os locatários e qual a sua residência no Brasil, de forma a saber-se com exatidão o destino dos emigrantes;
- que os imigrantes se matriculassem nos consulados a fim de terem segurança e proteção;
- que os emigrantes não trabalhassem mais de sete horas por dia, tendo em consideração que estavam “expostos ao sol e a chuva” e mal alimentados, deteriorando assim, gravemente, a sua saúde.

O projeto de convenção entre os governos de Portugal e do Brasil, para regular a emigração

O Governo português, consciente por um lado da necessidade que havia de salvaguardar a situação dos portugueses que emigravam para o Brasil, e por outro lado conhecedor da legislação brasileira que limitava a capacidade dos seus diplomatas no Brasil intervirem eficazmente quanto ao controlo dos emigrantes entrados no Brasil e fiscalização das suas condições de trabalho, entendeu que a solução deste caso passaria pela assinatura de um acordo entre os dois países.

Em 1859, o Governo português nomeou António Bernardo da Costa Cabral, conde de Tomar, antigo primeiro-ministro de Portugal, para ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro, com instruções concretas para apresentar ao Governo brasileiro, “com aquela proficiência de razões que o seu reconhecido talento lhe sugerir a conveniência de um recíproco acordo, que tenha por fim pôr cobro aos abusos que ainda se cometiam na condução dos emigrantes portugueses e que afiance a estes no Brasil todas as garantias a que eles têm direito e que a humanidade altamente reclama”

Isto é, o Governo português, conhecedor das críticas que se desenvolviam na Europa e mesmo da proibição por parte de alguns países, como a Alemanha e a Suíça de os seus naturais seguirem como emigrantes para o Brasil, estando a par da “deplorável sorte dos colonos portugueses naquele império” procurou, através de um experimentado político alterar tal situação, através de uma convenção a ser assinada entre as duas partes.

Conhecemos o texto do projeto de convenção enviado pelo conde de Tomar ao Governo português, mas que depressa caiu, uma vez que este diplomata retira-se do Brasil em 1860, provavelmente por ter revelado um intervencionismo que não era do agrado do Governo brasileiro.

Um novo projeto de convenção sobre a emigração portuguesa será enviado pelo Governo português em 1863 ao ministro de Portugal no Rio de Janeiro, José de Vasconcelos e Sousa, o qual vai reunir várias vezes com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, marquês de Abrantes. Este, porém, acaba por informar Vasconcelos e Sousa que só seria possível assinar tal convenção depois da revogação da Lei da Colonização de 1837 – como se esta, uma vez aprovada a convenção pelo parlamento brasileiro, não derrogasse automaticamente a legislação contrária à mesma.

A partir de então não mais surgiu qualquer oportunidade para se estabelecer uma convenção entre os dois países sobre este tema, mantendo-se pois em vigor a anacrónica e injusta Lei da Colonização, de 1837.

Conclusão

Embora este tema venha a ser objeto de tratamento mais aprofundado no âmbito da tese de doutoramento que estamos a desenvolver, uma vez que para além das fontes impressas estamos também a proceder a análise dos fundos documentais manuscritos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Ministério dos Negócios Estrangeiros, é possível desde já chegar a algumas conclusões:

- em primeiro lugar, gostaríamos de salientar o empenhamento que os diplomatas portugueses creditados no Brasil revelam no sentido de atenuarem a emigração clandestina e de tentarem melhorar as condições de contratação dos emigrantes, procurando chamar a si a fiscalização das mesmas e o registo dos emigrantes nos seus consulados, de forma a poderem acompanhá-los mais seguramente;
- em segundo lugar, importa registar que é graças a eles que o Governo português tentará estabelecer uma Convenção com o Governo brasileiro quanto à emigração portuguesa, embora esta nunca viesse a concretizar-se.

Contudo, não podemos deixar de referir que, apesar de tais esforços, a emigração clandestina vai continuar a níveis elevados e que a contratação dos emigrantes em situação altamente precária continuará a desenvolver-se durante o período em questão.

Fontes

Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa, 1885. Documentos apresentados à Câmara dos Senhores Deputados e por ella mandados publicar na sessão legislativa de 1886. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

Diário do Governo (1855-1875).

Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1874 pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Emigração Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

RAMOS, Carlos Vieira. *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes.* Lisboa: Tipografia Adolfo de Mendonça, 1913.

Bibliografia

SOUSA, Fernando de. *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840).* Porto: Fronteira do Caos, 2009.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil.* Porto: Afrontamento, 2007.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos.* Rio de Janeiro: Muiiraquitã, 2006.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil.* Porto: Afrontamento, 2009.

SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

São Paulo destino de imigrantes galegos, no pós-Guerra Civil Espanhola: a cozinha dos imigrantes galegos

Dolores Martin Rodriguez Corner

LEER – USP / NEHSC – Núcleo de Estudos da Historia Social da Cidade – PUC-SP

A CIDADE DE SÃO PAULO, nas décadas de 1950 e 1960, recebeu um grande número de espanhóis em sua maioria galegos e andaluzes, que se deslocaram a São Paulo em busca de oportunidades. Os problemas econômicos sociais e políticos de uma Espanha que tentava curar suas feridas, resultantes de uma sangrenta Guerra Civil, impulsionaram a saída dos mesmos. Este período coincidiu também com o fim da II Guerra Mundial, e assim muitos outros grupos étnicos aproveitando a propaganda feita na Europa, de uma cidade de oportunidades, que se expandia como “o maior parque industrial da América Latina”, vieram para compor este quadro.

A expressiva chegada de imigrantes, da segunda leva, era motivada pela oferta de trabalho nas diversas indústrias, da “cidade que mais cresce no mundo”, que vinha de encontro à necessidade de encontrar outro destino para recomeçar a vida secular.

São Paulo transformava-se no centro manufatureiro hegemônico do país. A concentração regional era indispensável às economias de escala, que requeriam o investimento em técnicas modernas, ensejando o aumento da produtividade. Em 1950, o sonho acalentado da industrialização que alçaria o país ao mundo dos países desenvolvidos parecia viável e próximo. A indústria, particularmente aquela instalada em São Paulo, tornava o país auto suficiente em produtos perecíveis e semiduráveis de consumo.¹

A transformação foi muito rápida, pois havia diversidade de produtos industrializados e aumentava o número de trabalhadores, para atender às necessidades das empresas. “A atração exercida pela cidade prosseguia, concentrando uma significativa quantidade de trabalhadores imigrantes e nacionais, abrindo possibilidades de associarem-se aos companheiros ou conterrâneos em pequenos

¹ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol. 17, nº 1, jun. 2005, p. 1.

negócios”.² Os imigrantes começavam a vida na cidade com possibilidades de sucesso uma vez que os serviços eram estritamente necessários, juntando-se este fato à necessidade dos imigrantes espanhóis em abandonarem seu país por questões político-sociais.

Na São Paulo dos anos cinquenta, a diversidade cultural estabelecida pelos imigrantes que chegavam aos milhares, é perceptível em suas manifestações culturais: gastronomia, a dança, a música e nas demais artes.

O contexto encontrado pelos imigrantes espanhóis, que chegaram nesta época era de uma cidade que se modernizava. A década de cinquenta ficou marcada pelas comemorações do IV Centenário em 1954, um ano de festas, a cidade vivendo uma euforia e progresso. A ideia de pioneirismo dos bandeirantes, o movimento das entradas e bandeiras em sua maioria paulistas, tornou-se uma evidência pela inauguração do Monumento às Bandeiras no Parque do Ibirapuera, para despertar o orgulho pela terra, tanto aos que aqui nasceram como os moradores migrantes e imigrantes.

A relação de São Paulo, uma cidade de reputação mundial, e a figura do bandeirante, atrelados à imagem do progresso. Também não é casual com os dois símbolos do IV Centenário escolhidos pela comissão para representar os festejos, tenham sido o bandeirante e a espiral desenhada por Oscar Niemeyer. O primeiro remetia aos primórdios e à tradição; o segundo emblemava o novo destino comprometido com o moderno. O festejo em si era um ritual da prosperidade. Somente no ano do quarto centenário chegaram a São Paulo 94.436 brasileiros. Pode-se imaginar a força deste segundo impacto na urdidura do tecido cultural urbano da grande cidade.³

Muitos eventos relativos ao IV Centenário aconteceram na cidade, como uma Exposição para a abertura oficial do Parque do Ibirapuera, a apresentação do *Balé* do IV Centenário, I feira Internacional de São Paulo com a participação de 20 países, entre muitos outros.⁴ Também foram erguidos muitos marcos na cidade, como o Pátio do Colégio, no sítio histórico do Museu do Ipiranga o marco da Independência, o Obelisco do Ibirapuera, um mausoléu aos Heróis da Revolução de 1932 entre outros.⁵ As festividades tiveram várias maneiras e duraram o ano todo, como se pode perceber:

2 MATOS, Maria Izilda S. *A cidade, a noite e o cronista*. Bauru: Edusc, 2007, p. 56.

3 ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusc, 2001, p. 71.

4 Outros eventos importantes foram: Exposição de Arquitetura; Exposição de Arte Italiana “De Caravaggio a Tiepolo”; Exposição Numismática com 2.500 peças entre moedas e condecorações; Exposição de Artesanato dos Estados Unidos; Exposição do Acervo do MAM (Museu de Arte Moderna); I Festival Brasileiro de Folclore, Música e Dança; concursos culturais; inúmeros concertos musicais com apresentações da Orquestra Sinfônica Brasileira e Orquestra Sinfônica Municipal no teatro; Festival Martins Pena; competições nacionais e internacionais de esportes como a Corrida de São Silvestre (*Revista do Museu da Cidade de São Paulo – Histórias e Memórias da Cidade de São Paulo no IV Centenário*, ano I, nº 1. Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo, 1994, p. 28).

5 MATOS, Maria Izilda S. “A cidade que mais cresce no mundo: cotidiano, trabalho e tensões”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *São Paulo: uma longa História*. Série Nossa História. São Paulo: CIEE, 2004, p. 79.

Merecem destaque os desfiles (militares, estudantis, cívico-populares, arrojadas evoluções de aviões), concursos (desenhos, bandas e fanfarras, história, literatura), inaugurações (da catedral, do Parque e do monumento do Ibirapuera), banquetes, bailes, serenatas, shows, celebrações religiosas, feiras de exposições das indústrias e do comércio. Não faltaram os toques de sinos, sirenes, queima de fogos, a famosa chuva de prata de pequenas flâmulas prateadas e várias cerimônias.⁶

A cidade como um todo participou ativamente em todas as atividades programadas que atraíram pessoas de outras cidades para a comemoração. Nos jornais e revistas, as festas eram retratadas, com o ufanismo e o orgulho do povo de São Paulo, por suas origens de pioneiros e desbravadores.

Índios do Xingu, acompanhados do Sr. Villas Boas, participaram da Missa de Ação de Graças no Pátio do Colégio, sua presença visava dar tom evocativo à uma grandiosa festa popular com a participação de uma multidão jamais vista, pessoas de todas as classes vindas de todos os bairros, homens, mulheres e crianças formavam uma massa compacta.⁷

Como parte das comemorações a II Bienal transformou a cidade na capital mundial das artes plásticas. Inaugurada em dezembro de 1953, prolongou-se até fevereiro de 1954 para integrar os festejos, e recebeu obras importantes como as de Paul Klee e Marcel Duchamp, entre outras, mas a mais importante obra foi a de Pablo Picasso, *Guernica*, vinda de Nova York e que retrata todo o sofrimento da cidade basca, do norte da Espanha após a queda da bomba durante a Guerra Civil Espanhola.⁸ Picasso fez a obra em gris, branco e negro que define toda a indignação pela violência causada pelo bombardeio de aviões alemães na cidade de Guernica sobre inocentes, e para a qual se dedicou por cerca de cinco meses de trabalho numa grande tela, quase um mural (350,5 x 782,3). Foi tal a importância da apresentação da obra em São Paulo, que a II Bienal ficou sendo conhecida como a Bienal da Guernica.

6 MATOS, Maria Izilda S. *A cidade, a noite e o cronista*, op. cit., p. 75.

7 *O Estado de São Paulo*, 26 jan. 1954, p. 5 e 10. *Apud ibidem*.

8 Era a primeira vez que a obra era exposta fora do Museu de Arte Moderna de Nova York, com autorização do autor. O que Picasso nunca soube foi que sua obra foi transportada do aeroporto ao local do evento, um enorme cilindro, com mais de quatro metros de comprimento, sob a lona desgastada de um velho caminhão atolando no lamaçal. Só depois de muita chuva os funcionários tomaram conhecimento que o imenso pacote trazia um único volume, e por sorte chegou intacto ao Pavilhão da Bienal (*Revista do Museu da Cidade de São Paulo – Histórias e Memórias da Cidade de São Paulo no IV Centenário*, ano 1, nº 1. Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo, 1994, p. 27).

Alimentação e habitus

Os imigrantes enquanto pessoas fronteiriças híbridas, pela mescla de sua cultura com as culturas encontradas, com as quais se relaciona e interage, resultando costumes também híbridos, também mesclados em relação aos seus costumes anteriores. Existindo este fator da inconclusividade, por estar sempre em transformação, sempre sendo negociada no caso de imigração, ela terá características híbridas, ou seja, dos hábitos de sua origem e dos encontrados em outras terras. O imigrante manterá sempre a dupla pertença, “podendo afirmar-se por via de traços simbólicos exteriormente expressos ou, simplesmente por uma teia de ligações afetivas à cultura e à terra dos seus ascendentes. Serão, em qualquer dos casos, identidades recriadas”.⁹ O paladar muitas vezes é o último a se desnacionalizar, a perder a referência da cultura original. A culinária atua com um dos referenciais do sentimento de identidade: é por sua característica de portátil [...] que ela pode se tornar referencial de identidade em terras estranhas.¹⁰

Considera-se a cultura, como resultado da interação da sociedade com o meio ambiente, formada pelos conhecimentos, atitudes, hábitos adquiridos, mesmo porque um modifica o outro, a cultura e o meio ambiente. Assim, alimentar-se se torna um hábito para atender às necessidades de sobrevivência, enquanto cozinhar é um ato cultural, pois nele o homem faz suas escolhas, rejeições ou aceitações, segue procedimentos baseados nos preceitos dos antepassados, pelo *habitus* formado e o gosto já condicionado na infância. Se a alimentação forma o ser biológico de dentro para fora, do invisível, do orgânico ao visível da pele, a alimentação o forma de fora para dentro, do visível do signo, ao invisível da consciência, determinando a identidade social.

A herança étnica pode ser semelhante ou idêntica em muitos casos, mas pode resultar diferente conforme a pessoa, ou seja, na maneira como se relacionam as pessoas entre si.

O *habitus* nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido. A semelhança das tribos e dos Estados, um *habitus* nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo. Também existem, sem dúvida, diferenças biológicas herdadas entre os povos da Terra. Mas, até mesmo povos de composição racial semelhante ou idêntica podem ser muito diferentes em seus respectivos *habitus* nacionais ou mentalidades, ou seja, no modo como se relacionam mutuamente.¹¹

9 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “Recriação de identidade em contexto de migração”. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria (orgs.). *Discutindo identidades*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 82.

10 DUTRA, Rogéria. *A boa mesa mineira, um estudo de cozinha e identidade*. Dissertação (mestrado) – URFJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1991.

11 ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 16.

Pode-se dizer que o *habitus* de uma nação, à luz do estudo das mentalidades, é direcionado pelo Estado ao qual está subordinado, à família a qual pertence e que vai desenvolver o seu gosto e até mesmo a mídia com as ofertas que impulsionam o consumo.

A alimentação é constituída por hábitos enraizados, que fazem parte dos hábitos e do gosto formados na infância, pela mãe ou por quem elabora a alimentação familiar, de modo que a cozinha de uma sociedade torna-se uma linguagem comum, que traduz inconscientemente sua estrutura. A formação do gosto se inicia na infância, e vai assim condicionando o paladar e direcionando-o, ficando marcado na memória, abrindo as portas ao longo da vida para as lembranças tornando relevante papel feminino na transmissão dos hábitos e na formação do gosto. A participação das mulheres na formação do gosto inicia-se com a compra dos ingredientes, com o preparo e condimentação do alimento, causando um condicionamento e um hábito. O gosto vai depender das ofertas de alimentos e ingredientes feitas na infância, cuja aceitação ou recusa alimentar está ligada aos valores impostos pela própria cultura, segundo o que foi condicionado, portanto ele não é imposto por um governo ou grupo social e resulta muitas vezes dos ingredientes próprios do ambiente e dos costumes de um grupo étnico.

As manifestações culturais expõem os costumes e valores de um grupo ou de uma nação, seja a comida, o idioma ou mesmo a dança. O alimento está de tal maneira, impregnado nos costumes, que mesmos sem dar-nos conta, estamos sempre repetindo os mesmos hábitos alimentares, o mesmo gosto, muito difíceis de mudar. Quando uma pessoa emigra ou mesmo migra, ela passa a não encontrar os ingredientes tão familiares para preparar seu alimento. Há um processo de estranhamento e algumas mudanças devem ser seguidas, seja pela falta do ingrediente ou pela mudança de quem passa a elaborar a comida, ocorrendo então uma adequação na alimentação, pensando-se no que seja possível, ou seja, uma adaptação alimentar.

A cozinha do imigrante impregna a maneira de ser e os costumes tornando-se fator de reconhecimento e de comunicação entre os imigrantes. “Na alimentação o homem biológico e o homem social ou cultural estão estreitamente ligados e reciprocamente implicados, já que nesse ato pesa um conjunto de condicionamentos múltiplos”.¹² Os diversos condicionamentos de ordem social, biológica, econômica, ambiental, entre outros, formam um sistema de representações do grupo. A cozinha é um ato cultural, com significados definidos e explicitados na apresentação da comida à mesa e como hábito, são difíceis de abandonar por ter raízes profundas nas tradições e são os hábitos mais persistentes no processo de aculturação dos imigrantes.

Numa análise mais atenta aos símbolos e da linguagem transmitida através da alimentação, é possível compreender a cultura e perceber os valores nela implícitos. “A imagem que um indivíduo faz da nação de que forma parte é também, um componente da imagem que ele tem de si mesmo, a sua autoimagem, e a virtude, o valor e o significado da nação também são os dele próprio”.¹³ A

¹² SCHLUTER, Regina. *Gastronomia e turismo*. São Paulo: Aleph, 2003, p. 16.

¹³ ELIAS, Norbert. *Op. cit.*, p. 143.

alimentação é uma representação simbólica de um passado, de um tempo ou de um lugar, pois faz parte do *habitus*,¹⁴ expressa a cultura, manifesta-se nos comportamentos em todos os momentos da vida, estão subjetivados.

As mensagens codificadas pela alimentação podem ser notadas nas relações sociais existentes, como as classificações e as divisões de inclusão e exclusão. A cozinha étnica está incorporada no indivíduo e reflete o *habitus* coletivo, mesmo porque os valores, as virtudes, os costumes são os mesmos dos seus indivíduos. “O ato de alimentar-se traduz o pertencer, o reconhecer-se. Quando as escolhas são feitas, o que comemos é diferente do que os outros comem, revelam-se identidades e etnocentrismos; o que se pode e o que não se pode comer”¹⁵

O pensamento referido explica os papéis de memória e de história, pois enquanto a memória instala a lembrança do sagrado, a história a liberta. Pensando-se em memória alimentar, o processo forma o *habitus*, de raízes na cultura e no condicionamento da infância, quando o gosto é formado, que podem sofrer mudanças ao longo da vida. A cozinha torna-se assim depositária e importante transmissora de cultura, de memória e de hábitos, que dificilmente se apagam, pois estão enraizados na cultura, acompanhando mesmo em caso de distanciamento do ambiente familiar.

Entre as manifestações culturais, a alimentação é reveladora do grupo que emigra, além de ser memória e comunicação, passa a ser um elo entre o imigrante e as suas origens, tão importante como o idioma falado porque identifica e propicia o reconhecimento das pessoas do mesmo grupo. “Em sua dupla dimensão, de fato coletivo e de itinerário individual; do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade”¹⁶

O processo de aprendizado do gosto vai se transformando, considerando-se que as sensações são inatas, mas com as experiências alimentares vividas; alimentos são acrescentados e outros são abandonados. No entanto, o gosto vai sofrendo transformações com o passar do tempo, embora a tradição permaneça, após diversas experiências alimentares, incorporando novos sabores neste processo advindos de novos produtos. As mudanças também podem ser de outra ordem, como novas concepções de saúde ou de estética do corpo, de cidade ou país, como no caso de imigração. “O destino de uma nação ao longo dos séculos fica sedimentado no *habitus* de seus membros individuais, porém ele muda com o tempo, porque as fortunas e experiências de uma nação continuam mudando e acumulando-se”¹⁷

14 A noção de *habitus* significa a cultura internalizada que orienta a prática, os hábitos e costumes, refletindo-se no cotidiano, como um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, um patrimônio, algo que foi incorporado, que impele a ação, segundo a concepção familiar e cultural. Indica a identidade cultural alimentar presente nos hábitos, não estando fora do indivíduo, mas em cada indivíduo, sendo uma construção coletiva de seu grupo social. Este termo exprime melhor que a palavra “hábito” as conotações culturais aprendidas e representativas de um grupo ou de um povo, o saber social incorporado, sem a conotação de caráter nacional como algo fixo e estático.

15 ARAUJO, Wilma Maria Coelho; TENSER, Carla Márcia Rodrigues (orgs.). *Gastronomia: cortes & recortes*. Vol. I. Brasília: Editora Senac, 2006.

16 SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

17 ELIAS, Norbert. *Op. cit.*, p. 9.

A cozinha faz parte do imaginário das pessoas, sendo uma construção simbólica, por fazer parte dos hábitos, é também herança cultural, tornando-se difícil mudar as tradições recebidas da mãe ou da avó, pois embora ela se transforme lentamente, torna-se a própria cultura. Também, a cozinha identifica, rememora, envolve o sentimento de pertença, principalmente quando são compartilhados hábitos e preferências, pois a comida alimenta também o coração, a mente e a alma, de pessoas do mesmo grupo social ou étnico. A comida caseira, a familiaridade com o alimento, traz ao homem uma sensação de prazer e aconchego.

A *paella* como prato emblemático espanhol, é feita por imigrantes em São Paulo em eventos de grande afluência dos mesmos e de seus descendentes, além dos paulistanos que esperam a data das festas para provar o sabor da Espanha.



Imagem 1. Fina, imigrante andaluza preparando varias *paellas* para um evento.
Foto do acervo particular da mesma.

A memória cultural permite que não se apaguem as lembranças, os cheiros e o paladar dos pratos da infância. A importância da memória dos sabores da infância na formação do gosto estará presente por toda a vida, mesmo com a migração ou mesmo a imigração realizada.

Gosto, paladar e sabor

A simples análise dos símbolos exteriores presentes nas escolhas dos alimentos permite ao observador compreender costumes e tradições de fora para dentro, do visível ao invisível. Assim, entende-se que a cultura determina o paladar atuando na escolha dos alimentos, e não somente as

necessidades fisiológicas de sobrevivência como de início possa parecer. A comida desperta o imaginário das pessoas e muitas vezes atraem pela apresentação do prato, mas a comida da memória, aquela experimentada na infância é a que fica e a que marca o gosto.

A cozinha como a gastronomia, pode ser percebida pelos sentidos, entre eles o olfato e os cheiros, se tornam marcantes e inesquecíveis, sempre presentes no dia a dia de cada um, rememorando os pratos da infância.

As formas de preparo e de consumo das comidas fazem parte de um sistema de relações sociais. Os sabores são apropriados em maior ou menor escala pelas diversas culturas na elaboração dos pratos, havendo entre as culturas: ocidental e oriental, grandes diferenças. Por ser movido por estímulos sensoriais, visuais, olfativos, gustativos e afetivos, o gosto tem um sentido cultural, pois os sabores aprendidos são próprios, por pertencimento.

O sabor de certos alimentos e a singularidade de certos temperos são um testemunho do passado, e reafirmam que apesar dos anos este passado não se perdeu, que ele sobrevive na maneira de assar o pão ou no odor forte de ingredientes que, não sendo encontrados no novo país, são preparados em casa, impregnando os quartos e corredores da memória.¹⁸

O alimento pode produzir aceitação ou recusa, em relação ao odor, forma e consistência do prato, devido a fatores que determinantes baseados na cultura. No final das exclusões e das escolhas, o alimento escolhido, permitido e preferido, nada mais é que “o lugar do empilhamento silencioso de toda uma estratificação de ordens e contra ordens que dependem de uma *etno* história, da biologia, da climatologia, da economia regional, da invenção cultural e de uma experiência pessoal”.¹⁹

As palavras: gosto, paladar e sabor apresentam diferenças sutis em seus significados e às vezes se confundem, podendo ser consideradas como sinônimos, conforme o contexto em que são empregadas. Portanto “gosto” tem o sentido pelo qual se percebe o sabor das coisas; enquanto o termo “sabor” emprega a impressão que as substâncias produzem na língua ou propriedade que tem tais substâncias de impressionar o paladar. Já o termo “paladar” tem o sentido anatômico de palato, a região anatômica do céu da boca, sensível ao sabor. O gosto ou paladar define para um grupo social suas escolhas, impõem-se quando se trata de hábitos às demais manifestações culturais. “É indispensável ter em conta o fator supremo e decisivo do paladar, pois para o povo não há argumento probante, técnico, convincente contra o paladar”.²⁰

18 HECK, Marina; BELLUZZO, Rosa. *Cozinha dos imigrantes: memórias & receitas*. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

19 GOMENSORO, Patrícia de. *Percepção imaculada*. Disponível em: <www.malaguetacom.slog.com.br>. Acesso em 16 out. 2008.

20 CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1983 (1963), p. 19.

A cozinha do imigrante

Não só os imigrantes, os que vieram da Espanha, como os que nunca se afastaram de seu país de origem, a prática de anotar as receitas em cadernos, quase não aparece. Por não haver o hábito de registrar os procedimentos culinários, esta ausência dificulta repetir o prato em outro contexto. Muitas vezes, a pouca escolaridade, principalmente das mulheres, aliada a falta de hábito impedia a manutenção de um caderno de receitas, ou se existiram alguns, foram deixados no país de origem. A elaboração da comida é automática, faz parte dos seus costumes e hábitos feita pela tradição oral empiricamente.

A cozinha da memória é a que causa identificação entre os componentes de um grupo, a que atua como as demais representações ou práticas sócio culturais. Trata-se de uma cozinha feita de ingredientes e procedimentos, que reproduzem o sabor e o cheiro característico que atendem ao gosto coletivo. As pessoas provam de pratos cujos ingredientes já são conhecidos de sua cultura, portanto de sabores familiares e recusam outros que desconhecem por não haverem sido provados por elas em seus ambientes.

A cozinha, enquanto processo dinâmico transforma-se no tempo, segundo as interferências de outros costumes e no espaço com a introdução ou desaparecimento de alguns ingredientes, isso acontece em todas as culturas. Na circularidade cultural dos alimentos, muitos foram adotados nas diversas cozinhas, como o pimentão produto vindo da América integrado à culinária galega, os pequenos pimentões de Hebron, que depois de assados e descascados são servidos como *tapas* ou como acompanhamento para outros pratos.

A base da cozinha brasileira encontrada era o arroz com feijão acompanhado de uma carne, ovos, verdura ou legumes. “Não única coisa que podia fazer da comida brasileira era arroz com ovo frito, mas o arroz ia com algum ingrediente, mas arroz com feijão nunca”.²¹ A princípio este prato diário brasileiro foi motivo de resistência e recusa por parte dos imigrantes espanhóis, uma vez era hábito comer o arroz colorido com açafrão ou *pimentón*, ou com algo acompanhando o cozimento seja: verduras, tomates, uma carne, mas nunca somente com os temperos que o deixava branco. “O arroz branco, na Espanha, só um dia diferente se fazia. Bom a minha mãe nunca fez arroz branco, sempre arroz com carne, com frango, com coelho, com um pouco de tomate, nunca era branco”.²² Havia uma resistência para incorporar o arroz branco, embora hoje passados muitos anos ele já apareça nas mesas como costumes de espanhóis aqui residentes.

A principio no nos gustó, esto de comer feijão e arroz juntos... Arroz blanco? Por el amor de Dios. En España se da en el hospital a los enfermos. Normalmente no existe arroz blanco, tiene que tener algún color aunque sea negro. Te digo esto porque se hace arroz negro.²³

21 Julia, em depoimento prestado a 5 de junho de 2008.

22 Maria Del Carmen, em depoimento prestado a 18 de junho de 2008.

23 Maricarmen, em depoimento a autora.

Parece que a grande diferença encontrada quanto a cozinha em São Paulo foi a respeito do prato básico dos brasileiros, o arroz com feijão e o fato de não colocarmos nenhum corante ao arroz, servindo-se o chamado “arroz branco”.

Uma vez, vi a unas amigas que estaban fazendo e eu fiz. Mas eu nunca tinha comido arroz branco, nunca. Ahora si hay nos restaurantes de España, mas en aquella época no. No había arroz blanco, el arroz siempre tinha alguna cosa, era el primer plato, alguna cosa, un poco de frango, porque a veces le pongo ervilha verde fresca, da congelada que compro, un poco de pimentón vermelho.²⁴

Um dos detalhes que dificultava aos espanhóis a adaptação aos costumes alimentares brasileiros, a apropriação dos mesmos, estava relacionado com a repetição do prato diariamente, sempre arroz e feijão, pois para eles os pratos variavam a cada dia como uma batata bem temperada, sardinhas fritas ou umas migas.

Usavam mais o grão de bico como cereal que o feijão, talvez pela abundância do produto em território espanhol. No entanto, alguns espanhóis tiveram dificuldades para comprar o grão de bico em São Paulo, quando pediam o produto pelo seu nome em espanhol, pelo nome *garbanzos*, que não era compreendido pelo proprietário italiano do empório, pois ambos não falavam o português.

No, porque solo había problema para saber el nombre. Aquel del grão de bico. La dificultad había en el emporio que había abajo de la oficina, el dueño era italiano y los dos no sabían el portugués. Mi madre quería grão de bico. O sr. tem garbanzos? Qué? No entiendo... Este no entiende. Ella iba de saco en saco hasta que encontró el grão de bico. Este, este. Isto é grão de bico.²⁵

As marcas da presença dos imigrantes espanhóis na cidade de São Paulo são muito frágeis. No espaço cidade, os atores sociais interagem nas complexas modalidades da cultura possibilitando perceber os hábitos do país de origem. As cozinhas regionais: galega e andaluza permanecem em São Paulo nos hábitos alimentares de seus imigrantes que muitas vezes os transmitem aos descendentes, principalmente quando se trata da mulher imigrante, por ser a formadora dos hábitos e do gosto.

Encontram-se também nas festas regionais das diversas associações espanholas em São Paulo, onde a cozinha é o ponto alto das mesmas. Nos encontros familiares e nas relações de amizades principalmente entre os pares, cujo encontro muitas vezes se dá ao redor da mesa.

24 Juana, em depoimento prestado a 2 de agosto de 2008.

25 Maricarmen, em depoimento a autora.



Imagem 2. Cocido Gallego – cozinha étnica da festa de Galícia na Sociedade Hispano Brasileira em São Paulo. Foto da autora, 2010

Nos muitos restaurantes e bares de cozinha étnica espanhola ou regional, galega e andaluza que permitem recordar o sabor da terra bem como apresentá-lo aos familiares que não puderam prová-lo no país de origem.

Os restaurantes desta cozinha em São Paulo iniciaram-se em bares-restaurantes cujos proprietários, em sua maioria de Galícia e Andaluzia, passaram a preparar seus peixes fritos, caldeiradas, *sardinhas* na brasa, mariscos com muito azeite e alho, aos seus amigos.

Com o tempo estes pontos comerciais foram melhor equipados e foram recebendo mobiliário adequado, toalhas e decoração que evocava a Espanha como: castanhola, leques, “botas”, fotos, música, enfim tudo o que pudesse consolidar o imaginário das pessoas, dar melhor recepção aos aficionados desta cozinha.



Imagem 3. Detalhe da mesa da Festa e Galícia 2009, Sociedade Hispano Brasileira, onde foram servidos vários pratos galegos

A Sociedade Hispano Brasileira hoje Casa de Espanha mantém mensalmente sua agenda de festas regionais, esta cozinha pode ser encontrada nos diversos restaurantes de cozinha espanhola instalados na cidade.

As experiências alimentares estavam ligadas ao desenvolvimento da cidade, refletida no financeiro que permitia a busca e a consequente formação de restaurantes de cozinha étnica.

Embora os espanhóis mantenham um grupo insignificante de restaurantes de sua cozinha se comparados com outras cozinhas étnicas na cidade, que é hoje a terceira capital mundial da gastronomia por sua variedade, atrás somente de Nova York e Londres, é possível encontrar chefes que reproduzem os pratos com azeite e alho, que evocam o perfume e o sabor da cozinha espanhola.

As facilidades de obtenção hoje dos ingredientes espanhóis como o azeite de oliva, o açafrão, os peixes da Galícia, os doces andaluzes feitos de mel e massa folhada, herança dos árabes que estiveram por longo tempo em seu território, há poucos e respeitados restaurantes na cidade.



Imagem 4. Restaurante La Alhambra fundado em 1962 – São Paulo – *Chef* andaluz, Don Pepe.

Considerações finais

O hábito alimentar permanece em caso de imigração, ele sofre transformações próprias da época, dos alimentos que vão surgindo e outros que agora podem ser encontrados em casas de importados ou em supermercados melhor aparelhados na sua distribuição. Muitas vezes vai depender de quem prepara a comida da família, se é uma mulher espanhola, ela vai sempre introduzir a sua cozinha de memória, aquela que aprendeu empiricamente em família, ou se é uma mulher brasileira ou de outra nacionalidade.

Após um período de adaptação aos novos hábitos e novos ingredientes, os espanhóis terminam por adotar uma cozinha que é uma mescla dos produtos encontrados e a preços acessíveis e os ingredientes de memória que puderam ser integrados aos pratos aos poucos.

Os traços não desapareceram ainda são marcantes em famílias, em associações e em importados que chegam com melhor facilidade hoje em dia. Mas, o sabor e o perfume da cozinha espanhola podem ser encontrado nas muitas residências de imigrantes espanhóis e seus descendentes, que por não perder esta marca, preparam sempre seus pratos com um toque de azeite, alho e açafrão originários de seu hábito.

Bibliografia

ARAÚJO, Wilma Maria Coelho; TENSER, Carla Márcia Rodrigues (orgs.). *Gastronomia: cortes & recortes*. Vol. I. Brasília: Editora Senac, 2006.

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol. 17, nº 1, jun. 2005.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1983.
- DUTRA, Rogéria. *A boa mesa mineira, um estudo de cozinha e identidade*. Dissertação (mestrado) – URFJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1991.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- GOMENSORO, Patrícia de. *Percepção imaculada*. Disponível em: <www.malagueta.com.slog.com.br>. Acesso em: 16 out. 2008.
- HECK, Marina; BELLUZZO, Rosa. *Cozinha dos imigrantes: memórias & receitas*. São Paulo: Melhoramentos, 1999.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHLUTER, Regina. *Gastronomia e turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.
- Revista do Museu da Cidade de São Paulo – Histórias e Memórias da Cidade de São Paulo no IV Centenário*, ano I, nº 1. Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo, 1994.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “Recriação de identidade em contexto de migração”. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria (orgs.). *Discutindo identidades*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

Convívio e conflito nos trópicos: portugueses e galegos no Rio de Janeiro

Érica Sarmiento

UERJ / PPGH – Universidade Salgado de Oliveira

“O Minho nos une”: galegos e portugueses nas migrações intrapeninsulares

A HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO GALEGA AO BRASIL conta com um precedente tradicional: as migrações de curta e média distância ou os chamados deslocamentos intrapeninsulares. Antes de cruzar o atlântico, a partir da segunda metade do século XIX, na “enxurrada” das migrações de massa, os galegos tinham nas cidades portuguesas, especialmente as do norte, o seu destino preferencial. Este tipo de emigração reunia atividades agrícolas e do setor secundário, e servia para as famílias camponesas do norte da Península Ibérica como forma de complementar a renda da economia familiar de subsistência galega. “Todo este conjunto de actividades no respondía tanto a un proceso de crecimiento y desarrollo productivo, como a un movimiento defensivo de la precaria estabilidad de las economías familiares”¹

A maioria das freguesias galegas experimentou, anteriormente, alguma modalidade de emigração peninsular, como, por exemplo, o deslocamento dos ceifeiros em Castela e Andaluzia e a emigração estacional de trabalhadores agrícolas e de canteiros do nordeste da província de Pontevedra a Portugal e a outros pontos da península. Essa circulação de homens dentro da Península foi durante séculos, a possibilidade de equilibrar a economia de muitas famílias camponesas. Para a realidade dos minifúndios galegos, a saída dos varões das aldeias, ainda que de forma temporal, significava um incremento da capacidade alimentar do grupo. Em locais onde viviam muitos homens e pouca terra para dividir, as ausências em determinadas épocas do ano, trazia contribuição com dinheiro em metálico para os lares, algo fundamental em uma economia de subsistência. Dessa forma, os camponeses pagavam seus impostos e dívidas, além da possibilidade da compra de bens imóveis e de animais, que permitiam o incremento das suas propriedades.²

¹ VÁZQUEZ, Alejandro González. *La emigración gallega a América, 1830-1930*. Tese (doutorado) – Faculdade de Geografia e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, 2 vol., 1999, p. 209.

² FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo. “Emigración peninsular y americana en tierra de montes (1700-1914)”. *Revista da Comisión Galega do Quinto Centenario*, nº 7, 1990, p. 175.

O historiador português Jorge Fernandes Alves, ao estudar a imigração galega no Porto, em seu artigo “Peregrinos do traballo Perspectivas sobre a inmigración galega em Porto”, chama a atenção para o fato da semelhança linguística e comportamental entres os galegos e os portugueses do Norte, darem a estes últimos o apelido de “galegos do Minho”.³ É conhecida e abundante a variedade de estudos que envolvem as migrações intrapeninsulares e a conseguinte relação que existia entre galegos e portugueses ao longo do século XVIII e XIX.⁴ Regiões fronteiriças reúnem características histórias e culturais que ultrapassam qualquer construção política. E assim foi com a Galiza e com Portugal.

Na Galiza rural, de pequenos proprietários, as migrações a regiões próximas, como Castela e as cidades do Norte de Portugal, fazia parte do planejamento das famílias camponesas, que se deslocavam em buscar da complementação da economia doméstica. Muitos dos varões galegos, com ofícios de canteiros, marceneiros ou carregadores de mercadoria, deixavam suas aldeias para permanecerem temporadas em cidades portuguesas como Porto ou Lisboa.

Dessa forma, temos um comportamento migratório que vai se definindo desde o começo do século XVIII, como o nordeste atlântico e o centro-sul da província de Pontevedra, que se dirigiam às cidades do norte de Portugal, como Porto, Braga, Viana do Castelo; e as freguesias de Ourense, como as serras de Avión-Suido que se deslocavam para o ocidente português (Douro e Traz-os-Montes), avançando até Lisboa, Setúbal e Évora. Já a chamada região das Rias Baixas (Morrazo, Salnés) e os vales de Ulla e Umia (municípios de Vedra, Caldas) preferiam como destino a Andaluzia. Entre as zonas que mantiveram uma tradição migratória a Madrid e Castela, desde começos do século XVIII, encontram-se aquelas que correspondem à Terra de Vimianzo e Soneira e toda a costa de Fisterra. Dirigindo-se mais ao interior, na chamada altiplanície de Xallas, a emigração a Castela, a partir das primeiras décadas do XVIII, começa a competir com a portuguesa, como foi o caso do município de Santa Comba, localizado na província de A Coruña.⁵ Um século depois, no alvorecer da emigração de massa, Santa Comba seria o Concelho galego com maior contingente no Rio de Janeiro.

Ao longo do segundo terço do século XIX, produz-se uma lenta e progressiva transferência, dessa emigração interior para a atlântica, iniciando-se pelas áreas das freguesias do litoral galego e se estendendo, com meio século ou mais de atraso, às localidades mais interioranas. Devemos levar em consideração que a Galiza está formada por quatro províncias: A Coruña, Pontevedra (as províncias litorâneas) e Lugo e Ourense (as que se encontram no interior). O sul das províncias de Pontevedra e Ourense são áreas fronteiriças a Portugal e representam regiões de intensa emigração ao Rio de Janeiro. Isso nos leva a concluir, baseado nos estudos de emigração intrapensinular, que esses fluxos

3 ALVES, Jorge Fernandes. “Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal”. In: ALVES, Jorge Fernandes (coord.). *Os “brasileiros” da emigração*. Vila Nova de Famalicão, Câmara de Vila Nova de Famalicão, 1998, p. 233-247.

4 Vide o conhecido trabalho de EIRAS ROEL, A. e CASTELAO, Ofélia Rey (eds.). *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Santiago: Xunta de Galicia, 1994.

5 EIRAS ROEL, A. “Para unha comarcalización del estudio de la emigración gallega. La diversificación intrarregional a través de los censos de población (1877-1920)”. In: EIRAS ROEL, A. (ed.). *Aportaciones al estudio de la emigración gallega: un enfoque comarcal*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1992, p. 14-16.

de trabalhadores portugueses na Galiza, e de galegos em Portugal, exerceram forte influência nas pautas migratórias e na decisão de escolha de destino de milhares de galegos que poderiam ter elegido outros países como Cuba, Argentina ou Uruguai, por exemplo.

Desde esta perspectiva se señala, por ejemplo, que en las provincias de Lugo y Ourense, como también en ciertas tierras de transición hacia la Galicia interior, la corriente migratoria no tiene un carácter tanto definitivo cuanto estacional, alimentando el traslado temporal de segadores a la meseta interior, de arrieros, de tenderos, buhoneros, o de canteros, y en mucha menor medida, de carpinteros hacia Portugal o los reinos de León y Castilla.⁶

A influência da emigração *intrapensinsular* nos posteriores destinos americanos, para o caso de Brasil, se associa a municípios ou áreas que emigraram a Portugal. Como exemplos, segundo estudos realizados por vários especialistas, temos a área geográfica do sudeste de Pontevedra, mais especificamente os concelhos de Pontecaldelas, Fornelos de Montes, A Lama e Cotobade; o município de Santa Comba, da província de A Coruña, e, por último, o Concelho de Melón, localizado na província de Ourense.⁷ Esses municípios são os que apresentam o maior contingente emigratório a Rio de Janeiro dentre todos os municípios de suas respectivas províncias.⁸

Esses fluxos migratórios, demarcados em províncias ou freguesia, estão vinculados à situação social, econômica e demográfica da Galiza do Antigo Regime. Segundo Vázquez:

La Galicia del siglo XIX heredó una densa población y también lo básico del sistema económico-social de Antiguo Régimen que permitió el aumento de aquélla. Al entrar en crisis el viejo régimen económico-social, las zonas más pobladas, las de mayores niveles de desarrollo de la economía tradicional sufrieron una fuerte recesión, y su estructura sectorial y laboral comenzó una importante y lenta reestructuración. Una alta densidad de población en las áreas costeras no era sólo una característica gallega, sino también de la geografía española. La ligazón entre densidad demográfica y emigración es de carácter complejo e indirecto. Las más altas densidades demográficas y demoeconómicas se ubicaban

6 FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo. “Trabajar por sus oficios fuera del reino. El éxodo estacional en la Tierra de Montes (ss. XVII-XIX)”. In: EIRAS ROEL, A. (ed.). *Aportaciones al estudio... op. cit.*, p. 45.

7 Vide GONZÁLEZ LOPO, Domingo. “Una aproximación a la emigración de la Galicia Occidental entre mediados del siglo XVII y el primer tercio del XX, a través de las fuentes protocolares y archivos parroquiales”. *Revista da comisión galega do quinto centenario*, nº 6, 1990, p. 135-169; BARREIRO MALLÓN, Baudilio. *La jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII: población, sociedad y economía*. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 1977; FERNANDEZ RODRIGUES, M. A. “Evolución migratoria en el municipio de Melón: mediados del siglo XVII a comienzos del siglo XX”. In: EIRAS ROEL, A. (ed.). *Aportaciones al estudio... op. cit.*, p. 167-176.

8 Vide SARMIENTO, Érica. *Galegos no Rio de Janeiro (1950-1970)*. Tese (doutorado) – Faculdade de Geografia e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, 2006.

generalmente en áreas litorales y prelitorales del entorno de puertos ligados directa e indirectamente con América.⁹

Seguindo o mesmo autor, a respeito da causas da emigração e das condições do campo, afirma:

La mayor densidad de población gallega no generó la emigración, pero tomada como factor impulsivo ambiental, cabe considerar que en una economía básicamente tradicional y con predominio de una muy democrática distribución de la tendencia de explotaciones productivas minúsculas, cualquier tipo de crisis general, estructural o coyuntural, abocaría al subempleo, a la miseria, a forzar los límites de la subsistencia, o a la emigración, a una importante cantidad de moradores por kilómetro cuadrado.¹⁰

Alguns municípios da província de Pontevedra, aqueles localizados no centro e no sul, têm uma antiga tradição emigratória ao Brasil, já registrada desde a década de 50 do século XIX. Segundo estudos realizados por González Lopo,¹¹ nos arquivos paroquiais pertencentes aos municípios de Ponte Caldelas, Fornelos de Montes, A Lama e Cotobade aparecem informações que indicam um claro predomínio de emigração a Portugal, o que facilitaria os primeiros contatos dos galegos com o Brasil. Em outra zona pontevedresa, na chamada Terra de Montes, que engloba os municípios de Beariz, Cerdedo e Forcarei, a partir de meados do século XIX, Brasil passa a ser o principal destino de atração americano, principalmente as cidades de Santos e São Paulo e, em menor medida, Rio de Janeiro.¹²

Segundo Fernandes Alves, são diversas as estimativas sobre os galegos em Portugal, mas é preciso ter certa cautela quanto às estatísticas oficiais, que começam a oferecer maior credibilidade somente nos finais do século XIX. A precaução ao analisar esse tipo de informação, deve-se ao fato de se tratar de um movimento difícil de detectar, frequentemente clandestino, e com um forte componente de sazonalidade, dirigida para os campos do sul e para as vinhas do Douro. No censo português de 1890, apareceram 27.138 espanhóis, dos quais 4.049 para o distrito do Porto, sendo 3.408 residentes na cidade e distribuindo-se o restante pelos demais concelhos do distrito. Dessa forma, a imigração galega para o Porto (e para Portugal, em geral) resistiu bastante tempo à alternativa transoceânica.¹³

Na cidade do Porto estava um dos principais portos de embarque para o Brasil, não somente de portugueses como também de galegos Vázquez, permanecendo o mesmo nível de importância até os

9 VÁZQUEZ, Alejandro González. *Op. cit.*, p. 160.

10 *Ibidem*.

11 GONZALO LOPO, Domingo. "Los movimientos migratorios en tierras del interior de la provincia de Pontevedra entre 1801-1950: características y puntos de destino". In: CAGIO, Pilar (ed.). *Galicia nos contextos históricos*. Universidad de Santiago de Compostela, *Semata*, nº 11, 2000, p. 270-278.

12 FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo. "Emigración peninsular y americana en tierra de montes (1700-1914)". *Revista da Comisión Galega do Quinto Centenario*, nº 7, 1990, p. 182.

13 FERNANDES ALVES, Jorge. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Porto eds., 1994, p. 95-97.

inícios da década de 70 do século XIX. A partir daí, a instalação de grandes companhias transatlânticas a vapor nos principais portos galegos facilitara a saída direta rumo ao Brasil. Por exemplo, no ano de 1882 embarcaram desde portos espanhóis 383 galegos frente a 24 espanhóis que saíram desde o Porto. Em 1887, a diferença aumenta, com 535 galegos embarcados desde Espanha e somente 22 do Porto. Portugal serviu não só como influência na emigração intrapensinsular e, posteriormente, transoceânica, como também de “ponte”, desde os seus portos, para os galegos que se dirigiram para o Brasil.¹⁴

Através vizinhos lusitanos, os naturais da província de Pontevedra passaram a ter referências do Brasil, surgindo oportunidades de emigrar inclusive clandestinamente pelos portos de Leixões, Porto e Lisboa.

Segundo Yáñez Gallardo:

las provincias gallegas y leonesas orientaban una parte de sus migraciones al Brasil a traves de puertos portugueses, aprovechando la proximidad geográfica y la constante afluencia de buques que trasladaban a los emigrantes portugueses al Brasil. Las facilidades que ofrecían los agentes de colonización que enganchaban emigrantes para el Brasil y la identidad cultural de las zonas limítrofes permitieron la continua filtración de la frontera entre los dos lados.¹⁵

Ainda que nos deparemos com índices emigratórios em quase todos os concelhos pontevedreses, o centro-sul da província de Pontevedra é, sem dúvida, a zona de maior fluxo a Rio de Janeiro. No limite com o Minho português e sofrendo influência desses vizinhos, essa região galega foi desencadeando uma emigração que atingiria quase todos os municípios pontevedreses (com maior ou menor intensidade), mantendo uma continuidade e a sobrevivência de cadeias migratórias ao longo de mais de um século. Os portugueses se adiantaram a essa emigração, claro está, por questões históricas, alternando, assim como os galegos, os destinos entre Brasil e as regiões intrapensinsulares. Assim se refere Jorge Fernandes Alves em sua publicação sobre a região minhota portuguesa:

Zona de elevada densidade populacional, o Minho surge, então, como um espaço de “deserção contínua”, em sintonia com outros movimentos (de Trás os Montes e Beiras) de sentido Norte-Sul, onde não se excluem os galegos que, para além duma distribuição geral pelo País, controlam determinados segmentos do mercado de trabalho (desde o plantio de colheita das vinhas do Douro até as profissões urbanas de baixa condição).¹⁶

14 VÁZQUEZ, Alejandro González. *Op. cit.*, p. 345-347.

15 YÁÑEZ GALLARDO, César. *La emigración española a América (siglos XIX y XX)*. Colombres: Archivo de Indianos, 1994, p. 90.

16 FERNANDES ALVES, Jorge. *Op. cit.*, p. 70.

As saídas clandestinas também representam uma realidade da emigração galega que está diretamente imbricada com as fronteiras portuguesas. Uma das razões da clandestinidade e do uso dos portos portugueses por parte dos galegos é a fuga do serviço militar. Durante grande parte do período que abrange os anos de 1830 e 1930, os prófugos continuaram se deslocando intensivamente a outras partes da península. Com a consolidação da emigração à América, os prófugos que antes se encaminhavam até as cidades castelhanas e andaluzas começaram a optar por outros destinos mais longínquos, como Cuba e Rio de la Plata. Nas áreas correspondentes ao interior da província de Pontevedra, o ocidente de A Coruña e demais zonas fronteiriças com o norte de Portugal, os jovens orientavam-se majoritariamente em direção às principais cidades portuguesas, e através delas, até o Brasil. O interior lucense e ourensano, com pautas migratórias mais tradicionais orientavam seus destinos à Castela, Andaluzia e Portugal.

Para muitas famílias camponesas, o serviço militar representava um prejuízo nas economias familiares, ao perder “braços” na exploração agrícola ou nas rendas complementares das emigrações estacionais, além de privar os jovens de tempo para se instruírem ou adquirirem uma formação profissional (no caso das famílias com mais possibilidades econômicas). A escassez de recursos econômicos da maioria das famílias galegas diminuía a possibilidade de conseguir a isenção do serviço militar, uma vez que não havia meios de pagar a cota exigida pelo Governo ou a possibilidade de pagar um substituto.

Segundo os dados da *Estadística del Reclutamiento y Reemplazo*, publicados entre os anos de 1912 e 1920, as províncias com maior índice de prófugos eram Canárias, Oviedo, A Coruña, Pontevedra, Almería, Ourense, Lugo, Málaga, Santander e Madrid. Entre os anos de 1895 a 1933, Galiza era responsável por 29,85% dos fugitivos, em comparação com 13,71% do agregado espanhol; e em 1914, o número alcançou o máximo de 50,67% frente a 22,09% dos espanhóis. As guerras que atingiram todo o século XIX (Guerra de Marrocos, a Guerra cubana, a terceira guerra carlista, a guerra de Filipinas, a Guerra de África, entre outras) e as necessidades econômicas e sociais, unidas com as atrações dos países americanos, provocaram na Galiza uma alta porcentagem de jovens que buscavam fugir das suas obrigações militares.

No Alto Minho português, entre os anos de 1838 e 1860, segundo estudos de Fernandes Rodrigues, um grupo de emigrantes deslocou-se até municípios como os de Viana do Castelo com o objetivo de conseguir a retirada de um passaporte e partirem para o Brasil. Da mesma forma como aconteceu à maioria dos portugueses que foram para terras brasileiras, também os galegos escolheram um destino bem familiar, o Rio de Janeiro, para onde se ausentou mais de 81%.¹⁷

O escritor galego Xoan Neira Cancela, num dos seus textos do final do século XIX, intitulado *El brasileiro*, narra a história de um “rapazote, criado en las asperezas de las montañas de Lugo, ó en uno de los lugarejos de la provincia de Orense, cercanos á Portugal”.¹⁸ A referência ao país vizinho não é pura casualidade, demonstra o conhecimento do autor acerca da influência que sofreram os galegos de zonas próximas a Portugal, no momento de escolher o seu destino migratório. Estudos

17 FERNANDES RODRIGUES, Enrique. “Emigração galega para o Brasil através de Viana do Castelo (1838-60): análise à alfabetização e ao perfil sócio-profissional”. In: EIRAS ROEL, A. (ed.). *Aportaciones al estudio... op. cit.*, p. 179.

18 O grifo é da autora. NEIRA, Xoan. *Os brasileiros*. Vigo: Edicións Xerais, 1999, p. 202.

relacionados com o concelho de Melón (Ourense) indicam para o período de 1651 a 1920 a cifra de 48,9% de emigrantes a Portugal. A partir de 1851, os vizinhos desse concelho começam a emigrar para diferentes países americanos, entre eles, o Brasil, como segundo país de destino, depois de Cuba, e a cidade do Rio de Janeiro como principal lugar de emigração a Brasil.¹⁹ A literatura coincide com os dados históricos, que relacionam a emigração de concelhos galegos a Portugal como uma “ponte” para a posterior emigração a Brasil.

Nos *registros notariais*²⁰ do concelho de Santa Comba, aparecem, com muita frequência, informações sobre emigrantes que estavam em Portugal, confirmando, dessa maneira, a rota Galiza-Portugal-Brasil. No ano de 1870, por exemplo, no registro de Josefa Barbeito Caamaño, viúva, jornalista e vizinha da paróquia de Mallón (Santa Comba), a mesma declara ante notário que

su hijo Manoel Currais Barbeito, residente en la ciudad de Oporto, en el Reyno de Portugal, con el fin de agenciar su vida y sostener a la aqui otorgante, tiene deliverado ausentarse a la América del Sur, y como siendo de la edad de 23 años y libre de quintas y precisando por lo mismo de la licencia de su madre para ser admitido en el buque tiene ya contratado y satisfecho el flete.²¹

Apesar do documento não especificar a qual país da América do Sul emigrou Manoel Currais, tomamos conhecimento dessa informação, através das fontes localizadas no Brasil. Currais viveu no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. No ano de 1873, localizamos o mesmo emigrante como sócio matriculado no Hospital Espanhol dessa cidade. E a história não termina por aí. Havia diversos familiares seus, com o mesmo sobrenome “Barbeito”, originários da mesma paróquia, também inscritos na mesma instituição. Junto com outro parente, chamado Anselmo José Barbeito, foi um dos primeiros emigrantes da paróquia de Mallón a se inscrever no Hospital Espanhol e, possivelmente, um dos pioneiros da cadeia migratória do município de Santa Comba, cadeia esta que se iniciou na segunda metade do século XIX e se estendeu por todo o século XX (até a década de 60).

Em outro concelho com emigração a Rio de Janeiro, Cotobade (Pontevedra), no século XIX, a emigração intrapeninsular, com destino às cidades do norte de Portugal, também jogou um papel importante. Temos um exemplo bem representativo de um prófugo chamado José Gómez, procedente da paróquia de Viascón, que no ano de 1831 embarcou na cidade do Porto rumo ao Rio de Janeiro.²² Ou o caso de famílias divididas entre Portugal e Brasil, como os irmãos José Ignacio, Antonio e Manoel, da paróquia de Valongo, ainda no município de Cotobade. Os dois primeiros irmãos foram para a cidade

19 FERNANDES RODRIGUES, Enrique. *Op. cit.*, p. 170-172.

20 Seriam os documentos registrados nos cartórios, inventários, venda de propriedades, testamentos etc.

21 Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela. *Protocolo de los instrumentos públicos, ano de 1870*, distrito de Negreira. Notario D. Angel Montero Torreiro, p. 91.

22 Arquivo Municipal do Concello de Cotobade (AMC). Livro de Quintas (alistamentos militares), ano 1831, registro 535/1.

de Chaves (Portugal) e o último para o Brasil.²³ Todos fugiam do serviço militar e constavam como ausentes nos livros de registros militares do Concelho do ano de 1831. No século XIX, desde o ano de 1831 até 1880, Portugal recebeu 72,6% dos prófugos de Cotobade. No seguinte século, os emigrantes começaram a dividir os seus destinos migratórios entre Brasil e Argentina.

Os exemplos acima ilustram a influência da emigração intrapeninsular, presente no século XIX, no posterior fluxo em direção à América. As anteriores experiências migratórias dos galegos, no século XVIII e XIX, acabam por orientar os municípios na escolha dos destinos americanos, como foi o caso de Santa Comba, Cotobade e Melón.

Na sociedade de acolhida: o convívio e o conflito nos trópicos

[...] pediu o prato da cozinha da casa de pasto onde é empregado a Rua Visconde do Rio Branco, ao cozinheiro Manoel Facal Peres, um caldo especial para servir a um freguez da casa, que havendo demora elle declarante dirigio-se a porta da cozinha e pedia novamente do cozinheiro Manoel o caldo, que Manoel lhe dirigio pesado insulto e em seguida disse: “seu *gallego* leve isso lá para fora”, apresentando-lhe o caldo [...]²⁴

Aqui iniciamos mais uma história envolvendo emigrantes espanhóis/galegos e portugueses nos comércios carioca do período da Primeira República. No dia 7 de agosto de 1909, os réus espanhóis Manoel Facal Peres e Laureano Taboada foram indiciados por ofensas físicas, após terem agredido o português Joaquim Gomes dos Santos. Curiosamente, ao contrário do que poderíamos pensar, o galego em questão, não são os espanhóis, mas sim o emigrante português.

Joaquim Gomes faz questão de enfatizar no seu depoimento que o espanhol utilizou a palavra “galego” para insultá-lo. Não é por acaso. Ele era consciente do peso que essa palavra tinha no imaginário dos trabalhadores galegos e portugueses. A frase “*seu galego leve isso lá para fora*”, é enfatizada no momento em que Joaquim estava pedindo ao cozinheiro (Manoel) que agilizasse seu serviço. A tensão se inicia quando o mesmo, em sua posição de caixeiro, exige melhores serviços do cozinheiro espanhol. Não está em jogo aqui analisar qual dos depoimentos apresenta maior veracidade e poder de convencimento, mas sim a surpreendente ofensa de um espanhol a um português, insultando-o de “galego”.

O significado de “galego” foi muito utilizado no Jacobinismo,²⁵ o movimento antilusitano estreitamente vinculado à recém-consolidada República brasileira e formado por grupos republicanos

23 *Ibidem*.

24 Processos criminais. Depoimento da testemunha Joaquim Gomes dos Santos. 5ª Pretoria, Freguesia de Santo Antonio, oi 2346. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. O grifo é da autora.

25 O tema da emigração portuguesa e do jacobinismo está bem desenvolvido no livro de Gladys Sabina Ribeiro, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002)

que pertenciam às camadas médias urbanas emergentes. Utilizava-se a expressão “*galego vai para tua terra!*”, como uma forma de rechaço à população portuguesa que, além de ter a sua postura política associada ao monarquismo, também provocava a inimizade dos nativos devido ao monopólio de muitos setores do pequeno comércio da sociedade carioca, estreitamente ligados às classes baixas, como pensões, bares e botequins ou padarias. Aos antigos colonizadores, eram atribuídos vários males pelos quais a jovem República passava.

Nos processos criminais analisados na dissertação de mestrado de Gladys Sabina Ribeiro, a autora encontra a expressão “mata-galegos” utilizada diversas vezes como uma espécie de grito de guerra dos brasileiros contra os portugueses nos conflitos de rua do Rio de Janeiro do começo do século xx. Segundo palavras da própria autora: “são vários os processos em que o xingamento galego aparece (...), a velha instituição do ‘mata-galego’ teve sua chama reaccesa e constituía-se no grito de morte e de ofensa contra os portugueses”.²⁶ “Galego” era um xingamento, um insulto que fazia parte dos conflitos que envolviam lusos e nacionais em acirradas disputas pela sobrevivência no cotidiano carioca. Está claro que a palavra “galego”, nesse contexto, nem se relacionava aos indivíduos originários da Galiza, nem tinha uma conotação positiva. Mas, claro está, que a palavra não chegou ao Brasil por acaso. A influência daqueles verdadeiros galegos –os originários da Galiza- que no século xviii e xix se dirigiam para as cidades portuguesas como Lisboa e Porto para trabalhar como ambulantes, caixeiros os nos serviços domésticos, atravessou o atlântico, carregado pelos emigrantes portugueses.

No entanto, tal como apontam alguns periódicos da época e seus importantes cronistas, sabia-se perfeitamente a diferença entre um galego e um português. Fato demonstrado e reivindicado por João do Rio na sua seção *Bilhete*,

Quando os jacobinos chamam os portugueses de gallegos, ofensivamente devem partir primeiramente da idéia de que é humilhante trocar a pátria de alguém. Se chamarem a um brasileiro de argentino, ele não fica contente, apesar da Argentina ser uma grande nação sul-americana. Se chamarem V. de turco. V. Martínez de Tuy, V. fica furioso.²⁷

Assim, quando Manoel Esteves xinga o português Joaquim Gomes de “galego” ele está, de alguma maneira, trazendo à tona, uma tradição migratória que remete desde a época das emigrações intrapeninsulares e que encontra o seu ápice no cotidiano carioca do começo do século xx. É aí que galegos e portugueses se juntam nos comércios cariocas e convivem nos seus logradouros, ora em conflito, ora em harmonia, mas sempre interagindo no espaço do pequeno comércio. O processo-crime acima analisado está composto por três testemunhas e dois acusados, todos eles estrangeiros.

ou em *Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo – o antilusitanismo no Rio de Janeiro da República Velha*. Dissertação (mestrado) – Departamento de História – UFF, Niterói, 1987.

²⁶ SABINA RIBEIRO, Gladys. *Cabras e pés de chumbo... op. cit.*, p. 51.

²⁷ *A Pátria*, 15 de fevereiro de 1921, p. 2.

O dono do estabelecimento era o espanhol Indalecio Quintelo, que interferiu na confusão armada pelos seus empregados, os já citados cozinheiros Manoel Facal e Laureano Taboada e o caixeiro Joaquim Gomes. A primeira testemunha é um português, de 33 anos, lavador de prato da casa de pasto. A versão unânime é a de que, após uma acirrada discussão, os cozinheiros espanhóis arremessaram pratos no português, causando-lhe graves ferimentos. Na casa de pasto, da Rua Visconde do Rio Branco, n. 17, havia uma pequena rede de emigrantes da península ibérica. O empregador era um espanhol, e aí, talvez, a sua preferência também por empregados portugueses.

A construção dos estereótipos não se faz de um dia para o outro, e no começo do século xx o grupo de emigrante que estava mais em contato com a população carioca eram os portugueses. A ocupação profissional deles, suas características culturais e sua forma de comportamento, em resumo, a sua inserção sócio-profissional, possibilitou a construção de caricaturas que também estava vinculada ao processo de mudanças políticas e culturais que passava a sociedade brasileira neste período histórico. Os portugueses e os galegos representavam, sem dúvida, um importante número de emigrantes com características muito parecidas que podiam homogeneizá-los frente ao olhar crítico dos nativos. Um exemplo ilustrativo foi o do escritor brasileiro Aluísio de Azevedo, cônsul da cidade de Vigo (província de Pontevedra, Galiza) no ano de 1896. Ele refletiu nas suas cartas e/ou nos seus relatos de memória de viagem uma imagem dos camponeses galegos que correspondia a de um povo inculto, ignorante e sujo, com tendências amorais (abundância de filhos ilegítimos, permissividade em matéria sexual etc.), incompreensíveis para o habitante de uma grande cidade cosmopolita. As mesmas qualificações eram também utilizadas no Rio de Janeiro em relação aos emigrantes portugueses.²⁸

O processo criminal citado nas páginas anteriores ilustra muito bem essa situação, além de reunir elementos valiosos para compreender o cotidiano desses emigrantes. Um deles é que todos os envolvidos no processo, tanto as testemunhas quanto os réus são de origem espanhola e portuguesa e pertencem ao setor da hotelaria. Analisando desde a perspectiva do mercado profissional e do contingente emigratório que habitava o Rio de Janeiro do final do século xix/comoço do século xx, encontramos os portugueses ocupando majoritariamente o ramo do pequeno comércio e dos hotéis e distribuídos pelas paróquias de São José, Santa Rita e Santana, além da Candelária. Os espanhóis/galegos também se encontravam nas áreas mais centrais, destacando-se as freguesias de São José, Santa Rita e Santo Antonio. Ambos emigrantes concentravam-se nas áreas de habitações coletivas, convivendo diretamente com as classes nacionais mais pobres, formadas por libertos e migrantes de outras regiões brasileiras. Isso significa que, em muitos aspectos do cotidiano carioca, onde já estavam estabelecidos os portugueses, se aglomeraram também os galegos, e perante os olhos dos nacionais, de alguma maneira, esse fator deve ter influenciado.

Seus logradouros, como a Rua do Lavradio, foram espaços fortemente ocupados por galegos e portugueses a partir da segunda metade do século xix. Mais do que isso, era a principal freguesia

28 NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel. *O inmigrante imaxinario: estereotipos, representacións e identidades dos galegos na Argentina (1880-1940)*. Santiago de Compostela: Editora da Universidade de Santiago de Compostela, 2002, p. 60.

de concentração desses emigrantes.²⁹ Santo Antônio seguia-se às freguesias de Sacramento e São José (umas das mais populosas e também de grande concentração de portugueses) e compreendia ruas como a do Resende, Senado, Riachuelo, além dos bairros do Catumbi e de Santa Teresa.

Fabiana Popinigis, em seu livro *Proletários de Casaca, Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*, após analisar 1 112 processos crimes de ofensas físicas e homicídios conclui que, na classificação dos processos por freguesias, a Rua do Lavradio foi a campeã em ocorrências envolvendo trabalhadores no comércio. A freguesia de Santo Antonio reúne uma grande concentração de bares e botecoquins.³⁰ O presente trabalho não é um estudo diretamente relacionada com a temática da emigração, mas, quando a autora analisa os processos-crimes de pequenos comerciantes nas áreas centrais do Rio, inevitavelmente se depara com a presença constante de emigrantes espanhóis e portugueses. Um dos processos mencionados por Popinigis refere-se às desavenças ocorridas, no ano de 1901, entre o caixeiro espanhol José Cavenhago Pumar, de 19 anos, e o caixeiro português Alberto da Silva Peixoto, de 28 anos. Ambos trabalhavam nos arredores da Freguesia de Santo Antonio.

Ainda percorrendo as freguesias de Santo Antonio e seus arredores, nos deparamos com um processo de 1905, do galego Romão Villanova e do português João Bento que foram presos em flagrante, na Rua Riachuelo:

os Réus presentes João Bento e Romão Villanova foram presos em flagrante pelo Doutor Delegado por serem encontrados a jogar o denominado jogo do “Bicho” sendo que João Bento era o banqueiro e Romão Villanova comprava o jogo, isto é, era o jogador.³¹

O português foi preso “por estar bancando o jogo denominado do Bicho” e o espanhol “por estar jogando ou comprando o referido jogo”. Segundo os autos, “esse jogo é uma rifa que corre anexa à loteria da Capital Federal, determinando o grupo que ganha o final do primeiro prêmio da referida loteria com os denominantes de Antigo Rio Moderno e Salteado, como se verifica das listas encontradas em poder do réu João Bento e que são as mesmas que lhe são apresentadas nesta ocasião”. Dessa vez, não houve desavenças, mas sim certa união ou cumplicidade entre galegos e portugueses.

Romão Villanova, entretanto, tenta justificar que tem domicílio certo e profissão honesta, e leva duas testemunhas para atestar a sua condição de emigrante trabalhador. Nacionalidades das testemunhas: um espanhol e um italiano. O primeiro deles, Pedro Martinez, espanhol, de trinta e dois anos, casado, negociante, morador à rua do Lavradio cento e vinte e nove, sabendo ler e escrever, “declarou que conhece o prontificante, Ramon Villanova, há cerca de dez anos como homem sério

²⁹ Vide a tese de doutorado Érica Sarmiento (*op. cit.*). No capítulo 4, se discute a inserção socioprofissional dos emigrantes no Rio de Janeiro, fazendo um mapeamento dos portugueses, espanhóis e italianos pelos logradouros cariocas.

³⁰ POPINIGIS, Fabiana. *Proletários de casaca, trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 188.

³¹ Processos criminais. 5ª Pretoria, Freguesia de Santo Antonio, 01 1264. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

e trabalhador, sendo actualmente empregado como pespontador e morador à Rua do Lavradio cento e sessenta e nove”³² Segundo depoimento do acusado, ele entrou no negócio do português “afim de tomar [um] alcoólico, por isso que a casa é um depósito de bebidas”.

Os réus foram absolvidos, pois segundo a defesa, as irregularidades do processo eram evidentes. Queriam incriminar o português dono da venda e o espanhol que lá ia consumir um “alcoólico”. À falta de um auto de apreensão das listas do jogo e o fato de não constar que os depoimentos tenham sido lidos às testemunhas e delegando falta de prova da existência da contravenção por insuficiência dos dizeres das testemunhas do flagrante, os réus são absolvidos por falta de provas.

Devemos pensar que os portugueses, para os primeiros galegos que chegaram ao Rio de Janeiro, podia ser um ponto de apoio, não só devido à semelhança linguística e cultural que os uniam (nos referimos aos portugueses do Norte) como ao fato dos lusos já estarem estabelecidos e adaptados no Brasil muito antes que outros emigrantes. Daí a possibilidade desses galegos terem frequentado os mesmos locais de trabalho e também os espaços de sociabilidade, como as associações mutualistas. Seja através do bom convívio ou do conflito, o apoio e as rivalidades só existiram- e aí estão os documentos para comprovar- porque esses dois grupos de emigrantes estavam muito próximos no cotidiano carioca, frequentando os mesmos ambientes de trabalho e os mesmos lugares de ócio.

32 *Ibidem.*

Cartografias do exílio. O imigrante espanhol no movimento massivo e o Brasil como destino, 1880/1930

Marília Klaumann Cánovas

CEDHAL-LEER/USP

E os trens que vêm de Bauru
Trazem cheia a segunda classe,
Com catingas de porão de navio,
Com choros de crianças embrulhadas em grossas lãs européias,
Com caras rubras queimadas de sóis estrangeiros,
Famílias salubres e miseráveis
Que o Brasil chamava, miragem de ultramar.

Nesse amontôo de povo mal dormido
– Cabeças com lenços de cores, boinas de veludo negro –,
Nesses corpos fétidos que os beliches balançaram
Na travessia do vapor inglês,
Há uma poesia profunda,
Há uma poesia violenta,
Poesia das plebes agrícolas da Europa,
Poesia de raças antigas e obstinadas
Que qualquer coisa para este lado do Atlântico atrai;
Poesia da sorte desconhecida sobre o mar,
Poesia do porto de Santos,
Poesia da São Paulo Railway Company,
Poesia da Capital entrevista na bruma,
Poesia da imigração.

E os trens que vêm de Bauru

Ribeiro Couto

QUANDO INICIAMOS A INVESTIGAÇÃO acerca do imigrante espanhol, há décadas atrás, pretendíamos recuperar aspectos que pudessem singularizar esse contingente que, apesar de ser considerado a terceira maior corrente a desembarcar no Brasil no período da imigração em massa, mantinha-se silenciado pela historiografia.

De fato, ofuscado pelo italiano, de inegável superioridade numérica, o imigrante espanhol, cujos números, baseados nas estatísticas locais, atingiram meio milhão de indivíduos, ingressados especialmente na primeira vintena dos Novecentos, permanecia como coadjuvante, como personagem de uma história de reticências.

As estatísticas espanholas revelam, em geral, a metade dos números oficiais brasileiros. Embora elevadas, essas cifras, descontraídas, podem ser atribuídas ao movimento clandestino que campeou no período.

Mais que tudo, a clandestinidade registrada era indicativa de sintomas sociais mal resolvidos, o que, em contrapartida, obrigava os sujeitos a se evadirem clandestinamente, sem passar pelo controle oficial espanhol, por portos estrangeiros – franceses e portugueses, se considerados os espanhóis do norte, mas especialmente por Gibraltar, que era colônia inglesa e que, portanto, não sofria a tutela das autoridades espanholas, e, nesse caso, da grande massa que veio do sul, em especial da Andaluzia.

Desse modo, quer se considere a cifra oficial local ou aquela elaborada pelos portos de saída espanhóis, sabe-se que desse (suposto) montante de espanhóis que ingressou no Brasil nesse período, de cada quatro, três deles se destinavam ao Estado de São Paulo, e desse total, 80% se dirigiam para as zonas cafeeiras que rasgavam o Oeste Paulista, conforme procuramos evidenciar abaixo.

Era estreita, portanto, a relação entre essa emigração e a nossa agressiva e eficiente política oficial de arregimentação em larga escala, com tentáculos bem articulados em toda a Europa, que assim pretendia irrigar com mão-de-obra farta e, portanto, barata, a lavoura cafeeira do Estado de São Paulo, então em franca expansão. Tal política, alicerçada no financiamento da passagem dos emigrantes, desde que constituídos em grupos familiares, foi chamada de “imigração subsidiada”.

Mas, apesar disso, apesar de o espanhol ter representado no cômputo geral do período o terceiro maior contingente emigrado, muito pouco se conhecia dessa corrente, de sua trajetória, quer seja no colonato (nas fazendas de café), ou mesmo da trajetória urbana. Assim, num primeiro momento, e evocando as reais motivações que arrastaram essa verdadeira onda humana a atravessar o Atlântico (mão-de-obra para as fazendas de café), buscamos delinear a sua trajetória no colonato, ou seja, buscamos focalizar o grupo que havia se fixado no núcleo cafeeiro do Oeste Paulista.

TABELA 1. Porcentagem dos imigrantes espanhóis ingressados no Estado de São Paulo sobre o total da emigração espanhola para o Brasil – anos 1900-1929

1900-1904	64%	1915-1919	71%
1905-1909	77%	1920-1924	81%
1910-1914	75%	1925-1929	74%

Dados da Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo. Periodização adaptada.

Por questões relacionadas à fragmentação e dispersão das fontes – cujo provável indício resultava na ausência de trabalhos sobre o contingente espanhol do período e, mais que isso, significava sintoma resultante do comportamento atípico dessa corrente, determinado pela natureza tardia de seu movimento ultramarino no conjunto das imigrações em massa¹ –, optamos, num primeiro momento, por realizar um estudo de caso, tendo por objeto uma localidade próxima a Catanduva, que, como tantas outras, havia surgido no rastro dos trilhos que passaram a rasgar aquela região.

Nesta localidade, de nome Vila Novaes, então apenas um pequeno distrito daquele município, localizamos um grupo remanescente de espanhóis emigrados, de idade bastante avançada, com cuja comunidade fomos nos envolvendo e cujo estreitamento revelou a possibilidade de recuperar, por meio das suas narrativas, uma outra face da experiência que haviam partilhado, narrativas estas que acabariam sendo entrecruzadas e reelaboradas com a documentação oficial, em especial com a documentação cartorial² localizada.

Esse conjunto documental revelou-se essencial para a recuperação de elementos acerca desse grupo imigrante em sua odisseia ultramarina e depois, no colonato – experiências comuns, expectativas, frustrações, realizações, atitudes de resistência, acesso ou não à pequena propriedade etc. e sua investigação veio a resultar, posteriormente, em um livro.³

As imagens abaixo reproduzidas revelam momentos da faina incessante e diária desses emigrados e seus familiares em uma fazenda de café, onde eram, na maior parte das vezes, submetidos a condições subumanas no cumprimento de contratos pactuados com os fazendeiros, ainda na Hospedaria dos Imigrantes da Capital.

Em tese, as modalidades de contrato que eram praticadas nos anos iniciais do século xx eram para o “trato” (cultivo ou carpa) e a “colheita”, caracterizando o *Contrato de Colono*, e para a “formação”, que era ajustada pelo *Contrato de Formador*. A documentação consultada ainda revelou outras

1 A esse respeito, ver: “Rumo ao Estado de São Paulo: características de uma corrente tardia”. In: CÁNOVAS, M. *Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista*. São Paulo: Lazuli/Santander, 2005, p. 71-76.

2 Reproduzimos a documentação de dois cartórios locais: o *Cartório do Ofício de Notas do Município de Paraíso* (40 livros manuscritos) e o *Cartório do Ofício de Notas do Distrito de Villa Novaes* (11 livros manuscritos), compreendendo Registros de Nascimento, Casamento, Óbitos, Escrituras e Testamentos, cobrindo o período de 1900 a 1930.

3 CÁNOVAS, M. *Op. cit.*

modalidades que eram então praticadas, como a de *Arrendamento de cafezal*, de *Empreitada*, de *Trato e Colheita à Meia* e diferentes variações, decorrentes das categorias mais usuais.⁴

As imagens abaixo ilustram alguns desses momentos, uma delas, a da esquerda, revelando o árduo trabalho de desmatamento para a ampliação do cafezal ou para a instalação de uma nova fazenda, boca de sertão para onde esses emigrantes eram enviados e lugares aonde muitas vezes o homem chegava antes dos trilhos.



Figura 1. Imigrantes no trabalho de desmatamento e na colheita do café. Interior do Estado de São Paulo, c. 1920. Acervo: Museu da Imigração

A historiografia das imigrações transoceânicas desse período é unânime em reafirmar a calamitosa situação desse colono e a sua precária condição de vida e de trabalho na lavoura, fatos esses inscritos nas lembranças e narrados pelos emigrantes espanhóis em nossa oitava, em cujos depoimentos se desnuda a dimensão irreal, quase surrealista, dessa experiência; a inescapável pluralidade de situações-limite às quais tiveram que se submeter; o imoderado esforço empregado na superação dos obstáculos; o medo; as condições inóspitas e todas as adversidades materiais que enfrentaram para

4 A esse respeito, ver CÁNOVAS, M. *Op. cit.*, p. 301 – Índice dos Anexos, onde reproduzimos as principais modalidades de Contratos Públicos que eram pactuados entre colonos e fazendeiros, registrados nos Cartórios mencionados.

que, finalmente, alguns deles, os melhores aquinhoados, pudessem assentar em chão próprio, em seus redutos improvisados e rudimentares.

Fragmentos dessas lembranças podem aqui ser evocados:

Quando nós viemo de mudança da Fazenda D. Luisa, veio sete mudança, tudo junto; levamo dois dias de viagem...

Móveis? Nada! Tinha aquele caixão, u m banco de pau, um banco à toa, não tinha nada...;

Fomos morar debaixo de uma árvore, até construir a casa, cada família a sua; demorou dois meses...; nós tinha cuidado com os bichos, botava fogo aí, que naquele tempo tinha muito bicho. A casa era de madeira, de pau a pique, não existe mais [...]

E a porta, como não tinha serraria pra serrar madeira, quer dizer que põe assim um pau pregado do lado de cá, outro de lá..., lascas, assim, e pronto [demonstrando]. Só dava para entrar abaixado, senão tinha que tirar tudo...

A senhora sabe cozinhar sem panela?! Põe dois pau, assim, põe calor embaixo, faz uma cruz... aqui passa um gancho e pendura...

No córrego não tinha água [Córrego Seco!]; nós fazia poço, uma cisterna de doze palmo de fundura no mesmo córrego...

Novais era puro mato, tudo peroba...; Catanduva tinha quatro casas; naquele tempo era Cerradinho, depois passou para Vila Adolpho, agora não mudou mais faz cinquenta anos.⁵

Ele [o vendedor do sítio] já tinha uma casinha de sapé e tinha mais duas casinhas de empregado [...]; plantavam um pouco de roça, né, não sei se dava pra ele, naquele tempo o povo lá, que queria entrar, dava terra assim, planta e colhe sem trabalhar... fica aí [risos].

Nós construímos a casa, de coqueiro e outros paus, de lasca de madeira; o mato... fomos abrindo devagar, cortando aquele mato, queimando o mato; levou anos para acabar, era em pedaços.⁶

5 Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Villa Novaes, 1981. Aos 76 anos à época, esse emigrante residia desde 1912 em Córrego Seco, arredores de Villa Novaes. Sua família chegara em 1905, proveniente de Almería. Ele nascera no Brasil, logo após a chegada da família. Seu relato refere-se à compra do sítio e a mudança da família para Córrego Seco, onde seu pai com outras famílias haviam adquirido uma pequena propriedade. Optamos por manter a literalidade da fala, sem proceder a correções de grafia.

6 Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasquez Sanchez. Villa Novaes, 1981. O Sr. Ildefonso tinha 85 anos quando colhemos o seu depoimento. Ele chegara ao Brasil com nove anos, em 1905, com a família, procedentes de Cáceres, na Extremadura. Seu relato refere-se à aquisição da fazenda de 30 alqueires, por seu pai, no Córrego do Taperão, em 1911. Seu filho, Paschoal era, à época, o tabelião da vila e o proprietário do Cartório local.

A *via crucis*, gravada em suas memórias e reproduzida em suas narrativas parece não constituir exceção; ao contrário, as agruras e as circunstâncias de precariedade relatadas devem ter representado a tônica palmilhada pela família imigrante, na passagem da condição de colono para a de pequeno proprietário. Apesar disso, e malgrado as condições aqui mencionadas, nem todos logravam atingir esse objetivo, a aquisição de um pedaço de terra, sonho almejado por todos.

Aliás, essa condição de se tornar proprietário, de que poucos puderam usufruir, já era aventada como chamariz em seu país de origem, pelos agentes recrutadores contratados pelas companhias marítimas que faziam a travessia para a América, os tais *ganchos*, que atrelavam esta possibilidade ao benefício da passagem subsidiada.

De qualquer modo, nesse intento, muitos adoeciam, outros se acidentavam, tornando-se incapazes para o trabalho, restando, nesse caso, apenas a repatriação. E havia os que precocemente morriam, vitimados pelas más condições sanitárias e pelas epidemias. Nessas condições, era grande o quadro de desintegração familiar, como incontáveis eram os casos de viúvas com filhos, ou de mulheres ao desamparo, abandonadas com filhos pequenos. Para essas, egressas do colonato, e muitas vezes perambulando pelas cidades, restava solicitar o auxílio do *Consulado Espanhol da Cidade de São Paulo*, ou dos conterrâneos, para a repatriação.

Nessas circunstâncias, diante do impacto provocado pelas precárias condições de vida e de trabalho na lavoura, e por conta da baixa remuneração – sabemos que os contratos realizados eram quase que inteiramente comprometidos com as suas despesas –, é que vai se dar a ocorrência de um fenômeno que será a marca distintiva do período, a marcha itinerante e constante dessas famílias que, deslocando-se de fazenda em fazenda, iam em busca de melhores condições de ganho e de sobrevivência.

Nesse caso, o infortúnio era o motor a acionar novas e desafiadoras tentativas e, então, uma vez esgotadas todos os recursos na concretização da aspiração de adquirir uma pequena propriedade ou então de retornar à Espanha, como desejavam, muitos deles, uma vez livres de suas obrigações contratuais nas fazendas (que era de cinco ou seis anos, dependendo do contrato), tinham a inclinação de buscar uma melhoria na sua condição de vida nas oportunidades que despontavam nas cidades.

Miravam primeiramente aquelas pequenas cidades que cresciam na órbita das fazendas, impulsionadas pela economia do café que, em seu arrastão avançava sempre mais e mais rumo a oeste, plantando novas localidades e atraindo um exército imigratório.

Contudo, conjugados todos os fatores – crises conjunturais, epidemias, conflitos com fazendeiros e capangas, falta de perspectiva, inadaptabilidade às condições locais adversas –, surgia, enfim, do ponto de vista do colono, a força de atração da cidade de São Paulo, de onde emanava a maior demanda de mão-de-obra de todo o Estado, o “mercado de homens”, no entender de Pierre Denis, a acenar com múltiplas e diversificadas possibilidades de inserção laboral, formal ou informalmente.

A “Pauliceia”, representando a atração maior como a verdadeira locomotiva que se transformava radical e aceleradamente, na passagem do século xx, de pequeno núcleo urbano, na “metrópole do café”, acabaria por atrair um crescente contingente de miseráveis oriundos do campo em situação de

extrema penúria, a respeito do qual o cônsul espanhol da cidade assim se pronunciaria em memorando, a meados da primeira década dos Novecentos, ao Ministro de Estado espanhol:

[...] necesidad de vigilar y fiscalizar los embarques por el puerto de Gibraltar de gente indocumentada, desconocedora de las faenas del campo, de gente agrupada constituyendo familias falsas que llegan, se separan, no pueden ir a las fazendas y aumentan el número de los que diariamente llegan a la puerta de este Consulado en demanda de socorro y repatriación.⁷

O impacto da chegada à metrópole que, frenética, despertava, era assustador, provocando rejeição e estranhamento. Ali, esgueirando-se em seus desvãos, e concorrendo no saturado mercado de trabalho, passariam a viver promiscuamente, engrossando as sinistras fileiras dos miseráveis e dos desempregados. “O migrante que chega à cidade ou à terra alheia é um homem mutilado, um ser reduzido ao osso da privação”, diria Alfredo Bosi.⁸

Assim, para São Paulo, nesse período, acorriam milhares de desterrados, refluindo ou não do núcleo cafeeiro, geralmente com as famílias destroçadas – posto que, às vezes, uns partiam na frente e acabavam se perdendo dos demais.

Contudo, apesar de todo o fascínio que a cidade exercia, o equipamento cultural desse sujeito, que tinha o campo como referência, não se mostrava adequado ao aproveitamento das oportunidades que dela emergiam, com a agravante de que o espanhol havia protagonizado um movimento ultramarino tardio, no conjunto das imigrações em massa, conforme já mencionamos. Desse modo, quando o espanhol chegou à cidade de São Paulo ela já estava saturada, já se podia observar um estreitamento nas oportunidades que ela apresentava.

A decorrência mais imediata desse assédio à cidade era visível nas imensas vagas de trabalhadores rurais pobres que sobrecarregavam a sua força de trabalho, particularmente o setor terciário (o setor de serviços), excedendo em muito as suas necessidades, e se constituindo num largo mercado de mão-de-obra disponível.

E é justamente esse diagnóstico, consubstanciado nessa asfixia, que pode, em parte, explicar a problemática inserção do espanhol à cidade. Há indicadores documentais de que a maioria deles teria se vinculando, como *jornaleros*, a atividades ou ocupações eventuais e de pouco ganho, a serviços autônomos, e a viver precariamente de tarefas ocasionais e esporádicas, enfim a inumeráveis atividades marginais ao processo produtivo da nova conjuntura urbana.

Desse modo, o grosso desse contingente, talvez pela necessidade de explorar pequenas brechas de ganho para sobreviver, fez na cidade um percurso marcadamente invisível, velado, subterrâneo, ou seja, não passível de ser aferido pelos órgãos oficiais.

7 Memorando de 1º.1.1913, Caja 1692, AGA – Archivo General de la Administración, Madri, Espanha.

8 BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

E foi esse, sem dúvida, um dos fatores que acentuaram a invisibilidade do grupo, e isso talvez tenha motivado o silenciamento historiográfico a respeito dessa corrente.

Talvez por isso, muitas das atividades que os espanhóis desempenharam na Pauliceia tenham permanecido apenas no imaginário da cidade como vinculadas à sua figura e das quais existe uma ou outra menção literária. Com efeito, são alguns nichos em que ele se destacou, algumas atividades que o tipificaram, especialmente ligadas ao comércio ambulante, de porta em porta, onde apregoavam as suas mercadorias, imprimindo uma sonoridade característica à cidade.⁹

O que pareceu se evidenciar foi a “preferência” do espanhol pelos serviços autônomos e, desse modo, vimos proliferar em nossa investigação, inumeráveis ofícios ambulantes, muitos dos quais acabariam não sobrevivendo às transformações da cidade – caso do leiteiro; do carroceiro de verduras; da carroça do padeiro; do carro de gelo; do lenheiro; do empalhador; do baleiro; do mascate de aviamentos de costura; do pipoqueiro; do castanheiro e do vendedor de cestos, dentre outros.

Apesar disso, há, no entanto, um ofício em especial que merece ser lembrado: trata-se do *chattarrero* (sucateiro), o famoso ferro-velho, de inúmeras menções literárias e alguns poucos registros iconográficos – vide imagem a seguir. Esse tipo, que vasculhava a cidade muitas vezes apenas com uma sacola na cabeça recolhendo produtos e materiais que eram descartados, para depois vender aos donos de depósitos, acabava promovendo o lance inicial de uma cadeia de atividades subsequentes do reaproveitamento.

Com o passar do tempo, porém, alguns deles passariam de meros coletores que vendiam sucatas para os depósitos, a proprietários de depósitos, constando mesmo a existência de um rei do ferro-velho, de nome Tomás Marúbia, com seu depósito localizado na Moóca, mas que, como mito, sobreviveu apenas nas narrativas.

Revelador desse universo é o fragmento que selecionamos abaixo:

Ali habitavam as sete pessoas da família de Juan Garcia. No minúsculo chão de terra batida, um rapaz de cara encardida e roupa suja [um dos filhos de Garcia e que trabalhava com o pai] guardava a carrocinha de madeira.

Junto ao barranco, havia uma pilha de ferro-velho. Compreendendo objetos como panelas, torneiras, latas, tubos, ferramentas, pontas de trilhos, grades, pedaços de chumbo, folhas de zinco e uma profusão de pregos e parafusos, formando alta montanha ferruginosa e que constituía o comércio de Garcia, o espanhol.

Por isso, o chamavam de “ferro-velho”. Agora revolvía os fragmentos, as correntes e as novas peças adquiridas durante o dia, remexendo-os, pesando-os e comparando seus valores para revendê-los no depósito de ferro-velho.

9 As atividades desse homem anônimo na cidade foram objeto do capítulo “Territórios do Trabalho – Protagonistas de uma economia invisível”. In: CÂNOVAS, M. *Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2009, p. 161.

Num meio de sotaques de malaguenhos, Lola [a filha do carroceiro] falou em castelhano, que era o idioma usual empregado em casa, embora os filhos falassem português: “*Hola padre...*”¹⁰

Essa atividade, a do sucateiro envolvia, como era de se supor, todo o grupo familiar e foi surpreendente observar como foi continuada pelos descendentes, como um ofício de longa duração. Ainda hoje podem ser localizados, incorporando, naturalmente, em seus negócios, a evolução da economia do país, os herdeiros do ofício, trabalhando em desmanche de automóveis, no comércio de peças e de máquinas usadas, nos leilões das indústrias automobilísticas e com sucatas, em especial na Rua Piratininga, no bairro da Móoca, onde existem inúmeros comércios pertencentes a descendentes de espanhóis.



Figura 2. Funcionários e família de imigrante espanhol, proprietário de depósito de ferro-velho. São Paulo, SP, década de 1920. Acervo: Museu da Imigração.

De modo geral, salvo poucas exceções, o espanhol buscou aplicações em empresas relacionadas a bens de consumo direto – alimentos, chapéus, colchões, móveis, têxteis, calçados e cigarros – que se amoldavam às necessidades mais imediatas de um nascente mercado consumidor, funcionavam com tecnologia simples e para cuja constituição não se necessitava de grandes investimentos iniciais. É provável que alguns, aproveitando-se das dificuldades impostas pelo conflito mundial na importação de produtos, tenham aberto ou expandido negócios já existentes.

¹⁰ MARX, Geraldina. *Os humildes*. São Paulo: Publisher Brasil, 1996, p. 17-18.

Os espanhóis ficavam nos armazéns de cereais, mas principalmente no ferro-velho. Na fábrica, poucos. A maioria preferia se estabelecer por conta própria.

Abriam uma portinha de cebolas na Santa Rosa. Hoje, os espanhóis ficam principalmente na Rua Piratininga.

Comercializavam ferro-velho, depois ficaram com a venda de peças de automóvel. Conheci muitos espanhóis: o Rafael Morales, pai do jogador de pingue-pongue; Macotera, Sevillano, que já tem oitenta anos, Francisco Herrerias....

O filho de Sevillano mora no Jardim Paulista. O velho, já com 82 anos, mora ainda no Brás.¹¹

O crescimento da atividade comercial na cidade acompanhou de perto as mudanças nela introduzidas, intensificando-se e se diversificando continuamente. Pela via do comércio, importante meio de ascensão social e prestígio, os imigrantes alcançavam visibilidade e reconhecimento, muitas vezes não apenas entre seus conterrâneos.

Muitos prósperos comerciantes, em especial os atacadistas de cereais, muitos dos quais iniciavam modestamente negociando gêneros alimentícios nas pequenas vilas que apareciam na órbita das fazendas, conseguiram prosperar, transferindo-se para a Capital, onde começavam com uma portinha de venda de cebolas e/ou sementes de cebolas, acabando por transformar algumas ruas centrais da cidade, em especial as Ruas Santa Rosa e Paula Souza, ambas próximas ao Mercado Municipal, em reconhecidos redutos de espanhóis dedicados ao comércio atacadista de cereais.

Pudemos destacar, a partir daí, a constituição de algumas expressivas fortunas, que evoluíram para o comércio de importação e de exportação,¹² e de figuras que vieram a se destacar socialmente na Pauliceia.

Outro segmento também encabeçado pelos espanhóis foi o de sacaria.¹³ Ramo correlato ao do comércio de cereais, o comércio de sacos para acondicionamento, atividade a que muitos passariam a se dedicar, surgiu em complemento e em decorrência do anterior.

Todos os homens em São Paulo, que comprem sacos usados são assim. E moram por ali. Moram nos fundos das casas, entre varais com roupas dançando, e cercas de lata enferrujada. E tem uma velha que conserta as estopas furadas com uma agulha comprida, um fio comprido e uma paciência comprida [...].

11 “Lembranças de seu Amadeu”. In: BOSTI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1979, p. 94-95.

12 A esse respeito, ver “Os atacadistas de cereais” e “Importadores, exportadores e casas comissárias”. In: CÁNOVAS, M. *Imigrantes espanhóis na Paulicéia... op. cit.*, p. 303 e 321.

13 *Ibidem*, p. 317.

Compradores de sacaria ou empalhadores de móveis eles vão chegando. Um velho traz nas costas estreitas uma pilha marrom de sacos dobrados. Outro velho traz-nos ombros sungados uma cadeira austríaca e, na mão, um rolo de palhinha...¹⁴

Tratando-se certamente de um grupo minoritário, composto de comerciantes, pequenos industriais e profissionais liberais, essa camada socioeconômica e culturalmente diferenciada, ocupava progressivamente posição destacada dentre a grande maioria dos despossuídos, distinguindo-se da grande massa marginalizada e subalterna de emigrados, em grande parte mergulhada em extrema pobreza.

Andaluzes em sua maioria, a influência dessa massa miserável, infiltrando-se no cotidiano da Pauliceia, já podia ser percebida, por meio dos *chistes* jocosos que se espalhavam pelas ruas:

Ouve-se aqui freqüentemente um ditado anedótico, de forma variável: “está como o outro, que foi persignar-se e quebrou o nariz”.

É o andaluz: “*púsose a santiguar y se sacó un ojo*”.

Outra frase nossa: “é um pão e um pedaço”.

Não a encontramos nos catálogos, mas é vulgaríssima em São Paulo.

Prende-se evidentemente ao espanhol – “*Bueno es un pan con un pedazo*”¹⁵

Muito precocemente se observa na cidade a existência de práticas associativas entre os espanhóis. Tais entidades ou associações beneficentes eram, em geral, criadas por elementos da camada social diferenciada, iniciativas que objetivavam amparar os conterrâneos e socorrer à maioria desassistida nas questões urgentes e inadiáveis que avultavam à proporção que cresciam os problemas da cidade em seu salto desordenado de crescimento.

Uma dessas agremiações, a Federação Espanhola, criada em 1912, previa nos estatutos, a criação de um “albergue noturno onde pudessem pernoitar os espanhóis sem recursos [...]”¹⁶

De fato, eram muitas as famílias que, despachadas do interior em condições de extrema pobreza e privação e humilhados pela degradante condição de candidatos à repatriação, passavam a viver na indigência, perambulando sem destino pela cidade de São Paulo.

Esse era o caso da viúva Maria Alcázar, recém-chegada do interior, onde teria falecido seu marido, com cinco filhos menores, o maior com apenas sete anos, que, como mendiga, vagava pela cidade, e a quem o consulado oferecera tão-somente meia passagem para voltar, repatriada, à Espanha!¹⁷

14 ALMEIDA, Guilherme de. “Um Carvão de Goya”. In: *Cosmópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929, p. 61.

15 AMARAL, Amadeu. “Memorial de um passageiro de bonde”. In: *Tradições Populares*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976 (1ª ed. 1927), p. 240. *Santiguar*: fazer vários sinais da cruz, estranhando ou se escandalizando com algo.

16 *El Diario Español* (EDE), 18 mar. 1914. Item destacado do capítulo II do referido Estatuto. Trad. da autora.

17 EDE, 6 out. 1921.

Do mesmo modo, em degradante penúria, abandonadas, e aguardando pela repatriação, viviam cinco crianças, a maior com onze anos, que ficaram órfãos de pais e encontravam-se “recolhidas” à Rua São Caetano, 179, necessitando de mantimentos e roupas.¹⁸

Essa questão tinha muitas faces, destacando-se entre elas o desamparo a que essas criaturas se viam submetidas pelo poder público, quer seja do país de destino – para quem o (indesejado) imigrante que passava a habitar os centros urbanos representava, de certo modo, o elemento que, burlando as determinações, punha em relevo a “falha” do eficiente aparato oficial montado para a captação de braços para a lavoura cafeeira, quer seja o de seu próprio país de origem, aqui representado pela autoridade consular, de conspícua ausência e a quem, em tese, deveriam reclamar seus direitos de cidadãos.

Tais entidades de cunho beneficente e assistencial combinavam em sua composição diretiva, aos demais elementos, sujeitos que haviam trazido em sua bagagem a experiência da militância, ou seja, que aqui aportaram trazendo suas ideologias e, portanto, claramente identificados com a militância.

Um dos casos mais notórios reside na figura de Everardo Dias que, embora militante e ativista, e apesar de todas as restrições impostas a manifestações dessa natureza no seio das associações, atuava diretamente em muitas delas, exasperando-se por vezes contra as “tendências puramente utilitaristas de independência econômica” dos emigrantes, face ao desinteresse destes quanto à premente necessidade de reformas sociais.

Lembre-mos também de José Eiras García, o fundador e diretor-proprietário do periódico *El Diario Español* que, como muitos gráficos e tipógrafos, ativistas indesejáveis em seus países, refugiaram-se ou foram deportados por questões políticas e de tantos outros que, em função de seu trabalho tinham, no mínimo, tido contato com as teorias sociais da época e, portanto, estavam informados dos movimentos ocorridos na Europa.

No caso de Eiras, galego de Pontevedra, assumindo paulatinamente a posição de porta-voz da colônia por meio do seu diário, e provavelmente em função do crescente volume de espanhóis já instalados no núcleo cafeeiro no início da década de 1920, e do acirramento das relações entre fazendeiros e colonos, é nítida a abordagem mais agressiva com que passa a encaminhar as questões de violência contra os *paisanos*, que lhe eram relatadas.

O discurso agora vigente, e que ganhava as primeiras páginas, denunciava: “es sabido que aquí las garantías son letra muerta cuando las invoca el humilde, el flaco, el explotado [...] contra la brutalidad de hacendados”;¹⁹ e acusava a falta de respeito dos fazendeiros, que não cumpriam os contratos e que maltratavam os colonos, condenando-os à miséria. A esse discurso seguia-se, quase sempre, a íntegra de uma carta enviada à redação por um colono, relatando infortúnios e passagens degradantes geralmente ocorridas nas contendas com os administradores das fazendas.

Tais elementos, que transformavam essas agremiações em sociedades mistas – meio beneficente, meio de resistência, evidência concreta da tênue fronteira de atuação que não dissimulava o claro

18 EDE, 14 fev. 1914.

19 EDE, 17 fev. 1922.

engajamento ideológico –, terão grande influência no movimento operário, compondo um significativo segmento da liderança socialista e anarquista, cujo clímax foi representado pela greve geral de 1917, o ápice da expressão das lutas operárias no período da República Velha.

Embora exceda os limites e os propósitos desse artigo, convém destacar que esse movimento teve como estopim e personagem central um trabalhador, um jovem anarquista espanhol de 22 anos, o sapateiro José Martínez, que acompanhava uma multidão de grevistas, e foi morto pelo tiroteio da polícia.

Revoltados com o seu assassinato, os trabalhadores provocam tumultos, saques e queimas de bondes, alastrando o movimento grevista. Eram 20.000 trabalhadores em greve!

O enterro de Martínez, o sapateiro, “uma das mais impressionantes demonstrações populares até então verificadas em São Paulo [algo] como um oceano humano”²⁰ representou ocasião propícia para que vários oradores pronunciassem inflamados discursos em “português, espanhol e italiano, as três línguas mais faladas entre o operariado paulistano”, protestando com veemência contra a prisão dos grevistas.²¹

O alcance do movimento foi enorme, e o movimento das fábricas foi parar nas ruas, transformando-as em verdadeiros campos de batalha, com fuzilaria e centenas de operários presos, com saldo de três mortos. Outros mais são expulsos do país, dentre os quais alguns espanhóis.

Dentro os mais “perigosos” banidos, estava Florentino de Carvalho, que narra os dolorosos acontecimentos de sua prisão e embarque no Curvelo em *A nossa expulsão: apontamentos para a história das infâmias burguesas*. Conforme ele, embarcara com Francisco Arouca e Antonio Lopes “com destino ignorado” no “navio-fantasma”, depois de permanecer incomunicável na prisão de Vila Matias, em Santos, para onde fora levado.

Chegando ao Recife, onde o navio fizera uma escala, Florentino e seus companheiros conseguiriam escapar, burlando a vigilância. Seriam, contudo, recapturados depois da partida do navio, dando início a um périplo sem precedentes. Ficariam detidos no Recife por seis meses. Consta que os expulsos, despachados pelo Curvelo para a América, lá não tinham podido desembarcar, uma vez que o país se negou a recebê-los.

Não se tratava, contudo, da primeira deportação a que fora submetido Florentino que, antes, em 1912, já havia sido expulso. Conforme o *El Diario Español*, que noticiaria o retorno dos expulsos, chegados ao Rio de Janeiro pelo Vapor Avaré, dentre os detidos, estava Florentino de Carvalho, “espanhol naturalizado brasileiro, o líder do grupo de nove detidos”, e que, apesar disso, a polícia informara não saber do paradeiro e nem do novo destino deles.

As soluções dadas aos movimentos mais expressivos, ocorridos na cidade de São Paulo em 1917 e, logo depois, em 1919, possivelmente ocasionaram a sensível queda nas greves, a partir de 1920.

20 ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder)*. Dissertação (mestrado) – FAU-USP, São Paulo, 1985, p. 173.

21 LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 32.

Em fins de 1919, a inquietação era geral e o país encontrava-se afligido pelas greves dos funcionários da Light, das fábricas têxteis, dos metalúrgicos, dos ferroviários e dos empregados da construção civil.

Se em 1917 haviam sido nove os espanhóis expulsos e deportados, agora eles seriam mais. A “maré vermelha”, no dizer de Maran,²² tinha de ser contida a qualquer custo. Mirava-se contra os “indesejáveis”, responsáveis pela onda de revoltas sociais: “os espanhóis, portugueses e italianos que se arrogam o direito de defender a classe trabalhadora no Brasil ficariam melhor em sua própria terra”, bradavam setores da imprensa conservadora em numerosos artigos, sustentando ter o Executivo “amplos poderes” para expulsar esses “perigosos elementos”.

Desse modo, a repressão contra lideranças operárias continuava violenta. Após 1919 o número de greves diminuiu, mas os operários continuaram a se agitar e a se organizar, especialmente nos sindicatos. Kátia Kenez,²³ que examinou detidamente o movimento operário de 1919, com base na imprensa operária, comenta da dificuldade de se recompor esse período e seus personagens, lamentando haver localizado apenas “notas, por vezes algumas linhas soltas, na sua grande maioria nomes que percorrem uma ou duas edições desaparecendo sem deixar pistas”, numa evidência que o destino desses homens, a partir da prisão, era incerto e indefinido.

Há muito vinha o *El Diario Español* vinha encabeçando uma campanha contra o que denominava “*la burla hecha de las leyes*”, pronunciando-se contra as leis de expulsão então vigentes, cujos preceitos, dizia, não têm sido cumpridos, já que, entre os deportados há muitos que residem no país por mais de vinte anos e outros que têm filhos brasileiros.²⁴

Em 1920, os anarcossindicalistas, minando as próprias forças já declinantes do movimento, deflagram diversas greves na Capital de São Paulo, no Rio de Janeiro e em Santos, franqueando ao Governo o ensejo para prisões em massa, deportações de líderes e o fechamento de sindicatos.

Decisiva para a derrocada do movimento operário, a tese da “conspiração estrangeira”, que subverteria o país, passou a ser aceita por distintos setores da sociedade, legitimando a prática de medidas repressivas e estimulando o ressentimento dos trabalhadores nacionais contra os estrangeiros, líderes do movimento sindical.

No apogeu do sindicalismo revolucionário, entre os anos de 1917 e 1920, esse apelo “nacionalista”, disseminado na opinião pública pelos meios de comunicação e por segmentos interessados, foi fundamental para a campanha anticonspiração então encetada, sobretudo por eliminar as resistências de setores liberais da sociedade, que passam a apoiar as elites e a repressão policial.

O anarquismo, que irradiado a partir das cidades onde havia maior concentração de imigrantes, marcaria fundamentalmente o movimento operário brasileiro do período, se viria ameaçado

22 MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Tradução de José Eduardo Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 51.

23 KENEZ, Kátia Cristina. *Movimento operário em 1919 – repressão e controle social*. Dissertação (mestrado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2001, p. 129.

24 EDE, 29 NOV. 1912.

quando, a partir de 1922, ocorreria a cisão entre os militantes, fato que se refletiria também nas associações operárias.

A divergência que provocou a ruptura era de orientação e princípios. Aos militantes do Partido Comunista Brasileiro, o engajamento dos trabalhadores na máquina política do sistema representava ponto crucial, o que rejeitavam frontalmente os anarquistas que, aos poucos, foram sendo aliados das cúpulas sindicais.²⁵

Para Edgar Rodrigues que em seus escritos procurou deixar registros de relatos dos antigos militantes operários, a fase áurea do movimento operário ocorreu sob a influência do anarquismo, cuja ideologia traduziria os reais anseios dos oprimidos, potencial que o movimento operário posterior a 1922 perderia “sucumbindo às nefastas influências do comunismo e do trabalhismo oficial, tornando-se essencialmente um movimento reformista, sem combater a dominação capitalista”.²⁶

Por ora, importa assinalar, tendo como plano de fundo a conjuntura internacional de turbulência dos finais do Dezenove, os ecos locais manifestos na flagrante atuação dos líderes espanhóis do movimento operário, figuras emblemáticas das quais recuperamos alguns fragmentos de atuação na liderança e no trabalho de politização, que marcou o início da República brasileira.

25 FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 145.

26 MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 21.

● FONTES E ABORDAGENS ●

Imigração: “zonas de sombra” documentais¹

Lená Medeiros de Menezes

UERJ

DESAFIADOS PELO TEMPO PRESENTE, os historiadores voltam seus olhos para o passado, elegendo continuamente novos ou recorrentes objetos de investigação. A relação entre presente e passado na escolha temática é visível no tocante aos estudos migratórios, sendo possível observar que estes vêm crescendo significativamente, à medida que, sob a pressão de múltiplos fatores, as migrações tornam-se pauta obrigatória nas agendas política e midiática. As inúmeras perplexidades despertadas pelas contradições existentes entre abertura de mercados e políticas restritivas aos deslocamentos humanos, em tempos de ‘globalização’, com destaques para imigrantes econômicos, explicam o interesse amplo que o tema vem despertando, invadindo, cada vez mais e com maior impacto, o universo acadêmico.

Não há dúvidas quanto ao fato da História vir contribuindo, de forma expressiva, para que novas perspectivas de análise enriqueçam a compreensão de um tema que vem assumindo centralidade cada vez mais visível na política dos diferentes Estados. A busca de novas fontes vem sendo desafio constante para os historiadores, destacando-se processos judiciais ou policiais, cartas e a oralidade, transformada em depoimentos memorativos, estes últimos capazes de preencher importantes lacunas, principalmente com relação a recortes de gênero.²

Com essas novas fontes e abordagens, a História vem permitido a ampliação dos diálogos entre o nacional e o internacional, entre o “eu” e o “nós”, entre as práticas e as representações e entre processos legais e processos de bastidores, enriquecendo, dessa forma, o conhecimento sobre o tema.

Deixar falar o imigrante é opção que vem possibilitando não só o encontro direto com atores da verdadeira epopeia em que se constituiu o deslocamento massivo, ocorrido a partir da segunda

1 O artigo é desdobramento de pesquisas sobre imigração portuguesa, que conta com financiamento do CNPQ, através de Bolsa de Produtividade, e da UERJ (PROCIÊNCIA) e taxa de bancada do Programa “Cientista do Nosso Estado” (2009) da Faperj.

2 Ultrapassados os limites metodológicos do *pull-push*, característicos de uma abordagem demográfica que escondia os atores na frieza dos números, a preocupação que hoje se coloca é a da opção por um olhar sobre o micro não acarretar projeção do polo oposto, com o descarte dos contextos nos quais os indivíduos se movimentam.

metade do oitocentos, quanto o preenchimento de importantes lacunas, com destaque para o papel das mulheres em todo o processo, tanto no caso de seu deslocamento quanto na vivência da condição de esposa de marido vivo.³ Em última instância, a contribuição da história, em um campo de estudos eminentemente transdisciplinar, tem sido a de oferecer a perspectiva diacrônica necessária a uma melhor compreensão tanto do passado quanto do presente e, no estabelecimento do diálogo entre ambos, à percepção das invenções e reinvenções de uma “Geografia imaginativa” (SAID) que, secularmente, penaliza povos e culturas.

Apesar de todos os avanços teóricos e metodológicos que se registraram no campo da história das migrações internacionais, porém, uma pergunta básica parece continuar assombrando os estudiosos: Quantos foram, ao longo do tempo, aqueles que, em algum, momento, deslocaram-se de seus países de origem, escolhendo outras terras para reinventarem suas vidas? O assombramento mencionado advém da opacidade com a qual os historiadores se defrontam, ocasionada pela presença de muitas lacunas documentais, algumas de difícil, para não dizer impossível, preenchimento.

Nesse sentido, um cuidado especial deve sempre presidir estudos de orientação quantitativa: a percepção da inevitabilidade da presença de números que não podem ser tomados de forma absoluta, visto terem, muitas vezes, um valor meramente “aproximativo”, conforme foi apontado por Getúlio Vargas, presidente da República entre 1930 e 1945, cujo governo foi responsável pela imposição de políticas imigratórias restritivas.⁴

Defrontando-se com a necessidade da obrigatoriedade constitucional de imposição de cotas de entrada, a partir da promulgação da Carta de 1934,⁵ o presidente da República, em mensagem encaminhada ao Congresso, admitiu haver “grandes embaraços na interpretação do preceito institucional”, o que implicava a exigência de “penosa reconstrução da estatística”. Frente à perspectiva de uma “penosa reconstrução”, destinada a dar solução aos problemas existentes, o próprio presidente admitiria a necessidade da adoção de “critérios empíricos, de caráter meramente aproximativos”.⁶

3 Sempre é importante lembrar do trabalho precursor de Brettell, no caso da imigração portuguesa: BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências das emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

4 Essas políticas acompanhavam tendência que se espalhava pelo mundo, a partir da imposição de cotas de entrada pelos Estados Unidos em 1921, reforçadas em 1924.

5 A Constituição de 1934 limitou a entrada de estrangeiros no Brasil até o máximo de 2% para cada nacionalidade, calculados sobre o número de imigrantes fixados. Esse dispositivo foi reproduzido na Constituição de 1937, embora, com relação aos portugueses, tenha havido flexibilizações quase imediatas, a partir da concepção de que os mesmos eram elemento fundamental na constituição da nação brasileira.

6 Embora as palavras do Presidente tivessem por motivação explícita o problema das nacionalidades surgidas no pós Primeira Guerra, este não era o único problema existente, considerando-se observações feitas pelos ministros responsáveis pela imigração ao longo da Primeira República. BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo, em 3 de março de 1935, pelo Presidente da república Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 127. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1324/000001.html>.

Com base nessa problemática, comprovada não só pelas palavras de Vargas, mas, também, pela de vários ministros das pastas responsáveis pela imigração e colonização, é possível enunciar algumas ‘zonas de sombra’ existentes na documentação produzida pelos órgãos oficiais. Essas oferecem inúmeras dificuldades ao historiador, principalmente aos que se dedicam a análises quantitativas.

Lacunas decorrentes da ocorrência continuada da imigração clandestina

Ao longo do tempo, principalmente aquele marcado pelos deslocamentos massivos, a imigração clandestina foi problema sempre presente para autoridades dos países de partida e de chegada. Explicada por razões variadas, que incluíam da fuga ao serviço militar e perseguições políticas às dificuldades na obtenção de passaportes – por motivos pessoais, espaciais ou conjunturais –, a imigração clandestina compôs os bastidores da imigração. Para além da simples constatação, porém, escassas são as fontes que os historiadores encontram para uma análise aprofundada do processo, expressa, por exemplo, em quantificações. Regra geral, os indícios disponíveis restringem-se a notícias publicadas pelos jornais ou denúncias pontuais feitas por determinadas autoridades. Em decorrência, também são pontuais as referências existentes na historiografia da imigração.

É certo que a presença da imigração clandestina mereceu reflexões por parte das autoridades, principalmente quando defrontadas com a presença de estrangeiros “indesejáveis”⁷ Mereceu, ainda, muitas menções literárias, principalmente em obras datadas da segunda metade do século XIX e primeira do XX, com a ficção nutrindo-se de relatos circulantes ou de um ouvir dizer que tinha o respaldo da realidade.

Relatos sobre indivíduos que saltavam de rochedos para embarcar em navios ancorados ao largo da costa ou daqueles que, preferentemente a noite, subiam sornateiramente em embarcações ancoradas ao largo da costa, passando a viajar escondidos e condicionados a desembarcar antes do navio aportar, compõem, sem qualquer sombra de dúvidas, a trama da e-imigração. Indícios dessas ocorrências, por vezes, transparecem em denúncias que podem vir a quantificar ocorrências pontuais, conforme nos demonstra Serpa Silva, com relação à emigração de Ponta Delgada (Ilha de São Miguel, Açores) para o Brasil:

Entre 1833 e 1842, mas com maior incidência a partir de 1836, na Administração do Concelho e no Governo Civil de Ponta Delgada foram recebidas inúmeras queixas e numerosos relatos de casos que colocavam as autoridades em alerta, debalde muitas falhas e poucos resultados.

Em abril de 1836, por exemplo, era considerado escandaloso o procedimento do capitão e dos Consignatários da Barca ‘Sarah’ – os negociantes Abraão Bensaúde e Ricardo Halloran – por terem permitido que fossem recebidos a bordo, durante a noite e ocultamente, mais de 200 passageiros quando a lotação da mesma

7 Sobre o tema, ver, da autora, *Indesejáveis: desclassificados da Modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal – 1890-1930*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

barca era de 58 pessoas. A maioria não possuía passaporte, outros tinham o seu caducado e o navio preparava-se para partir sem o devido despacho e sem a visita do mar.⁸

Denúncias como essa representam, porém, apenas a ponta de um iceberg, sendo impossível dar conta de quantos foram aqueles que, efetivamente, migraram de forma clandestina. Além das denúncias explícitas, alguns indícios indiretos colocam-se, para o historiador, em diferentes tipos de fontes.

Com relação à imigração portuguesa para o Brasil, por exemplo, ainda que, segundo alguns pesquisadores, os percentuais relativos à emigração clandestina estejam superdimensionados, esta é uma ocorrência que não pode ser esquecida, pois ela relativiza as totalizações de que dispomos. Alguns indícios indiretos sobre sua ocorrência transparecem, para se citar um exemplo, em processos policiais, com destaque para os processos de expulsão, onde é possível verificar as fragilidades existentes com relação ao controle das partidas e entradas de e-imigrantes. Veja-se o caso de Joaquim Marques da Costa, que também utilizava o nome de Rodolfo Marques da Costa.

Português de nascimento, Joaquim ou Rodolfo da Costa tinha 30 anos quando foi expulso do Brasil, no ano de 1924. Era carpinteiro, alfabetizado, casado e morador do Andaraí, tendo sido processado e expulso como “anarquista perigoso”, considerado, pelas testemunhas que contra ele depuseram, como “explorador da boa fé e fraqueza das classes operárias”. Processado, Joaquim ou Rodolfo da Costa rumou para Lisboa, a bordo do vapor *Holdec*, em setembro do referido ano. Consta de seu processo o pedido de informações do Cônsul do Brasil em Lisboa, que alega que o referido indivíduo já fora expulso do Brasil, em ocasião anterior, que ele não sabia precisar, pois os últimos dados que recebera sobre a questão da expulsão datavam de dois ou mais anos, todos eles “incompletos no tocante aos dados de identificação”.⁹

Comprovando a frouxidão nos instrumentos de controle, o processo acima referido oferece possibilidades para se pensar nas estratégias variadas adotadas por alguns indivíduos, no sentido de burlar as leis e driblar a fiscalização. Essas incluíam da simples inexistência do passaporte, implicando a imigração clandestina, à falsificação do referido documento. Muitas denúncias objetivas, principalmente as relativas a mulheres que viajavam escondidas em cabines destinadas à tripulação ou que tinham posse de documentos falsos, demonstram a conivência de funcionários consulares, portuários e tripulantes dos navios. No caso da utilização de vários nomes por um mesmo indivíduo, a polícia adotava o procedimento de abrir processos para cada um dos nomes utilizados, multiplicando, assim, o quantitativo de processos instaurados. Tal procedimento implica a necessidade do investigador dedicar-se a uma crítica profunda desse tipo de documentação, sob pena de um mesmo indivíduo ser contabilizado diversas vezes. Se Joaquim ou Rodolfo da Costa reimigrou clandestinamente ou com

8 B.P.A.P.D. – E.J.C.P.D., Livro 207, Registro de quaisquer determinações da Prefeitura de Ponta Delgada – 1834-1843, fls. 19 a 20. *Apud* SILVA, Susana Serpa. *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada: uma abordagem com base nos Processos Penais, 1830-1841*. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 2003, p. 146.

9 BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Setor do Poder Judiciário (SPJ), módulo 101, pacotilha 1177 163.

passaporte falso, não é possível determinar, com base na documentação sobre ele existente, o que pode ser afirmado é que seu processo não foi um caso isolado.

Omissões nos registros efetuados nos portos de chegada

Pelo menos dois problemas principais afetam os registros de entrada nos portos, dificultando trabalhos quantitativos baseados nesse tipo de fonte. O primeiro deles é a falta de uniformidade nos dados objetos de registro, implicando a impossibilidade do estabelecimento de séries numéricas completas e/ou confiáveis com relação a determinados elementos de identificação dos imigrantes. O segundo, as omissões decorrentes de usos como o dos passaportes coletivos, fazendo recair sobre mulheres e crianças o peso de muitos silenciamentos, comprovando a tendência das estatísticas apresentarem-se “assexuadas”¹⁰ ou, em casos extremos, com uma total falta de dados acerca dos acompanhantes.

No tocante à falta de uniformidade nas informações prestadas por comandantes de navios, funcionários dos portos e autoridades regionais ou federais, estão tomados como objeto de análise os relatórios ministeriais, principalmente por estes dependerem da articulação necessária entre os diferentes órgãos responsáveis pela imigração. Quando os referidos relatórios são analisados em uma perspectiva diacrônica, indicam a enorme variedade com a qual eram processados os registros, bem como as formas pelas quais as informações circulavam ou não. Dependendo do maior ou menor comprometimento do ministro com a questão imigratória, do enfoque e do tratamento dado ao tema, da existência ou não de órgãos específicos dedicados à estatística, do recebimento ou não das informações vindas das províncias, variavam enormemente os dados consolidados no nível do poder central variavam enormemente.

O relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, relativo ao ano de 1908, por exemplo, apresenta um quadro comparativo das entradas ocorridas nos anos de 1906, 1907 e 1908.¹¹ Com relação ao ano de 1907, há a informação de que haviam entrado no país 31.156 imigrantes. A consulta a este relatório, porém, nos dá a informação de que 14.358 “imigrantes espontâneos” haviam imigrado, não havendo qualquer observação, por parte do ministro, do porquê de sua opção por fornecer uma informação incompleta, explicada, possivelmente, por seu entendimento de que não cabia à União prestar contas mais pormenorizadas ou, ainda, em virtude das informações relativas às entradas pelos diferentes estados não terem sido prestadas em tempo hábil pelas autoridades estaduais.

Os funcionários do porto encarregados do registro, por sua vez, não tinham maiores cuidados com relação à adoção de critérios únicos, no tocante ao registro de informações, o que se desdobrava, muitas vezes, na omissão de dados referentes a importantes informações, como profissão, grau de instrução, local de nascimento e outros, incluindo-se, também, descuidos com relação ao registro das

¹⁰ PERROT, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Champs/Flammarion, 1998.

¹¹ Observe-se que estatísticas remissivas eram uma constante, explicadas, em parte, pela necessidade de estabelecer análises comparativas, mas, muitas vezes, uma forma de retificar informações.

mesmas, inclusive no tocante à nacionalidade. Esses problemas adensavam-se quando havia entradas massivas e a pressa presidia o trabalho. Em decorrência, crianças muito pequenas acabavam por terem o registro da profissão dos pais, criando uma hereditariedade descabida nas funções; muitos galegos acabaram registrados como portugueses ou vice-versa, dependendo do fato de terem embarcado em Vigo ou no Porto; turcos eram registrados como árabes e várias outras distorções.

Lacunas nas informações tornavam-se mais expressivas no caso dos passaportes coletivos. Nesses casos, em especial, os ocultamentos eram muitos, principalmente com relação aos acompanhantes, com omissões quanto à idade, profissão, local e data de nascimento, não sendo rara a omissão de seus próprios nomes, fazendo cair um manto de sombra sobre mulheres e crianças que imigravam, reduzidos à condição de sua relação familiar com o titular do passaporte.

Problemas decorrentes da mudança continuada dos órgãos administrativos encarregados da colonização e imigração

Ao longo do Império e da República, de forma recorrente, muitos órgãos encarregados da colonização e imigração foram criados e extintos, incluindo-se nessas mudanças, a transferência da responsabilidade entre ministérios.¹² Em decorrência, o tratamento administrativo do tema imigratório, por parte dos investigadores, transforma-se em uma trama de muita complexidade, da qual não estão excluídas ações desordenadas e dispersas, com a incidência de superposições e inoperâncias. Esses problemas encontram menção objetiva nas palavras do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 1947:

Para que se possa realizar coisa útil, dentro dos pequenos recursos financeiros, é indispensável que haja harmonia, espírito de cooperação e, sobretudo, de transigência nos pontos de vista pessoais. Somente a serenidade poderá presidir a essa congregação de esforços para cooperar com o governo na solução melhor da questão.

Não sendo realizada essa política, o problema permanecerá na situação atual, de dispersão de esforços à falta de conexão das medidas oriundas quer do governo, quer do Congresso.¹³

Passados 58 anos, desde que a República fora proclamada, e 17 anos, desde a subida de Vargas ao poder, com a adoção de novas políticas de imigração e povoamento, o ministro demonstrava que o gerenciamento da questão migratória continuava a ser afetado por problemas de longa duração.

12 Entre 1893 e 1909, por exemplo, a responsabilidade sobre a imigração foi transferida do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, retornando, posteriormente, para o Ministério da Agricultura, então denominado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1843, a responsabilidade passou, então, para este ministério.

13 Relatório referente ao ano de 1947, apresentado pelo ministro Morvan Dias de Figueiredo, da pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, ao Exmo Sr. Presidente da República no ano de 1948, p. 11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2309/000002.html>>. Todas as citações tiveram a grafia atualizada.

Dentre estes tinham destaque: a dispersão de esforços visando a um mesmo fim, a falta de articulação entre os agentes administrativos, com evidências da existência de determinados distanciamentos com relação às ações desenvolvidas no interior dos poderes Executivo e Legislativo.¹⁴ Os problemas existentes eram uma demonstração inequívoca das leituras diferenciadas sobre a imigração, por parte dos poderes constituídos e dos indivíduos aos quais estavam afeitos os “negócios da imigração”.

A análise da política e da legislação migratórias no Brasil representa, em última instância, o encontro com um processo de convivência de concepções diferenciadas sobre os processos migratórios e sobre o papel, a importância e a atuação do imigrante, com tensões visíveis entre partidos¹⁵ e ministérios. Isto explica, por exemplo, a polarização existente entre as representações do ‘imigrante morigerado’, que pautava a atuação dos ministérios responsáveis pela colonização e imigração (Agricultura, Indústria e Comércio ou Indústria, Viação e Obras Públicas) e a do ‘imigrante desordeiro’, presente nos relatórios do Ministério da Justiça, contrapondo-se, assim, uma visão otimista e uma visão essencialmente negativa de todo o processo.

O pacto federativo e os problemas inerentes às informações relativas a determinados portos de entrada

A partir da entrada em vigor da constituição republicana, em 1891, deixaram de pertencer à União as terras devolutas, que passaram a ser responsabilidade dos estados.¹⁶ Ainda que a memória sobre a imigração tenda a remeter, quase que mecanicamente, às entradas pelo porto do Rio de Janeiro e, a partir do final do oitocentos, pelo porto de Santos, é certo que as entradas aconteceram, também, por outros portos do país.¹⁷ Ao todo, considerado o período da Primeira República, há registros de entradas legais por um total de 12 portos, alinhados de norte a sul: Belém, Recife, São Luís, São Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Florianópolis, São Francisco, Itajaí e Rio Grande, com indicativos eventuais com relação ao porto de Cuiabá, ainda que nem sempre os dados relativos a todos esses portos fossem quantificados na consolidação feita pelo poder central.

Alguns ministros tinham o cuidado de, ao consolidar os dados referentes às entradas, destacar que as informações prestadas não abarcavam todas as possibilidades de entrada. O barão de Lucena serve de exemplo. No relatório por ele apresentado à Presidência da República, referente ao ano de

14 A análise da copiosa legislação imigratória existente, bem como o estabelecimento de hierarquias confusas no comando das políticas imigratórias representa, para o historiador, um desafio de enormes proporções.

15 A leitura dos anais da Câmara dos deputados é, nesse sentido, um exercício bastante ilustrativo. Dentre outros, ver MENEZES, Lená Medeiros de. “Germano Hasslocher e Maurício de Lacerda: vozes dissonantes contra os arbítrios da expulsão.” In: PRADO, Maria Emilia (org.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 211- 239.

16 Observe-se a relação direta que se estabelecia entre terras devolutas e os processos de colonização.

17 Com relação aos portos, é importante destacar que a maioria deles tinha situação de precariedade, tornando o desembarque uma ação complexa. Muitas vezes, a dificuldade de oferecer condições para que o navio aporte-se, fazia com que a embarcação tivesse que lançar âncoras ao largo da costa, desembarcando os passageiros através de pequenas embarcações que conseguiam chegar aos ancoradouros. Nesse sentido, ganha sentido, observações feitas por alguns ministros com relação aos portos e rios do país, com pormenorizações acerca dos melhoramentos que eram efetuados.

1890, os quantitativos da imigração estão mencionados, com a observação de que elas referiam-se “somente” aos portos do Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande do Sul.¹⁸ Outros ministros, porém, restringiam-se a informar apenas o quantitativo de entradas no porto do Rio, sem qualquer outra observação sobre a parcialidade da informação. São poucos, nesse contexto, os relatórios que trazem informações completas com relação aos portos de entrada, como os que se referem aos anos de 1894 e 1927, cujos números são trazidos à guisa de exemplificação.

TABELA 1. Entrada de imigrantes pelos diferentes portos brasileiros – 1894

Porto	Totais
Rio de Janeiro	67.163
Santos	47.899
Belém	1.654
Rio Grande	1.532
Recife	1.207
Florianópolis	1.154
São Salvador	918
Paranaguá	42
Total Geral	121.569

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1894, apresentado pelo ministro Antonio Olyntho dos Santos Pires. Disponível em: <brazil.crl/bsd/bsd/u1980>. Tabela organizada pela autora do artigo.

Segundo os números apresentados, o porto do Rio de Janeiro permanecia recebendo a maioria dos que migravam, na ordem de 55,24% do total. O porto de Santos, porém, já demonstrava sua importância, decorrente da marcha do café para São Paulo, representando 39,40 % do total. Com relação aos demais portos, as entradas alcançavam o total de 4. 856 indivíduos, sendo de destacar-se a projeção de portos do norte e do nordeste, como Belém e Recife sobre portos do sul do país, excetuando-se o Rio Grande.

Trinta e três anos depois, o porto do Rio de Janeiro perderia a supremacia, representando, apenas, 14,65 %, suplantado pelo porto de Santos, cujo percentual sobre o total alcançou 77,26%, em uma conjuntura de pós Primeira Guerra, quando a chamada Grande Imigração já tivera fim.

18 BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, apresentado pelo ministro Barão de Lucena em junho de 1891. Disponível em: <brazil.crl/bsd/bsd/u1976>.

TABELA 2. Entrada de imigrantes pelos diferentes portos brasileiros – 1927

Porto	Totais
Rio de Janeiro	11.573
Santos	61.024
Belém	1.583
Rio Grande	1.506
Recife	1.122
São Francisco	972
São Salvador	770
Paranaguá	428
Total Geral	78.978

Fonte. BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio de 1927, apresentado pelo ministro Geminiano Lyra Castro. Disponível em: <brazil.crl/bsd/bsd/u2023>. Tabela organizada pela autora do artigo.

Ainda que seja flagrante o peso das entradas pelo Rio de Janeiro e Santos, que acabavam por condicionar o movimento geral da imigração, os “demais portos” merecem ser levados em consideração em qualquer quantificação que seja feita, pelo menos, embasando exercícios estimativos.

Considerados os anos que serviram de exemplificação, os portos do norte, nordeste e sul – os “demais portos aos quais se referiam os ministros – registraram entradas na ordem de 3,99% em 1894 e 8,07% em 1927, registrando, inclusive, aumento nas entradas quando os totais gerais haviam recuado. Já em 1908 o relatório do Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas informava que, no contexto do aumento dos quantitativos de entrada, esses portos haviam tido um aumento de 51,59% em seus quantitativos de entrada, percentual maior do que aquele apresentado pelos portos do Rio de Janeiro (28,54%) e Santos (51,59%).¹⁹

A não menção a este ou aquele porto em alguns relatórios não implicava, necessariamente, que por ele não tivessem ocorrido entradas, mas sim que o governo central não recebera as informações ou não tinha dado maior atenção a elas. É o que evidencia o relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras públicas relativo ao ano de 1891: “Por outros portos da República entraram também imigrantes em pequeno número, que não foram inscritos para completa estatística, tendo apenas conhecimento de 2.280 entrados pelo porto de Santa Catarina”.²⁰

Decorrencia da falta de comunicação apropriada entre a União e os estados da Federação, os mesmos problemas persistiriam nas décadas que se seguiram, conforme demonstram as palavras

19 BRASIL. Relatório do ministério da Viação e Obras Públicas referente ao ano de 1908, apresentado pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida em 1909, vol.1., p. 93. Disponível em: <brazil.crl/bsd/bsd/u2276>.

20 Relatório do Minsistério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do ano de 1891, já citado.

do ministro Geminiano da Franca, titular da pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, relativo ao ano de 1921:

Nas Inspetorias Federais dos estados, os serviços relativos às entradas de imigrantes, no que diz respeito às restrições impostas pela legislação vigente, marcharam com regularidade; várias disposições da lei, entretanto, só poderão ser integralmente cumpridas com o concurso indispensável das repartições estaduais de polícia marítima, o que até agora não foi possível em todos os portos.

Ainda que o ministro fizesse alusão aos dispositivos legais, referentes ao controle nas entradas, a falta de informações explicava, certamente, as omissões existentes em várias das consolidações numéricas realizadas no âmbito ministerial. O legado documental que chegou às mãos dos historiadores, dessa forma, compõe-se por estatísticas incompletas, ou a total ausência de determinados dados, variando, ainda, a forma como os próprios ministros priorizam ou não a questão da imigração no conjunto de suas atribuições. Na falta de uniformidade, as informações ficavam sujeitas à visão e às prioridades daqueles que por elas eram responsáveis.

Vários ministros, considerando o pacto federativo e a responsabilidade da União apenas no “recebimento e agasalho [na] capital e [a] distribuição pelos estados dos estrangeiros que espontaneamente procura[ssem] o país”, com a responsabilidade pelo “agasalho” sendo atribuído à hospedaria da Ilha das Flores, apresentavam apenas os dados relativos ao porto do Rio de Janeiro e, na pior das hipóteses, os números de entrada e saída da referida hospedaria.

Com relação aos dados relativos às entradas efetuadas pelo porto do Rio de Janeiro, variavam, também, as informações prestadas. Alguns ministros dedicavam-se apenas a apresentar os números gerais relativos às entradas. Outros, mais minuciosos, apresentavam estatísticas que contemplavam portos de partida, nacionalidade, sexo, idade, estado civil, religião, profissão, recolhimento aos hospitais e locais de destino. Regra geral, esses ministros contemplavam, quando muito, os números relativos ao porto de Santos. Não raras vezes, os números apresentados, mesmo com relação ao porto do Rio de Janeiro eram lacunares, ocasionando enormes disparidades entre os relatórios, conforme já foi apontado. A variedade das informações relativas aos “demais portos”²¹ pode ser verificada nos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1913, 1915, 1916 e 1919.

O relatório de 1913 traz registros referentes aos portos do Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, São Francisco, Itajaí, Florianópolis, Rio Grande, Vitória e Bahia, mas não há referências acerca das entradas ocorridas nos portos do norte e nordeste.²² Silêncio semelhante afeta o relatório de 1915, que

21 Quanto aos registros relativos aos “demais portos”, cabe uma observação com relação à expressão recorrentemente utilizada pelos ministros, visto ela remeter à ideia de que apenas os portos do Rio de Janeiro e de Santos tinham importância, sendo os “demais” simples adendo ao fenômeno imigratório.

22 Relatório apresentado pelo ministro Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, em 1914. Disponível em: <brazil.crl/bsd/bsd/u2005>.

traz números referentes apenas aos portos do Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Florianópolis e Rio Grande, não havendo, igualmente, menções a portos do norte e nordeste.²³ Procedimento semelhante ocorre, ainda, nos relatórios dos anos de 1916 e 1919, cujas referências destacam apenas entradas efetuadas no Rio de Janeiro, Santos, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.²⁴

O que se pode concluir com relação a essas omissões é que havia um considerável distanciamento entre o poder central e os estados que se localizavam para além da Bahia ou, em alguns casos, para além da própria capital. Sabemos, entretanto, que o porto de Belém, por exemplo, recebeu considerável contingente de imigrantes, a maioria dos quais portugueses. Estes, a partir da entrada pelo Pará, distribuíam-se por outros pontos da Amazônia, conforme vem demonstrando os trabalhos escritos por historiadores vinculados às Universidades da região.

TABELA 3. Movimento migratório no Brasil – Nacionalidade e portos portugueses

	Belém	São Luiz	Recife	Bahia	Vitória	Rio de Janeiro	Santos	Paranaguá	Florianópolis, Itajaí e São Francisco	Rio Grande	Cuiabá	Total
1908	1221	s/cit.	786	191	14	23287	11988	1	-	103	37	37628
1909	2115	-	181	104	8	19609	8369	-	8	167	*	30577
1910	3176	-	150	136	7	18819	8294	2	8	265	*	30857
1912	s/cit.	22	517	423	s/cit.	45409	29878	3	5	273	*	76530

Fonte: BRASIL. Directoria Geral de Estatística. Disponível em: <ibge.gov.br>. Tabela organizada pela autora do artigo.

A necessidade de promover uma melhor fiscalização e controle nas entradas explica o sentido do decreto nº 16.761, de 31 de dezembro de 1924, que entrou em vigor em uma conjuntura na qual a política de vigilância sobre o estrangeiro e os “perigos” a ele atribuídos.

Segundo o art. 7º do referido decreto:

A partir de 1 de julho de 1925, só [seria] permitido o ingresso de imigrantes pelos seguintes portos nacionais: Belém, Recife, São Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, São Francisco e Rio Grande.

²³ Relatório apresentado pelo ministro José Rufino Beserra Cavalcanti em 1916. Disponível em: <brazil.crl/bsd/bsd/u2007>.

²⁴ Relatórios apresentadoa, respectivamente, pelos ministros José Rufino Beserra Cavalcanti (1916) e pelo ministro Ildefonso Simões Lopes, em 1920. Disponíveis em: <brazil.crl/bsd/bsd/u2008 e brazil.crl/bsd/bsd/u2016>.

A fiscalização quanto à execução do decreto caberia à Diretoria do Serviço de Povoamento (novo nome dado à Diretoria do Serviço de Povoamento), com o concurso do Departamento Nacional de Saúde Pública. Nesse caso, o termo ‘geral’ não era gratuito, mas indicava a necessidade de centralizar políticas e práticas relativas à colonização e imigração. Os resultados obtidos, conforme já analisado, porém, continuaram insatisfatórios, embora alguns progressos tenham sido alcançados, com um maior apuro nas informações dadas pelos ministros com relação às entradas no país.

Com relação ao ano de 1936, por exemplo, é possível saber que um total de 92.703 estrangeiros entraram no país: 25.072 pelo porto do Rio de Janeiro, 21.153 por Santos, 2.003 pelo Rio Grande, 1.279 por Belém, 658 por Recife, 576 por Salvador e 332 pelo porto de São Francisco, além de 41.630 pelas fronteiras terrestres, sendo 28.665 argentinos. No caso dos portugueses, a distribuição com relação aos portos de entrada foi a seguinte: 8.603 pelo Rio de Janeiro, 2.610 por Santos, 214 por Belém, 125 por Recife, 117 pelo Rio Grande, 92 por Salvador e 6 por São Francisco, além de 39 entrados pelas fronteiras terrestres.²⁵

Independente dos avanços que se registraram, alguns problemas persistiriam, levando o titular da pasta do trabalho, indústria e Comércio, responsável, a partir de 1934, pelos serviços de imigração, a afirmar que “em matéria de imigração [permanecia] uma lamentável desorientação”, razão pela qual ele clamava por harmonia, cooperação, serenidade e amenização dos personalismos, em busca da solução para os problemas que se apresentavam:

Para que se possa realizar coisa útil, dentro dos pequenos recursos financeiros, é indispensável que haja harmonia, espírito de cooperação e, sobretudo, de transigência nos pontos de vista pessoais. Somente a serenidade poderá presidir a essa congregação de esforços para cooperar com o governo na solução melhor da questão.

Não sendo realizada essa política, o problema permanecerá na situação atual, de dispersão de esforços à falta de conexão das medidas oriundas quer do Governo, quer do Congresso.²⁶

Resultados da dispersão de esforços e da falta de articulação entre os diferentes órgãos e atores da Federação refletiram-se diretamente em silêncios documentais, a projetarem várias ‘zonas de sombra’ sobre todo o processo. No caso dos dados silenciados sobre a entrada por portos brasileiros, eles, grande parte das vezes, foram perdidos irremediavelmente. Em primeiro lugar, porque muitos relatórios estaduais não trazem as informações necessárias, implicando a necessidade à consulta às listagens dos portos, muitas delas não mais existentes. Dessa forma, alerta para a necessidade de que

25 *Anuário estatístico do Brasil – Ano III, 1937*. Rio de Janeiro: Typ. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937, p. 166 – Movimento Geral de entrada de passageiros por nacionalidades e portos de destino, 1936. Disponível em: <memoria.nemesis.org.br/pub/90000/90000005r.pdf>.

26 Relatório apresentado pelo ministro Morvan Dias de Figueiredo, em 1947, já citado.

uma atenção permanente deva ser dada aos números disponíveis referentes à entrada de imigrantes no Brasil, dando relevância a seu caráter aproximativo. O conhecimento de quantos foram os estrangeiros que efetivamente entraram no Brasil nos séculos XIX e XX representa, utilizando imagem proposta por Girardet, uma “porta cerrada” a que o historiador dificilmente terá acesso.²⁷

²⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas* [Trad.]. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

A emigração do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa (1910-1926)

Diogo Ferreira • Ricardo Rocha

CEPESE

É necessário que a tradicional emigração de Portugal para o Brasil se transforme, de ora em diante, de emigração desordenada, de miséria, que em grande parte tem sido, em bem ordenada e bem preparada emigração de riqueza, isto é, *é mister e indispensável mesmo, para honra de Portugal e proveito dos dois países, que o triste êxodo de analfabetos, de desgraçada gente, que vai para o Brasil por não poder viver em Portugal, se ja substituído por emigração metódica de gente preparada, sobretudo para prestar os devidos, os melhores serviços ao país, à segunda Pátria, que tão amoravelmente os acolhe.*

(Gaspar de Lemos, *Diário do Senado*, sessão de 25.11.1919)

Introdução

O PRESENTE TRABALHO inscreve-se no âmbito do projeto de investigação *Emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político*, que o CEPESE tem desenvolvido nos últimos anos, e constitui o resultado de uma investigação realizada sobre a emigração feita a partir do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa, isto é, entre os anos de 1910 e 1926. Para tal, recolhemos e tratamos os dados que constam dos livros de registos e dos processos de passaportes produzidos pelo Governo Civil do Porto e que se encontram depositados no Arquivo Distrital do Porto. Porém, uma vez que o regime republicano foi implantado em outubro de 1910 e terminou em maio de 1926, optámos por considerar na nossa análise os dados referentes aos passaportes emitidos entre 1 de Janeiro de 1911 e 31 de dezembro de 1926.

Para melhor percebermos o ritmo desta corrente emigratória, dividimos este estudo em três períodos distintos, procurando essencialmente estabelecer uma análise comparativa entre vários indicadores socioeconómicos relativos àquela emigração ocorrida antes, durante e após a Primeira Guerra Mundial até ao final da I República Portuguesa.

A I República Portuguesa

Os últimos anos da Monarquia ficaram marcados por uma significativa instabilidade política e uma gradual insatisfação popular. Aquando da sua implantação, em 5 de outubro de 1910, a República era apontada, primeiramente, como a tábua de salvação para os vários problemas políticos e, conseqüentemente, socioeconómicos que se registavam em Portugal, ou seja, a reorganização política assumia-se como o alvo prioritário do novo regime e, em simultâneo, a solução para os restantes problemas do país.

Todavia, até ao final da 1 República existiria um clima de instabilidade política, visível na incapacidade dos partidos políticos, sempre “divididos e indisciplinados”, elaborarem projetos e proporcionarem atividades audazes devido ao “ambiente de indisciplina cívica e de conspiração permanente, que fez frequentemente das regras mínimas da vida democrática letra-morta”. No pós-guerra, essa instabilidade aumentou substancialmente, mantendo-se os partidos republicanos divididos, “sem dirigentes suficientemente firmes e prestigiados, facilmente permeáveis às pressões dos grupos económicos e incapazes de disciplinar umas forças armadas cada vez mais intervenientes na esfera política”.¹ O facto de não conseguirem obter maiorias absolutas nas eleições explicava também a incapacidade dos democráticos em governar tranquila e eficazmente.

A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial demonstrou precisamente a fragilidade do regime, na medida em que tal decisão não reunia consenso entre os políticos. Enquanto durou a Grande Guerra, a agitação populacional foi uma constante na sociedade portuguesa, tendo o Governo adotado severas medidas para tentar conter a insatisfação generalizada. Contudo, “o Executivo, com a sua política de tentar manter o apoio das classes médias urbanas, entra em guerra aberta com o mundo rural” e com o movimento operário organizado, multiplicando-se as greves e os movimentos de assaltos a lojas e armazéns, o que motivaria igualmente a revolta dos pequenos comerciantes, afetados por tais atividades.²

Com o início da Grande Guerra, a questão das subsistências passaria para o primeiro plano das preocupações públicas. Face às dificuldades daí decorrentes, Portugal não conseguira atingir produção suficiente para assegurar a autossuficiência alimentar da sua população – que rondava os seis milhões de portugueses – situação tanto mais repreensível quando é sabido que o país dispunha de mais de quatro milhões de hectares por cultivar. Em suma, Portugal não produzia em número suficiente os elementos básicos à alimentação da sua população e assistia a uma subida generalizada dos preços.³

A escassez de géneros de primeira necessidade, a fome no seio das classes inferiores urbanas, o racionamento de alguns produtos e o aumento do custo de vida agravaram as condições da

1 REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 8-9.

2 TELO, António José. “Sidónio Pais – a chegada do século XX”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa (coord.). *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 14.

3 SÁ, Vítor de. “Projectos de reforma agrária na 1 República”. *Análise Social*, Lisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 77-78-79, vol. XIX, 1983, p. 597-598.

população, tendo baixado significativamente o poder de compra de todas as classes sociais. As despesas públicas tinham aumentado drasticamente devido ao esforço de guerra, com a inflação a surgir como “o resultado dos efeitos combinados da crise de escassez e do aumento da oferta monetária”.⁴ A esta conjuntura juntou-se o efeito devastador das epidemias, a tal ponto pelo que a estrutura demográfica portuguesa acabaria mesmo por se ressentir mais em virtude das mortes por doença do que pelas baixas na frente de combate.

Na realidade, Portugal sofreu os efeitos negativos da Grande Guerra, tendo por isso os governos republicanos decidido aumentar a sua área de atuação no campo económico. Porém, essa intervenção nada resolveria, traduzindo-se mesmo numa demonstração de incapacidade na gestão das finanças do país, já que à entrada na Guerra se seguiria uma grave crise económico-financeira. Em função das despesas resultantes da beligerância portuguesa e da crise económica aberta com aquele conflito, o Estado português acabou mesmo por comprometer irremediavelmente a sua estabilidade económica e financeira, vendo-se assim “impossibilitado de lançar as bases para o desenvolvimento do país, de financiar projetos de infraestruturas, de conceder créditos”⁵

Os sectores agrícola e industrial não seguiram um caminho de modernização e desenvolvimento, mantendo-se por isso o elevado grau de dependência externa que caracterizava o país. Na parte final da República, muitos sectores industriais reduziram a produção, lançando no desemprego milhares de pessoas. Portugal apresentava também “uma fraquíssima dotação de capital humano, registando elevadas taxas de analfabetismo e baixíssimos níveis de qualificação da mão-de-obra”, o que contribuía para a precariedade da agricultura e indústria portuguesas.⁶

Os habituais défices orçamentais, a inflação e a excessiva violência urbana desgastaram as bases sociais de apoio à república parlamentar, tendo ainda o profundo desequilíbrio na distribuição da riqueza contribuído decisivamente para uma progressiva “polarização dos vários sectores da sociedade”.⁷ A população mostrava-se desiludida face aos sucessivos fracassos do regime. Um sentimento de pessimismo e desconfiança percorria todo o país, evidenciado por uma população maioritariamente rural e pelas classes médias urbanas, concluindo-se que não eram apenas os operários a protestar contra a carestia de vida, na medida em que a crise ulterior à guerra “perturbou os valores e os rendimentos de outros grupos sociais, tanto rurais como urbanos”.⁸

4 MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno. *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 182.

5 SAMARA, Maria Alice. “O impacte económico e social da Primeira Guerra em Portugal”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.). *Portugal e a guerra: história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 94-95 e 105.

6 GOMES, Rui. “Economia periférica”. In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, p. 588.

7 PINTO, Ana Catarina. “A transformação política da República: o bloco radical”. In: ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2009, p. 442.

8 SERRA, João Bonifácio. “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente”. In: REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 74.

Mas não foi só pelo agravamento da situação económico-financeira do país que a participação de Portugal na Grande Guerra abriu o caminho ao declínio da República. Na verdade, o excessivo peso dos militares no aparelho de Estado que lhe seguiu tornou-se uma realidade incontornável e com uma dimensão progressivamente maior. Surgiu, assim, o golpe militar de 28 de maio de 1926, através do qual as forças armadas procuraram bater-se pelo equilíbrio institucional e a estabilidade sociopolítica que toda a população desejava.

A emigração como solução, o Brasil como primeira escolha

Tendo em consideração o ambiente político e socioeconómico que se registava no país, não foi de estranhar que muitos portugueses tivessem saído para o estrangeiro. O recurso à emigração, facilitada pelas vias-férreas que rapidamente conduziam aos portos de embarque, foi uma hipótese que milhares de portugueses experimentaram, na esperança de uma nova vida e de um rápido enriquecimento.

A República procurou, desde logo, intervir de forma eficaz no domínio da emigração, responsabilizando a Monarquia pelo elevado fluxo emigratório português. É verdade que o novo regime se preocupou em enquadrar a emigração no leque de temas a cuidar, recebendo um tratamento especial aquela que se fazia clandestinamente. Foram muitos os diplomas legais então adotados, versando sobre diversos aspetos, desde a concessão de licenças aos agentes de emigração e de licenças de embarque ao pessoal militar, ao tipo de passaporte exigido para poder emigrar (favorecendo a adoção do passaporte individual) até à criação de estruturas para assegurar o apoio médico-sanitário nas viagens, determinando-se obrigações das empresas de navegação em matéria de pessoal de assistência a emigrantes a bordo dos navios.

Todas estas medidas, porém, procuravam mais zelar pela qualidade e segurança do processo migratório do que propriamente travar o fluxo de gente, uma vez que, apesar da veemente e generalizada condenação deste verdadeiro êxodo expressa no discurso político e nos fóruns de discussão mais ou menos institucionais, havia a consciência clara por parte daqueles que conduziam os destinos do país de que, face à progressiva depauperação e agravamento das condições de vida que se faziam sentir em Portugal, as remessas enviadas pelos emigrantes eram uma das escassas formas de tentar, de alguma forma, controlar a situação.

Os portugueses continuaram, assim, a sair do país, e como até então, o Brasil colhia a preferência da esmagadora maioria dos emigrantes lusos. Entre outros fatores – desde logo a proximidade cultural e a partilha da mesma língua, numa altura em que a esmagadora maioria dos portugueses era analfabeta, surgindo a adaptação a uma língua estrangeira como um obstáculo praticamente intransponível – os sucessivos anúncios de companhias de navegação que apareciam assiduamente na imprensa escrita contribuíram certamente para a continuidade da corrente emigratória para aquele território. No *Jornal de Notícias* e em *O Comércio do Porto* apresentavam-se, quase diariamente, nas últimas páginas das suas edições anúncios de diversas companhias de navegação, sobretudo estrangeiras, anunciando-se os nomes dos seus vapores e paquetes, as datas das suas partidas, os destinos e os respetivos preços.

Companhia Hamburgueza Sul-Americana

Sahidas de Leixões

"Santa Fé" — Em 31 de Janeiro directo a Pernambuco, Bahia, Victoria, Rio de Janeiro e Santos. Recebe carga.

La Coruña — Em 10 de Fevereiro para o Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande do Sul (Pelotas e Porto Alegre), Montevideo e Buenos-Aires. Recebe passageiros de 3.ª camarote, 3.ª simples e carga.

"Vigo" — Em 10 de Março para o Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande do Sul (Pelotas e Porto Alegre), Montevideo e Buenos-Aires. Recebe passageiros de 3.ª camarote, 3.ª simples e carga.

SAHIDAS DE LISBOA

Para TENERIFE, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEO E BUENOS-AIRES

"Cap Norte" — Em 19 de Fevereiro

"Cap Arcona" — Em 28 de Fevereiro

Figura 1. Anúncio de uma companhia de navegação na imprensa

Outro fator relevante para a contínua chegada de portugueses ao Brasil relaciona-se com as designadas redes de solidariedade, que funcionavam como importantes suportes aos processos migratórios. Na maior parte das ocasiões, a trajetória migratória efetuava-se por etapas sucessivas. Como tal, “num primeiro momento é um membro adulto da família que toma a iniciativa de emigrar e, depois de estabelecido no novo país de residência, tentará que os restantes membros (em particular o cônjuge e os descendentes) a ele venham juntar-se”⁹. A ligação familiar e de vizinhança contribuía decisivamente para a continuidade do Brasil como destino predileto dos portugueses, sendo indiscutível que quase todos tinham um familiar, um amigo, alguém conhecido que tinha emigrado para aquele território.

Não menos importante neste processo de atração era a ação dos empregadores de emigrantes e das agências de emigração, que vendiam o sonho brasileiro e tratavam de todo o processo burocrático, ajudando a ultrapassar a barreira constituída pelos diversos documentos necessários ao processo de pedido de passaporte. As autodenominadas “agências de emigração e passaportes” tornaram-se uma atividade profícua. Só no ano de 1911 registámos uma dezena deste tipo de estabelecimentos no centro da cidade do Porto, num raio de apenas quinhentos metros.

Ainda assim, o sonho que vendiam não era de todo absurdo. O Brasil apresentava-se, no período em estudo, como um país maioritariamente agrícola, com cerca de 70% da população a dedicar-se a essa atividade. A economia brasileira caracterizava-se, assim, pela preponderância da atividade agroexportadora, com a produção do café a assumir-se como elemento primordial na obtenção de divisas para o país, principalmente para os Estados mais inclinados para tal produção. Constituindo-se como a grande aposta de mercado, a lavoura cafeeira alcançaria uma posição invejável, em função das exportações daquele produto,

9 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 49.

tendo sido o capital daí proveniente extremamente importante para a expansão da atividade industrial. A exigência produtiva aumentara, efetuando-se avultados investimentos em maquinaria que conduziriam à modernização da indústria. A economia brasileira permanecia centrada na produção do café, mas tinha avançado o processo de modernização e diversificação das atividades económicas.

Desde a instauração da República em finais da década de 1880 que superar a carência de braços na lavoura era a principal finalidade das autoridades políticas brasileiras, a qual foi amplamente sustentada pela crise económica europeia do pós-guerra, que originou a saída de muitas pessoas daquele continente, tão importantes para a expansão do café no Brasil. O objetivo era satisfazer as necessidades dos grandes proprietários rurais. Mas não era somente neste domínio que os imigrantes seriam úteis. Muitos deles investiram em solo brasileiro, contribuindo assim para o crescimento económico do país. Apesar de muitos se dirigirem para o trabalho na lavoura cafeeira, outros abandonavam os campos para se dedicarem ao comércio ou à indústria, como assalariados ou donos dos seus próprios negócios.

Por outro lado, a partir da primeira década do século xx passa a assistir-se a “uma febre de modernização” nas cidades brasileiras, que contagiava todas as pessoas, introduzindo “novos valores sociais e estilos de vida”, ou seja, “tudo parecia mover-se na nova cadência do progresso”.¹⁰ Constatava-se que “o intenso processo de urbanização era marcado pelas constantes demolições e construções, erigindo obras que definiam novos espaços”.¹¹ A reavivada economia de exportação desempenhou um papel multiplicador do emprego urbano em várias áreas, nomeadamente, no comércio, nos transportes e no setor público. No que respeitava à atividade comercial, por exemplo, muitos setores estavam concentrados quase em exclusivo nas mãos de portugueses, particularmente a pesca e as padarias. Constava-se que “o processo de urbanização e a formação de uma burguesia citadina, cada vez mais numerosa e diversificava, caminhavam par a par”.¹²

Na Constituição da República de 1891 constava que o Congresso Nacional devia promover o desenvolvimento da imigração. Contudo, nos anos subsequentes foram surgindo decretos que pretendiam regular a entrada de estrangeiros em território brasileiro. A título de exemplo, a possibilidade de expulsão e deportação atingia consideravelmente os imigrantes, visto estes serem, na prática, aqueles que mais reivindicavam a melhoria das condições de trabalho, o que os levava a ser encarados como perigosos à segurança nacional e tranquilidade pública. Ao longo da década de 1920 assistiu-se, então, a uma gradual transformação da política imigratória. Segundo Lúcia Lippi, com a Primeira Guerra Mundial tinha-se reacendido “a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro”,

10 FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo M. (eds.). *Arquivo Nacional, 150 anos: visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Índex, 1988, p. 89.

11 MATOS, Maria Izilda. “Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, São Paulo (1890-1930)”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHÃO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.). *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 221.

12 COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 423.

sustentando a autora que a imigração estrangeira ameaçava a já débil nacionalidade brasileira.¹³ Ainda assim, os portugueses continuaram a dirigir-se em considerável número para este país e somente em 1930 se viria a registar uma quebra significativa com a chamada “lei dos dois terços”, profundamente nacionalista e da autoria do Governo varguista.

A emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil (1911-1926)

Apresentada a contextualização portuguesa e brasileira para o período em estudo, e os fatores de repulsão e atração decorrentes dessa mesma conjuntura, é chegada a altura de apresentarmos os dados que nos permitem perceber a exata dimensão da emigração que se fazia a partir do distrito do Porto para o Brasil durante a vigência da Primeira República em Portugal, e traçar através dos números apresentados o perfil socioeconómico do emigrante português neste período.

A cidade do Porto era então um dos principais centros de embarque para o Brasil, onde “milhares de pessoas partiram do seu cais marítimo, o porto de Leixões, vindas dos arredores da zona portuense e das Beiras, Minho e Trás-os-Montes (Centro-Norte, Norte e Nordeste de Portugal, respetivamente)”¹⁴

As estatísticas oficiais portuguesas indicam que entre 1 de janeiro de 1911 e 31 de dezembro de 1926 emigraram legalmente 417 505 portugueses para o Brasil. Desse total, de acordo com os dados que recolhemos nos registos e processos de passaporte emitidos pelo Governo Civil do Porto, 71 121 habitavam no distrito do Porto, requisito legal para a requisição do passaporte naquele Governo Civil, independentemente de serem ou não naturais de outros distritos. Deste total, 61 325 eram titulares de passaporte – correspondendo a igual número de processos por nós levantados – e os restantes 9 796 eram acompanhantes.

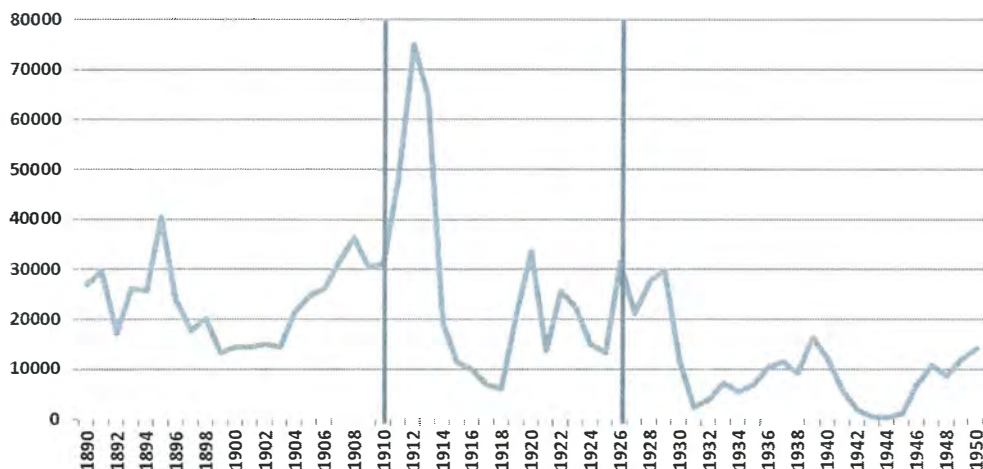
Foram, portanto, os dados relativos a este universo de 71 121 indivíduos que recolhemos e tratámos, transpondo os resultados obtidos para formato gráfico e que passamos agora a analisar.

Começando pelos números absolutos da emigração, o Gráfico nº 1 traça a evolução do total da emigração legal de portugueses para o Brasil, recolhida nos documentos oficiais do Estado português, e através dele se constata que os anos da Primeira República foram bastante inconstantes no que se refere ao volume do contingente migratório. Assim, os primeiros três anos após a implantação da República (1911-1913) correspondem ao maior fluxo alguma vez registado de portugueses rumo ao Brasil, com a sua máxima expressão em 1912, ano em que partiram para aquele destino quase 75 mil indivíduos portadores de passaporte, sem contabilizar as dezenas de milhares de emigrantes ilegais. O início da Grande Guerra provocou uma descida drástica dos números da emigração portuguesa para o Brasil, observando-se a saída legal de apenas 6 107 portugueses em 1918, assistindo-se, a partir desse ano, a uma gradual recuperação durante toda a década de 1920, com números, ainda assim, bem abaixo daqueles registados entre 1911-1913.

13 OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990, p. 126.

14 MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Coleção Portugueses no Mundo (4). Porto: CEPSE/Fronteira do Caos Editores, 2010, p. 232.

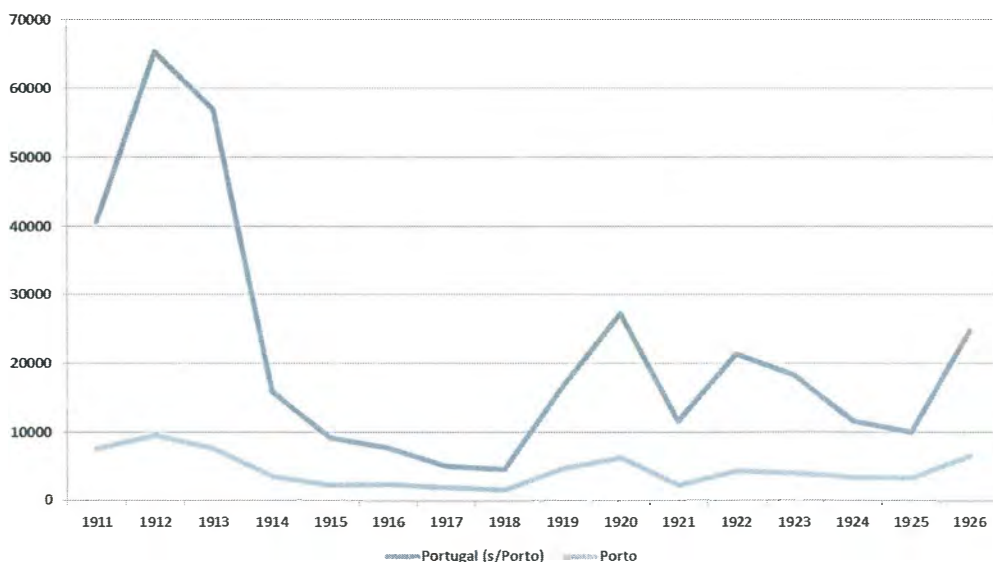
GRÁFICO 1. Evolução da emigração portuguesa para o Brasil (1890-1950)



Como seria expectável, a emigração legal a partir do distrito do Porto, acompanhou, *grosso modo*, a evolução da emigração do resto do país, com o ano de 1912 a registar o maior contingente, num total de 9 505 emigrantes, e 1918 o número mais reduzido de saídas, com apenas 1 606, ou seja, praticamente a sexta parte do valor observado em 1912 (Gráfico nº 2).

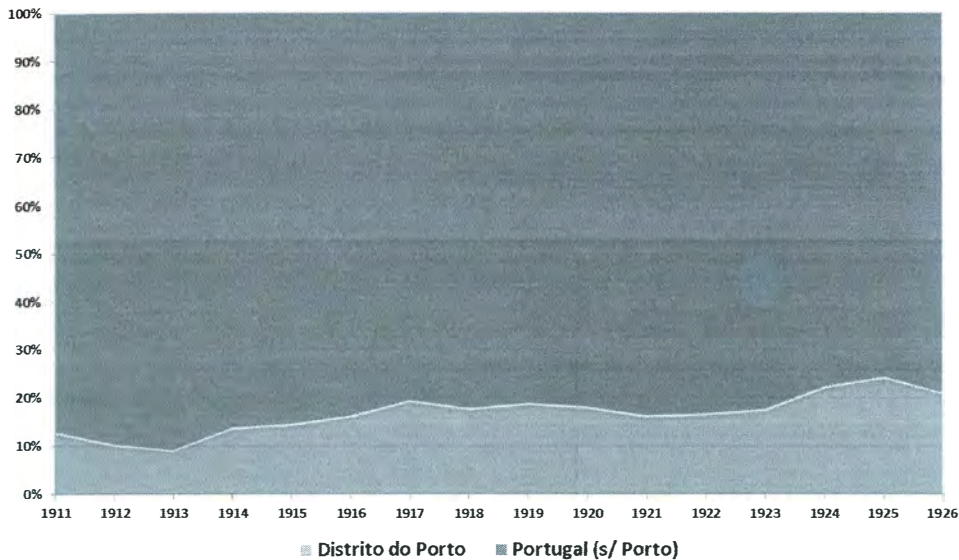
Também neste caso se notam três períodos distintos ao nível da dimensão dos contingentes: entre 1911-1913 partem em média 8 200 emigrantes/ano, seguindo-se um forte decréscimo entre 1914-1918 (2 340 emigrantes/ano) e uma tendência de recuperação entre 1919-1926 (4 350 emigrantes/ano), que só terminaria com a crise de 1929 e as medidas do Governo de Getúlio Vargas a partir de 1930.

GRÁFICO 2. Evolução da emigração de Portugal e do distrito do Porto para o Brasil (1911-1926)



Todavia, em termos relativos, percebe-se que a emigração para o Brasil a partir do distrito do Porto aumentou consideravelmente o seu peso no total da emigração nacional para aquele destino. Se em 1913 esse valor não chega aos 10%, já em 1925 um quarto da emigração portuguesa para o Brasil é feita a partir do distrito do Porto (Gráfico nº 3). Este valor é tanto mais significativo quando sabemos que a população residente no distrito, durante este período, aumentou a um ritmo muito pouco significativo, aí habitando, de acordo com os censos então efetuados, 11,4% da população portuguesa em 1911 e 11,6% dez anos volvidos.

GRÁFICO 3. Emigração para o Brasil a partir do distrito do Porto face ao total nacional (1911-1926)



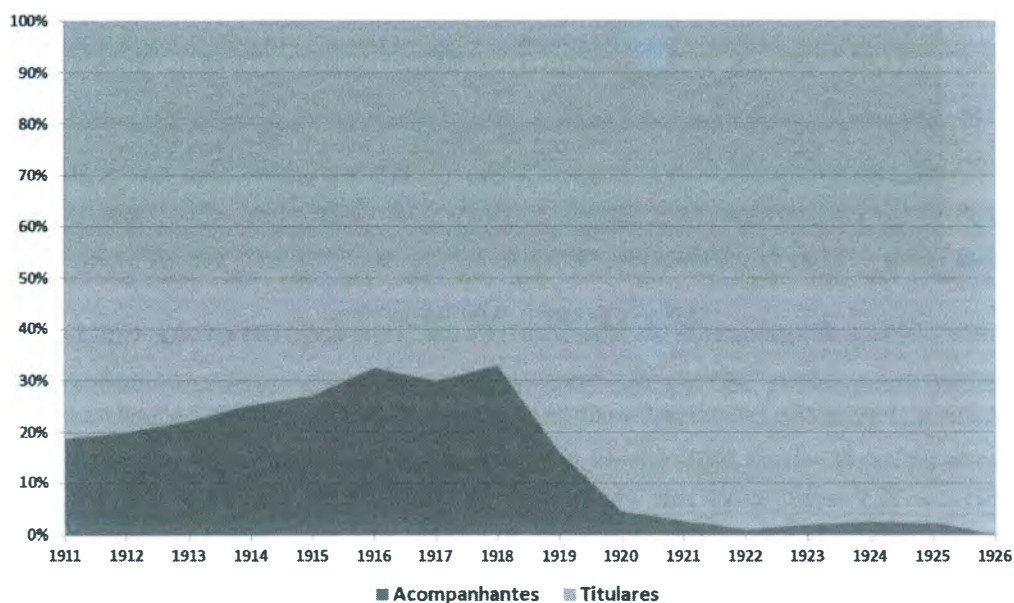
A que se deve, então, este acréscimo do peso relativo do distrito do Porto no total da emigração portuguesa para o Brasil? As respostas são múltiplas, mas a esta evolução não será alheio o incremento da rede de transportes no país, nomeadamente a linha férrea, que tornava a deslocação para o Porto bem mais fácil. A proximidade ao porto de Leixões, principal porta de saída transatlântica, funcionaria certamente como um elemento de atração dos potenciais emigrantes, que, para poderem viajar de forma legal, “inventavam” residências fictícias na cidade do Porto e arredores, muitas vezes nas mesmas ruas onde se localizavam as agências de passaporte, e com a conivência das autoridades locais, que atestavam e certificavam essa mesma residência. Assim se explica que esses indivíduos, morando no Porto durante um espaço de tempo muito reduzido, nunca chegassem a ser contabilizados nos diversos censos.

Outros fatores se juntam a este, como a preferência gradual por outros destinos por parte dos habitantes de outras regiões do país, com destaque, neste particular, para a emigração açoriana, enquanto no Porto essa diversificação não foi tão sensível, como veremos mais adiante. De resto, talvez

as condições de vida na região do Grande Porto se tenham agravado mais ao longo destes anos, ou a vontade de partir das suas gentes fosse mais arrefogada, ou as redes de solidariedade já instaladas no Brasil mais fortes. Estas hipóteses, porém, além de fornecerem uma explicação muito parcial, exigem, por si só, um estudo mais profundo, de forma a comprovar a sua cabal validade. Certo é que um aumento tão notório do peso relativo da emigração do distrito do Porto não pode ser fruto do acaso, devendo-se necessariamente, além de aspetos circunstanciais, ao fortalecimento dos fatores de repulsa e de atração de um e outro lado do Atlântico.

Centrando agora a nossa análise na questão da presença dos emigrantes que não eram portadores de passaporte, antes viajando na condição de acompanhantes de um titular desse documento, regista-se uma tendência de aumento do número de emigrantes a viajar nessa condição até 1918, ano em que aproximadamente um em cada três emigrantes viajava na condição de acompanhante (Gráfico nº 4).

GRÁFICO 4. Proporção entre titulares de passaporte e acompanhantes na emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil (1911-1926)



Este crescimento explica-se com o maior número de crianças e de esposas a viajar na companhia dos pais e dos maridos, fugindo ao agravamento das condições de vida e ao recrutamento militar. Isto é, o universo daqueles que normalmente associamos à figura do “acompanhante” cresceu exponencialmente em virtude da Grande Guerra, fazendo com que a emigração de caráter essencialmente individual desse lugar a uma emigração de base familiar. As mulheres e os filhos já não ficavam em Portugal à espera que o emigrante regressasse ou os chamasse para o Brasil; pelo contrário,

emigravam simultaneamente, uma vez que o país desconhecido ofereceria, independentemente dos potenciais sacrifícios com que se poderiam deparar, melhores condições de vida a todos.

Este cenário vai mudar radicalmente com a lei de 10 de maio de 1919, “a mais completa lei sobre a emigração publicada em Portugal”,¹⁵ a qual, entre outras medidas, passa a obrigar todos emigrantes à titularidade de passaporte, com algumas exceções bem definidas e nas quais não se incluía a emigração para o Brasil.

A partir desse momento, o número de acompanhantes passa a ser residual (2,5% a 3%), constituído quase exclusivamente por filhos menores de idade, a provar que pelo menos esta diretiva foi cumprida pelos serviços competentes.

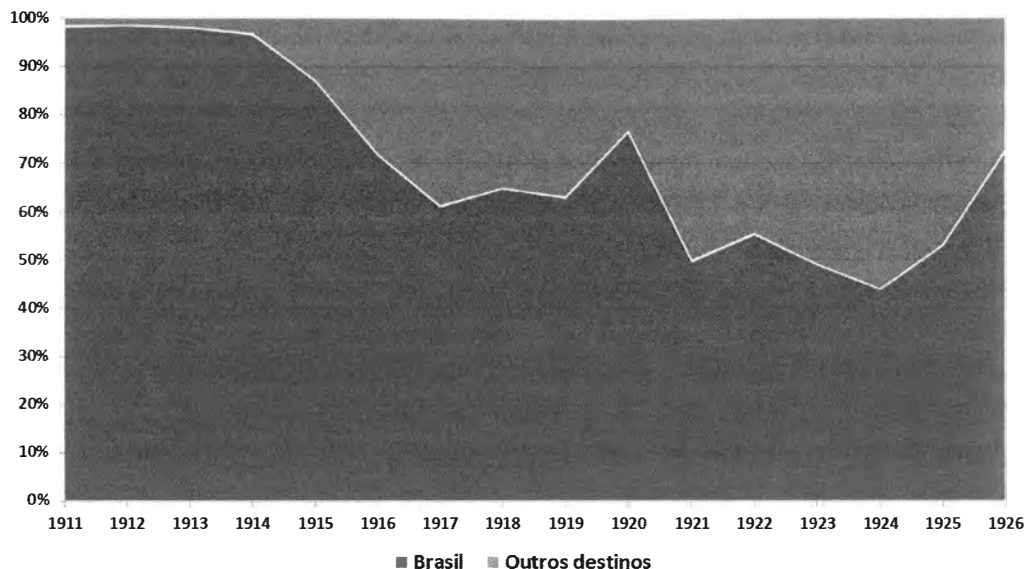
Como referimos atrás, o Brasil continuou a colher a esmagadora maioria das preferências na altura de escolher o destino da emigração. Nos primeiros anos da República, os números da emigração do Porto para o Brasil são idênticos aos observados durante o século XIX, rumando para esse país cerca de 98% da emigração dos residentes no distrito entre 1911-1913 (Gráfico nº 5).

Porém, o eclodir da Primeira Guerra Mundial vai representar uma inversão deste paradigma. As dificuldades causadas pelo conflito no que concerne à realização de travessias transatlânticas, o risco que a viagem significava, o encarecimento das passagens e o empobrecimento das famílias levaram a que aqueles que se decidiam pela emigração optassem por destinos mais acessíveis do ponto de vista geográfico, financeiro e até burocrático, especialmente Espanha e França. Assim, neste período observa-se, pela primeira vez na história da emigração portuguesa, que o peso conjunto dos restantes países de destino ultrapassa pontualmente o Brasil.

Ainda que o findar do conflito e consequente reposição da normalidade das rotas transatlânticas tenha permitido que o Brasil recuperasse parte da prevalência anterior à Guerra, nomeadamente em 1920, a verdade é que a partir de então os números nunca mais atingiram a proporção avassaladora que sempre tiveram desde a independência do Brasil até ao início da Grande Guerra. Embora os últimos anos da República tivessem assistido a uma tendência de recuperação da preferência pelo Brasil como destino de emigração – uma média de 70% do total da emigração feita a partir do distrito do Porto entre 1919 e 1926 –, a crise financeira de 1929 e a subida ao poder de Getúlio Vargas no Brasil alterariam definitivamente o *status quo* nesta matéria.

15 PEREIRA, Miriam Halpern. “A 1 República e a Política de Emigração”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos Editores, 2011.

GRÁFICO 5. Proporção do destino Brasil face aos restantes países de destino dos emigrantes do distrito do Porto (1911-1926)



Quanto à distribuição por género, a emigração do Porto para o Brasil é, no período em análise, predominantemente masculina, como sempre fora, embora nos anos que correspondem à Grande Guerra a proporção entre géneros se equilibre. Assim, se no início da década de 1910 quase 80% dos emigrantes eram homens, entre 1916-1918 as mulheres passam a representar quase metade desse contingente.

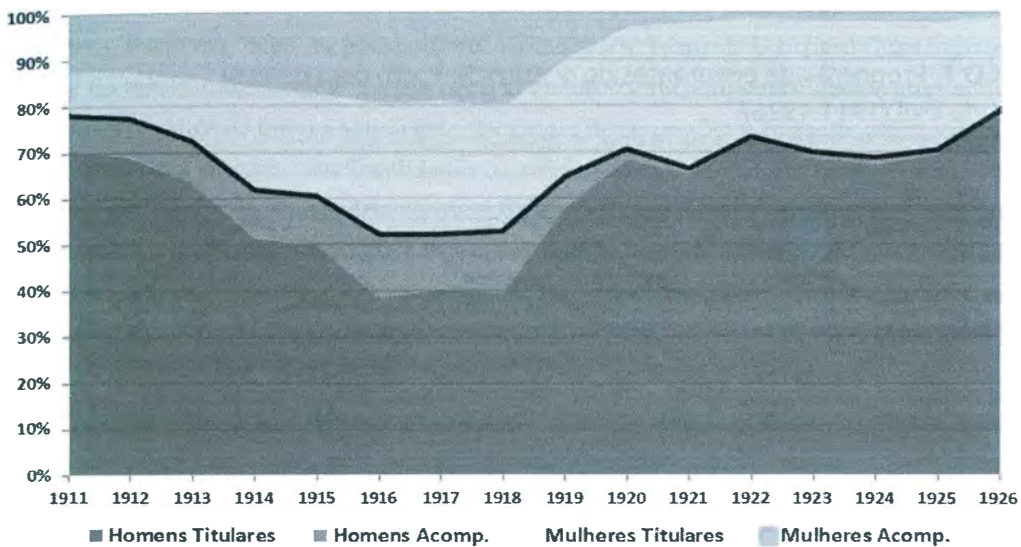
Uma das principais explicações para esta mudança reside na progressiva emancipação da mulher provocada pela Grande Guerra, por força da mobilização de homens para a frente de combate, o que levou a que cada vez mais portuguesas ocupassem uma posição económica e social mais relevante, que a retórica republicana no sentido da igualdade de género, em boa verdade, não promovera.

A este fator junta-se a emigração de carácter familiar a que já aludimos, que fazia com que esposas e filhas partissem na companhia dos seus familiares do sexo masculino, em vez de aguardarem o seu regresso – opção cada vez menos razoável dadas as circunstâncias que Portugal então atravessava –, ou esperaram alguns anos para se lhes juntarem no Brasil. Daí que, como se percebe no Gráfico nº 6, o aumento da proporção de mulheres no contingente emigrante se deva tanto às mulheres titulares, como às acompanhantes. Finalmente, Portugal conhecia, em grande escala, uma emigração “disposta a cortar as amarras com o país de origem e a tentar integrar-se no país de destino”.¹⁶

16 ROWLAND, Robert. “Portugueses no Brasil: projectos e contextos”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coord.). *História da Expansão Portuguesa. IV – Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 367.

O fim do conflito significou o regresso a uma emigração predominantemente masculina, que paulatinamente recuperou os valores das décadas anteriores, tanto que, quando a Primeira República morre, em 1926, a proporção de homens superava já os valores de quinze anos antes. A emigração reassumia um cariz individual, o marido “ia à frente” uma vez mais, partia sozinho, na esperança de regressar rico ou de criar as condições de conforto que permitissem o reagrupamento familiar no Brasil, o que, com frequência, não chegava nunca a acontecer, indo de encontro ao pensamento expresso por Miriam Halpern Pereira, de que, apesar de ter aumentado nos inícios do século xx, a emigração familiar “permaneceu sempre minoritária face ao fenómeno dominante de separação familiar”.¹⁷

GRÁFICO 6. Proporção de emigrantes do distrito do Porto para o Brasil por género (1911-1926)



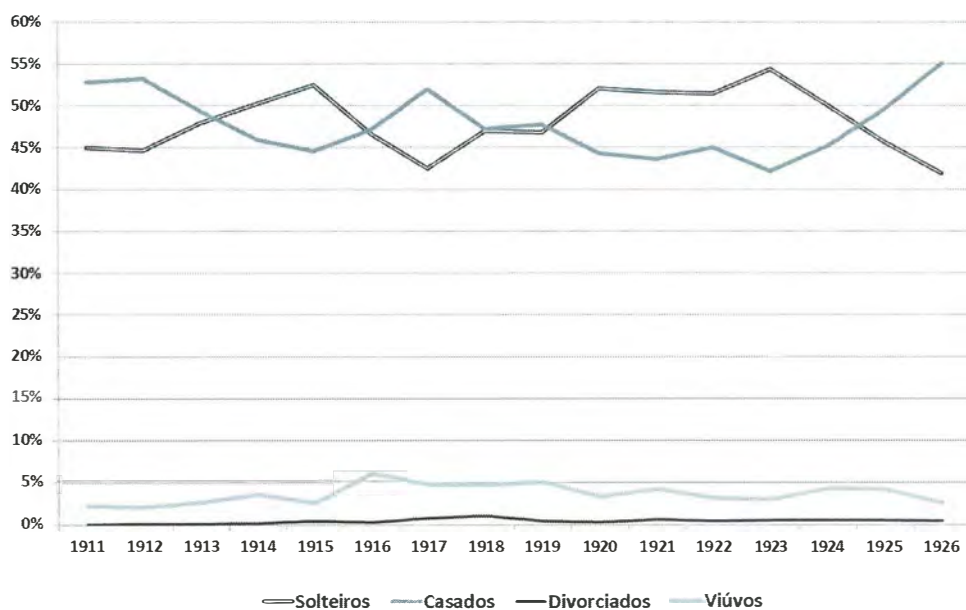
No que se refere ao estado civil dos emigrantes, a principal novidade que se regista durante o período em estudo é o facto de, em múltiplas ocasiões, o número de emigrantes casados ser superior ao número de solteiros, por oposição ao que acontecera nas décadas anteriores, em que prevaleciam os homens solteiros. Tal situação deve-se essencialmente a duas ordens de razão: por um lado, a esperança num mais fácil reagrupamento familiar levou a que muitos homens superassem o “trauma” da separação das respetivas famílias, pelo que o casamento e a paternidade já não assumiam o cariz impeditivo ou obstaculizante de outrora; por outro lado, o aumento da proporção de emigrantes do sexo feminino, nomeadamente de mulheres casadas que viajavam na companhia dos maridos, que referimos atrás, contribuiu também decisivamente para o aumento do número de emigrantes casados.

¹⁷ PEREIRA, Miriam Halpern. *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 222.

Pode, no entanto, acrescentar-se uma terceira razão, a situação de tal modo desesperada que se vivia em Portugal, que mesmo a noção de que o reencontro com a família poderia não chegar a acontecer era insuficiente para travar a sua partida. Na verdade, “só a constelação de dificuldades que caracterizavam a vivência quotidiana dos que partiam poderá explicar a força física e a determinação moral” destes homens e mulheres, que deixavam a sua Pátria e viam aquela solução como a “única saída possível para uma melhoria de vida ou, mesmo, para a realização de um desejado sucesso”.¹⁸

O número de viúvos, embora sempre com uma expressão reduzida, adquiriu também alguma expressão, por força do aumento da esperança média de vida e, no caso das mulheres, pelo número de baixas provocadas pela Grande Guerra. Quanto aos divorciados, embora não chegando a representar 1% dos emigrantes, a grande novidade é a sua existência, uma vez que na vigência da Monarquia a dissolução do casamento era imensamente dificultada.

GRÁFICO 7. Proporção de emigrantes do distrito do Porto para o Brasil por estado civil (1911-1926)



Da naturalidade dos emigrantes do distrito do Porto, ressaltamos a drástica diminuição de naturais dos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia, que entre 1911 e 1918 representavam cerca de um quinto do nosso universo, valor que na fase final da República desce para metade. Esse decréscimo foi feito essencialmente à custa do enorme crescimento do número de emigrantes provenientes de Resende – concelho do distrito de Viseu, com uma população relativamente reduzida e, como tal,

18 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos. *Portugal-Brasil: migrações e migrantes – 1850-1930*. Lisboa: Edições Inapa, 2000, p. 11.

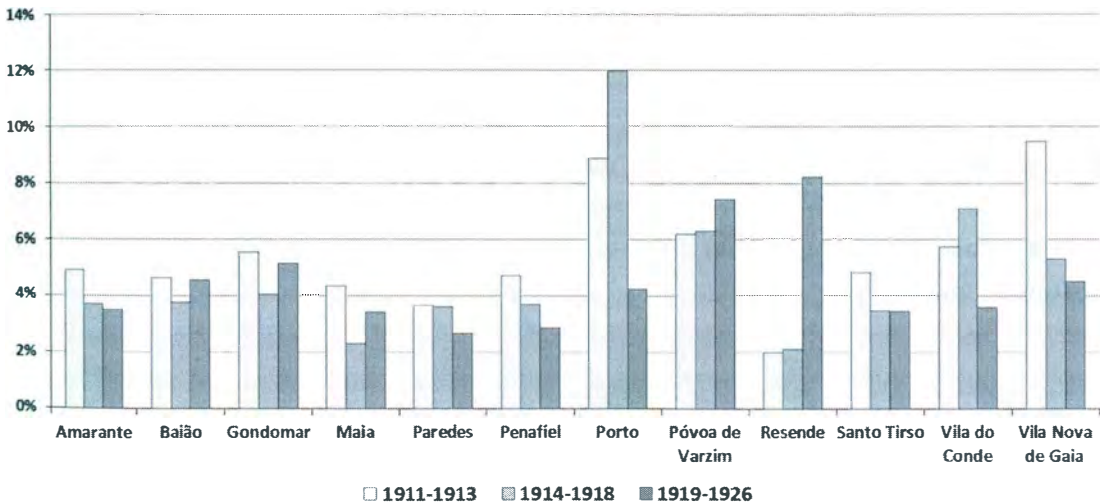
a exigir um estudo autónomo que explique este verdadeiro êxodo das suas gentes rumo ao Brasil – e também da distribuição mais equitativa da emigração de naturais de outros concelhos.

De facto, além dos emigrantes provenientes dos doze concelhos mais representativos, apresentados no Gráfico nº 8, existem titulares de passaporte provindos de mais 150 concelhos portugueses, que em 1911-1914 abarcavam 35% dos titulares, para entre 1919-1926 esse valor subir para os 45%. De resto, para o total do período em estudo, praticamente um em cada três titulares de passaporte havia nascido num concelho fora do distrito do Porto.

Assistiu-se, assim, a um gradual alargamento da base geográfica da emigração dos residentes do distrito do Porto, como resultado de uma maior mobilidade interna das populações. A cidade do Porto tornara-se um polo de atração para aqueles que residiam em zonas desfavorecidas do interior e procuravam no meio citadino uma oportunidade de mudança nas suas vidas, indo ao encontro da ideia de que o Porto era “filho do norte inteiro”. Como refere François Guichard, “uns fugiam à mediocridade do minifúndio caseiro” e a um cenário de infortúnio, enquanto “outros queriam escapar aos horizontes restritos de burgos sonolentos, incapazes de responder a ânsias de promoção social”.¹⁹

Em suma, a deslocação das localidades de origem para o litoral era uma primeira etapa na tentativa de fuga à pobreza e a um destino que, afinal, podia ser evitado, tentativa essa que, não raras vezes, acabava por levar esses portugueses, num segundo momento, para fora do seu próprio país.

GRÁFICO 8. Naturalidade dos titulares de passaporte do distrito do Porto com destino ao Brasil (1911-1913 / 1914-1918 / 1919-1926)



¹⁹ GUICHARD, François. “O Porto no século XX”. In: RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.). *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 527.

Reportando-nos à idade dos emigrantes, este será talvez o indicador sociodemográfico em que as alterações entre os diferentes momentos da Primeira República se tornam mais evidentes. Começando a nossa análise com os titulares de passaporte, vemos no Gráfico nº 9 que, nos primeiros três anos da República, cerca de 65% destes indivíduos se situavam na faixa entre os 20 e os 34 anos, destacando-se claramente o grupo de jovens adultos do sexo masculino de 20 a 24 anos (26% do total). Mantinha-se assim, neste domínio, as características da emigração oitocentista, com uma emigração essencialmente jovem e masculina.

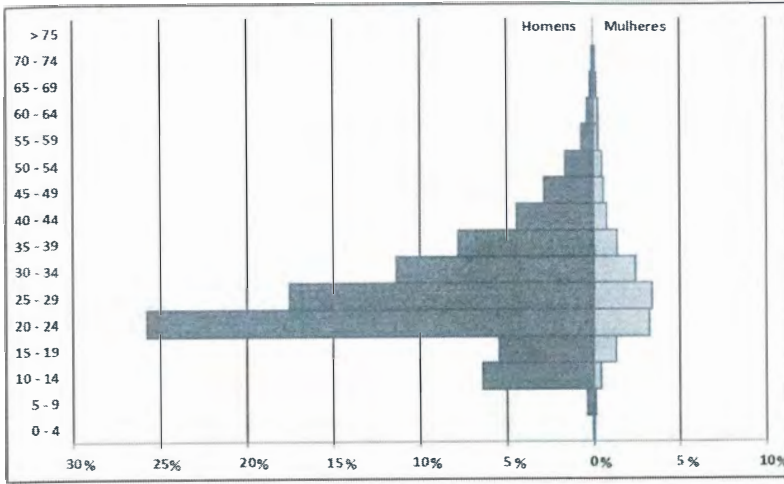
A emergência da Grande Guerra vai provocar grandes alterações na estrutura etária da emigração do Porto para o Brasil, especialmente no que toca à emigração masculina, cujo grupo entre os 20 e os 24 anos passa dos já referidos 26% para pouco mais de 10%. Até aos 39 anos há uma clara diminuição da proporção de titulares de passaporte do sexo masculino e um aumento dos grupos com mais de 44 anos. Ao mesmo tempo, a proporção de crianças titulares de passaporte entre os 10 e os 14 anos duplica, e regista-se um recuo do grupo masculino na faixa dos 15-19 anos.

Depreende-se dos valores apresentados que a mobilização para o serviço militar de jovens recrutas teve um claro efeito nas características da emigração portuguesa, que envelheceu acentuadamente num curto espaço de tempo. A necessidade de mancebos para a frente de combate estava presente quer no discurso quer na ação política, e os governos fizeram o que era possível do ponto de vista legislativo para dificultar a saída desses jovens para fora do país. “Sem possibilidade de escapar legalmente à Guerra, de literalmente pagarem a sua liberdade, só tinham duas saídas: emigrar ilegalmente ou combater”.²⁰ Aqui residirá também, pelo menos parcialmente, a razão do significativo aumento de emigrantes com menos de 14 anos, o temor dos pais pelas vidas dos seus jovens filhos, numa altura em que a Guerra se arrastava sem fim à vista. O medo de uma futura mobilização certamente se acrescentava à longa lista de razões e motivações para a rápida saída de Portugal.

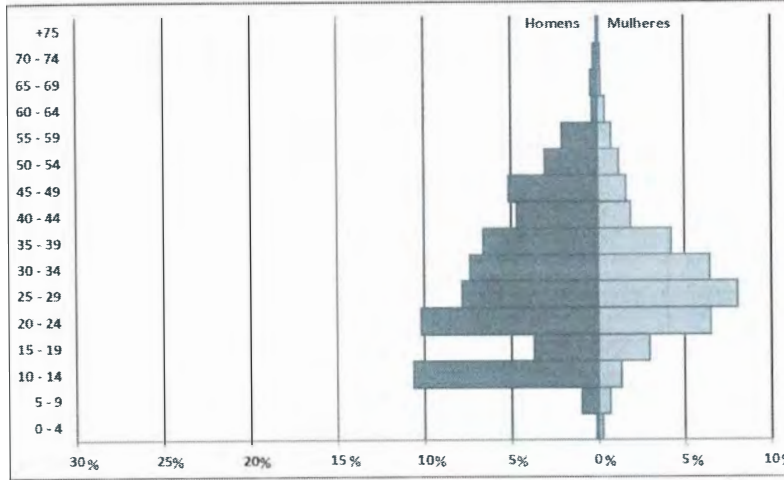
Após o final da Grande Guerra, a “normalidade” da estrutura etária é reposta, com os grupos etários entre os 20 e os 34 anos a recuperarem alguma da preponderância que tinham, embora a idade média do titular do passaporte se tenha mantido bastante abaixo daquela que se registou até 1914.

20 ROCHA, Ricardo. “A emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)”. In: SOUSA, Fernando de *et al.* *Um passaporte para a Terra Prometida... op. cit.*

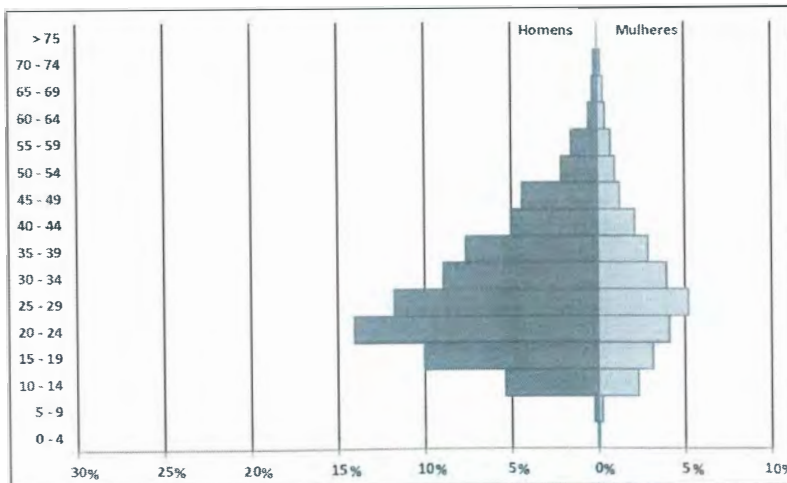
GRÁFICO 9. Distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários



1911-1913

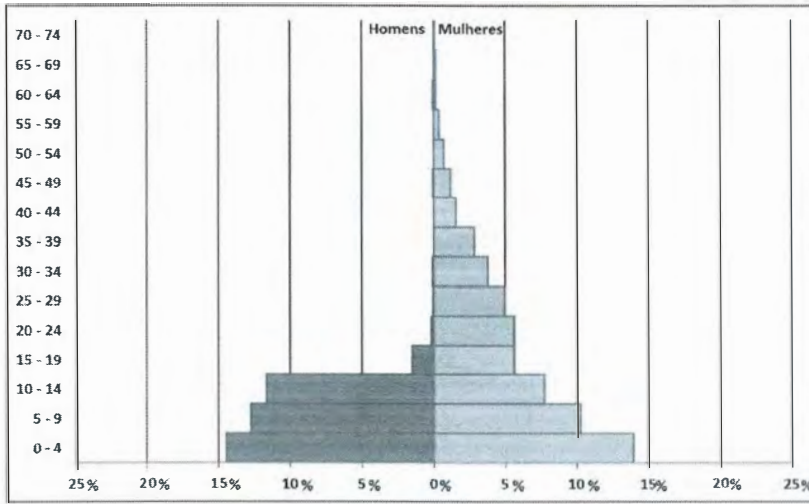


1914-1918

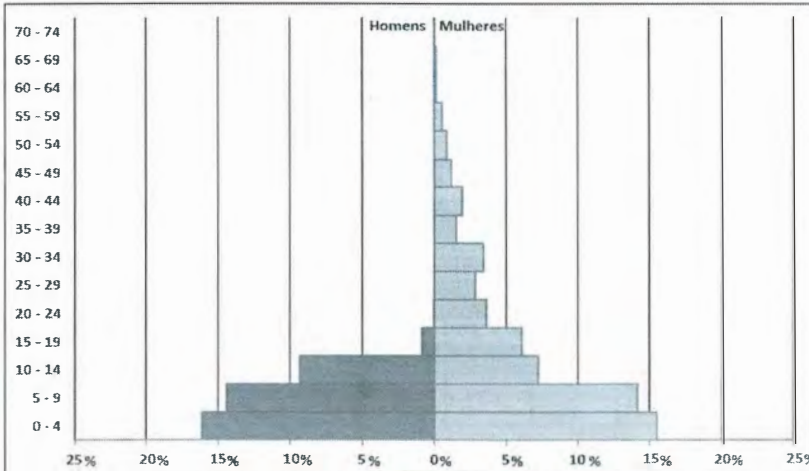


1919-1926

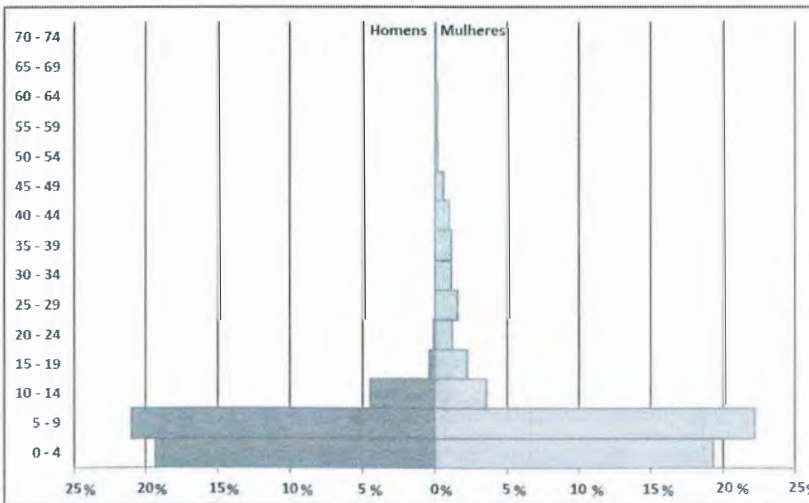
GRÁFICO 10. Distribuição dos acompanhantes por grupos etários



1911-1913



1914-1918

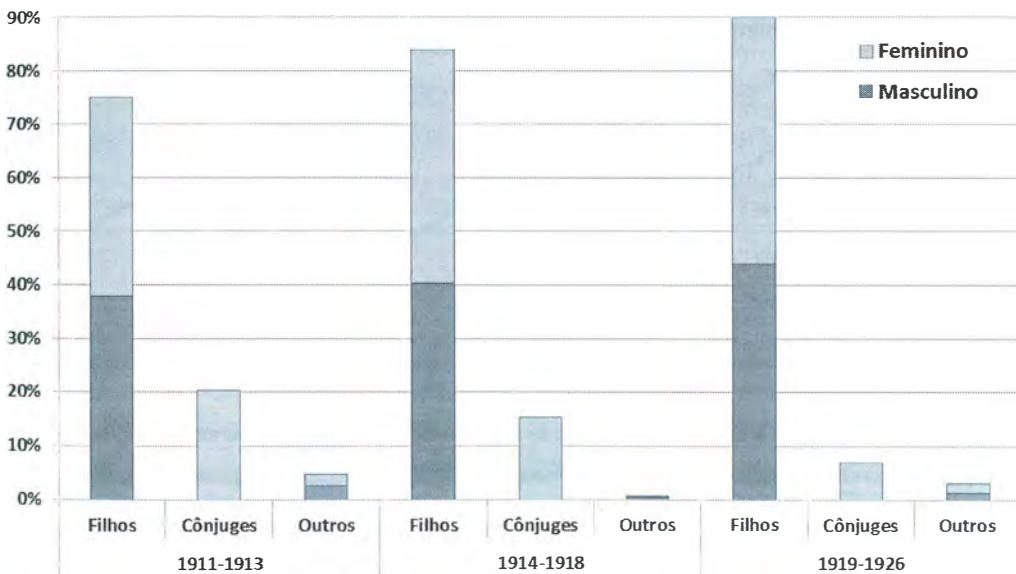


1919-1926

Já na distribuição por grupos etários dos acompanhantes se detetam apenas dois momentos distintos. O eclodir da Grande Guerra não introduziu grandes modificações na pirâmide etária, alargando-a na base, o que significa algum rejuvenescimento demográfico dos acompanhantes, diretamente relacionado com a maior presença de crianças a emigrar na companhia dos seus progenitores. Reflexos mais evidentes vai ter a já referida lei de maio de 1919, uma vez que, ao obrigar à titularidade do passaporte, reserva quase exclusivamente a crianças de tenra idade a possibilidade de viajarem sem tal documento. Assim, a base da pirâmide etária dos acompanhantes alarga-se muito significativamente, sendo que os 10% de acompanhantes com mais de 14 anos que observamos neste período reportam-se ao inevitável período de transição inerente à adoção de um novo corpo legislativo (Gráfico nº 10).

Estas conclusões são corroboradas pela análise da distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (Gráfico nº 11), onde se verifica o gradual aumento do peso relativo dos filhos – mantendo-se sempre o equilíbrio entre géneros – a par da progressiva diminuição da representatividade das mulheres. De facto, de 1920 em diante, o grupo de acompanhantes passa a ser representado exclusivamente por filhos menores de idade, e mesmo assim, como vimos no Gráfico nº 4, em número muito reduzido, acabando por desaparecer essa condição a partir de 1926.

GRÁFICO 11. Distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (1911-1913 / 1914-1918 / 1919-1926)



No que concerne às profissões mais frequentes entre os titulares de passaporte nos três períodos em que subdividimos a Primeira República, podemos afirmar que ao longo dos 15 anos não existiram alterações muito significativas (Quadro nº 1). A mudança mais assinalável é o predomínio

nos primeiros lugares da tabela, durante a Primeira Guerra Mundial, de atividades ligadas ao setor terciário, nomeadamente os proprietários (rurais e urbanos) e os negociantes.

Mais uma vez, como já tivemos oportunidade de assinalar num trabalho anterior, “o contexto da Guerra provocou uma clara mudança da estrutura social e profissional dos emigrantes, pois é sabido que as classes mais abastadas escapavam com muito mais facilidade aos rigores e exigências dos períodos mais críticos”, ou seja, estes homens – uma vez que se tratam essencialmente de emigrantes do sexo masculino – podiam “suportar o aumento do custo das passagens, o seu dinheiro ajudava a contornar a lei e a ultrapassar eventuais obstáculos, e o conhecimento que detinham do mundo dos negócios e da prosperidade no Brasil alimentava-lhes a vontade de aplicarem lá o seu capital, de modo a aumentá-lo”.²¹

De resto, observa-se o natural predomínio dos setores das atividades mais tradicionais no distrito do Porto, como no país, de que são principais exemplos a agricultura, as pescas, a indústria de mobiliário, a construção civil e o pequeno comércio.

QUADRO 1. Principais profissões dos titulares de passaporte (1911-1913 / 1914-1918 / 1919-1926)

1911-1913	1914-1918	1919-1926
1º Pedreiro	1º Proprietário	1º Lavrador
2º Carpinteiro	2º Negociante	2º Empregado comercial
3º Empregado comercial	3º Empregado comercial	3º Proprietário
4º Pescador	4º Lavrador	4º Negociante
5º Lavrador	5º Carpinteiro	5º Carpinteiro
6º Trolha	6º Pescador	6º Pedreiro
7º Proprietário	7º Pedreiro	7º Agricultor
8º Marceneiro	8º Marítimo	8º Marceneiro
9º Negociante	9º Marceneiro	9º Comerciante
10º Alfaiate	10º Alfaiate	10º Alfaiate

Passamos, finalmente, à análise do Estado brasileiro de destino de entre aqueles que o especificaram no processo e/ou registo de passaporte – uma vez que, dos 71 121 emigrantes analisados, 1 160 apenas indicaram genericamente que pretendiam emigrar para o Brasil, sem designarem a cidade ou sequer o Estado brasileiro para onde se dirigiam.

O Gráfico nº 12 torna perceptível de forma imediata a preferência pelo Estado (e cidade) do Rio de Janeiro ao longo de todo o período em estudo. De facto, a tendência foi no sentido de, há medida que avançamos no tempo, mais e mais emigrantes declararem o Rio de Janeiro como o seu local de

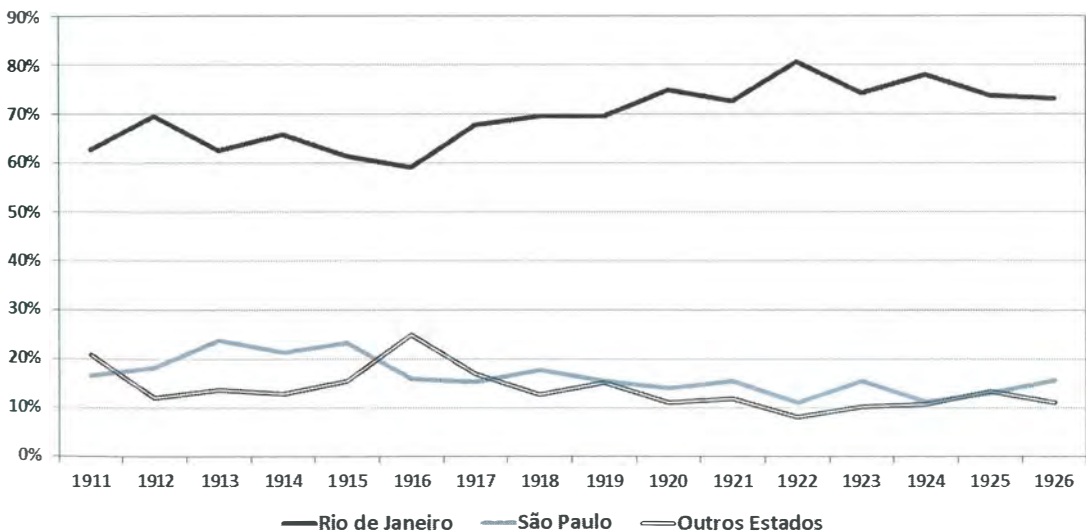
²¹ *Ibidem.*

destino no Brasil, ao mesmo tempo que o segundo destino mais procurado, São Paulo (incluindo Santos), desceu nas suas preferências.

É certo que, chegados ao território brasileiro, muitos emigrantes se distribuíam pelas mais variadas regiões e estados do Brasil, pelo que a simples indicação no registo de passaporte não é um dado fidedigno quanto ao local escolhido para fixar residência. Porém, também sabemos, pelas cartas de chamada e demais documentação que consta dos processos de passaporte, que a esmagadora maioria dos emigrantes que rumaram do Porto para o Brasil neste período fixaram-se efetivamente no Rio de Janeiro – o que não é de estranhar, visto aquela cidade ser, mais do que a capital política do país, a sua capital económica e financeira, e local de apertamento privilegiado, além de estar dotada de uma vasta rede de recrutamento de mão-de-obra, tornando-se assim a escolha mais óbvia para aqueles que partiam do Porto, com ou sem uma rede de acolhimento e apoio previamente instalada.

É também essa, aliás, a explicação para o segundo Estado mais procurado ser São Paulo, o segundo maior polo industrial do Brasil, e igualmente servido por um importante cais marítimo, o porto de Santos. Segundo o recenseamento de 1920, a presença italiana imperava em quase todos os municípios deste Estado, com exceção de Santos, “cidade portuária e mais urbanizada”, que era dominada pelos portugueses, os quais desempenhariam uma ação fundamental nas obras do seu porto e na construção de caminhos-de-ferro.²²

GRÁFICO 12. Proporção da emigração do distrito do Porto para o Rio de Janeiro, São Paulo e restantes estados brasileiros (1911-1926)



²² BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 52.

Outros destinos a merecerem a nossa referência são os estados do Pará e Amazonas, em grande parte devido ao ciclo da extração e produção de borracha, especialmente até 1912, e que juntos, no conjunto dos anos que viveu a Primeira República portuguesa, recolheram a preferência de pouco mais de 8% dos emigrantes do distrito do Porto, ou seja, um em cada doze emigrantes dirigiu-se para um destes dois Estados. Acima dos mil emigrantes encontramos ainda os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul (Quadro nº 2).

QUADRO 2. Distribuição dos emigrantes do distrito do Porto por Estado brasileiro de destino (1911-1926)

Estado	Total	%
Rio de Janeiro	48 786	69,7%
São Paulo	11 683	16,7%
Pará	3 104	4,4%
Amazonas	2 566	3,7%
Pernambuco	1 627	2,3%
Rio Grande do Sul	1 201	1,7%
Baía	652	0,9%
Maranhão	199	0,3%
Paraná	41	0,1%
Minas Gerais	39	0,1%
Espírito Santo	31	<0,1%
Alagoas	19	<0,1%
Santa Catarina	5	<0,1%
Ceará	4	<0,1%
Paraíba	4	<0,1%
Total	69 961	100%

Conclusão

A Primeira República portuguesa, apesar de curta na sua duração, assistiu ao corolário e ao início da queda do Brasil enquanto destino preferencial da emigração que partia do distrito do Porto. Nos seus 16 anos de vida, assistiu aos três anos de maior volume migratório rumo ao Brasil alguma vez registado – e cuja dimensão apenas seria ultrapassada na década de 1960, em direção a França; mas assistiu igualmente à diminuição gradual desse fluxo, em termos absolutos e relativos, à perda da preponderância do Brasil enquanto destino privilegiado da emigração portuguesa e portuense, que pela primeira vez se viu ultrapassada pelo conjunto dos outros destinos. Continuou, até finais da

década de 1920, a ser o principal destino, mas não só o número absoluto de emigrantes era significativamente inferior, como inferior eram aqueles que escolhiam o Brasil.

A conjuntura associada à Grande Guerra dera o mote para a mudança de paradigma: atravessar o Atlântico tornou-se mais caro; o Estado português controlou como pôde o fluxo migratório, facilitando a emigração para África; destinos geograficamente mais próximos (Europa e América do Norte) tornaram-se mais apelativos; a crise financeira mundial de 1929 e as medidas tomadas pelo Governo de Getúlio Vargas deram a estocada final a este movimento de gente vinda do Norte de Portugal.

Fontes

ADP. Arquivo Distrital do Porto, 1911-1926. *Livros de Registo de Passaportes*, livros n^{os} 3394-3465.

ADP. Arquivo Distrital do Porto, 1911-1926. *Processos de Passaportes*, maços n^{os} 1724-2056.

AHP. Arquivo Histórico Parlamentar. *Diário do Senado*, sessão n^o 69, de 25 de novembro de 1919.

Bibliografia

BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo M. (eds.). *Arquivo Nacional, 150 anos: visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Índex, 1988.

FERREIRA, Diogo. “A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)”. In: SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

_____. “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a 1^a Guerra Mundial (1918-1926)”. In: SOUSA, Fernando de et al (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPSE/Fronteira do Caos Editores, 2011.

FERREIRA, Diogo; ROCHA, Ricardo. “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a 1^a Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

GOMES, Rui. “Economia periférica”. In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

- GUICHARD, François. “O Porto no século xx”. In: RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.). *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994.
- MARTINS, Isménia; SOUSA, Fernando (orgs.). *Os portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói: Muiraquitã, 2006.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno. *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- MATOS, Maria Izilda. “Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, São Paulo (1890-1930)”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHÃO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.). *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Fragmentos, 1993.
- MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.
- MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Coleção Portugueses no Mundo (4). Porto: CEPES/Fronteira do Caos Editores, 2010.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.
- PEREIRA, Miriam Halpern. “A I República e a Política de Emigração”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos Editores, 2011.
- PINTO, Ana Catarina. “A transformação política da República: o bloco radical”. In: ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2009.
- REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- ROCHA, Ricardo. “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas”. In: SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.
- _____. “A emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)”. In: SOUSA, Fernando de *et al*. *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos Editores, 2011.

- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos. *Portugal-Brasil: migrações e migrantes – 1850-1930*. Lisboa: Edições Inapa, 2000.
- ROWLAND, Robert. “Portugueses no Brasil: projectos e contextos”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coord.). *História da Expansão Portuguesa. IV – Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- SÁ, Vítor de. “Projectos de reforma agrária na I República”. *Análise Social*, Lisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n^{os} 77-78-79, vol. XIX. 1983.
- SAMARA, Maria Alice. “O impacte económico e social da Primeira Guerra em Portugal”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.). *Portugal e a guerra: história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- SERRA, João Bonifácio. “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente”. In: REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.
- TELO, António José. “Sidónio Pais – a chegada do século XX”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa (coord.). *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Um boletim da emigração portuguesa – *O Correio* (1972-1974)

Maria Celeste Alves de Castro

CEPESE

Introdução

DURANTE O PERÍODO SALAZARISTA, as políticas emigratórias portuguesas procuraram controlar as saídas legais para o estrangeiro. No período da “Primavera Marcelista”, aparece-nos um novo discurso político, que virá regular e reorganizar a questão da emigração, valorizando as políticas sociais de apoio ao emigrante

Este trabalho, realizado no âmbito do projeto de investigação do CEPESE, sobre a emigração portuguesa para o Brasil, pretende analisar o Boletim Informativo *O Correio* – de 1972 a 1974 – enquanto instrumento de comunicação entre o Secretariado Nacional da Emigração e as comunidades emigrantes portuguesas no Mundo e insere-se no projeto do doutoramento *A emigração portuguesa durante o Estado Novo através da legislação e circulares do governo (1948-1974)*, que estamos a desenvolver.

De momento, vamos, desde já, caracterizar o Secretariado Nacional da Emigração, enquanto meio de divulgação das novas políticas da emigração portuguesa na última fase do Estado Novo, e, na segunda parte, analisar a publicação oficial, *O Correio*, até ao momento não estudado.

O Secretariado Nacional da Emigração

Em 1970, o Estado português, através do Conselho de Ministros, criou, na Presidência do Conselho, um organismo, de âmbito nacional, incumbido da coordenação de todas as questões relativas à emigração, o Secretariado Nacional da Emigração e extinguiu, no Ministério do Interior, a Junta da Emigração, que, com idênticas funções, vinha já desde 1947.¹

¹ PORTUGAL. Presidência do Conselho – *Decreto-lei nº 402/70*, de 22 de agosto. In: *Diário do Governo*, 1 Série, nº 190, p. 1095.

Este novo organismo foi mais além nas políticas da sua antecessora Junta da Emigração, e procurou refletir as preocupações do Governo, adequando-se à realidade da década de 1970, nomeadamente à necessidade de assistência aos trabalhadores emigrantes portugueses.

Em suma, os seus principais objetivos eram:

- dar execução à política deliberada pelo Governo português em relação aos movimentos migratórios (estrangeiro ou províncias ultramarinas);
- estudar e propor superiormente as medidas que considerasse justificadas, quando relacionadas, sob qualquer aspeto, com os referidos movimentos;
- promover a assistência e apoio aos emigrantes, em colaboração com entidades privadas ou políticas, em harmonia com as autoridades diplomáticas e consulares portuguesas;
- servir de elemento coordenador entre os vários ministérios, para a questão do fenómeno migratório;
- participar nas negociações dos acordos internacionais sobre a emigração;
- colaborar com os organismos congéneres estrangeiros, nos termos superiormente definidos.

Mais tarde, com a publicação dos Decretos n.ºs 15/72 e 16/72,² que reorganizaram e regulamentaram o Secretariado Nacional da Emigração, passam a valorizar-se as ações de apoio burocrático aos emigrantes (a recolha de informações, recrutamento, exames médicos, passaportes, transportes), como também, a informação aos emigrantes quanto à atualização das políticas emigratórias portuguesas e a participação do Governo português nos acordos internacionais.

Uma das propostas deste Secretariado foi estabelecer uma rede de apoio aos emigrantes, onde quer que estes se encontrassem, que servissem de elo entre os emigrantes e a pátria.

Decorria o ano de 1971, e o presidente do Conselho, aos microfones da Emissora Nacional, dirigindo-se a todos os portugueses espalhados no Mundo, comunicava:

Unimo-nos no mesmo pensamento de amor à Pátria. Falamos com alegria a língua que nos liga e nos distingue. Recordamos a imagem da terra que nos foi berço. Erguemos uma prece por quantos nos fizeram bem na vida. E verificamos que, onde quer que estejamos, somos portugueses. Portugal está dentro de nós. Portugal faz parte de nós. *Portugal somos nós, em terra portuguesa ou fora dela.*³

É deste discurso do Presidente do Conselho, Marcello Caetano, que vai surgir a frase em epígrafe nesta publicação do Secretariado Nacional da Emigração “Portugal somos nós, em terra

2 PORTUGAL. Presidência do Conselho – *Decreto-Lei n.º 15/72*, de 12 de janeiro, *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 9, p. 55; e *Decreto n.º 16/72*, de 12 de janeiro, *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 9, p. 61.

3 PORTUGAL. Secretariado Nacional da Emigração – *Correio*, n.º 1 (janeiro de 1972), p. 2.

portuguesa ou fora dela”. Epígrafe esta, que durou até abril de 1974, quando mudou para “Pelo mundo disperso, pela Pátria unidos”. A publicação foi suspensa com a extinção do Secretariado Nacional da Emigração, após a Revolução de 25 de abril de 1974.

A ordem de serviço nº 1/71, do Secretariado Nacional da Emigração, emitida em 4 de março, lembrava aos seus funcionários:

Aqueles [emigrantes] que se lhe dirigem buscando, por necessidade, os seus serviços, fazem-no, portanto, por direito próprio. [e] [...] com toda a cordialidade que devem ser recebidos pelos funcionários do Secretariado, as quais cumpre o dever os atender com o melhor espírito de compreensão, a todos prestando a colaboração que os levou a procurar este serviço.⁴

O *Correio* vai rever-se nesta ordem de serviço, já que este estava ao serviço dos emigrantes.

O boletim, o *Correio*

Pelo seu carácter efémero, alguns periódicos e os boletins ligados à emigração são frequentemente desvalorizados como fontes de investigação, esquecendo-se que, através deles, podemos analisar ideias, atitudes e comportamentos difundidos entre os emigrantes portugueses.

É o caso de o *Correio*, uma publicação mensal do Secretariado Nacional da Emigração, que se iniciou em Janeiro de 1972 e terminou em abril de 1974. Mais tarde, com a criação da Secretaria do Estado de Emigração,⁵ retomou-se esta publicação, mas com o nome de *25 de Abril*.⁶

Figura 1



4 *Ibidem*, p. 6.

PORTUGAL. Presidência da República – Decreto-lei nº 235/74, de 3 de junho, *Diário do Governo*, 1 Série, nº 129, p. 679. Cria, integrada no Ministério do Trabalho, a Secretaria de Estado da Emigração. A transferência para a nova Secretaria de Estado de todos os órgãos e serviços do Secretariado Nacional da Emigração sucede-se no mês seguinte, por força do Decreto-lei nº 303/74.

6 A publicação terminou com este nome em fevereiro de 1980 e passou a denominar-se *25 de Abril/Comunidades*.

O *Correio* era um boletim da propaganda do Governo português ao nível da emigração, destinado a entidades coletivas públicas e privadas, associações e centros ou associações de portugueses no estrangeiro.

Caracterização formal externa:

1. Tamanho: formato A4 (29 cm);
2. Quantidade de páginas: entre 13 a 21 páginas;
3. Tipo de letra: existem diferentes tipos, sendo dactilografada, em toda a extensão do jornal. Cada notícia informativa ou secção mostra o título em letra maior que o restante texto;
4. Relação imagem-texto: praticamente inexistente ao longo do jornal. Só aparecem imagens nas épocas festivas;
5. Publicidade: não tem;
6. Informação: notícias de carácter informativo, dirigido exclusivamente aos emigrantes.
7. Periodicidade: mensal.

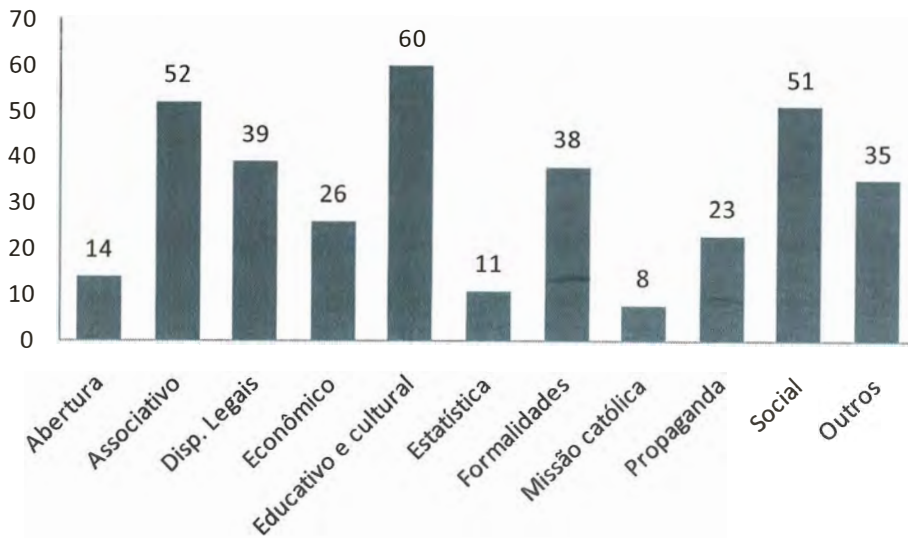
Caracterização interna:

1. Conteúdo: inicia-se com a nota de abertura, seguido de informações de interesse geral, destinado exclusivamente aos emigrantes. As comunicações, ao contrário dos jornais de e para emigrantes radicados no estrangeiro e publicados por outras entidades, não têm notícias do quotidiano de Portugal, quer a nível político, social ou desportivo. São esclarecimentos, avisos, advertências e conselhos.
2. Secções: denota uma continuidade de certos assuntos de uns números para os outros.
3. Permutas: aceita permutas com outras publicações de carácter periódico.

Para uma melhor compreensão da distribuição dos artigos do boletim informativo do Secretariado Nacional da Emigração agrupamos os mesmos por temas, o que dá um total de 357 títulos dispersos pelos 28 exemplares do boletim informativo.

QUADRO 1. Distribuição temática dos artigos do *Correio* (1972-1974)

Títulos	Nº de artigos
Nota de Abertura	14
Associativismo	52
Disposições Legais	39
Emprego	26
Educação e Cultura	60
Estatística	11
Formalidades	38
Missão Católica	8
Propaganda	23
Apoio Social	51
Outros	35
Total	357

GRÁFICO 1. Distribuição temática dos artigos do *Correio* (1972-1974)

Como se pode depreender através do quadro nº 1 e gráfico nº 1, os assuntos mais referenciados são os relacionados com a “educação e cultura” (60), com o “associativo” (52), e o “apoio social” (51), o que demonstra bem o carácter do boletim informativo que o Secretariado queria impor, seguindo as diretrizes da política emigratória portuguesa.

A “nota de abertura” entrou neste gráfico pelo seu carácter esporádico, a denotar uma função específica ao dar relevo a uma temática. Assim, quando aparece, é sinal que esse boletim de informação é uma edição especial, com um objetivo informacional específico, como se afere logo a partir da “nota de abertura”.

Embora a “missão católica” junto dos emigrantes, neste gráfico, apresente pouca expressividade (8), é reconhecida a importância do papel ativo desta nas coletividades e associações dos emigrantes.

Na coluna “outros assuntos” (35) estão incluídos, notícias diversas, pequenos esclarecimentos sobre transportes de trabalhadores ou mesmo povoamento agrário do ultramar e a informação da instalação da filial da Caixa Geral de Depósitos, no Rio de Janeiro (1972).

Quanto às “formalidades” do processo migratório, devemos ter em atenção que o público-alvo deste boletim era o emigrante. Como tal, o Secretariado Nacional da Emigração sentiu-se na obrigação de informar os emigrantes dos assuntos pertinentes quanto às formalidades que tinham de cumprir, tanto nos países recetores da emigração portuguesa como em Portugal. Formalidades que eram importantes, tanto para o emigrante como para a imagem de Portugal no estrangeiro. Aqui, apresentam-se soluções pertinentes para o quotidiano do emigrante, como a aquisição da nacionalidade portuguesa pelo casamento, os nomes e apelidos dos filhos, a necessidade de registo nos consulados, a novo modelo do passaporte do emigrante, entre outras.

Quanto às “disposições legais” o Boletim informava o emigrante português sobre os aspetos mais pertinentes e as novidades da legislação portuguesa e estrangeira, a demonstrar a preocupação do Governo manter o emigrante português atualizado. Estes diplomas, como se pode verificar através do quadro 2, abordam distintas questões legais, que variam desde o emprego/recrutamento/serviço militar aos acordos da Segurança Social, desde a educação aos impostos, envio de remessas e juros bancários especiais entre outras – em prol do bem-estar do emigrante português, onde quer que este se encontrasse.

QUADRO 2. Legislação portuguesa, segundo o *Correio* (1972-1974)

Nº do Correio	Data	Nº	Ministério	Sumário
ANO DE 1972				
1	22/8/1970	194	Presidência do Conselho	Decreto-lei nº 402/70 – Cria, na Presidência do Conselho, o Secretariado Nacional da Emigração – Extingue a Junta da Emigração.
	15/01/1972	9	Presidência do Conselho	Decreto-lei nº 15/72 – Reorganiza o Secretariado Nacional da Emigração – Revoga várias disposições legislativas.
2	4/11/1967	257	Ministério do Exército	Decreto-lei nº 48 024 – Atualiza algumas disposições do Decreto-Lei nº 35 983, de 23 de novembro de 1946, relativas à ausência para o estrangeiro de indivíduos sujeitos a obrigações da Lei do Recrutamento e Serviço Militar.
	25/7/1970	172	Presidência do Conselho e Ministérios do Interior e dos Negócios Estrangeiros	Decreto-lei nº 347/70 – Atribui competência aos postos consulares portugueses para receberem a importância das multas que os contraventores a que se refere o nº 1 do artigo 1º do Decreto-lei nº 49 400, de 24 de novembro de 1969, (emigração clandestina) queiram pagar voluntariamente, aos quais emitirão um passaporte ordinário.
5	22/4/1972	95	Presidência do Conselho	Decreto-lei nº 126/72 – Regula a execução da Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre os Brasileiros e Portugueses, assinada em Brasília em 7 de setembro de 1971.
	28/3/1969	74	Ministério da Educação Nacional	Decreto-lei nº 48 944 – Permite a criação de escolas do ensino primário oficial no estrangeiro.
	4/7/1960	153	Ministério da Educação Nacional	Portaria nº 17 789 – Modifica os preceitos a observar nos concursos e nomeação de professores e regentes dos quadros de agregados do ensino primário.
6	2/3/1972	52	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Aviso: torna público ter sido assinado em Buenos Aires, entre o embaixador de Portugal e o ministro de Bem-Estar Social da República da Argentina, o Acordo Administrativo para a Aplicação da Convenção de Segurança Social Luso-Argentina de 20/05/1966.
	20/12/1971	296	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Aviso: torna público os textos em português, francês e flamengo do Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção Geral sobre a Segurança Social entre a República de Portugal e o Reino da Bélgica.
7	11/8/1928	184	Ministério da Guerra	Decreto nº 15 840 – Ordena que as praças desertoras abrangidas por qualquer amnistia pelo § 1º do artigo 24º do Código de Justiça Militar ou absolvidas do crime de deserção cumpram o serviço efetivo que a deserção evitou que o fizessem.
8	11/8/1972	120	Presidência do Conselho e Ministério das Finanças e dos Negócios Estrangeiro	Portaria nº 285/72 – Cria delegações do Secretariado da Emigração em Marselha, Lião, Luxemburgo, Hamburgo, Dusseldórfia, Estugarda e Francoforte.
	12/1/1972	9	Presidência do Conselho	Decreto nº 16/72 – Regulamenta o funcionamento do Secretariado Nacional da Emigração.
	31/5/1972	128	Ministério da Justiça	Decreto-lei nº 184/72 – Introduce alterações no Código Penal

Nº do Correio	Data	Nº	Ministério	Sumário
ANO DE 1972 (continuação)				
9	30/8/1972	202	Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional	Portaria nº 506/72 – Manda que sejam criados cursos de ensino básico oficial em Hattigen, na República Federal da Alemanha
	30/8/1972	202	Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional	Portaria nº 507/72 – Manda que sejam criados cursos de ensino básico oficial em Ausburgo, na República Federal da Alemanha.
	30/8/1972	202	Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional	Portaria nº 508/72 – Manda que sejam criados cursos de ensino básico oficial em Rheydt, na República Federal da Alemanha.
	5/9/1972	207	Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional	Portaria nº 519/72 – Cria cursos do ensino primário oficial em diversas localidades francesas.
	4/7/1960	153	Ministério da Educação Nacional	Portaria nº 17 789 – Modifica os preceitos a observar nos concursos e nomeação de professores e regentes dos quadros de agregados do ensino primário.
	16/11/1964	269	Ministério da Educação Nacional	Decreto-lei nº 46 038 – Reforma a orgânica do Instituto de Alta Cultura.
	23/9/1972	223	Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional	Portaria nº 551/72 – Simplifica os trâmites da nomeação de professores para o ensino no estrangeiro.
10	28/9/1964	228	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto-lei nº 45 942 – Aprova, para adesão, a Convenção para a cobrança de alimentos no estrangeiro, concluída em Nova Iorque em 20 de junho de 1956.
11	10/3/1967	59	Ministério da Educação Nacional	Decreto-lei nº 47 587 – Permite ao Ministro da Educação Nacional determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público dependentes do respetivo Ministério para além dos casos e limites em que essa realização já é possível segundo a legislação vigente.
	29/7/1959	172	Presidência da República	Lei nº 2 098 – Promulga as bases para a atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa.
	27/7/1960	173	Ministério do Interior, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros	Decreto nº 43 090 – Promulga o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa.
12	2/12/1972	280	Ministério das Comunicações	Decreto nº 486/72 – Altera várias disposições do código da Estrada.
	20/5/1954	110 Sup	Ministérios do Ultramar e das Comunicações	Decreto-lei nº 39 672 – Aprova o novo Código da Estrada – Revoga determinados diplomas e ainda toda a legislação vigente nas províncias ultramarinas sobre matérias reguladas no referido código.
	24/10/1972	284	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto nº 401/72 – Aprova, para ratificação, o Acordo Complementar à Convenção entre Portugal e o Luxemburgo sobre Segurança Social.

Nº do Correio	Data	Nº	Ministério	Sumário
ANO DE 1973				
1	18/12/1972	292 Sup	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Portaria nº 747/72 – Aprova, para ratificação, o Acordo Complementar à Convenção entre Portugal e o Luxemburgo sobre Segurança Social.
	18/12/1972	292 Sup	Ministério das Finanças	Portaria nº 748/72 – Regula os depósitos de poupança consignada.
	18/12/1972	292 Sup	Ministério das Finanças	Portaria nº 749/72 – Fixa as taxas de juro das operações passivas e ativas que podem ser praticadas pelas instituições de crédito.
	2/3/1920	57	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto nº 6 462 – Aprova o regulamento consular português.
2	30/1/1973	25	Ministério da Educação Nacional	Decreto nº 25/73 – Organiza a Direcção-Geral do Ensino Básico, instituída pelo Decreto-Lei nº 408/71, de 27 de setembro.
4	12/2/1973	36	Ministério da Educação Nacional	Decreto-lei nº 45/73 – Organiza a Direcção-Geral do Ensino Básico, instituída pelo Decreto-Lei nº 408/71 de 27 de setembro.
8	14/10/1970	238	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto-lei nº 474/70 – Aprova, para ratificação o Acordo Adicional à Convenção Geral sobre a Segurança Social entre Portugal e a Espanha, assinado em Madrid, em 22 de maio de 1970.
	29/7/1959	172	Presidência da República	Lei nº 2098 – Promulga as bases para atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa.
	1/6/1973	129	Ministério da Justiça	Decreto-lei nº 280/73 – Alarga o prazo referido nos nº 1 e 2 do artigo 18º do Decreto-lei nº 47 344, para impugnação oficiosa da legitimidade de menores.
9	13/11/1965	258	Ministério da Economia	Decreto-lei nº 46 641 – Tabela de emolumentos consulares
	16/5/1966	115	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto-lei nº 47 010 – Insere disposições relativas à cobrança de determinadas taxas e emolumentos consulares.
	22/12/1970	295	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto-lei nº 633/70 – Dá nova redacção aos nº 1º e 2º do artigo 1º e aos artigos 3º e 7º a 13º da tabela de emolumentos consulares, aprovada pelo Decreto-Lei nº 46 641.
	30/12/1972	302	Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção-Geral dos Serviços Centrais	Decreto-lei nº 582/72 – Dispensa o visto na lista de passageiros a que se refere o artigo 417º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto nº 462/72 considerando igualmente revogado, a partir da mesma data, o nº 73º do artigo 1º da Tabela de Emolumentos Consulares.
12	14/11/1973	266	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto-lei nº 607/73 – Dispensa o visto na lista de passageiros a que se refere o artigo 417º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto nº 462/72, considerando igualmente revogado, a partir da mesma data, o nº 73º do artigo 1º da Tabela de Emolumentos Consulares.

Nº do Correo	Data	Nº	Ministério	Sumário
ANO DE 1974				
1	9/1/1974	7	Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção-Geral dos Serviços Centrais	Decreto-lei nº 4/74 – Dispensa o visto na lista de passageiros a que se refere o artigo 417º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto nº 462/72, considerando igualmente revogado, a partir da mesma data, o nº 73º do artigo 1º da Tabela de Emolumentos Consulares.
2	5/2/1974	30	Presidência do Conselho – Secretariado Nacional da Emigração	Decreto nº 35/74 – Altera a redacção de vários artigos do Decreto nº 44 428, de 29 de junho de 1962, relativos à concessão de passaporte de emigrante.
	4/3/1927	44	Ministério do Interior	Decreto nº 13 213 – Regula a assistência médica e proteção aos emigrantes portugueses que em portos nacionais embarquem em navios estrangeiros.
	24/4/1971	96	Ministério da Educação Nacional	Decreto-lei nº 162/71 – Elimina ou diminui dificuldades que se têm verificado na efetividades do cumprimento da obrigatoriedade escolar.
	6/2/1974	40	Presidência do Conselho – Secretariado Nacional da Emigração	Decreto nº 55/74 – Cria delegações do Secretariado Nacional da Emigração em Paris e em Toronto e fixa os quadros e categorias de pessoal das delegações no estrangeiro do mesmo secretariado.
3	8/11/1973	261	Ministério da Economia	Portaria nº 777/73 – Estabelece as condições de vida e utilização de produtos derivados de petróleo.
	18/11/1959	266	Ministérios das Finanças – Direcção Geral das Alfandegas	Decreto-lei nº 42 656 – Instruções preliminares da pauta de Importações.
	23/2/1973	46	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Aviso – Faz público ter sido assinado em Lisboa o Acordo Administrativo às modalidades de aplicação da Convenção Luso-Francesa sobre Segurança Social.
4	23/9/1963	224	Ministério das Corporações e Previdência Social	Decreto nº 45 266 – Promulga o regulamento Geral das Caixas Sindicais de Previdência.

QUADRO 3. Legislação dos países recetores da emigração portuguesa, segundo o *Correio* (1972-1974)

Nº do <i>Correio</i>	Data	País	Legislação
1	Janeiro/72	Brasil	Decreto nº 66 689, de 11 de junho de 1970 (Novo Estatuto do Estrangeiro) Decreto-lei nº 499 Decreto-Lei nº 67 Lei Nº 5 587, de 2 de julho de 1970 (Carteira Modelo 19)
3	Março/72	Luxemburgo	Circular de 17 de fevereiro de 1971 (Ministère de La Justice)
4	Abril/72	França	Acordo Administrativo nº 4, de 6 de maio de 1960 (Centre de Sécurité Sociale des Travailleurs Migrants)
11	Janeiro/73	França	Lei nº 72 – 1135, de 21 de dezembro
8	Agosto/73	França	Lei nº 73-42, de 9 de Janeiro de 1973
3	Março/74	Brasil	Portaria nº 181, de 24 de julho de 1973

O Governo Português, para além da publicitação e explicação da legislação, criou, em alguns consulados portugueses, um serviço de consulta e apoio jurídicos, que servia para prestar esclarecimentos aos trabalhadores emigrantes portugueses, sobre questões relacionadas essencialmente com a legislação laboral.

Assim, através do *Correio*, os emigrantes tinham notícias dos consulados portugueses, onde podiam contar com assistência jurídica facultada por advogados dos países recetores da emigração – como na Alemanha ou mesmo na França. Por exemplo, no consulado de Lyon o advogado Thomas Halpern estava disponível, todas as terças feiras, das 10:30 às 13 horas,⁷ para consulta jurídica, e em Dusseldorf, tínhamos o advogado Florian Geyr.⁸

Para além destes, já existia assistência jurídica nos consulados de Frankfurt, Hamburgo e Stuttgart.

Mas havia outras entidades judiciais que tratavam dos casos ligados à legislação do trabalho, como descreve o *Correio* do ano de 1972,⁹ onde detalhadamente explicava, como o emigrante em França, da região de Lyon, podia recorrer ao Tribunal de Trabalho (Conseil de Prud’hommes).¹⁰

No que diz respeito ao “apoio social”, através do *Correio*, o Secretariado Nacional da Emigração, promovia ações de boas vindas aos emigrantes por ocasião de visita a Portugal, nos períodos de férias. Estas ações obrigavam a uma estreita colaboração das diversas entidades portuguesas, nomeadamente

⁷ PORTUGAL. Secretariado Nacional da Emigração – *Correio*, nº 5 (maio de 1972), p. 11.

⁸ PORTUGAL. Secretariado Nacional da Emigração – *Correio*, nº 6 (junho de 1972), p. 11.

⁹ PORTUGAL. Secretariado Nacional da Emigração – *Correio*, nº 8 (agosto de 1972), p. 4.

¹⁰ Estes tribunais franceses foram criados nas regiões cuja importância industrial, comercial ou agrícolas se justificava, já que eram solicitados pelos industriais da região e eram regulados pela Lei de 27 de março de 1907.

as Direcções-Gerais das Alfândegas, de Saúde, de Segurança e de Turismo, os Comandos Gerais da Guarda-fiscal e da Guarda Republicana, a Junta da Ação Social, a C.P.¹¹ e a Renfe,¹² assim como os consulados portugueses.

Promovia-se, assim, a boa conduta e o civismo no transporte privado ou público e na observância do cumprimento da listagem das obrigações a nível alfandegário. Por exemplo, publicavam-se os bens que podiam ser importados em regime de isenção de direitos, mas, somente para o período pré-estabelecidos pela Direcção-Geral das Alfandegas, isto é, para o período de férias dos emigrantes ou de grande afluência destes:

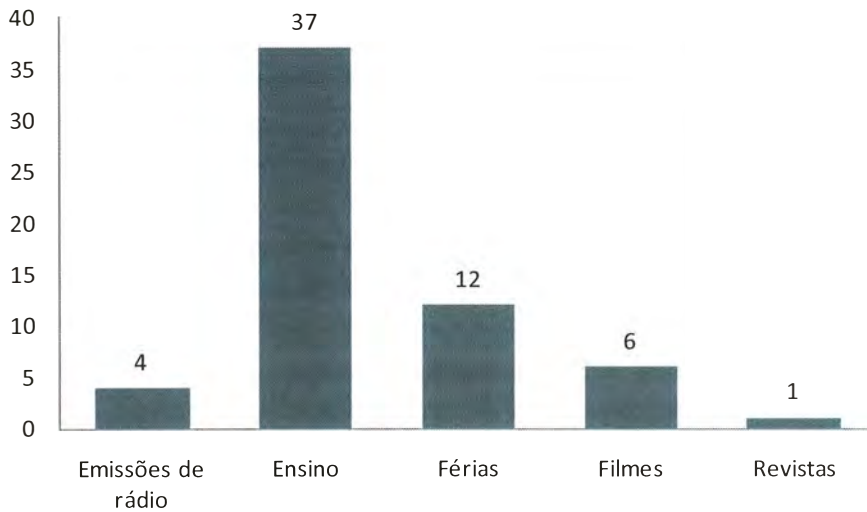
- vestuário e objetos de uso pessoal e domésticos em pequena quantidade;
- ferramentas, instrumentos e utensílios próprios da profissão que exercem;
- livros;
- joias pessoais;
- uma máquina fotográfica e 24 chapas ou 10 rolos de película;
- uma máquina cinematográfica de filmar, de pequeno formato e 10 bobines de filmes;
- um instrumento musical portátil;
- um gramofone portátil e 10 discos;
- um aparelho portátil de registo de som;
- um aparelho receptor de rádio, portátil;
- um carro de criança;
- apetrechos de pesca;
- 200 cigarros ou 50 charutos, ou 250 gramas de tabaco ou um sortido destes produtos, desde que o peso total não exceda 250 gramas;
- uma garrafa de bebidas alcoólicas de capacidade normal;
- pequena quantidade de perfumes;
- medicamentos destinados a serem utilizados durante a viagem, desde que não ultrapassem dez unidades;
- duas armas destinadas ao desporto de caça ou torneio de tiro a chumbo e 100 cartuchos por arma, devendo, porem ser efetuado um depósito de 1000\$00, por arma, cujo reembolso será efetuado quando da saída do país, sendo-lhe fornecido um título que, além de justificativo do depósito efetuado, servirá ainda, de manifesto da arma e de licença de uso e porte da mesma durante a estada do proprietário.

11 Companhia dos caminhos-de-ferro portugueses.

12 Companhia dos caminhos-de-ferro espanhóis.

Dando continuação à política emigratória portuguesa a nível da “educação”, foram criados vários cursos do ensino primário português no estrangeiro e a oficialização de outros, cuja divulgação aparece na secção “educativo e cultural”. Havia um grande interesse por parte do Estado e dos emigrantes em manter os laços linguísticos, tendo em conta o seu regresso e a continuação desses estudos em Portugal, pelos jovens portugueses que tinham frequentado escolas estrangeiras. Criou-se ainda o estabelecimento de equivalências para os estudos realizados no estrangeiro.

GRÁFICO 2. Distribuição dos títulos dos artigos do *Correio* ao nível “educativo e cultural” (1972-1974)



Como se pode verificar pelos dados do gráfico nº 2, o “ensino” (37), é a área mais acarinhada pelo Secretariado Nacional da Emigração; em seguida as “férias” (12) e finalmente os filmes (6) (listagens de filmes para empréstimo para as associações) e os horários de “emissões de rádio” (4) para emigrantes.

Em maio de 1973, o Secretariado Nacional da Emigração instituiu bolsas de estudo destinadas aos trabalhadores ou filhos de trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro que, tendo obtido elevado aproveitamento escolar podiam continuar os seus estudos em Portugal.

O Secretariado Nacional da Emigração tinha um papel fundamental na valorização dos emigrantes portugueses, com a criação de bolsas para a formação profissional, nos países de maior expressão como era o caso da Alemanha ou mesmo a França. Estes fundos eram providos pelo Secretário de Estado do Trabalho e Previdência.

Também não esqueceu os filhos de emigrantes, no período das férias grandes, dando-lhes oportunidade de conhecer e interagir com as “gentes” de Portugal. Assim, criou colónias de férias para estes, sendo as inscrições efetuadas nos consulados portugueses, nas missões católicas ou onde existissem serviços de assistência social portuguesa. Pretendeu-se assim, dar a conhecer a nação portuguesa, aos emigrantes de segunda geração, criando-lhes laços de afetividade entre eles e Portugal.

A nível do “emprego” pretendeu o Secretariado Nacional da Emigração em conjunto com Serviço Nacional de Emprego, no decorrer do processo emigratório (recrutamentos anónimos e/ou coletivos) oferecer oportunidades de trabalho aos emigrantes em Portugal.

Qualquer informação sobre emprego, recebida no Secretariado, era remetida para o Serviço Nacional de Emprego, que através do Sector Central de Colocação, procedia à respetiva distribuição pelos centros de colocação espalhados pelo país. A informação seria permanente e periodicamente atualizada pelos técnicos, através das visitas a fábricas, empresas e escritórios. Tinha como objetivo avaliar a situação do mercado de empregos regionais e funcionava como barómetro de futuros movimentos migratórios. Sobretudo, proporcionava ao futuro emigrante, outras opções para além da emigração, facultando-lhes oportunidades de emprego antes desconhecidas.

Uma vez chegada a oferta de emprego aos centros proceder-se-ia a uma convocação aos inscritos, a fim de serem entrevistados. O candidato seria informado das possibilidades de emprego efetivas no país, no Ultramar¹³ e no estrangeiro.

No caso da emigração, o candidato teria um contrato assinado, legal, coberto pela Segurança Social, podendo beneficiar de algumas vantagens, como viagens pagas, alojamento assegurado e utilização de cantinas.

Para completar este tema, o Secretariado Nacional da Emigração, através do *Correio*, mensalmente, continuava a fornecer informações detalhadas sobre oportunidades de emprego, facultando elementos acerca das profissões por regiões geográficas com dados sobre os salários praticados.

Na questão da emigração temporária, o Secretariado Nacional da Emigração, enviava inspetores, para as zonas de maior concentração de trabalhadores temporários portugueses a fim de se inteirar das respetivas condições de vida e trabalho (horários de trabalho, salários, descanso semanal, férias pagas, alojamento etc.). Estas inspeções revestiam-se de grande importância para os trabalhadores, já que aos empregadores que não cumprissem escrupulosamente as condições contratuais, não lhes seriam atribuídos contratos nominativos ou anónimos, nem lhes seria permitido receber mais trabalhadores portugueses.

Ao nível “associativo”, o Secretariado Nacional da Emigração tinha como objetivo o estreitamento das relações entre as associações. Pretendia-se através das associações defender os interesses dos emigrantes e a “escola do portuguesismo”.

O Secretariado, para estimular a relação entre os emigrantes, associações e Portugal, periodicamente enviava revistas, livros e filmes portugueses de longa-metragem¹⁴ e documentários culturais,¹⁵ técnicos e turísticos, com a ajuda da Fundação Gulbenkian.

13 Existia uma estreita e eficaz articulação entre o Serviço de Emprego e a Repartição de Povoamento do Ministério do Ultramar.

14 Foram enviados através dos serviços sociais do Secretariado ou dos consulados de Portugal, entre outros, os seguintes filmes: *Pedro só; Rosa de Alfama; Beau-geste; Ala-Arriba; O Leão da Estrela; A lenda da flauta mágica; O Costa do Castelo; A menina da rádio; A grande parada do riso; Os três espelhos, Tripoli; A cruz de ferro; O cerco; O céu azul; O grande Elias; As duas causas; O mestre escola; Domingo à tarde; Os três da vida airada; A galinha dos ovos de ouro; Ribatejo, King-Kong*, entre outros.

15 E também os seguintes documentários: *Fados; Madeira – Um inverno de sol; Escrito na pedra; Indústrias regionais; O ovo e a galinha; Tomar, cidade verde; Açores n.º 2; Mosaicos; Dobragem de um tubo a frio; Castelos portugueses; A ver*

O associativismo era considerado muito importante: “é preciso que o Secretariado não só forneça informação, mas que a receba para que através do *Correio* a difunda. É preciso, finalmente, reconhecer que as comunidades portuguesas representam uma força, uma cultura, uma solidariedade que se estende de Alemanha à África do Sul, do Brasil à Austrália e que os meios de comunicações à distância, hoje ao alcance dos homens, já permitem alargar sobre a terra o mesmo fraternal abraço que aproxima os portugueses de S. Paulo aos de Sidney e os de Hamburgo aos da cidade do Cabo”.¹⁶

Para além das notícias apresentadas anteriormente, temos de salientar a divulgação da *Convenção Luso-Brasileira*, que se realizou em Lisboa em 22 de março de 1972¹⁷ sobre “Igualdade de Direitos e Deveres entre os Cidadãos Brasileiros e Portugueses”. Aqui ficou estabelecido que os cidadãos portugueses, radicados no Brasil há mais de cinco anos, teriam iguais direitos, como os brasileiros, exceto quanto ao exercício de direito de voto (eleição de deputados federais, do Chefe de Estado), e quanto ao provimento de certos cargos, (tais como os de diplomatas, de juizes de tribunais e de ministros). Esta Convenção entrou em vigor, no dia 22 de abril, quando o Presidente da República, Américo Tomás, foi ao Brasil, acompanhando os restos mortais de D. Pedro I, primeiro Imperador do Brasil.

Em maio de 1973, com a visita do Presidente da República Federativa do Brasil, General Emílio Médici e em comunicação conjunta assinalando o termo da visita, lembrou-se que a *Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses*, apesar do exemplo que tinha constituído no campo internacional, teve pouca influência, como demonstrou a necessidade da sua revisão.

Em abril de 1974, deu-se a *Revolução dos Cravos*. Portugal mudou de regime político, o que levou à queda do Governo de Marcello Caetano e à instalação de uma Junta de Salvação Nacional.

Na nota de abertura, de abril de 1974, o boletim do Secretariado Nacional da Emigração, recorda-nos que os objetivos que nortearam foram sempre ao serviço dos “nossos compatriotas residentes no estrangeiro”¹⁸ e daí que, apesar deste boletim se ter mantido sempre à margem das “questões ministeriais”, sentiu a necessidade de publicar o *Programa do Movimento das Forças Armadas*, para que os emigrantes sentissem e vivessem o que se estava passar em Portugal.

Só assim o País [escrevia-se] se poderá aproximar do principal objetivo... Trata-se, ao fim e ao cabo, de outorgar a todos os portugueses não só o direito de emigrar mas sim de lhes conferir a possibilidade de não emigrar... Este Secretariado continuará a praticar a política desde sempre de proteger os direitos dos nossos emigrantes, pelos meios ao seu alcance e que se julga venham a ser consideravelmente alargados.¹⁹

Viana; Louças de barro; Madeira; Abrantes, a arte e a vida; Vida por vida; O fado, Portugal desconhecido, Guia Turístico de Coimbra; Caminhos de sol; Portugal de mil cores; E era o mar... Sesimbra; O gótico em Portugal, entre outros.

16 PORTUGAL. Secretariado Nacional da Emigração. *Correio*, nº 1, ano II (janeiro de 1973), p. 3.

17 Regulamentada em Portugal pelo Decreto-lei nº 126/72, de 22 de abril.

18 PORTUGAL. Secretariado Nacional da Emigração. *Correio*, nº 4, ano III (abril de 1974), p. 1.

19 *Ibidem*, p. 1-2.

Apesar dos momentos de instabilidade que a sociedade portuguesa atravessou em abril de 1974, o boletim *Correio*, tentou transmitir através das suas páginas, a mensagem de sempre. Para isso, basta repararmos nos títulos deste boletim, como “A hora é de esperança. Vamos todos trabalhar para que essa esperança se converta em realidade”,²⁰

Apesar de tudo, esta publicação, entendida como órgão de propaganda do Estado Novo, virada exclusivamente para os emigrantes portugueses, terminou. O seu último número foi de abril de 1974.

Conclusão

Este trabalho apresenta as conclusões do estudo de uma fonte fundamental para a análise da emigração portuguesa, o *Correio*, no período de 1972-1974. Procuramos com a sua caracterização perceber quais os objetivos da política emigratória portuguesa, divulgado por este boletim informativo.

Privilegiamos esta publicação como fonte do nosso trabalho, por ser oficial, enquanto porta-voz do Secretariado Nacional da Emigração, que era o órgão responsável pela gestão e divulgação das medidas definidas pelo Estado português, relativamente aos seus emigrantes, “pelo mundo disperso”.

O *Correio*, sem grandes pretensões ao nível do grafismo, nem com grandes aspirações culturais de literacia, procurou transmitir aos emigrantes portugueses as preocupações políticas do Estado português e a nova política emigratória que entretanto se definia. Procurou criar uma “ponte de comunicação” entre o Estado e os emigrantes, dando informações pertinentes quanto às condições de vida, alojamento, transporte, trabalho e educação nos países recetores da emigração portuguesa, sem descurar a “missão católica”, o aspeto “social” ou mesmo as novas gerações de emigrantes portugueses.

Podemos, assim, concluir que a atenção do Governo português com o estatuto do emigrante no estrangeiro, demonstra que a emigração portuguesa era também uma questão de interesse nacional, tendo em atenção a intensidade do fenómeno migratório português que vinha já da década de 1960, e as vultuosas remessas monetárias que os emigrantes mandavam para Portugal e que constituíam um elemento fundamental para o equilíbrio das finanças portuguesas.

Fontes

PORTUGAL. *Diário do Governo* (1920-1974).

PORTUGAL. Secretariado Nacional da Emigração. *Correio* (1972-1974).

Bibliografia

MASCARUCCI, Paula. *Monografia sobre el periódico “Ecos de Portugal”*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, 1985.

SILVA, Joaquim Palminha (1987). *Comunidades portuguesas e sua imprensa: subsídios para um inventário*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, 1987.

²⁰ *Ibidem*, p. 2.

Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX

Isilda Braga da Costa Monteiro • Fernanda Paula Sousa Maia

CEPESE

OS ESTUDOS DE JOSÉ TENGARRINHA sobre a imprensa periódica em Portugal demonstraram, cabalmente, de que forma o século XIX constituiu um marco relevante no desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa, na esteira do que acontecia nos restantes países europeus marcados pela revolução industrial do vapor. Para além disso, aquele autor pôde concluir como, também neste aspeto, o período designado, na história portuguesa, por Regeneração – geralmente considerado cronologicamente como coincidente com grande parte da segunda metade de Oitocentos – constituiu um ponto de viragem relativamente à publicação de jornais em Portugal. Na verdade, beneficiando de uma legislação cada vez mais favorável, quer ao nível da propriedade literária, quer ao nível da liberdade de imprensa ou dos privilégios concedidos aos jornais, foi possível abrir-se, no território português, um período de grande “florescimento do jornalismo” que só terminaria com a legislação restritiva pós-*Ultimatum*.¹ Com efeito, o fenómeno espoletado pela exigência britânica, corporizada através de um *Ultimatum* enviado a Portugal a 11 de Janeiro de 1890 – pela qual aquela potência impunha a retirada das forças militares portuguesas do território localizado no interior de África, entre as colónias de Angola e de Moçambique, então integradas no Império lusitano –, acabaria por gerar uma posição de reforço da fiscalização e de retraimento por parte do governo, o que conduziu a um maior controlo da imprensa periódica.

Entre 1851 e 1890, ou seja, no período habitualmente considerado como Regeneração, o número de jornais então criados atesta a afirmação de Tengarrinha, segundo a qual, nessa época, se teria vivido um verdadeiro “florescimento do jornalismo” em Portugal, estimulado pela própria evolução técnica que criou as condições para tornar este crescimento sustentável. A diversificação de interesses associados à publicação periódica permitiu a proliferação de títulos especializados, muitos deles marcados por uma elevada qualidade literária dos seus artigos e colaboradores. Por outro lado, paralelamente, e apesar dos elevados níveis de analfabetismo em Portugal, foi possível assistir-se ao crescente

1 TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Lisboa: Ed. Caminho, 1989, p. 184.

alargamento de um público leitor interessado que, através da fidelização pela assinatura do jornal ou da revista, estava disposto a sustentar financeiramente a sua publicação.

A análise mais pormenorizada deste panorama permite-nos, ainda, detetar a existência de algumas regularidades. Por um lado, é possível verificar-se um elevado centralismo ao nível do local de publicação dos títulos. Na verdade, durante esta época, a imprensa periódica escolheu preferencialmente Lisboa e em segundo lugar o Porto, para sedear a fundação e o local de edição. Segundo a pesquisa de José Tengarrinha, apenas no último quartel de Oitocentos, é que a imprensa periódica deixaria de estar tão centrada na capital – Lisboa – e na segunda cidade do país – Porto –, para se disseminar um pouco por todo o território nacional,² refletindo uma realidade que se verificava em muitas outras dimensões. Convém sublinhar que, ao longo deste período, as localidades se afirmavam também pelo(s) seu(s) órgão(s) de imprensa escrita, que defendiam os seus valores e que projetavam as grandes questões locais. Ligados geralmente a determinados grupos sociais e até políticos mais proeminentes, estes jornais erguiam sempre os interesses das populações que serviam como a sua bandeira. O prestígio de uma localidade, então, media-se não apenas pela capacidade de possuir um jornal, como muitas vezes, pelo número de títulos que publicava. E para cada um deles existia também um público diferenciado que importava manter e fidelizar. Para os seus leitores, adquirir estas publicações era, de certo modo, acompanhar mais de perto o que acontecia na sua região, mas também poder participar da própria notícia e/ou encontrar alguma visibilidade pessoal, familiar, profissional ou grupal. O jornal local ‘falava-lhes’ de pessoas que eles conheciam, de situações que lhe eram familiares, não esquecendo também de se fazer simultaneamente eco da política nacional.

O nosso longo contacto com a imprensa periódica oitocentista, sobretudo publicada no Norte do país, permite-nos perceber que um dos temas quase sempre presentes nas folhas destes jornais era a emigração para o Brasil, quer na dimensão local das partidas, com frequência registadas nominalmente, sempre que se tratava de alguém socialmente bem colocado, quer através da divulgação de notícias relativas a esse país, no que respeitava, por exemplo, à legislação sobre imigração, às condições de vida em geral, ou testemunhando casos particulares de sucesso ou, menos frequentemente, de insucesso. Estes jornais serviam também para fazer a divulgação de anúncios, particulares ou oficiais, destinados à publicitação de empresas de navegação, de agentes locais que tratavam dos passaportes e de toda a documentação necessária ao embarque, e mesmo de vendas de património particular com o objetivo de angariar o dinheiro necessário para a viagem e instalação em terras brasileiras. Ao mesmo tempo, é também possível registar a publicação de anúncios que, tendo origem no Brasil, procuravam encontrar o rasto a familiares de emigrantes aí falecidos, para se poderem habilitar como herdeiros. Não raramente, nas páginas destes jornais, é possível lerem-se cartas enviadas pelos próprios emigrantes assinantes desses títulos, cujo teor procura, na sua grande maioria, dissuadir os seus conterrâneos de um eventual desejo de atravessar o mar em busca de melhores condições de vida.

Apesar de se tratar de uma imprensa generalista, que não incorpora no título ou subtítulo, qualquer referência ao Brasil, é um facto que, entre os seus leitores e assinantes, se encontram também

2 *Ibidem*, p. 186.

portugueses emigrados naquele país. Certamente por isso, é frequente encontrarem-se referências, nas páginas destes jornais, a pessoas e locais nas principais cidades brasileiras onde era possível proceder ao pagamento das assinaturas e até enviar correspondência dirigida ao jornal e destinada a ser publicada como carta aberta. Os jornais portugueses, especialmente os oriundos das terras de partida, eram o elo de ligação mais forte e regular, numa época em que os meios de comunicação eram difíceis e morosos, acentuando as distâncias. Não podemos deixar de sublinhar, por outro lado, o quanto estes assinantes do outro lado do Atlântico foram essenciais para a manutenção financeira de muitos desses títulos. A análise destes aspetos foi já desenvolvida em vários trabalhos, entre os quais nos permitimos destacar pelo pioneirismo, os de Jorge Alves e de J. Costa Leite.³

Para além destas questões, evidenciando a importância do mercado brasileiro, importa salientar alguns aspetos de índole legal e financeira. Na verdade, a distribuição dos títulos pelos leitores portugueses e brasileiros dependia em grande parte de um fator, os portes de correio, que encareciam substancialmente o preço da sua aquisição fora do local onde eram editados. Não é por acaso que em 1846, a Liga ou Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa analisou esta questão, propondo a suspensão dos portes do correio a todas as espécies de publicações periódicas e a negociação de convenções postais com o Brasil, entre outros países, de forma a uniformizar os valores.⁴ Dois anos depois, pela lei de 1 de julho de 1848 isentar-se-iam de porte as publicações literárias, reduzindo-se também as de índole política, o que, porém, não acabou completamente com esta dificuldade.

No entanto, as várias inovações industriais aplicadas à imprensa periódica bem como o próprio desenvolvimento social, económico e cultural só deram plenamente os seus frutos após o último quarto do século XIX, permitindo aumentar tiragens sem acrescentar custos, o que redundaria numa diminuição do preço de cada número e numa mudança de perfil de alguns títulos que se tornariam cada vez mais de gosto popular.⁵ Esta nova dinâmica permitiria configurar um novo jornal de carácter cada vez mais noticioso, capaz de conquistar novos públicos, ou seja, mais compradores de títulos, expandindo um negócio até aí bastante elitista. Nesta expansão, têm grande importância novas iniciativas comerciais, que permitiram acrescentar às velhas assinaturas, a venda direta, através da abertura de escritórios e agências bem como a própria venda ambulante, o que não apenas permitiu uma maior e melhor distribuição dos títulos por todo o território nacional, como também possibilitou atravessar, mais facilmente, o Atlântico e consolidar o número de leitores no Brasil.

Ora, na nossa pesquisa acerca da emigração portuguesa para o Brasil, a imprensa periódica tem sido uma das fontes **documentais** primordiais.⁶ Conscientes das suas limitações, como acontece, aliás, com quaisquer outros documentos, elas têm-nos permitido aceder a informações privilegiadas

ALVES, Jorge. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: ed. do autor, 1994; LEITE, Joaquim da Costa. *Portugal and emigration, 1855-1914*. Tese (doutorado) – Columbia University, Nova York, 1994.

4 TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 195-6.

Ibidem, p. 213-215.

6 Consultar a este propósito a listagem bibliográfica no final deste artigo.

e únicas, nomeadamente em termos sociológicos. Na verdade, através da leitura dos jornais tivemos já oportunidade de reconstituir percursos emigratórios de retorno, avaliar as diferentes visões acerca da emigração para o Brasil e até perceber de que forma a economia do quotidiano quantas vezes se alicerçava numa estreita relação com esse país. Como já tivemos oportunidade de referir, na segunda metade do século XIX, para onde quer que olhemos em Portugal, o Brasil está sempre presente nos diferentes conteúdos abordados jornalisticamente, confirmando, aliás, o que Jorge Alves já tinha chamado, em várias ocasiões, a atenção.⁷

A centralidade dos conteúdos relativos ao Brasil na imprensa generalista bem como a existência de um público leitor nesse país acabaria por criar as condições para o aparecimento de um novo segmento de publicação periódica em Portugal, na segunda metade de Oitocentos – os jornais que, sendo portugueses, incorporam no seu título ou subtítulo a referência ao Brasil ou ao continente americano. Como já referira Jorge Alves, esta imprensa periódica, apesar de ser publicada em Portugal, visava atingir leitores também do outro lado do Atlântico, aproveitando um mercado potencialmente alargado pela emigração que, na segunda metade de Oitocentos, aumentara significativamente. O estudo desenvolvido sob sua orientação em torno do jornal *A América – Órgão ante os poderes públicos de Portugal dos interesses portugueses no Brasil e no Rio da Prata* (1868-1871) veio confirmar isso mesmo,⁸ ou seja, tratava-se de uma publicação que pretendia atingir dois públicos, em dois continentes, fornecendo a informação noticiosa necessária a uma atualização quotidiana que permitisse pôr ao corrente os leitores sobre o que se passava em cada um dos lados do Atlântico.

Como vemos, ampliava-se substancialmente o alcance, a dimensão e a projeção destes jornais, obrigando-os a deixar a sua implantação local para ganhar uma outra grandeza, estabelecendo pontes entre dois continentes, ligados pela partilha de uma comunidade de origem comum constituída pelos emigrantes portugueses no Brasil e pelos seus conterrâneos nas terras de origem.

Com efeito, ao longo do século XIX, especialmente na segunda metade, deparam-se-nos cabeçalhos da imprensa periódica que, no título ou no subtítulo, referem expressamente a palavra Brasil. Mostrando uma inequívoca intenção de raiz por parte dos editores, parece-nos importante avaliar, não apenas a dimensão do fenómeno, como sobretudo o desígnio em que assentava tal decisão. Esta questão surge-nos tanto mais imperiosa quanto, hoje, os historiadores dos dois lados do Atlântico apresentam justificações diversas para a mesma realidade. Se para os pesquisadores brasileiros este fenómeno tem sido predominantemente entendido como uma nova forma de colonialismo, para os historiadores portugueses surgem interpretações diversas, nomeadamente aquela que aponta para a grande importância e dimensão da comunidade portuguesa em território brasileiro, como a principal justificação para o aparecimento desse tipo de imprensa. Perante esta dissonância, e reconhecendo que se têm privilegiado, nos dois países, os estudos de caso, perdendo-se a visão global que

7 Veja-se não apenas a tese de doutoramento, mas também, por exemplo, do mesmo autor, o artigo publicado em *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros* (Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p. 113-128).

8 CAVACO, Susana. *A América (1868-1871) – um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras, Porto, 2000.

uma análise de conjunto traria, propomo-nos avaliar, neste trabalho, a partir da leitura dos editoriais dos primeiros números dos jornais, por nós previamente inventariados, as intenções subjacentes ao aparecimento dos diferentes títulos. Quando estes elementos não existem, socorremo-nos de outras referências que nos ajudem ao esclarecimento dessas questões.

Partimos, assim, do fundo da hemeroteca da Biblioteca Nacional de Lisboa, a que juntamos o fundo da Biblioteca Pública Municipal do Porto e, ainda, o acervo de jornais digitalizados pertencente à Biblioteca da Universidade de Coimbra. Em seguida, selecionamos os periódicos que, sendo publicados entre 1850 e 1900, tivessem no título e/ou subtítulo a indicação expressa das palavras *América*, *Brasil*, *Luso-Brasileiro* ou *Dois Mundos*.

Em seguida, criamos uma base de dados com a indicação das variáveis a analisar, a saber, ano de publicação, duração, periodicidade, local de publicação, referência ao diretor e/ou proprietário e/ou redator. Partimos, então, para a leitura dos editoriais publicados nos primeiros números de edição, quando tal se verificava.

Desta análise, procuramos identificar aspetos como o público-alvo em nome do qual o periódico se publicava, as necessidades que os seus editores pretendiam colmatar, bem como o tipo de notícias que pretendiam veicular. Em última análise pretendeu-se perceber porque é que, numa altura em que a travessia do oceano era ainda tão complicada, morosa e dispendiosa, havia quem investisse numa área dificilmente produtiva, como era o jornalismo, que além de onerosa e elitista, era fortemente dependente de um público letrado e com dinheiro. Numa época em que a publicidade não permitia ainda suportar completamente os custos, e em que a manutenção do título dependia essencialmente do número de compradores por assinatura, impõe-se colocar outras hipóteses que justifiquem este investimento, para além das que têm sido apresentadas. E é então que nos surgem explicações de outro teor, como a auto-promoção literária feita por intelectuais portugueses desejosos de conquistar novos públicos, a constatação de que a milhares de quilómetros existia uma comunidade portuguesaendinheirada capaz de suportar as assinaturas e a quem importava manter acesa a ligação à sua terra natal, quer por questões materiais quer por razões emocionais.

Neste desígnio, o aparecimento deste tipo de títulos, não evidencia apenas a filantropia social, fortalecendo um vínculo à terra de origem, mas também o reconhecimento do papel essencial que estes emigrantes com fortuna desempenhavam na economia portuguesa. Não esqueçamos que os níveis de retorno destes emigrantes mais afortunados se mantinham elevados e que, por isso, o investimento nas terras que os viram nascer foi sempre uma constante nos diversos setores económicos. Para esta franja da sociedade brasileira, o conhecimento da realidade portuguesa e o acompanhamento das notícias políticas, económicas e sociais era vital, não apenas por questões emocionais, mas sobretudo para a gestão do seu património à distância e até para uma possível oportunidade de negócio.

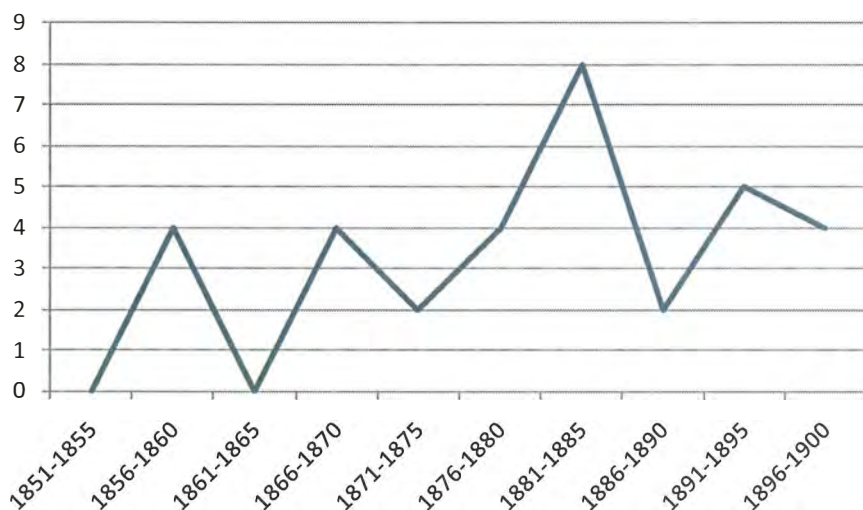
Do mesmo modo, para os emigrantes de retorno que, depois de terem enriquecido em terras brasileiras haviam regressado a Portugal, estes jornais eram não apenas um vínculo sentimental a um passado intensamente vivido, como permitia acompanhar à distância a evolução política, económica

e social de um país que embora longínquo, era também o local onde tinham, muitas vezes, deixado bens, familiares e amigos.

Nesse sentido, apuramos a existência de cerca de três dezenas de títulos que contemplavam as condições atrás enunciadas, ou seja, eram títulos publicados em Portugal durante a segunda metade de Oitocentos que tinham no título e/ou subtítulo a indicação expressa das palavras *América*, *Brasil*, *Luso-Brasileiro* ou *Dois Mundos*. Veja-se, a este propósito, a listagem de títulos que segue no final deste trabalho.

Para melhor se perceber a evolução da publicação destes títulos ao longo deste período, deixamos aos leitores a tabela que se segue.

GRÁFICO 1. Evolução da publicação de títulos, entre 1850 e 1900



Conforme o esperado, neste tipo de publicação periódica dirigida a um mercado específico, a esmagadora maioria dos títulos era publicada em Lisboa. O Porto surgia, logo, em segundo lugar, embora no conjunto subsista uma parte significativa de jornais que não apresenta o local de publicação. Curiosamente, regista-se a existência de dois títulos publicados em Paris, embora redigidos em português – *A correspondência de França: Jornal luso-brasileiro*⁹ e *A Ilustração: revista quinzenal para Portugal e Brasil*¹⁰ – que justificam o facto de serem publicados fora de território português por questões técnicas. Este caso é expressamente mencionado no último dos títulos – *A Ilustração: revista quinzenal para Portugal e Brasil* – que no seu primeiro número salienta que:

9 Paris, 1875, da responsabilidade de Léon Pigeonneau. Apenas se encontrou o número 1, de 19 dez. 1875.

10 Paris, 1884 [quinzenal]. Dirigido por Mariano Pina. N.º 1 – 5 maio 1884 a n.º 184 – 1.º jan. 1892.

Jornais ilustrados têm-nos havido, há-os ainda, e todos os dias se criam outros novos. Mas em Portugal e Brasil os processos de gravura não se acham ainda a par do que se faz especialmente em Paris e Londres, e o jornal, portanto, para ser bem feito, para ser em tudo igual aos grandes jornais como o *Monde Illustré*, a *Illustration*, o *Graphic* ou o *Illustrated London News*, tem de ser feito no centro da Europa. Faltam os elementos em Lisboa e faltam os elementos no Rio de Janeiro.¹¹

Por outro lado, nos editoriais analisados pode-se concluir que alguns dos homens que estavam na direção destes títulos haviam já passado pelo Brasil e conheciam bem as potencialidades deste território, nomeadamente a comunidade aí emigrada proveniente de Portugal, bem como as suas necessidades. Isso mesmo aconteceu, por exemplo, com os responsáveis do quinzenário ilustrado intitulado *Jornal do Brasil*, Jaime Victor e o visconde de S. Boaventura que, no primeiro número desta publicação aproveitam para esclarecer que “conhecemos o Brasil porque já por lá andamos e porque, através da sua imprensa lidamos com ele, todos os dias, há muitos anos”.¹² Ou seja, como percebemos a opção por este tipo de publicação, direcionada a um público português de um e outro lado do oceano, era uma decisão fundamentada, muitas vezes, nas vivências e experiências pessoais e resultava de um prévio conhecimento do terreno. Era, por isso, em parte, um investimento calculado, com alguns riscos, mas cujo retorno parecia mais ou menos garantido. O sucesso dependia deles, escritores e redatores dessas folhas, a quem competia ‘agarrar’ os leitores com temas apelativos e que fossem ao encontro de uma grande diversidade de interesses. Não admira, portanto, que entre os vários títulos seja possível perceber uma grande variedade, não apenas ao nível da tipologia, como também do estilo literário e das temáticas abordadas. Havia que responder a um leque diversificado de leitores, embora unidos por uma mesma origem.

Na realidade, da análise destes periódicos torna-se claro que, na sua essência, eles não se dirigiam aos cidadãos brasileiros *tout court*, mas aos portugueses que emigraram para o Brasil e seus descendentes. Leia-se o que escrevia o *Jornal do Brasil*, no seu primeiro número, publicado em 1897, ao explicar que destinando-se “ao Brasil – e nesta palavra conglobamos quantos lá nasceram e quantos lá vivem, tendo nascido cá [Portugal] – vamos procurar ser-lhes agradáveis e úteis”.

Do mesmo modo, o *Echo de Portugal e Brazil – Jornal Noticioso, Industrial, Commercial e Agrícola*, no seu número de abertura, publicado em 1 de janeiro de 1879, sublinhava sem hesitação que

A colônia portuguesa do Brasil terá neste jornal um órgão que advogue os seus interesses; e a todos os assuntos que direta ou indiretamente, digam respeito às relações entre os dois países será dada a mais importante atenção.

Por sua vez, *O Correio da Europa. Revista mensal não política, essencialmente noticiosa para as províncias ultramarinas e Brazil*, afirmava perentoriamente, na sua apresentação de 31 maio 1857 que

¹¹ *A Ilustração*: revista quinzenal para Portugal e Brasil.

¹² *Jornal do Brasil*, Lisboa, ano 1, nº 1, 27 dez. de 1897, p. 1.

é facto verificado e incontroverso que os portugueses residentes na América do Sul se acham, a tão considerável distância da pátria, mais ao alcance dos interesses que nela se agitam, do que porventura o estão muitos de seus concidadãos no próprio país. No Brasil, sabe-se regularmente daqui o que mais convém. Correspondentes imparciais, pela maior parte, lhe liquidam, por cada paquete, sem intenção apaixonada, nem espírito partidário, o que vale a pena de ser transmitido.

Como vemos, há todo um pragmatismo associado à publicação periódica destinada ao Brasil. Longe dos ideais colonizadores que se podem pressupor, o público a que no Brasil se destinavam estes títulos, eram afinal bem portugueses. Assim se entende o aparecimento de títulos que evidenciam claramente esta intenção, como o *Notícias de Portugal: folha dedicada aos portugueses residentes no Brasil* (Lisboa, 1888) ou, então, *Portugal e Brasil: órgão da colónia brasileira em Portugal* (número-programa 1895). Sublinhe-se desde já que esta designação – colónia brasileira – não se reporta aos naturais do Brasil e portadores de um passaporte emitido por esse país. Na verdade, neste período em Portugal, eram chamados de ‘brasileiros’ todos os emigrantes de sucesso que, vindos do Brasil, regressavam à sua terra natal, definitivamente ou não. Para este público tão especial, o que interessava era manter viva a ligação ao país que tinha deixado, mas também pondo-o ao corrente de oportunidades comerciais e financeiras que aqui pudessem existir para um investimento futuro. Assim se percebe o aparecimento de títulos especializados, como o *Eco de Portugal e Brasil: Jornal noticioso, industrial, comercial e agrícola* (1879) ou então *O Importador de Portugal e do Brasil: jornal mensal do comércio estrangeiro* (1883). Do mesmo modo, no *Echo do Brazil* se clarifica bem esta intenção, ao afirmar-se que

tencionávamos dedicá-lo quási exclusivamente a aspetos, notícias e movimentos comerciais daquele império. Mais tarde resolvemos ampliar muito o seu programa, e conservando aquela especialidade, torná-lo um jornal comercial, dando grande desenvolvimento às ações úteis e necessárias ao comércio daquém e dalém mar.

Nesse sentido, este jornal mantém-se estranho à política militante, afirmando os seus responsáveis no número de abertura, que, por isso, “será um jornal puramente comercial, industrial e noticioso”. Atento às necessidades deste público, este periódico assume-se como “essencialmente comercial”, asseverando que em conformidade

prestará a mais detida atenção às secções que interessam ao comércio, dando-lhes o maior desenvolvimento possível, e tendo o máximo escrúpulo, para que, particularmente, as cotações e revistas financeiras, preços correntes e movimento de mercados, nacionais e estrangeiros, sejam a expressão da verdade, e possa haver neles a confiança precisa para tornar o jornal útil e necessário ao comércio em geral.

É de sublinhar que o aumento do número de títulos publicados na segunda metade do século XIX, de certa forma acompanha a evolução da emigração portuguesa para o Brasil, confirmando a hipótese por nós previamente colocada. Veja-se a tabela que segue:

TABELA 1. A emigração portuguesa para o Brasil (1876-1974)

Ano	EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL		Total da emigração portuguesa
	Valores absolutos	% da emigração do total	
1876	-----	-----	11.035
1877	-----	-----	11.057
1878	-----	-----	9.926
1879	-----	-----	13.211
1880	(10.751)	85,3	12.597
1881	(12.553)	85,8	14.637
1882	(15.595)	85,3	18.272
1883	(15.708)	81,6	19.251
1884	(13.502)	77,1	17.518
1885	(10.431)	69,5	15.004
1886	(11.474)	82,0	13.998
1887	(13.952)	82,1	16.992
1888	(20.198)	84,2	23.981
1889	(16.108)	78,1	20.614
1890	(23.793)	80,9	29.427
1891	(27.856)	82,9	33.585
1892	17.321	82,2	21.074
1893	(25.370)	83,5	30.383
1894	(24.056)	83,0	28.993
1895	(37.158)	83,8	44.350
1896	(23.047)	83,3	27.680
1897	(17.213)	80,6	21.344
1898	(18.870)	79,9	23.604
1899	(13.958)	78,5	17.774
1900	14.493	68,3	21.235

Fonte: SOUSA, Fernando de; MONTEIRO, Isilda. "A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974)". In: SOUSA, Fernando de et al (coord.). *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: CEPESE, 2011, p. 531.

Para além deste aspeto, importa também destacar um outro tipo de publicação periódica que encontra na comunhão linguística uma oportunidade de negócio, aspirando a um novo e amplo mercado consumidor. É o caso d' *A Ilustração Luso-Brasileira* que afirma sem hesitação que “a língua portuguesa não é das que mais tem por que se doa da circunscrição. A brasileira, que não é outra, pode atravessar afoita para o velho mundo, que tem segura hospitalidade de amigos”,¹³ ou seja, a partilha da língua não como instrumento colonizador, mas como alicerce para um desenvolvimento da iniciativa editorial e cultural paralelo e recíproco. O mercado consumidor brasileiro, falando a mesma língua, aparece aqui como uma oportunidade de expandir o mercado consumidor editorial.

Não longe desta intenção, a publicação mensal da responsabilidade redatorial de António Feliciano de Castilho e Luís Filipe Leite intitulada *Revista da Instrução Pública Para... Portugal e Brazil*, afirmava, no seu número de apresentação, datada de 1 de julho de 1857, sem margem para dúvidas que

entre nós, portugueses e brasileiros, se confere com amor e franqueza de irmãos, que, nem aquém, nem além-mar se possui ainda educação nacional organizada segundo as mais recentes revelações da ciência, e conforme as nossas peculiares necessidades e conveniências,

por isso, os redatores propõem-se “pesar na balança do senso comum à luz da ciência atual, o que existe, bom ou mau, ótimo ou péssimo nas duas legislações; inquirir o que falta e devia existir” e só então “examinar com a mesma consciência o que se faz, e o que se tem feito *nos países onde mais adiantada se acha a organização da instrução pública*, considerada quer administrativamente, quer nos seus pormenores pedagógicos e didáticos”. Aqui não se pretende colonizar, sobrepor o modelo português ao do Brasil, mas tão-só, beneficiando da comunhão linguística visar nesta publicação destinada aos dois povos “o aperfeiçoamento, ou antes radical reforma da instrução pública, em cada um dos dois países” [itálico nosso].

As conclusões deste estudo, que se encontra numa fase ainda inicial, parecem apontar para algumas ideias que, apesar disso, apresentam já alguma consistência. Como pudemos perceber, a imprensa periódica em Portugal, desde cedo, viu a comunidade portuguesa emigrada no Brasil como um mercado de potenciais leitores. Assim se entende que, a partir do início da segunda metade de Oitocentos, e um pouco à imagem do que aconteceu com outros países europeus, tenha surgido uma nova tipologia de jornais mais ambiciosos, expressando inequivocamente no título o alvo que pretendiam atingir – os portugueses no Brasil.

13 *A Ilustração Luso-Brasileira. Jornal universal*. Lisboa: Typ. de A. J. F. Lopes, 1856. Nº 1 – 5 jan. 1856, p. 3.

Listagem dos títulos inventariados

1. *Almanach de lembranças luso-brasileiro*, 1864
2. *A América: órgão, ante os poderes públicos de Portugal, dos interesses portugueses no Brasil e no Rio de Prata*. Lisboa: Tip. Universal. 1868.
Vol. 1, nº 1, jan. 1868 – vol. 3, nº 9, set. 1871.
3. *A Bandeira Portuguesa: diário dedicado aos interesses de Portugal, África e da nossa colónia do Brasil*. Lisboa, 1884.
Proprietário e diretor: Brito Monteiro.
Ano 1, nº 1, 3 jul. 1884 – 15 jun. 1890.
4. *O Brasil*. Lisboa, 1871. Redator: António Castilho.
Nº 1, 25 ago. 1871 – nº 204, 15 out. 1877.
5. *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1899.
Diretor: Augusto de Castilho; Jaime Victor e Lorjó Tavares.
Nº 1, 1º fev. 1899 – nº 374, 16 ago. 1914.
6. *O Correio da Europa: revista mensal não política, essencialmente noticiosa para as províncias ultramarinas e Brasil*.
Redator: Carlos José Caldeira e Luís Filipe Leite.
Nº 1, 3 maio 1857 – nº 18, 1º fev. 1859.
7. *Correio do Brasil: suplemento da Gazeta de Portugal*. Lisboa, 1888.
Diretor: Higinio Mendonça.
Nº 1, 24 nov. 1888 – nº 18, 27 mar. 1889.
8. *Correio do Brasil*. Lisboa, 1882.
Proprietário e redator: Oliveira Lima.
9. *Correio dos Dois Mundos: semanário político, noticioso e recreativo*. 1867.
Redator: J. L. da Silva Viana e Francisco T. Valdez.
Nº 17, nov. 1867 – nº 40, 14 fev. 1769.
10. *A correspondência de França: Jornal luso-brasileiro*. Paris, 1875.
Léon Pigeonneau.
Nº 1, 19 dez. 1875.
11. *Os Dois Mundos: ilustração para Portugal e Brasil*. Lisboa, 1877.
Proprietário e diretor Salamão Saragga.
Nº 1, 31 ago. 1877 – nº 36 abr. 1881.

12. *O Domingo Católico: publicação mensal da obra da santificação do domingo em Portugal e Brasil.*
Nº 1, fev. 1885 – ano 15, nº 12, dez. 1899.
13. *Eco de Portugal: noticiário para o Brasil.* 1866.
Proprietário e redator: Lopes Cardoso, A. Da Silva Ribeiro e F. F. da Silva Vieira.
Nº 1, 28 abr. 1866 – nº 3, 28 maio 1866.
14. *Eco de Portugal e Brasil: Jornal noticioso, industrial, comercial e agrícola.* 1879.
Redator: Eduardo Guimarães.
Nº 1, 1º jan. 1879 – nº 64, 29 mar. 1879.
15. *A Ilustração: revista quinzenal para Portugal e Brasil.* Paris. 1884
Diretor: Mariano Pina.
Nº 1, 5 maio 1884 – nº 184, 1º jan. 1892.
16. *A Ilustração de Portugal e Brasil: semanário científico, literário e artístico.*
Nº 1, 3 Jan. 1885 – nº 18, 28 Mar. 1885.
Continua em: *Ilustração Ibérica.*
17. *A Ilustração Luso-Brasileira: jornal universal.* Lisboa, 1856.
Nº 1, 5 jan. 1856 – vol. 3, nº 52, 31 dez. 1859.
18. *O Importador de Portugal e do Brasil: jornal mensal do comércio estrangeiro.* 1883.
Proprietário: Henriques, Sons.
Nº 1, 15 jan. 1883.
19. *Jornal do Brasil.* Lisboa, 1897.
Proprietário: Mendes & Companhia.
Diretor: Jayme Victor e Visconde de S. Boaventura.
Ano 1, nº 1, 27 dez. 1897 – ano 1, nº 6, 9 mar. 1898
20. *O Luso-Africano: folha quinzenal dedicada às classes burocrática, comercial e industrial de Portugal, África e Brasil.* Lisboa, 1892.
Proprietário: Manuel de Araújo.
21. *O Mundo Ilustrado: revista de Portugal e Brasil.* [Lisboa], 188-
Proprietário: José de Lemos e comp^a.
22. *O Mundo Musical: jornal das damas portuguesas e brasileiras.*
Diretor literário: Júlio Betâmio de Almeida.
Nº 1, 15 jun. 1893 – nº 24, 17 jun. 1894.
23. *Notícias de Portugal: folha destinada ao império do Brasil.* 1878.
Prop. Cândido Sarsfiel e João de Mendonça.
Nº 1, 28 ago. 1878.

24. *Notícias de Portugal: folha dedicada aos portugueses residentes no Brasil*. Lisboa, 1888.
25. *Portugal e Brasil: órgão da colónia brasileira em Portugal*. 1895.
Diretor: Heitor de Macedo.
Nº programa 1895, 4 números não datados.
26. *Portugal e Brasil*. Lisboa, 1898.
Editor responsável: Luís Augusto de Amorim.
Nº 1, 15 nov. 1898 – nº 4, 5 jun. 1899.
27. *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Lisboa, 1859.
Nº 1, 1º abr. 1859 – vol. 5, abr. 1864.
28. *Revista da América*. Lisboa, 1876.
Nº 3, 13 abr. 1876 – nº 13, 16 jul. 1876.
29. *Revista de Instrução Pública para Portugal e Brasil*. Lisboa, 1857.
Redator António Feliciano de Castilho e Luís Filipe Leite.
Nº 1, 1º jul. 1857 – nº 8, 1 abr. 1858.
30. *Revista de Portugal e Brasil*. Lisboa, 1873.
Diretor: Luciano Cordeiro e Rodrigo Afonso Pequita.
Nº 1, out. 1873 – nº 12, set. 1874.
31. *O Século: ed. seminal do jornal o Século para o Brasil e para as colónias*. 1899
Nº 1, 10 abr. 1899 – nº 549, 27 dez. 1909.

Bibliografia

- ALVES, Jorge. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: ed. do autor, 1994.
- ALVES, Jorge. “Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”. In: *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p. 113-128.
- CAVACO, Susana. *A América (1868-1871) – um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras, Porto, 2000.
- LEITE, Joaquim da Costa. *Portugal and emigration, 1855-1914*. Tese (doutorado) – Columbia University, Nova York, 1994.
- MAIA, Fernanda Paula. “Cruzar o mar, ganhar o pão, cumprir o sonho – Catálogo”. In: PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Lisboa: C.N.C.D.P., 2000, p. 183-191.

- _____. “Porto de chegada, Porto de partida: pontes demográficas com o Brasil”. In: *A Universidade Portucalense e a cidade: 15 anos de Ensino Superior no Porto*. Porto: Universidade Portucalense, 2001, p. 57-64.
- _____. “Os ‘brasileiros’ de Torna-Viagem e as Relações Portugal-Brasil na década de 1930 – estudo de caso”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento; CEPES, 2009, p. 163-175.
- _____. “A acção dos ‘brasileiros’ de Torna-Viagem em Ovar: a obra dos irmãos Oliveira Lopes (Válega)”. *Dunas: Temas & Perspectivas* – Revista Anual Sobre Cultura e Património da Região de Ovar, ano V, nº 5, nov. 2005, p. 3-14.
- MAIA, Fernanda Paula; MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. “Os ‘brasileiros’ de torna-viagem como agentes culturais: o caso de Lamego na primeira metade do século XX”. *Atas do Seminário Internacional Memórias e Migrações: Museus, História, Educação, Diversidades e Direitos Humanos*. Fafe, 2007. Disponível em: <http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunicacao-f-maia.htm>.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar”. *População e Sociedade*, Porto: CEPES, nº 15, 2007, p. 99-114.
- _____. “A emigração de Vila Real para o Brasil na primeira metade do séc. XX – realidade e percepções”. In: SARGES, Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Izilda *et al* (coord.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 161-173.
- _____. “Os passaportes – do enquadramento legal à prática (1855-1926)”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: CEPES, 2011, p. 117-135.
- _____. “A imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: CEPES, 2009, p. 329-347.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula. “Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no Norte de Portugal – finais do século XIX e inícios do XX”. In: MEDEIROS, Lená; MATOS, Izilda (coord.). *Imigração urbana: trabalho e sociabilidades* (no prelo).
- _____. “Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os ‘brasileiros’ e o desenvolvimento local”. *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*, ano IV (3), Câmara Municipal de Lousada, 2008-2009, p. 195-207.
- _____. “Os Brasileiros empresários e investidores – Catálogo”. In: PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Lisboa: C.N.C.D.P., 2000, p. 309-317.

Sousa, Fernando de; Monteiro, Isilda. “A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974)”. In: Sousa, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: CEPES, 2011, p. 519-533.

Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.

Os efetivos migratórios registados pelo governo civil do Porto para o Brasil (1852-1854)

Bruno Rodrigues

CEPESE

Introdução

O FACTO DE APENAS EXISTIREM ESTATÍSTICAS OFICIAIS quanto ao volume dos efetivos migratórios portugueses posteriores a 1855, temdesincentivado o estudo da emigração portuguesa para o Brasil nos anos anteriores a esta data, originando uma importante lacuna no estudo deste fenómeno. Com efeito, as migrações constituem um dos mais interessantes fenómenos das relações internacionais, antecedendo até o conceito de Estado e mesmo o de Civilização. O período em análise, compreendido entre os anos de 1852 e 1854, é marcado por fortes alterações internas em Portugal, quer a nível político, quer no plano económico: pela ‘Regeneração’ e pelo ‘Fontismo’ (política de fomento de Fontes Pereira de Melo). São iniciados os primeiros trabalhos para a construção das vias férreas; a modernização da agricultura; a desvinculação da propriedade e a extinção dos pastos comuns; o lançamento do ensino técnico e profissional, a partir de 1852-1853; a emergência de um processo de industrialização moderno; o desenvolvimento do associativismo; a proliferação das sociedades anónimas; o triunfo da estatística; a reforma do sistema de pesos e medidas; a unificação do sistema bancário; ou seja, todo um conjunto de fatores, mecanismos e instrumentos de mudança e inovação técnica, acompanhados de uma transformação social, política e das mentalidades, que marcaram definitivamente a rutura com o passado, anunciando e alicerçando, de modo irreversível, o Portugal do presente.¹ E, paralelamente, a emigração durante estes anos, e seguintes, não deixará de crescer, a demonstrar que, apesar de um inegável crescimento económico, Portugal não dispunha de condições para fixar toda a sua população.

No que diz respeito aos diplomas produzidos entre 1852 e 1854 pelo Estado português quanto à emigração para o Brasil, denota-se neles a preocupação da Coroa portuguesa, não só quanto às condições de viagem, mas também quanto à forma como eram tratados os portugueses no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro.

1 SOUSA, Fernando de; MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord.). *Portugal e a Regeneração*. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal*, vol. x. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 16.

Em decreto de 10 de março de 1852, publicado no *Diário do Governo*, de 26 de março, o Ministério dos Negócios Estrangeiros “manda que em reciprocidade com o Governo do Brasil se observem com os cônsules daquele império certas isenções e atribuições ali estabelecidas para os cônsules portugueses quanto à arrecadação e administração das heranças em que lhes compete intervir”.² Quanto a esta questão das heranças, o Ministério da Justiça recomenda, através de portaria de 16 de dezembro de 1854, publicada no *Diário do Governo*, de 19 de dezembro, “a execução pelas autoridades judiciais do decreto de 10 de março, acerca da arrecadação das heranças de brasileiros falecidos em Portugal”.³

A rainha Maria II, preocupada com a forma como eram tratado os seus súbditos nas terras de Vera Cruz, manda, através de portaria de 12 de maio de 1852, emanada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicada no *Diário do Governo*, de 14 de maio, que se crie uma “comissão de portugueses, que indique o modo de obstar aos escandalosos abusos que se praticam com os colonos que das Ilhas Adjacentes e de Portugal emigram para o Brasil”.⁴ O Ministério dos Negócios estrangeiro faz saber através de decreto de 24 de agosto desse ano,⁵ publicado no *Diário do Governo*, de 15 de setembro, os vogais a constituir a comissão mandada organizar.

A portaria de 26 de junho de 1852, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicada no *Diário do Governo*, de 30 de junho, “providencia para que o público pudesse aproveitar-se do estabelecimento de uma nova linha de barcos a vapor entre Liverpool e Brasil”.⁶ Com efeito, relativamente a companhias de navegação e condições de viagem e tonelagem dos navios que dos portos portugueses partiam para o Brasil, surgem neste período diversos diplomas: o decreto de 11 de agosto de 1852, do Ministério da Fazenda, publicado no *Diário do Governo*, de 14 de agosto, “ordena que só existissem direitos de tonelagem dos vapores da carreira do Brasil na razão das toneladas que carregassem em Lisboa”.⁷ O mesmo ministério, através de decreto de 29 de setembro desse ano, publicado no *Diário do Governo*, de 6 de outubro, “regula os direitos de tonelagem e exportação quanto aos vapores da carreira do Brasil”.⁸ Ainda relativamente à tonelagem dos navios, o Ministério da Marinha, através de portaria de 11 de outubro de 1853, publicada no *Diário do Governo*, de 10 de dezembro de 1853, “providencia para que os navios mercantes não

2 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p. 24-26.

3 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1854.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 848.

4 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p. 82-83.

5 *Ibidem*, p. 380.

6 *Ibidem*, p. 96.

7 *Ibidem*, p. 299-301.

8 *Ibidem*, p. 472-473.

transportem colonos para o Brasil em desproporção com as respetivas lotações”.⁹ Relativamente a companhias de navegação, o Ministério das Obras Públicas, por decreto de 14 de dezembro de 1852, publicado no *Diário do Governo*, de 24 de dezembro, “aprova os estatutos da Companhia Luso-Brasileira, que tinham por objeto a navegação a vapor entre Portugal e o Brasil”.¹⁰ Concede o mesmo ministério isenções e favores a esta companhia, através de decreto de 31 de dezembro de 1852,¹¹ publicado no *Diário do Governo*, de 5 de janeiro de 1853. A companhia Luso-Brasileira tem novos estatutos aprovados por este ministério, publicitados por decreto de 30 de junho de 1853, publicado no *Diário do Governo*, de 22 de julho.¹²

Para uma análise rigorosa da emigração no tempo e espaço em que se insere este estudo, e tendo em conta que a partir de 1834, com a instauração do liberalismo, e a delimitação administrativa dos distritos e respetivos governos civis, em 1835, passou a emissão dos passaportes dos emigrantes a ser da competência dos governadores civis, privilegiámos as fontes primárias mais próximas do ato legitimador desse fenómeno, de forma a podermos quantificar o fluxo migratório do Norte de Portugal para o Brasil, entre 1852 e 1854, recorrendo, assim, aos *livros de registos de passaportes* do acervo documental do Governo Civil do Porto, integrado no Arquivo Distrital do Porto, no total de oito livros, o que representa um universo de 11 357 registos de titulares de passaporte, 11 194 dos quais apresentando como destino o Brasil, associando-se a este universo 1 057 acompanhantes.

Neste trabalho consideramos que todos os titulares de passaporte e acompanhantes embarcaram efetivamente para o Brasil, mesmo sabendo que tal podia não acontecer com todos eles.

Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por titulares e acompanhantes

Entre os anos de 1852 a 1854, 11 357 emigrantes requereram passaporte junto do Governo Civil do Porto, com um total de 1 166 acompanhantes. Verificamos que do total de emigrantes com destino ao Brasil, 11 194 (98,56%), eram titulares de passaporte, e os acompanhantes indicados com destino ao Brasil (1 057) correspondem a 90,65% do valor total de acompanhantes registados.

O levantamento por nós realizado neste estudo, de 12 251 emigrantes (11 194 titulares de passaportes e 1 057 acompanhantes) com destino ao Brasil, corresponde a 97,83% do total da emigração registada pelo Governo Civil do Porto neste período, considerados todos os titulares de passaporte e acompanhantes indicados nos *livros de registos de passaportes*.

9 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1853*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854, p. 654.

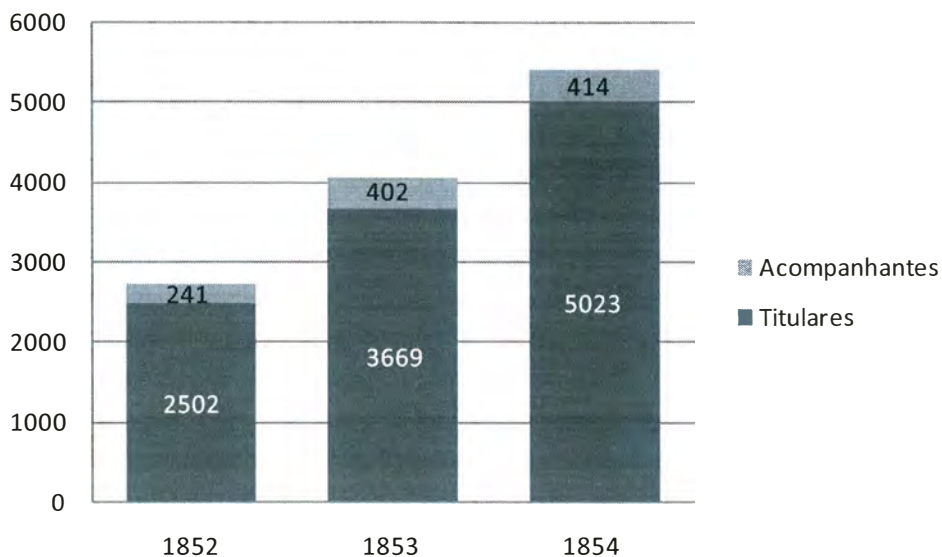
10 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p. 744-747.

11 *Ibidem*, p. 923.

12 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1853*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854, p. 185-189.

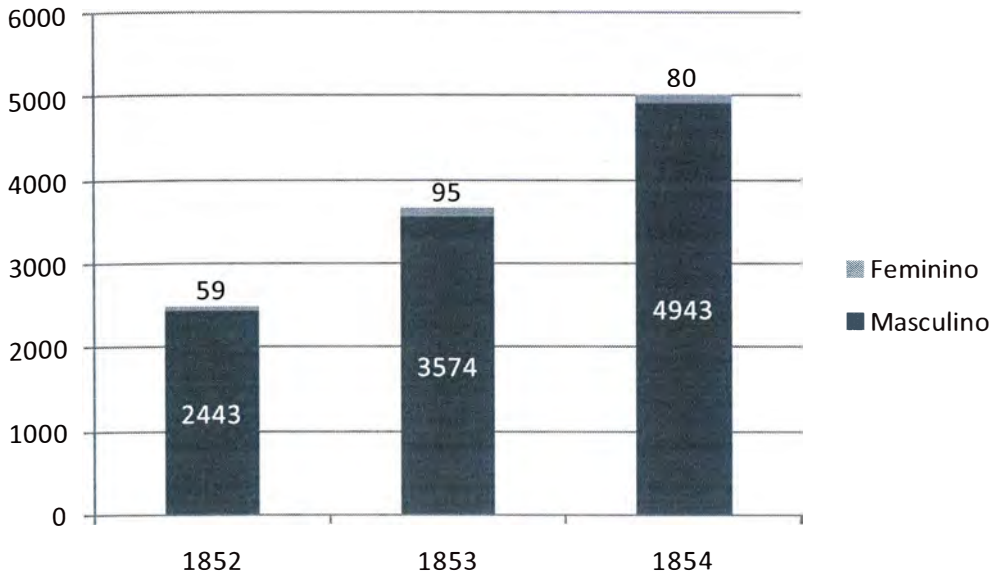
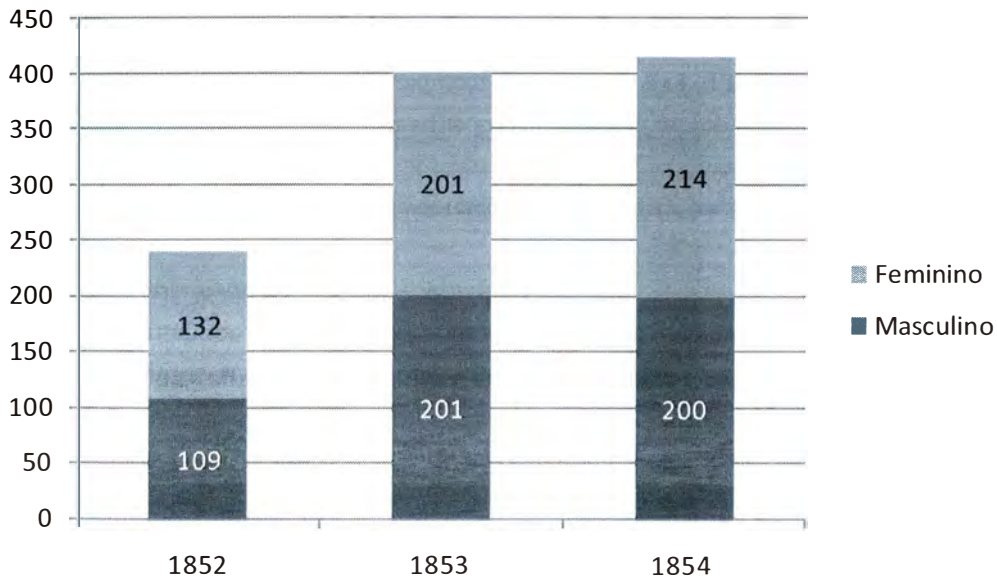
Quando comparado o número de acompanhantes com o número de titulares de passaporte que registaram por destino o Brasil, verificamos que os acompanhantes correspondem a 8,63% deste universo.

GRÁFICO 1. Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por titulares e acompanhantes



Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por género

Através dos dados recolhidos nos *registos de passaportes* com destino ao Brasil que analisámos, verificamos que 10 960 (97,91% dos titulares de passaporte) são do sexo masculino, e 234 (2,09% dos titulares de passaporte) são do sexo feminino. É curioso verificar que o número de mulheres é manifestamente inferior ao dos homens, justificado, em parte, pelas restrições jurídicas previstas na lei portuguesa, o que nos possibilita afirmar que a emigração neste período é marcadamente masculina. Pelo contrário, no que concerne aos acompanhantes, verificamos que o número de homens (510) corresponde a 48,25% do total de acompanhantes, e o de mulheres (547), a 51,75% do mesmo universo. Assim, no que aos acompanhantes diz respeito, não só verificamos um maior equilíbrio entre os dois géneros, como na verdade o número de mulheres excede o número de homens, embora em termos relativos. Estes valores são contudo explicados pelo facto de praticamente a totalidade dos homens acompanhantes, registados neste período, serem menores de idade.

GRÁFICO 2. Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por género**GRÁFICO 3.** Distribuição dos acompanhantes com destino ao Brasil, por género

Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por estado civil

No que diz respeito ao estado civil dos titulares de passaporte registados com destino ao Brasil, 2 120 são casados, o que representa 19,36% do total de titulares do sexo masculino; 8 687 são solteiros, representando 79,32% dos homens, incluindo-se neste grupo as crianças do sexo masculino cuja identificação do estado civil não vem discriminada no respetivo registo. Observam-se 144 viúvos, o que equivale a cerca de 1,31% dos emigrantes do género masculino, e contabiliza-se ainda 1 divorciado.

Relativamente às mulheres titulares de passaporte, verificamos que 85 são casadas, correspondendo a 36,32% das mulheres; 117 são solteiras, representando 50,00% das titulares do sexo feminino; 32 são viúvas, correspondendo a 16,24% do universo deste género.

Assim, o número total de casados é de 2 205, o que corresponde a 19,70% do total de titulares de passaporte; 8 804 titulares são solteiros, o que representa 78,65% deste universo; 176 são viúvos, correspondendo a 1,57% dos titulares de passaporte. O número total de divorciados é de 1, não tendo, por isso, expressão percentual.

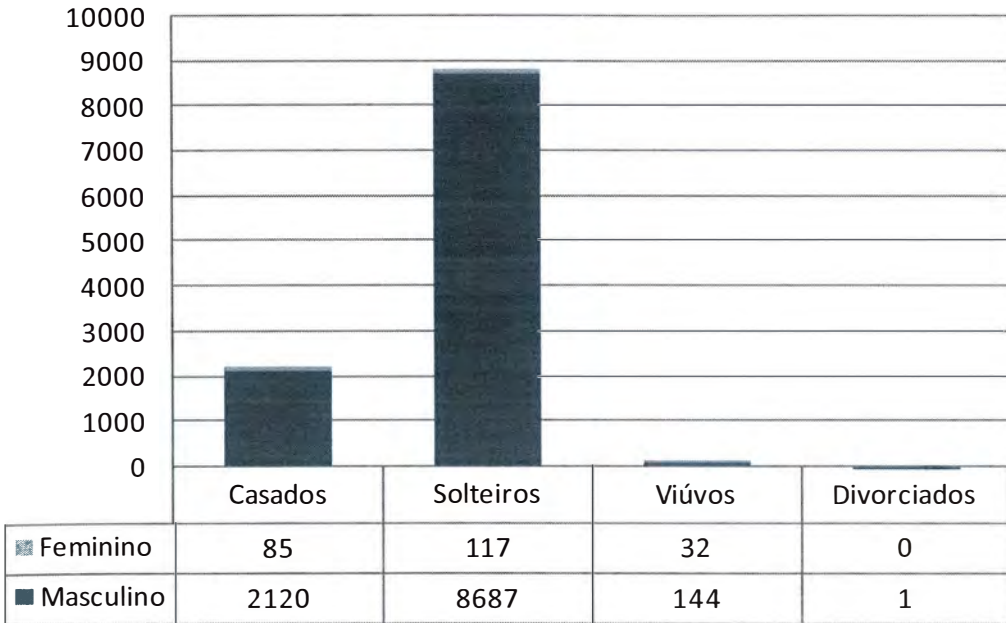
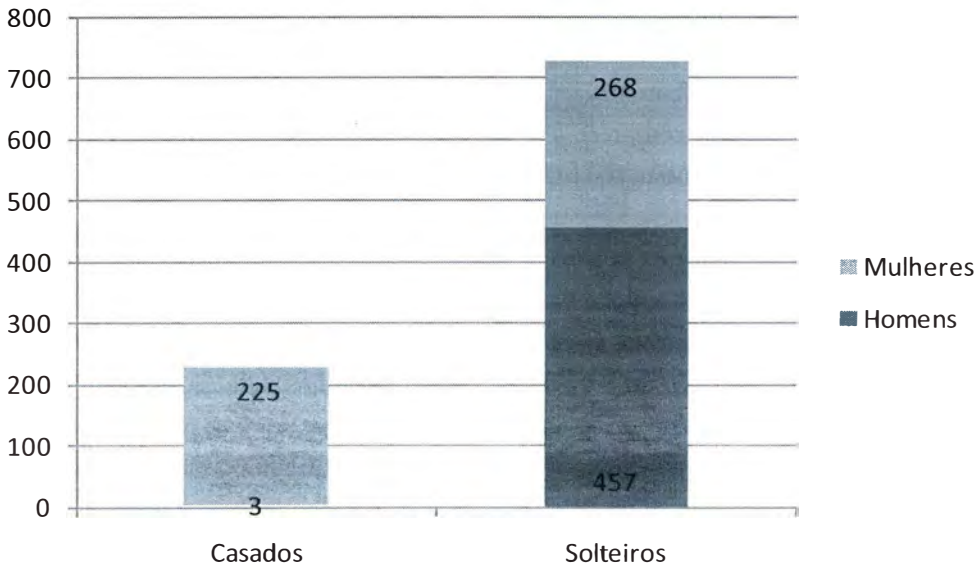
Já no que concerne aos acompanhantes, apenas nos foi possível identificar o estado civil de 953 emigrantes, todos eles casados ou solteiros. No que toca aos homens, detetamos 3 casados, o que representa 0,65% do total de homens; os solteiros, 457, representam, por isso, 99,35% dos homens. Já no caso das mulheres, identificamos 225 acompanhantes solteiras, o que corresponde a 45,64% das mulheres; e 268 mulheres casadas, representando 54,36% das acompanhantes do sexo feminino.

Assim, no caso dos acompanhantes, o número total de casados, 228, representa 23,92%, enquanto o número de solteiros, 725, representa 76,08% do total de acompanhantes cujo estado civil nos foi possível identificar no período em análise, com destino ao Brasil. Destacamos que não identificámos o estado civil de 104 (9,84% da amostra) acompanhantes, o que significa que nesta análise apenas considerámos 90,16% do universo dos acompanhantes. Não deixa de ser verdade que os 104 acompanhantes referidos fossem, muito possivelmente, solteiros, todavia, e uma vez que apenas considerámos como solteiros os menores de 16 anos, optámos por apartar este grupo em *sem indicação* de estado civil.

De um modo geral, do universo total de emigrantes – titulares de passaporte e acompanhantes – observamos, pelos *registos de passaportes* do Governo Civil do Porto, com destino ao Brasil, entre 1852 e 1854, que o número de solteiros se distancia dos demais estados civis, seguindo-se os casados, em número bastante inferior, e os viúvos.

No que concerne aos viúvos, verifica-se que o número de homens viúvos é quatro vezes e meia superior ao das mulheres viúvas, registando-se também neste universo uma emigração marcadamente masculina.

Quanto aos divorciados, como não será de estranhar, não verificamos expressividade nos números encontrados, traduzindo a mentalidade da época no que concernia ao divórcio.

GRÁFICO 4. Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por estado civil**GRÁFICO 5.** Distribuição dos acompanhantes com destino ao Brasil, por estado civil

Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por grupos etários

Na análise da distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários, verificamos que o grupo mais significativo de idades se encontra compreendido entre os 15-19 anos, representando 25,43% do total de titulares, logo seguido pelo grupo etário dos indivíduos compreendido entre os 20-24 anos, que representa 17,95% do mesmo universo, sendo que estes dois grupos representam, no seu conjunto, 43,38% do total de titulares de passaporte.

No que concerne aos acompanhantes, verificamos que a maior representatividade de idades se situa entre os 10-14 anos, correspondendo a 25,58%, seguida pelo grupo etário compreendido entre os 5-9 anos, correspondente a 20,28%, que somados representam no seu conjunto 45,85% do total de acompanhantes. Tal como no estado civil, também não nos foi possível identificar a idade de todos os acompanhantes, tendo ficado excluídos desta amostra 189 emigrantes, correspondendo a 17,88% do universo dos acompanhantes.

De um modo geral, agregados os titulares e os acompanhantes, homens e mulheres, cuja idade conseguimos apurar, num total de 12 032 emigrantes, verificamos que a população jovem até aos 19 anos (5 460) corresponde a 45,38% do total de emigrantes. Neste valor estão incluídos os menores de 14 anos (2 487), de um modo geral familiares, viajando na companhia da família ou pretendendo reunir-se com a família já estabelecida no Brasil, e que representam aproximadamente 20,67% do total de emigrantes. No que respeita ao grupo etário dos 15-19 anos de idade (2 973), o mais representativo, 24,71% do total de emigrantes, podemos dizer que é constituído, na sua maioria, por estudantes, jovens com alguma experiência profissional ou aprendizes em algum ofício.

Entre os 20 e os 34 anos (4 949), correspondendo a 41,13% dos emigrantes, encontramos a maioria dos jovens trabalhadores, usualmente empregados no comércio, e que buscam no Brasil melhores condições de vida que lhes permitam iniciar negócio próprio.

Os adultos cujas idades se compreendem entre os 35 e os 49 anos (1 365), representam 11,34% do número total de emigrantes, neste conjunto de emigrantes encontramos grande parte dos trabalhadores e agricultores.

Os emigrantes entre os 50 e os 74 anos de idade (255) correspondem apenas a 2,12% dos emigrantes. Neste grupo encontramos a quase totalidade dos capitalistas.

Com idades compreendidas entre os 75 e os 105 anos encontramos o número menos expressivo de emigrantes (3), que representa no seu conjunto a 0,02% do número total.

Assim, de acordo com a nossa análise, podemos concluir que estamos perante uma população emigrante constituída maioritariamente por jovens adultos, que traduz uma emigração motivada, essencialmente, na busca de trabalho no Brasil que possibilite melhoria de condições de vida.

GRÁFICO 6. Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por grupos etários

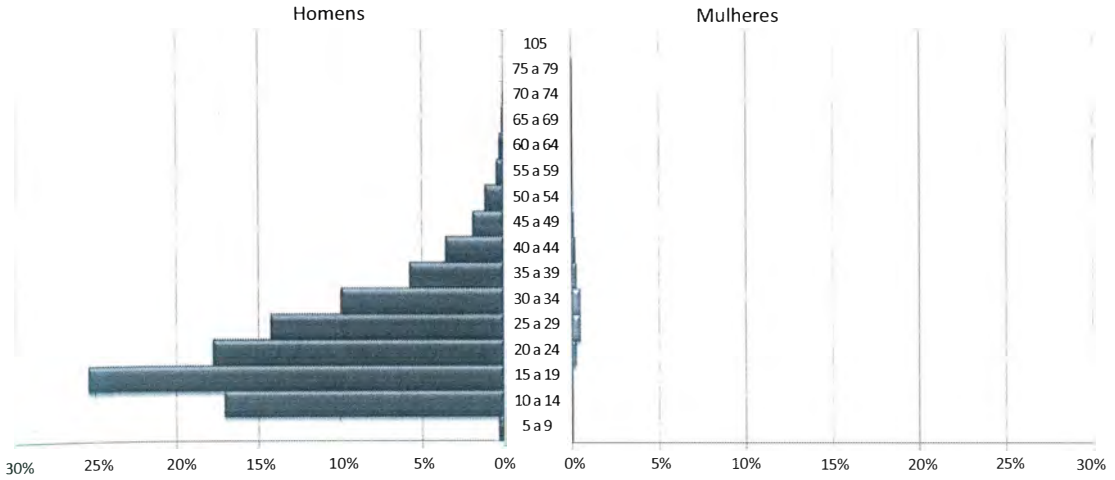
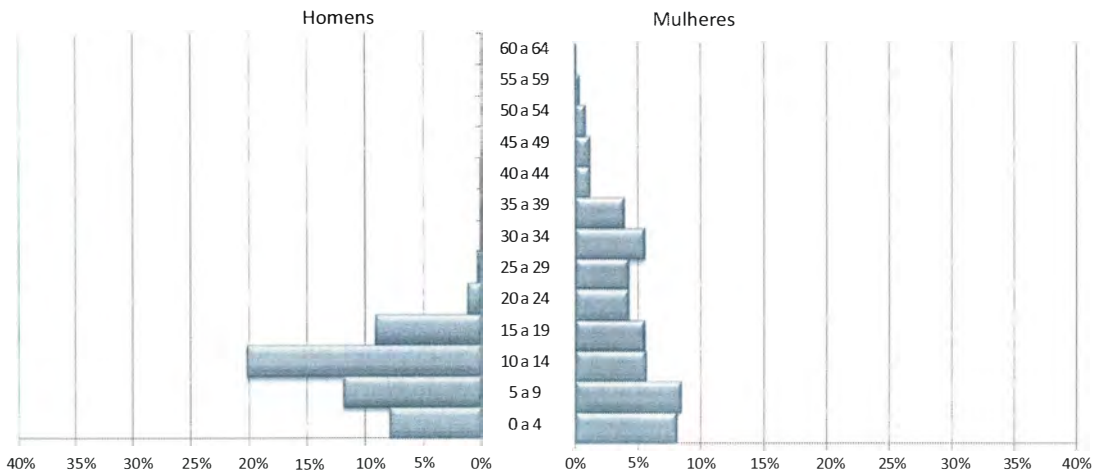


GRÁFICO 7. Distribuição dos acompanhantes com destino ao Brasil, por grupos etários



Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por naturalidade

Na análise da origem dos emigrantes que solicitaram passaporte no Governo Civil do Porto entre 1852 e 1854, com destino ao Brasil, considerámos apenas os titulares de passaporte, não considerando os acompanhantes, uma vez que a naturalidade destes não consta nos *registos de passaportes*. Deste modo, dos 11 194 titulares de passaporte, verificamos que os concelhos com maior representatividade são os de Santa Maria da Feira, Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Penafiel, que se destacam como principais origens de emigração para o Brasil neste período (25,59% do total de titulares de passaporte). Optámos por agregar como *Terras de Basto* (3,26%), os municípios de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Celorico de Basto, mantendo no entanto autónoma a localidade de Ribeira de Pena indicada como

naturalidade de 66 (0,55%) titulares de passaporte, uma vez que a sua designação não trazia dúvidas quanto à sua identificação. Seguem-se os concelhos da Guimarães, Amarante, Santo Tirso, Barcelos, Vila do Conde e Oliveira de Azeméis, que em conjunto com os anteriormente referidos representam 44,35% do total de efetivos migratórios para o Brasil registados pelo Governo Civil do Porto, no período em análise (não contabilizando neste cálculo os emigrantes oriundos de Ribeira da Pena).

Relativamente ao distrito do Porto, verificamos que nesta amostra se encontram representados praticamente todos os municípios que, à época, o compunham: Amarante (3,37%), Felgueiras (2,56%), Gondomar (3,80%), Lousada (1,33%), Maia (2,47%), Marco de Canaveses (1,15%), Matosinhos (1,63%), Paços de Ferreira (1,18%), Paredes (2,39%), Penafiel (3,59%), Porto (6,60%), Póvoa de Varzim (1,19%), Santo Tirso (2,90%), Valongo (1,20%), Vila do Conde (2,70%) e Vila Nova de Gaia (4,95%), representando 43,01% do total de titulares de passaportes. Uma vez que apenas considerámos nesta amostra os municípios com representação superior a 100 emigrantes, ficou por indicar Baião, indicado como naturalidade de 91 emigrantes (0,81). Ou seja, 43,82% das naturalidades indicadas nos registos efetuados pelo Governo Civil do Porto, entre 1852 e 1854, pertencem a municípios do distrito do Porto.

Agrupámos no indicador “outros concelhos” dezenas de municípios, maioritariamente do Norte de Portugal, mas também de outras regiões do país. A grande maioria desses concelhos tem fraca representatividade, uma vez que mais de 90 apresentam menos de 10 emigrantes, e desses, cerca de 40 concelhos apresentam apenas um emigrante, contudo, no seu conjunto, representam 10,13% da totalidade de titulares de passaportes.

Destacamos a forte presença dos mais diversos concelhos do Norte de Portugal nos *registos de passaportes* analisados.

Esta amostra, representativa da emigração registada pelo Governo Civil do Porto, entre 1852 e 1854, corresponde a 78,91% da totalidade de emigrantes, mas pretende sobretudo demonstrar que este valor, afinal, inclui exclusivamente emigrantes provenientes do Norte do país, estando os municípios do distrito do Porto largamente representados.

GRÁFICO 8. Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por naturalidade

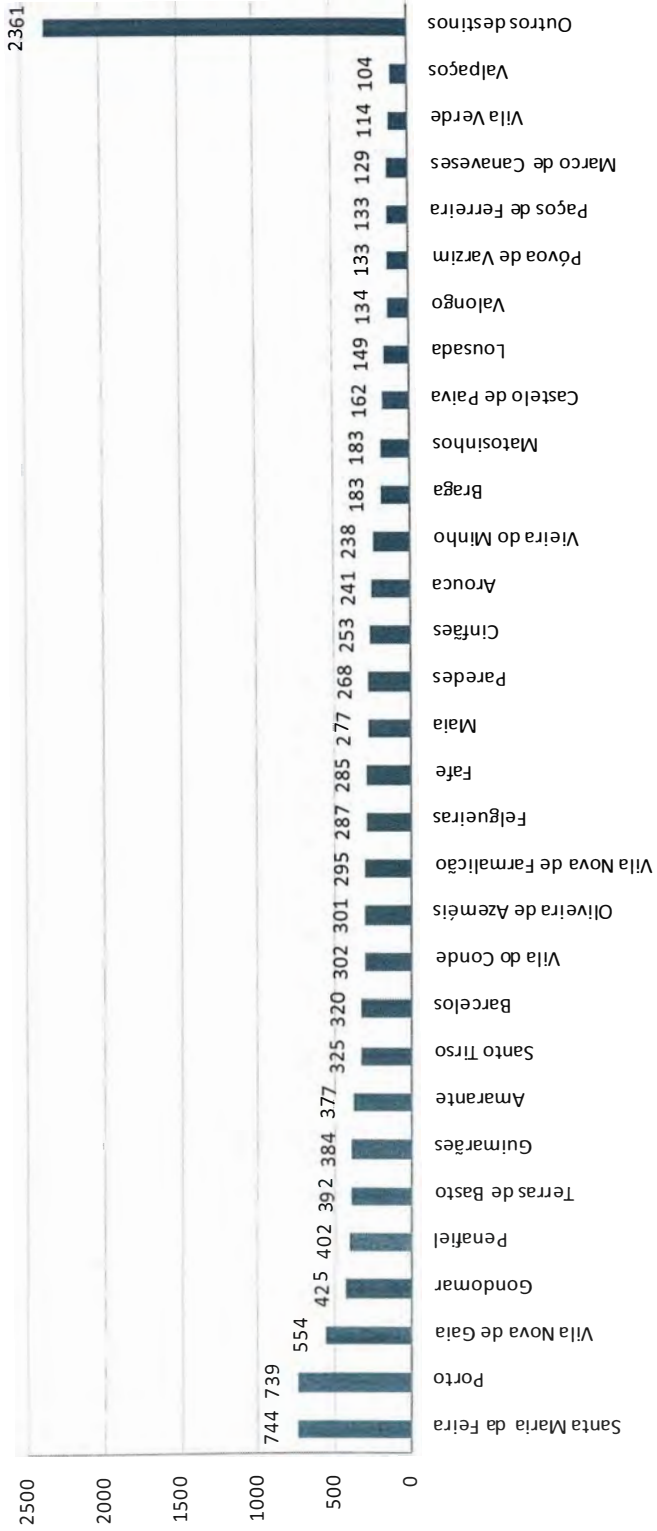
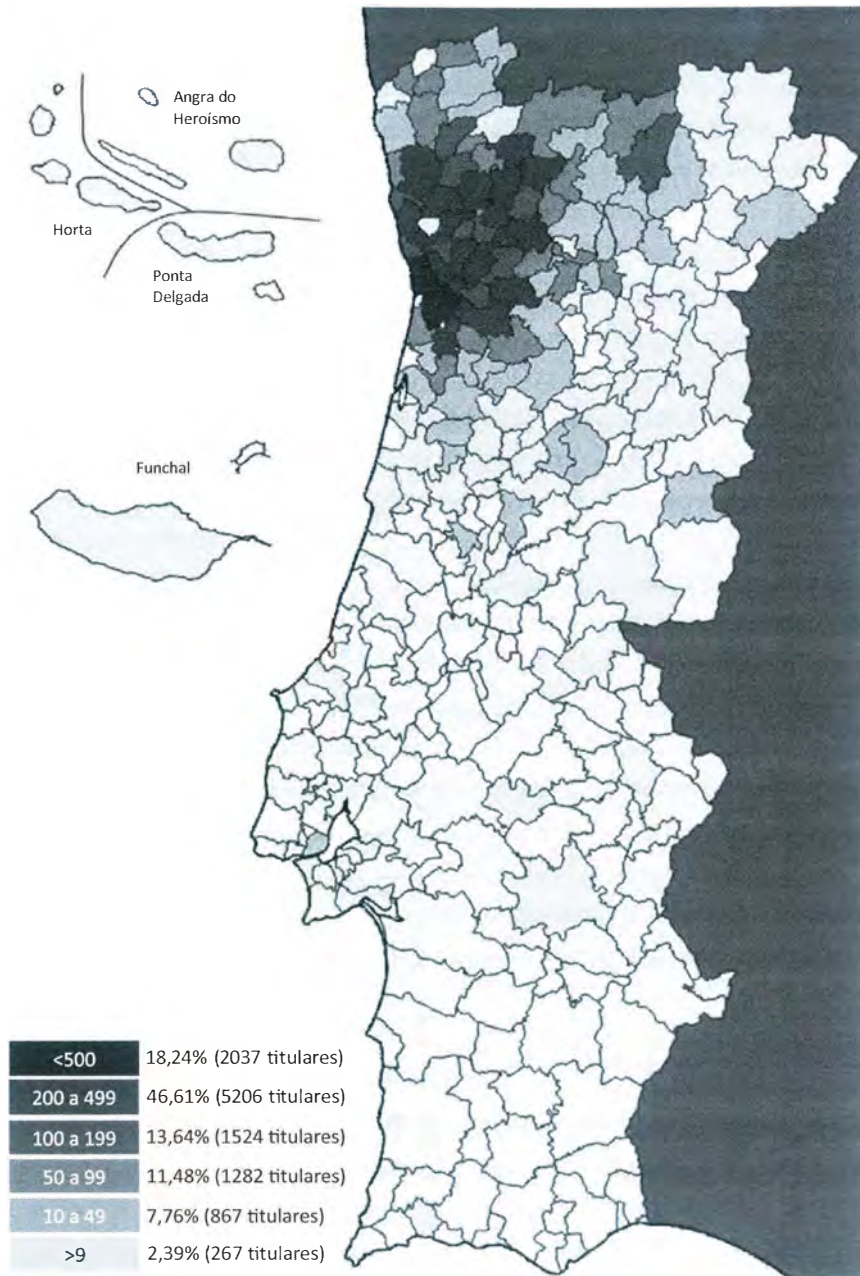


GRÁFICO 9. Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por naturalidade



Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por classificação socioprofissional

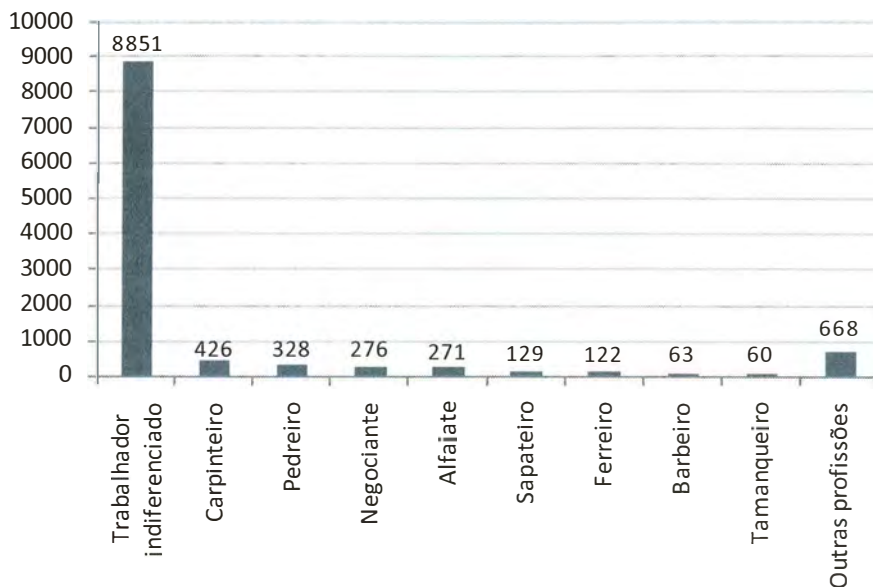
Na análise da distribuição dos titulares de passaporte por categoria socioprofissional, deparamo-nos com um elenco de profissões restrito, que nos impossibilita realizar uma avaliação quantitativa que permita sublinhar a representatividade dos emigrantes em cada uma das categorias profissionais, impossibilitando-nos, simultaneamente, avaliar qualitativamente os diferentes ofícios.

Deste modo, verificamos que 8 851 (79,07%) dos titulares de passaporte são trabalhadores indiferenciados, sendo que na maioria destes *registos de passaportes* não era apresentada *ocupação* (profissão), o que nos leva a crer que fossem efetivamente trabalhadores indiferenciados. Seguem-se os carpinteiros: 426 (3,81%); os pedreiros: 328 (2,93%); os negociantes: 276 (2,47%); os alfaiates: 271 (2,42%); os sapateiros: 129 (1,15%); os ferreiros: 122 (1,09%); os barbeiros: 63 (0,56%); os tamanqueiros: 60 (0,54%); os fabricantes: 56 (0,50%); os serralheiros: 52 (0,46%); os lavradores: 48 (0,43%); os trolhas: 38 (0,34%); os tanoeiros: 37 (0,33%); os chapeleiros: 35 (0,31%); os serradores: 34 (0,30%); os caixeiros: 33 (0,29%); os ourives: 31 (0,28%); os marceneiros: 21 (0,19%); e os ferradores: 15 (0,13%). Seguem-se ainda outras atividades profissionais que representam 2,93% deste universo, indicadas por 268 titulares, aquando do seu registo de passaporte.

De forma a conseguirmos ter uma boa perceção das diversas profissões, optámos por levar em consideração nesta análise das profissões, apenas as 20 mais representativas, o que nos permite inclusivamente, fazer uma melhor uma avaliação comparativa das profissões mais ou menos comuns ligadas à emigração do Norte de Portugal.

Facilmente constatamos que os trabalhadores indiferenciados são, de facto, os que mais peso têm na emigração registada pelo Governo Civil do Porto, entre 1852 e 1854, representando 79,07% da totalidade emigrantes. Fica bem ilustrada a estrutura económica da economia portuguesa neste período, que tem a agricultura como sector predominante. É, pois, no sector primário que a quase totalidade destes titulares de passaporte atuava profissionalmente.

GRÁFICO 10. Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por profissões mais representativas



Distribuição dos emigrantes por destino, no Brasil

Na análise dos emigrantes quanto ao seu destino, optámos por agrupar os portos de chegada por Estados. Considerando os 12 251 emigrantes (11 194 titulares de passaporte e 1057 acompanhantes), verificamos, desde logo, que o Estado de eleição é o Rio de Janeiro. Foi este o Estado de destino onde mais emigrantes aportaram, tendo o Rio de Janeiro acolhido 8 943 (73,00%) emigrantes registados pelo Governo Civil do Porto com destino ao Brasil, entre 1852 e 1854.

O Estado do Rio Grande do Sul surge como segundo destino mais significativo, embora muito afastado da ímpar corrente para o Rio de Janeiro, acolhendo 746 (6,09%) emigrantes; do Pará, com 685 (5,59%); de São Paulo, com 605 (4,94%); de Pernambuco, com 542 (4,42%); do Maranhão, que regista 428 (3,49%) emigrantes; da Baía, com 295 (2,41%); de Minas Gerais e Paraná, apenas com 3 (0,02%) emigrantes, cada; e Sergipe, apenas registando 1 emigrante e, portanto, sem expressão percentual.

Todavia, não podemos omitir que os valores apresentados nem sempre espelham os reais destinos dos emigrantes. Tais valores representam somente a porta de entrada, desconhecendo nós os trajetos dos emigrantes quando chegados aos Estados brasileiros. No entanto, importa destacar que o Rio de Janeiro era o Estados em cujo centro urbano a maioria dos emigrantes, portugueses e não só, se instalava, nele se encontrando ainda hoje a comunidade de origem portuguesa mais expressiva. É curioso verificar que se autonomizarmos os destinos dos titulares de passaporte do dos acompanhantes, o Estado de São Paulo surge com sexto destino escolhido, no primeiro caso, e como segundo destino, no caso dos acompanhantes. Sendo também de destacar que o número de acompanhantes

identificados como tendo São Paulo como destino é consideravelmente superior ao número de titulares de passaporte para aquele Estado, o que nos pode levar a deduzir que, apesar da emigração no presente estudo não traduzir uma emigração familiar, é possível que no caso do Estado de São Paulo, a emigração neste período fosse efetivamente uma emigração essencialmente familiar.

GRÁFICO 11. Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por Estados

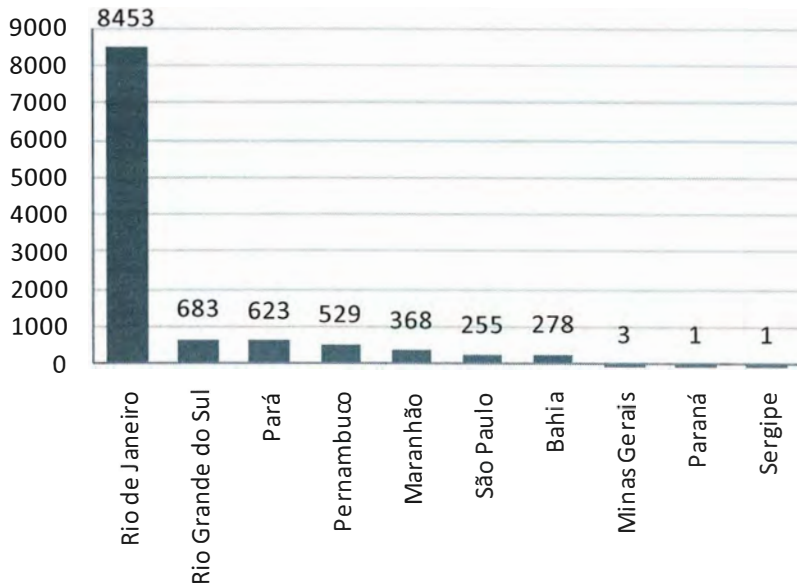
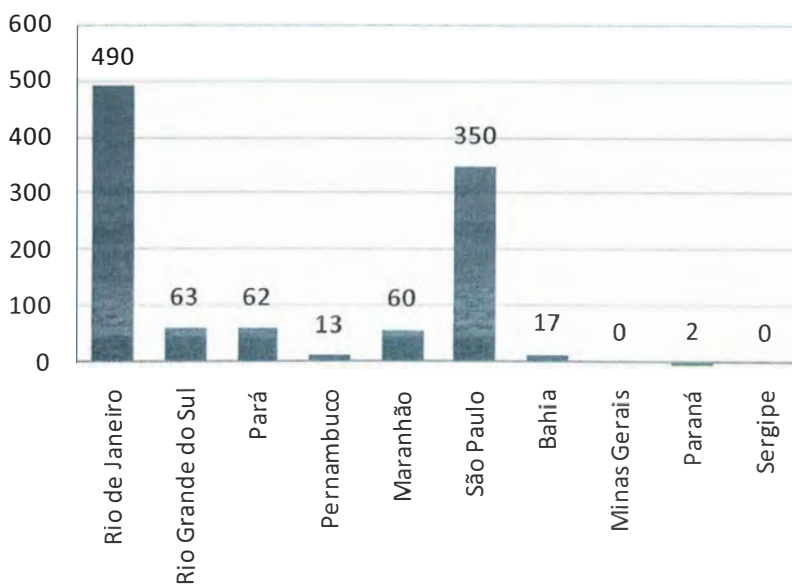


GRÁFICO 12. Distribuição dos acompanhantes com destino ao Brasil, por Estados



Conclusão

As migrações internacionais e os seus fluxos constituem um tema basilar das Relações Internacionais contemporâneas.

Os portugueses foram dos povos europeus que mais prematuramente se lançaram em movimentos migratórios internacionais (o império português, mantido durante séculos um pouco por todo o mundo, comprova-o), embora os fluxos migratórios contemporâneos se revelem substancialmente diferentes nas motivações, quando comparados com as épocas dos Descobrimentos, do Colonialismo e Imperialismo.

O nosso trabalho procurou, neste sentido, dar um contributo rigoroso e original para o conhecimento da emigração portuguesa no século XIX com destino ao Brasil enquanto país que acolhia mais de 90% dos emigrantes do Norte de Portugal, ao apresentar, através do levantamento sistemático dos dados dos *Livros de registo de passaportes* do Governo Civil do Portodepositados no acervo documental do Arquivo Distrital do Porto, o estudo e a caracterização do fluxo de emigrantes que requereram o passaporte no Governo Civil do Porto e seus acompanhantes, permitindo-nos assim, conhecer com profundidade este fenómeno, num período da História portuguesa (1852-1854) marcado por profundas mudanças, quer políticas, quer sociais e económicas, assistindo-se a um ligeira acentuação do volume dos efetivos migratórios para o Brasil, fenómeno que se observa até 1855, ano em que pensamos registar-se o maior número de pedidos de passaporte no distrito do Porto, desde a implementação definitiva do liberalismo em Portugal, em 1834, até 1880, ano que marca o início de um novo ciclo da emigração portuguesa.

A estrutura agrária portuguesa, incapaz de fazer face às dificuldades económicas da população e de satisfazer as suas necessidades, e o crescimento da cidade do Porto enquanto polo de atração pela diversidade de oportunidades que oferecia em alternativa à miséria, levaram à transferência de mão-de-obra das zonas rurais, mais desfavorecidas, para a zona urbana, em busca de trabalho no comércio, na pequena indústria, nos serviços, que permitisse a melhoria de condições de vida.

O imaginário de riqueza, da crença num futuro mais promissor, a que o retorno de alguns “brasileiros” ricos deu consistência, favoreceu a imagem do Brasil enquanto terra de oportunidades e de promoção socioeconómica. Para além disso, à época, a partida em busca de condições económicas mais favoráveis noutros países era patrocinada por uma estrutura económica portuguesa assente maioritariamente na agricultura, com um crescimento industrial muito insipiente, o que limitava a maior fixação das populações nos centros urbanos.

Assim, no âmbito de uma conjuntura internamente marcada pela penúria, foi-nos possível compreender a emigração do Norte de Portugal.

Descritas as condicionantes internas e externas, e analisados os dados levantados relativos aos *registos de passaportes* no período entre 1852 e 1854, estamos em condições de concluir que, de um universo de 12 523 emigrantes (11 357 titulares de passaporte e 1 166 acompanhantes) registados pelo Governo Civil do Porto, 97,83% destes (11 194 titulares de passaporte e 1 057 acompanhantes) se dirigiram para o Brasil.

Quanto à sua caracterização, podemos dizer que a emigração do Norte de Portugal, entre 1852 e 1854, registada pelo Governo Civil do Porto, se tratou de uma emigração maioritariamente masculina (93,63% de um total de 12 251 emigrantes com destino ao Brasil), sobretudo solteiros (80,13% de homens solteiros para 18,60% de homens solteiros – considerados apenas aqueles cujo estado civil nos foi possível averiguar, uma vez que, no caso dos acompanhantes, apenas considerámos solteiros os menores de 16 anos), com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos de idade (57,15% do total de homens, titulares e acompanhantes cuja idade nos foi possível apurar), oriunda maioritariamente dos concelhos do Santa Maria da Feira, Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Penafiel (25,59% dos titulares de passaporte) e ligada ao sector primário.

No que se refere à emigração feminina no período entre 1852 e 1854, verifica-se o predomínio das idades entre os 5 e os 29 anos, que representam 63,69% do total de mulheres (titulares de passaporte e acompanhantes, cuja idade nos foi possível apurar). A representatividade nestas faixas etárias, e atendendo ao reduzido número de mulheres, parece revelar que esta emigração feminina seja explicada pelo movimento de reunificação familiar, dado o número de solteiras (52,96% das titulares de passaporte e acompanhantes, cujo estado civil conseguimos averiguar), na sua maioria menores de idade que acompanhavam os seus pais, e o número de casadas (42,64% das titulares de passaporte e acompanhantes, cujo estado civil nos foi possível apurar), que acompanhavam os seus maridos para, no Brasil, se ocuparem das lides domésticas e familiares.

Verificámos que o destino de eleição foi o Rio de Janeiro (73,00%), seguido pelo Rio Grande do Sul (6,09%), pelo Pará (5,59%) e por São Paulo (4,94%). Estes quatro Estados acolheram, no seu conjunto, 89,62% da emigração registada pelo Governo Civil do Porto entre 1852 e 1854, não podendo, no entanto, assegurar que todos os indivíduos se estabeleceram nessas regiões e conseguiram a sua estabilidade profissional sem ter de procurar migrar para outros estados brasileiros.

Em modo de conclusão, relevamos o facto de os *Livros de registo de passaportes* que serviram de suporte ao nosso estudo corresponderem a fontes históricas ímpares. É uma documentação original e excecional no contexto europeu, à qual tivemos o privilégio de aceder, e cujos elementos recolhidos tornam este trabalho singular na temática da emigração portuguesa contemporânea.

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital do Porto. 1852-1854. *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*. Livros 3266-3273, 8 volumes.

Fontes impressas

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1853. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1854. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

Bibliografia

Monografias

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. *Migrações e Desenvolvimento*. Coleção *Os Portugueses no Mundo*, vol. 2. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2009.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Coleção *Os Portugueses no Mundo*, vol. 4. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2010.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

SOUSA, Fernando de; MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord.). *Portugal e a Regeneração*. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal*, vol. x. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

_____ (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

A emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)

Joana Martins

CEPESE

“E por vários processos pode e deve o Estado intervir na esfera da emigração: por meio de leis que protejam o emigrante na sua liberdade de ação e que portanto fiscalizem a perigosa atividade dos recrutadores, agentes ou engajadores, que tantas vezes procedem de má fé”.

(Afonso Costa, *Estudos de Economia Nacional: o Problema da Emigração*, Lisboa, 1911)

Introdução

O PRESENTE TRABALHO, subordinado ao tema a *Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)*, faz parte da tese de mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, e integra o projeto científico *A Emigração do Norte de Portugal. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político* desenvolvido pelo CEPESE, de cuja fazemos parte. Escolhemos os anos de 1876 a 1879 como balizas temporais, uma vez que este período, ainda se encontrava por investigar, no âmbito deste projeto de investigação.

O principal objetivo do presente trabalho consiste no estudo e na caracterização da emigração do Norte de Portugal para o Brasil no contexto do Sistema Internacional vigente no nosso período, abordando principalmente as experiências portuguesa e brasileira, fazendo uma análise de âmbito essencialmente quantitativo. A sua realização só foi possível, mediante o levantamento, tratamento e análise dos dados recolhidos nos *livros de registos de passaportes* do Governo Civil do Porto, dando conta do volume de efetivos migratórios que solicitaram passaporte no Governo Civil do Porto, entre 1876-1879, assim como a sua distribuição por género, estado civil, grupos etários, naturalidade, classificação socioprofissional e no final por destino.

Toda a riqueza informativa que nos é concedida através dos registos de passaportes transformam-se numa informação deveras valiosa. No entanto, não nos confinamos apenas a uma simples descrição estatística sobre os fluxos migratórios, pois, procuramos compreender os fatores explicativos e os condicionalismos endógenos, deste fenómeno, enquadrando-o na evolução tanto política como

económica, a nível internacional e nacional, que simultaneamente são fatores de repulsa e atração que potenciam e se refletem na emigração portuguesa para o Brasil no período em questão.

O Portugal da Regeneração

Os anos que selecionamos para o nosso estudo da emigração portuguesa para o Brasil enquadram-se no último quartel do século XIX, que ficou marcado por profundas alterações nas estruturas socio-económicas e no sistema dos Estado-nação da Europa.

Com a Regeneração em Portugal, iniciada em 1851, Portugal vai conhecer “um crescimento económico moderno”, um lento e contínuo processo de desenvolvimento, que acabou por se repercutir, de modo positivo, em todos os setores económicos.

A partir da década de 1870, a agricultura deixa de ser o setor ativo da economia, uma vez que a indústria, embora crescendo a ritmo lento, acabou por ser motor principal do arranque da nossa economia.

Contudo, este crescimento económico que Portugal experimentou a partir de 1851, vai ser abalado pela crise de 1876, que segundo o economista da época, Rodrigues de Freitas, foi a consequência de um sistema económico e de um sistema político, visto que o sistema económico procurava dar a riqueza a quem não produzia coisas úteis, e o sistema político procurava encontrar a civilização fora do progresso moral

Ocasionada, quer pela baixa de câmbio brasileiro, quer também pela perda dos fundos espanhóis, quer pelo agravamento da má colheita de cereais, a crise de 1876 fez com que os pequenos bancos, sobretudo, do Norte de Portugal, mal estruturados economicamente, não sobrevivessem, e que a economia portuguesa conhecesse então dias difíceis.

Seja como for, com a Regeneração (1850-1891) assistiu-se a um aumento considerável da emigração com destino às Américas, principalmente, ao Brasil (e secundariamente, às Guianas e aos Estados Unidos) a revelar que este acentuado fluxo migratório, sobretudo para o Brasil, constituiu uma das consequências do desajustamento entre o aumento demográfico e a evolução da economia nacional, mas também, fruto do apelo de mão-de-obra por parte do Brasil, uma vez que, de 1850 em diante, reduziu-se fortemente o tráfico negro.

Legislação portuguesa em vigor durante este período

Não sendo esta questão, o tema central do presente trabalho, apenas iremos referir a legislação existente neste período. É, claramente, a partir de então, que se assiste à proliferação do labor legislativo à volta da questão da emigração, labor cuja precocidade é, assinalável porque, apesar de se constatar uma elevada e inevitável mobilidade de pessoas no quadro do Império português, essa circulação nunca foi livre, visto que o Estado desde, pelo menos, de início do século XVIII, sempre procurou regular a colonização do Brasil.

Uma legislação que sempre parece ter sido “restritiva”. Na opinião de Afonso Costa, por exemplo, “pode mesmo dizer-se que a nossa legislação sobre o assunto é toda inspirada no critério

proibitivo da emigração, de um modo indireto, por meio de passaportes, imposições e taxas, acerca da que se faz às claras”;¹ apesar de, com o regime liberal se reconhecer a todos os cidadãos portugueses a liberdade de emigrar.

Como meio para combater a emigração clandestina, em 1855, publicou-se a lei de 20 de julho, – composta por treze artigos –, que visava principalmente impedir os abusos dos capitães e a proliferação deste fenómeno. No artigo 12º, o texto expressava nitidamente conter uma natureza “repressiva da emigração clandestina”. Assim, estabelecia que as autoridades competentes obrigassem os comandantes das embarcações mercantes (nacionais ou internacionais) a apresentar a relação dos passageiros, com a respetiva documentação dos emigrantes à saída e à entrada dos portos. Desta forma, a lei de 1855 foi a primeira lei do regime constitucional português que procurou travar a emigração clandestina, e aquela que vigorou para a segunda metade do século XIX, cobrindo, assim, os anos que dizem respeito ao nosso trabalho.

Foi ainda publicada em 1877, a carta de lei de 28 de março, a qual, porém, não veio por em causa o essencial do conteúdo do diploma de 1855.

Defendia-se, então, que a legislação portuguesa devia ter por base, para além da liberdade de emigrar, a proteção efetiva e estável, tanto do emigrante como da sua família, a melhoria constante das condições económicas, bem como a alfabetização dos que pretendiam sair do país.

A emigração portuguesa para o Brasil (1876-1879)

A emigração, particularmente tendo o Brasil como destino, é um fenómeno estrutural da história contemporânea portuguesa. Pode ser encarada como resultado do baixo nível de vida da generalidade da população que, por sua vez, resulta de um crescimento económico lento, evidenciado pela fraca industrialização portuguesa do século XIX, sendo as atividades agrárias predominantes em Portugal. O Brasil foi desde sempre, antes e depois da sua independência, o destino preferencial dos emigrantes portugueses. Expandiu-se a noção de que ali se encontravam oportunidades raras de enriquecimento fácil, rápido e inigualável.

Esta emigração vai conhecer um significativo impulso nas últimas décadas do século XIX, fenómeno que devemos integrar na grande emigração europeia para as Américas, que se desenvolve, grosso modo, entre 1870 e 1930, incentivadas pela longa depressão europeia de 1873-1895, desencadeada pela concorrência da agricultura dos EUA e a revolução nos transportes, e travada com a crise de 1929, de origem americana, que desacelera o movimento migratório por alguns anos e, embora não o tendo interrompido, constitui o final de uma época, que as medidas restritivas dos anos de 1920 já anunciavam.²

Como é facilmente perceptível através da observação do gráfico nº 1, podemos dividir a evolução do movimento migratório português, em três períodos distintos: o primeiro, assinalado por um

1 COSTA, Afonso. *Estudos de economia nacional: o problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

2 PEREIRA, Miriam Halpern. “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. *População e Sociedade*, nº 14, Parte 1, p. 41-50. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007.

decréscimo generalizado do fluxo emigratório que vai, grosso modo de 1855-1870; o segundo, caracterizado por um aumento verdadeiramente acentuado, que vai desde 1871-1887, apesar da quebra que se regista nos anos de 1876-1879; e o último, de 1888-1900, caracterizado pelo pico mais elevado da emigração portuguesa do século XIX. O Brasil e os Estados Unidos da América, destinos dominantes, funcionam como espaços de referência.

Em finais do século XIX, e de acordo com Joel Serrão,³ 684.962 portugueses saíram do país à procura de melhores condições de vida. Este número demonstra a intensidade que a emigração portuguesa neste período conheceu.

No que diz respeito aos nossos anos, assistimos a um decréscimo do fluxo migratório, quando comparado com os anos anteriores, decréscimo esse que rapidamente é ultrapassado de 1879 em diante.

Relativamente ao universo que nos ocupa, e analisando os resultados, é-nos possível verificar que, entre 1876 e 1879, 10 681 impetrantes requereram passaporte junto do Governo Civil do Porto. Visto que neste período registamos 1 751 acompanhantes, verificamos que do total de emigrantes com destino ao Brasil (12 432), 85,92% eram titulares de passaporte, enquanto que os acompanhantes correspondem apenas a 14,08% daquele valor (gráfico nº 2).

De acordo com Joel Serrão,⁴ nos anos de 1876 a 1879 assinalam-se 45 213 emigrantes, sendo que 22 296 (49,31%) escolhem o Brasil como destino.⁵

O levantamento realizado por nós neste estudo, de 12 432 emigrantes (10 681 titulares de passaportes e 1751 acompanhantes) corresponde, portanto, a 29,49% do total da emigração portuguesa neste período e a 55,76% no que diz respeito aos efetivos migratórios nacionais para o Brasil (quadro nº 1). Analisando os resultados foi-nos possível verificar que a emigração pelo distrito do Porto acompanha o movimento migratório português no período considerado, no que respeita à continuidade do histórico e tradicional fluxo para terras brasileiras, que regista quantitativos muito superiores face aos demais destinos, mantendo-se como destino de eleição dos portugueses.

Ao mesmo tempo, podemos observar que a emigração para o Brasil, em termos nacionais, nunca se situou abaixo dos 40% do total da emigração por ano, ao passo que, considerando o total da emigração nacional neste período, de 1876 a 1879, a emigração para o Brasil representa mais de 49% do seu total. No caso da emigração registada pelo Governo Civil do Porto, a emigração para o Brasil representa mais de 85% do total da emigração por ano, e mais de 93% quando quantificado o total da emigração saída pelo distrito do Porto no período compreendido entre 1876 e 1879.

Em termos representativos, verifica-se então que, entre 1876 e 1879, a emigração registada pelo Governo Civil do Porto representou mais de 25% da emigração nacional. No que respeita à emigração para o Brasil, o distrito do Porto contribuiu com mais de 55% da totalidade de indivíduos que abandonaram o país com este destino, tendo mesmo ultrapassado os 62% no ano de 1879.

3 SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

4 *Ibidem*.

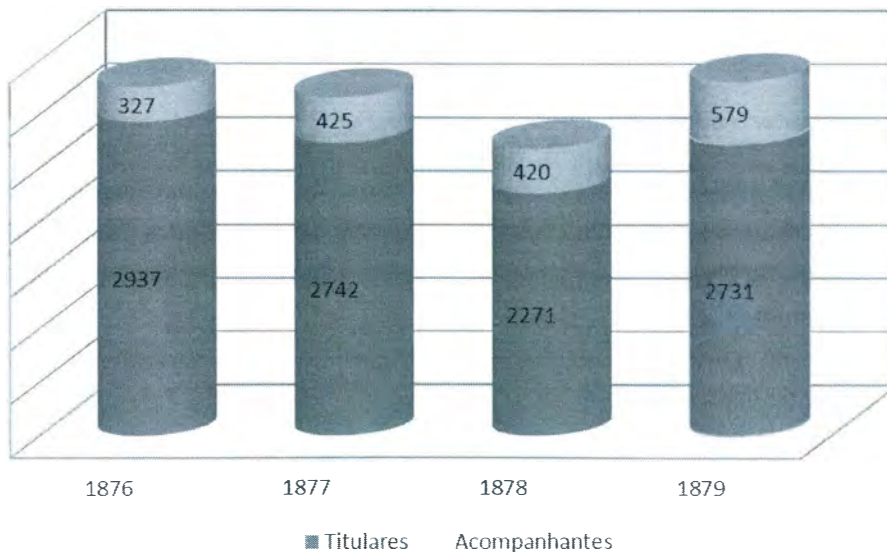
5 *Ibidem*.

É importante realçar que o Brasil, no âmbito da emigração transatlântica, nesse período, representa 99,50% do total da emigração registada pelo Governo Civil do Porto para o continente americano (gráfico nº 3).

GRÁFICO 1. Distribuição da emigração legal portuguesa (1855-1900)



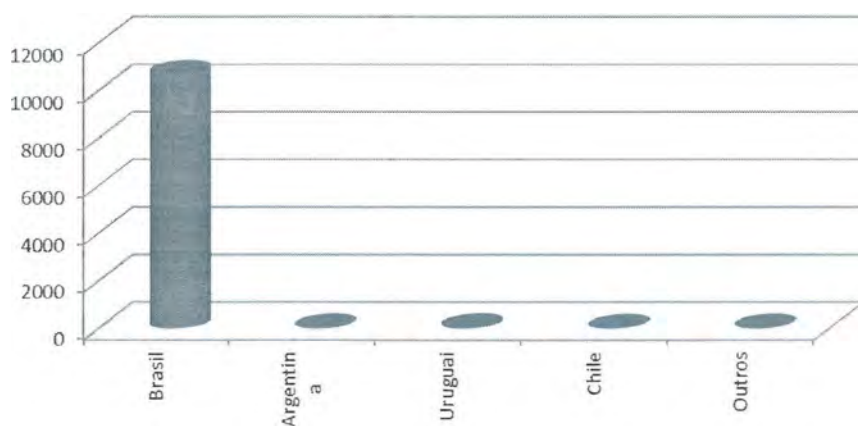
GRÁFICO 2. Distribuição anual dos emigrantes com destino ao Brasil, por titulares e acompanhantes (1876-1879)



QUADRO 1. Distribuição dos efetivos migratórios nacionais comparados com o volume dos efetivos migratórios registados no Governo Civil do Porto (1876-1879)

Ano	Emigração Nacional			Emigração Registada no Governo Civil do Porto				
	Total	Com destino ao Brasil	%	Total	Com destino ao Brasil	%	% do Total Nacional	% do Total Nacional com destino ao Brasil
1876	11 027	6 163	55,89	3 424	3 264	95,33	31,05	52,96
1877	11 054	5 907	53,44	3 390	3 167	93,42	30,67	53,61
1878	9 925	4 957	49,94	3 029	2 691	88,84	30,52	54,29
1879	13 207	5 269	39,89	3 491	3 310	94,82	26,43	62,82
Total	45 213	22 296	49,31	13 334	12 432	93,24	29,49	55,76

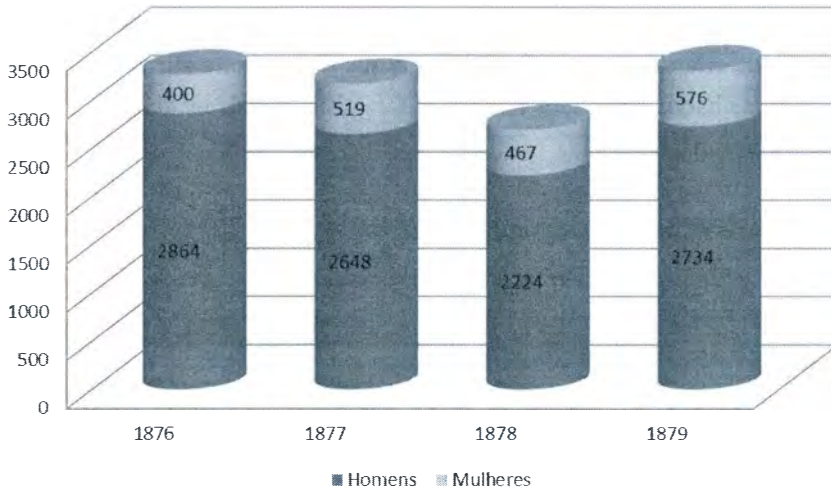
GRÁFICO 3. Distribuição dos efetivos migratórios registados no Governo Civil do Porto no âmbito da emigração transatlântica (1876-1879)



Quanto à distribuição anual dos emigrantes com destino ao Brasil, por género, verificamos que 9 703 (84,22 % dos titulares) são do sexo masculino, e apenas 978 (15,78 % dos titulares) são do sexo feminino. O número de titulares do sexo masculino corresponde, em cada ano, quase ao triplo dos titulares do sexo feminino (gráfico nº 4).

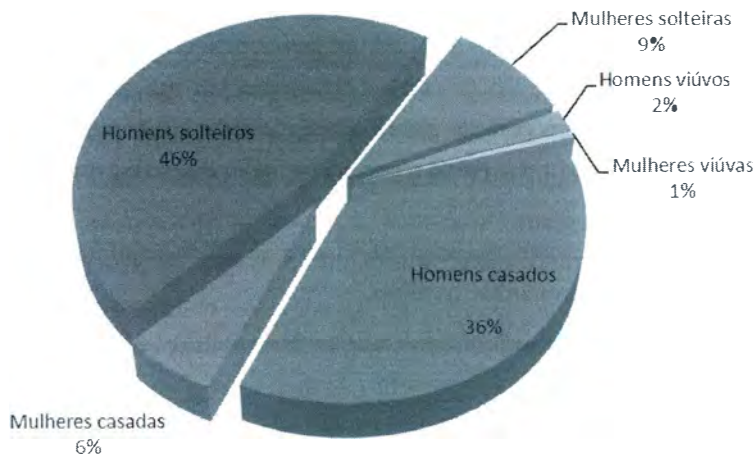
Esta redução no número de mulheres, para além das restrições jurídicas já previstas na lei portuguesa, parece ter ficado a dever-se também, à situação internacional. Por outro lado, é curioso verificar que o número inferior de mulheres permite-nos afirmar que a emigração neste período é marcadamente masculina.

Verificamos, igualmente que, quando as mulheres viajam, o número de acompanhantes é mais elevado, pelo simples fato de que, neste caso, as mulheres levavam consigo os seus filhos, tratando-se assim de uma emigração familiar.

GRÁFICO 4. Distribuição anual dos emigrantes com destino ao Brasil, por género (1876-1879)

Ao analisarmos a distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto, por estado civil (gráfico nº 5), vemos que o estado civil “solteiro” ocupa a maior fatia dos emigrantes (46%), ultrapassando em 10% o número de casados, sendo que a importância dos solteiros e dos viúvos é ainda pouco significativa. Assim sendo, e cruzando os dados com a distribuição por género, verificamos claramente que o grupo de emigrantes mais volumoso era, de fato, constituído por homens solteiros.

De acordo com o levantamento das fontes documentais, registamos, quanto aos titulares de passaportes 5 712 solteiros, 4 487 casados e 239 viúvos.

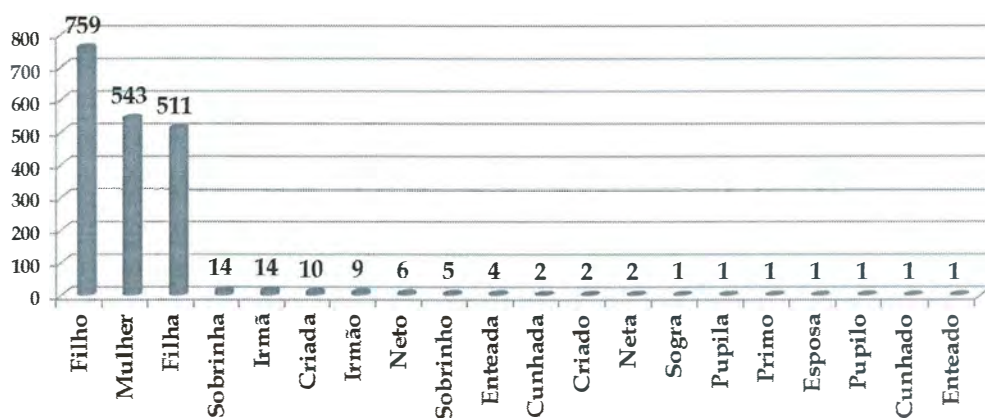
GRÁFICO 5. Distribuição anual dos emigrantes com destino ao Brasil, por estado civil (1876-1879)

Quanto aos acompanhantes dos titulares de passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, importa desde já dizer que ao falarmos de acompanhantes, falamos essencialmente de filhos, uma vez que representam num total de 1270 acompanhantes, 67,27%, (40,20% quanto a crianças do sexo masculino e 27,07% de crianças do sexo feminino), o que nos permite afirmar que os pais viajavam cada vez mais acompanhados pelos seus respetivos filhos, em vez de os deixarem em Portugal para um reencontro cada vez mais tardio.

As mulheres dos titulares de passaporte, em número de 543, representam 28,76% do total dos acompanhantes, a confirmar que, nestes anos, a emigração familiar era já bastante significativa. Se somarmos as mulheres e filhos acompanhantes, este universo representa 96,03% do total de acompanhantes.

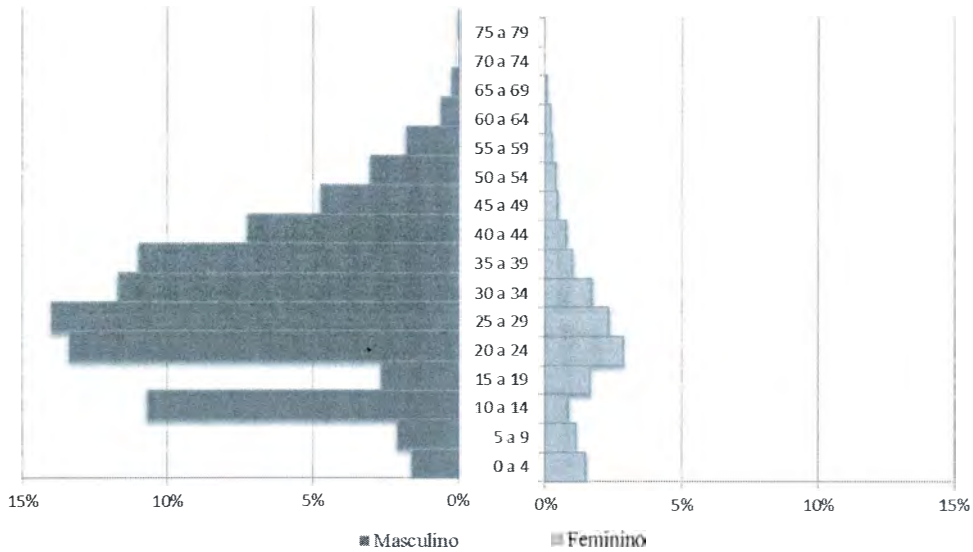
Os restantes 4% estavam repartidos entre sobrinhas, irmãs, criadas, irmãos, netos, sobrinhos etc. não ocupando, por isso grande expressão.

Gráfico 6. Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por grau de parentesco (1876-1879)



No que respeita à distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários, a emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil, tal como a emigração portuguesa em geral, revela-se predominantemente masculina, com exceção do grupo dos 10-14 anos integrado no número de acompanhantes, situa-se entre os 20 e 40 anos, (58%) atingindo o maior relevo o grupo etário dos 25-29 anos (gráfico nº 7).

A partir dos 60 anos o número de emigrantes reduz-se substancialmente, pressupondo que os mais idosos vão sobretudo a acompanhar os filhos.

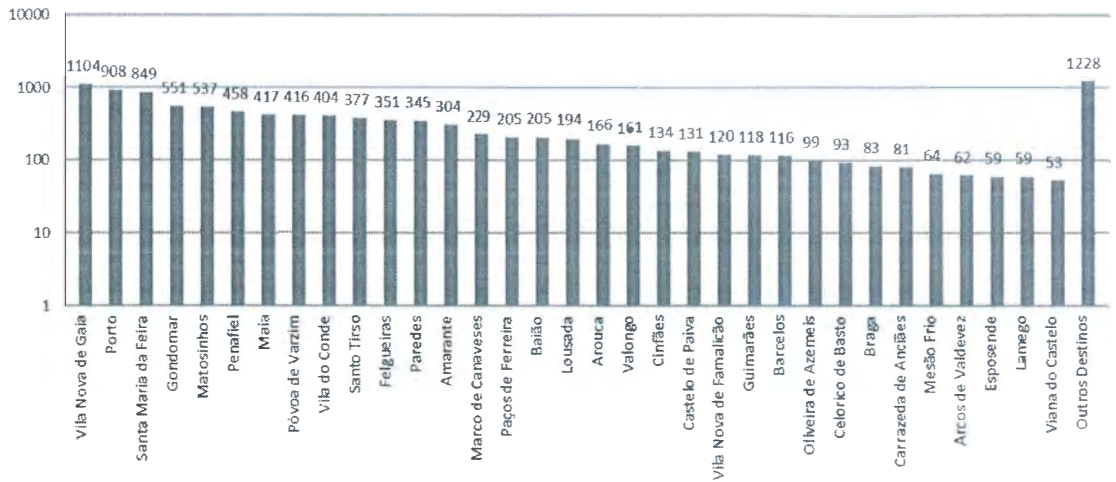
GRÁFICO 7. Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por grupos etários (1876-1879)

Quando analisamos os concelhos de naturalidade dos titulares de passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, verificamos que a maioria esmagadora pertence ao distrito do Porto e em segundo plano aos distritos do Norte de Portugal. Em geral, os requerentes declaravam o distrito do Porto como a sua área de naturalidade ou residência, visto que as normas legais estabeleciam que a solicitação do passaporte deveria ser feita no Governo Civil da naturalidade ou residência do imigrante.

Nesta análise considerámos apenas os titulares de passaporte, não contemplando os acompanhantes, (a naturalidade destes não consta nos registos de passaportes), mesmo sabendo que a maioria dos acompanhantes, por pertencerem, como já vimos, à família dos titulares de passaporte, tinham a mesma naturalidade dos titulares a que estavam agregados. Destacamos apenas os 33 concelhos de naturalidade mais representativos, por uma questão de leitura gráfica, pois correspondem a 88,51% da totalidade de emigrantes que requisitaram passaporte, demonstrando-se, assim, que estes municípios pertencem ao Norte de Portugal o que fundamenta um recrutamento de emigrantes da base regional.

No indicador “outros concelhos”, agrupamos dezenas de municípios, maioritariamente do Norte de Portugal, mas também de outras regiões do país. A grande maioria destes concelhos apresenta muito fraca representatividade, uma vez que mais de 90 apresentam menos de 10 emigrantes, e desses, cerca de 40 apresentam apenas um emigrante, embora, no seu todo, assumam 11,50% da totalidade de titulares de passaportes.

Através da observação do gráfico nº 8, na qual optámos por utilizar uma escala logarítmica de base 10, dada a discrepância entre o valor mais elevado e os restantes e para que fosse perceptível a respetiva análise comparativa, constatamos que é extraordinária a presença dos mais variados concelhos do Norte de Portugal nos registos de passaportes que pesquisámos.

GRÁFICO 8. Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por naturalidade (1876-1879)

Analizada que está a proveniência dos emigrantes que requisitaram passaporte no Governo Civil do Porto para o Brasil, centremo-nos agora na sua classificação socioprofissional, tendo em atenção que não dispomos de informação quanto à profissão de 1601 emigrantes (gráfico nº 9). Em primeiro lugar, torna-se indispensável referir que existe um elenco muito extenso de denominações das atividades socioprofissionais dos emigrantes registados, a revelar que a atração pelo fenómeno migratório constituía uma realidade transversal às mais diversas profissões.

Desta forma, optámos por reduzir as designações socioprofissionais dos titulares de passaporte às 30 mais representativas, comprovando precisamente a grande variedade a nível da distribuição socioprofissional, não tão enraizada às tarefas agrícolas e mais dispersa. A designação com maior representatividade é a de negociante, com um total de 1 753 pessoas, pois são, os que têm mais peso na emigração registada pelo Governo Civil do Porto, representando 15,31% do total.

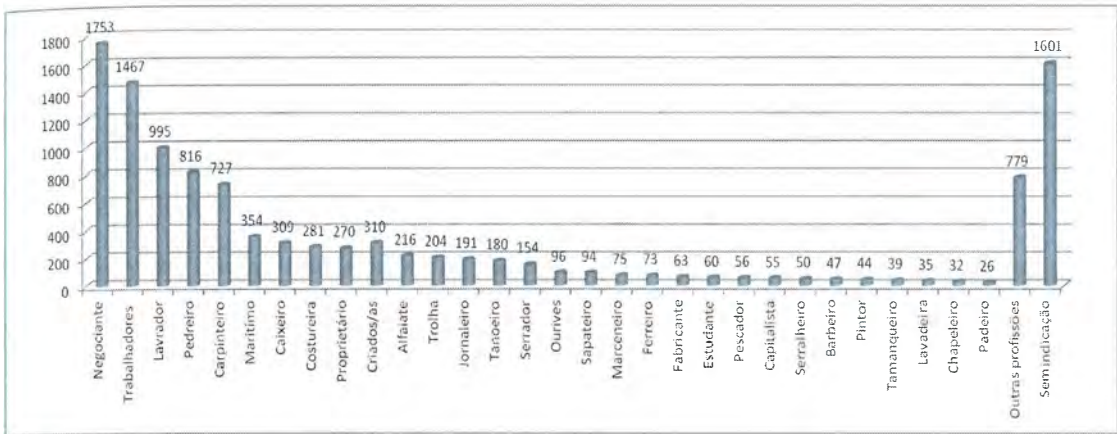
Contudo, devemos ter em atenção que, se atendermos ao número de lavradores e jornaleiros e aos trabalhadores referidos, que representam 12,81% do total de emigrantes, e se os considerarmos como oriundos do setor agrícola, então, este grupo será o mais significativo, o que corresponde aquilo que sabemos quanto à estrutura socioprofissional do país.

Nas fontes documentais consultadas surge apenas a referência a “trabalhador”, expressão que era usada para designar os indivíduos sem qualquer especialização, pois maioritariamente trabalhavam onde conseguissem emprego, regra geral, na terra.

É importante realçar que a maior parte da emigração registada através dos livros de registo de passaportes é, como vimos, proveniente de regiões do Norte de Portugal e não apenas da cidade do Porto. Ou seja, esses emigrantes eram originários de zonas rurais, onde a atividade predominante era a agricultura. Instalar-se-iam na zona urbanizada do Porto, para procurar novas oportunidades de trabalho, ou simplesmente deslocavam-se a esta cidade para fazerem o pedido de passaporte, uma vez

que a emissão de passaportes pertencia ao governador civil do Porto. O mais importante a reter é, pois a grande diversidade de profissões registadas, corroborando o que Nuno Simões, embora tratando de outra época que não a nossa, escreveu dizendo que os portugueses no Brasil se ocupavam “em todos os ramos da atividade”⁶

GRÁFICO 9. Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por profissões mais representativas (1876-1879)

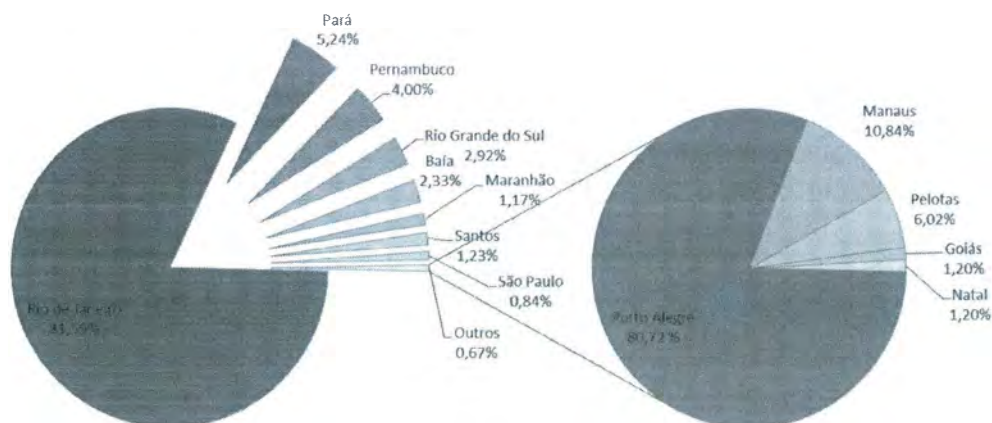


Relativamente ao destino dos emigrantes, verificamos desde logo que o porto de chegada privilegiado foi o Rio de Janeiro (gráfico nº 10), tendo este Estado, em princípio acolhido mais de 80% da população emigrante registada pelo distrito do Porto com destino ao Brasil, seguido do Pará como segundo destino mais significativo, embora bastante afastado da ímpar corrente para o Rio de Janeiro, acolhendo 5, 24% dos emigrantes. Estes foram principalmente os dois Estados mais favorecidos, já que mais de 86% do número de emigrantes registados neste período, se dirigiram para estes portos.

No entanto, não podemos esquecer que os valores apresentados nem sempre traduzem a realidade. É manifestamente difícil conhecer os trajetos individuais dos nossos emigrantes, após a chegada ao destino, pelo que estes dados refletem somente “a porta de entrada” dos emigrantes portugueses no Brasil, ou seja, tanto podiam acabar por se fixar nessas cidades portuárias, como podiam deslocar-se para outras regiões, à procura de uma oportunidade de trabalho.

No seguimento desta ideia, interessa também conceber que muitos teriam a verdadeira intenção, por um lado, não de se estabelecer nas cidades onde aportavam, mas procurar chegar, a partir dali, ao seu destino principal, prosseguindo em direção às localidades onde detinham um contrato de trabalho. Independentemente de o Rio de Janeiro e o Pará constituírem o destino onde mais emigrantes aportaram, são efetivamente, os respetivos Estados que, ainda hoje, se registam as comunidades de origem portuguesa mais numerosas.

6 SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, p. 37.

GRÁFICO 10. Distribuição dos emigrantes por destino no Brasil (1876-1879)

Conclusão

Em jeito de conclusão, o nosso trabalho procurou, neste sentido, dar um contributo rigoroso e original para o conhecimento da emigração portuguesa no século XIX com destino ao Brasil enquanto país que acolhia mais de 90% dos emigrantes do Norte de Portugal, permitindo-nos assim, conhecer com profundidade este fenómeno num período (1876-1879) em que se assiste a uma pequena redução do volume dos efetivos migratórios para o Brasil, que tem a ver porventura, com os anos anteriores, que se sucederam ao final da Guerra do Paraguai (1864-1870), em que a emigração portuguesa foi bastante elevada, e que vai ser retomada logo a partir de 1879, uma tendência crescente que se manterá até 1884.

Do estudo apresentado, é possível traçar o perfil do emigrante que partiu de Portugal para o Brasil entre 1876 e 1879. Trata-se, regra geral, de indivíduos do sexo masculino, sobretudo solteiros, com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos de idade, e que exerciam as mais variadas profissões, não podendo nós deixar de salientar o elevado número de negociantes e caixeiros, assim com o de pedreiros e carpinteiros, a demonstrar que, nestes anos, grande parte dos emigrantes portugueses para o Brasil não pertenciam ao mundo rural. Eram, quase sempre, naturais do distrito do Porto e tinham como destino de eleição o Rio de Janeiro e Belém do Pará, sem sabermos se partem servidos por estes portos, ou se, a partir daí, se deslocam para outras zonas do Brasil, em função da reunificação de núcleos familiares, de redes sociais consolidadas, ou simplesmente da oferta de trabalho.

De qualquer modo, consideramos estas conclusões como provisórias, a necessitarem de um estudo mais amplo para confirmarmos ou não os resultados a que chegamos.

Fontes

PORTUGAL. Arquivo Distrital do Porto. *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*. Livros 3309 a 3315 (7 volumes), 1935-1939.

PORTUGAL. *Movimento da população*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

RAMOS, Carlos Vieira. *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes*. Lisboa: Tipografia Adolfo de Mendonça, 1913.

SOUSA, Fernando *et al.* *O Arquivo do Governo Civil do Porto*. Porto: Governo Civil do Porto, 1988.

Bibliografia

ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Faperj, 2007.

BAGANHA, Maria Ioannis *et al* (orgs.). *Emigração e imigração em Portugal*. Algés: Fragmentos, 1993.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (coord.). *História do século XIX*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

COSTA, Afonso. *Estudos de economia nacional: o problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional”. In: SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

_____. “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. *População e Sociedade*, nº 14, Parte I. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007.

REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

REIS, Jaime. “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913”. *Análise Social*, Lisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nº 96, 1987.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

_____. (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

Casamentos de portugueses no arquivo da Paróquia Coração de Maria em Santos, no bairro de Vila Mathias (1915-1920)

Maria Aparecida Franco Pereira

Universidade Católica de Santos – Unisantos

A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, a economia do café dirige os destinos do Brasil, trazendo a riqueza ao país, principalmente no território da província e depois estado de São Paulo, que começava a sair de séculos de estagnação, pelo pequeno ciclo da cana-de-açúcar, no século XIX. Inúmeras levas de emigrantes chegaram ao Brasil em várias regiões, por vários motivos, e apadrinhados por política governamental.

A economia paulista no final do século XIX desenvolve-se com o concurso de imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e outros grupos, como os sírios, libaneses, alemães.

Numa abordagem em âmbito nacional, observam-se os principais grupos de imigrantes entrados no Brasil (1897-1930):

TABELA 1. Principais grupos de emigrantes – 1897-1930

	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Totais
1897-1903	995.620	305.582	193.607	-	1.654.830
1904-1914	212.063	412.607	343.617	15.543	1.085.849
1915-1918	17.647	41.897	31.539	9.728	111.648
1919-1930	116.319	337.723	91.776	75.382	945.284

Fonte: extraído de KLEIN, Herbert S. "A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX". *Análise Social*, XXVIII (121), 199, p. 243, quadro 1

À medida que o porto de Santos ia sendo construído, maiores eram as possibilidades de receber novos navios, vapores mais rápidos que traziam os imigrantes e levavam o café para a Europa e América do Norte. Santos já fazia par com o porto do Rio de Janeiro na entrada de estrangeiros no final do século XIX. Chegaram a Santos em maior e crescente quantidade os imigrantes europeus, principalmente em direção às lavouras do café do território paulista. Os lusos, entretanto, se

caracterizaram por sua fixação no meio urbano. Rio de Janeiro, São Paulo e Santos receberam grande quantidade de portugueses. No Rio de Janeiro (Distrito Federal) e em Santos foram o maior grupo emigrante e a mais antiga comunidade entre os estrangeiros.

A tabela abaixo mostra as ocupações dos portugueses que vieram para o Brasil em 1913:

TABELA 2. Ocupações de portugueses que partiram para o Brasil em 1913

Trabalhadores agrícolas sem terras	14.605	33,6%
Pescadores	252	0,6%
Trabalhadores artesanais	3.592	8,3%
Ocupações domésticas	1.539	3,5%
Totais	19.988	45,9%
Operários fabris	215	0,5
Artesãos	6.008	13,8
Trabalhadores dos transportes	512	1,2
Funcionários do comércio	1713	3,9
Totais	8.458	19,4%
Profissionais liberais	138	0,3%
Proprietários capitalistas	339	0,8%
Proprietários rurais	13.783	31,7%
Comerciantes	715	1,6%
Totais	15.057	34,6%
Sem profissão	20.832	3%
Sem indicação	3.541	-
TOTAL GERAL	67.876	100%

Fonte: SERRÃO, Joel (ed). *Dicionário Histórico de Portugal*. Apud KLEIN, Herbert S. *Op. cit.*, p. 250 (exceto tirado do quadro nº 6)

A mobilidade dos portugueses nas cidades é grande e a fama de trabalhadores e batalhadores tem tradição. Conseguem fazer poupança que mandam para seus familiares em Portugal. “Um artesão especializado no Brasil ganhava quatro vezes mais que em Portugal”¹

1 KLEIN, Herbert S. “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social*, xxviii (121), p. 264.

Destacamos aqui, neste texto, a imigração portuguesa em Santos. É o grupo estrangeiro mais importante, tornando-a, durante a primeira metade do século xx, uma cidade portuguesa.

São por demais conhecidos os motivos da emigração e preferência dos lusos pelo Brasil, principalmente dos distritos do litoral e interior do Norte, do Nordeste transmontano e das ilhas da Madeira e Açores.

Portugal registrou, no século xix, um intenso crescimento demográfico, que não foi acompanhado pelo crescimento econômico, capaz de sustentar a população. Diversos fatores, indicados por Klein, foram responsáveis por essa situação:

Graves problemas a nível da distribuição das terras afectaram a capacidade da agricultura nacional para se modernizar rapidamente, especialmente no Norte, uma região densamente povoada, onde predominavam os minifúndios. A principal exportação de Portugal, o vinho do Porto, tinha por base uma indústria de crescimento restrito e não podia compensar a incapacidade de crescimento da agricultura em geral. O sector industrial, com um ritmo de expansão lento, era objecto de uma protecção excessiva e relativamente ineficaz, mostrando-se, portanto, incapaz de compensar as deficiências da agricultura. Entretanto, a elevada taxa de natalidade [ligeiramente superior a 30% (30 mil)] e a diminuição gradual da taxa de mortalidade (ligeiramente superior a 20%) asseguravam um crescimento rápido da população portuguesa.²

Nas duas últimas décadas do século xix notavam-se já transformações de modernização mais substanciais na cidade de Santos. Com início das obras do cais de pedra em 1889, a municipalidade nomeou nesse ano médicos e engenheiros que atuavam nos trabalhos de instalação da rede de esgotos; providenciou a cobertura dos ribeirinhos que atravessavam a cidade, inundando-a frequentemente; e a organização do serviço sanitário e da limpeza pública. Como as epidemias continuaram assustando a cidade, em certos meses e em diversos anos, constrói-se o Hospital do Isolamento, e planeja-se a destruição de cortiços, habitações coletivas de trabalhadores e operários. A proclamação do novo regime de governo (1889) dinamiza a cidade com a presença de jovens republicanos e a autonomia política.

A população santista aumenta dia a dia. Em 1890 são mais de 20.000 habitantes. A cidade abriga os mais variados tipos de população. Na década de 1880 recebeu escravos foragidos das fazendas paulistas, em movimentos alimentados pelos abolicionistas, formando os quilombos do Jabaquara e do Pai Felipe. Atraídos pela riqueza do comércio do café e pelas inúmeras oportunidades de trabalho, à cidade vêm nacionais, tanto das regiões vizinhas do litoral e do interior paulista como de vários estados brasileiros, inclusive do Nordeste.

Uma amostra dessa realidade de convivência pode ser percebida na foto a seguir:

2 *Ibidem*, p. 235.



Figura 1. Empório Sul Riograndense – 1902.

Fonte: Novo Milênio – www.novomilenio.com.br

O Censo de 1913 mostra a composição da população santista:

População urbana	71.236
População rural	17.731
Total	<u>88.967</u>

A população estrangeira (principais grupos) consistia em 44% da população:

Portugueses:	23.055	(14.985 h	8.069 m)
Espanhóis:	8.343	(4.828 h	3.515 m)
Italianos:	3.554	(2.066 h	1.488 m)

Japoneses 651

Outros: turcos/sírios, alemães etc.

Levantamento de atividades dos Santistas em que estão englobados os portugueses:

Empregados do comércio:	1.307
Negociantes:	920
Capitalista e proprietários:	119
Operários braçais:	10.118
Atividades industriais:	976
Serviços domésticos:	3.515

Fonte: Recensamento da cidade e município de Santos 1913, Prefeitura Municipal de Santos.

Muitos portugueses que chegavam se fixavam na cidade onde já havia, desde o século XIX, uma tradição de comércio luso, tanto de exportadores como de importadores.

Os portugueses em Santos formavam vários tipos de grupos. De um lado, comerciantes abastados, comissários e exportadores, importadores, atacadistas e retalhistas, proprietários, capitalistas. Residentes há muitos anos na cidade, são pessoas de projeção na sociedade santista, na colônia portuguesa, com presença atuante na Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1859. Alguns são pequenos capitalistas e comerciantes ou pequenos proprietários que emigram do meio rural, trazem capital seu. Outros têm familiares ou conterrâneos já estabelecidos em Santos,

[...] o próprio contato no país de destino do potencial emigrante facilitava parcialmente ou mesmo financiava integralmente sua viagem. Este podia ser um parente (é muito comum, por exemplo, tios chamando sobrinhos, ou irmãos chamando irmãos) ou um conhecido já instalado na região de destino, que buscava convencer indivíduos à imigração.³

Por outro lado, havia o grande grupo dos portugueses pobres que vinham ao Brasil em busca de melhores condições de vida. Também com grande capacidade de trabalho, de persistência nos seus objetivos, de poupança, muitos conseguiram se tornar pequenos proprietários nos negócios comerciais em Santos, juntar algumas economias e mandar para os seus em Portugal.

Em outros ocasiões, emigra-se ainda jovem, quando os entusiasmos (e provavelmente as ilusões) são maiores e, sobretudo, quando se avalia que os potenciais benefícios advindos da emigração poderão ainda ser usufruídos, justamente porque se estima ter muitos anos de vida pela frente.⁴

Muitos portugueses vêm sozinho, deixando a família em Portugal, “para sondar oportunidades e enfrentar o período mais crítico de adaptação à nova terra”⁵ Vão enviando remessas de dinheiro para os familiares que aos poucos vão se juntar ao chefe de família pioneiro. É a emigração em cadeia, segundo classificação de Truzzi,⁶ tomada de Charles Tilly: migração “em cadeia, que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino”.

Vejamos na documentação de um pedido de passaporte⁷ a carta:

3 TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: LAINA, Ana Lúcia Duarte *et al* (orgs.). *São Paulo: os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 23.

4 *Ibidem*, p. 24.

5 *Ibidem*, p. 24.

6 *Ibidem*, p. 20.

7 Processo n. 1623, caixa 48, Torre do Tombo, Lisboa.

Campinas, 8 de abril de 1895.

Minha querida Maria,

Saúde e felicidade é do coração te deseja o teu José e á minha Emmasinha, e teus primos a que em muito me recomendarás.

Eu vou andando como Deus é servido. Maria ahi te remeto 25:000\$, custaram-me 115:000\$ já vês que é quaze impossível poder para ahi mandar-se di-º.

Eu vou escrever a um primo meu que está para vir para Campinas para ver se tu vens com elle, pois tu ahi, eu aqui não convém, aqui é tudo caro, tudo tenho que pagar. Conforme o meu primo te escrever, responde-me logo egualmente a dar-me parte se recebeste o di.º

Dá beijinhos, abraços na Emmasinha.

Felizes festas a todos.

Teu marido do coração

José Rodrigues Pinho

A viagem de Maria do Nascimento Gaspar Pinho, “para a companhia de seu marido”, se concretiza. Em documento (de 13 de agosto de 1895), há a informação. Ela está com 22 anos e sua filha Emma, com 4. É natural da freguesia de Carcavellos. Casou-se com José, comerciante, em 27 de dezembro de 1890. Ele é natural da freguesia de Ancaia, Concelho de Castanheda, diocese de Coimbra, nascido em 1866, e morador, na época do casamento, da freguesia de Carcavellos, Concelho de Oeiras.

Os imigrantes encontraram na cidade em construção possibilidade de muito trabalho. A dificuldade para a construção do porto foi muito grande, exigindo mão de obra, apelando-se para a contratação de nordestinos, sergipanos, inicialmente. As condições sanitárias da cidade, assolada pelas epidemias, fazem com que governadores dessas regiões impeçam a saída de nacionais para trabalhar em Santos.⁸ A partir da década de 1870 e principalmente com inicio da construção do porto em 1889 os portugueses chegavam em levas significativas. As dificuldades técnicas e de condições de moradia e de insalubridade ocasionavam mobilidade no emprego a ponto da Cia. Docas ser considerada uma verdadeira escola, pois admitia trabalhadores sem grande habilidade, onde tinham que ser ensinados e, pelas condições adversas, deslocavam para outras atividades. Sabe-se que também vieram portugueses com alguma qualificação nos ofícios. Na primeira relação do pagamento dos trabalhadores das Docas na construção inicial do cais de pedra constam pedreiros, pintores, carpinteiros, maquinistas, foquistas, caldeireiros cavoqueiros, aplainadores, manobreiros, funileiros, serralheiros, britadores, ajustadores, guarda freios, mas há quantidade enorme com a designação de “trabalhadores” e serventes. A permanência de alguns, no emprego, era de poucos dias.

8 GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do Mar. Trabalhadores do Porto: movimento operário e cultura urbana em Santos (1889-1914)*. São Paulo: Editora Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992, p. 20.



Figuras 2 (c.1902) e **3** (c. 1890): trabalhadores nas atividades do transporte do café no Porto de Santos

Fonte: *O café – uma moeda forte para o país*. Coleção Folha – Fotos antigas do Brasil, vol.16 p. 56 e p. 49

A ferrovia São Paulo Railway (inaugurada em 1867) trouxe em grande quantidade a produção cafeeira do interior paulista, aumentando o trânsito das ruas da cidade, o número de suas carroças (Cidade dos carroceiros), impulsionando a construção do cais de pedra, ampliando as áreas povoadas da cidade, a partir de um projeto de urbanização de alargamento de ruas, praças, calçamentos, formando-se novos caminhos e novos bairros e alcançando a barra (praia).O número de trabalhadores da construção é grande e sua organização em associação é uma das mais fortes. Paulatinamente a cidade desenvolve seu projeto de sanitarismo. Em 1912, as epidemias já estão vencidas e a eletrificação manifesta-se nas casas, nas ruas e nos transportes. A cidade vence o seu epíteto de *città maledeta*. Os portugueses vão encontrar trabalho e morada nos bairros de Macuco e Vila Mathias.

Assim os portugueses empregavam-se nas principais empresas de serviços, juntamente com outros estrangeiros e naturais do país: Cia Docas de Santos, desde 1889, na construção do porto, na extração de pedras no Jabaquara, na estiva O primeiro trecho construído foi o do Valongo (Estação Ferroviária) à Alfandega, 260 metros de cais inaugurado em 1892. Daí até o Bairro do Paquetá e depois até Outeirinhos no Macuco, num total de 4.720m em 1909, com melhoramentos entre outros, 25 armazéns internos, 15 externos e 38.300 m de linhas férreas. O movimento portuário atraía pela grande possibilidade de serviços: estiva, marinheiros, docas, carroceiros trabalhadores em armazéns de café, ensacadores. Os imigrantes encontravam emprego também nas primeiras empresas de transportes (bondes, carroças); na Caieira do Paquetá ; na Cia. Melhoramentos da Cidade de Santos; na S. Paulo Railway ; na Cia. City of Santos Improvements Co. Ltd.(responsável pelos serviços de circulação dos bondes, da água e da eletricidade, a partir 1880); como motorneiro, cobrador, fiscal;na Cia. Santista de Tecelagem de sacos de aniagem para o café (crianças e mulheres); na Cia Leoneza de derivados de

Banana; (1904), na Estrada de Ferro Santos Juquiá(iniciada por um grupo inglês em 1910, em direção ao litoral sul a Southern São Paulo Railway), que antecedeu a Estrada de Ferro Sorocabana, para escoamento da produção agrícola do litoral Sul para o porto santista.

A Cia. União dos Transportes tinha portugueses como empregados. A relação a seguir é uma amostra real de atividades:⁹

Antonio dos Santos Ferreira, nascido a 2 de novembro de 1880, filho de Gaspar Augusto Ferreira e Maria de Jesus Monteiro, natural de Taboança, Pt., casado, residente no Morro do Pacheco. Foi admitido como *carroceiro* em 16 de setembro de 1913.

Antonio Pinto de Carvalho, nascido a 25 de dezembro de 1866, natural de S. Marinha Zezere, filho de João Pinto de Carvalho e de Leonor da Conceição, viúvo, *ajudante de ferreiro*, residente à av. Liberdade, 220. Chegou a Santos em janeiro de 1885. Foi admitido em 1 janeiro de 1915.

Dionysio Miranda, nascido em 15 de junho de 1879, em Pt., Filho de José Pinto e Anna de Miranda, Solteiro, *carroceiro*, residente à rua S. Bento n.23.admitido em 1 de junho de 1912.

João Romão da Costa, nascido em 22 de junho de 1869, em Pt, filho de Romão da Costa e Emilia Maria de Jesus, casado, *carroceiro*, admitido em 1 de julho de 1912.

João Francisco, nascido em Pt., 12 de dezembro de 1871, filho de Francisco da Cruz e Felesmina Maria, casado, *carroceiro*, residente na rua Visconde. de S. Leopoldo 375., Admitido em 1 de julho de 1912.

Numa relação de portugueses, presos por ocasião de uma greve em Santos, em outubro de 1909, são *padeiros*: José Lopes da Fonseca, 20 anos; João C, 23 anos; José Francisco Costa Correa, 23 anos, solteiro; Joaquim Nogueira, 25 anos; solteiro; Manoel da Ressurreição, 21 anos, solteiro; José Ferreira, 25 anos, casado; Germano Marques, 30 anos, casado; Antonio Rodrigues, 26 anos, solteiro; Manoel Ribeiro, 33 anos, solteiro; Carlos Costa, 22 anos, solteiro. São *pedreiros*: José Maria Jorge, 35 anos; Manoel da Silva, 18 anos, solteiro. São *carpinteiros*: João Pereira, 23 anos, solteiro; José Posnço (?), 21 anos, solteiro; João Carvalho Madeira, 53 anos, casado; Eduardo Alves da Silva, 25 anos, solteiro; Alfredo Lopes, 23 anos, solteiro; José Ferreira, 63 anos, viúvo. Manoel Vieira da Luz, 23 anos, solteiro, é *manobrista*; Adelino Rosas, 33 anos, casado, *calceteiro*; Antonio Simões Escada, 33 anos, solteiro, *pintor*; Bernardino Fernandes, 23 anos, solteiro, *carroceiro*; Ido Gomes da Silva, 20 anos, solteiro, *ferreiro*; Francisco Fernandes, 31 anos, *forneiro*.

Portanto, os lusos são artesãos, trabalhadores em transporte e no comércio, na construção do porto, obras publicas de urbanização (arruamento, abertura de ruas, praças, canais) e na construção civil; donos de casa de aluguel, bares, restaurantes, botequins etc.

Como vamos estudar as relações de casamento entre os lusos, é importante termos presente a composição do grupo de emigrantes que chegaram ao porto.

9 Cf. Livro de Registro de Empregados da Cia. União dos Transportes de Santos, 1912-1938.

TABELA 3. Características dos principais grupos de imigrantes que chegaram ao porto de Santos, 1906-1936

		Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Total
População total		202.749	275.257	209.282	176.775	1.222.282
Número de famílias		28.374	35.044	33.955	31.412	174.928
Porcentagem de imigrantes sem família		42	53	18	5	37
Idades	Porcentagem com mais de 12 anos	78	81	68	70	77
	Porcentagem com 7-12 anos	8	7	12	11	8
	Porcentagem com menos de 7 anos	14	12	20	19	15
Proporção entre sexos		183	212	146	128	176
Est. civil	Porcentagem de casados	42	43	37	42	39
	Porcentagem de solteiros	55	55	60	56	58
	Porcentagem de viúvos	3	2	3	2	2
Analfabetos (porcentagem)*		32	52	65	10	34
Porcentagem de trabalhadores agrícolas		50	48	79	99	59

* Porcentagem de analfabetos entre a população de 7 anos ou mais.

Fonte: KLEIN, Herbert S. *Op. cit.*, quadro 3, p. 247.

Uma porcentagem grande de portugueses (53%) emigram sem família. Crianças com menos de 7 anos, 12%: significa, de modo geral, acompanhados de suas famílias.

Vêm casados 43%, solteiros 56%, viúvos 2% (observe-se que o espaço abrangido é de 30 anos). Leite¹⁰ refere-se a um terceiro grupo de emigrantes lusos que “embarcavam em grupos familiares”, ‘emigração de crises’.

Em especial os portugueses, selecionamos de uma tabela publicada:

TABELA 4. Idade e sexo de todos os emigrantes portugueses – 1900-1934, por quinquênio

Quinquênio	Total	Total de homens	Total de mulheres	Crianças*	Proporção total entre sexos	Porcentagem de crianças
1900-1904	116.044	84.509	31.535	24.189	268	20,8
1905-1909	191.929	147.490	44.439	35.131	332	18,3
1910-1914	291.429	204.459	86.970	59.992	235	20,6
1915-1919	108.281	65.797	42.484	20.360	155	18,8
1920-1924	199.056	152.927	46.129	13.769	332	6,9
1925-1929	167.283	128.547	38.736	9.605	332	5,7
1930-1934	51.515	35.689	15.826	4.639	226	9,0

* Indivíduos com menos de 14 anos até 1955; a partir deste ano, a definição de criança passou a abranger os indivíduos com menos de 15 anos.

Fonte: KLEIN, Herbert S. *Op. cit.*, excertos do quadro nº 4, p. 248

10 LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 194.

No período de 1915 a 1919, os imigrantes portugueses são 108.281 pessoas (65.797 h; 42.484 m; 20.360 crianças).

Sabe-se que os portugueses imigrantes, em sua maioria eram homens adultos, solteiros, poucos com esposas e filhos acompanhantes, na época da chegada a Santos.

Passamos, a partir deste trecho, a tratar de aspectos de casamento.

Casamentos de portugueses em Santos (1915-1920)

Dos 22.030 homens e mulheres portuguesas que casaram no período de 1907 a 1916, no Rio de Janeiro, 51% dos homens uniram-se com lusas, pois tinham a oferta de menos patricias; 84% das lusas casaram-se com homens portugueses.¹¹

No Rio de Janeiro (1907-1916) segundo informação de Klein;¹² fonte diretoria geral de saúde pública.

TABELA 5

Homens brasileiros com brasileiras	30.441
Com portugueses	1.030
Com italianas	211
Com espanholas	218
Outras	279
Total de casamentos	32.179

Homens portugueses com brasileiras	6.176
Com lusas	6.964
Com italianas	156
Espanholas	357
Outras	100
Total de casamentos	13.753

Homens espanhóis com espanholas	658
com brasileira	512
com portuguesa	169
com italiana	37
com outras	32
Total de casamentos	1.408

¹¹ KLEIN, Herbert S. *Op. cit.*, p. 251.

¹² *Ibidem*, p. 252.

Homens italianos com italiana	756
com brasileira	651
com portuguesas	73
com espanhola	30
com outras	28
Total de casamentos	1.547

Homens de outras etnias com outras	747
com brasileira	424
com portuguesa	41
com italiana	35
com espanhola	14
Total de casamentos	1261

Nova organização da tabela: a autora.

Privilegiamos neste estudo sobre os casamentos de portugueses em Santos, a Paróquia localizada em bairro operário, Coração de Maria, criada em 1915, na Vila Mathias que abrangia também o território do Macuco, bairro cujo desenvolvimento acompanhava a construção do porto e onde viviam também os portugueses. Até 1924, quando se tornou Diocese, Santos pertencia à Arquidiocese de São Paulo e, até 1915, a Matriz era a única paróquia. Em 1915, organizou-se a Paróquia do Imaculado Coração de Maria, com sede inicial na Capela Santa Cruz na rua Senador Feijó, Vila Mathias, que é transferida, em 17 de dezembro de 1927, para o templo de grandes dimensões, dirigida pelos padres espanhóis da Congregação dos Missionários Claretianos, na Av. Ana Costa, também na Vila Mathias, uma das vias mais importantes da cidade.

Nessa primeira etapa utilizamos o levantamento dos livros de Casamento (1915-1930) e de Batismo (1915-1916) da Paróquia Coração de Maria. No Livro de Casamento não se tem todos os dados (Residência-só paróquia), mas há nome, idade e naturalidade de ambos os nubentes; estado civil (solteiros; viúvo; vivendo sem contrato civil ou sacramental). No Livro de Batismo, consta onde os pais se casaram, se em Portugal ou no Brasil. Fizemos vinte tabelas desses dados e a título de exemplo, publicamos uma ficha preenchida de exemplo.

TABELA 6. Paróquia Coração de Maria/Santos – Livro de casamento nº 01 (1915 a 1919)

REF.	NOME	NACIONALIDADE	RESIDÊNCIA	IDADE	DATA DO CASAMENTO	LOCAL	OBSERVAÇÕES
Fl. 01 Cas. 01	Carlos Fonseca	Sta. Cimba da Seis, bispado da Guarda, PT	Rua Rangel Pestana, 67	25	19/08/1915	Matriz Provisória da Paróquia Imaculado Coração de Maria	Não receberam a Bênção Nupcial
	Ressurreição Alves	Sta. Cimba da Seis, bispado da Guarda, PT	Mesma rua	22			
Fl. 02 Cas. 04	Leonardo Maria Nicolau	Vila Auça, PT	Vila Mathias	24	04/09/1915	Matriz Provisória da Paróquia Imaculado Coração de Maria	Não receberam a Bênção Nupcial
	Christina Alvarez	Progo, Orense, ES	Vila Mathias	21			
Fl. 05 Cas. 09	Augusto Gomes Pereira	Parada d'Esther – Província do Vizeu, PT	Paróquia	21	02/10/1915	Imaculado Coração de Maria	Não receberam a Bênção Nupcial
	Anna de Jesus*	Santos, BR	Paróquia	18			
Fl. 05 Cas. 10	Antonio Dias	Santa Eufêmica, PT	Paróquia	26	09/10/1915	Matriz do Rosário de Santos	Não receberam a Bênção Nupcial
	Preciosa da Conceição	Santos, BR	Paróquia	17			
Fl. 06 Cas. 11	Antonio Joaquim de Sousa	Gindaia, PT	Paróquia	24	16/10/1915	Matriz Provisória da Paróquia Imaculado Coração de Maria	Não receberam a Bênção Nupcial
	Dina Nogueira Martins	Mellerosa, ESP	Paróquia	21			
Fl. 08 Cas. 16	Elias Domingos	Albite, PT	Paróquia	24	13/11/1915	Matriz Provisória (Capella Santa Cruz) da Paróquia Imaculado Coração de Maria	Não receberam a Bênção Nupcial
	Silvina Teixeira	Albite, PT	Paróquia	21			
Fl. 10 Cas. 19	Aristides Cabrera Correa da Cunha**	Braga, PT	Paróquia	25	20/11/1915	Oratório Particular	Não receberam a Bênção Nupcial
	Olga de Souza Murça***	Florença, IT	Paróquia	20			
Fl. 12 Cas. 23	Arthur Pereira	Coimbra, PT	Paróquia	26	18/12/1915	Matriz Provisória da Paróquia Imaculado Coração de Maria	Não receberam a Bênção Nupcial
	Anna de Jesus	Santos, BR	Paróquia	19			

*Pais portugueses: Domingos Bernardo da Silva e Maria Rosa /

**Filho de Gregório Carmelle Cabrera e Maria Amélia da Cunha Cabrera / O nubente é grande negociante em Santos.

***Filha de Quintana de Souza Murça e M. Josephina Di Ceste

Observações: Manteve-se, inicialmente a grafia encontrada, na coluna nacionalidade. A tabela 6 é a tabela 1 do conjunto levantado pela pesquisa.

Os dados sobre as uniões de portugueses podem ser resumidas nos seguintes números:

TABELA 7

• **PARÓQUIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. Livros de casamento: 1915-1920**

Nacionalidade		Números	Totais
Português	Portuguesa	58	102
Português	Brasileira	37	
Português	Espanhola	06	
Português	Italiana	01	
Portuguesa	Brasileiro	07	12
Português	Italiana	01	

• **PARÓQUIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. Livros de batismo: 1915-1916**

Nacionalidade	País	Totais	
Português com Portuguesa	Casados em Portugal	239	524
	Casados no Brasil	285	

• **PARÓQUIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. Livros de batismo: 1915-1916**

Nacionalidade	Totais
Português com Brasileira	96 (4 só civilmente)
Português com Espanhola	53 (5 só civilmente)
Português com Italiana	7
Português com Austríaca	1
Portuguesa com Brasileiro	27 (4 civilmente)
Portuguesa com Espanhol	09 (3 civilmente)
Portuguesa com Italiano	2
Portuguesa com Francês	1
Portuguesa com Paraguaio	1
Portuguesas sem casamento	49

Autoria: Maria Aparecida Franco Pereira

O total de casamentos de portugueses no período 1915-1916 é de 721. A endogamia é grande pois 524 casamentos são de português com portuguesa. Entretanto há variações, conforme as regiões do país em Belém, capital do Pará no período da borracha (1879-1912?), Cancela e Barroso¹³ observam: “Destacou-se maior numero de casamentos de portugueses com as mulheres nacionais

¹³ CANCELA, Cristina Donza; BARROSO, Daniel Souza. “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia: perfil demográfico, normas e redes sociais (Belém, 1891-1920)”. *História Unisinos*, 15 (1), jan./abr. 2011, p. 69.

em detrimento das conterrâneas, enquanto entre as mulheres lusas o casamento preferencial ocorreu com homens portugueses [...]

A questão dos casados “só civilmente” no Livro de Batismo, quando a Igreja Católica faz questão do casamento religioso, leva a crer (precisando de comprovação) que alguns portugueses podiam ser divorciados. A Lei do Divórcio (Decreto de 3 de novembro) data de 1910. Alguns motivos do divórcio (entre outros) levam a pensar nos afastamentos para o além-mar:

Abandono completo do domicílio conjugal por tempo não inferior a 3 anos (art.5)

Ausência, sem notícias do ausente por tempo não inferior a 4 anos (art.6)

Separação de fato por 10 anos consecutivos qualquer que seja o motivo da separação (art.8)

O número de portuguesas sem casamento (mães solteiras) em Santos, 49 num total de 529 casamentos entre portugueses corresponde a 9,3% desses casamentos.

A existência de filhos ilegítimos entre os imigrantes no Estado de São Paulo também era em menor escala, segundo dados de Klein.¹⁴ Entre 1906-1910 nos centros urbanos, com as mulheres portuguesas que tiveram filhos nesse período, a taxa de ilegítimos era maior que as das italianas e das espanholas.

Dos 500.000 nascimentos regulares, (1906-1910) 23.000 crianças eram filhos de portuguesas e a porcentagem total de 3,5% de filhos ilegítimos (espanholas 2,4 e italianas 2,7) Entre as brasileiras, 12,5%.

Considerações finais

Notamos que havia uma forte endogamia entre os portugueses em Santos. Do casamento com nacionais, resta-nos averiguar se as jovens eram filhas de casais lusos. A união com os italianos era quase nula, mesmo sabendo-se que eram um grupo muito pequeno na cidade.

O estudo de *gênero* suscita outras questões a serem vistas: a existência de mães solteiras levanta também o problema, se os filhos foram gerados em Portugal ou na cidade. Há alguma informação de que as famílias mandavam para o Brasil as moças “desafortunadas” para fugir à “vergonha”. Ou quando “emigravam com um filho pequeno” [...] “Não poderemos ver nesses simples registros os percurso de vidas que, depois de sofrido um desgosto de amor, viam na emigração uma oportunidade para recomeçar?”¹⁵

Este estudo necessita ampliar as pesquisas até 1930, abrangendo os livros de batismo. Motiva outras questões que devem ser buscadas com mais profundidade numa investigação muito maior: a

14 KLEIN, Herbert S. *Op. cit.*, p. 254-255.

15 LEITE, Joaquim da Costa. *Op. cit.*, p. 195.

questão das moradias, as relações entre os casais e entre as famílias portuguesas. Rosemberg¹⁶ mostra a trajetória de uma família portuguesa emigrada para Santos, ao estudar um processo (18/03/1888) sobre um incêndio. São referidos aqui apenas os dados que exemplificam as relações familiares dos irmãos Vasconcellos.

O português Manoel José Fernandes de Vasconcellos era proprietário do armazém de secos e molhados, denominado Aliança Commercial Luzitana, localizado à rua da Constituição, nº 87, esquina da rua General Câmara, no Centro, próximo ao porto. Esse armazém sofreu um incêndio e danificou, entre outros, um livro das contas correntes, um livro pequeno de assentamento, uma caderneta de fregueses; a quantia de 280 réis em cobres.

Manoel, o negociante proprietário, com 28 anos, sabendo ler e escrever, era casado com Amélia Francisca de Moraes, 18 anos, nascida no Brasil, natural de Campinas, analfabeta.

Com intenção de ilustrar sua desdita, Manoel Vasconcelos retratou de que maneira galgou os íngremes degraus sociais:¹⁷ quinze meses antes, quando deixou de ser empregado da padaria de Favot, na rua Gal. Câmara e comprou a casa comercial de Soares & Pires.

Durante o processo relatou desacordos com sua família vinda de Portugal, todos moradores na rua Senador Feijó, na estrada de Vila Mathias. Tinha desavenças com: sua irmã Ana Rita de Vasconcellos, casada com Manoel Fernandes, 37 anos, covoqueiro, analfabeto; com seu irmão Antonio José Fernandes que veio morar no armazém e, por questões de honra com sua mulher Amélia, foi para a casa de seu cunhado com outro cunhado de nome Antonio Fernandes, irmão de Manoel Fernandes, casado com sua irmã Margarida Rita de Vasconcellos, que reside em Portugal.

Por esse relato, pode-se observar questões de inimizades pela pobreza de portugueses. Por outro lado, a ascensão de um de seus membros.

A notícia de 9 de setembro de 1914 no jornal *A Tribuna* mostra a desdita de uma família portuguesa: Antonio Praça, português, 42 anos, casado, até poucos meses era proprietário do restaurante da rua General Câmara, 274. Nessa data suicidou-se à bala, mas antes mandou chamar seu irmão Alberto Praça, negociante estabelecido à rua da Constituição, 12.

Antonio Praça chegara de Portugal há 4 meses e sua esposa lá residia. Quantas questões podem ser levantadas desse episódio!

O tema das relações matrimoniais e familiares dos portugueses em Santos necessita de muitos estudos.

Fontes

LEI DO DIVÓRCIO. Decreto de 3 de novembro de 1910. Disponível em: <<http://www.laicidade.org/documentação/legislação-portuguesa/Portugal/republica-1910-1926-divorcio>>.

16 ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 100-103

17 *Ibidem*, p. 102.

PARÓQUIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, SANTOS

Livro de Batismos, nº 1 – 1915.

Livro de Batismos, nº 2 – 1916.

Livro de Casamentos, nº 1 – 1915-1919.

Livro de Casamentos, nº 2 – 1919-1922.

Bibliografia

- CANCELA, Cristina Donza; BARROSO, Daniel Souza. “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia: perfil demográfico, normas e redes sociais (Belém, 1891-1920)”. *História Unisinos*, 15 (1), jan./abr. 2011, p. 60-70.
- FARIA, Luiz Henrique Portela. *Vila Mathias em Santos, um pequeno Portugal*. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. “O café e a imigração em Santos”. In: PEREIRA, Maria Aparecida Franco (org.). *Santos, Café & História*. Santos: Leopoldianum, 1995, p. 41-54.
- GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do Mar. Trabalhadores do Porto: movimento operário e cultura urbana em Santos (1889-1914)*. São Paulo: Editora Unesp/ Prefeitura Municipal de Santos, 1992.
- KLEIN, Herbert S. “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social*, XXVIII (121), p. 235-265, 1993.
- LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 177-200.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco. “Portugueses no alto comércio santista no início da República Velha”. In: MATTOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & história: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008, p. 119-129.
- ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SILVA, Ivani Ribeiro da. *O movimento operário de Santos no início do século XX: o jornal como fonte documental histórica*. Dissertação (mestrado) – ECA/USP, São Paulo, 1992.
- TAVARES, Rodrigo Rodrigues. “Portugueses em Santos: história e identidade”. In: VALENTE, Heloisa (org.). *Canção d’Além Mar: o fado e a cidade de Santos*. Santos: Realejo, 2008, p. 17-35.
- TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte *et al* (orgs.). *São Paulo: os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 19-38.

● TRAJETÓRIAS ●

O historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo (1855-1933)

Ana Luiza Marques Bastos

Cátedra Jaime Cortesão/USP

... o objeto da maior parte de seus estudos fez dele um historiador luso-brasileiro.¹

JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO formou-se em Comércio pelo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em 1872, no ano seguinte emigrou para o Brasil, mais precisamente para o Pará, onde viveu por 27 anos. Veio, inicialmente, para trabalhar na empresa de exploração de borracha e navegação fluvial do tio, mas seu primeiro emprego foi na Livraria Tavares Cardoso, da qual tornou-se proprietário alguns anos mais tarde. Somente em 1885 assumiu os negócios da família, já casado com a prima Ana da Conceição Botelho. Nesse mesmo ano, naturalizou-se brasileiro.²

Ser caixeiro de livros aumentou sua cultura livresca e permitiu-lhe se aproximar dos temas históricos. No Pará, segundo o professor Falcon, dá-se a primeira fase da vida de João Lúcio de Azevedo: dividido entre as atividades comerciais e os estudos que vai publicando através de crônicas em periódicos paraenses. Esses primeiros trabalhos foram reunidos na obra *Estudos de história paraense*, publicada em 1893, posteriormente, ele organizou crônicas que havia escrito para o jornal A Província do Pará e as publicou sob o título *O livre Amazonas – vida nova*, em 1899.³

Embora dividido, mostrou-se bem sucedido em ambas as atividades, pois não só enriqueceu nas atividades comerciais, a ponto de poder voltar para Portugal em condições de dedicar-se exclusivamente aos estudos, quanto iniciou a série de pesquisas onde se revelam as duas questões que permeiam sua produção historiográfica: o papel dos jesuítas na colonização e a política de Pombal para a região do Grão-Pará e Maranhão.⁴ A ponto de ser aceito, dois anos depois da publicação das

1 SERRÃO, J. (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Verbetes AZEVEDO, João Lúcio (1855-1933). Porto: Figueirinhas, s/d, p. 264.

2 FALCON, F. C. "Prefácio". In: AZEVEDO, J. L. de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 7.

3 *Ibidem*, p. 8.

4 *Ibidem*, p. 8.

crônicas paraenses, em 1895, como sócio correspondente do IHGB por proposta do já então amigo José Veríssimo.

Em 1900, volta para Portugal, depois de vender sua parte na empresa da família. Antes de se fixar em Lisboa, completa sua formação com alguns anos de estada em Paris.⁵ Em 1901, publica *Os jesuítas no Grão-Pará*, em que apresenta a relação entre os colonos portugueses, os indígenas e os padres jesuítas durante a conquista e a colonização da região Amazônica. Estudo que veio pronto do Brasil.⁶ Nesse ponto vale pensar, ainda que brevemente, a trajetória do João Lúcio imigrante português e, por decorrência, tanto a posição que tomou diante das questões propriamente portuguesas da segunda metade do século XIX e início do XX, quanto os vínculos que conservou com o Brasil através de seus estudos e de alguns amigos.

Em “A emigração portuguesa para o Brasil”, Joel Serrão apresenta-nos as mudanças sofridas pelo padrão de emigração de portugueses para o Brasil ao longo do século XIX. Inicialmente, até a década de 1870, a emigração para o Brasil estava composta em geral por jovens do sexo masculino, que vinham recomendados a parentes para trabalhar no comércio. Nas palavras de Serrão: “Emigra-se na intenção de enriquecer depressa para regressar à Pátria, transformado em abastado ‘brasileiro’...?” Um modelo que vai se transformar por conta das novas necessidades de mão-de-obra no Brasil, pelas inovações nos meios de transporte (transoceânico e europeu) e pelas outras nacionalidades que vieram a participar do movimento migratório para a América (destacadamente italianos e alemães).

Nas últimas décadas do século XIX, mais precisamente ao longo de 1888, quando João Lúcio já estava no Brasil há 15 anos, J. P. de Oliveira Martins apresenta-nos o panorama da emigração portuguesa para o Brasil em artigos do jornal *O Repórter*. O objetivo de Oliveira Martins era trazer à luz a importância e o volume de pessoas envolvidas – migrantes e “engajadores” –, e a necessidade de se discutir uma política de Estado voltada para o controle do fluxo migratório. Cita como exemplo de política migratória, o projeto de lei italiano que buscava regulamentar os serviços de emigração a partir do princípio geral de que a emigração de europeus para a América é livre. No caso português, as considerações sobre o movimento migratório de massa precisavam ter por ponto de partida a sentença que ele redige no primeiro dos artigos, intitulado “A exportação de gente para o Brasil” (24-5-1888): “o nosso mercado monetário depende absolutamente do brasileiro, porque a nossa única grande indústria é a exportação de gente para o Brasil”.⁸ Integra-se, assim, a emigração para o Brasil à dinâmica econômica da nação portuguesa, quer como solução para a sobrevivência de muitos, quer como meio para o enriquecimento de alguns.

Os emigrantes portugueses (para nós brasileiros imigrantes) desse “modelo tradicional” permaneciam, sobretudo, nos centros urbanos brasileiros, integrados às redes comerciais de retalho

5 SERRÃO, J. (org.). *Op. cit.*, p. 264.

6 FACON, F. C. *Op. cit.*, p. 9.

7 SERRÃO, J. “A emigração portuguesa para o Brasil”, *Temas Oitocentistas 1*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, p. 170.

8 MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Repórter*, vol. II. Lisboa: Guimarães, 1957, p. 30-1, 43-4, 142-3, 156-8 e 271-2.

dominadas por seus patrícios. No caso do Pará, no quadro sobre as “Entradas e saídas de portugueses em Pará e Amazonas (1862-72)”, o volume de portugueses que retornaram à pátria mostra uma emigração próspera, nas tradicionais vias da “rápida abastança, alcançada mediante o ‘negócio’”⁹

Tendo emigrado para o Pará em 1873, com 18 anos, para trabalhar com o tio e recém-formado em comércio, João Lúcio de Azevedo vivenciou e praticou o que Joel Serrão chamou de “modelo tradicional” de emigrante português. Fazia parte daquela “gente” exportada pela pátria, como asseverara Oliveira Martins. A exceção no modelo fica por conta da dedicação aos estudos históricos voltados para a colonização portuguesa, destacadamente, a política pombalina e a ação dos jesuítas. Assim como para as viagens que fez na década de 1890 para os Estados Unidos, o que o levou à publicação de *Nova-York (notas de um viajante)* e a análise do livro de Oliveira Lima em 1914 (de quem era próximo por conta de sua embaixada em Portugal e através do qual veio a ser amigo de Gilberto Freyre).

Do mesmo modo que o convívio no Pará influenciou os primeiros estudos, a viagem aos Estados Unidos contribuiu para a visão geral da colonização europeia da América. Não por acaso, lemos em artigo publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1922, posteriormente integrado à obra *Novas Epanáforas*,¹⁰ a concepção de que Pombal e os jesuítas contribuíram definitivamente para o suposto “equilíbrio étnico” do “tipo brasileiro” em oposição ao que se viu ocorrer durante a colonização do norte da América. Porque, escreve João Lúcio, se

A obra de Pombal, nesta parte, não foi estéril. Tudo o que, bom ou mau, depois dele se tem realizado, até se chegar ao equilíbrio étnico, de onde sairá o tipo brasileiro definitivo, deriva da iniciativa de 1755.¹¹

Os jesuítas devem ser reconhecidos como os conservadores das relíquias de uma raça, por intermédio da qual, com direitos de legítima herança, se prende o elemento peregrino, portador da civilização, aos avoengos, habitantes antigos do continente. [...] sem os jesuítas não fora possível o Brasil, como ele hoje é. Construção semelhante não intentaram nunca, por diferença de mentalidade, e por serem de religião diversa, os setentrionais estabelecidos na mesma parte do mundo.¹²

A segunda fase da vida de J. L. de Azevedo, seguindo a divisão biográfica que o prof. Falcon trouxe da introdução de Jorge Borges de Macedo à obra *Elementos para a história econômica de*

⁹ SERRÃO, J. “A emigração portuguesa para o Brasil”, *op. cit.*, p. 184.

¹⁰ AZEVEDO, J. L. de. *Novas Epanáforas*. Lisboa: Clássica, 1932.

¹¹ *Ibidem*, p. 62. No que diz respeito à iniciativa, ele escrevera páginas antes: “Na data em que se publicasse em Pará a constituição da Cia. de Comércio, o mesmo se faria com as leis de 6 e 7 de junho de 1755, a primeira das quais declarava livres todos os índios do Pará e Maranhão, e mandava distribuir por eles a fim de as cultivarem, as terras adjacentes às povoações onde viviam, as maiores delas erigidas em vilas; a segunda excluía da administração desses povoados os missionários que até então a tinham a cargo, e ordenava exercessem a autoridade magistrados escolhidos entre os mesmos índios” (p. 52).

¹² *Ibidem*, p. 62.

Portugal: séculos XII a XVII,¹³ a partir de 1900, foi definitivamente influenciada não só pelos estudos iniciados no Brasil, mas sobretudo por sua convivência com o ambiente americano. São dessa fase os estudos biográficos, nos quais desenvolveu e veio a publicar os estudos dedicados a Antônio Vieira e ao Marquês de Pombal, assim como os trabalhos voltados para o que podemos caracterizar como uma história social da cultura portuguesa, sobre a presença do sebastianismo e a contribuição dos cristãos-novos.

Ora, o retorno para Portugal foi feito por um homem enriquecido e amadurecido, pois contava 45 anos de vida e a soma monetária fruto da venda de sua parte na empresa da família. As relações de amizade com o Brasil se perpetuaram através das cartas trocadas com amigos como José Veríssimo e João Capistrano de Abreu, Manuel Oliveira Lima e Gilberto Freyre. E foi mediante a experiência americana que se conservou no interesse intelectual e nas amizades, que convém pensarmos a sua posição entre os patricios lusitanos. Como João Lúcio se permitiu influenciar pela problemática comum acerca da decadência da cultura portuguesa, a visão da história de Portugal e a colonização do Brasil na virada do século.

Natural de Sintra, foi educado pela avó materna em Mafra, onde fez os estudos elementares. Chegou a Lisboa para o curso da Aula do Comércio, concluído em 1872, logo, João Lúcio de Azevedo vivia na cidade à época das Conferências do Casino Lisbonense (1871). Embora devamos considerar que sua formação indica a escolha de carreira técnica em atividades comerciais no nível secundário, a produção historiográfica apresenta alguns temas centrais da Geração de 1870 e seus herdeiros.

Pode-se então destacar três pontos que dizem respeito diretamente à apreensão decadentista, realista e messiânica da História de Portugal.¹⁴ Primeiro, conforme exemplificado nas citações anteriores, a associação entre a religião e o padrão de colonização na América. Ponto no qual vale lembrar o discurso pronunciado por Antero de Quental nas Conferências Democráticas do Casino – *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*.¹⁵

Segundo, consoante o que a “Explicação Prévia” à *História de Antônio Vieira* salienta, a presença do sebastianismo na sociedade portuguesa dos séculos XVI e XVII, e sua importância para a obra do padre Antônio Vieira. A ressonância desse estudo sobre o sebastianismo pode ser vista no artigo que Antônio Sérgio publica na revista *Águia* em julho/agosto de 1917, no qual se contrasta a abordagem do sebastianismo de João Lúcio e a interpretação do tema por Oliveira Martins na obra *História de Portugal*.¹⁶

13 MACEDO, J. B. de. “Introdução”. In: AZEVEDO, J. L. de. *Elementos para a história econômica de Portugal: séculos XII a XVII*. Lisboa: INAPA, 1990.

14 A denúncia da decadência, o realismo e a ânsia messiânica na historiografia portuguesa oitocentista e sua ressonância na historiografia ensaísta do século XX, foi tema do projeto de pós-doutorado que desenvolvi de 2007 a 2010 junto à Cátedra Jaime Cortesão, com financiamento Fapesp, sob o título “Oliveira Martins e o caráter dramático da história”.

15 QUENTAL, A. de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Discurso pronunciado na noite de 27 de maio [1871], na sala do Casino Lisbonense. Lisboa: Guimarães, 2001.

16 Cf. respectivamente: SÉRGIO, A. “Interpretação não romântica do sebastianismo” (1917). *Ensaio*, tomo 1, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p. 239 e segs.; MARTINS, J. P. de Oliveira. “Sebastianismo”. In: *História de Portugal*. 22ª ed. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 275 e segs.

Terceiro, tendo em vista os estudos econômicos da terceira fase da sua vida, a tese de que as navegações do século XVI foram algo contrário à sociedade agrária surgida a partir da Reconquista Cristã, assim como a apreensão dialética de que as origens da decadência nacional devem ser investigadas na prosperidade de cada povo a partir do exame das “correntes econômicas que dominam” a sua história.

Os estudos de que se compõe este volume obedecem ao conceito materialista [...] Para cada povo existe, como para os indivíduos, uma conta de *Deve e Haver*, que nos dá o quilate das suas prosperidades, e por onde, cedo, até para os maiores impérios, os pródromos da decadência se denunciam.¹⁷

Consuma-se assim a expectativa que vem desde Antero de Quental e J. P. de Oliveira Martins até Antônio Sérgio de redenção nacional pela cultura, mediante a identificação do destino histórico do povo português. Se João Lúcio de Azevedo objetivou, no “conceito materialista” que orienta sua obra de história econômica, “um melhor entendimento do passado” a fim de “alguma saudável lição para o futuro”:¹⁸

Integrada à problemática decadentista estão também os estudos de história do Brasil, que sofreram forte influência de José Veríssimo, Manuel de Oliveira Lima e João Capistrano de Abreu. De início, vale lembrar que o livro de Oliveira Martins – *O Brasil e as colônias portuguesas* (1ª edição em 1880)¹⁹ – foi resenhado por Capistrano de Abreu no *Gazeta de Notícias* no ano da primeira edição. Capistrano, antes de fazer correções de ordem factual, lamentou que a inexatidão de Oliveira Martins o desabilitasse para escrever a “história externa” do Brasil. Porque entendia que o “Brasil precisa de duas histórias”: a “história íntima”, que devia ser escrita por um brasileiro a fim de “mostrar como aos poucos se foi [...] constituindo uma nação”; e “a história externa”, “que trate o Brasil como colônia portuguesa, a princípio desdenhada [...] paulatinamente reduzida à possessão régia [...] bezerro de ouro no tempo de d. João V”.²⁰

Pensemos as imbricações das histórias de Portugal e do Brasil a partir de duas citações retiradas de *Novas Epanáforas*. Primeiro, no artigo sobre a política econômica de Pombal, lemos: “desde os primeiros tempos do reinado de d. José teve em conta o novo ministério o desenvolvimento econômico do Brasil, de onde provinha o mais limpo dos créditos da coroa [...] a manter copiosa a fonte das diversões régias”.²¹

17 AZEVEDO, J. L. de. “Ao leitor” (1928). *Épocas de Portugal econômico*. 4ª ed. Lisboa: Clássica, 1988.

18 *Ibidem*.

19 MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas* (1ª ed. 1880). Lisboa: Guimarães, 1953.

20 ABREU, J. C. de. *Ensaio e Estudos*, 4ª série, org. e pref. J. H. Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1976, p. 157-8.

21 AZEVEDO, J. L. de. *Novas Epanáforas*, *op. cit.*, p. 30.

Depois, no artigo dedicado à Inquisição e aos cristãos-novos, sutilmente é observado que o século XVII foi sossegado para os cristãos-novos residentes na colônia americana, justo porque o Tribunal do Santo Ofício vivia “tempos agitados” na metrópole.²² E para ambos os exemplos de condicionamento político e social da colônia pela metrópole, acrescenta-se uma variação que diferencia a colônia. Assim, por mais que Pombal tenha se empenhado, o sistema de frotas nunca funcionou eficientemente; e os cristãos-novos que na Europa eram acusados “de se furtarem ao trabalho da terra”, no Brasil eram agricultores, porque “a lavoura, além do Atlântico, era uma exploração industrial”.²³ E, afinal, também não se prestou a render o caráter agrícola original do povo português.

Ao pesquisar a história de Portugal, em parte, João Lúcio de Azevedo segue a noção de Capistrano: examinar a diferença produzida pela ação portuguesa frente ao princípio comum de toda colonização da América, qual seja, “radicar uma civilização transplantada”.²⁴ Tendo antes de considerar, algo já avisado por Oliveira Martins: a história de Portugal ficaria incompleta se não fosse considerada a obra de colonização – “acaso o único vivo testemunho, da sua existência no mundo, da sua intervenção ativa na civilização europeia”.²⁵ Mas isso não poderia ser feito de modo inexato e generalizado, como acusa Capistrano no livro de Oliveira Martins, e sim mediante “a crítica dos documentos”, melhor ainda, segundo o “... seu predileto Ranke”, como lhe escrevera Capistrano em carta de 1917.²⁶

Já na apresentação do livro *História de Antônio Vieira* (1ª edição 1918-21), consolida-se a demanda revisionista da história de Portugal, pois afirma que a atualidade de sua obra está na abordagem do sebastianismo dentro do complexo de obras escritas pelo jesuíta. Vale lembrar que dois estudos relacionados com a vida de Vieira antecederam a biografia: *Os jesuítas no Grão-Pará* em 1901 e *A evolução do sebastianismo* em 1918. O mesmo acontecera quando foi de encontro à imagem depreciativa que haviam construído para o marquês de Pombal, ao classificar de “pura fantasia” as razões dadas por Camilo Castelo Branco no *Perfil do Marquês de Pombal*.²⁷ Para tanto usa sempre a prova documental, vai descobrindo os fatos executando a disciplina heurística tão defendida pelo amigo Capistrano. Mas, sempre atualizado, como adverte o prof. Falcon, adota formas novas para o discurso histórico, no caso das biografias de Pombal e Vieira, a narrativa.

Temos então na vivência de 27 anos no Pará, na correspondência com intelectuais e no estudo de historiadores brasileiros a resistência necessária à composição do trabalho historiográfico gestado ainda sob a órbita da disciplina hermenêutica ditada pelo decadentismo português herdado da Geração de 1870. Eis o índice do caráter luso-brasileiro da historiografia de João Lúcio de Azevedo!

22 *Ibidem*, p. 139.

23 *Ibidem*, p. 37 e 140

24 ABREU, J. C. de. *Ensaio e Estudos*, 4ª série, *op. cit.*, p. 309.

25 MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*, *op. cit.*, p. 3.

26 ABREU, J. C. de. *Ensaio e Estudos*, 4ª série, *op. cit.*, p. 308; *Correspondência de Capistrano de Abreu*, org. e pref. J. H. Rodrigues, 2ª ed., vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1977, p. 51.

27 AZEVEDO, J. L. de. *Novas Epanáforas*, *op. cit.*, p. 18-9.

Introdução

DURANTE O VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL sobre a (E)migração Portuguesa para o Brasil apresentaram-se comunicações sobre tipos de emigrantes que chegaram ao Brasil. De diferentes classes sociais eles viajavam nos mesmos barcos ocupando classes de acomodações distintas. Alguns deles, no caso de meninos órfãos ou sem recursos, chegavam a ser “vendidos como escravos” em portos do Brasil. Outros, por outro lado, chegavam de primeira classe com documentos prontos e dinheiro para investir ou começar uma nova vida como fazendeiros ou como comerciantes, ou ainda para ocupar cargos seguindo seus ofícios. O nosso personagem pertence a este último grupo mais privilegiado que foi ao Brasil a “hacer las Americas”.

Neste período da primeira metade do século xx, alguns emigrantes envolvidos em actividades políticas foram perseguidos e alguns deles chegaram a ser degredados pela polícia política que controlava acções tidas como subversivas. Também houve emigrantes que trabalharam para ministérios governamentais, que se envolveram em alianças com políticos e em corrupção de policiais. Nosso personagem pertenceu novamente a este último grupo.

Nosso estudo pretende apresentar um pioneiro do cinema mudo espanhol e brasileiro, que chegou à Amazônia para prosperar na carreira cinematográfica mas, sobretudo, para enriquecer.² À atracção que sentia pelo Novo Mundo, que se lhe apresentava com umas possibilidades económicas sem limites, acrescentou-se a ideia de “descobrir” um fascinante mundo amazónico que continuava rodeado pelo halo do mistério, pela possibilidade de encontrar o mito do *El Dorado*, embora na viragem do século XIX para o XX já não fosse um lugar repleto de ouro mas um mundo que servia de centro exportador de borracha natural que, em muito pouco tempo, tinha gerado uma riqueza sem precedentes.

1 Tradução de Helena Tanqueiro

2 Este artigo constitui parte do capítulo “O imaginário em imagens: Ramon de Baños, pioneiro do cinema mudo na Amazônia”, escrito por Petit & Ruiz-Peinado, publicado no livro intitulado *Atlântico imaginado: fronteiras, migrações e encontros* pelo Ministerio de Trabajo e Inmigración, Madri, 2010.

Barcelona, nessa época de finais do século XIX, era uma cidade inquieta, atraída pelas novidades que chegavam de França e da Europa em geral, que se tinha constituído na porta de entrada das artes cinematográficas em Espanha. Por este motivo, os primeiros cinematógrafos tiveram um êxito rotundo. Neles se mostrava, em imagens, o movimento que aproximava realidade e imaginário através da projecção das últimas novidades produzidas na Europa, juntamente com as que já estavam a sair dos estúdios locais, como o da *Hispano Films*, fundado por Albert Marro, onde trabalhou o irmão, Ricard de Baños, como *camaramen*, vindo posteriormente a ser também sócio.³

Ramon de Baños é o protagonista desta história, um cineasta catalão que chegou a Belém do Pará em setembro de 1911. Tinha como objectivo dirigir o incipiente mundo cinematográfico que estava a nascer. Em pouco tempo (1911-1913) conseguiu gerir eficazmente diversas salas de projecção, desenvolver o sistema de revelação e de foto-montagem de filmes mas, sobretudo, filmar o incrível e variado mundo que se abria ante os seus olhos e que ele não deixou escapar. Converteu-se, assim, num dos pioneiros do cinema brasileiro, num documentalista atento às mudanças que se estavam a produzir nessa altura na Amazónia, dando forma a essas imagens mentais e transformando-as em imagens reais para os seus contemporâneos, tanto da Amazónia como do resto do Brasil, que eram mostradas como propaganda do governo brasileiro da época. O livro abria caminho ao aparecimento do cinema como veículo de difusão das imagens e dos imaginários.

Os irmãos Baños, pioneiros do cinema

Ramon de Baños nasceu e morreu em Barcelona (1890-1980), tendo demonstrado, desde muito jovem, um grande interesse pelas artes, especialmente pela fotografia, sob a influência do seu irmão Ricard (1882-1939). Iniciou os estudos de direito por imposição familiar, mas cedo os abandonou para se adentrar no mundo da imagem. Neste processo o irmão foi fundamental como referência familiar e também como seu introdutor no mundo do cinema, em gestação na altura.

Um dos principais precursores do cinema catalão foi precisamente Ricard Baños graças ao seu cargo como Chefe de secção de fotografia da revista *El Siglo*. Neste posto estabeleceu contactos com o primeiro representante para Barcelona e, posteriormente, para toda a Espanha, da casa francesa Gaumont,⁴ marca através da qual se iniciou como operador de câmara e realizou os primeiros ensaios de pequenas reportagens sobre Barcelona, algumas enviadas mais tarde para Paris e, de lá, difundidas por

3 O êxito desta produtora na realização de documentais, de curtas e longas metragens virá a ampliar os horizontes dos irmãos Baños, Ricard acabará por entrar como sócio da empresa e Ramon como ajudante. Este desenvolve um trabalho tão eficaz que rapidamente deixa as salas de revelação e montagem para passar a dirigir a câmara nos sítios que o irmão não podia cobrir.

4 Em 1895 foi criada em Paris a companhia León Gaumont et Cie, de fabrico e venda de material fotográfico. No entanto, o grande êxito de Gaumont foi, em 1903, a reportagem da corrida automobilística entre Paris e Madrid. A partir daí criou o primeiro estúdio da Maison Gaumont, construída em 1905 e conhecida como La cathédrale de Verre e, posteriormente, realizou a construção do Gaumont Theatre. Já constituída como La Société des Établissements Gaumont, criou uma rede de sucursais de distribuição e produção por toda a Europa (LASA, Joan Francesc de. *Els Germans Baños: aquell primer cinema català*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1996, p. 34-35).

toda a Europa. O seu domínio da filmagem permitiu-lhe ser enviado em 1904 a Paris para aprofundar o conhecimento das técnicas cinematográficas nos estúdios da Ville Lumière, entrando assim em contacto com a incipiente indústria francesa.⁵

De volta a Barcelona, após a sua formação em França, foi contratado como operador da empresa *Hispano Films*, onde deu início a uma carreira meteórica. Como operador de câmara dedicou-se a realizar reportagens e documentários até 1908. A partir desse ano, devido ao êxito da rodagem da longa-metragem *Don Juan Tenorio*, dirigida conjuntamente com Marro, bem como dos projectos que lhe surgem depois, contribui decisivamente para a expansão do cinema catalão no âmbito espanhol.

As encomendas que recebe de particulares e de organismos públicos ajudam a levar a *Hispano Films* ao seu auge. Com a filmagem de uma reportagem sobre a guerra colonial espanhola em Marrocos e com a realização de longas -metragens de propaganda militarista como a *Campaña del Rif*, ou os *Sucesos de Barcelona* (que conhecemos como a *Semana Trágica*), que se inicia com a rebelião dos recrutas no porto de Barcelona antes de serem embarcados para Marrocos,⁶ a *Hispano Films* obteve um enorme êxito de bilheteira, tanto em Espanha como no estrangeiro. Com o dinheiro obtido viria a construir em Barcelona um dos primeiros estúdios cinematográficos de rodagem destinado à produção e distribuição de filmes.

Entretanto o cinema mudo começa a estar presente na vida social daquela Espanha e os pedidos para realizar filmes não param de aumentar. É de destacar que nos inícios desse cinema artesanal, os irmãos Baños já dominam todas as técnicas necessárias para poder realizar filmes: filmar, utilizar truques, revelar os filmes, montá-los e realizar as passagens dos mesmos. Esta versatilidade proporciona que em 1911 Ramon receba a visita do empresário espanhol Joaquim Llopis, radicado em Belém do Pará, com a proposta de partirem juntos para a Amazónia brasileira e de que Ramon de Baños se encarregasse do incipiente negócio cinematográfico que estava a surgir no Brasil.

Joaquim Llopis era originário de Alicante e tinha-se estabelecido em Belém como representante da firma de exportação de borracha Suárez Hnos. Ltda., propriedade do boliviano Nicolás Suárez, destacado magnate da exportação de borracha da Amazónia. Era uma das *casas* exportadoras mais importantes de Belém e, como comenta com ironia Ramon de Baños: “o que significava que ganhava um ordenado magnífico e que vivia bastante bem”⁷ Llopis também diversificou os seus negócios através das redes comerciais que mantinha com a Europa.

O projecto era ambicioso porque teria de realizar a compra do material necessário para montar uma produtora de cinema em Belém e de ficar como responsável das filmagens e exibições de filmes e documentários para a produtora de Llopis, *The Pará Films*, o que, decerto forma, correspondia a efectuar o mesmo que o seu irmão Ricard realizara na *Hispano Films*. A aposta de partir e ir “*hacer las*

5 *Ibidem*, p. 23-34.

6 Durante a guerra colonial em Marrocos, uma prática habitual era pagar para eximir do recrutamento os filhos da burguesia e da nobreza. Esta prática gerava um profundo descontentamento nas classes sociais mais humildes que viam como essa guerra se tinha convertido num cemitério para os seus filhos.

7 BAÑOS, Ramon. *Un Pioner del Cinema Català a l'Amazònia*. Barcelona: Íxia Llibres, 1991, p. 52.

Américas”, expressão estendida por toda a Espanha que se referia a todos aqueles que continuavam a ir para lá na mira de fazerem fortuna, representava um enorme repto pessoal e profissional. Os conhecimentos que adquirira durante esses anos deviam ser desenvolvidos numa nova cidade onde não encontraria o suporte técnico que já existia em Barcelona. As divergências pessoais e económicas com o irmão, tal como nos conta na sua autobiografia, terão sido determinantes para aceitar a proposta de partir para a Amazónia.

Nessa época, as equipas de filmagem e especialmente as equipas de revelação e montagem eram muito simples. Ramon de Baños teve de fazer gala da sua profissionalidade para conseguir solucionar os problemas técnicos que se lhe colocavam, que só podiam ser resolvidos com um grande domínio das técnicas de filmagem e com uma habilidade especial para realizar experiências com muita criatividade. Por exemplo, para realizar o processo de revelação, mandou construir uns recipientes de madeira de *Acaju* a outro catalão, o senhor Fàbregas, que era carpinteiro e vivia também na cidade de Belém, mas que acabaram por não dar o resultado desejado. Assim sendo, teve de recorrer a pedreiros para construírem uns tanques de revelação de cimento no pátio traseiro do teatro Odeón, espaço onde se situavam simultaneamente o cinema e os laboratórios onde trabalhava.⁸

Os primeiros documentários filmados no Brasil

Ramon de Baños produziu no Brasil cerca de 30 documentários, boa parte deles para a produtora *The Pará Films*, sendo outros realizados para o Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio do Brasil. O primeiro documentário da sua “aventura americana” intitulou-se *Viagem de Lisboa ao Pará*. Realizou-o no caminho para o Brasil. De Lisboa zarpou no “Rio Negro” para a Amazónia brasileira e aproveitou a viagem para experimentar parte do material comprado na Europa. Filma a viagem à ilha da Madeira e vai captando as primeiras imagens que darão forma ao documentário e ao seu imaginário sobre o Brasil. A chegada ao estuário do Amazonas é o ponto de início dessa viagem profissional e pessoal de um criador de imagens: “Dois dias antes de chegar ao Brasil, pus a cabeça fora da borda e vi que o mar que estava acostumado a ver, muito azul, tinha mudado de tonalidade: agora era de cor verde sujo, como de água barrenta... Diante dos meus olhos extendia-se um panorama exótico que jamais esquecerei enquanto viva. Ao longo das margens daquele rio, incomensurável, fantástico, viam-se umas casinhas e cabanas que tapavam um espesso arvoredo. A água do rio servia-lhes de espelho. O sol destapava apressuradamente o véu de neblina formado pela humidade que envolvia aquelas lindas paragens... Tinha diante de mim a América...o Brasil!”⁹

8 *Ibidem*, p. 53.

9 *Ibidem*, p. 47-49.



FIGURA 1. Ramon de Baños, 1913 no Pará. Arquivo fotográfico Filmoteca de Catalunya

Incluiu também o desembarque no cais de Belém do Pará e o movimento dessa cidade que, na altura, ainda vivia da exportação da borracha. Nos princípios do século xx, encontrou-se perante uma profunda transformação do espaço público, com uma nova estrutura urbana, de modo de vida e com a propagação de uma nova moral, um cenário de perfeito controlo por parte das autoridades sobre as classes pobres frente ao aparecimento de uma burguesia muito rica.¹⁰ Concluía esse primeiro documentário com imagens tomadas de um eléctrico da cidade, à semelhança das rodagens que já tinha realizado junto ao seu irmão Ricard pela cidade de Barcelona (1909), estas são as primeiras imagens que temos de Barcelona.

A despedida de Lauro Sodré no porto de Belém foi a primeira oportunidade de Ramon de Baños para se estrear como camaramen em Belém. Este destacado político paraense tinha de realizar uma viagem ao Rio de Janeiro para assumir as suas funções como senador e Baños, através dos contactos políticos do patrão, Joaquim Llopis, conseguiu as autorizações para se situar em primeiro plano e filmar a despedida multitudinária desse personagem político num documentário que veio a intitular “Embarque do eminente Dr. Lauro Sodré”, que representava, para a cinematografia amazónica, o primeiro filme que começava e acabava “naquelas regiões distantes”.¹¹

Mas cedo lhe chegou a oportunidade de documentar uma das maiores expressões populares de religiosidade da América do Sul, O Círio da Virgem de Nazaré. A produtora *The Pará Films* tinha previsto filmar essa procissão mas, para o conseguir, Ramon de Baños tinha de preparar todo o material que adquirira na Europa. Ao mesmo tempo tinha de encarregar-se de projectar vários filmes, comprados em Barcelona, no Teatro Odeón, também chamado Cinema Ideal, propriedade de Llopis, que durante os 15 dias de festa teriam de competir, nesse ano de 1911, com mais doze cinematógrafos instalados na praça da Nazaré, centro de todas as actividades religiosas e festivas.¹²

10 SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tàku, 2002, p. 19.

11 BAÑOS, Ramon. *Op. cit.*, p. 64.

12 Foi no último dia do Círio que mais dinheiro se recaudou, segundo nos conta Ramon de Baños, realizaram-se nove sessões

Explica Ramon de Baños na sua biografia que as primeiras informações que teve sobre esta festa religiosa foram as do patrão, o senhor Llopis, que lhe transmitiu a visão de um outro espanhol pertencente à elite local:

O Círio, que se formava na catedral e acabava na igreja de Nossa Senhora de Nazareth. O senhor Joaquin [Llopis] tinha-me dito que esta procissão, ou romaria, era uma coisa extraordinária, sem igual em todo o mundo, onde o fanatismo religioso do povo do Pará se manifestava com toda a sua força.¹³

“Fanatismo” que era aproveitado pelos comerciantes e barraqueiros da cidade para se enriquecerem durante os dias que duravam as festas com o dinheiro das actividades que se geravam ao redor do Círio. Por outro lado, tratava-se de um escaparate para os membros da alta sociedade e autoridades que faziam gala em presidir as celebrações.

Para poder filmar um acontecimento destas características, com uma multidão em movimento e com uns aparatosos tripé e máquina de filmar que tinha de manipular, decidiu juntamente com o patrão, o senhor Llopis, que iam filmar tudo o que pudessem, como pudessem. Nesse sentido, encarregou novamente o carpinteiro catalão de construir um escadote de mais de dois metros e meio de altura para, na parte superior, colocar a plataforma articulada da câmara e poder, dessa altura, obter uma panorâmica da procissão. Arranjou maneira de estar protegido por vários ajudantes para que aquela maré humana não o levasse, a ele e ao escadote, pela frente.¹⁴



FIGURA 2. Ramon de Baños, 1912 no Pará (Baños, 1991)

seguidas, desde as 7 horas da tarde até às 3 da madrugada. Com um total de mais de 1.500 espectadores (*Ibidem*, p. 61).

13 *Ibidem*, p. 54.

14 *Ibidem*, p. 54.

Esta filmagem impressionou pela força que desprendia e, realizada a partir daquela posição privilegiada, teve também um grande impacto no nosso protagonista:

Ao longe e pelo meio da estrada apareceram uns botes, umas canoas e barças autênticas, pintadas de branco e de azul, umas com velas, outras com remos, repletas de crianças vestidas de marinheiro; as embarcações eram levadas a ombros por pescadores que imitavam o movimento das ondas como se ‘navegassem’ por cima daquele mar de cabeças humanas. Pelo menos era o efeito que se via de onde eu estava.

A sorte também ajudou com a paragem da carroça principal precisamente diante do camarão. Teve assim oportunidade de realizar excelentes planos que, de outro modo, não poderia ter obtido. Conseguiu ainda captar a comitiva composta pela elite paraense, as autoridades civis, militares e eclesiásticas. Tudo gravado em mais de quatrocentos metros de negativo filmados nessa manhã.¹⁵

O dia de Todos os Santos pressupõe uma aproximação ao imaginário enquanto revelador das diferentes contribuições religiosas dos povos sobre a morte, neste caso na Amazônia brasileira, festividade que Ramon de Baños aproveitou para o seu terceiro trabalho, O Dia de Finados em Santa Izabel, logo após a sua chegada a Belém, que também obteve um grande impacto junto do público.

Segundo Ramon de Baños, era impressionante a multidão que participava nessa celebração e que se destacava pela sua variedade, especialmente por ser: “... de todas as cores”. Mas o que lhe causou maior impressão foi entrar no recinto, o cemitério de Santa Isabel da capital, pintado com cal e repleto de antorchas e lâmpadas eléctricas de todas as cores. Aí surgiu-lhe o símile com o já conhecido, embora dentro de um contexto totalmente diferente, com as festas espanholas, que o afastava da percepção de se encontrar na cidade dos mortos. Estava num cemitério e a familiaridade da população paraense com os defuntos não deixava de o surpreender: charangas de mulatos e negros que cantavam, vestidos de etiqueta, para os mortos dos ricos em tom litúrgico; cadeiras e mesas ao redor dos túmulos dos defuntos que exprimiam sentimentos profundos de partilha – durante o dia, sob um sol abrasador, em tom festivo e, à noite, com o acompanhamento de um jantar em que participavam todos os presentes: “Era a vida que respirava entre a morte”.¹⁶ Tudo isto franqueado por uma enorme fogueira de velas dispostas à volta do obelisco que presidia o cemitério e que, ao anoitecer, parecia, aos olhos do cineasta catalão, as fogueiras da noite de São João, uma das principais festividades da Catalunha.

No dia 10 de novembro de 1911, algumas personalidades e jornalistas de Belém foram convidados a assistir, no Teatro Odeón (que, como já se referiu, funcionava no pátio da casa de Llopis), à exibição dos três primeiros documentários de Baños filmados na Amazônia: Embarque do eminente Dr. Lauro

¹⁵ *Ibidem*, p. 57-8.

¹⁶ “Aquele acto, que continha algo de rito, era uma oferenda, uma recordação póstuma que os parentes dedicavam, naquele dia assinalado, aos seus defuntos, cujos corpos repousavam na vala comum” (*Ibidem*, p. 66).

Sodré, O Círio e o Dia dos Finados em Santa Izabel. Despertaram um grande interesse, sobretudo pela curiosidade dos presentes em se poderem ver, ou aos seus familiares e amigos, nas imagens reproduzidas pela primeira vez no écran de um cinema. Talvez por esse motivo, no dia seguinte projectaram-se outras seis sessões para o público em geral e, nestas, o sucesso foi ainda maior: “Era tanta gente que queria ver os nossos interessantes filmes, que a polícia foi obrigada a intervir várias vezes para conter alguns espectadores (...) que não conseguiam reprimir a sua impaciência”¹⁷

Espetáculos sicalyticos

Llopi possuía uma vintena de filmes pornográficos, licantrópicos, também classificados como “picantes”, na sua maioria comprados em Barcelona, se bem que outros adquiridos na Argentina e no Rio de Janeiro. Ramon de Baños contava, com muito sarcasmo, como tinham conseguido passar os filmes na alfândega de Barcelona, Lisboa e de Belém. Os rolos do filme intitulado “*Las desgracias de una madre*”, levavam na realidade o filme “*Las viudas calientes*”. E a caixa em que estava escrito *Cacerías africanas* levava cinco ou seis filmes “de prognóstico reservado”¹⁸

A divulgação dessas sessões era feita através de um pequeno convite dobrado em quatro. Na capa podia ler-se: “Reservado: Queira ler e guardar sigilo”, e nas páginas interiores:

Theatro Odeon (Praça Justo Chermont). Instituto de Artes Novas. Sessões livres só para homens maiores de 20 anos. Espetáculos sicalyticos. Dão vigor aos fracos. Deleitam os solteiros. Educam os tímidos. Extasíam os casados. Neurasthenisam os viúvos. Viva o amor! ... a ... a... A última palavra em cinematografia [...] Todas as Quintas-feiras, Sábados e Domingos! AVISO: É expressamente proibida a entrada a mulheres e menores.¹⁹

A estreia destes filmes obteve um êxito enorme, o local estava cheio, a rebentar, mais de novecentos homens, de todas “as categorias sociais”, tinham pago cada um três mil réis (uma quantia importante na época) para poder assistir. Para mais, precisamente nessa noite casou-se a filha do Governador e os homens convidados para o banquete, terminada a cerimónia nupcial, foram de carro para o cinema Odeón, onde os filmes se iam projectar após as sessões abertas a todos os públicos. No sentido de corresponder à enorme afluência de público, Baños teve de realizar quatro projecções nessa noite. Seguramente foi em Belém, em dezembro de 1911, que se exibiram publicamente os primeiros filmes erótico-pornográficos no continente americano. Explicava Ramon, numa carta à sua prometida, que quando aparecia no écran alguma situação curiosa: “estrepitosas risadas inundavam o ambiente”, daí que ele se visse obrigado a projectar um vidro que já tinha preparado, em que se encontrava gravada a seguinte frase: “Abster-se por favor

17 *Ibidem*, p. 68.

18 LASA, Joan Francesc de. *Op. cit.*, p. 326-327.

19 BAÑOS, Ramon. *Op. cit.*, p. 85.

de manifestações que possam incomodar os seus vizinhos”.²⁰ Ramon de Baños pretendia filmar em Belém, como já tinha feito na Barcelona, esse tipo de filmes, mas a falta de actores masculinos não permitiu a sua concretização.

Nos dias 23 e 24 de dezembro realizaram-se duas outras sessões de filmes eróticos: “ante um público colossal”.²¹ Na referida carta Baños destacava que em nenhuma outra parte do mundo existia tanta liberdade como naquele país: “Olha que dar sessões imorais com teatro aberto ao público e bilheteira à porta, como se fosse um espectáculo honesto, é o cúmulo!”.²² Mas a liberdade acabaria por durar poucos dias. Desde o dia 22 de dezembro, alguns jornais de Belém, especialmente *A Província do Pará*, iniciaram uma campanha contra os filmes “imorais” exibidos no teatro Odeón, solicitando a intervenção policial.

Segundo o próprio Baños, Llopis era amigo do Chefe da Polícia de Belém e tinha com ele um acordo tácito para tolerar a projecção destes filmes a troco de uma percentagem sobre os lucros das exhibições.²³

No entanto, no dia 26 de dezembro, Llopis recebeu, em segredo, o aviso de que a polícia iria ao Teatro Odeón para confiscar os filmes e conseguiu esconder toda a colecção num restaurante de confiança. Mas no dia 30 de dezembro o próprio Chefe da Polícia informou Llopis que, por motivos políticos, não se poderia continuar a permitir a exibição dos filmes erótico-pornográficos. Após várias tentativas de os exhibir noutras salas de Belém, Llopis e Baños concordaram que tinha chegado a hora de concluir a experiência de exibição pública daqueles filmes e que, a partir de então, se teriam de concentrar na construção de uma nova cinematografia, para além de outros negócios comerciais que ambos estavam a desenvolver por separado.

Pará Films Jornal, o primeiro noticiário cinematográfico da Região Norte

Assim, no dia 8 de agosto de 1912, com grande afluência de público, foi apresentado no cinema Salão Rio Branco de Belém, o primeiro noticiário cinematográfico produzido na Região Norte, intitulado *Pará Films Jornal*, inspirado na *Revista Pathè*, que vinha sendo produzida semanalmente em França desde 1908. Contrariamente à maioria dos noticiários cinematográficos produzidos na Europa até terminar a I Guerra Mundial, que incluíam principalmente informações internacionais, o noticiário *Pará Films* foi criado exclusivamente para informar sobre assuntos paraenses, especialmente acontecimentos festivos, culturais, políticos e comerciais ocorridos sobretudo em Belém.²⁴

20 Carta a Rosita, 26/12/1911, Arquivo Ramon de Baños, Biblioteca da Filmoteca de Catalunya, arquivo 4.1.1_073, citado em PETIT, P. & RUIZ-PEINADO, J. L. “O imaginário em imagens: Ramon de Baños, pioneiro do cinema mudo na Amazônia”. In: *Atlântico imaginado: fronteiras, migrações e encontros*. Madri: Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2010, p. 118.

21 Carta a Rosita, 26/12/1911, arquivo 4.1.1_076, citado em *Ibidem*, p. 118.

22 Carta a Rosita, arquivo 4.1.1_073, citado em *Ibidem*, p. 118.

23 LASA, Joan Francesc de. *Op. cit.*, p. 326-327.

24 *Ibidem*, p. 325. Foram sete noticiários que Ramon de Baños produziu, a maioria com uma extensão de entre 300 a 350

Segundo o historiador de cinema Joan Francesc de Lasa, antes da Guerra Civil espanhola (1936-1939) nunca existiu em Barcelona nada que se parecesse ao Pará Films Jornal. Ramon de Baños terá sido, pois, o primeiro catalão que dirigiu um noticiário cinematográfico, só que fora de Espanha, na Amazónia brasileira,²⁵ criando assim um espaço próprio onde as imagens ganhavam o espaço do imaginário na difusão do cinema como forma de linguagem universal.

Ramon de Baños contraiu a malária durante a filmagem do documentário *Recolecção da Borracha* no Estado de Pará, que realizou para o Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio. Na opinião dos médicos, contraíra uma variante do paludismo que a quinina, junto com outros remédios, não estava a conseguir curar. Aconselhado por especialistas e pelos amigos, mas também por desejo de rever a noiva, que viria a ser a sua futura esposa, Rosita Argentó, Baños optou por regressar a Barcelona, tendo embarcado para Lisboa no dia 11 de dezembro de 1913 com uma experiência pessoal e profissional extraordinária, mas também com um importante capital. Já em Barcelona, trabalhou como operador de câmara da firma Argos Films, tendo posteriormente fundado, em 1916, junto com o irmão Ricard, a empresa cinematográfica *Royal Films*.

Ramon de Baños é o único pioneiro do cinema mudo espanhol que escreveu parte das suas memórias, tendo concluído a primeira parte da sua biografia em 1970 sob o título *Notas íntimas de un "cameraman español"*, texto publicado em catalão com o título de *Memòries de Ramon de Baños: Un Pioner del Cinema Català a l'Amazònia* (1991). O manuscrito original e parte das anotações, cartas, fotografias e contratos que Ramon de Baños enviou de Belém podem ser consultados digitalizados na biblioteca da Fimoteca de Catalunya, em Barcelona. Dos mais de 30 filmes que rodou no Brasil, não temos constância de que exista nenhum, resta apenas o registo de algumas imagens fotográficas e a informação que sobreviveu por estar impressa, a par das magníficas memórias do próprio Ramon de Baños. Imagens que não perduraram mas que serviram para criar um novo imaginário a partir do cinema realizado na Amazónia brasileira.

metros e, aproximadamente, 15 minutos de duração, que incluíam sempre breves anúncios comerciais, de indústrias e casas comerciais de Belém, para sufragar o custo da produção e obter mais lucros.

25 À exceção da primeira e fracassada experiência realizada em 1918 pela produtora catalã Studio Films. Parece que não há, portanto, qualquer dúvida relativamente ao facto de Baños ter sido pioneiro na direcção de um noticiário cinematográfico, embora seja também importante esclarecer que Lasa comete um erro ao afirmar no seu livro sobre os irmãos Baños, que: "Ramon de Baños foi pioneiro no Brasil na criação de um noticiário cinematográfico" (*Ibidem*, p. 325). Se bem que as informações que nos são facultadas por alguns estudiosos do cinema mudo brasileiro sobre os noticiários cinematográficos, produzidos no país até 1914, sejam, por vezes, confusas ou contraditórias, em parte devido a terem sido destruídos e alguns ainda não terem sido localizados, ao que parece o mérito de serem os pioneiros de esses noticiários no Brasil corresponde aos irmãos Alberto e Paulino Botelho, responsáveis por dirigir *O Bijou Jornal*, a pedido de Francisco Serrador produtor e proprietário de cinemas em São Paulo e no Rio de Janeiro, cujo primeiro número foi exibido em São Paulo, no mês de setembro de 1910, no Bijou-Théâtre (RAMOS, Fernão & MIRANDA, Luiz Felipe. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 133-134).

Bibliografia

- BAÑOS, Ramon. *Un Pioner del Cinema Català a l'Amazònia*. Barcelona: Íxia Llibres, 1991.
- _____. *Notas íntimas de un "cameraman español"* [manuscrito original de su autobiografía]. Barcelona, 1970 (Biblioteca Filmoteca de Catalunya).
- GONZÁLEZ LÓPEZ, Palmira. "Ramon de Baños en Belém do Pará (1911-1913)". *D' Art* (Revista del Departament d'Historia de l'Art), Barcelona, nº 12, 1986, p. 211-222.
- LASA, Joan Francesc de. *Els Germans Baños: aquell primer cinema català*. Barcelona: Generalita de Catalunya, 1996.
- PETIT, P. & RUIZ-PEINADO, J. L. "O imaginário em imagens: Ramon de Baños, pioneiro do cinema mudo na Amazônia". In: *Atlântico imaginado: fronteiras, migrações e encontros*. Madri: Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2010.
- PORTER I MOIX, Miquel. "Pròleg". In: BAÑOS, Ramon, *Un Pioner del Cinema Català a l'Amazònia*. Barcelona. Íxia Llibres, 1991, p. 5-11.
- _____. "Pròleg". In: LASA, Joan Francesc de. *Els Germans Baños: aquell primer cinema català*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1996, p. 11-15.
- RAMOS, Fernão & MIRANDA, Luiz Felipe. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- ROCHA, Adriano Medeiros da. *Cinejornalismo Brasileiro: uma visão pelas lentes da Carriço Film*. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2007.
- SALLES, Vicente. *Épocas do Teatro no Grão-Pará ou Apresentação do Teatro e Época*. Belém: EDUFFPA, 1994.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos (1869-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- _____. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Taku, 2002.
- SOUZA, José Inácio de Melo. "Trabalhando com cinejornais: Relato de uma experiência". *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº 38, 2003, p. 43-62.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. "Margens míticas: A Amazônia no imaginário europeu do século XVI". In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824)

Magda Maria de Oliveira Ricci

UFPA

ESTE ESTUDO ANALISA A TRAJETÓRIA de Francisco José Rodrigues Barata, um colono português, porta-bandeira no antigo Grão Pará colonial. Em 1798 foi enviado pelo Governador Souza Coutinho para as Guianas com a missão de mapear rotas, espionar as fronteiras e fortificações estrangeiras e avaliar novos comércios e comerciantes. Ao voltar escreveu um rico diário de viagem. Depois deste momento o soldado português ganhou outras patentes, subiu de cargo, foi à Guiana Francesa quando de sua tomada pelos portugueses e ali chegou ao posto de Comandante das tropas. Finalmente retornou ao Pará nos anos de 1820 fazendo parte da Junta Provisória que em 1823 ainda governava o Pará com os olhos e jurisdição portuguesa. Depois deste momento Barata tornou-se um “brasileiro adotivo” e para alguns um traidor da causa brasileira. Utilizo esta história de vida como fio condutor para entender as tensões de identidade entre portugueses no Grão-Pará com as populações locais (mestiços e indígenas) e negros africanos escravos e libertos dentro do ideário colonizador do período. Também aproveito para incursionar sobre o uso metodológico deste tipo de fonte no trabalho do historiador dedicado ao estudo dos portugueses na Amazônia.

Indícios da pesquisa: o manuscrito da BN-RJ, sua edição e algumas leituras iniciais

Em um primeiro momento desta pesquisa deparei-me na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro com um intrigante documento manuscrito que possuía um título imenso. Chamava-se: *Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta-bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço. Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho, cavalheiro professo da Sagrada Religião de Malta, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, chefe da esquadra da Sua Real Armada, e governador Geral das Capitânicas do Pará, e do Rio Negro.*

O diário era, portanto, um documento escrito por um “ordenança” ou homem do estado português que servia no Pará à então rainha D. Maria. O porta-bandeira que nem sequer tinha seu nome

inscrito no título de seu diário, todavia chamava-se, Francisco José Rodrigues Barata. No título ainda se nota que Barata era emissário da Rainhaportuguesa no Suriname, contudo, o intermediário nesta linha régia era D. Francisco de Souza Coutinho, o governador do antigo Grão-Pará e Rio Negro, este sim nomeado e bem titulado desde o início do diário.

A primeira página do manuscrito ainda revela que o porta-bandeira tinha uma letra bem constituída, o que demonstra que ele fazia parte da ínfima parcela da população letrada que vivia nas terras lusas do além mar amazônico. Também mais adiante estará claro que Barata também falava o francês, o que ampliava bastante seu campo como homem de letras. Contudo, antes de entrar na vida e nas histórias tornadas visíveis a partir de Barata e de seu diário é preciso esclarecer algo mais sobre este documento.

Caminhando em minhas pesquisas na Biblioteca Nacional e em outros locais, pude localizar uma edição impressa deste mesmo manuscrito. Ele foi publicado em duas partes em dois tomos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. O interessante aqui é que esta edição ocorreu em 1846.¹ Nela não há uma introdução e nem notas. Só foram incluídos alguns títulos, que pouco alterou o conteúdo do manuscrito. Desta forma ficamos sem saber como este diário chegou à sua primeira publicação. Todavia sabemos que, em meados do século XIX, ele – assim como outros autores e escritos sobre a Amazônia – faziam parte de um seleto grupo de autores e textos julgados relevantes para ajudar a compor e associar o passado do Pará ao que se queria escrever sobre o Brasil e seu passado. Como afirmam autores como Coelho² e Barros,³ esse momento foi chave para que se reconstituissem os elos entre o Pará e o Rio de Janeiro, ainda fortemente abalados depois do trágico movimento cabano (1835-1840).

Ainda antes de entrar no texto do diário, devo recuperar que já existem algumas leituras e usos do diário de Barata. O primeiro uso a ser mencionado vem de um pequeno artigo de divulgação publicado em 2011 por Iuri A. Lapa e Silva na *Revista da Biblioteca Nacional*.⁴ No artigo, inicialmente, merece destaque a forma de navegação descrita no diário de Barata. As “canoas” foram analisadas como um diferente meio de se chegar ao Suriname, fugindo dos problemas enfrentados pela navegação marítima. Lapa e Silva destaca que, pelas canoas e rios Amazônicos, Barata buscava perceber a viabilidade de uma nova rota fluvial, mais interior e diante das incertezas diplomáticas na Europa e seus desdobramentos na América no final do século XVIII que complicavam os caminhos marítimos tradicionais. Lapa e Silva recupera a distância e as dificuldades enfrentadas por Barata para alcançar

1 1º trim. 1846, p. 1-53 e 2º trim. 1846, p. 157-204.

2 COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: EDUFPA, 1981.

3 BARROS, Michelle Rose Menezes de. “*Germes de grandeza*”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (mestrado) – PPHIST-UFPA, Belém, 2006.

4 LAPA E SILVA, Iuri A. “As canoas da desforra: anotações sobre viagem ao Suriname em 1799 mostram encontro com judeus portugueses”. *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/as-canoas-da-desforraa>>. Acesso em: 2 set. 2011.

seu objetivo de chegar ao Suriname vindo pelo interior amazônico. Ainda é importante mencionar que o artigo se insere na revista citada dentro da seção “Por dentro da Biblioteca”.

Seu autor apresenta assim o manuscrito de Barata como parte da coleção de documentos sobre as fronteiras brasileiras. Nota-se ainda que esta coleção, em sua maior parte, foi constituída por documentos coletados ou copiados por republicanos históricos e seus emissários. Ela nasceu (ou tomou forma) nos anos iniciais da República brasileira, momento em que estes republicanos se enveredaram por questões diplomáticas na fronteira norte, especialmente Rio Branco e a questão do Acre. Sobre este ponto ainda é importante ressaltar um detalhe existente no manuscrito que existe na Biblioteca Nacional: sua dedicatória. Nela consta que o manuscrito foi doado em 28-07-1899 pelo “Senador e também historiador paraense Manuel Barata, neto do autor”. Assim o diário de Barata tem uma relação genealógica com um republicano histórico, já que Manuel Barata era próximo a autoridades paraenses de primeira linha no cenário republicano como Lauro Sodré e o crítico literário e educador José Veríssimo. Barata provavelmente viu no diário de seu avô um documento relevante para a história diplomática republicana. E ele não foi o único. A ideia do artigo de Lapa e Silva também percebe claramente esta importância. Contudo vai além de apresentar sua relevância dentro de uma coleção histórica e diplomática. Ele analisa sumariamente a viagem de Barata diante dos interesses internacionais ali presentes entre os portugueses e a comunidade judaica-portuguesa no Suriname. Também estão presentes questões fundamentais como os problemas sérios na fronteira norte do Brasil e especialmente a disputa entre Portugal, Brasil e França diante do conturbado contexto Napoleônico. Este artigo é fruto de uma pesquisa mais para a dissertação de mestrado do autor intitulada: “A ordem desejada e a desordem promovida: acordos, motins e mestiços na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817)”. Neste contexto, o artigo de Lapa e Silva recupera um diário em uma coleção republicana e o valoriza para os debates diplomáticos sobre a fronteira norte.

Além do artigo de Lapa e Silva outros dois pesquisadores também analisaram o mesmo diário. Trata-se de um artigo escrito por dois pesquisadores da história das populações fronteiriças da Amazônia. Escrito por Jonas Queiroz e Flávio Gomes, este segundo texto analisa a formação de identidades e de reconfigurações coloniais e pós-coloniais na fronteira norte, privilegiando a formação de comunidades quilombolas na região.⁵ Os dois articulistas fizeram uso da versão impressa do diário⁶ e sua ideia era perceber o diário como uma fonte relevante para estudos sobre uma faceta ímpar na fronteira norte na virada do século XVIII para o XIX: o problema no trato com a mão de obra escrava de origem africana. Aqui o texto de Barata foi citado por uma razão pontual. Tratava-se de um caso descrito no diário e que envolvia o Barão de Hogoritz. Este nobre tinha fugido de Caiena e se refugiado em Paramaribo depois da revolução no Haiti. Segundo Barata, Hogoritz teria interesse de se estabelecer no Pará, mas temia as reações das autoridades portuguesas. Os autores ressaltam ainda

5 QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio dos Santos. “Amazônia, fronteiras e identidades. Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)?” *Lusotopie*, 2002/1, p. 25-49.

6 Aqui vale pontuar que, embora citado como publicado na revista do IHGB de 1854, ao que tudo indica, os autores utilizaram o diário de Barata na publicação de 1846 (*Ibidem*, p. 48).

que o mais interessante no diário de Barata seria que ele contava – na forma de uma anedota – que os “negros noutra tempo escravos de Hogoritz em Caiena, não querendo sair do serviço e casa do dito, ainda depois de livres pelo novo sistema, aí voluntariamente se conservavam e cultivavam as plantações, que ele lá deixava, socorrendo-o, e assistindo-lhe em Suriname com o produto delas”⁷? O diário de Barata servia aqui para revelar as relações entre os senhores de escravos na fronteira norte e o medo coletivo em Portugal e no Pará de uma nova revolta escrava como a do Haiti.

Pelo que pude analisar, o mesmo diário foi percebido como fonte diplomática por homens de letras no Império e, sobretudo, pelos da primeira República. Estes homens depositaram o manuscrito em uma coleção da Biblioteca nacional, mas, antes disso, eles já o tinham publicado em uma significativa revista histórica como a do IHGB. Por outro lado, contemporaneamente o mesmo diário colabora em uma dissertação de mestrado e em um artigo sobre os problemas com a população escrava na região fronteira norte. Será que estes temas esgotariam os usos que este documento pode comportar? Creio que não e que podemos ampliar ainda mais esta leitura e uso do diário de Barata.

Razões para revisitar o Diário do porta-bandeira: a questão metodológica da fonte em si

Começarei pela negativa. O diário de Barata não é um relato de viagem que pode ser equiparado aos mais tradicionais em uso e leitura pelos historiadores. Embora trate de fronteiras, não se trata de uma viagem filosófica, científica ou de demarcação de limites, como as que empreenderam na Amazônia pessoas de letras e ciências como Charles Marie La Condamine e depois Alexandre Rodrigues Ferreira.⁸ Barata até descreve aspectos científicos e compara o estado das ciências no Pará e nas Guianas, em especial no Suriname. Todavia este não era o foco principal de sua viagem. Também não é uma viagem exploratória e até exógena, (científica e ou comercial) como fizeram Spix e Martius e tantos outros estrangeiros. Como bem enfatiza Silvia Hunold Lara, muitos viajantes estrangeiros tinham olhos voltados ao que lhes parecia exótico e problemático, como a multidão de pretos e mulatos e seus perigos diante da autoridade senhorial e de seus limites tênues no século XVIII.⁹ Mesmo enxergando negros e escravos, Barata fez isso mais para às Guianas e deixou de ver os mesmos africanos na Amazônia Brasileira. No lado português ele privilegiou a descrição dos indígenas e o papel central dos brancos portugueses no controle da produção vinculada ao grande comércio internacional. Estas escolhas certamente são políticas. Tratava-se de um Diário, ou melhor, um diário-relatório, detalhado e minucioso.

7 *Ibidem*, p. 48.

8 COELHO, Mauro. “As viagens filosóficas de Charles – Marie La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: EDUFPA, 1999, p. 97-127.

9 LARA, 2007, p. 126-172.

Este diário não tinha muitas pretensões literárias. Ele impõe ao leitor uma longa descrição de um itinerário cotidiano. Ele refere-se a uma viagem feita por canoas, que precisa de braços indígenas que vão mudando ao longo de todo o percurso. Temos em mãos um diário de um militar porta-bandeira português e emissário régio pelos rios amazônicos. Uma descrição que privilegiava a passagem em cidades, vilas e povoados fundados pelos portugueses e europeus desde Belém no Pará Paramaribo no Suriname. Acima de tudo trata-se de uma viagem encomendada pelo serviço de Sua Real Majestade e a ele devedor. Isto está bem claro em um ofício que abre o manuscrito de Barata, e que é datado do Pará em 29 de abril de 1799.

Este ofício introdutório ao diário está dirigido ao governador do Pará D. Francisco de Souza Coutinho, que era o interlocutor do autor junto à rainha, D. Maria. Neste documento inicial o autor expõe o que denominou de “distinta honra de ser nomeado” pelo mesmo governador para “ir ao Suriname, em Diligência do Real Serviço”. Alerta que o diário seria “parte da mesma Diligência”. O autor até se desculpa pela imperfeição do mesmo e esclarece que pelas moléstias que teve, ele resultou no que foi possível ser feito. Temos em mãos um diário-diligência. E qual diligência seria esta?

A diligência aparente e a secreta

Em suas cento e quarenta e oito páginas manuscritas com uma letra corrida perfeita, há uma descrição detalhada de uma missão. O porta-bandeira Baratabuscava encontrar um médico judeu e português chamado Davi Nassi, um dos principais líderes da comunidade judaica local. Barata deveria entregar ao mesmo Nassi uma carta do forte ministro português D. Rodrigo de Souza Coutinho, irmão do governador do Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, que escrevia em nome da Rainha mãe Dona Maria. Mas por que um porta-bandeira português, representante de uma monarquia católica e vindo do antigo Grão-Pará faria esta visita a um representante da comunidade judaica do Suriname em 1798?

Há razões muito amplas e visíveis como a campanha do Rossilhão. Como um desdobramento dos conflitos pós Revolução Francesa, entre 1793 e 1795 Portugal participou desta Campanha, na qual os lusitanos ajudaram os espanhóis na luta contra os revolucionários franceses. Tratava-se de uma luta, na qual estava em jogo o futuro das monarquias absolutistas europeias das quais Portugal e Espanha eram representantes. Neste conflito houve vários incidentes no além mar americano. Por exemplo, uma embarcação lusitana foi pirateada por franceses no Caribe e vendida aos holandeses do Suriname. Neste caso em particular os tripulantes desta embarcação, foram acolhidos pela comunidade judaica portuguesa do Suriname e reembarcados para Portugal. A ida do porta-bandeira Barata ao Suriname seria um agradecimento oficial da rainha portuguesa e de seus emissários a Davi Nassi, o judeu português que liderou este gesto de solidariedade.

Apesar da importância dos judeus e de sua participação no caso do roubo do navio português, a missão de Barata não terminava com a entrega dos agradecimentos formais. Se por um lado havia um interesse aparentemente amplo e diplomático, ele parece ser também um pretexto para outras

razões para esta viagem. Ali também havia a questão do mapeamento dos rios amazônicos em zona de fronteira e uma sondagem sobre como a comunidade judaica portuguesa no Suriname poderia ajudar aos portugueses amazônicos na luta contra os franceses. Exploração de novas rotas comerciais, espionagem contra os franceses e estabelecimento de alianças. Neste leque mais amplo de razões é possível melhor entender o percurso navegado por Barata. A maioria destes motivos, todavia, seriam secretos e envolviam pesadas questões diplomáticas.

A partir deste universo de tensão de comércio e guerra, desde 1790, a monarquia portuguesa encarregou o governo do Grão-Pará a um de seus mais preparados homens de Estado, D. Francisco de Sousa Coutinho, irmão de um dos ministros fortes do monarca regente D. João VI, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Ainda em 1793, ano do início da campanha de Rossilhão, Souza Coutinho oficiou a Lisboa relatando as maquinações dos franceses na fronteira norte na América e a situação portuguesa no conflito. Escrevia o ilustrado português que recebera notícias da fronteira por um seu agente, o sargento de Macapá Manoel Felipe. Este já era o segundo homem em expedição que o governador mandava à região desde que assumira o comando do Grão-Pará. Isto dava a dimensão das dificuldades vividas em zonas de fronteiras como aquela com as Guianas. Preliminarmente, ainda em 1791, o governador havia mandado para a fronteira outra expedição com a missão de espionar aos franceses e concluir as obras do Forte em Macapá. Para lá havia seguido o renomado ajudante de ordens chamado Manoel da Costa Vidal. Contudo este Ajudante enlouqueceu durante a viagem, e teve que ser resgatado por seus companheiros de viagem, o que atrasou a expedição, que só alcançou o lado português da fronteira.¹⁰ Mesmo assim Souza Coutinho havia sido informado que existia muita movimentação de gentes nas fronteiras e sabia ainda que as obras do forte em Macapá também foram comprometidas. Souza Coutinho parecia apreensivo, pois para ele os franceses pretendiam construir um forte na zona do rio denominado pelos portugueses de Calçoene e pelos franceses de Vicente Pinçon. De acordo com as informações recebidas por seus homens espíões, ele ficara sabendo que os índios moradores dos rios Carapaporis e Maycaré tinham visto a movimentação de muita gente que denominavam de “Angicos ou Ilhéus”. Sobre o assunto resumia Souza Coutinho:

Os franceses talvez antes de saberem em Caiena da declaração da guerra com a Holanda e a Espanha tinham alguma vista sobre esta Costa [portuguesa na América] e que depois desistiram dela para cuidarem na conservação dos seus próprios estabelecimentos; e pode ser que esta gente que os índios chamam de Ilhéus sejam alguns expatriados das ilhas [francesas] de que os ingleses se acham apoderados.¹¹

Governador do Pará entre 1790 e 1802, D. Francisco era o articulador português na Amazônia da política de defesa da fronteira norte luso-americana. Ainda em 1793 levantou nos documentos

10 Sobre esta primeira viagem também existe um relato escrito pelo ajudante da praça e São José de Macapá, Manoel Joaquim de Abreu. Ver Projeto Resgate, 1º jul. 1791, AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 7977, p. 7-50.

11 SOUZA COUTINHO, Projeto Resgate, 1º out. 1793, AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179, p. 3

da secretaria de Estado no Pará todos os indícios sobre esta fronteira para provar que as pretensões francesas no rio Calçoene seriam falsas. O governador do Pará concluía que a ideia dos franceses para tomar este rio estava ligada com a produção abundante de peixes que por ali havia no lago que o circulava. Contudo havia outros interesses. Escrevia Souza Coutinho que para os franceses de Caiena o insalubre rio Calçoene serviria:

para eles aproveitarem uma ou outra situação menos desvantajosa em que formem algum estabelecimento, que no tempo de paz lhe sirva de entreposto para o seu comércio clandestino com estes habitantes [do Grão-Pará] e no tempo da guerra para entreterem as forças com que nos podem vir atacar, já se vê que muito útil e necessário lhes fica sendo o dito terreno.¹²

Comércio clandestino e local de manobras militares: estas seriam as pretensões francesas na fronteira norte. Estes indícios eram razões importantes para que D. Francisco Souza Coutinho se tornasse um forte articulador da política portuguesa na região. Sua correspondência com Lisboa recuperou que lhe foi dado um financiamento razoável para que o governador implementasse na região uma significativa transformação. Era preciso combater o comércio clandestino com o Caribe e promover uma maior integração da parte norte do Império com o mundo português através do porto de Belém. Neste sentido impulsionou-se uma política de integração comercial entre o Grão-Pará e Mato Grosso e Goiás a partir do complexo hidrográfico do Madeira.

Por esta política se articulava a economia do ouro e diamantes oriundos da região mais central da América portuguesa com seu porto de escoamento pelo Pará e sua capital em Belém. Também foram criados estabelecimentos e entrepostos comerciais nas margens dos rios para facilitar este comércio.¹³

A viagem de Barata trazia a possibilidade de se fomentar outro rumo para as relações comerciais portuguesas. Diante dos problemas com a França e da proximidade geográfica com a Guiana Francesa, a fronteira com a Guiana Holandesa era muito estratégica. Assim a aliança comercial com os judeus portugueses ali residentes era fundamental para um governador como Souza Coutinho. Em vários momentos de seu relato o porta-bandeira Barata revelava a situação estratégica dos portugueses e dos holandeses no cenário internacional. Havia, no entanto pontos em comum, mas também existiam notórias diferenças.

Quando chegou ao Suriname, por exemplo, o porta-bandeira relatou seus sentimentos sobre a situação política internacional que o levara até ali e o papel que julgava desempenhar neste cenário. Ao mostrar no mapa ao governador holandês sua saga pelos rios e cachoeiras desde Belém do Pará até o Suriname, ele propositalmente omitiu informações relevantes a navegação na região. Mesmo assim todos se espantaram com a magnitude da viagem. Barata aproveitou para elogiar os portugueses

¹² AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179, p. 4.

¹³ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 170.

diante dos holandeses e demais povos europeus. Disse que seu feito não seria de “admirar em homens”, que, como ele seriam “destinados pela Providência desde o berço, a padecer necessidade e incômodos”. Lembrava ainda que ele servia militarmente a um superior que o glorificava. Sobre Souza Coutinho o porta-bandeira rasgava elogios. O governador seria um exemplo a todos os militares portugueses no Grão-Pará porque:

sendo das Principais Famílias, e primeira Nobreza de Portugal, criado com mimo e delicadeza, que lhe era própria, assim mesmo senão poupava a trabalho algum ativo, e infatigável no Serviço da Nação, e da Soberania, de quem tinha obtido toda a confiança, e distinta Mercês, como penhores de outras ainda maiores, que merecia por muitos títulos, e mormente pelo seu Governo feliz, e laboriosíssimo no vasto Estado do Pará, e do Rio Negro pelo espaço de oito anos, e nesta época a mais crítica de uma Guerra universal.¹⁴

O cenário da chamada “guerra universal” foi tratado em vários instantes por Barata. Ao chegar na fronteira holandesa, por exemplo, o porta-bandeira notou que o território estava mais do que ocupado pelos aliados ingleses. Um oficial holandês lhe esclareceu a situação. Essequebo e Berbide e todas as mais cidades por onde passasse Barata estariam sob o governo civil dos holandeses, mas sob o governo das armas inglesas. Causou espanto em Barata a estranha situação política do Suriname. Até mesmo os oficiais holandeses eram remunerados pelos ingleses. Sob este tema Barata comentava:

Acabado o jantar, veio o chá, e nos aparelhos divisei as mesmas armas [inglesas]; não perguntei coisa alguma; porém fiquei persuadido de que eles [os militares holandeses] eram assistidos não só com o necessário, e útil; mas até com o agradável, e ainda com o supérfluo, para manter a um Militar alegre, e robusto, como é justo que seja.¹⁵

E ainda concluía que sua viagem representava algo mais do que o que os militares holandeses denominavam de uma “resignada obediência dos vassalos” a seu príncipe e a sua rainha D. Maria. Barata relatou aos holandeses que os portugueses, “em todos os tempos foram prontos em sacrificar a vida pelos seus Amáveis Soberanos”. Que eles pensavam em seus soberanos e adoravam suas bandeiras “em todas as partes do mundo” e que:

14 BARATA, Francisco José Rodrigues. *Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho*. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. C.E.H.B. n.º 1.041, cod. XIII (4-15) ou publicado na RIHGB, 1.º trim. 1846, p. 1-53 e 2.º trim. 1846, p. 157-204, p. 160.

15 *Ibidem*, p. 156.

obedeciam, e respeitavam a Aqueles [soberanos portugueses], mais como filhos que como vassallos, com fidelidade, e amor tão puro que por eles se exporiam a tudo, esquecendo-se de quanto lhes poderia servir de escusa e mostrando-se antes ofendidos quando se lhes contemplam os seus interesses pessoais para deixarem de os empregar no Serviço do Soberano e da Pátria. Que a Nação Portuguesa bem se podia aplicar o pensamento de um famoso e antigo Poeta: *Per damna, per codes, ab ipso; Ducitopesanimumque ferro.*¹⁶

É certo que o porta-bandeira exagerava seu patriotismo, mesmo porque escrevia um diário a ser entregue ao seu governador. Contudo também é correto perceber que a saga de Barata tinha também o objetivo de dar ao governador Souza Coutinho dimensões distintas de atuação. Por um lado Barata relatava inicialmente como estava a política do governador dentro do interior mais distante e fronteiro do Grão-Pará em 1798. De outro lado Barata, ao descrever o Suriname estabelecia padrões comparativos entre o Grão-Pará português com o holandês e com as outras Guianas especialmente com a belicosa Guiana Francesa.

Para o primeiro momento, em alguns instantes o porta-bandeira elogia o trabalho de integração comercial já articulado por Souza Coutinho no rio Amazonas. Por exemplo, logo no início de sua jornada em 30 de março de 1798, Barata relatava que, a uma maré de distância de Belém, já havia engenhos como o do Sr. José Ferreira no rio Moju. Eram propriedades como a denominada de Jequeriassú.¹⁷ Talvez por ser comum, a paisagem do em torno de Belém e suas ilhas foi pouco descrita pelo porta bandeira Barata. Neste primeiro momento o que certamente estava na articulação do governador Souza Coutinho pouco interessava a missão de Barata. Tratava-se do fomento ao trabalho escravo de origem africana. Era mais importante analisar o comércio internacional em um cenário mais amplo e perceber mais pontualmente os problemas portugueses na zona das fronteiras com as Guianas.

Entre a guerra universal e o comércio mundial

Se o cenário internacional favorecia a aproximação com os judeus do Suriname, o comércio na região era o alvo principal. Durante todo o percurso Barata relatou em seu diário os produtos comercializáveis. É impressionante a variedade e também a distribuição destes produtos ao longo da viagem. A tabela a seguir mapeou as localidades por onde Barata passou, os produtos que por ali encontrou e que habitantes viviam e organizavam a produção localmente. Foram trinte e três locais, sendo que destes, vinte e oito estavam do lado português e apenas cinco do lado estrangeiro (holandês ou inglês).

16 “Pelas perdas, pelos códigos, pelo que; Leva a riqueza e alma na espada” (tradução minha). *Ibidem*, p. 158.

17 *Ibidem*, p. 30-31.

TABELA 1. Produtos comercializáveis destacados no diário da viagem do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1798-99), de Belém à Paramaribo

Nº	Produtos	Localidade	Habitantes que organizavam a produção	Trabalhadores preponderantes
1	Engenho de açúcar e cachaça	Rios Moju, Limoeiro, Tapiim e Tajapuru	Branços	Nada consta
2	Agricultura e colheita de cacau	Rio Amazonas, Gurupá	Branços	Nada consta
3	Agricultura e colheita e cacau	Boca do Aquiri, onde se comunica Amazonas e Xingú, Rio Curirua, Vila de Almerim	Branços	Nada consta
4	Agricultura, cacau, extração das drogas do Sertão, salsa, cravo, pintura de cuias, comércio	Monte Alegre	Branços	índios
5	Diversos ramos de comércio, agricultura, colheita de cacau, mandioca, feijão, peixe seco, manteiga, calefação de embarcações	Santarém	Branços	Nada consta
6	Importantes cacaos, lavoura, comércio	Rios Arapi e Parana-miri, Alenquer, Óbidos	Branços	índios
7	Nada consta	Vila Nova da Rainha, Rio Negro	Branços	Índios de diversas nações selvagens
8	Cultura do tabaco, o melhor do Estado. Peixes, pesqueiro real	Rio Cararucú e Atomá, Vila de Silves	Branços	Muitas nações indianas
9	Fabrico do tabaco, café, pescarias	Vila de serpa	Tem moradores brancos	indígenas
10	Agricultura, fabrico do tabaco, algumas pescarias, fatura de manteigas de ovosde tartaruga	Sítio Matari, Fortaleza da Barra do Rio Negro, vila de Barcelos	Tem muitos moradores Brancos	indígenas
11	Nenhum comércio	Ilhas e canais, LocalAirirão	Muito pouca população	
12	Não pode reconhecer o gênero de comércio e agricultura	Vila de Meira	Muitos brancos	índios
13	Não tem comércio nem agricultura de exportação	Lugar de Carvoeiro	Alguns brancos	População numerosa indígena
14	Muito pouco comércio e agricultura. Cultivam gêneros de primeira necessidade e café para qual dizem que a terra é própria	Vila de Poiares	Alguns moradores brancos	Índios
15	Terra própria para anil e café, cultivados em pequenas porções	Barcelos	Vila antiga, mas foi abandonada. Poucos brancos	Índios

16	Peixes, tartarugas, ovos e manteiga. Tudo em pequenas proporções. Tem terras propícias aos cacau e café e vastas campinas para gado. Há pequenas fazendas e uma real com 900 a 1000 cabeças	Boca do Rio Branco, ilhas, canal Mojaú	Nada consta	índios
17	Roça de mandioca. Sem comércio e agricultura	Lugar Santa Maria Pesqueiro Régio	Um soldado com alguns índios e índias e um missionário	Índios. População muito pequena
18	Sem comércio e agricultura. Fazem cordas de cipó	Lugar do Carmo	Padre	Índios. População pouco numerosa.
19	Outrora teve feitoria de peixe	Local Sarumú	Nada consta	Nada consta
20	Nada consta	Povoação Santa Maria Velha	Nada consta	Hoje não tem ninguém
21	Nada Consta	Rabo da cachoeira, SitioMatapi	Nada consta	Nada Consta
22	Sem comércio ou agricultura	Povoação conceição	Sem diretor	Consta que tem 15 habitantes
23	300 cabeças de gado, mas dizem que as campinas são vastíssimas	Serra Carumá, Povoação Camameno, Fazenda Régia	Sem habitantes na povoação, apenas algumas árvores de fruta	indígenas
24	Nada consta	Fortaleza de São Joaquim, boca do Rio Taquetú, que ali deságua no Rio Branco	Comandante, sargento, cabo e vinte e tantos soldados	Guarnição composta por índios mudados todos os meses. Para ali passaram diferentes povoações de diferentes e extintas vilas. Havia poucos índios
25	Comiam algum peixe moqueado, ou assado ao fogo lento e alguns beijos chama-se beiju a um pão chato fabricado da massa da mandioca e alguns cabaços de sal. Tinham suas redes de dormir ou maqueiras quando chove. Ainda tinha arco, flechas e espingardas holandesas	Rios Surumú, o Mahú, o Saraurú	Nada consta	Diversas nações indígenas. Encontro com Índios Gentios da Nação Mapixana que faziam guerra contra os da nação Macochi
26	Nada consta	Local Trajeto, margem do Rio Repuniri	Nada consta	Dez Indígenas que acompanhavam Barata fugiram
27	As casas de sua habitação eram de palha e não se lhes divisava nelas outras coisas mais do que seus arcos e flechas, e a pobreza no meio da qual vivem com muita satisfação, e alegria.	Igarapé, pelo qual no rio cheio se vai para o Trajeto do Pirarára, e se vem sair no Mahú. Lago Apequeme	Nada consta	Indígenas da nação Macochi. Estes Índios selvagens. Estatura ordinária, bem nutridos e com boas feições; porém tingem por todo o corpo com urucu. As mulheres praticam o mesmo, usando de muita missanga nas pernas, braços e a tiracolo.

28	Pelo que pertence porém aos seus trajes, usos, e costumes, não tem diferença dos demais.	Foz rio Repurini. Muitas cachoeiras		Indígenas Caripunas. Ele tem estatura mais que ordinária, é assaz robusto, e não menos o parecem as mulheres.
29	Roças, fábrica de madeiras	Sítio das mulatas holandesas	Branco	Grande número de pessoas livres, e escravos próprios, assim e Índios como negros
30	Plantações de cana	Essequebo	Branco. Na fortaleza o comando é inglês e o governo civil holandês	negros
31	Plantações sem designar de que	Cidade de Demerari	Branco. Há uma fortaleza na entrada. Capitão holandês com soldo inglês Tropa cerca de 2000 praças e havia um regimento de negros	Negros
32	Plantações de algodão de fazer inveja	Berbiche	Branco	Negros
33	528 plantações, ou fazenda, a saber 99 engenhos de açúcar, 312 plantações de café e algodão, 4 de cacau, 11 fábricas de madeira, e 2 de tijolo, e telha.	Paramaribo	Branco	Negros

Fonte: BARATA, Francisco José Rodrigues. *Op. cit.*

Se pensarmos no lado português, Barata se preocupou em descrever a produção que era abundante ao redor de grandes cidades como Belém (Rio Moju), Santarém ou na Fortaleza da Barra e bem insignificante nas fronteiras com as Guianas. Mapeou a diversidade de produtos, sua adequação à natureza local e quem organizava o trabalho. A todo o tempo a descrição da prosperidade anglo-holandesa era comparada à portuguesa.¹⁸ No diário o local dos portugueses

18 Aqui é primordial ressaltar que há um estudo clássico de Ciro Flamarion Cardoso sobre o tema e que ele já abordava a importância de se comparar as economias das Guianas (em especial para Cardoso a Francesa) com a do antigo Grão-Pará. Cardoso, contudo, Cardoso trabalhou seu estudo comparativo dentro do que se discutia à época, a saber, a importância de se comparar o que se denominava então de “economias periféricas” ou “marginais” para a compreensão mais ampla de um sistema produtivo colonial americano e sua vinculação ao capitalismo emergente. Independentemente do uso da terminologia “periférica”, o estudo de Cardoso avaliava como relevantes as conexões do mundo lusitano amazônico com outras áreas coloniais (internas e externas ao universo português) já que este estudo nos faria compreender melhor o funcionamento mais amplo da colonização que se impunha na América (CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984).

foi privilegiado. Contudo, pelo lado português era mais usado o trabalho dos indígenas como mão de obra e para o lado inglês e holandês os negros de origem africana foram ressaltados. Também é importante notar que, na medida em que Barata vai se embrenhando nas matas e rios mais distantes de Belém e de grandes centros como Santarém, mais presente se faziam os povos indígenas e menos presentes os brancos europeus e portugueses. No início da viagem existiam muitos brancos no comando e produtos de exportação sendo colocados no centro da rota da exportação. Do meio para a aproximação da fronteira com as Guianas, a situação mudava. Nestes locais interioranos eram os indígenas a maioria do povo. Há o exemplo do Gentio Macoxi, localizados já em um distante afluente do Rio Branco. Diante da recusa do seu Principal em fornecer um índio prático para auxiliar Barata no o caminho envolto por enormes cachoeiras, nosso viajante teve que negociar e até penetrar na mata em busca do chefe Macoxi. Ele descreve a situação limite onde, para alcançar a moradia do Principal ficou perdido na mata, foi ridicularizado pelos Macoxi e ainda teve que viajar de volta a sua canoa a noite para não ser mais molestado com muitos pedidos e rogos destes indígenas. Neste cenário o militar português estava entregue aos indígenas. Narrava Barata:

Fiz-lhe saber [ao Principal] que eu queria me desse um dos seus vassalos para servir de prático nas cachoeiras do Rio Essequibo, mas quando eles ouviram a minha pretensão, se tornaram tristes, e o Principal, depois de haver falado com a sua gente, respondeu que não podia ser porquanto tinha poucos vassalos (...) Fiquei desgostoso; porém instei com agrados, e promessas; comi com eles algumas frutas de mamão, que me ofereceram, e enfim consegui ceder ele às minha rogativas, o que lhe agradei muito. (...) Passei a brindá-los com aguardente, de que gostavam sumamente, e com sal de que dei ao Principal uma grande cuia, e igualmente duas cuias pintadas. Todos os outros queriam a mesma oferta, mas como o negócio só dependia do Principal dei a este mais um frasco de aguardente e uma pequena porção de pólvora, e tratei de me despedir.¹⁹

Outro ponto interessante revelado a partir da tabela já descrita é quanto o uso da mão de obra. Barata ignorou ou omitiu o uso do trabalho dos africanos no lado português, embora saibamos que eram bastante utilizados nos centros portuários e comerciais como Belém e Santarém e ainda em engenhos e na criação de gado. Vale lembrar que Francisco de Souza Coutinho fomentou o trabalho escravo de origem africana. Segundo Arthur César Ferreira Reis, ele promoveu o tráfico africano em duas ocasiões, em 1792 e em 1797.²⁰ A omissão de Barata era estratégica. Para o lado das Guianas esta passa a ser uma informação valiosa e equiparada ao mapeamento de tropas, armas e riquezas produzidas pela região. Em Paramaribo Barata anotou aspectos do tráfico local. Escrevia

19 BARATA, Francisco José Rodrigues. *Op. cit.*, p. 29.

20 REIS, Arthur César Ferreira. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Governo do Amazonas, 1965, p. 154.

ele que “a Nação Inglesa tinha já introduzido na dita Colônia [do Suriname] mais de vinte e cinco mil escravos”. Barata estavapersuadido de que em pouca horas havia visto entrar naquele porto “cinco grandes Navios vindos da Costa da África com escravatura”. Ele concluía ressaltando que depois que os Ingleses tomaram posse da Guiana, se teriam estabelecido no local “outros muitos, e ricos Europeus seus Nacionais assim no comércio como na agricultura”. Contudo, apesar da riqueza, estes africanos traziam também problemas.

Os africanos, a riqueza e a rebeldia

Barata descreve que toda a Tropa da Guiana Holandesa se comporia de duas mil praças pouco mais ou menos. E neste número estaria compreendido o Regimento de Negros. Sobre ele relatava que quem os havia criado eram os Ingleses e que estes os

conservambem disciplinados, cujo corpo não deixa de ser sumamente útil pelos muitos serviços a que se aplicam porque eles não são exercitados só no manejo das armas; mas também no da marinha, e nos trabalho das Fortificações. Estes Negros foram mandados vir da Costa da África, e comprados a custa da Fazenda Real, de quem se pode dizer que são escravos na qualidade de soldados. Os seus oficiais são brancos até cabo de esquadra exclusive.²¹

Ainda sobre a guarnição Militar de toda a Colônia Barata relatava que ela se comporia de três Batalhões de Infantaria, de uma Companhia de duzentos Negros libertos, de um corpo de caçadores, e de alguns Engenheiros. Cada Batalhão tem seu Coronel Tenente coronel, e Major com a competente oficialidade. Sobre os negros lembrava que:

A dita Companhia de Negros é considerada como a mais útil à Colônia não só porque ela serve como Tropa Ligeira; mas também pelos contínuos ataques que tem em diferentes lugares da mesma colônia, contra os negros fugidos que de tempos em tempos atacam a diversas Plantações. Todos estes corpos não contam hoje mais do que 1 a 15200 homens; porquanto desde o princípio da guerra da França com a Holanda, não tiveram mais algum socorro de Tropa, e nesta Colônia senão assenta praça aos seus habitante.²²

21 BARATA, Francisco José Rodrigues. *Op. cit.*, p. 31.

22 *Ibidem*, p. 36.

No Pará havia o medo do contágio das ideias revolucionárias francesas. Estudos como os de Rosa Acevedo Marin,²³ Flávio Gomes²⁴ e Shirley Nogueira²⁵ esclarecem que se temia que os cativos de origem africana alocados no Grão-Pará entrassem em contato com as “ideias perigosas” a respeito de revoluções que chegavam da Europa e do Caribe, sobretudo através de Caiena. Para estes autores, os principais exemplos de contágio de tais “ideias” foram a Revolução Francesa, a Revolução do Haiti e as revoltas escravas (guerras *maroons*) da Jamaica e das Guianas (1795-1797). Para Shirley Nogueira este temor da contaminação das ideias francesas teria levando Francisco Souza Coutinho Shirley e Acevedo a pensar em uma contrarrevolução no Pará de 1790-1809. Para a autor 1790 foi um ano de “intensa mobilização militar no Pará”. Essa mobilização teria sido gerada pelo “processo de contrarrevolução desencadeado pelo governo Português depois da Revolução Francesa”. A ideia era barrar o ingresso de um ideário liberal. A missão de D. Francisco na Amazônia seria “evitar a entrada de ideias revolucionárias no Estado do Grão-Pará, principalmente via fronteira com a Guiana Francesa”. Para isso, o governador se valeu do que Nogueira afirma ser “um outro forte processo de militarização, que ultrapassou o final do século XVIII, chegando as primeiras duas décadas do século XIX”.²⁶

Militarização e temor ao francesismo, incremento no comércio e alianças com ingleses e holandeses, proteção de fronteiras e sedentarização de brancos como líderes do comércio interiorano na Amazônia luso-brasileira. O diário-diligência de Barata nos aproxima de todo este universo no qual os portugueses, apesar dos perigos vizinhos que os cercavam, ainda mantinham a região sob controle e produzindo um rico comércio exterior. Contudo se em 1798-99 Barata vivia ou projetava este cenário, os anos vindouros transformaram toda a região e devastaram sua vida pessoal.

Para além do Diário de Barata: entre o viver pessoal e o de sua incerta pátria amazônica-portuguesa

É preciso ir além desta viagem para compreender melhor seu significado de longo prazo. Quando encontrei o diário de Barata resolvi pesquisar seu nome em meus bancos de dados. Em pesquisa nos documentos consultados em Arquivos de Portugal e nos do Pará pude localizar alguns

23 ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. “A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará”. In: CUNHA, José Carlos C. (org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: UFPA/UNAMAZ, 1992 (Série Cooperação Amazônica).

24 GOMES, Flávio dos Santos. “Los Cimarrones y las mezclas étnicas en las fronteras de las Guayanas. Siglos XVII-XX. Universidad de Los Andes. Procesos Históricos”. *Revista de Historia y Ciencias Sociales*, nº 16, 2009, p. 24-39; GOMES, Flávio dos Santos & ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. “Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII)”. *Revista de História (USP)*, São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, nº 149, 2004, p. 69-108. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistadehistoria/arquivos/RH-149.pdf>>.

25 GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: EDUFPA, 1999.

26 NOGUEIRA, Shirley M. S. *Razões para desertar: a institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA-UFPA, Belém, 2000, p. 25.

importantes indícios sobre o que ocorreu com Barata depois de sua viagem ao Suriname. Para minha surpresa localizei vinte e cinco documentos que diretamente tratavam do porta bandeira Barata, sendo que destes, um total de 17 (68% deles) foram escritos pelo próprio porta bandeira. O que estes outros documentos revelam?

Em um primeiro momento Barata tentou promoções dentro da estrutura administrativa colonial, o que demonstrava que embora ele dissesse em seu diário que colocava o servir a Portugal acima de sua vida pessoal, na prática, a sua viagem certamente foi percebida como uma alavanca em sua carreira. Por exemplo já em novembro de 1799 Barata já era alferes do Regimento de Infantaria da praça do Macapá.²⁷ Nesta data ele remeteu ao príncipe regente [D. João], um requerimento solicitando licença de um ano para se deslocar ao Reino. Não sabemos se Barata alancou ou não seu pedido, mas o certo é que em 1802 ele já não era mais alferes em Macapá, mas sim sargento-mor do 3º Regimento de Infantaria de Milícias de Cameté.²⁸ Todavia ele não estava ainda feliz e em novembro do mesmo ano tentava voltar à Macapá, mas como sargento-mor.²⁹ O interessante neste ofício é que Barata alegava que queria voltar para Macapá devido à separação de sua família e de seu estabelecimento. Assim ficamos sabendo que ele se enraizara na fronteira norte. Em 1803 Barata retomou o assunto de sua viagem ao Suriname para solicitar ao príncipe regente a honra de lhe conceder um pedido de mercê do hábito da Ordem de Cristo.³⁰ Finalmente em 1806 Francisco José Rodrigues Barata, oficiavapara o príncipe regente [D. João], solicitando a mercê da serventia vitalícia do ofício de escrivão da Câmara e tabelião do Público Judicial e Notas da vila de Cameté.³¹ Assim, entre 1799 e 1806 Barata trabalhou para o príncipe regente português entre Cameté, Macapá e provavelmente tenha até seguido em licença à Lisboa.

Em 1811, contudo, Barata voltou a viajar para mais longe em nome do monarca. Desta segunda vez Barata não ia em missão de agradecimento e espionagem, mas de controle e segurança pública. Pude localizar um ofício de João Severiano Maciel da Costa, o conde de Aguiar, informando, entre outras coisas, da chegada de Barata em Caiena para controlar a rebelião da tropa paraense/cearense que pleiteava a volta imediata para casa. O português que tinha visto os problemas com os escravos nas Guianas holandesa e inglesa, via agora um levante de tropas no lado português durante a tomada portuguesa de Caiena (1809-1817).³² Estas tropas eram fortemente formadas por mestiços e indígenas

27 AHU_ACL_CU_013, Cx. 116, D. 8947.

28 AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D. 9479.

29 AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D. 9489.

30 AHU_ACL_CU_013, Cx. 124, D. 9557.

31 AHU_ACL_CU_013, Cx. 138, D. 10459.

32 Sobre a conquista de Caiena há uma bibliografia construída por luso-brasileiros e por franceses. Para ficar só do lado brasileiro, lembro que apenas Arthur César Ferreira Reis, entre os anos de 1940 e 1960 publicou três importantes ensaios sobre o tema, que hoje são clássicos. Estes estudos revelam a preocupação do autor com a defesa da fronteira do futuro Império e Estado Brasileiro. Tem uma visão hoje ufanista, mas seus estudos fizeram vir a tona temas e fontes muito relevantes como a transferência do jardim botânico de Caiena para Belém e a delicada questão do comércio entre a Amazônia e o caribe (REIS,

e deram muito trabalho ao governador português de Caiena e também ao agora oficial Barata, segundo estudos de Brito³³ e de Lapa e Silva. Para este último autor:

Neste momento de 1808-1809, estes “indígenas” e mestiços cumpriam determinações atreladas aos descaminhos das guerras do Velho Mundo. Guerras, cuja compreensão de seu significado político, por parte destes homens, permanece ainda como uma incógnita.³⁴

E ainda concluía:

(...) ainda que servindo como vassallos a um rei em guerra, a ameaça de coerção e de trabalho forçado continuava pairando sobre suas cabeças: uma forma que as elites portuguesas tratavam suas “conquistas”, algo que continuava a persistir de maneira um tanto distinta. Certamente ainda muito presente para Maciel da Costa, pois seu discurso transborda em referências étnicas. Ainda que ele tenha se referido aos soldados apenas genericamente como “Índios” e não pelo etnônimo da “tribo” ou da “nação”, fica evidente o estabelecimento de uma relação que deixava explícito que estes soldados tinham uma formação distinta da sua.³⁵

Também Ciro Flamarion Cardoso avaliava como precária a situação dos soldados paraenses que tomaram Caiena. Isolados, sem mantimentos suficientes, com soldos muito atrasados e discriminação diante dos negros dos franceses, estes homens eram alvo fácil para revoltas. A primeira revolta foi em 1809 e a segunda em 1811. Foi para esta segunda que Barata foi convocado a vir de Belém. Como afirma Cardoso a repressão do governador português em Caiena foi grande:

Quando de outra tentativa de motim, no início de março de 1811, denunciada pela mulata Ethelinte (que foi alforriada por Maciel da Costa), a intervenção severa das autoridades militares, em especial do Tenente-Coronel Francisco

Arthur César Ferreira. “O Jardim Botânico de Belém”. *Boletim do Museu Nacional. Botânica*, Rio de Janeiro (7), p. 1-14, set. 1946; _____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1953; _____. “A ocupação de Caiena”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. Tomo II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 278-299). Uma visão mais atual foi editada na revista *Navigador*, que revigora o tema entre especialistas mais antigos como Ciro Flamarion Cardoso e outros mais novos. Para maiores informações acessar site da revista e seu dossiê em http://www.revistanavigador.com.br/navig11/dossie/N11_dossie.html

33 BRITO, Adilson Junior Ishihara. “Viva a Liberté!”: cultura política popular, revolução e sentimento patrótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824. Dissertação (mestrado em História Social do Norte e Nordeste) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <http://www.btdt.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_arquivos16/TDE-2008-07-04T120844Z-4450/Publico/AJIB1.pdf>.

34 LAPA E SILVA, Iuri A. *Op. cit.*, p. 91.

35 *Ibidem*, p. 91-92.

Rodrigues Barata, se fez sentir; quatro líderes da rebelião foram fuzilados sem processo formal, sob protesto de Maciel da Costa.³⁶

Assim Cardoso avalia como uma ‘intervenção severa’ do agora comandante das tropas, o tenente-coronel Barata em 1811. Ao seu comando 4 líderes foram fuzilados sem direito a processo. O que estava em jogo na situação era a manutenção da hierarquia branca e poder sob os soldados indígenas e mestiços. O mesmo Cardoso avaliava que o intendente Maciel da Costa, por exemplo, teria uma posição ambígua: “ao mesmo tempo que era favorável a que se concedessem vantagens e uma posição social melhor aos negros e mulatos livres de Caiena, referia-se por escrito aos índios paraenses como ‘tapuias ferozes’ e ‘a canalha índia’”.³⁷

Apesar disso Maciel da Costa queria mediar e dar direito a estes soldados mestiços rebelados a um julgamento. O comandante Barata não lhes dava ao menos este direito. Assim a identidade mais evidente neste novo universo vivido pelo oficial Barata era a de um militar graduado ligado aos brancos portugueses ou europeus. Isto fica mais claro ainda quando, ainda dentro do processo de tomada de Caiena, o monarca português declarou que os judeus do Suriname, aqueles visitados por Barata, estavam autorizados e convidados a migrarem para o Pará. Segundo um estudo de Neves D. João teria convidado:

os indivíduos de uma pequena colônia de judeus portugueses estabelecidos na Guiana Holandesa, que ali se fixaram há muito tempo para fugir à Inquisição, a se transferirem com suas famílias e seus capitais para a capitania do Pará ou outra parte do Brasil que lhes melhor conviesse e onde eles encontrariam a seu favor a proteção e toda a tolerância necessária em matéria religiosa, afirmando que eles poderiam praticar suas casas sua religião sem a menor inquietação, inconveniente ou temor.³⁸

A autora ainda ressalta que cartas foram trocadas entre o governo português e o rabino desta comunidade, mas “a questão manteve-se apenas como projeto. Apesar de todas as garantias oferecidas, não havia por parte dos judeus a confiança necessária para acreditar em tal promessa”.³⁹

Por estes indícios percebemos que a viagem de Barata, a guerra aos franceses e a tomada de Caiena aproximaram os mundos lusitano e holandês, mas do que isso aproximavam o mundo dos senhores brancos e donos de escravos. Em tempos de revoltas escravas e de tropas, as elites locais se associavam. Um bom exemplo desta união foi o termo de capitulação assinado depois da tomada de

36 CARDOSO, Ciro Flamarion. “A tomada de Caiena vista do lado francês”. *Revista Navigator*, vol. 6, nº 11, dossiê 7, 2011, p. 21. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.html>.

37 *Ibidem*, p. 21.

38 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Guerra aos franceses: a política externa de D. João VI”. *Revista Navigator*, vol. 6, nº 11, dossiê 7, 2011, p. 81. Disponível em: <https://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie7.pdf>.

39 *Ibidem*, p. 81.

Caiena. Segundo o estudo de Jean Soublin, em sua introdução o lado rendido explicava que fizera isso “menos à força do que ao sistema destrutivo de libertar todos os escravos, que se unissem ao inimigo e queimassem todas as plantações e portos, que lhe oferecessem alguma resistência”.⁴⁰ Teria sido o medo dos escravos e não dos portugueses e de suas tropas tapuias que levava o governador francês à capitulação.

Com este episódio de Caiena chegamos ao limite da ascensão profissional e administrativa de Barata. Não consegui saber o que fez Barata entre 1812 e 1821. O mais provável é que tenha se aposentado e se fixado em Belém do Pará, pois em 1821 ele retorna à cena sob um outro patamar.

Em 1811 o quadro político levava o rei português D. João VI a se fixar no Rio de Janeiro. Dez anos mais tarde o mesmo rei já estava de volta a Lisboa. E a posição de seu amado súdito o coronel Barata? As vésperas da adesão do Pará à causa brasileira e a independência feita no Rio de Janeiro, Barata foi alvo de uma dura acusação antipatriótica. Em 10 de julho Felipe Alberto Patroni Maciel Parente, um conhecido jornalista paraense o acusa de despotismo. Escrevia Patroni ao secretário de Estado de Ultramar:

A marcha governativa é sem dúvida mais despótica, porque dantes ninguém se atrevia a requerer sua justiça; hoje todos requerem, corporações; o povo em massa, ninguém é atendido. A mola real deste despotismo são dois Membros do Governo, o Cônego Romualdo Antonio de Seixas e o Coronel Francisco José Rodrigues Barata, que tendo adquirido todo o ascendente sobre os outros Membros da Junta, esta só faz o que eles dizem. É porém maior o ascendente do Coronel Barata; e sendo ambos egoístas, Barata é em demasia; refinando-se seu interesse com uma impostura desmarcada.⁴¹

Homem da ordem portuguesa Barata tornou-se um estrangeiro em sua própria terra paraense. Nos anos de 1820 sua situação se deteriorou. O que a vida de Barata pode demonstrar para os estudos sobre o lugar da colonização portuguesa na Amazônia da virada do século XVIII para o XIX? Fundamentalmente que tudo mudou entre 1798 e 1821. Barata saiu de porta-bandeira para tenente coronel. Saiu de Paramaribo, para Lisboa, de Cameté para o Rio de Janeiro, de Caiena para Belém. Conseguiu títulos e medalhas. Contudo, depois de 1820, tornou-se mais um dos portugueses odiados no Pará revolucionário, cuja revolta só irá aumentar até a mais viva explosão de 1835. Esta vida mostra uma face mais nítida do que poderíamos chamar do fim da época do colonizador português na Amazônia e no Brasil.

40 SOUBLIN, Jean, p. 101.

41 AHU_ACL_CU_013, Cx. 158, D. 12078.

Bibliografia

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. “A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará”. In: CUNHA, José Carlos C. (org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: UFPA/UNAMAZ, 1992 (Série Cooperação Amazônica).
- BARATA, Francisco José Rodrigues. *Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho*. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. C.E.H.B. n° 1.041, cod. XIII (4-15) ou publicado na RIHGB, 1° trim. 1846, p. 1-53 e 2° trim. 1846, p. 157-204.
- BARROS, Michelle Rose Menezes de. “*Germes de grandeza*”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (mestrado) – PPHIST-UFPA, Belém, 2006.
- BRITO, Adilson Junior Ishihara. “*Viva a Liberté!*”: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824. Dissertação (mestrado em História Social do Norte e Nordeste) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <http://www.btdt.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_arquivos/16/TDE-2008-07-04T120844Z-4450/Publico/AJIB1.pdf>.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. “A tomada de Caiena vista do lado francês”. *Revista Navigator*, vol. 6, n° 11, dossiê 7, 2011, p. 13-23. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossiez.html>.
- COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: EDUFPA, 1981.
- COELHO, Mauro. “As viagens filosóficas de Charles – Marie La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: EDUFPA, 1999, p. 97-127.
- GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista”. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: EDUFPA, 1999.
- GOMES, Flavio dos Santos. “Los Cimarrones y las mezclas étnicas en las fronteras de las Guayanas. Siglos XVII-XX. Universidad de Los Andes. Procesos Históricos”. *Revista de Historia y Ciencias Sociales*, n° 16, 2009, p. 24-39.

- GOMES, Flavio dos Santos & ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. “Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII)”. *Revista de História* (USP), São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n° 149, 2004, p. 69-108. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistadehistoria/arquivos/RH-149.pdf>>.
- LAPA E SILVA, Iuri A. “As canoas da desforra: anotações sobre viagem ao Suriname em 1799 mostram encontro com judeus portugueses”. *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/as-canoas-da-desforra>> acessado em 02 09 2011.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Guerra aos franceses: a política externa de D. João VI”. *Revista Navigator*, vol. 6, n° 11, dossiê 7, 2011, p. 70-82. Disponível em: <https://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie7.pdf>.
- NOGUEIRA, Shirley M. S. *Razões para desertar: a institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA-UFPA, Belém, 2000.
- QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio dos Santos. “Amazônia, fronteiras e identidades. Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)”. *Lusotopie*, 2002/1, p. 25-49.
- REIS, Arthur César Ferreira. “A ocupação de Caiena”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. Tomo II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 278-299.
- _____. “O Jardim Botânico de Belém”. *Boletim do Museu Nacional. Botânica*, Rio de Janeiro (7), p. 1-14, set. 1946.
- _____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1953.
- _____. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Governo do Amazonas, 1965.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

O Comendador Pereira Inácio. Um caso de benemerência nas duas margens do Atlântico

Alda Neto

CEPESE



FIGURA 1. Comendador António Pereira Inácio

“António Pereira Inácio foi professor de si mesmo e aprendeu impelido pelas leis da necessidade e pelo grande desejo de saber e de triunfar na vida”.

Introdução

A EMIGRAÇÃO ASSUME, na sociedade rural nortenha, um papel decisivo nos mecanismos de reprodução social.

Desde meados do século XIX que os jovens portugueses eram preparados para a emigração, através da aprendizagem de um ofício ou das primeiras letras, prática que não tinha qualquer aplicação na agricultura, mas considerada importante para todos os jovens que pretendiam emigrar.

Para além do processo de alfabetização levado a cabo, os jovens eram enviados para as cidades de Lisboa e do Porto, para aí aprenderem a atividade comercial como caixeiros. Este percurso que se

iniciava com o manuseamento das pesadas caixas de produtos da mais diversa natureza, conduzia muitos ao Brasil, levando nos bolsos as cartas de recomendação dos patrões ou as cartas de chamada dos familiares que já lá se encontravam. Chegados ao Brasil, estes emigrantes eram recebidos pelos familiares ou pelos comerciantes que os auxiliavam na integração no mercado de trabalho. Outras vezes, porém, ainda crianças, acompanhavam os seus pais, começando, desde muito cedo, a trabalhar de outro lado do Atlântico. Foi o que aconteceu com António Pereira Inácio, um jovem do Norte de Portugal.

Quem foi António Pereira Inácio?

António Pereira Inácio constitui um exemplo desses portugueses que emigraram para o Brasil com o objetivo de desenvolver uma atividade, cuja aprendizagem já tinha iniciado em Portugal e, que parte na companhia dos seus familiares, neste caso, o seu progenitor, João Pereira Inácio. Nasceu a 29 de março de 1874, na freguesia de Baltar, concelho de Paredes, filho de João Pereira Inácio e Maria Coelho Pereira.

Em 1884, emigrou para o Brasil na companhia do pai que aí já tinha sido emigrante. Pai e filho deslocaram-se para São Paulo, tendo-se instalado na cidade de Sorocaba, na casa de José e Lucrecia Pereira Inácio, tios de António Pereira Inácio. Nesta cidade, pai e filho trabalharam como sapateiros. Como refere Armando de Aguiar, na obra *Portugueses no Brasil*, António Pereira Inácio procurou complementar a sua aprendizagem com o desenvolvimento de um ofício – “de dia trabalha na oficina, ao lado de outros sapateiros, e à noite frequenta uma escola, onde aprende as primeiras letras”¹

Entre 1884 e 1888, João e António Pereira Inácio trabalharam de forma árdua procurando progredir, quer em termos profissionais, quer na sua instrução. No entanto, João Pereira Inácio sempre demonstrou alguma preocupação com a formação profissional:

Seu pai, reconhecendo que o filho não cabia na pequenez da sua oficina, colocou-o num estabelecimento comercial de Sorocaba e o rapaz tanto agradou ao patrão que este, dentro em poucos anos lhe confiava a direção do estabelecimento. (...) Mas, nessa subida, Pereira Inácio não esqueceu a cultura de que carecia, aproveitando as noites para estudar e frequentar as escolas.²

Em 1888, João Pereira Inácio regressou a Portugal, em virtude da doença da esposa, tendo deixado o seu filho na cidade de São Paulo, onde começou a trabalhar no comércio, na Casa Ferreira Júnior & Saraiva.

Após a aprendizagem da atividade comercial, partiu para a cidade do Rio de Janeiro, para trabalhar numa empresa importadora de tecidos, propriedade do comendador João Reinaldo Faria.³

Em 1892, criou um armazém em São Manuel, uma localidade do interior do Estado de São Paulo. O seu pai, que entretanto regressara ao Brasil, colaborou neste projeto. Com cerca de 20 anos, deslocou-se para Botucatu, onde dirigiu a firma Rodrigues & Pereira, que abastecia a população

1 AGUIAR, Armando de. *Portugueses no Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945, p. 152.

2 JÚNIOR, José Ribeiro da Costa. *A Árvore das Patacas: romance com uma descrição da vida no Rio de Janeiro há 50 anos*. Lisboa: s.e., 1947, p. 12.

3 João Reinaldo Faria era um português natural de Guimarães que emigrou para o Brasil, tendo-se dedicado à importação de tecidos. Criou a sua empresa de importação na cidade do Rio de Janeiro. Recebeu a Comenda da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa, por decreto do rei D. Carlos, a 29 de janeiro de 1903, e foi um importante benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. Em 1905, a filha de António Pereira Inácio, Maria Helena, foi batizada na igreja da Glória, no Rio de Janeiro, tendo como padrinho este *brasileiro*, natural de Guimarães.

ferroviária da Companhia Sorocabana. Nesta localidade conheceu Lucinda Rodrigues Viana, com quem viria a casar em 1899. Deste casamento resultaram três filhos: João, Paulo e Helena. Desde 1899 até ao final do primeiro terço do século xx, António Pereira Inácio desenvolveu uma indústria relacionada com o algodão, com o objetivo de produzir óleo vegetal, que veio, mais tarde, a ser encerrada. Esta fábrica recebeu a designação de Santa Helena e tornou-se num investimento pioneiro no Brasil.

Entretanto, em 1915, adquiriu uma fábrica de tecidos na cidade de São Paulo, onde acabaria por se instalar, bem como a sede da sua empresa. Em 1918, adquiriu o Banco União, que tinha falido, formando assim a Sociedade Anónima Fábrica Votorantim. Ao longo do século xx, foram criadas novas indústrias que se juntaram ao Grupo Votorantim. Em julho deste ano partiu para os Estados Unidos da América, onde contactou com algumas empresas industriais, chegando, inclusive, a ser funcionário de algumas delas. No ano seguinte tornou-se o primeiro presidente do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem.

Em 1923, recebeu a comenda da Ordem de Cristo de Instrução e da Benemerência. A cerimónia realizou-se no Hotel Esplanada, na cidade de São Paulo. Partiu, no ano seguinte, em viagem para a Europa, com o objetivo de acompanhar a sua esposa Lucinda Pereira Inácio, que necessitava de cuidados médicos que lhe foram prestados na clínica Valmont, na Suíça.

A sua filha, Maria Helena Pereira Inácio, casou com José Ermírio de Moraes, um jovem engenheiro originário do Nordeste brasileiro. Em 1924, José Ermírio de Moraes, casado com uma filha deste *brasileiro*, começou a trabalhar na Votorantim, tendo começado a assumir lugares de chefia no interior do grupo. José Ermírio de Moraes adquiriu algumas ações desta empresa, tendo contribuído para a diversificação das várias vertentes de negócio.

Os portugueses que emigraram para o Brasil demonstraram um constante balançar entre a terra natal e a terra que lhes deu meios económicos de sobrevivência, o que influenciou o seu retorno ou a sua permanência definitiva no Brasil.

Um exemplo deste investimento no Brasil é o caso do Comendador António Pereira Inácio, que nunca regressou definitivamente a Portugal, optando por aplicar a riqueza no Estado de São Paulo, como é o caso da cidade de Sorocaba.

Durante as décadas de 1920 e 1930, António Pereira Inácio realizou diversas viagens à Europa, nomeadamente a Portugal e França. As suas viagens a Portugal foram sempre relatadas pela imprensa local e nacional, sendo inclusive alvo de grandiosas festas de receção. A 3 de outubro de 1931, foi organizado um banquete, onde este emigrante participou juntamente com o seu irmão, Alberto Pereira Inácio,⁴ tendo sido este realizado em Vila Cova, freguesia do concelho de Paredes. Todavia, António Pereira Inácio manteve a presidência da Votorantim até à sua morte em 1951.

No Brasil, em 1936, o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, condecorou António Pereira Inácio com a Ordem do Cruzeiro do Sul.⁵

4 *O Progresso de Paredes*, nº 39, 3 de outubro de 1931.

5 JÚNIOR, José Ribeiro da Costa. *Op. cit.*, p. 10-11. “O Brasil deve a este Português, a fundação da sua maior fábrica de tecidos a que juntou ultimamente duas outras grandes fábricas, uma de óleo de algodão e sabão e outra de cimento e cal hidráulica, dando assim trabalho a mais de 10.000 operários e empregados que, junto dessas fábricas encontram as mais

O comendador António Pereira Inácio destacou-se pelo incentivo ao desenvolvimento industrial que imprimiu no Estado de São Paulo, construindo um complexo composto pela fábrica Santa Helena⁶ (aproveitamento de sementes de algodão); uma fábrica de cimentos; a Lusitânia (fabrico de tecidos) e a Fábrica Votorantim (preparação, fiação, tecelagem e estamparia de algodão). Posteriormente, dedicou-se ao fabrico de cimentos para todo o Brasil e dotou o sul do Estado de São Paulo com a primeira rede de telefones, bem como eletrificou a estrada entre Votorantim e Sorocaba. Foi, inclusivamente apelidado de Rei do Algodão e do Cimento no Brasil. Possuía uma vasta extensão de terras onde eram produzidas grandes quantidades de laranja, posteriormente exportadas para Inglaterra.

No Brasil... exemplos de benemerência

Para além desta faceta de grande industrial e empreendedor, o comendador António Pereira Inácio destacou-se pela grande benemerência e filantropia desenvolvidas no Brasil e em Portugal. Este *brasileiro* não regressou definitivamente a Portugal, tendo-se instalado no Estado de São Paulo, na cidade de Sorocaba e, posteriormente na cidade de São Paulo.

No Brasil, o comendador construiu caminhos-de-ferro particulares quer a vapor quer elétricos e bairros operários com um grande número de infraestruturas, como campos de jogos (futebol e ténis), escolas, espaços religiosos, teatro, farmácia e consultório médico:

Os seus atos de filantropia correm parrelhas com os seus triunfos no campo da indústria ao mesmo tempo que ergue fábricas, funda creches, asilos, lactários e escolas. Os seus atos de benemerência multiplicam-se...a parte mais importante da obra do grande industrial é a sua ação social. O grande Parque Industrial do nosso ilustre patrício é a cidade de Votorantim, onde existem, alinhados, em amplas ruas, muito mais de mil casas, que constituem, uma cidade moderna, cidade iluminada a luz elétrica, cheia de higiene e de conforto, com belas escolas para ambos os sexos, creches e cantinas que fornecem luz pelo preço da fatura. Tudo quanto precisam as numerosas famílias dos operários, que se computam em milhares de pessoas, pois bastará afirmar que só a fábrica de tecidos de Votorantim, que é a maior da América do Sul, emprega seis mil operários, homens e mulheres.⁷

agradáveis condições de viver em habitações confortáveis, creche, escola maternal, escola primária, campos de jogos, teatro, igreja etc.

– Razão porque o Governo Brasileiro agraciou o Comendador, com a comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul...

– E o Governo português lhe concedeu as Comendas das Ordens de Cristo e de Mérito Industrial. E bem merece as três comendas, Pereira Inácio, porque anima o trabalho numa área superior a 24.000 hectares de solo brasileiro, servida por 4 estações de caminho de ferro da Estrada de Ferro Soro-Cabana e atravessada por um caminho de ferro elétrico próprio, no qual uma das estações tem o nome de Nova-Baltar...”

6 A designação atribuída a esta fábrica está relacionada com o desejo de homenagear a sua filha.

7 AGUIAR, Armando de. *Op. cit.*, p. 160.

A 8 de dezembro de 1933, a Santa Casa da Misericórdia de Sorocaba homenageou António pereira Inácio através da colocação de uma placa de homenagem nas suas instalações. O emigrante doou à mesma instituição a sua habitação na cidade de Sorocaba. Nesta mesma cidade, colaborou com o Hospital de Santo António, o Hospital de Santa Lucinda⁸ e a Faculdade de Medicina, tendo, inclusive auxiliado na sua construção. A sua intervenção filantrópica destacou-se com a colaboração na implementação no sul do Estado de São Paulo da primeira rede telefónica.

A sua atitude de beneficência, também, se estendeu ao combate ao analfabetismo, um dos setores mais privilegiados pela sua atitude filantrópica.

O analfabetismo tem nele um implacável inimigo, inimigo irreduzível, que o combate em toda a parte. Os seus operários sabem ler e escrever para que possam ser elementos úteis à sociedade e a si próprios. (...) Por isso, nos aglomerados populacionais de Sorocaba, Santa Helena e Votorantim, há também igrejas, piscinas, campos de jogos e cinemas. Em vez de tabernas e casas de tavolagem, muitas bibliotecas com livros escolhidos onde não topam doutrinas dissolventes.⁹

Esta atitude de filantropia e benemerência além-atlântico, assim como a sua intensa atividade empresarial no Brasil, são profundamente retratadas na imprensa local, como acontece em jornais como *O Progresso de Paredes*, *O Comércio de Penafiel* ou *Jornal de Notícias*, tal como as suas deslocações a Portugal e a outros países europeus.

A Benemerência em Portugal

A freguesia de Baltar, terra de naturalidade de António Pereira Inácio, foi alvo de uma intensa atividade filantrópica, uma vez que este enviou remessas vultuosas de forma a promover o desenvolvimento desta localidade.

Um dos exemplos da benemerência em Portugal foi o contributo que este deu para a criação e organização da corporação dos Bombeiros Voluntários de Baltar. Em 1926, o jornal *O Novo Paredense* noticiou o seu apoio económico à população para criar esta instituição.

Na década de 1930, iniciou-se a construção de Hospital no concelho de Paredes, promovido pela Irmandade da Misericórdia. Para esta construção contribuíram em grande número os *brasileiros* regressados ou aqueles que ainda permaneciam no Brasil. Após a inauguração do Hospital, os *brasileiros* continuaram a ajudar a Misericórdia e o Hospital, como foi o caso de António Pereira Inácio que, em outubro de 1931, ofereceu 5 000\$00, valendo-lhe a nomeação como irmão benemérito da Misericórdia. O seu retrato foi colocado na galeria dos irmãos beneméritos, tal como aconteceu com outros *brasileiros* como Adriano Moreira de Castro, Zeferino Lourenço Martins ou Elias Moreira Neto.

⁸ Esta designação poderá ter sido atribuída como forma de homenagem à sua esposa.

⁹ AGUIAR, Armando de. *Op. cit.*, p. 160.

No ano de 1933, o comendador António Pereira Inácio realizou uma doação ao Hospital da Misericórdia de Paredes para que se pudesse construir uma nova ala.

Durante a década de 1930, Pereira Inácio deslocou-se com frequência a Portugal, tendo sido homenageado pela Sociedade de Geografia em Lisboa, em 1934. Esta homenagem promovida por esta instituição exaltou sobretudo a grande importância conferida pelo *brasileiro* à instrução. No artigo publicado no jornal *O Progresso de Paredes*, com o título *Um Paredense orgulho de Portugal*, foi destacado o trabalho no Brasil, nomeadamente no Estado de São Paulo: “A outra passagem compreendendo o parecer da grande figura intelectual do Brasil, sr. Paulo Prado, que se fosse governante do estado, mandaria distribuir nas escolas uma biografia do Sr. Pereira Inácio.”

Neste mesmo ano, António Pereira Inácio visitou a freguesia de Baltar. A sua residência encontrava-se em construção. Nesta visita, propôs a criação da Sociedade Humanitária de Salvação Nacional, com o objetivo de ajudar os mais pobres da freguesia, tendo para o efeito angariado fundos para a construção de casas para os mais pobres. O comendador Pereira Inácio ordenou a construção destas casas para os cidadãos mais pobres.

Na sexta-feira passada, 24 de setembro findo reuniu o sr. Comendador António Pereira Inácio, no seu palacete de Baltar, alguns dos seus amigos mais íntimos, aos quais deu a feliz notícia que ia construir nesta freguesia um grupo de casas destinadas aos pobres. (...) primeiro grupo de casas que constituíam a edificação dum bairro destinado a gente pobre e humilde da sua terra.¹⁰

A 18 de agosto de 1934, o jornal *O Progresso de Paredes* noticiou a criação de uma Escola-Modelo, apoiada por Pereira Inácio. Entretanto, já tinha sido solicitada autorização ao Ministério da Instrução para a construção e funcionamento. Nesta mesma altura, a freguesia recebeu a visita de Júlio Prestes de Albuquerque,¹¹ que se encontrava em Portugal a convite do emigrante baltarense.

Em outubro de 1934, iniciaram-se as obras das escolas em Baltar, promovidas por este emigrante. Entretanto este partiu para São Paulo, regressando no ano seguinte para a inauguração das escolas.

Em 1935, o *Jornal de Notícias* publicou um artigo sobre as atividades desenvolvidas pelo comendador em Baltar:

Entre as benemerências sem conta que a s. exa. tem realizado em Baltar, tomam vulto uma cantina permanente para os pobres daquela freguesia, e a criação de cursos escolares gratuitos e fornecimento de agasalhos aos necessitados, bem como uma importante quantia que despendeu para a instalação elétrica, facto

10 *O Progresso de Paredes*, n.º 353, 2 de outubro de 1937.

11 Júlio Prestes de Albuquerque nasceu em 1882, na cidade de Itapetininga, estado de São Paulo. Foi um político brasileiro, eleito como presidente do Estado de São Paulo em 1927. Em 1930, foi eleito como presidente da República do Brasil, mas foi impedido de tomar posse devido ao movimento revolucionário que eclodiu a 24 de outubro, quando a junta governativa assumiu o poder no país. Faleceu em São Paulo, a 9 de fevereiro de 1946.

que vai ser inaugurado, festivamente, no próximo domingo. Todo esse conjunto de benemerências, do sr. Comendador António Pereira Inácio, vai ser hoje admirado por entidades proeminentes e pela imprensa, uma visita à risonha e progressiva Baltar.¹²

No número seguinte, continuou a ser publicado o artigo sobre o comendador Pereira Inácio e a sua atividade na freguesia de Baltar:

Em Baltar não havia um albergue para os pobres, não havia uma maternidade, não existiam escolas. O comendador Pereira Inácio, (...) resolveu o problema – construiu um albergue para os pobrezinhos, levantou uma maternidade para as mulheres da sua terra e, finalmente, deu escolas às criancinhas. (...) A pobreza, em Baltar, é muita – e os pobres têm muitos filhos. Alugada uma casa – uma casinha pequenina e branca, de imaculada alvura – o comendador deu a creche D. Lucinda Pereira Inácio á sua terra. Nessa creche, as crianças – as que frequentam e as que não vão á escola – têm uma refeição diária, que lhes é distribuída ao meio dia.

Quer a escola, quer a creche ou o albergue para os mais pobres foram custeados na íntegra por este *brasileiro*. Simultaneamente, foram criados os meios para que as crianças pudessem frequentar a escola. Estes meios estavam relacionados, quer com a disponibilização de refeições, bem como de vestuário e de calçado. Como refere o tenente-coronel José Ribeiro da Costa Júnior, na obra *A Árvore das Patacas*, o socorro aos mais pobres de Baltar e a escola-cantina tinham um custo anual de 100.000\$00.

A creche *Lucinda Pereira Inácio* foi inaugurada em 1935 e destinava-se a prestar apoio às crianças mais pobres. A creche e a cantina funcionavam em edifícios anexos à casa de habitação do comendador, tendo sido transferidas posteriormente para esta. Aquando da inauguração, o comendador António Pereira Inácio foi homenageado pela população de Baltar, como se pode verificar pela seguinte citação:

A certa altura, uma velhinha entrou no cortejo e foi beijar a mão do Comendador, exclamando, com lágrimas de reconhecimento: — “devo a este santo o ter comidinha certa e cama que nem uma princesa”! Judice Bicker aproveitou o incidente para contar ao coronel [tenente coronel José Ribeiro da Costa Júnior]: — Esta velhota, que acaba de beijar a mão ao Comendador, é um dos muitos pobres que ele socorre com alimento, vestuário e cama.

No final da década de 1930, existiam, nesta freguesia, a creche D. Lucinda Pereira Inácio e a Escola Maternal *Portugal Novo*. Esta escola era frequentada por 110 crianças de ambos os sexos. No

¹² *Jornal de Notícias*, nº 26, 31 de janeiro de 1935.

dia 26 de junho de 1937, foi organizada uma recepção ao comendador Pereira Inácio pelas crianças que frequentavam a escola. Nesse dia, o comendador conheceu algumas das crianças que beneficiaram deste apoio. “Dum bom prédio onde funcionava uma escola-cantina, custeada pelo Comendador, saíam duas compridas alas de crianças dos dois sexos, muito asseadas nos seus uniformes cinzentos, empunhando cada uma um ramo de flores”¹³

A instrução dos adultos constituiu uma outra preocupação deste emigrante que, à semelhança de outros *brasileiros*,¹⁴ criou cursos de alfabetização em Baltar. Estes cursos já tinham sido criado em Sorocaba e em São Paulo para os operários que trabalhavam nas fábricas de António Pereira Inácio. Simultaneamente, demonstrou uma preocupação com a instrução dos adultos. Desta forma, em simultâneo, empenhou-se na criação de cursos de alfabetização de adultos à semelhança do que já tinha acontecido no Brasil em Sorocaba e na cidade de São Paulo. Os cursos noturnos de alfabetização de adultos eram frequentados por um grande número de pessoas.

O comendador António Pereira Inácio procurou ajudar Baltar, empenhando-se na eletrificação das ruas em colaboração com o administrador do concelho de Paredes, Tomás Lopes Cardoso. Em 1935, procedeu-se à inauguração da luz pública no Largo da Feira, entretanto renomeado de Largo Comendador Pereira Inácio, através de uma grande festa organizada para o efeito. *O Jornal de Notícias* noticiou esta inauguração, na qual o emigrante não esteve presente. Os convidados para a inauguração percorreram as ruas da freguesia, entretanto iluminadas.

Devido à intensa atividade filantrópica desenvolvida por António Pereira Inácio, um conjunto de personalidades paredenses procurou homenageá-lo. Assim, solicitaram à Câmara Municipal de Paredes através de um requerimento para a colocação de um busto no Largo da Feira, na freguesia de Baltar. A Câmara Municipal de Paredes deferiu o pedido, tendo-se iniciado os trabalhos para a colocação do busto. No entanto, o homenageado, que teve conhecimento desta iniciativa através de um artigo publicado no jornal *O Progresso de Paredes*, opôs-se à concretização desta iniciativa. A sua opinião foi manifestada através de uma carta que enviou, onde referia que esta homenagem não deveria ser levada a cabo, dizendo que não a posso aceitar por ser ela contrária aos meus princípios.

As minhas obras de caridade, aqui e em toda a parte, são feitas sem pretensões de espécie alguma, são feitas com o único fim de cooperar o mais possível para suavizar os sofrimentos da humanidade. Sahi da minha terra com 10 anos, e no Brasil aprendeu três cousas, que são: a 1.^a – aprendi a ler alguma coisa, pois aqui, em Portugal, aprender a ler é privilégio de rico; a 2.^a – aprendi a trabalhar, muito e muito; a 3.^a – aprendi também a arte de dar, pois sempre dei mesmo quando não tinha, isto é – fazia sacrifícios tirando de mim mesmo para dar aos outros.

13 JÚNIOR, José Ribeiro da Costa. *Op. cit.*, p. 10.

14 Estes cursos de alfabetização de adultos tornaram-se um fenómeno comum na década de 1930 no concelho de Paredes. O *brasileiro* Barão Lourenço Martins (Zeferino Lourenço Martins) criou, na freguesia de Cete, um curso noturno de alfabetização de adultos. Esta iniciativa teve um grande sucesso entre os habitantes desta freguesia e das outras limítrofes.

Esta arte de dar para acudir aos sofrimentos dos infelizes, é necessário ensiná-la aos ricos de Portugal que ainda não aprenderam, pois o ouro deles não tem préstimo algum para os seus Irmãos que sofrem, são insensíveis as dores do seu semelhante, sem outro cuidado na vida que não seja o seu gozo pessoal.¹⁵

Como podemos verificar pela carta transcrita, o comendador Pereira Inácio realça a instrução e o trabalho como fatores importantes para o sucesso, fatores estes que contribuíram para que pudesse apoiar todos aqueles que necessitavam do seu apoio. Ao mesmo tempo, o comendador estabelece um termo de comparação entre a sua atividade filantrópica e aquela que é realizada pelos “ricos de Portugal”. À semelhança de José Ribeiro da Costa Júnior,¹⁶ o comendador Pereira Inácio critica o pouco empenho implementado pelos portugueses que enriqueceram e que não auxiliaram aqueles que necessitavam.

O busto não foi colocado na época, tendo sido posteriormente inaugurado em 2001, por ocasião da comemoração do cinquentenário da morte deste.

Para além da escola, creche e cantina mandadas construir por este emigrante destaca-se, ainda, a casa de habitação onde alguns destes equipamentos funcionavam. Este edifício foi edificado no centro da aldeia, defronte da estrada principal que estabelecia a ligação entre a cidade do Porto e a cidade de Vila Real e, situava-se nas proximidades da casa dos seus progenitores e da do seu irmão, Alberto Pereira Inácio. Inicialmente, a função habitacional para a qual foi concebido este edifício de habitação, desapareceu para se tornar num espaço de instrução e de acolhimento aos mais pobres.

A casa era composta por dois pisos. A fachada principal era revestida a azulejo azul e branco e, apresentava um painel onde se encontrava retratada a ligação entre os dois países: Portugal Brasil, através dos dois escudos sobrepostos colocados na frontaria do edifício. Neste painel, onde se encontram representados estes escudos, existia a inscrição de *Vila Maria Helena*, numa clara homenagem à filha deste emigrante baltarense. “A ‘Vila Helena’, a poucos passos da ‘Creche D. Lucinda Pereira Inácio’, fica mesmo em frente à estrada do Porto. É ali que o sr. Comendador António Pereira Inácio costuma viver quando a nostalgia, a saudade da Pátria distante, o faz dar uma saltada sobre o Atlântico”¹⁷

Este edifício foi o espaço de alojamento e de receção de importantes personalidades locais e nacionais, como foi o caso da visita de Júdice Bicker,¹⁸ em 1937. Júdice Bicker tornou-se numa presença regular da casa do Comendador Pereira Inácio, tendo realizado diversas conferências sobre as atividades desenvolvidas pelos portugueses em prol do desenvolvimento do país. Esta visita em

15 Carta escrita pelo Comendador Pereira Inácio e publicada no jornal *O Progresso de Paredes*

16 O tenente-coronel José Ribeiro da Costa Júnior publicou um conjunto de artigos no jornal *O Progresso de Paredes*, estabelecendo comparações entre a obra desenvolvida pelos *brasileiros* em Portugal e criticando todos aqueles, como Camilo Castelo Branco, que desvalorizavam o trabalho na área da instrução ou da saúde.

17 *Jornal de Notícias*, nº 27, 2 de fevereiro de 1935.

18 Júdice Bicker era um importante funcionário do Ministério do Interior que casou com uma baltarense. Ao longo da sua carreira conviveu com os portugueses que emigraram para o Brasil, como foi o caso de Vitorino Leão Ramos (*brasileiro de torna-viagem* originário da freguesia de Cete, concelho de Paredes) e do Comendador António Pereira Inácio.

1937, anteriormente referida, foi utilizada pelo Comendador Pereira Inácio para informar sobre a sua iniciativa de construção de um conjunto de casas destinadas aos mais pobres da sua terra de origem.

Como era habitual, as casas construídas pelos emigrantes portugueses no Brasil tornaram-se importantes espaços de convívio entre estes e a população local ou grupos de personalidades, como o testemunham as visitas de José Ribeiro da Costa Júnior¹⁹ ou de Júlio Prestes de Albuquerque. Estas visitas constantes eram frequentemente noticiadas na imprensa local e nacional, revelando-se de alguma forma a importância deste constante movimento nas casas dos emigrantes que contribuem para uma constante animação cultural das localidades.



FIGURA 2. Casa do Comendador Pereira Inácio na freguesia de Baltar

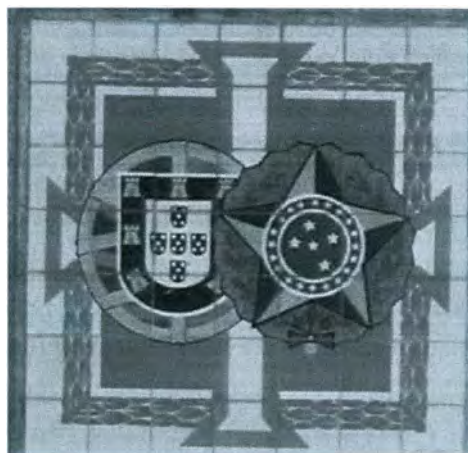


FIGURA 3. Painel de azulejos com os escudos sobrepostos, na Casa de Pereira Inácio na freguesia de Baltar

Conclusão

O papel social e económico desempenhado pelos *brasileiros* ao longo do tempo, quer no seu local de origem, quer no Brasil, traduziu-se na aplicação de capitais, infraestruturas e equipamentos já existentes ou criados de raiz.

19 José Ribeiro da Costa Júnior nasceu na freguesia de Castelões de Cepeda, concelho de Paredes, a 23 de abril de 1883, filho de camponeses. Os seus padrinhos eram Joaquim Bernardo Mendes, Visconde de Paredes, e D. Rosalina de Sousa Guimarães. Emigrou bastante jovem para o Brasil, onde foi marçano. Após longos anos de trabalho, acabou por envolver-se pela carreira militar, tendo-se destacado em campanhas no continente africano, nomeadamente em Angola, durante o primeiro quartel do século xx. Em 1932 foi condecorado pelas campanhas nesta colónia e, no ano seguinte, foi promovido a tenente-coronel. Recebeu, ainda, a Comenda da Ordem Militar de Avis e da Ordem de São Tiago da Espada. Durante as décadas de 1920 a 1940 foi colaborador dos periódicos locais: *O Novo Paredense* e *O Progresso de Paredes*. Nestes periódicos publicou diversos artigos subordinados ao tema da emigração, insurgindo-se com alguma frequência em relação ao tratamento de que eram alvo os emigrantes por parte da literatura portuguesa e dos próprios paredenses. Foi ainda autor de obras relacionadas com a emigração como é o caso da obra *A Árvore das Patacas – Romance com uma descrição da vida no Rio de Janeiro há 50 anos* (1947). Nesta última obra, José Ribeiro da Costa Júnior traça o seu percurso como emigrante no Brasil, cruzando a sua personagem com outros emigrantes portugueses, como é o caso do comendador António Pereira Inácio.

Os brasileiros, em Portugal, ao tentarem inserir-se na sociedade, introduziram medidas que transformaram as paisagens de muitas vilas e aldeias do Norte do país. O *brasileiro* assumiu um papel de destaque na sociedade quer durante o seu percurso emigratório, quer nas constantes viagens que realizava entre Portugal e o Brasil. Refira-se no caso presente a constante ajuda prestada por António Pereira Inácio aos mais necessitados, bem como apoiou diferentes áreas de interesse, como a saúde, a educação e alfabetização.

No entanto, importa destacar que o papel desempenhado por estes emigrantes tende a ser esquecido, pelo que urge procurar realizar uma recolha intensiva desta atividade de benemerência, realizada cá e lá, de forma a que a memória destes emigrantes não se perca no tempo. Para além das evidências materiais que importa preservar, existe todo um conjunto de atividades efémeras que são apenas recordadas pela tradição oral ou por todos aqueles que privaram com estes *brasileiros*: “Quando o Comendador António Pereira Inácio, depois de se despedir dos seus amigos e do povo, partiu no seu automóvel, um camponês disse, para uma mulher que o acompanhava com um filhinho ao colo, apontando o grande industrial: — ‘Aquele foi dos que encontraram no Brasil, a árvore das patacas’”²⁰

Bibliografia

- AGUIAR, Armando de. *Portugueses no Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- BARREIRO, José do. *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia Barros e Costa, 1924.
- CALDEIRA, Jorge. *Votorantim 90 anos: uma história de trabalho e de superação*. São Paulo: Editora Mameluco, 2007.
- JÚNIOR, José Ribeiro da Costa. *A Árvore das Patacas: romance com uma descrição da vida no Rio de Janeiro há 50 anos*. Lisboa: s.e., 1947.

²⁰ JÚNIOR, José Ribeiro da Costa. *Op. cit.*, p. 7-15.

Um francês, um brasileiro, um português: tensões luso-brasileiras na obra de Emile Carrey

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

UFAM

ROMPENDO COM PORTUGAL EM 1822, o Império do Brasil não contou de imediato com as Províncias do Extremo Norte. Ancorada numa tradição de vida autônoma em relação ao Brasil, a Província do Grão-Pará manteve-se fiel à metrópole, ignorando os acontecimentos de Sete de Setembro.¹ As elites econômicas do Grão-Pará, formadas em grande parte por comerciantes e proprietários de terras oriundos de Portugal, tentaram ignorar o Brasil independente, mas o emancipacionismo já se havia incorporado ao jargão de setores da sociedade paraense, em especial dos círculos políticos liberais daquela província.

Sabemos todos que o que sucedeu então no Grão-Pará é um movimento inusitado: Pressionados pelas tropas mandadas por Pedro I, em Belém, as juntas governativas pró-Portugal aderiram ao Império do Brasil e foram mantidas no poder. O acordo de cúpula fez com que um discurso antilusitano dos liberais fosse se tornando cada vez mais radical e passasse a propor a expulsão e expropriação dos portugueses, e a fomentar ações de violência extremada contra eles. Como registrou Arthur Reis, em Belém, “insultavam-se os portugueses em papeluchos pregados às portas de suas residências... A situação estava perdida para os que se mantinham fiéis à Portugal e teimavam em ignorar a situação no realismo em que ela se abresentava”².

As contradições entre brasileiros e portugueses, agudizadas após 1831, ganharam forte expressão naquele que foi o mais impactante movimento social da história da Amazônia, a Cabanagem, imprimindo nele as dimensões nativistas, bastante valorizadas pela historiografia do tema.³ Todavia,

1 REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O Processo de Independência no Norte”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 187-204.

2 *Ibidem*, p. 202-203.

3 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Valer, 2001, p. 63-88.

as tensões luso-brasileiras perduraram no Pará até o fim do século XIX, e seus ecos reverberaram por diversos registros que nos chegaram do passado.⁴

Um registro importante de tais dilemas e contradições emergiu na variada gama de relatos de viajantes que estiveram na Amazônia ao longo do século XIX, tornando comum entre os historiadores o recurso à obra de missionários, historiadores e naturalistas estrangeiros, estes dois últimos, em particular, foram valorizados por serem homens de ciência e, portanto, observadores atentos e perspicazes da conflitiva realidade amazônica que procuraram descrever. Além da fluidez do estilo narrativo, muitos destes trabalhos têm o mérito de agregar opiniões e sensações externadas por alguns seus interlocutores, incluindo-se aí até mesmo pessoas comuns do povo.⁵

Neste particular, pode-se tomar como exemplo, o destaque que tem sido atribuído à *História do Brasil*, de Gottfried Heinrich Handelmann, obra publicada primeiramente em Berlim, em 1860. Handelmann, na verdade, nunca esteve no Brasil ou no Grão-Pará, estudando-os a partir das fontes inglesas e alemãs de que dispunha. Mesmo sem romper com as perspectivas elitistas da época, o autor apontava para a existência de contradições mais profundas (seculares mesmos) em toda a Amazônia da primeira metade do século XIX, que, inclusive, aflorariam na Cabanagem de forma irreversível. Sua argumentação, a princípio factual e simplista, preconizava que “o verdadeiro motivo era o ódio dos brasileiros contra os portugueses”;⁶ mas logo seus argumentos se ampliavam consideravelmente e atingiam uma densidade que os autores brasileiros da época foram incapazes de apresentar:

Todavia essa feição primitiva apagou-se, quando os chefes das revoltas chamaram às armas as populações índias meio selvagens, os tapuias, e a sublevação apresentou-se como uma guerra de índios contra os brancos, dos destituídos de bens contra os que possuíam bens... a guerra dos sem terra (índios) contra os proprietários (brancos)...⁷

4 Cf. VAQUINHAS, Irene Maria. “Fora Galego: Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX”. In: ALVES, Jorge Fernandes (coord.). *Os “brasileiros” da emigração*. Lisboa: Edições Imparciais Ltda, 1989, p. 80-91. Há, contudo, poucos estudos sobre o tema, notadamente para os distúrbios antilusitanos havidos no “sertão” amazônico. Assim, a violenta perseguição e morte de comerciantes portugueses ocorrida na pequena cidade de Itacoatiara, no Amazonas, em 1974, aguarda estudo adequado, embora tenha sido alvo de registro consular intenso, como se vê em: PERCHEIRO, D. A. Gomes. *Comendador e Barão: Documentos para a História dos Consulados Portugueses no Império do Brasil*. Lisboa: Lallemand Frères, 1877 e *Questões do Pará: História dos tumultos contra os portugueses em 1874*. 1 vol. (BNL- HG 21088p ou IIG 15552p).

5 Exemplifica esse conjunto, obras como as de: AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975; AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980; BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979; COUDREAU, Henri. *Viagem ao Tapajós*. Trad. Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977; OSCULATI, Gaetano. “De Tabatinga a Belém (1847)”. In: ISENBURG, Teresa (org.). *Naturalistas italianos no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1990, p. 139-202; SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. *Viagem Pelo Brasil (1817-1820)*. 3 vols. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1981; WALLACE, Alfred Russel. *Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

6 HANDELMAN, Heinrich. *História do Brasil*. 4ª ed. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 261.

7 *Ibidem*, p. 262.

Apresentando o trabalho de Handelman, Arthur Reis lhe atribuiu o mérito de ter sido “o primeiro historiador a olhar a Cabanagem como um movimento social de grande significado”⁸ Parece justo enfatizar que, na verdade, ele se apropriou, em mais de uma ocasião, das noções, argumentos e observações contidas em narrativa do missionário norte-americano Daniel Parish Kidder.

Ao contrário de Handelman, Kidder esteve no Pará e demonstrou ser um atento observador da situação local. A trajetória de suas análises guarda também uma grande semelhança com a estabelecida pelo escritor alemão, uma vez que começando por enfatizar a “matança indistinta de portugueses”, logo em seguida mergulha nas profundezas dos conflitos sociais da Província, ao argumentar que não via “nesse estado de coisas senão os frutos da violência que desde o início da colonização do Pará pelos portugueses se praticou contra o índio desprezado”⁹ Em sua obra, a Cabanagem foi, portanto, apresentada como um ato de vingança instintiva, uma reação natural dos índios frente a séculos de espoliação lusitana na Amazônia: “O íncola, inocente e inofensivo, foi perseguido e caçado até o mais íntimo recesso de seu habitat silvestre, como se fora um animal qualquer. Assim a iniquidade triunfou, mas foi efêmero o seu domínio, pois terrível retribuição lhe reservou o homem das selvas”¹⁰

Penso que a obra literária de Emile Carrey, fruto de suas observações de viajante no Grão-Pará do contexto da Cabanagem intui e externou muitas dessas dimensões. Contudo, sua obra pouco atraiu a atenção dos historiadores brasileiros.

Com efeito, as obras ditas literárias e, em especial, o romance histórico – gênero que se consagrou no século XIX – mantiveram-se por muito tempo afastadas da abordagem historiográfica, seja pelo fato de sua natureza ficcional conflitar noções mais restritas de documento adotadas pelos historiadores do passado, seja igualmente por conflitar com as expectativas de objetividade e cientificidade que tais historiadores assumiam.

Como enfatiza Durval Muniz de Albuquerque a postura historiográfica mostrava-se também refratária à literatura por ancorar-se no argumento de que

Aos historiadores caberia a abordagem dos fatos e só aos escritores seria permitida a ficção, entendida como invenção dos eventos que narra. A História teria como compromisso a procura da verdade, a Literatura poderia ser fruto da pura imaginação.¹¹

Tais posturastornavam a narrativa literária imprestável à elucidação objetiva dos eventos passados.

8 ROCQUE, Carlos (org.). *Antologia da Cultura Amazônica*, vol. 4. Belém: Amazônia Edições Culturais, s/d, p. 156.

9 KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 215-216.

10 *Ibidem*, p. 217.

11 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado – ensaios de Teoria da História*. Bauru: Edusc, 2007, p. 44.

As mutações recentes da disciplina História aproximaram significativamente os dois campos, permitindo – para além do uso mais franco da literatura como fonte histórica – o diálogo e a franca interação. Neste processo de aproximação, um primeiro ponto destacado partiu do reconhecimento de similaridades nada desprezíveis entre os campos. Dessa forma, Edward Foster, reconhecendo ser a História a base do romance, lembrava que, inversamente, “a história é uma narrativa de acontecimentos dispostos em sequencia no tempo”.¹²

Sem descuidar do reconhecimento de suas dimensões ficcionais, as interações da Literatura com a História mostravam-se todavia, mais efetivas no âmbito do romance histórico, em especial pelo fato deste valorizar amplamente o uso de contextos, personagens e situações concretas. É nesse sentido que caminha o argumento de Antonio Celso Ferreira para quem

Os enredos dessas obras, ora mais fantasiosos ora mais realistas, obedeciam a um modelo comum no qual a história, tratada com certa fidelidade aos acontecimentos e personagens reais, bem como colorida com alguma glória, era o pano de fundo para a ação dos personagens ficcionais.¹³

Contudo, não apenas a Literatura se abria para o diálogo franco com a História, como também esta disciplina repensou sua natureza e suas práticas, abrindo-se, nos últimos cinquenta anos, para novas dimensões e abordagens, muitas vezes chegando, como nas leituras pós-modernas, às raias da diluição efetiva das fronteiras.

Os historiadores ligados ao *linguistic turn* colocaram em dúvida os limites convencionais aceitos entre arte, ciência e filosofia, ficção e verdade, narrativa histórica e narrativa literária. Hayden White foi quem levou mais longe esse movimento de diluição de fronteiras entre os discursos, ao propor que as narrativas históricas são “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como descobertos, e cujas formas têm mais em comum com suas contrapartidas na literatura do que na ciência”.¹⁴

12 FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do romance*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 21. Para Sandra Pesavento um inventário básico das diferenças passaria pela percepção de que “o historiador busca recriar o que teria se passado um dia, e o escritor de literatura cria um enredo que poderia ter ocorrido. Nesse sentido, ambas as representações são plausíveis e tratam de convencer o leitor e transportá-lo a um outro tempo, mas só o historiador empenha-se em demonstrar que a sua versão não apenas “poderia ter sido”, mas “efetivamente foi” (PESAVENTO, Sandra. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999, p. 13).

13 FERREIRA, Antonio Celso. “Literatura: a fonte fecunda”. In: PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 75-76.

14 *Ibidem*, p. 77.

Parte significativa dos historiadores contemporâneos lançou-se à reflexão deste diálogo entre campos disciplinares sem, contudo, aceitar os postulados niveladores da abordagem pós-moderna. De forma mais profícua, o diálogo da História Social com o campo literário tem buscado, como proposto por Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, para a adoção de um “pressuposto materialista de análise” cuja proposta de ação caminhará no sentido de:

Historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico.¹⁵

Essa é a matéria que dá corpo a contribuição literária de Emille Carrey, escritor e viajante francês ainda pouco conhecido e estudado no Brasil e cuja volumosa obra joga luzes significativas ao contexto paraense do século XIX, em especial ao período marcado pela Cabanagem, movimento que ele explora em vívidas cores naquela que seria, como sustenta Francisco Foot Hardman, a primeira tentativa de ficcionalização do movimento cabano.¹⁶

Ainda há pouca informação sobre ele e as condições efetivas em que produziu suas obras. F. F. da Silva Vieira, o tradutor e anotador da obra de Emille Carrey em Portugal, contribuiu, inclusive, para jogar dúvidas sobre o processo de produção da obra, como quando menciona que o autor, tentando desviar de si a responsabilidade pelos juízos depreciativos aos portugueses e brasileiros que pululam em sua obra, teria argumentado que ela não era fruto de sua observação direta, “mas sim escripta sob as indicações d’ummanuscripto, que lhe fôra dado por um seu compatriota a quem encontrara vivendo vida solitária nas visinhanças de Marajó”¹⁷

Contudo, as pesquisas mais recentes tem ajudado a elucidar um pouco mais a questão. Sabemos, por exemplo, que Emille Carrey foi advogado e que atuou ativamente na burocracia estatal francesa durante a Segunda República, antes de se envolver em missões diplomáticas que o lançaram a diversas viagens pela América do Sul, incluindo-se aí, sua passagem por Belém, em companhia de um irmão.

15 CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (orgs.). *A história contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

16 HARDMANN, Francisco Foot. *A vingança da Hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 58. Não escapou à observação do autor o fato de que “o tradutor e anotador F. F. da Silva Vieira da edição portuguesa comete vários cortes e adulterações no texto de Carrey”.

17 CARREY, Emille. *Os mulatos do Marajó*. Lisboa: Typografia do Futuro, 1862, p. 40.

Em seu retorno à terra natal, Carrey dedicou-se ao mundo das letras e à política, tornando-se deputado no parlamento francês já durante a Terceira República.¹⁸

Sua obra sobre a Amazônia se espraia em quatro volumes, que fez publicar entre os anos de 1856 e 1872. De acordo com Remy Lucas, professor da Universidade de La Rochelle, o primeiro destes volumes, *Huit Jours Sous L'Equateur*, publicado em 1856, em Paris, destoa dos demais por ser menos romancado e mais próximo às tradicionais descrições de viagens que, com grande didatismo, produzem uma apresentação geral da região, repleta de comentários acerca do meio físico, político e social.¹⁹

Suas três obras seguintes enquadram-se mais pontualmente no gênero romanesco, trazendo como personagem central Henri Monford, um francês que Carrey teria conhecido em viagem que fizera do Pará a Caiena. Duas dessas obras, *Os Mulatos de Marajó* e os *Revoltosos do Pará* foram traduzidas para o português por Silva Vieira e publicadas em 1862 pela Tipografia do Futuro, em Lisboa, sendo esta, até hoje, a única edição que as obras receberam em língua portuguesa.

Há indicativos de que os livros foram acolhidos com entusiasmo pelo público francês, já que antes mesmo do lançamento da edição portuguesa, haviam recebido uma segunda edição francesa. Lucas sugere que os romances de Carrey foram importantes no processo de fixar o exotismo amazônico no imaginário da população francesa, influenciando, inclusive, a idealização de *A Jangada*, como o próprio Júlio Verne externaria posteriormente.²⁰

Nada mais antagônico à acolhida da obra de Carrey na França do que a recepção que seus livros receberam em Portugal e no Brasil. Crítico ferino das instituições políticas vigentes no Brasil e portador de uma visão extremamente preconceituosa sobre o conjunto da sociedade brasileira, Carrey atraiu raivosa reação por parte de expoentes da nossa historiografia, que o execraram como “romancista sem nenhum fulgor intelectual”. Sintetizando a animosidade, Basílio de Magalhães, esbravejava: “Além da mancha de insultos e ridículos, vomitados sobre a nossa pátria por esses grosseiros romances, tudo o mais que deles consta é de todo imprestável a quaisquer respigas de dilucidação histórica.”²¹

Tendo feito da ação portuguesa no Pará um dos alvos prediletos de sua narrativa, era de esperar que Carrey fosse recepcionado com alguma oposição e esta, de fato, se fez de imediato, entranhando-se incisivamente no próprio texto da edição portuguesa, a partir de uma sequência de notas em que o tradutor Silva Vieira rebatia, por vezes com profunda ironia e sem polidez, as frequentes passagens em que Portugal e os portugueses eram estigmatizados pelo autor. Essa postura refratária já se explicita na apresentação do volume, quando Silva Vieira, argumentando ser compreensível que Carrey não se sentisse obrigado a “poupar os brasileiros, e muito menos os portugueses residentes no Brasil”, uma vez que escrevia para o público de seu país, alertava, todavia, que

18 Apresentação de Muniz Sodré no Portal Digital “*A França no Brasil: O Brasil na literatura francesa no século XIX*”. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/francebr/romance_brasileiro.htm>. Acesso em: 20 abr. 2012.

19 LUCAS, Rémy. “L’émigration Française dans la Tétralogie Romanesque d’Émile Carrey”. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (dir.). *Les Français au Brésil: XIX^e-XX^e siècles*. Paris: Les Indes Savantes, 2011, p. 46.

20 *Ibidem*, p. 45.

21 MAGALHÃES, Basílio de. “A Cabanagem”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 171, 1936, p. 303.

Nós, sendo portuguez (sic), é que, de modo algum, devemos deixar sem correcção a mais leve offensa ao caracter, não só dos nossos compatriotas, mas ainda ao dos brasileiros, para os quaes não teem, os filhos d'esta terra, motivo de serem ingratos.²²

Dessa forma, a obra de Carrey apresentada aos leitores da língua portuguesa pelas mãos de Silva Vieira metamorfoseia-se num diálogo improvável e inusitado em que autor e tradutor findam plasmados, como que construindo uma nova narrativa. Desta forma, é possível argumentar que em poucos casos na história, a máxima “tradutor/traidor” fez tanto sentido.

Com efeito, Carrey vê Portugal como uma nação decadente e de futuro incerto, identificando tal situação como o resultado direto da corrupção, do descaso desses administradores coloniais e da ação escorchante e predatória adotada ante a população da colônia que, cansada, revidou com o movimento emancipacionista, retirando de Portugal os meios de subsistir como nação de primeiro plano. Diz ele: “O Brazil, cansado de vegetar como colonia comprimida de uma nação decadente tinha modificado as suas idéas”²³ Indignado, Silva Vieira intervém na narrativa acusando o autor de má fé contra os portugueses:

Não é provável que o auctor ignorasse tão completamente a nossa história, que não tivesse algum conhecimento das riquezas que ainda então possuíamos, e dos meios de que ainda dispunhamos. Na época a que se refere, estava ainda quasi todo de pé o exercito, a que os francezes tiveram de ceder o passo.²⁴

Truculência, corrupção e descaso com a coisa pública são as posturas que, na interpretação de Carrey, constituem a principal herança portuguesa ao Brasil independente e é exatamente por isso que a quase totalidade de personagens luso-brasileiros aparece em seus romances associada a essas características negativas. Tais personagens perfaziam a burocracia estatal, indo de alto a baixo, do Presidente da Província ao fiscal da alfândega; ou eram comerciantes ou fazendeiros, descritos igualmente como inescrupulosos.

Aos personagens brasileiros, Carrey agrega o peso do estigma da cor, identificando nisso critério suficiente para definir sua ausência de caráter e índole maléfica e turbulenta. Assim é Jonathan, um mulato de Marajó, que parece personificar o coletivo que dá nome ao título à obra. Carrey o descreve em termos contundentes: “Bandido sem escrúpulos, carregado de crimes, capaz de tudo, sendo, além

²² CARREY, Emille. *Os mulatos do Marajó*, op. cit., p. 5-6.

²³ *Ibidem*, p. 138. Ainda na mesma página o autor conclui que “o colono portuguez, cansado d'impostos e compressão, desejoso de mudar de condição, ávido de pagar menos, tinha acceitado da sorte um novo senhor”.

²⁴ *Ibidem*, p. 138.

disso, extremamente estúpido, dotado de força hercúlea, e dedicado a seu amo, como um cão de filla, por isso que (seu amo) lhe dava ossos para roer”²⁵

Na narrativa de Carrey, nem a fortuna era capaz de redimir o brasileiro, mortalmente condenado pela impureza do sangue. Assim ocorre a um dos personagens da trama, a quem o autor chama de um “branco-mulato de terceiro sangue, que era doutor”, ou ainda, mais simplesmente, de “mal-branqueado”. Carrey argumenta que, como muito dos brasileiros do Pará, “o doutor, detestava os estrangeiros... escudando-se, sem cessar, num patriotismo mesquinho e estúpido”²⁶. De sua índole e caráter, registra que tinha as piores qualidades: “era ávido, sensual, cruel por instinto e por inveja; ardente no mal como outros o são no bem”²⁷.

Silva Vieira, que desde logo via nos livros de Emille Carrey o “castigo do Brasil”, mais uma vez sai em defesa dos habitantes da ex-colônia, argumentando ser o doutor “mal-branqueado” um tipo

em que o autor inoculou todos os vícios, todos os ridículos, e todos os crimes, que envergonham e desonram a humanidade. [E acrescenta:] Vê-se claramente... que o autor se deixou cegar por um ódio particular contra os brasileiros..., apresentando-os como solidários em muitas das más qualidades deste doutor, e descrevendo cenas em que a inverosimilhança é palpável a cada momento.²⁸

Outro dado relevante está no fato de que nas narrativas de Carrey, os personagens luso-brasileiros estão, quase sempre, postos em relação à figura emblemática do francês Monford, cuja retidão de costumes, cordialidade, sabedoria e polidez, amplificam as distinções e a depreciação dos valores societários e culturais vigentes na colônia: Se o Doutor mal-branqueado espezinha seus escravos, fazendo-os mergulhar no mar, à exaustão, para reaver um arcabuz perdido; Monfort, irrompendo em meio a multidão escandalizada, intervêm na cena, cobre com seus recursos o valor do arcabuz, fazendo cessar, desta forma, o martírio dos negros; Se todavia, é o vigário do pequeno lugarejo que pretende vender uma de suas duas filhas, é novamente Monfort quem intervêm, comprando a jovem para a libertar em seguida.

25 *Ibidem*, p. 146.

26 Com efeito, em mais de uma passagem de suas obras Carrey percebe a utilização larga dada da “estrangeiro” no Pará em plena Cabanagem, o que denuncia a permanência das tensões próprias do violento e opressivo processo de “adesão” do Pará ao recém criado Império do Brasil, ocorrido em 1823. Neste sentido, ainda segundo Carrey, “estrangeiro” significava, “na linguagem de Belém, os europeus ou americanos do norte e todos os brasileiros das outras províncias”. Em outra passagem, um Juiz de Direito do Pará, contrariado por deliberações do Presidente da Província, afirmou que “de modo nenhum deixarei invadir as minhas atribuições por um estrangeiro do Rio de Janeiro”. Por fim, Carrey põe na boca de um de seus personagens a seguinte afirmação: “É muito melhor ser estrangeiro do que Paraense! Mas estes senhores do Rio de Janeiro, entendem-se todos perfeitamente com os da Europa” (CARREY, Emile. *Os revoltosos do Pará*. Lisboa: Typografia do Futuro, 1862, p. 123 e 140).

27 CARREY, Emille. *Os mulatos do Marajó*, *op. cit.*, p. 151.

28 *Ibidem*, p. 150.

Achegas à parte é preciso reconhecer que a obra literária de Emille Carrey e as representações sobre a sociedade do Grão-Pará que ela encerra nos permite repensar, enquanto historiadores, nossas próprias representações. O olhar de Carrey traz um diferencial nada desprezível, na medida em que aborda os eventos a partir de um plano argumentativo menos compromissado com as estruturas de poder vigente no Brasil e no Pará, o que nem de longe significa o reconhecimento de uma postura de neutralidade por parte do autor.

Carrey expressa ressentimentos com o fracasso francês na disputa de espaços coloniais na América do Sul e seu desprezo aos portugueses é igualmente compreensível no âmbito das contradições da política internacional metropolitana. Remy Lucas sustenta que o autor, como agente colonial que era, expressava o desejo da adoção de uma política colonial agressiva na bacia do Oiapoque, que Carrey chamada de “nosso território injustamente contestado”, enquanto lamentava que a França tivesse se esquecido de seu antigo domínio.²⁹ De resto, resente-se das ações do colonialismo português durante a conquista de Caiena, fato que também aparece espelhado em sua obra literária.³⁰

No quebra-cabeça colonialista de Emille Carrey, os índios frequentemente emergem idealizados como bons selvagens, como uma “raça de homens hospitaleira e meiga, com rosto e voz de mulher, que parece existir só para dormir”.³¹ Inversamente, o autor denuncia os portugueses como conquistadores sanguinários, acobertados por um silêncio sem razão.

Já se disse que a imagem positiva dos portugueses no trato com os índios, em contradição com a lenda negra³² ostentada pelos espanhóis, derivava tão somente do fato de Portugal não ter tido um crítico ferino como Frei Bartolomeu de Las Casas.³³ Pois bem: Carrey deseja ser o Las Casas de Portugal! Todos lembram, afirma ele, das “carnificinas dos Cortezes e dos Pizarros”, erguendo “na historia uma justa reprovação”, mas “ignoram-se as frias crueldades exercidas pelos portugueses, so-

29 LUCAS, Rémy. *Op. cit.*, p. 54.

30 A anexação prolongada de Caiena (1809-1817) impôs ao Grão-Pará sacrifícios que afetaram o conjunto da sociedade. Além da montagem de um “exército” por meio do recrutamento compulsório que atingia ferozmente a base da sociedade paraense, a expedição contra Caiena, retirando braços da produção de subsistência, contribuiu para desestruturar ainda mais a frágil economia local. Neste sentido, o depoimento de Antonio Baena não deixa margens para dúvidas: “O povo se queixa e murmura a eminência do preço da farinha de mandioca; a qual é devida a grande saca que dão para a conquista de Caiena a este precioso artigo de alimento do homem” (BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 279).

31 CARREY, Emille. *Os revoltosos do Pará*, *op. cit.*, p. 319. Em outra passagem, a admiração de Carrey pelos índios volta a se manifestar: “Os índios professam uma philosophia incornprehensível para os europeus, mas que tem a sua grandesa selvagem. O índio é o homem livre por excellência; é elle quem presta o verdadeiro culto á liberdade; é elle quem sabe defendel-a até morrer... O europeu envolto no seu orgulho diz, falando dos índios: ‘Raça estúpida e condemnada que desaparece diante de mim’. Certamente, é uma raça que desaparece, como desaparecerá a nossa; é uma raça que morre fugindo de nós, preferindo o deserto à civilização, a morte à escravidão. Mas é a unica raça humana, que comprehende a verdadeira liberdade!” (CARREY, Emille. *Os mulatos do Marajó*, *op. cit.*, p. 141).

32 ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. 1: A América Latina Colonial. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p. 306.

33 LAS CASAS, Frei Bartolomé de. *O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

bre os índios do baixo Amazonas, e das Guyannas”³⁴ Neste diapasão, em mais de uma oportunidade, Carrey colocou na boca de personagens índios a condenação às práticas dos portugueses na região, como quando um índio dá conselhos a uma índia cuja filha lhe foi tirada: “Não digas nada na tua canoa; há lá portugueses, e os homens que levaram a tua filha são portugueses também; má nação, que faz sempre soffrer os índios. Fecha, pois, a bocca para o branco”³⁵

Mais uma vez a intervenção de Silva Vieira é enérgica e, neste caso, crivada de ironia:

A asserção que o auctor põe na bocca d'este índio, acha-se desmentida não sei em quantas partes, pelos beneficios da civilização que os portugueses, em todos os tempos, levaram ao centro das suas hordas barbaras. Leiam-se as cartas do padre Vieira, sobre o-Brasil, e ver-se-ha como os portugueses faziam soffrer os índios, n>aquelles tempos em que ainda não grassavam as idéas de liberdade e d'egualdade deste seculo.³⁶

A força do pensamento crítico do autor e seu relativo afastamento frente a posição dos grupos oligárquicos paraenses, fazem de sua obra um terreno fértil para *insights* que a historiografia não deveria desprezar. Assim, com relação à Cabanagem, Carrey recusou-se a reduzir o movimento de rebelião unicamente à esfera das contradições políticas palacianas. Sem desconsiderá-las, conseguiu, pioneiramente, deslocar a ótica interpretativa para o campo mais adensado das contradições sociais vigentes no mundo amazônico.

Frente a muitas interpretações contemporâneas que tendem a ver na Cabanagem uma espécie de utopia socialista nos trópicos, em que os “oprimidos... assumem o poder e reinam absolutos, eliminando quase todas as formas de opressão, arrebatando com a hierarquia social...”³⁷ as descrições de Carrey apontam para a Cabanagem como um movimento multifacetado e autofágico,³⁸ em que diversos grupos sociais, em especial os constituídos por escravos negros e por populações indígenas agregadas violentamente à estrutura colonial paraense, viram-se entregues à própria sorte. Para ele, a Cabanagem assemelhava-se a uma verdadeira guerra civil, mas, continua:

Uma guerra civil segundo os costumes da America do Sul; uma guerra muito differente das que se fazem na Europa. Só os homens brancos e mulatos tinham nella tomado parte directamente. Os negros conservavam-se escravos como dantes; porque vencedor ou vencido, cada um tinha o maior cuidado em conservar os seus escravos, combatendo todos em nome da liberdade.

34 CARREY, Emile. *Os revoltosos do Pará*, *op. cit.*, p. 319.

35 CARREY, Emille. *Os mulatos do Marajó*, *op. cit.*, p. 241.

36 *Ibidem*, p. 241, nota.

37 CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 12.

38 Foi esta dimensão que busquei explorar em: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese (doutorado em História) – PUC-SP, São Paulo, 1998.

Quanto aos índios selvagens, formavam como sempre, um mundo à parte. Fatigados por se verem chamados e incommodados por um ou outro dos dois partidos; indiferentes àquellas luctas que não tinham nada com as suas paixões ou com a sua vida, retiravam-se cada vez mais para o interior, abandonando as margens do Amazonas e as visinhanças de Belem, focos da guerra civil.³⁹

Se em Carrey a ação rebelde de índios e negros na Cabanagem é reativa e como que legitimada pelas ações de franca opressão, o olhar de seu tradutor, Silva Vieira, é despojado de tais escusas e remete para uma leitura do movimento pelo viés do banditismo – supostamente inerente às massas populares – e do ódio racial⁴⁰ aos portugueses:

A “cabanagem” teve origem no Brazil no tempo em que aquele paiz se tornou independente. Como é sabido, foram muitas e muito para lamentar as acenas de violencia que alli se deram, especialmente em Pernambuco, contra os portugueses. Felizmente, para honra d’aquelle imperio, os perpetradores d’essas violências, eram sempre individuos cujo character e costumes os lançam fóra da lei, tanto alli, como em toda a parte, eram, n’uma palavra, a espuma d’aquella sociedade. Esses homens é que começaram a ser designados pelo nome de “cabanos”. Mas, passadas essas epochas de lucta, coutinuararam sempre a dar a mesma denominação a todos que, em politica, expendem idéas exaltadas e desordeiras, e que optam de contínuo pelas medidas violentas.⁴¹

O relato de Carrey chama ainda a atenção pela arguta leitura que faz da sociedade paraense pós Independência, denunciando-a como hierarquizada, espoliativa e prenhe de mazelas e vícios. Suas avaliações sobre a dinâmica comercial do Pará, por exemplo, não descumem de localizar, para além do comércio regular, o contrabando, que apresenta como disseminado em toda a Província e favorecido pela franca colaboração de autoridades corruptas.⁴²

Deslocando frequentemente o olhar da política e da economia, Carrey mergulha constantemente na estrutura social paraense e suas observações alcançam dimensões e temas que tanto atraem

39 CARREY, Emille. *Os mulatos do Marajó*, op. cit., p. 140-141.

40 Contemporânea das edições de Carrey em Portugal, a obra literária de Francisco Gomes de Amorim, eminente escritor português com larga passagem pela Amazônia, seguirá este viés explicativo, como se pode ver em: AMORIM, Francisco Gomes. *Ódio de Raça*. Lisboa: Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.

41 *Ibidem*, p. 135, nota.

42 Em *Os Revoltosos do Pará*, Carrey ilustra a banalização do contrabando no interior da sociedade paraense a partir de uma sequência de brindes entre o comandante francês do navio e o chefe de polícia paraense, a quem Carrey nomina de “contrabandista-magistrado”. Enquanto o primeiro, com ironia, lançava um brinde aos “direitos da alfândega, por serem elles quem da vam vida aos contrabandistas, o digno magistrado, confundindo os sem deveres com a sua profissão, gritou com voz de stentor: *Viva o contrabando!* e contou em seguida historias capazes de fazer pegar em armas todos os guardas de alfândega do Brazil desde o Amazonas até ao Rio da Prata” (CARREY, Emile. *Os revoltosos do Pará*, op. cit., p. 66-67).

hoje a atenção dos historiadores. É o caso, por exemplo, das diversas observações que faz sobre a vivência feminina, em geral confrontada com valores e práticas que articulavam, à época, as relações de gênero no universo cosmopolita europeu. Assim, Carrey denunciou em suas obras o arcaísmo das relações de gênero no Pará, como quando expos o lamento de uma senhora local diante de sua visitante francesa:

— Se a senhora soubesse como somos infelizes! Li num livro francês, que as senhoras francesas saem sós e recebem as suas amizadas como lhes agrada. Nós, nunca. Somos sempre acompanhadas por um ou dois escravos; e não podemos receber pessoa alguma senão na presença dos nossos maridos. [Estes] São de tal modo ciosos, que até nos proibem de chegarmos às janelas. Comemos sempre sós, à parte, com as nossas escravas.⁴³

Com efeito, a vivência feminina no Pará e o ferrenho controle patriarcal que sobre elas recaia, limitando seu transito na cena pública, ou mesmo, impondo-lhes frequentemente a clausura, nos permite pensar situações em que as relações escravistas escorriam para o interior das relações familiares e, paradoxalmente, isso parece ser mais verdadeiro, quanto mais para o topo da pirâmide social desloquemos nosso olhar. É ainda a personagem brasileira de Carrey quem nos faz perceber tais dimensões, quando argumenta: “Vivemos sempre fechadas, reclusas e cheias de temor. O nosso único prazer consiste em fazer falar as nossas escravas, que nos contam tudo o que se passa na cidade”.⁴⁴

Tanto quanto a espoliação do índio ou a opressão feminina, a escravização do negro suscitou em Carrey diversas observações, indo desde a denúncia da virulência dos castigos corporais à abordagem da resistência coletiva, como a descrição da montagem e do funcionamento dos mocambos paraenses e suas complexas relações com a sociedade escravista e com os comerciantes portugueses em particular.

Pelos romances de Carrey, “os mocambos são numerosíssimos nas solidões amazonianas” e seus personagens relatam a estruturação e a destruição de um deles, nos arredores de Belém, que contava, em sua avaliação, com pelo menos 30 negros, incluindo mulheres e crianças. No dizer do autor, tratava-se de um mocambo “pouco numeroso, pouco aguerrido e formado por negros recentemente fugidos”.⁴⁵

Não apenas a presença de mocambos se faz presente na obra literária de Carrey, como também aponta para uma dimensão igualmente identificada por Tavares Bastos⁴⁶ poucos anos depois,

43 *Ibidem*, p. 226-227. Em outra passagem, Carrey argumenta que: “Sob o Equador não succede como na Europa. Ali tudo se apressa e desaparece rapidamente, a vida como a morte. Tudo cresce a olhos vistos, mas tudo morre; tudo volta para a terra pelo mesmo modo, como se tudo tivesse pressa de ser absorvido para logo renascer. As meninas são mulheres aos doze annos, mas aos trinta são velhas” (CARREY, Emille. *Os mulatos do Marajó*, *op. cit.*, p. 362).

44 CARREY, Emile. *Os revoltosos do Pará*, *op. cit.*, p. 227.

45 *Ibidem*, p. 230.

46 Com efeito, Tavares Bastos relatou que “os negros cultivam mandioca e o tabaco (o que eles vendem passa pelo melhor); colhem a castanha, a salsaparrilha etc. Às vezes descem em canoas e vêm ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar

e que trata da relação frequente dos mocambeiros paraenses com os comerciantes locais, em sua maioria portugueses.

Assim, um dos personagens de *Os Revoltosos do Pará* comenta, durante um jantar no Palácio do Governo, que toda a organização repressiva estruturada pelo Presidente da Província para atacar um mocambo no Rio Capim teve que ser realizada no mais estrito sigilo, para que os mocambeiros não fossem “prevenidos pelos escravos da cidade, e sobretudo pelos portugueses”. Como esta última menção causou espanto em seus interlocutores, o autor apressou-se a explicar:

— Sim, os lojistas daqui são todos portugueses, e como estes homens não tem senão um deus, o lucro, a maior parte deles negociam com os mocambos. Os negros fugidos que formam estes asilos, dão-se muito à agricultura; em épocas incertas, sempre de noite, descem alguns deles o rio, em cujas margens tem as suas habitações, vem secretamente à cidade e vendem seus gêneros aos lojistas, que lhes dão em paga, pólvora, chumbo, fazendas, cachaça, etc. Os portugueses exploram-nos tanto no que lhes compram como nos gêneros que lhes dão em troca. Os negros que tem a maior pressa de retirarem, aceitam tudo e voltam para o seu asilo.⁴⁷

Ele é também pioneiro em mostrar o dinamismo econômico destes mocambos, apresentando-os não como comunidades autossuficientes e fechadas em si mesmas, mas como capazes de desenvolver estratégias e vínculos com a economia e a sociedade colonial. Assim, conta-nos em uma passagem de *Os Revoltosos do Pará*:

Os negros fugidos que formam estes asilos dão-se muito à agricultura; em épocas incertas, sempre de noite, descem alguns deles o rio, em cujas margens têm as suas habitações, vem secretamente à cidade e vendem seus gêneros aos lojistas, que lhes dão em paga, pólvora, chumbo, fazendas, cachaça, etc. Os portugueses exploram-nos tanto no que lhes compram como nos gêneros que lhes dão em troca. Os negros que tem a maior pressa de se retirarem, aceitam tudo e voltam para o seu asilo.

É exatamente pela sua qualidade de arguto observador da realidade Amazônica e pela força das críticas que suas obras encerram que consideramos descabido e despropositado o silêncio que ainda paira sobre sua obra. Assim, retomar Emille Carrey é abrir a possibilidade para ver a Amazônia por um prisma inusitado e inovador.

às escondidas; com os regatões que sobem o Trombetas eles o fazem habilmente. Diz-se que também permutam com os holandeses da Guiana os seus produtos por outros, e principalmente pelos instrumentos de ferro e armas” (*apud* SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª ed. Belém: Secult, 1988, p. 236).

47 *Ibidem*, p. 231.

● APORTES CULTURAIS ●

Associativismo luso nas terras das mangueiras: o Grêmio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral

Marcos Antônio de Carvalho

CEPESE

UM SER HUMANO NA SITUAÇÃO DE IMIGRANTE, por mais proximidade ou laços estreitos que possua com o *habitat* dessa condição, passa a ter conflitos intrínsecos para a busca ora de pertencimento ao ambiente, ora pela intenção de recuperar o que Marc Augé designa por “lugar antropológico”¹. Os portugueses imigrantes, embora com a facilidade de uma língua comum e como integrante de um povo miscigenado, procuravam de várias formas reproduzir cenas e modos quotidianos de sua terra natal.

O imigrante que fez opção pela conformação de uma identidade dupla (lusa e brasileira) esforçou-se por ter, nessa condição de imigrante, a permanência de estilos de vida semelhantes aqueles de possuíam na sua terra de origem.

Por outro lado, identifica-se ainda o experimento de uma nova postura, adequando seu *modus vivendi* aos dos indivíduos da sociedade que agora os tinha adotado ou acolhido.



FIGURA 1. Exéquias por D. Carlos I, Rei de Portugal, na Catedral de Belém

Fonte: PARÁ. (Governador 1901-1909: Augusto Montenegro). Álbum do Estado do *Pará*. Paris: Chaponet, 1908, p. 54.

¹ AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 33.

Observa-se que tanto em um caso como em outro, eram diversos os momentos em que demonstravam fortes laços com a pátria. Seja com as lembranças das atividades quotidianas, seja com saudades da família, seja ainda o saudoso sabor da culinária típica.

Torna-se preponderante afirmar que a quase totalidade das atividades realizadas pelas instituições de carácter associativo luso não tinha apenas como propósito integrar os portugueses nas comunidades de acolhimento, mas sobretudo, partilhar entre os compatriotas as sociabilidades representativas mais vinculadas a Portugal. Procuravam através da música, da poesia, do teatro e da leitura vias para manter e valorizar a identidade cultural portuguesa.

As atividades desenvolvidas nos seios dessas associações lusíadas na Amazónia paraense assumem linhas específicas: a da filantropia² (a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, a Associação Vasco da Gama, a Liga Portuguesa de Repatriação, a Comissão Pró-Portugal), a da cultura e lazer (o Grémio Literário e Recreativo Português, a Tuna Luso Caixerai, o Grémio Lusitano, o Grémio Dramático e Musical Português, a União Musical Luís de Camões) e as de interesse corporativo-comercial (a Câmara Portuguesa de Comércio e a Junta Federativa das Associações Portuguesas no Pará).

Mas vale destacar que as diretorias dessas entidades associativas eram majoritariamente compostas por membros da elite lusa paraense. Era evidente que as finalidades da filantropia normalmente eram direcionadas aos compatriotas desvalidos e/ou menos favorecidos. Entretanto, as associações constituíram mecanismos importantes na afirmação da comunidade no local de acolhimento.

O Grémio Literário e Recreativo Português

Após trinta anos da fundação do Gabinete Real de Leitura (GRL) no Rio de Janeiro (1837), o primeiro do país, fundou-se na antiga Santa Maria de Belém do Grão Pará o Grémio Literário e Recreativo Português (GRLP), a primeira entidade associativa lusa do Estado do Pará criada após a separação política administrativa entre Brasil e Portugal, ou seja, após a “independência”.³ Esta instituição, que foi fundada com o nome de Gabinete Português de Leitura, “foi o quinto entre os gabinetes de leitura”.⁴

A história do associativismo luso no Brasil e no Estado do Pará foi marcada por uma variedade de instituições. Fossem elas com propósitos de cooperação, afirmação da comunidade portuguesa, de repatriamento, de assistência a saúde, de auxílio aos desvalidos e necessitados,⁵ atividades de

2 Faz jus mencionar a fundação e instalação do primeiro hospital da Amazônia, o “Hospital Bom Jesus dos Pobres”, atualmente Santa Casa de Misericórdia, por frei Caetano Brandão que nasceu em Loureiro, Oliveira de Azeméis, Comarca de Estarreja, no Distrito de Aveiro, sexto Bispo do Pará (1783-1789).

3 A partir de 1822, o imperador D. Pedro I passou a enfrentar fortes debates com relação a situação dos portugueses que viviam no Brasil independente. A polémica girava em torno da situação dos lusos que lutaram em defesa de Portugal da situação da nacionalidade, não só dos portugueses que habitavam o país, como a do próprio imperador.

4 BRITO, Eugénio Leitão. *História do Grémio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo António Editora e Papelaria, 1994, p. 25.

5 Com a crise motivada pelo fim do período e da supremacia brasileira na exportação da borracha amazónica, sobretudo

recreação e lazer, não era apenas o benevolente espírito da cooperação e da assistência a seus compatriotas que estava em questão. Também tinham importância o convívio para amenizar saudades, as lembranças da terra de origem e amor a pátria.

A situação em que se encontravam neste lado do oceano Atlântico fazia com que os portugueses fossem acometidos pela sensação de isolamento dos parentes e amigos que ficaram a viver em Portugal. O Grémio Literário e Recreativo Português do Pará foi criado de acordo com os moldes do Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro:

No intuito de se congregarem para matarem saudades da Pátria e do Lar, ou de se precaverem tendo onde se recolher em caso de doença, e ainda, com vontade de se elevarem pelo estudo, resolveram fundar as associações recreativas, de beneficência e os gabinetes de leitura.⁶

A entidade que é considerada acontecimento marcante para a história da cultura e do povo lusíada na Amazônia foi instituída com a denominação de Gabinete Português de Leitura (GRP), em reunião que se denominou de assembleia geral de fundação, realizada nas dependências da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, no dia 29 de setembro de 1867 que foi presidida pelo senhor Francisco António Cardoso. No entanto, tinha ocorrido dois dias antes uma sessão preparatória da fundação deste Gabinete na qual foram tratados assuntos pertinentes ao funcionamento da futura instituição e resolução de questões que seriam definidas posteriormente, como é o caso do pagamento das joias pelos associados para sustento e manutenção das eventuais despesas.

Para Jorge Alves, a criação dos Grêmios no Brasil pode ser explicada porque:

Foi essa necessidade de instrução, profundamente vivida, que levou a que os emigrantes exercessem no Brasil ações de ensino, dinamizadas através das organizações associativas, como, num exemplo entre tantos, a do “Grémio Literário e Comercial Português”, no Pará, criado em 1867 e que assegurava aulas de português, francês, inglês, aritmética e escrituração comercial.⁷

O Estatuto do Grémio Literário e Recreativo Português de Belém apresenta dados que incompatibilizam com as datas apontadas por Eugénio Brito no quesito datas de alterações denominatórias da associação em questão. Acredita-se que o fato ocorre pela minuciosidade de Brito e pela generalidade propositada do referido estatuto. Consta no capítulo 1:

em Belém, pessoas andavam a pedir auxílio nas casas comerciais para a compra de comida. No caso dos portugueses, era comum se dirigirem a casas de comércio lusas da cidade a solicitar auxílio.

6 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*, p. 17.

7 ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no porto Oitocentista*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto, 1994, p. 258.

Da Associação e seus fins

Art. 1º – O GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS foi fundado em 29 de setembro de 1867, alterado em 21 de setembro de 1906 para GRÊMIO LITERÁRIO E COMERCIAL PORTUGUÊS, e a partir de 25 de julho de 1973 foi alterado para a atual denominação “Grêmio Literário e Recreativo Português”, regendo-se pelo presente Estatuto.⁸

Eugénio Leitão Brito, na sua *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*, afirma não ter razões ou motivos que justifiquem a alteração do nome da instituição em 1906 para GLCP (Grêmio Literário e Comercial Português). Segundo ele, as atividades do grêmio era essencialmente culturais mesmo que mantivesse o ensino de escrituração comercial, tempos depois chamado de curso de contabilista. O fato de possuir atividades de ensino formal e preparatório para a atuação de trabalhadores no comércio fundamenta a alteração, mesmo que criticada, da denominação do Grêmio.

Na mesma sessão, a inaugural, do dia 27.09.1867, já começavam a ser delineadas as finalidades da futura instituição: “Os fins dessa sociedade são instruir seus associados nas línguas nacional e estrangeiras, procurar-lhes distração por meio de uma escolhida biblioteca e dos melhores jornais do país e estrangeiros”⁹.

A primeira diretoria foi composta por Francisco António Cardoso, Fortunato Alves de Souza, António José da Silva Leite, Sebastião Augusto Gonçalves Pereira e Gualter José Ribeiro, conforme grafa a lápide comemorativa existente e afixada em parede na sede atual do GRLP em Belém.

Até a construção em que hoje se encontram suas instalações o Grêmio teve como sede prédios situados em outros locais. Consta como sendo o local de funcionamento da primeira sede social do Grêmio Literário e Recreativo Português o imóvel pertencente a José Antunes Sobrinho com o endereço da Rua de Belém, número 1. A segunda sede funcionou no antigo Largo da Independência, atualmente denominado Praça D. Pedro II, sempre na condição de imóvel arrendado. É possível ainda ter existido um terceiro endereço para a sede social nas imediações entre a rua Senador Manuel Barata e rua 13 de maio, no primeiro andar do prédio onde funcionou o Café Albano.

Apenas em 1893, tem-se registro do pensamento dos associados em possuir uma sede social própria. Segundo Brito,¹⁰ foi adquirido neste mesmo ano um prédio em ruínas e que depois viria ceder lugar a nova e atual sede do GRLP.

A atual e definitiva sede social do GRLP, situada à rua Senador Manoel Barata,¹¹ número 483, no bairro da Campina, foi inaugurada a 3 de abril de 1906.¹² Em solenidade pomposa, com direito a

8 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*

9 *Ibidem*, p. 20.

10 *Ibidem*, p. 123.

11 A Rua Senador Manoel Barata naquela altura era conhecida como rua Nova de Santana, onde funcionou o hotel Leão de Ouro que ali funcionou até 1903, sendo demolido em novembro do ano seguinte para dar lugar ao prédio da sede social do GRLP.

12 Neste mesmo ano, 1906, foi elaborado por diversos autores o livro *ADFRATES*, que faz descrição do novo imóvel adquirido

desvelar a imagem do rei D. Carlos I, entre tantos que estiveram presentes encontravam-se a oficialidade da canhoneira lusa “Pátria” doada pela comunidade portuguesa do Pará por ocasião do Ultimato da Inglaterra a Portugal em 1890. As autoridades lusas e brasileiras estavam representadas pela presença do Cônsul de Portugal no Estado e do Governador, Dr. Augusto Montenegro. No dia seguinte, o Comendador António José de Pinho, natural de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, ofereceu um jantar em moldes festivos às autoridades que estavam na festa de inauguração.

Sobre a solenidade de inauguração, Eugénio Brito informa:

Conforme estava marcado, às 8 ½ horas, presentes a oficialidade da “Pátria”, as autoridades do Estado a que gentilmente prestou continências uma companhia da guarnição do vaso de guerra português comandada por um oficial, inúmeras senhoras e cavaleiros, a orquestra composta por 20 professores sob a regência do maestro Roberto Barros atacou o belo Hino no Português, início do programa que foi ouvido com religioso silêncio por toda a escolhida assembleia.¹³

Nos primórdios de sua vida institucional, no grémio, os sócios podiam optar pela categoria de contribuintes ou remidos, sendo efetivos ou contribuintes. Mas nota-se a preferência pela escolha da modalidade remida uma vez que efetuavam apenas uma contribuição, a qual tinha pagamento facilitado. Isso não tornava proibitiva a presença ou utilização do gabinete de leitura pelos portugueses, com poucas possibilidades financeiras, impedidos economicamente de participarem como sócios ou como usuários de alguns serviços mais específicos.

O pagamento das cotas dava sustentabilidade institucional e eram utilizadas para cobrir as despesas de expediente e de servidores. Não há dúvidas quanto ao aumento do quadro de associados após o clube criar o departamento de recreação. Todavia, a sociedade continuava a ser exclusiva aos portugueses.¹⁴

Como solucionar a questão da permissão dos brasileiros a esta associação?

foi criado [um] club interno Jardim Portugal, destinados (sic) aqueles que não podiam ser sócios do grémio, mas ficavam com direitos de frequentar a sede campestre e social. Em 1973, com a transformação do Grémio em associação Luso-Brasileira deixando de ser sociedade estrangeira, os sócios do Club Jardim Portugal que se extinguiu, passaram a ser sócios efetivos do Grémio Literário e Recreativo Português que nesta data passaria a ter esta denominação.¹⁵

pela agremiação e que teve seu lançamento no dia da inauguração.

13 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*, p. 32.

14 Tal situação deve-se a questões jurídicas da inscrição do Grémio como sociedade estrangeira. Isto também foi definido pelo decreto 383 de 1938, assim sendo, não podiam ser admitidos sócios brasileiros.

15 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*, p. 48.

No sentido e entendimento da difusão da cultura, conhecimento e informação através da leitura como uma das principais finalidades institucionais, faz jus o destaque para as ações de António José da Silva que começou uma “campanha” para executar essa tarefa que lhe foi confiada. Preparou-se então o espaço físico, dotando-o de mobiliário e iniciou a aquisição, seja pela compra ou pela doação, de mapas e livros. Segundo Eugénio Brito, António José da Silva “iniciou diligências junto a muitas pessoas, no sentido de obter a doação de livros que eram adquiridos fora de Belém, uma vez que o comércio livreiro da cidade ainda era muito fraco”.¹⁶

A Biblioteca não tinha somente livros ou mapas, dispunha também, na última década do século XIX, de diversos jornais editados em Belém e em outras partes do mundo, destacadamente os de publicação portuguesa como: *Mala da Europa*, *O Século*, *Ilustração Portuguesa*, *O Dia*, *Diário Ilustrado*, *A Voz Pública*, *O Notícias e o Comércio do Porto*.

Uma parte deste espólio foi adquirida no comércio local, sobretudo junto a Livraria Clássica. Outras obras, de grande importância, foram compradas em Lisboa, acabando o editor António Maria Pereira¹⁷ por se tornar grande parceiro comercial na compra de livros pelo GLRP. Sobre este assunto refere Eugénio Brito:

A seguir vem a livraria de António Maria Pereira, ainda hoje existente em Lisboa, com três facturas datadas de 28.08.1868, com 86 volumes no valor de Rs101\$020 (moeda portuguesa) que viajaram pelo vapor “Uruguai”; de 20.10.68, 217 volumes no valor de Rs367\$530 pelo pacote “Verome”; 31.11.68, 124 volumes no valor de 215\$260 também enviado pelo navio “Uruguai”.¹⁸

A documentação desta instituição contém outras faturas de livros adquiridos a este fornecedor que passou a ter grande importância no processo de aquisição do acervo bibliotecário.

Foram ainda adquiridos mais livros de outro comerciante, Campos Júnior, proprietário de uma livraria de Lisboa. Na capital federal, o Rio de Janeiro, O GRLP também comprou mais um quantitativo de obras e ainda contou com doações para o acervo.

Entre diversos doadores, devem ser citados: o historiador João Lúcio de Azevedo, o livreiro Eduardo Tavares Cardoso, Domingos Pires Barreira, o Instituto Nacional do Livro do Brasil e Agostinho José de Almeida. Os doadores recebiam uma carta circular assinada por Silva Leite agradecendo a ‘valiosa oferta’ e a colaboração para o acervo da Biblioteca depois denominada Fran Paxeco.

Esta agremiação lusíada foi, e continua sendo, singular para a comunidade portuguesa nesta região do Brasil. Além das inúmeras obras do seu acervo e a utilidade para toda a população, também se destacou na formação profissional de alguns filiados e seus familiares. Os cursos de língua e principalmente o

16 *Ibidem*, p. 51.

17 Devido a frequência das transações comerciais foi nomeado correspondente do Grémio em Lisboa, em julho de 1868.

18 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*, p. 53.

curso comercial formavam os jovens para a prática do comércio. Por muito tempo, os cursos foram exclusivos à comunidade lusa. Depois, abriram-se inscrições a alunos de outras nacionalidades.

O GLRP constituiu-se no único Gabinete Português de Leitura do Brasil com atividades na educação formal. “O Grêmio promovendo esse ensino, além de cumprir desde logo mais uma das finalidades para que foi criado, contribuía ao mesmo tempo para o desenvolvimento cultural de Belém”.¹⁹

As primeiras aulas foram de português e escrituração mercantil, posteriormente foram lecionadas aulas de aritmética, francês, contabilidade, cálculo, inglês, geografia e datilografia, entre outras. Mas por sugestão do Cônsul de Portugal no Pará, Fran Paxeco,²⁰ foram as aulas avulsas que deram lugar ao curso de contabilista que foi estruturado em três anos de formação. As atividades de ensino foram mantidas de 1868 até 1951.

Entre os primeiros professores, figuram os nomes de Sabino Henrique da Luz, Roberto A. Moreira, A. Coutinho, Dr. Edgar da Serra Freire, Adalberto Lassance da Cunha, Manuel Paranhos Guimarães, Francisco Mendes Campos, Izaura de Farias Alves da Cunha, Margarida Monton dos Santos, Leônidas Sodré de Castro e Manuel Fran Paxeco.

Entre os anos de 1890 e 1915, o GLRP esteve sob a gestão das seguintes pessoas na presidência da Assembleia Geral e da diretoria, respectivamente:

- 1890: J. Gonçalves Medeiros Branco e Fernando Augusto da Silva
- 1891: Rodrigo Alberto de Brito Amorim e Fernando Augusto da Silva
- 1892: Rodrigo Alberto de Brito Amorim e Manuel Augusto Marques
- 1893: Rodrigo Alberto de Brito Amorim e Manuel José Teixeira
- 1894: Rodrigo Alberto de Brito Amorim e Alberto Alves da Motta
- 1895: Gregório Porfírio da Costa e Ricardo Ferreira Lopes (Alexandre Francisco O. e Souza²¹ e Manuel Pereira Dias não tomaram posse por renunciarem ao mandato).
- 1896: Adolfo Braga e Francisco J. S. Araújo.
- 1897: Manuel João Gonçalves. O presidente da Diretoria não foi identificado.
- 1898: Manuel João Gonçalves e José Gomes da Cruz Silva.
- 1899: Ismael Hall e Hermenegildo Solheiro Júnior.
- 1900: Francisco Julio Pereira e Ricardo Ferreira Lopes.
- 1901: Domingos Pires Barreira e José Gomes da Cruz e Silva.

¹⁹ *Ibidem*, p. 69.

²⁰ O nome Manuel Francisco Pacheco foi alterado oficialmente para Manuel Fran Paxeco (Cf. o *Diário do Governo* n° 268, de 25 de novembro de 1905).

²¹ Na base de dados das habilitações do Consulado português no Pará, uma das fontes de minha tese doutoral, na habilitação número 7.174 foi localizado Seraphin Ferreira de Oliveira e Souza, da freguesia de Vila Maior do Concelho de Santa Maria da Feira, Distrito de Aveiro. Comerciante, trabalhador da Firma Oliveira Souza e Cª, terá reemigrado ou retornado ao Pará pela segunda vez em fevereiro de 1886, a bordo do Vapor Anselm. Seu registro de habilitação é datado de 09.11.1903. Junto ao consulado não apresentou documentos apenas no lugar de papéis de identificação apresentou as testemunhas: Albano Augusto Martins, José Lourenço Pereira e Francisco Castanheiro.

- 1902: Domingos Pires Barreira e Joaquim da Silva Vidinha.
- 1903: Domingos Pires Barreira e Manuel Augusto Marques.
- 1904: José Maria Borges de Lima e Domingos Pires Barreira.
- 1905: José Maria Borges de Lima e Domingos Pires Barreira.
- 1906: Visconde Monte Redondo e Albino Coutinho Júnior.
- 1907: Visconde Monte Redondo e Albino Coutinho Júnior
- 1908: José Maria Borges e Albino Coutinho Júnior.
- 1909: Joaquim A. Lopes Martins e Manuel Augusto Marques.
- 1910: Melchior Mesquita Oliveira e Benjamim Pires.
- 1911: João Jorge Correia e José Cândido da Silva Osório
- 1912: Luís Danier Lobo e Emílio Correia do Amaral
- 1913: Henrique Eduardo Neves dos Santos e Manuel Rodrigues Pereira
- 1914: Mário Jorge de Pinho Castro e Norberto de Matos Almeida
- 1915: Adelino da Silva Gil e Norberto de Matos Almeida

Tuna Luso Caixeiral

O dia primeiro de Janeiro do ano de 1903 foi marcado com a fundação de mais uma instituição que continuava a destacar a expansão do associativismo português nestes lados da Amazônia oriental no Brasil. Esta data daria início a história da Tuna Luso Brasileira, com sede em Belém, capital do Estado do Pará.

O cruzador português, D. Carlos I, ancorado no cais do Porto de Belém, tinha entre os seus viajantes uma orquestra portuguesa a tocar fados que acabavam por embriagar de saudades os imigrantes lusos que viviam no Pará.

As músicas orquestradas faziam os portugueses lembrarem a vida nas cidades ou nas aldeias do país de origem em momentos junto a família e a outros patrícios. Tempo em que as aventuras e as decepções estimulavam a partida rumo a terra das oportunidades. Sentiam-se muito bem motivados no projeto de melhoria das condições vida em novas terras. O momento era propício pois a Amazônia vivia o que para alguns historiadores era sua *belle époque*, proporcionada pela “simbiose” económica que a extração da *hévea brasilienses* oferecia as duas grandes metrópoles amazónicas: Belém e Manaus.

A ideia veemente defendida por um jovem caixeiro de nome Manuel Nunes da Silva e mais vinte de seus compatriotas tinha por finalidade alimentar um pouco do saudosismo musical típico das terras lusas. Reunidos em um café, a 13 de novembro de 1902, tomaram a decisão de criar um grupo musical. A partir de então resolveram associar-se em fundação da Tuna²² Luso Caixeiral.

22 A Tuna foi criada com o propósito de formar um grupo musical para a execução de músicas, principalmente, portuguesas, atividade que hoje é pouco conhecida para os paraenses que associam o nome Tuna apenas a equipe de futebol existente na capital do estado do Pará.

A escolha e composição do nome da entidade, passava a representar os amantes e tocadores de música, em especial a portuguesa nomeadamente os fados (Tuna), a nacionalidade associativa (Luso) e o grupo de comerciantes associados que, em maioria, eram caixeiros (Caixeiral).

A Tuna Luso Caixeiral tinha como flâmula um estandarte confeccionado nas cores da bandeira da monarquia portuguesa. Assim, sua bandeira era azul e branca. Ao centro estava montado um quadro vermelho que continha um símbolo musical (a clave do sol). O aspecto visual era condizente com o grupo executante de músicas, elemento que fundamentou a criação desta entidade associativa portuguesa em Belém.

Sua primeira diretoria foi composta por Manuel Nunes da Silva, presidente; Manuel Augusto Correia²³ e António Lobo, secretários.

As apresentações musicais acabaram por ser, até 1906, a atividade principal a ser executada pela Tuna. A música lusa podia ser apreciada em diversas apresentações do grupo tunante que eram realizadas para a colónia portuguesa mas também para os brasileiros de Belém. Anualmente apresentavam-se nos bailes das flores e de carnaval, e não só: chegaram até a iniciar uma espécie de escola de danças de valsas e de outros de ritmos.

Cabe destacar também os “concertos” promovidos com carácter beneficente realizados para auxílio financeiro de algumas entidades. Foram plurais as apresentações glamourosas de cunho filantrópico que ocorreram no Teatro da Paz, a exemplo do realizado para a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará e do hoje Hospital Ophir Loyola. Acrescenta Manoel Oliveira: “São hospitais, asilos, escolas e outros a baterem sempre às portas desta grande Tuna de portugueses e brasileiros e ela sempre a servi-los, visando única e exclusivamente o bem colectivo”.²⁴

No ano de 1906 foi criado dentro da Tuna Luso Caixeiral o departamento náutico. E na disputa da competição a 15 de abril chegou a vencer o páreo de honra denominado “imprensa de Belém” e ainda venceu a prova mais importante do programa náutico embora a equipe tivesse sido desclassificada.

23 Consta no corpo documental do Registro de Habilitações do Consulado Português no Estado do Pará, sob o número 718 que este imigrante era natural da freguesia de Frazidela, concelho de Mirandela, distrito de Bragança. Terá chegado ao Pará, pela primeira vez, em maio de 1898, com 19 anos e feito habilitação consular apenas em 5 de julho de 1913, ou seja aos 34 anos, altura em que declarou ser viúvo.

24 OLIVEIRA, Manoel. *Tuna: sua vida e glória*. Belém: Smith Produções Gráficas, 2003, p. 145.

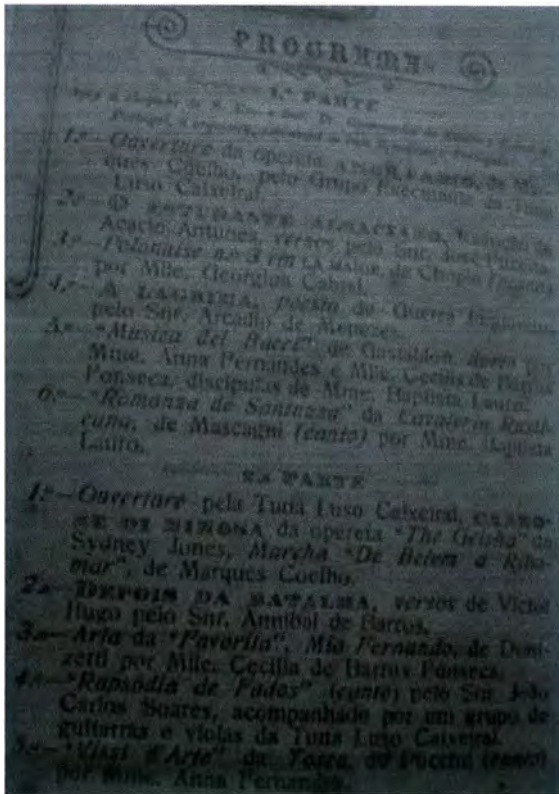


FIGURA 2. Programa do Espectáculo Beneficente em prol da Cruz Vermelha Portuguesa

Fonte: COLONIA PORTUGUEZA (PA). *Grandioso festival em benefício da Cruz Vermelha de seu paiz* [s.l: s.n] [1915?]. Biblioteca Pública Arthur Viana, secção de obras raras, Belém-PA.

Com o surgimento do departamento náutico do clube foi incorporada, em sua flâmula, a Cruz de Malta representando as conquistas tunantes nas competições náuticas. Fazia referência das embarcações das cruzadas que, contendo a cruz em suas velas, saíam em busca da reconquista das terras em poder dos mouros. Os remadores tunantes então ganham fama pelas frequentes vitórias. Na garagem mantida na rua de Siqueira Mendes faziam arrumação dos velozes barcos de corrida em cujas proas eram ostentados nomes de rios, quer de Portugal continental quer ultramarino: Rio Tâmega, Rio Alva, Rio Lima, Rio Zaire, Rio Tejo, Rio Minho, entre outros.

No ano de 1915, a Tuna fundou seu primeiro time de futebol e estreou na categoria de amadores, mantendo-se nesta categoria até o ano de 1935. O primeiro uniforme do time futebolístico, era assim descrito: “camisa branca, tendo sobre o peito uma cruz de malta, em vermelho, flâmula branca cortada em quatro por faixas azul claro, tendo ao centro uma cruz de malta em vermelho, calça preta (calção) e chapéu (gorro) branco”²⁵

25 *Ibidem*, p. 186-7.

No ano seguinte, 1916, o nome da associação foi alterado, passando a denominar-se Tuna Luso Comercial.²⁶ Atualmente, o clube associativo possui a terceira denominação datada de 1968 quando passou a ser Tuna Luso Brasileira.

Apesar do estudo priorizar apenas duas entidades associativas, outras também foram importantes organismos representativos dos lusíadas no Pará: Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente (08.10.1854), Associação Vasco da Gama (20.05.1898), Liga Portuguesa de Repatriação (21.07.1908), Comissão Pró Portugal (03.12.1914), Câmara Portuguesa de Indústria e Comércio (22.06.1917), Junta Federativa das Associações Portuguesas (15.03.1920), Centro Loriguense (04.07.1937), Centro Penelense (1940), Centro de Ação Filantrópica e Cultural (15.10.1977), Centro Beneficente Laborinense (06.11.1977).

O Grémio Literário e Recreativo Português e a Tuna Luso Brasileira, representaram bem mais que uma entidade que procurou congregar a comunidade portuguesa de Belém do Pará.

O antigo Gabinete de Leitura, o Grémio, constituiu-se em uma espécie de associação-mãe. Durante décadas serviu de sede para reuniões, não só das atividades inerentes ao Grémio como de tantas outras entidades e órgãos ligados a comunidade lusa (abrigara o Consulado de Portugal no Pará, cedera espaço a reuniões da Tuna Luso Caixeiral, das comissões festivas e de auxílio). Estendeu as funções do seu Gabinete de leitura e prestou serviço educacional com cursos que visavam a qualificação de trabalhadores para o comércio, aulas de línguas e dança, entre outras.

A Tuna Luso, além do caráter associativo, destacou-se por atividades relacionadas ao lazer: seja nas apresentações e bailes dançantes do grupo executante de músicas, seja nos torneios desportivos de competições náuticas e futebolísticas.

Através das associações os portugueses oportunizaram não só a confraternização entre os seus conterrâneos: formavam e ampliavam laços de amizade, afirmavam suas identidades, defendiam interesses de um grupo específico ou de toda a coletividade. Buscavam nas entidades preencher, ou fazer com que fossem preenchidas, as lacunas da assistência e da prestação de serviços. Procuravam suprir a ‘falta’ de apoio a suas necessidades sociais, o que ocorria pela ausência ou negligência dos poderes constituídos do Brasil e das autoridades portuguesas aqui representadas. Sobre o desamparo e as possibilidades ao participar de uma associação, Roberto Sousa afirma:

Distantes fisicamente da terra natal e sem o apoio incisivo estatal português, os imigrantes portugueses sentiam-se desamparados e expostos às vicissitudes que a vida em um novo país impõe. A possibilidade de contatos com patrícios era adequado para mobilizar interesses vinculados à cultura, trabalho, saúde, lazer e negócios.²⁷

²⁶ Nesta altura o título de Presidente de Honra cabia ao Chefe de Estado da Nação Portuguesa.

²⁷ SOUSA, Roberto Ribeiro de. “Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o lugar da casa regional no movimento associativo luso-brasileiro”. *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro – UERJ, nº 22, 2007, p. 54.

Fontes

BRASIL, Francisco de Assis. *O Pará e a colônia portuguesa*. Belém: Typ da Livraria Gillet, 1920.

COLONIA PORTUGUEZA (PA). *Grandioso festival em benefício da Cruz Vermelha de seu país*. Biblioteca Pública Arthur Viana, secção de obras raras, [s.l: s.n], Belém-PA, 1915.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no porto Oitocentista*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto, 1994.

AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRITO, Eugénio Leitão. *História do Grémio Literário e Recreativo Português*. Belem: Gráfica Santo António Editora e Papelaria, 1994.

_____. *Os portugueses no Grão Pará*. Belém: Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará, 2000.

FERREIRA, Marie-Jo. *Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX – início do século XX*. Disponível em: <http://wwwo.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf> Acesso em: 14 jun. 2011.

FONSECA, Vítor da. “Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920”. In: PADILLA, Beatriz; XAVIER, Maria (org.). *Revista Migrações – Número temático “Migrações entre Portugal e América Latina”*, Lisboa, nº 5, out. 2009, p. 221-237

GRASSI, Marzia; MELO, Daniel. *Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007.

OLIVEIRA, Manoel. *Tuna: sua vida e glória*. Belem: Smith Produções Gráficas, 2003.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “Associativismo em contexto migratório”. In: HORTA, Ana Paula Beja (org.). *Revista Migrações – Número temático “Associativismo Imigrante”*, Lisboa, nº 6, abr. 2010, p. 39-58.

SOUSA, Roberto Ribeiro de. “Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o lugar da casa regional no movimento associativo luso-brasileiro”. *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro – UERJ, nº 22, 2007, p. 54-66.

Pastel de bacalhau e imigração portuguesa: memórias do Mercado Municipal Paulistano

Idália Maria Teixeira Souto • Sênia Regina Bastos

Universidade Anhembi Morumbi

Introdução

É HÁBITO ENTRE OS PAULISTANOS comer um pastel no meio do dia, seja nas pastelarias ou nas feiras livres, onde tem seu lugar de destaque. Ícone da cozinha popular paulistana, o pastel é imbuído de muitas histórias e representações culturais, desde a sua origem até chegar às fusões alimentares multiétnicas que resultaram na criação do pastel de bacalhau na cidade de São Paulo, ou seja, no mito de origem que o reveste.¹

Tratar a comercialização do bacalhau no Mercado Municipal Paulistano implica em problematizar o aspecto cultural presente na comida, ou seja, a influência da imigração portuguesa na preparação de determinados alimentos. No que se refere ao pastel de bacalhau, comporta a discussão do processo que resultou na elaboração de sua receita e na sua produção. Sendo assim, ao observar seu consumo, é possível traçar a relação entre os hábitos alimentares que foram trazidos pelos imigrantes e a herança que nos legaram, pois ele revela origens, comportamentos e costumes. Sua dimensão cultural, adquirida pelas influências étnicas – graças aos povos presentes na cidade de São Paulo – determinou incorporá-lo ao patrimônio cultural imaterial da cozinha paulistana:

Na mudança de país, os imigrantes trouxeram seus hábitos alimentares como uma das maneiras de preservar sua identidade cultural. Carregaram, em sua bagagem, mudas, temperos [...] e apetrechos habitualmente utilizados em sua cozinha. Amalgamaram seus hábitos de consumo baseados no arroz, no fubá, no tomate, na cebola e no alho, que encontraram por aqui com facilidade. Por fim, aderiram às práticas alimentares paulistas.²

1 Para a reflexão da constituição dos mitos fundadores da criação do pastel de bacalhau na área central de São Paulo adota-se os pressupostos de HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

2 BELLUZZO, Rosa. *São Paulo: memória e sabor*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 61.

Em a cozinha de São Paulo, com toda sua multiplicidade por conta das influências dos imigrantes, ganhou características únicas que a difere do resto do Brasil. Hoje, são mais de 50 países representados nos restaurantes da cidade. Os pastéis, por exemplo, são consumidos tanto em restaurantes quanto em pastelarias, lanchonetes, bares, botecos e, principalmente, nas populares feiras livres.

Os portugueses no Brasil e o consumo de bacalhau

Como outros povos que vieram para o Brasil, os portugueses trouxeram muitos hábitos, costumes e tradições e influenciaram diversas áreas culturais paulistanas. Na cozinha, em virtude da colonização, a presença portuguesa é a mais antiga cozinha europeia em solo brasileiro.

Quando chegaram ao Brasil em 1500, “o bacalhau, que se tornaria [...] um sinônimo da cozinha de Portugal, era um alimento caro e usado com parcimônia nas mesas do país, em pratos simples como um bacalhau na brasa”.³

Em 1808, a cozinha imperial que chegou ao Brasil com a corte portuguesa, reafirmou o hábito dos portugueses consumirem bacalhau com azeite de oliva. Em contrapartida, os imigrantes que vieram no fim do século XIX e no início do século XX, passaram a comer mais bacalhau no Brasil do que em sua terra natal. “O português sempre que podia praticava sua cozinha. O gosto pelo tomate e mais tarde pela batata, base de sopas e companheira indispensável do bacalhau cozido, assado, guisado ou em pastelinhos, [...] fazia as suas delícias”.⁴

O bolinho de bacalhau e a bacalhoada (em várias versões) se tornaram clássicos da cozinha portuguesa em terras brasileiras, sempre acompanhados do azeite e do vinho.

As origens do pastel

A palavra pastel vem do latim tardio *pastellum*, mesma raiz etimológica de pasta, termo italiano para massa de farinha. Os pastéis portugueses não estão restritos apenas ao sabor doce, ao contrário da fama que têm. Existem, em registros antigos, receitas salgadas (assadas e fritas) dessa iguaria.

A culinária portuguesa apresenta registros em receituário de pastel salgado, desde a Idade Média. Até hoje, a cozinha portuguesa é “pródiga em pastéis de todos os tipos, doces e salgados, cujas primeiras receitas datam do século XII”.⁵ Prova disso é que receitas dessa iguaria estão descritas em antigos manuscritos portugueses, um deles é *Um Tratado da Cozinha Portuguesa do século XV – Coleção de receitas, algumas bastante originais, para o preparo das mais variadas iguarias*, de autor desconhecido.⁶ Nesse *Tratado*, há receitas de pastéis de fígado de cabrito (frito em gordura bem quente), pastéis assados de pombinho, pastéis lepadados, além de pastéis doces.

3 ROMIO, Eda. *Brasil 1500-2000: 500 anos de sabor*. São Paulo: ER Comunicações, 2000, p. 11.

4 FERNANDES, Caloca. *Viagem gastronômica através do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Editora Senac/Estúdio Sonia Robatto, 2007, p. 19.

5 ROMIO, Eda. *Brasil 1500-2000, op. cit.*, p. 11.

6 *Um Tratado da Cozinha Portuguesa do século XV – Coleção de receitas, algumas bastante originais, para o preparo das mais*

O outro manuscrito antigo do receituário português é *O Livro de Cozinha da Infanta Dona Maria*,⁷ que data do século XVI e compila receitas da cozinha portuguesa anteriores a 1565. Escrito em português quinhentista, subdivide-se em quatro cadernos independentes que, só mais tarde quando o livro foi publicado, foram transformados em um único volume. Embora os cadernos sejam do século XVI, as receitas podem ser mais antigas, já que não há registro de datas. Muitas delas coincidem com as descritas no manuscrito *Um Tratado da Cozinha Portuguesa do Século XV*.⁸

Em 1680, foi publicado o primeiro livro da cozinha tradicional portuguesa, de autoria de Domingos Rodrigues,⁹ cozinheiro de Dom Pedro II e um grande *chef* da época, intitulado *Arte de Cozinha*. Em 50% das receitas, ocorre o emprego do açúcar ou de ingredientes ácidos (como vinagre, limão e agraço – sumo da uva colhida verde) ou ambos ao mesmo tempo, conforme afirma Alfredo Saramago nas notas iniciais desse livro, que traz receitas requintadas, além da decoração das produções culinárias e a apresentação dos pratos. O livro tem um capítulo dedicado aos pastéis, o XVIII, intitulado “Pastéis de diferentes modos”, traz cinco receitas dessas iguarias.

Também a mistura de frutas e açúcar aos pratos salgados apareceu na mesa do século XVII, como bem exemplificam essas iguarias criadas por Domingos Rodrigues, para o rei de Portugal: Pastéis fritos pequenos, de carneiro, de açúcar e canela. Adens reais estofados com marmelos, maçãs azedas, especiaria preta, guarnecidas com todos.¹⁰

Couto,¹¹ autora do livro *Arte de cozinha*, faz uma retrospectiva da história da alimentação de Portugal e Brasil dos séculos XVII ao XIX. Ao analisar *O Livro de Cozinha da Infanta Dona Maria*, destaca a presença dos pastéis fritos:

[...] as carnes também têm preparos diversos. Cruas ou cozidas, elas recheiam pastéis feitos com uma massa de farinha de trigo frita ou assada e acrescida de

variadas iguarias. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1963.

7 Algumas receitas vinham de várias gerações da família de Dona Maria (*O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal*. Primeira edição integral do Códice Português I. E. 33. da Biblioteca Nacional de Nápoles. Autor desconhecido. Leitura de Giacinto Manuppella e Salvador Dias Arnaut).

8 As receitas têm um número considerável de especiarias e de ingredientes ácidos. Muitas delas misturavam sal com açúcar, como é o caso do pastel de fígado de cabrito, o que era comum naquela época.

9 RODRIGUES, Domingos. *Arte de cozinha*. Lisboa: Colares Editora, s.d.

10 Usar açúcar em receitas salgadas, sobretudo nas que têm a carne como ingrediente principal, remonta à herança árabe na Península Ibérica (LEAL, Maria Leonor de Macedo Soares. *A história da gastronomia*. Rio de Janeiro: Editora Senac, 1998, p. 46).

11 COUTO, Cristiana. *Arte de cozinha: alimentação e dietética em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

água e sal, ou apenas manteiga, os pastéis são feitos, ainda, de tripa, passada em farinha de trigo e frita.¹²

As múltiplas influências culturais presentes na cozinha são evidenciadas no exemplo português: da mesma forma que os portugueses foram influenciados pelos árabes, os japoneses também sofreram influência da cozinha portuguesa, graças aos navegantes portugueses que mantiveram estreito contato com o Japão entre os séculos XVI e o XVII.¹³ Franco,¹⁴ por sua vez, aponta as múltiplas influências gastronômicas portuguesas no império colonial português, quer na América, na África ou no Oriente, fatores cuja análise comporta o conceito de circularidade cultural proposto por Ginzburg,¹⁵ ao que se refere às influências recíprocas presentes nesse universo.

A *tempura*, por exemplo, não é originária da culinária japonesa, mas resultado da presença portuguesa durante a época da colonização:

[...] a tempura é um prato com inspiração religiosa. Durante a quaresma, a Igreja Católica recomendava abstinência de carne e penitência. Nas refeições frugais, só autorizava os peixes, frutos do mar e vegetais. Os fiéis se submetiam aos mesmos sacrifícios nos três dias de jejum, em uma semana de cada estação do ano, as chamadas *têmporas*. Como abominavam o hábito japonês de comer peixes e frutos do mar crus, os portugueses mandavam fritar os ingredientes permitidos. A população nipônica achava estranho, mas provava e gostava. Julgava que *têmporas* fosse o nome do prato. Quando incorporou a receita, chamou-a de *tempura*.¹⁶

Resulta da influência portuguesa a introdução da fritura de alimentos entre os japoneses, pois antes desse contato, apenas cozinhavam, grelhavam, pocheavam e colocavam os alimentos em conserva (sobretudo os vegetais), métodos estruturais da cozinha tradicional japonesa.

A cozinha portuguesa já produzia na época das navegações para o Oriente, as pataniscas de bacalhau que eram elaboradas com o peixe desfiado, passado em polme (mistura de farinha, água, ovos e sal) e frito. Sendo assim, atribui-se também aos portugueses a origem da influência que os japoneses têm de passar ingredientes como vegetais e peixes em polme, antes de fritar.¹⁷

12 *Ibidem*, p. 42.

13 LOPES, J. A. Dias. *A canja do imperador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

14 FRANCO, Ariovaldo. *De caçador a gourmet: uma história da gastronomia*. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora Senac, 2001.

15 GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

16 LOPES, J. A. Dias. *A canja do imperador*, *op. cit.*, p. 144.

17 Os portugueses, por sua vez, sofreram influências dos árabes que tinham o hábito de fritar os alimentos. Vale ressaltar, também, que os portugueses conheceram o rolinho primavera chinês, que tem uma delicada massa de arroz envolvendo o recheio, quando “os jesuítas que acompanharam os navegadores portugueses ao Oriente [...] trouxeram secretamente a receita” (DUARTE, Marcelo. *O livro das invenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 195).

Percebe-se a circularidade cultural presente no universo da cozinha: permite a identificação dos hábitos e costumes de quem a pratica, de sua identidade e tradição, além de possibilitar a criação de novas tradições.¹⁸

Buscando-se mais informações sobre as origens do pastel, verifica-se que os gregos confeccionavam uma iguaria à base de ave, que levava o nome de pastelão e era considerado um prato aristocrático.¹⁹ Não há menção se era feito em formato de torta ou em porções menores. Também produziam pastéis à base de mel, trigo e frutos secos. Por sua vez, os judeus produziam as *empanadillas* (pequenos pastéis) que eram muito difundidas na Idade Média, podiam ser doces ou salgadas.

Trefzer afirma em *Clássicos da Literatura Culinária*,²⁰ analisando o primeiro livro de receitas alemão, denominado *Kuchemaistrey* (anônimo e impresso em 1485) que:

É um traço fundamental da arte culinária medieval que muitos pratos sejam de preparo altamente elaborado. Frequentemente os ingredientes eram cortados bem finos e picados com a faca ou macerados no pilão e então, com o acréscimo de massa, transformados em torta ou pastel.

Entre os séculos xv e xvi, houve uma sofisticação da cozinha e um maior intercâmbio culinário na Europa. Leal²¹ traz uma relação de pratos que eram consumidos às sextas-feiras, dia da semana em que a carne não era consumida, e o pastel de marisco integra está presente nesse rol.

Desde os tempos do início da colonização, os portugueses trouxeram para o Brasil muitas iguarias, dentre elas o pastel. Lopes relata um anúncio de 1820, que trazia o cardápio da casa de pasto Cruz de Malta, no qual constavam os seguintes pratos: “uma sopa, um cozido, três pratos de diferentes qualidades, um de pastéis, sobremesa e meia garrafa de vinho”²²

Não é à toa que os pastéis também aparecem no primeiro livro brasileiro de receitas, *O Cozinheiro Imperial ou nova arte do cozinheiro e do copeiro em todos os seus ramos*, da década de 1840.²³ Assinado pelo chefe de cozinha R.C.M., que não se sabe quem foi (ou mesmo se existiu), continha 1.200 receitas, foi publicado com o intuito de “oferecer ao Brasil um manual da ‘ciência culinária’ que equipare o país às nações européias”²⁴

Segundo os editores do referido livro, ele foi elaborado para atender mais adequadamente o público do Brasil que não estava satisfeito apenas com publicações lusitanas. O mais curioso é que se percebe

18 GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*, op. cit.

19 LOPES, J. A. Dias. *A canja do imperador*, op. cit.

20 TREFZER, Rudolf. *Clássicos da literatura culinária: os mais importantes livros da história da gastronomia*. Tradução Marcelo Rondinelli. São Paulo: Editora Senac, 2009, p. 60.

21 LEAL, Maria Leonor de Macedo Soares. *A história da gastronomia*, op. cit., p. 44.

22 LOPES, J. A. Dias. *A canja do imperador*, op. cit., p. 211.

23 R. C. M. *O Cozinheiro Imperial*. São Paulo: Best Seller, 1996 (adaptação de Vera Sandroni).

24 COUTO, C. *Arte de cozinha*, op. cit., p. 120.

claramente a influência portuguesa, pois boa parte desse livro traz receitas de Portugal. Haja vista que as receitas de pastéis das publicações portuguesas e dessa publicação brasileira se assemelham em demasia. É inegável que a cozinha brasileira tenha herdado muitos hábitos, usos e costumes da cozinha lusitana, graças a séculos de convivência entre os dois povos. O receituário de *O Cozinheiro Imperial* traz muitas reproduções de um livro português que, à época, fazia muito sucesso em Portugal: *O Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha*, lançado em 1780, de autoria de Lucas Rigaud, um francês que foi cozinhar para a rainha Dona Maria I, e acabou reforçando a influência francesa na culinária portuguesa, que se iniciara com Domingos Rodrigues. Essa publicação apresentava oito receitas de “pastelinhos” assados nos moldes das dos outros receituários analisados nessa pesquisa (sendo uma delas doce – “pastelinhos de natas”) e “pastelinhos” fritos usados como acompanhamentos.²⁵

Assim como *O Cozinheiro Imperial*, lançado no século XIX, surge, nesse mesmo século, no reinado de D. Pedro II, *O Cozinheiro Nacional, ou collecção das melhores receitas das cozinhas brasileira e européas*, com 1.800 receitas e de autor não informado.²⁶ Esse livro foi editado com o propósito de documentar uma cozinha que usasse ingredientes brasileiros como, por exemplo, caças e animais silvestres. Isso está expresso na própria abertura do livro: “é tempo que este país se emancipe da tabela européa debaixo da qual tem vivido até hoje”. Nessa publicação, há uma tabela que relaciona ingredientes importados e suas possíveis substituições por produtos nacionais. Vale ressaltar que não se sabe ao certo a data original da primeira edição desse livro e nem o seu autor. Cogita-se, para o lançamento, os anos entre 1874 e 1888. E em algumas das edições desse receituário atribui-se a autoria a Paulo Salles. Nele constam receitas de pastéis salgados fritos e assados.

Ao analisar as receitas desse livro, percebe-se, claramente, que elas mantêm os mesmos moldes das receitas dos pastéis portugueses, pois usam açúcar e canela em receitas salgadas, produtos ácidos como o sumo de limão e o vinagre, além da sempre presente gordura como, por exemplo, o toucinho.

Consiglieri e Abel afirmam: “Ora, o português trouxe para o Brasil modos de explorar a cozinha: de preparar, dosear, confeccionar, temperar e conservar os alimentos”, o que se acentua após a Independência.²⁷

A cozinha brasileira tem no seu cerne a cozinha portuguesa, com seus usos e práticas. No Brasil, até mesmo o pastel tem raízes lusitanas, como visto nessa pesquisa. Mas o tão popular pastel, conhecido como o “típico pastel de feira”, parece ser uma fusão, uma mistura e até mesmo uma adaptação entre as cozinhas de Portugal, Japão e China que se cruzaram no Brasil, mais especificamente em São Paulo. Leal destaca: “sem dúvida, esse entrelaçamento de nacionalidades vem enriquecendo e aprimorando cada vez mais a arte de cozinhar, e provocando uma verdadeira revolução na gastronomia”.²⁸

25 RIGAUD, Lucas. *O cozinheiro moderno, ou nova arte de cozinha*. 5ª ed. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1826.

26 *Cozinheiro nacional, ou collecção das melhores receitas das cozinhas brasileira e européas*. Paris: H. Garnier.

27 CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília. In: FERNANDES, Caloca. *Viagem gastronômica através do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Editora Senac/Estúdio Sonia Robatto, 2007, p. 17.

28 LEAL, M. L. M. S. *A história da gastronomia, op. cit.*, p. 15.

Então, a fusão das cozinhas dos imigrantes com as práticas alimentares locais faz parte de um sistema de adaptação (e alteração), que vem como consequência da convivência, ou seja, resulta da circularidade cultural. Dessa forma, os hábitos e os costumes, aos poucos, são incorporados ao cotidiano de uma sociedade, influenciando, simultaneamente, tanto a população local quanto os imigrantes, num processo simbiótico.²⁹

Alguns autores afirmam que os japoneses trouxeram para o Brasil o pastel nos moldes conhecidos no país. Para Freixa e Chaves a culinária brasileira recebeu muitas influências com a chegada dos imigrantes e elas ressaltam que os japoneses trouxeram o “tão típico pastel de feira” que agora está incorporado à cozinha popular brasileira, mais especificamente a paulistana.³⁰ O livro *O Brasil põe a mesa: nossa tradição alimentar* faz menção aos pastéis fritos e aos orientais, ressaltando que o “desenvolvimento da vida urbana fez surgir nas cidades bares, cafés, padarias, restaurante e pastelarias. As pastelarias eram de propriedade de chineses e japoneses [...]”³¹ No livro *Cozinha Regional Brasileira – São Paulo*, também existe a seguinte referência: “os japoneses difundiram as plantações de arroz, principalmente no Vale do Ribeira, o consumo de chá e de outro alimento que mais tarde se tornaria imensamente popular: o pastel”³² Mas afirmar que os orientais trouxeram consigo a receita do pastel frito não tem fundamento, pois essa iguaria, como é produzida no Brasil, não está presente na cozinha japonesa nem na chinesa.

O *gyoza* (ou *guiorza* ou ainda *gyozá*, com acento), iguaria cujo modo de preparo pode misturar alguns métodos de cocção como o cozimento a vapor, a fritura por imersão (*age-gyoza*), a fritura com pouco óleo ou o grelhado na chapa, está presente tanto na cozinha chinesa quanto na japonesa, mas não tem a mesma textura da massa frita, aspecto e formato do pastel produzido no Brasil. O seu formato lembra o do ravióli ou ainda o formato de uma trouxinha e a sua massa é mais fina que a do pastel das feiras e pastelarias paulistanas.

De origem chinesa, o *gyoza* foi levado ao Japão, que o incorporou em sua culinária. Na China, seu nome é *jiaozi* e não deve ser confundido com o *wonton*, que tem uma massa mais grossa e um formato diferente.

Nas cozinhas chinesa e japonesa também está presente o *harumaki*,³³ conhecido no Brasil como rolinho primavera, cujo aspecto da textura da massa se assemelha mais com o pastel produzido no Brasil, por ser frito em imersão. Geralmente, os ingredientes do recheio do rolinho primavera são carne de porco e legumes, como cenoura e repolho picado, mas eles podem variar. Portanto, o *harumaki* é um enrolado frito, recheado, de massa muito crocante.

29 COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. *Sabores e memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo*. Tese (doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2009, p. 22.

30 FREIXA, Dolores; CHAVES, Guta. *Gastronomia no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2008, p. 245.

31 TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândida Vilarés. *O Brasil põe a mesa: nossa tradição alimentar*. São Paulo: Moderna, 2009, p. 83.

32 PANDOLEI, Ricardo. *Cozinha regional brasileira – São Paulo*, vol. 4. São Paulo: Abril, 2009, p. 26.

33 *Harumaki* advém da junção de *haru* = primavera e *maki* = enrolado ou *springroll*, em inglês.

Embora os japoneses tivessem que se adaptar à cultura brasileira, percebe-se que as suas raízes alimentares sempre estiveram presentes, sobretudo na alimentação que aqui desenvolveram, pois não é fácil fazer uma dissociação de algo tão intrínseco culturalmente:

[...] os modos alimentares se articulam com outras dimensões sociais e com a identidade e comer é reconhecer-se, sendo um ato simbólico, portador de sinais, de reconhecimentos formais, de cores, de texturas, de temperaturas e de estética. Consiste num ato que une memória, desejo, fome, significado, sociabilidade e ritualidades próprias da experiência vivida.³⁴

A cozinha viabiliza o contato com outras culturas, identifica os hábitos e os costumes de quem a pratica, mas também permite a criação de novas tradições. Foi o que aconteceu na troca de experiências entre os portugueses, os brasileiros, os chineses e os japoneses.

O quitute conhecido como pastel de feira é uma iguaria brasileira, resultado de da circularidade cultural, um processo lento de fusão, transformação e adaptação dos hábitos alimentares dos portugueses, chineses e japoneses que aqui chegaram.

Desde o século XIX, o pastel já era produzido e comercializado nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, por influência dos portugueses e dos chineses. Mas foi no século XX, com os japoneses, que a iguaria ganhou popularidade na capital paulista apresentando as características atuais, a quem se atribuiu a responsabilidade de torná-lo “mais agradável ao paladar brasileiro”.³⁵ A vinda dessas três etnias para o Sudeste do Brasil explica a popularidade do pastel nessa região do país. Dessa forma, ele pode ser classificado como patrimônio cultural da cozinha paulistana, sendo fruto da fusão da tradição, da história, das receitas, dos ingredientes, dos usos, do consumo, das técnicas de preparação e conservação e, também, das práticas culinárias trazidas pelos imigrantes.

O pastel na cidade de São Paulo

No século XIX, o pastel tinha presença constante nos tabuleiros das quitadeiras que os vendiam nas ruas da cidade de São Paulo. Havia uma variação de recheios e de massas, que podiam ser à base de farinha de milho, farinha de mandioca ou farinha de trigo, assim como as atuais. Variava-se bastante para atender uma demanda por produtos diferentes e, também, por conta da concorrência que existia entre os tabuleiros das quitadeiras. O pastel era um dos quitutes vendidos nas ruas que tinha um preparo mais elaborado: “o termo pastelaria englobaria todas essas variações de massa com

34 MULLER, Silvana Graudenz; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. “A preservação dos saberes, sabores e fazeres da gastronomia tradicional no Brasil”. *Revista Travessias: pesquisas em educação, cultura, linguagem e arte*, vol. 5, nº 1, 2011, p. 181.

35 Afirmação da professora de gastronomia Cláudia Moraes, em uma entrevista a Luiz Guilherme Gerbelli, no *Jornal da Tarde* de São Paulo, no caderno *Cidade* (29/07/2010).

recheios doces e salgados que poderiam ser fritos ou assados. Nos tabuleiros, os pastéis também apresentavam uma grande variedade, ainda que fossem em sua maioria salgados”.³⁶

Silva afirma ainda que “a venda de pastéis era bastante comum nas ruas da cidade na segunda metade do século XIX, principalmente por quitadeiras de origem africana”.³⁷ E ainda nas últimas décadas do século XIX os pastéis estavam bastante em voga: “permaneciam no cardápio dos tabuleiros alimentos baseados em antigas tradições que misturavam produtos de origem portuguesa (bolos e pastéis) e ingredientes locais”.³⁸ Por ser comida de rua, ele era bem popular entre os menos favorecidos economicamente, que o classificavam como “apetitoso, delicioso e alourado”.

Por ter se tornado uma comida de rua, ele era popular entre os menos favorecidos economicamente. Além das vendas feitas pelas quitadeiras, espalhadas pela cidade, também existiam estabelecimentos de vendas desses petiscos. Curioso é que colocavam anúncio em jornais para informar o dia da semana, o horário e o local de venda da iguaria. E, vale ressaltar, ainda, que já na década de 1860, os pastéis também eram vendidos em botequins do centro da cidade.

Nessa época, os vendedores ambulantes, dentre eles muitos imigrantes, começaram a se espalhar pela cidade. Eles também vendiam pastéis, só que de porta em porta pelos bairros residenciais de São Paulo, com permissão da Câmara.

Os pastéis fritos, hoje conhecidos como “pastéis de feira”, passaram a ser reconhecidos (popularmente) como uma iguaria típica da cozinha paulista e, principalmente, paulistana. “Na mesa farta do sertão paulista, todo dia era dia de tudo quanto era bicho. Bife de caçarola, frango recheado, lombo de porco, leitão à pururuca. E pastel de carne. Comida caipira: simples, descomplicada”.³⁹

Em meio aos pratos típicos ofertados em dias distintos da semana, o pastel tem sua presença garantida na cozinha paulista:

Surgiu no período colonial e imperial, até 1888 (Lei Áurea). Mistura influências indígenas, africanas e européias (portuguesas principalmente). Exemplos mais notáveis dessa cozinha paulista tradicional são o *Virado* (criação dos desbravadores de nossos sertões), o *Cuscuz*, a *Feijoada* (de berço nordestino, mas “educação” carioca e paulista), o *Angu*, o caíçara peixe *Azul Marinho* (com banana), o *Picadinho* (do cardápio jesuítico), o *Afogado* (tipicidade do Vale do Paraíba, versão paulista do *Barreado* paranaense), os *Assados Recheados* com farofa (frango, peru, leitão – transformados depois em grandes atrações nas quermesses interioranas), os *Pastéis*, a chamada *Comida Caipira* (paulista-mineira) com seus torresminhos e farofas, couves, carnes de caçarola, quiabos e cambuquiras.⁴⁰

36 SILVA, João Luiz Máximo da Silva. *Alimentação de rua na cidade de São Paulo (1828-1900)*. Tese (doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2009, p. 95.

37 *Ibidem*, p. 142.

38 *Ibidem*, p. 99.

39 CORRÊA, Thomaz Souto. “Introdução”. In: PANDOLFI, Ricardo. *Cozinha regional brasileira, op. cit.*, p. 11.

40 PODANOVSKI, João. *São Paulo: capital mundial da Gastronomia. Guia oficial de restaurantes, bares e similares de São*

A cozinha da cidade de São Paulo, com toda sua pluralidade por conta das influências dos imigrantes, ganhou características únicas que a difere do resto do Brasil. “Nos séculos XIX e XX, chegam os primeiros imigrantes europeus e orientais. E, de repente, a polenta, o macarrão, as frituras, os embutidos, novas frutas e legumes se fizeram brasileiros”.⁴¹

Hoje, são mais de 50 países representados nas cozinhas dos restaurantes da cidade. Os pastéis, por exemplo, são consumidos tanto em restaurantes quanto em pastelarias, lanchonetes, bares, botecos e principalmente, nas populares feiras livres, consumidos tanto como prato principal quanto como acompanhamento.

Os pastéis são uma verdadeira obsessão paulistana, servido tanto em restaurantes requintados, um luxuoso prato do nosso frugal arroz com feijão, como no C’a D’Oro, quanto nas feiras livres, preparados na frente da freguesia. Onde são pausa obrigatória entre uma compra e outra.⁴²

O livro *Cozinha Regional Brasileira – São Paulo* traz a informação de que na cidade existe o hábito, principalmente nos restaurantes, de consumir um ou dois pratos diferentes em cada dia da semana. Essa tradição começou em meados do século XX quando a vida agitada da cidade passou a dificultar a ida dos trabalhadores para casa para almoçarem. Os pastéis estão presentes:

Segunda-feira é dia do virado de feijão ou do picadinho de filé mignon. Às terças, dobradinha ou arroz com feijão, couve, farofa e pastéis para acompanhar. Às quartas, a feijoada reina soberana (e é repetida aos sábados). Na quinta, abre-se uma concessão aos imigrantes italianos, servindo macarrão com frango ou rabada com polenta. Na sexta, a tradição é comer peixe: filé de pescada ou bacalhau.⁴³

No livro *Um, Dois, Feijão com Arroz – a alimentação no Brasil de Norte a Sul*, no capítulo sobre São Paulo, Philippi e Colucci afirmam que “o consumo de pastel é um hábito tipicamente paulistano”.⁴⁴ Comercializado em pastelarias ou em barracas nas feiras livres, pode ser encontrado em diferentes sabores [...]”. Ao que corroboram Araújo *et al*: “consumir pastéis é típico do paulista, com caldo de cana e adição de suco de limão ou de abacaxi, e com recheios de queijo, carne, frango, palmito e outros”.⁴⁵

Paulo. São Paulo: Abresi/SIHRBS/Fhorep, 1997, p. 15.

41 MEDINA, Ignácio. *Cozinha País a País – Portugal*. São Paulo: Moderna, 2006, p. 11.

42 FERNANDES, Caloca. *Viagem gastronômica através do Brasil*, *op. cit.*, p. 185.

43 PANDOLFI, Ricardo. *Cozinha Regional Brasileira*, *op. cit.*, p. 15.

44 PHILIPPI, Sonia T.; COLUCCI, Ana Carolina A. “São Paulo”. In: FISBERG, Mauro; WEHBA, Jamal; COZZOLINO, Sílvia M. Franciscato. *Um, dois, feijão com arroz: a alimentação no Brasil de Norte a Sul*. São Paulo: Atheneu, 2002, p. 215.

45 ARAÚJO, Wilma Maria Coelho *et al*. *Da alimentação à gastronomia*. Brasília: Editora UNB, 2005, p. 56.

É hábito entre os paulistanos comer semanalmente um pastel no meio do dia, principalmente por quem mora ou trabalha perto de uma feira. As suas características contribuem para o seu sucesso: sempre quente, pois é frito na hora do consumo, sequinho, crocante e bem recheado. Aos sábados e domingos, ele frequentemente substitui o almoço em muitas casas paulistanas: “O valor cultural da alimentação que identifica uma localidade pode ser entendido como patrimônio, pois a comida é tradutora de povos, nações, civilizações, grupos étnicos, comunidades e famílias”.⁴⁶ Esse é o caso do pastel na cozinha paulistana.

A importância das feiras livres para a popularização do pastel

As feiras livres de São Paulo são as grandes responsáveis pela popularização dos pastéis na cidade.⁴⁷ Segundo o setor de fiscalização de feiras livres da ABAST, os pastéis são comercializados em 779 barracas distribuídas nas feiras da capital.⁴⁸ De acordo o site oficial de turismo da cidade de São Paulo (SPTURIS) essa é uma iguaria típica da cidade e os feirantes chegam a vender dois milhões de pastéis por semana.⁴⁹ Acrescenta-se, ainda, que muitos pasteleiros são japoneses e chineses ou descendentes dessas etnias e, geralmente, as barracas de pastéis são negócios familiares e dificilmente são vendidas.

Segundo o Sindicato dos Feirantes, os pasteleiros começaram a atuar nas feiras da cidade de São Paulo no começo da década de 1970, sem normativa legal. Em 1978, foi aprovado o Projeto de Lei nº 93J78⁵⁰ e, a partir daí, essa atividade passou a ser oficial, com ordenamento da esfera legal, nas feiras livres da capital. De acordo com a assessoria de comunicação da ABAST, na segunda metade da década de 1930 os pasteleiros já estavam presentes nas feiras paulistanas, porém, somente no dia 07/06/1978 a atividade foi autorizada e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP).⁵¹ Vale ressaltar, também, que existem no estado de São Paulo 3.487 pastelarias e na cidade de São Paulo, estão registradas, 717.⁵²

Desde 2009, a Prefeitura promove anualmente, por meio da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e da ABAST, na Praça Charles Miller, em frente ao Pacaembu, um concurso para eleger

46 MULLER, Silvana Graudenz; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. “A preservação dos saberes...”, *op. cit.*, p. 182.

47 Segundo o Art. 1º do Decreto nº 48.172, de 6 de março de 2007, promulgado no governo de Gilberto Kassab, Prefeito do Município de São Paulo, as feiras livres são: “[...] equipamentos administrados pela Municipalidade, com a função de suplementar o abastecimento da região em que operam, por meio da comercialização, no varejo, de gêneros alimentícios e demais produtos existentes nos ramos de comércio”. Em 2011, São Paulo registrou 863 feiras livres espalhadas por toda a cidade, divididas entre 31 subdistritos. Elas funcionam de terça a domingo.

48 Cada uma delas fatura, em média, R\$ 2.000,00 diariamente (01/07/2011).

49 Informação de Nara Sá (22/08/2011).

50 Autoria da Comissão Especial de Vereadores, composta por Mário Hato, Naylor de Oliveira, Mário Américo e pelo Presidente da Câmara de Vereadores, Almir Guimarães

51 Registre-se que essa publicação refere-se à concessão da licença para o feirante. O cadastro mais antigo localizado refere-se à Matrícula: 005513-01-4, de Yolanda Hideko Ganiko, relativa ao Processo: 039207/78, publicado no DOSP: 07/06/1978, com início das atividades em 17/07/1978.

52 Esses dados foram fornecidos pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), no dia 30 de junho de 2011.

O Melhor Pastel de Feira de São Paulo, com os seguintes critérios de avaliação: recheio, massa do pastel, atendimento, além de higiene e limpeza da barraca, asseio de todos os funcionários, não utilização de molhos (como *catchup* e mostarda) em bisnagas, vestimenta (jaleco ou avental e rede no cabelo), qualidade do óleo (sem fumaça, espuma ou cor escura) e higiene no manuseio dos pastéis e dinheiro.⁵³

O pastel de bacalhau do Mercado

O Mercado, como é popularmente conhecido o Mercado Municipal Paulistano, nasceu da necessidade de atender a crescente demanda da cidade de São Paulo, nos anos 1920. Foi projetado pelo escritório de arquitetura do paulistano Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), pelo arquiteto italiano Felisberto Ranzini, que o desenhou em estilo eclético, no Parque Dom Pedro II, às margens do rio Tamanduateí.⁵⁴

Tornou-se mais popular no final da década de 1930, graças às primeiras linhas de bonde que deram melhor acesso à região. Na segunda metade da década de 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o local tornou-se o principal entreposto de alimentos paulistano. Porém, entre as décadas de 1960 e 1990, o Mercado passou por um forte processo de depreciação decorrente de vários fatores, tais como, a construção de um novo centro de abastecimento (CEASA), constantes enchentes provocadas pela vazão das águas do rio Tamanduateí e a própria decadência da área central da cidade.

Em setembro de 2004, o prédio foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) por sua importância histórica e cultural para a cidade de São Paulo. Revitalizado⁵⁵ o Mercado passou a atrair tantos visitantes diariamente e se tornou o “templo do turismo gastronômico em São Paulo”.⁵⁶

Em 2006, uma parceria com a iniciativa privada fez surgir o Mercado *Gourmet*, uma cozinha totalmente equipada para aulas de culinária e outros eventos ligados à gastronomia. Desde então, os mais variados cursos e projetos têm sido promovidos, com aulas ministradas por *chefs*, *gourmets*, donos de restaurantes e culinaristas, além de eventos especiais. *Shows* musicais, apresentações teatrais,

53 Nas três edições do concurso, o corpo de jurados constituiu-se por clientes e júri técnico especializado, composto por *chefs* de cozinha, profissionais da imprensa, jornalistas e críticos de gastronomia. Nas duas últimas edições o melhor pastel de São Paulo eleito foi o pastel de carne da Maria, que recebeu o prêmio de R\$ 8.000,00, oferecido pela Prefeitura. A pasteleira japonesa conhecida como Maria, mas que na verdade se chama Kuniko Kohakura Yonaha, tem 59 anos e trabalha há mais de 40 anos em feiras. Ela veio para o Brasil em 1963, e quatro anos depois, quando tinha 14 anos, seus pais montaram uma barraca de pastel na feira. Foi nessa época, para ajudá-los, que começou a produzir essa iguaria.

54 A área total da edificação, delimitada pelas ruas da Cantareira, Mercúrio, Comendador Assad Abdala e Avenida do Estado, era de 22.230 m², dos quais 12.600 m² constituía a área construída dividida, originalmente, da seguinte forma: 40% para cereais, legumes, frutas e flores; 20% para laticínios e salgados; 10% para carnes verdes; 10% para peixes e os 20% restantes para aves, caças e outros animais.

55 Com a reforma e restauração do edifício foram construídos o mezanino, com 2.000 m² – graças a o pé direito de 16m – onde foram instalados oito bares e restaurantes e um subsolo com 1.600 m² para abrigar sanitários, fraldário, vestiários, enfermaria e refeitório para os funcionários do mercado e o salão de eventos, que tem uma programação diversificada – paga e gratuita.

56 FREIXA, Dolores; CHAVES, Guta. *Gastronomia no Brasil e no mundo, op. cit.*, p. 245.

feiras de artesanato e eventos diversos também têm sido constantes nas dependências do Mercado, atraindo os mais variados públicos. Tudo isso tem feito do Mercado Municipal Paulistano um dos principais pontos turísticos da capital.⁵⁷

Mais que um simples mercado, tornou-se um centro gastronômico da cidade de São Paulo, desfrutado e vivenciado tanto por paulistanos quanto por turistas nacionais e estrangeiros. Conta com clientes fiéis por conta da variedade e da qualidade dos produtos nacionais e importados como, por exemplo, o bacalhau e os embutidos, entre eles a mortadela, comercializados pelos permissionários. A tradição é uma marca do Mercado: “simboliza a união de esforços, a firme determinação, a persistência e o apego ao trabalho [...] e é palco obrigatório de alguns dos mais renomados *chefs* de cozinha do país”.⁵⁸

A diversidade cultural da cidade de São Paulo está bem representada nos seus boxes: a variedade de produtos importados reflete a riqueza cultural dessa cidade que acolheu tantos povos de diferentes nacionalidades. O Mercado Municipal Paulistano, ainda hoje, tem uma profusão de imigrantes e seus descendentes com idiomas, rostos, costumes e hábitos alimentares característicos dos seus países de origem. Esse patrimônio cultural é vivenciado de diversas formas. Entre elas, a gastronomia, mais especificamente a italiana e a portuguesa.

Ao analisar as entrevistas feitas com os imigrantes portugueses, nota-se a preocupação em garantir um elo de tradição de sua cultura gastronômica. Dessa forma, a discussão se encaminha para a reflexão da constituição dos mitos fundadores propostos por Hobsbawm e Ranger na área central de São Paulo. Como resultado, percebe-se a influência da imigração portuguesa na definição de uma importante iguaria comercializada no Mercado: o pastel de bacalhau, que atrai muitos moradores e turistas pela fama que ganhou.

Para esses dois autores, as tradições, muitas vezes, são criadas e desenvolvidas para atender aos interesses de um determinado grupo. Em princípio, elas parecem estar ligadas ao dinamismo natural dos âmbitos sociais, culturais e históricos de uma sociedade, mas, na verdade, muitas delas são invenções. Eles também afirmam que as tradições podem ser inventadas e construídas em grupos fechados ou, ainda, desenvolvidas informalmente em um ambiente aberto e, posteriormente, se disseminam e perpetuam.

O conceito de “invenção de tradições” é explicitado por Hobsbawm e Ranger como:

[...] conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.⁵⁹

57 Segundo informações contidas no Observatório do Turismo da Cidade de São Paulo de 2010 (2º semestre), publicação da São Paulo Turismo (SPTURIS), o Mercado Municipal está entre os cinco atrativos preferidos dos turistas na cidade de São Paulo.

58 TIRADENTES, J. A. *Mercado Municipal Paulistano. Setenta e cinco anos de aromas, cores e sabores*. São Paulo: Supra, 2008, p. 27.

59 HOBBSAWM, Éric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições, op. cit.*, p. 9.

Aplicando esse conceito ao pastel de bacalhau do Mercado, observa-se o quanto foi oportuno se apropriar dessa invenção como uma tradição: primeiramente, a própria edificação do Mercado que, com seus quase 80 anos de existência, traz consigo parte da história dos imigrantes presentes na cidade de São Paulo, dentre eles os portugueses; em segundo lugar, pode-se verificar como o pastel se popularizou na capital paulista, graças à fusão das cozinhas dos imigrantes portugueses, japoneses e chineses que aqui chegaram e fizeram adaptações em suas receitas tradicionais. Dessa forma, relacionou-se essa iguaria ao recheio de bacalhau que é uma tradição da cozinha portuguesa.

Portanto, tratar a comercialização do bacalhau no Mercado, que é um peixe de águas frias pescado “nos mares da Noruega, Rússia, Islândia e Alasca” e também no Canadá,⁶⁰ implica em problematizar o aspecto cultural presente na comida, ou seja, a influência da imigração portuguesa na produção, preparação e consumo de determinados alimentos. No que se refere ao pastel de bacalhau, comporta a discussão do processo de fusão de influências étnicas presentes na cidade, que resultaram na elaboração da receita e na produção dessa iguaria.

Ao observar o consumo do pastel no Mercado, é possível traçar a relação entre os hábitos alimentares que foram trazidos pelos imigrantes e a herança que nos legaram, pois ele revela origens, comportamentos, hábitos e costumes. Sendo assim, sua dimensão cultural, adquirida pelas influências étnicas, determinou incorporá-lo ao patrimônio da cozinha paulistana.

[...] o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica, é depositário das tradições e da identidade de um grupo. Constitui, portanto, um extraordinário veículo de auto-representação e de troca cultural: é instrumento de identidade, mas também o primeiro modo para entrar em contato com diversas culturas [...].⁶¹

Falceta Júnior destaca que “a São Paulo de mil povos é, igualmente, a São Paulo de mil pratos”.⁶² E o Mercado é uma profusão de imigrantes que vieram de várias partes do mundo.

Nessa pesquisa, ao todo, quatro versões para a criação do pastel de bacalhau foram apresentadas, mas uma delas foi contada basicamente da mesma forma por seis dos nove permissionários e funcionários entrevistados: quem introduziu o pastel no Mercado, no início da década de 1990, foi um ex-funcionário nordestino da lanchonete que atualmente é conhecida como Paraíso dos Lanches. Como as vendas estavam fracas, ele resolveu diversificar os negócios e passou a vender, no Mercado, pastel frito e suco, já que as lanchonetes faziam apenas sanduíches. Ele também introduziu o bacalhau como recheio da iguaria por ele estar muito presente no cotidiano do Mercado, por conta da presença dos imigrantes.

60 BARRETO, Ronaldo Lopes Pontes. *Passaporte para o sabor: tecnologias para a elaboração de cardápios*. 2ª ed. revista. São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 102.

61 MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: Editora Senac, 2008, p. 183.

62 FALCETA JÚNIOR, Walter. *Mercado Municipal de São Paulo, op. cit.*, p. 24.

Com as outras três versões diferentes, percebe-se como há uma necessidade de se apropriar da invenção do pastel por conta da fama que ele ganhou, já que hoje há uma grande concorrência dentro do Mercado, pois treze estabelecimentos entre bares, lanchonetes e restaurantes produzem a iguaria.⁶³

Ao analisar as nove entrevistas⁶⁴ realizadas percebe-se a importância do papel da mídia na promoção e divulgação do Mercado e do pastel de bacalhau, não só na cidade de São Paulo, como também no resto do país e até no exterior. Internet (sites, blogs e Youtube), programas de rádio e televisão, revistas, jornais e também livros vinculam, com frequência, artigos e matérias, como notícias, reportagens e entrevistas sobre o pastel e o Mercado.

Como já destacado anteriormente, Hobsbawm e Ranger⁶⁵ discutem e mostram como a tradição é uma construção, algo criado, inventado. Esse é o caso do pastel de bacalhau que virou uma “tradição” no Mercado Municipal Paulistano. Percebe-se, com essa pesquisa, que isso se deve, em boa parte, graças à influência da mídia. Leal (1998, p. 51) afirma que quando o assunto é gastronomia “a tradição e a invenção devem caminhar juntas, reforçando-se mutuamente”.⁶⁶

Com suas múltiplas influências, graças às etnias presentes na cidade de São Paulo (portugueses, japoneses e chineses), o pastel é, hoje, um típico representante da cozinha paulistana.

Fica claro como a mídia incutiu no imaginário popular a tradição de comer pastel de bacalhau na região central de São Paulo. Tanto para os moradores quanto para os turistas, esse se tornou um programa de charme na cidade. Bastos destaca a atuação da mídia no processo de requalificação do patrimônio e do modo como é vivenciado por seus frequentadores. No caso do Mercado, não somente a edificação passou a ser valorizada novamente pelos visitantes, como os produtos e os alimentos que ali são comercializados:

[...] o patrimônio consagrado predomina no imaginário, dada sua função memorial. Presente na memória coletiva é atualizado pelo poder público e reafirmado pelos meios de comunicação de massa. Integra a história oficial por se encontrar associado à origem da cidade (centro histórico).⁶⁷

Um estudo da SPTURIS sobre o turismo no centro de São Paulo, mostra a importância dessa iguaria para atrair turistas para essa região. O Mercado, com seus serviços e estabelecimentos voltados para a gastronomia, é considerado um equipamento de muita relevância para o turismo na área, destacando-se o pastel de bacalhau e o sanduíche de mortadela.

63 De acordo com dados da Associação Renome, de agosto de 2011.

64 Foram realizadas entrevistas com os permissionários mais antigos do Mercado.

65 HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*, op. cit.

66 LEAL, M. L. M. S. *A história da gastronomia*, op. cit., p. 51.

67 BASTOS, Sênia. “Ativação do patrimônio nas práticas de hospitalidade.” In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Beneditini; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 5.

Em 2011, a SPTuris lançou a campanha “Venha para São Paulo” para divulgar a cidade. Uma das peças publicitárias promove exclusivamente a gastronomia da capital paulista. O Mercado aparece tanto nas fotos (com o sanduíche de mortadela e as frutas) quanto no texto, com destaque para o pastel de bacalhau.

O Mercado é destacado como um dos mais importantes atrativos turísticos da cidade: “o Mercado Municipal Paulistano de epicentro da Zona Cerealista converteu-se nos últimos anos em potente atrativo na zona central de São Paulo – talvez uma das marcas turísticas paulistanas mais autênticas”. Destaca-se, ainda, o incremento da visitação e sua consequente importância para o turismo e a gastronomia na cidade de São Paulo, após a reforma de 2004, sem, contudo eliminar suas funções primeiras.⁶⁸

Fagliari⁶⁹ ressalta que pratos e iguarias típicas de uma localidade podem ser trabalhados de forma a se tornarem atrativos turísticos. No caso do Mercado Municipal, a fama e a popularidade que o pastel de bacalhau, objeto desse estudo, ganhou possibilitam que ele seja um importante atrativo para o turismo gastronômico local, por conta de suas peculiaridades como, por exemplo, seu tamanho e a quantidade de recheio de bacalhau (aproximadamente 150 gramas), iguaria apreciada e relativamente cara no Brasil.

68 ALLIS, Thiago. “Experiências de mobilidade turística no espaço público urbano”. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (org.). *Turismo de Experiência*. São Paulo: Editora Senac, 2010, p. 268-269.

69 FAGLIARI, G. S. *Turismo e alimentação: análises introdutórias*. São Paulo: Roca, 2005.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória¹

Luís Reznik

UERJ/ PUC-Rio

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

UERJ

Henrique Mendonça da Silva

UERJ

A EXPERIÊNCIA DO DESLOCAMENTO ESPACIAL está fortemente presente na vivência de boa parte das famílias brasileiras, sejam elas descendentes de imigrantes internacionais ou migrantes das várias partes do Brasil.

A Ilha das Flores abrigou a primeira Hospedaria de Imigrantes do Brasil. Foi criada pelo governo imperial em 1883 e funcionou até 1966. Por ela passaram centenas de milhares de indivíduos que saíram de suas terras natais para uma nova vida no Brasil. A maioria dos imigrantes que chegou pelo Porto do Rio de Janeiro teve o primeiro contato com o país e com os brasileiros na Ilha das Flores. Dali eram transportados para várias localidades do país.

Imigração e cultura histórica: o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores

Em 2011, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) firmou convênio com a Marinha do Brasil para a criação do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Hoje em dia, a Ilha pertence à Marinha e sedia a Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais.

O conjunto arquitetônico e paisagístico da Ilha permanece, em grande parte, similar àquele vivenciado pelos imigrantes há um século. Ainda hoje é possível percorrer as instalações da antiga hospedaria do Rio de Janeiro, observar o mar, aproveitar a sombra de inúmeras árvores centenárias, visitar os dormitórios e o salão de refeições onde até 2500 pessoas se reuniam. Ressuscitar a hospedaria, retirá-la do esquecimento e do silêncio implica em fazer daquele espaço e naquele espaço um lugar de sensibilização para a complexa e multifacetada experiência de processos migratórios, em particular a experiência da imigração e dos imigrantes. Impõe-se também criar um ambiente propício para a rememoração dos dramas vivenciados, no passado, por indivíduos, famílias e grupos, de modo

¹ Este trabalho é parte de projeto de pesquisa para a constituição do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, apoiado pela Faperj.

que cada futuro visitante possa criar vínculos com esse cenário e constituir seus próprios significados para essa experiência. Em outras palavras, busca-se transformar a Ilha das Flores em um “lugar de memória”,² através de exposições para o grande público.

As narrativas estruturadas para serem utilizadas em uma exposição ou museu histórico diferem do discurso historiográfico propriamente dito. Certamente, essas narrativas dialogam com a historiografia. Todavia, suas formas e funções são diferenciadas e, por isso, integram o universo mais amplo da cultura histórica, compreendida como a relação efetiva e afetiva que a sociedade e os grupos sociais têm com o passado, com o seu passado.³

Como sabemos, o conjunto de imagens, ideias e valores que, de forma mais ou menos coerente, compõe a visão de passado que tem uma sociedade não é derivada exclusivamente, nem predominantemente, das contribuições de historiadores profissionais/acadêmicos. A bem da verdade, a criação e disseminação dessas representações do passado estão fortemente ancorados, hoje em dia, nas séries televisivas, novelas, filmes, revistas de divulgação, parques temáticos entre outros atrativos midiáticos e turísticos de entretenimento.

O investimento em constituir um museu e um centro de memória relaciona-se a essa percepção da importância do papel e dos usos sociais da memória histórica no espaço público. Nesta direção foi feito um esforço de investigação e levantamento de uma diversidade de materiais de memória: iconografia (mapas, fotografias, cartões postais), documentação arquivística,⁴ depoimentos de imigrantes, funcionários e familiares, vídeos, como por exemplo, da visita de Vargas à Hospedaria e os relatos memorialísticos e autobiográficos.

Esse trabalho pretende apresentar um mapeamento preliminar acerca das experiências pretéritas vivenciadas na Hospedaria da Ilha das Flores, no sentido de inventariar questões, com base nos documentos e narrativas disponíveis.

2 Cf. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História* – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História, São Paulo, PUC-SP, nº 10, dez. 1993, p. 7-28.

3 Cf. RUSEN, Jörn. “¿Qué es la cultura histórica?: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”; e SANCHEZ, Marcos Fernando. “Cultura histórica”. In: *Cultura histórica*, 2009. Os dois textos estão disponíveis em: <<http://www.culturahistorica.es/tema.html>>.

4 Entre os principais acervos, aqueles guardados no Arquivo Nacional, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e no Arquivo da Marinha; vale registrar que no primeiro encontram-se os livros de registro da entrada de imigrantes na Hospedaria da Ilha das Flores e ricos relatórios oficiais.

Hospedaria da Ilha das Flores – uma breve cronologia



FIGURA 1. Vista panorâmica da Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção particular

Em princípios do século XIX, a Ilha das Flores pertencia a Delfina Felicidade do Nascimento Flores e seria denominada de Santo Antônio.⁵ É possível que o seu nome atual decorra dessa proprietária, pois o local deveria ser conhecido como a “ilha da D. Flores” e com o passar do tempo ficou Ilha das Flores.⁶ Em 1857, a Ilha foi adquirida pelo Conselheiro e Senador do Império José Ignácio Silveira da Motta.⁷ Ao adquirir a Ilha das Flores, Silveira da Motta tornou-a um lugar de experimentos agrícolas e de piscicultura. Desenvolvia-se ali a criação intensiva em seis tanques que comportavam até doze mil peixes.

5 PINTO, Alfredo Moreira Pinto. *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil*, vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p. 28.

6 LAMARE, Joaquim Raimundo de. *Planta hidrographica da Bahia do Rio de Janeiro*. 1847.

7 *Escritura de venda de uma ilha acima da Armação ao Exm.º Senador Dr. Ignácio Silveira da Motta*. 10/07/1857. Cópia transcrita pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização. 07/08/1957. In: *Livro do Comando da Tropa de Reforço*. Mimeo. s/d. Acervo: Ilha das Flores

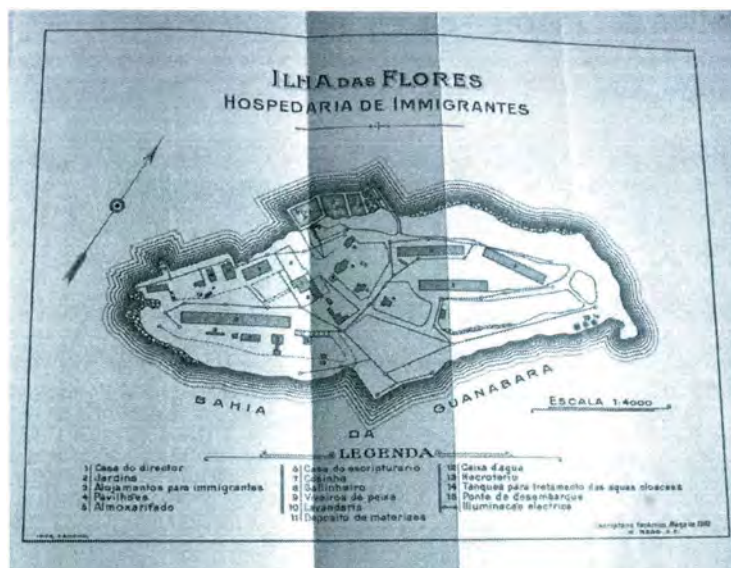


FIGURA 2

A Comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura – responsável pela avaliação das experiências de piscicultura que ali se realizavam – informava, em 1876, que o “o terreno da ilha está, em grande parte, inculto; a porção, porém, aproveitada em jardim, horta, pomares e roças mostra a feracidade natural, pelo desenvolvimento e viço do arvoredo e plantações.”⁸ Constatava-se a produtividade pelo elevado número de árvores frutíferas – havia 800 videiras carregadas –, leguminosas na horta e plantava-se mandioca para produção da fécula. A ilha contava ainda com galinheiros e currais.

Após a visita desta Comissão, iniciaram-se as negociações entre o senador e o governo do Império para a venda da ilha. A conclusão da transação ocorreu no início de 1883.⁹

A criação da hospedaria integrava o conjunto de políticas do Estado Imperial de fomento à imigração. Na ausência de hospedarias oficiais, o governo subsidiava particulares, uma delas situada no Baldeador, em Niterói.¹⁰ Em 1876 foi criada a Inspeção Geral de Terras e Colonização, então encarregada de regular desde a entrada dos imigrantes até sua instalação nos locais de destino.¹¹

Ao longo de sua existência a Hospedaria da Ilha das Flores ficou a cargo de diversos órgãos federais. Inicialmente a imigração era de responsabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios da

8 Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. *Relatório da Comissão encarregada de examinar o estabelecimento de piscicultura da Ilha das Flores*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

9 *Escritura de venda da ilha denominada das Flores, dos Ananazes e da Maxingueira, situadas na Bahia do Rio de Janeiro, que fazem o Conselheiro Senador José Ignacio Silveira da Motta e sua mulher a Fazenda Nacional*. 1883. Cópia transcrita pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização. 04/06/1957. In: Livro do Comando da Tropa de Reforço. Mimeo. s/d. Acervo: Ilha das Flores.

10 BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do Ano de 1882*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

11 ZAIDMAN, Diana. *A imigração ao Brasil no Império: o caso particular da Hospedaria da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado em História) – UFF, Niterói, 1983.

Agricultura, Comércio e Obras Públicas,¹² a qual a Inspetoria estava associada. No ano de 1931, passou ao Ministério do Trabalho, sendo subordinada ao Departamento Nacional de Povoamento. Em 1954, retorna para a pasta da Agricultura, primeiro sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, depois sob jurisdição da SUPRA (Superintendência de Política Agrária) e posteriormente, vinculada ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Em 1966, a Hospedaria foi extinta.

Seguindo o modelo da Ilha das Flores foram criadas instituições congêneres em outras partes do Brasil: Campinas, Florianópolis (Saco do Padre Inácio), Espírito Santo (Pinheiral, Pedra d'Água e Alfredo Chaves), Rio Grande do Sul (do Cristal), Pernambuco (Jaqueira, em Recife), no Amazonas e no Pará.¹³

Imigração – registros da Hospedaria na primeira década

A grande maioria dos imigrantes que entravam no país pelo porto do Rio de Janeiro esteve, em breve estadia, na Hospedaria da Ilha das Flores.

O Arquivo Nacional guarda os livros de registro da Hospedaria, entre 1883 e 1932. Neles constam os dados das datas de entrada e saída na Ilha, os nomes e idades de todos os que ali ingressaram (homens, mulheres e crianças), a nacionalidade, o porto de proveniência e o vapor, o meio de transporte e o destino para onde foram no Brasil.

Ainda está por ser realizada uma pesquisa criteriosa com base nesse conjunto documental. Por ora, podemos afirmar que, durante a sua primeira década de funcionamento, a Hospedaria da Ilha das Flores abrigou quase 30% dos imigrantes que entraram no país, conforme tabela abaixo:

TABELA 1. Imigrantes registrados na Hospedaria da Ilha das Flores, por nacionalidade

Nacionalidade	1883-1887 / 1890-1893 ¹	Brasil – 1884-1893 ²
Italianos	93.052	510.533
Portugueses	43.941	170.621
Alemães	22.230	22.778
Espanhóis	36.205	113.116
Outros ³	46423	66.620
TOTAL	241.851	883.668

1. Compilação elaborada a partir do levantamento no Livro de registros da Hospedaria da Ilha das Flores, Arquivo Nacional.
2. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226. Apud http://www.ibge.gov.br/brasil500/tabelas/imigracao_nacionalidade_84a33.htm
3. No caso da Hospedaria da Ilha das Flores, metade dos “outros”, era de russos, austríacos e franceses.

¹² Posteriormente Ministério da Agricultura.

¹³ KUSHNIR, Beatriz. “A Hospedaria Central. A Ilha das Flores como a ante-sala do paraíso”. In: HECKER, Alexandre; MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008, p. 59-73.

O cotidiano da hospedaria

Desembarque



FIGURA 3. Desembarque de imigrantes. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção particular.

“A chegada à Baía da Guanabara é algo que ninguém esquece”, disse uma imigrante.¹⁴ Depois de saírem de seu país de origem, os imigrantes europeus navegavam por aproximadamente 15 dias até chegarem à baía de Guanabara. Ainda no mar, recebiam a visita da inspeção sanitária e eram encaminhados em embarcações menores ao cais da Ilha das Flores. “O local é de uma beleza tropical confirmadora de sua denominação e quem a vê pela primeira vez em dia ensolarado fica irresistivelmente encantado com sua formosura”, afirmou o médico Agenor Lopes de Oliveira, funcionário da Hospedaria entre 1931 e 1932.¹⁵

O cais ficava em frente ao prédio da administração central. Ali se localizava a casa do diretor, uma imponente construção de dois pavimentos, cercada por um belo jardim, aonde residia com sua família. À frente estava a Praia do Diretor, também chamada de Praia da Frente, de uso exclusivo dos funcionários e de seus convidados.

14 Graziella Andreani, depoimento aos autores, em 14 de julho de 2009.

15 OLIVEIRA, Agenor Lopes de. *Na Ilha das Flores*. Rio de Janeiro: Typ. Batista de Souza, 1933.



FIGURA 4. Navio ancorado no Cais da Hospedaria. Cartão postal. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Marilene Martins Almeida. Coleção Particular.



FIGURA 5. Casa do Diretor da Hospedaria. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Marilene Martins Almeida. Coleção Particular.

Recepção e serviços

Assim que desembarcavam na Praça XV ou na Praça Mauá, os imigrantes eram conduzidos em pequenas embarcações até a Ilha das Flores, sendo encaminhados ao Serviço de Recepção de Hospedagem. Ali preenchiam um protocolo de identificação, que era o seu primeiro documento no Brasil.



FIGURA 6. Recepção de imigrantes. Sentado, ao centro, José Martins de Almeida, diretor da Hospedaria entre 1939 e 1948. Ao seu lado esquerdo, em pé, Leopoldino Brasil. Ilha das Flores (1939-1948). Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção particular.

Após o registro, os imigrantes eram encaminhados ao Pavilhão Sanitário, onde ficava a farmácia, para os exames médicos. Existia também o Pavilhão Clínico, composto de hospital, maternidade e duas enfermarias. Para facilitar a comunicação entre os imigrantes e os funcionários havia intérpretes.



FIGURA 7. Consultório Médico da Hospedaria. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção Particular.



FIGURA 8. Sala de intérpretes da Hospedaria. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção Particular.

Após os procedimentos médicos sanitários, os imigrantes recebiam roupas de cama e pedaço de sabão; em seguida, dirigiam-se para os respectivos alojamentos. Alguns, por consequência da viagem, eram encaminhados a uma das enfermarias para recuperação da saúde e cuidar de doenças infecciosas adquiridas durante o trajeto.

No caminho, segundo relato de Zuleika Brasil,¹⁶ funcionária da hospedaria até 1955, os imigrantes passavam por uma placa escrita em vários idiomas: “Você era um estrangeiro e o Brasil o acolheu”.

No Refeitório eram servidas três refeições diárias: o desjejum, o almoço e o jantar.

Havia ainda a Lavanderia, a Carpintaria, o Posto Telegráfico, o Necrotério e o Balcão de Empregos.

¹⁶ Zuleika Brasil, depoimento aos autores em 12 maio de 2009.

FIGURA 9. Refeitório da Hospedaria, Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção particular



FIGURA 10. Lavanderia da Hospedaria, Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção particular.

A fase de recepção terminava com uma palestra, por meio da os imigrantes eram informados que deveriam achar um emprego dentro do prazo de oito dias, tempo máximo regimental que a Hospedaria se responsabilizaria por acomodá-los. Nesse sentido, havia um escritório, espécie de balcão de empregos. Vez por outra, empregadores apareciam na ilha com propostas de trabalho. Uma outra alternativa era o deslocamento para as cidades no entorno da ilha – São Gonçalo e Niterói – ou mesmo para a capital do país, em busca de trabalho.

Alojamentos

Havia quatro pavilhões destinados a acomodar os imigrantes que chegavam à hospedaria. Três alojamentos, destinados aos imigrantes adultos do sexo masculino, concentravam-se na ala norte da ilha, próximo à caixa d'água. O outro alojamento localizava-se na ala sul, abrigando as mulheres e também as crianças que acompanhavam suas mães. Seus pertences eram guardados nas malas ou baús que traziam da Europa e ficavam depositados nos porões dos dormitórios. Todos os pavilhões sofreram modificações entre 1946 e 1947, mas foi o alojamento feminino objeto das maiores transformações, ganhando inclusive um segundo pavimento. Essas reformas proporcionaram mais conforto aos imigrantes que chegaram após o fim da II Guerra Mundial na Europa. O prédio sul ainda hoje é usado como alojamento daqueles que aí prestam serviço. Os outros prédios são usados como departamentos administrativos das várias companhias que compõem a Tropa de Reforço dos Fuzileiros.



FIGURA 11. Pavilhão 1.
Alojamento masculino.
Construção de finais do século XIX.
Ilha das Flores.
Sem data. Autor desconhecido.
Coleção Leopoldino Brasil.
Coleção particular.



FIGURA 12. Dormitório de Imigrantes. Ilha das Flores.
Sem data. Autor desconhecido.
Coleção Leopoldino Brasil.
Coleção Particular.

Funcionários

Entre os vários profissionais que ali exerceram suas atividades havia médicos, cozinheiros, carpinteiros, telegrafistas, intérpretes e responsáveis por serviços administrativos.



FIGURA 13. Escritório da Hospedaria. Leopoldino Brasil é o serventuário da direita. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção particular.

Os trabalhos na hospedaria começavam já de madrugada. A cozinha era responsável por fazer o café e começar os preparativos para o almoço. Ainda cedo, ligavam-se as caldeiras das embarcações que iriam ao Rio de Janeiro buscar mantimentos, funcionários e imigrantes. Seguiam-se os trabalhos diários: consultas médicas e odontológicas, envio de correspondências, limpeza e manutenção dos prédios. Todo esse trabalho só tinha fim quando eram guardadas as últimas peças da louça que serviam para alimentar até 3500 pessoas.

Muitos funcionários, por suas funções, moravam na Ilha. Seus filhos brincavam entre os pavilhões, tomavam banho e pescavam na Baía de Guanabara, conviviam com homens vindos de outros continentes e de outras regiões do Brasil e se tornaram funcionários também. Entre os que residiam na ilha estavam o médico, o farmacêutico, o electricista e o diretor.



FIGURA 14. Centro Esportivo da Ilha das Flores. Time de Futebol dos funcionários da Hospedaria. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção Particular.



FIGURA 15. Residência de funcionários. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil. Coleção particular.

Ilha do Carvalho

Após a abolição da escravidão, o governo do estado do Rio de Janeiro incentivou a utilização do trabalho imigrante em larga escala. Tendo em vista a experiência da Hospedaria da Ilha das Flores, a administração fluminense criou órgãos congêneres visando acomodar aqueles trabalhadores que se dirigiam ao seu território: a Hospedaria de Niterói, na Ilha do Carvalho; a Hospedaria de Cabiúnas, em Macaé; e a Hospedaria de Boa Vista, no Vale do Paraíba.¹⁷

Em 1º de outubro de 1896, foi instalada na Ilha do Carvalho a hospedaria de Niterói, cuja função era receber os imigrantes que vinham para o Brasil com contrato para trabalhar no estado do Rio de Janeiro. A maioria desses trabalhadores era agricultor e veio com as suas famílias. O governo fluminense intermediava os contratos de trabalho entre os fazendeiros e os imigrantes. Aqueles que não atendiam às exigências dos contratos eram encaminhados à Hospedaria da União (da Ilha das Flores) e caracterizados como “recusados”. A hospedaria de Niterói era considerada estratégica por sua localização, suas dependências e os serviços oferecidos aos recém-chegados. Ela contava com alojamentos, cozinha, farmácia, refeitórios e enfermarias. A hospedaria de imigrantes da Ilha do Carvalho teve curta duração e fechou em 1901.

Outros usos da Ilha das Flores

Durante o período de atividades da Hospedaria de Imigrantes, a Ilha das Flores teve também outros usos, especialmente o de presídio militar.

Essa situação não era incomum. A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo passou pelo mesmo processo. Parte desta Hospedaria foi transformada, em 1924, em presídio político onde foram retidos opositores de Arthur Bernardes. Em 1943, devido à posição adotada pelo Brasil com seu ingresso na II Guerra Mundial, imigrantes japoneses e alemães foram expulsos de suas terras no litoral paulista e retidos na Hospedaria sob fiscalização do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ainda nesse ano, a Escola Técnica de Aviação ocupou as dependências da Hospedaria, ali permanecendo até 1951.¹⁸

Os primeiros indícios dos outros usos pelos quais passou a ilha foram localizados em 1915. O jornal *O Fluminense* noticiava que moradores sem teto da capital federal eram embarcados no cais Pharoux, às 19h, e pernoitavam nos pavilhões da Ilha das Flores. Por volta das 6h eram levados de volta.¹⁹

Em 1917, com a entrada do Brasil na guerra, em nome da Segurança Nacional, a Ilha das Flores foi transferida do Ministério da Agricultura para o da Marinha. Foi também nesse momento que,

17 ZAJDMAN, Diana. *Op. cit.*

18 PAIVA, Odair da Cruz. *Breve história da Hospedaria de Imigrantes e da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado/SEC/Memorial do Imigrante, 2007.

19 *O Fluminense*, Niterói, 4 de maio de 1915, p. 1.

pela primeira vez, a ilha foi usada como presídio militar, com o recolhimento de tripulantes de navios alemães à ilha.²⁰

Os tenentes Juarez Távora e Cordeiro de Faria foram recolhidos à Ilha das Flores após o levante do Forte de Copacabana. Vários outros militares revoltosos lá estiveram presos durante a década de 1920.²¹

Prisioneiros paulistas da Revolta Constitucionalista estiveram por lá entre agosto e outubro de 1932. Passaram pelo presídio 3780 combatentes, segundo Agenor Lopes de Oliveira, diretor do hospital prisional.²² Agenor Oliveira estava na ilha há pouco mais de um ano chefiando o serviço médico da Hospedaria. O seu relato é rico testemunho sobre a época. A ordem para que se transformasse parte da ilha em presídio levou funcionários e migrantes a um intenso trabalho nos pavilhões 1, 2 e 3, além das enfermarias. Naquele momento, a ilha ainda abrigava cerca de 600 migrantes nordestinos flagelados pelas secas de seus locais de origem e ficaram restritos ao pavilhão 4. O presídio foi entregue à direção do Tenente Lopes da Costa, e ficou sob jurisdição da Polícia Militar do Distrito Federal. Para dividir os espaços, ao longo desses três meses, foi instalada uma cerca de arame farpado eletrificada de quatro metros de altura.

Na madrugada do dia 19 de agosto desembarcaram 800 homens, que foram atingidos por piolhos, carrapatos e “muquiranas”. Para tratar de todos eles, o médico contava apenas com a enfermeira Isabel Schneider Brauner. Ao descobrir, naquele contingente de 800 homens, médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros, o dr. Agenor Oliveira formou um corpo de assistentes para atender aos prisioneiros.

Uma vez medicados, os prisioneiros procuravam criar distrações. Eram entabulados debates sobre religião, filosofia e estratégia militar. Os poucos jornais que apareciam eram lidos até o esfacelamento. Jogavam malha usando pés de ferro das camas dos alojamentos. Os prisioneiros também realizavam “sessões cívico-cômico-literárias” em que eram proferidos discursos e declamados versos, contavam histórias, e cantavam músicas. Tudo isso era transmitido pela P.R.A.X. Ilha das Flores, simulacro de uma rádio criada, dirigida e apresentada por um dos prisioneiros. Além da rádio, foi criado o jornal *O peixe*, escrito em uma parede. Peixe era como denominavam um boato...

Uma das coisas que os prisioneiros mais detestavam era o feijão preto servido nas refeições. À tarde serviam-lhes café e se realizava “uma tocante cerimônia”: todos de pé bebiam “a famosa rubiácea em homenagem a S. Paulo”.²³

Esse grupo original foi acrescido ao longo do tempo e, depois, transferido para a Ilha Grande. O aumento do número de prisioneiros levou o coronel Valêncio Xavier a transferir os migrantes para a Ilha do Carvalho e a ampliar o presídio militar, ocupando praticamente todas as instalações da Hospedaria.

20 *Revista da Semana* de 7 de julho de 1917.

21 KUSHNIR, Beatriz. *Op. cit.*; e ARAGÃO, Isabel Lopez. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída na adversidade (1922-1930)*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UERJ, São Gonçalo, 2011.

22 OLIVEIRA, Agenor Lopes de. *Op. cit.*

23 *Ibidem*, p. 61.

Em 3 de outubro oficialmente a Ilha foi informada sobre o fim da Revolta Constitucionalista. Em 31 de outubro de 1932, o último prisioneiro deixou a ilha. Três anos depois, em 1935, a ilha voltou a dividir seu espaço, ao ser usada como presídio para alguns prisioneiros da Revolta Comunista.

A II Guerra Mundial, conflito deflagrado em 1939, causou a diminuição do afluxo de imigrantes para o país e influiu nas atividades da Hospedaria. Segundo João Martins de Almeida, seu diretor, neste ano, “a pedido do Consulado inglês, foi alojado nesta Hospedaria um grupo de tripulantes indianos que, em virtude da guerra, foram obrigados a desembarcar de bordo de navios alemães onde trabalhavam”.²⁴

A Ilha das Flores, além de abrigar refugiados de guerra – “foram recolhidos diversos refugiados de guerra... a grande maioria de nacionalidade polonesa” – voltou a abrigar um presídio militar “para recolher elementos implicados em ‘quintacolonismo’”.²⁵

A direção deste presídio foi acumulada por João de Almeida, que redigiu seu regulamento. Estabelecia-se um rígido controle de informações de entradas e saídas da ilha. Fixavam-se os horários das refeições, o toque de recolher, a revista aos prisioneiros e a prática esportiva. Uma vez por semana, os familiares dos detentos poderiam visitá-los e estes tinham o direito de eleger um representante junto às autoridades para tratar de assuntos como alimentação, vestuário etc.²⁶

Antes mesmo da aprovação de seu regulamento, a ilha havia recebido prisioneiros. Em 6 de julho foram ouvidos 46 detentos que declaravam não fazer nada contra o Brasil e que propagandeavam o nazismo antes do ingresso brasileiro no conflito, não o fazendo mais após esse momento. Neste ano de 1942, foram retidas na Ilha das Flores 349 pessoas.²⁷

O diretor relata também a instalação, na ilha, em 1944, de um Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Extração de Borracha no Mato Grosso. “Estas pessoas são recebidas na Ilha, inspecionadas, devidamente imunizadas e equipadas pra seguirem destino aos seringais” daquele estado. Até 30 de junho daquele ano, já haviam sido enviadas 650 pessoas para este destino.²⁸ A publicação oficial *No front da Borracha*, que visava propagandear as atividades que envolviam a produção da borracha no Mato Grosso, traz oito imagens dos trabalhadores reclusos na Ilha das Flores em preparação para a viagem e informava os procedimentos que ali eram tomados para esse envio.²⁹

O término do conflito deixou profundas marcas entre os povos envolvidos e promoveu um amplo debate sobre a questão da convivência entre os povos. Seu desfecho e a configuração de uma nova

24 *Resumo das ocorrências mais importantes na Ilha das Flores, desde o ano de 1939*. Documento remetido por João Martins de Almeida ao Departamento Nacional de Imigração. S/l: s/d. mimeo. Acervo Pessoal de Marilene Martins de Almeida.

25 *Ibidem*, p. 3.

26 Regulamento do Presídio da Polícia Civil instalado em uma Seção da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. 10/08/1942. Acervo: APERJ.

27 *Ibidem*, p. 4.

28 *Resumo das ocorrências... op. cit.*, p. 4.

29 *No front da borracha*, nº 13, set. 1944, p. 4 e 5.

geopolítica internacional proporcionaram um novo contingente imigratório: os refugiados de guerra. A hospedaria voltou a receber um grande fluxo de imigrantes.³⁰

Em 1954 foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e, com isso, a gerência da Hospedaria da Ilha das Flores retornou ao Ministério da Agricultura, órgão que detinha a jurisdição sobre o referido instituto. Gradativamente houve a diminuição do número de imigrantes ali alojados até o seu fechamento oficial em 1966.

Antes disso, no início de 1964, 600 lavradores sem terras do interior do estado foram deslocados para a Hospedaria, enquanto aguardavam a desapropriação das terras das quais foram alijados.³¹

Cessadas as atividades da Hospedaria, foi instalado na Ilha das Flores o Cenatre, Centro Nacional de Treinamento para oficiais militares administrado pela Marinha. Três anos depois “o comandante Clemente Monteiro Filho montara, com um destacamento de fuzileiros navais, seu pequeno campo de concentração da Ilha das Flores”.³² O centro de tortura para prisioneiros opositores ao regime militar, instaurado após o golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, deixou de existir com a criação do DOI-CODI, entre finais de 1969 e início de 1970, segundo Maria Fernanda Scleza.³³ Localizado na Ponta dos Oitis, o centro fixava-se no local onde havia pequenas casas que serviam para guardar os equipamentos de tortura e onde elas eram praticadas.

O presídio utilizou as antigas instalações da Hospedaria que anteriormente serviram para atividades congêneres: a ala norte. Um dos alojamentos, repleto de quartos de ambos os lados, foi transformado em carceragem. No final deste pavilhão ficava a ala feminina e as celas dos presos incomunicáveis. Esta se voltava para São Gonçalo. A ala masculina voltava-se para a baía de Guanabara.

O grupo estudado por Maria Fernanda Scleza permaneceu detido na Ilha das Flores entre 1969 e princípios de 1971. Grande parte dos entrevistados – oito no total – deixou o presídio nas negociações de troca pelo embaixador suíço sequestrado em dezembro de 1970. Experiência marcante na configuração da memória e da identidade desse grupo, levou-os a “instituir” o Partido da Ilha das Flores. Esse partido informal reúne-se anualmente, em 13 de janeiro, desde que retornaram do exílio na década de 1980. Além de relembrar as histórias de resistência ao regime militar, celebram a amizade cultivada a partir dessas experiências comuns.

30 Até o momento foram entrevistados vinte imigrantes que passaram pela Ilha, quase todos chegaram após 1945. Uma das entrevistadas, Anna Toncic, se declarou refugiada de guerra. Imigrante iugoslava, hoje sua região natal pertence à Eslovênia. Fugiu junto com o marido Ivan Toncic para o Brasil e chegou ao porto do Rio de Janeiro no vapor Castelbianco no dia 15 de fevereiro de 1952. Na Iugoslávia, era responsável pela contabilidade de uma pequena cooperativa agrícola, durante o regime comunista de Tito. Declarou que fugiu de sua região devido à descrença no regime e à falta de liberdade.

31 “Optantes policiam a Ilha e infratores” *Correio da Manhã*, 1º caderno, 18 mar. 1964, p. 7-9.

32 GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 263.

33 SCLEZA, Maria Fernanda Magalhães. *Informação, identidade e memória: o espaço prisional da Ilha das Flores pela ótica dos ex-prisioneiros políticos da Ditadura Militar*. Monografia (graduação em História) – Unirio, Rio de Janeiro, 2006.

Palavras finais

Este inventário preliminar sobre experiências, vestígios e narrativas referidas à Ilha das Flores representa, na prática, uma primeira reflexão em tudo comprometida com o valor das memórias e histórias associadas ao lugar.

O conjunto de vestígios e narrativas aqui reunido nos apresenta a Ilha das Flores como um espaço rico em múltiplas experiências históricas. Destas, a Hospedaria de Imigrantes, que ali se estabeleceu entre 1883 e 1966, possui destaque. Não apenas por ter sido a experiência mais longa ali vivenciada, mas principalmente porque foi a experiência fundadora, matriz do que veio a seguir. A experiência da recepção oficial a imigrantes – no plano material, a construção de prédios para alojar mais de mil pessoas; no plano simbólico, as práticas de assistência – possibilitou o desenvolvimento de outros usos para aquele espaço, estando todos eles estreitamente vinculados às formas e funções que se modelaram na Hospedaria.

Apesar de ter sido a primeira experiência do gênero, no país, a dinâmica da Hospedaria da Ilha das Flores e os processos históricos ali vivenciados carecem de análises e de narrativas sistematizadas. Analisar a história desta hospedaria pode nos levar a compreender uma gama variada de temas como as políticas públicas de imigração, os processos de inserção desses grupos às comunidades de destino, as redes parentais, comunitárias e étnicas; a constituição de novos laços econômicos e culturais, entre outros. A criação do Centro de Memória da Ilha das Flores tem como objetivo fomentar tal debate.

● GRANDE IMIGRAÇÃO ●

Italianos, espanhóis e portugueses no quadro da grande imigração no Brasil

Ismênia de Lima Martins

Universidade Federal Fluminense

CONFORME O PRIMEIRO CENSO GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872, o total da população do país era de 9.930.478 indivíduos, dos quais 382.041 eram estrangeiros. Pouco mais de três décadas depois, já em tempos republicanos, esse número elevou-se à soma de 17.318.556, dos quais 16.159.371 brasileiros e 1.279.063 estrangeiros.¹

Tal crescimento evidencia, pela primeira vez, a entrada maciça de imigrantes no Brasil, inserindo o país na rota da grande emigração europeia que ganhou corpo e atingiu seu limite máximo no período entre 1880-1914.

No caso brasileiro, o aumento expressivo do número de estrangeiros não se apresentou como decorrência dos esforços da política imigratória desenvolvida pelo governo imperial, que, desde seu início, pelos anos de 1850, esteve subordinada aos interesses escravistas. Assim, são nas condições conjunturais que se encontram as melhores explicações para tal fato. De um lado, as profundas modificações econômicas ocorridas na Europa em função do desenvolvimento do capitalismo no campo, liberando grandes contingentes de mão de obra e criando um verdadeiro exército de despossuídos. De outro, a expansão imperialista e o desenvolvimento tecnológico que resultou na revolução dos transportes, diminuindo a distância entre os continentes, com a navegação a vapor.

Nesse ambiente de transformações, a emigração tornou-se um grande negócio sustentado por um conjunto amplo de protagonistas, como companhias de contratação e navegação, armadores, capitães de navios e agentes locais, além de uma rede de apoio envolvendo quadros políticos de diferentes instâncias.²

No Brasil, a imigração subsidiada pelo governo e por particulares, majoritariamente, resultou na entrada de diferentes grupos europeus, destacando-se italianos, portugueses e espanhóis.

É preciso ressaltar que as estatísticas históricas produzidas sobre o período em questão apontam, sem dúvida alguma, as tendências demográficas. No entanto, o exame percuente das

¹ Fonte: Censo Geral de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística, p. 83

² GONÇALVES, Paulo. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

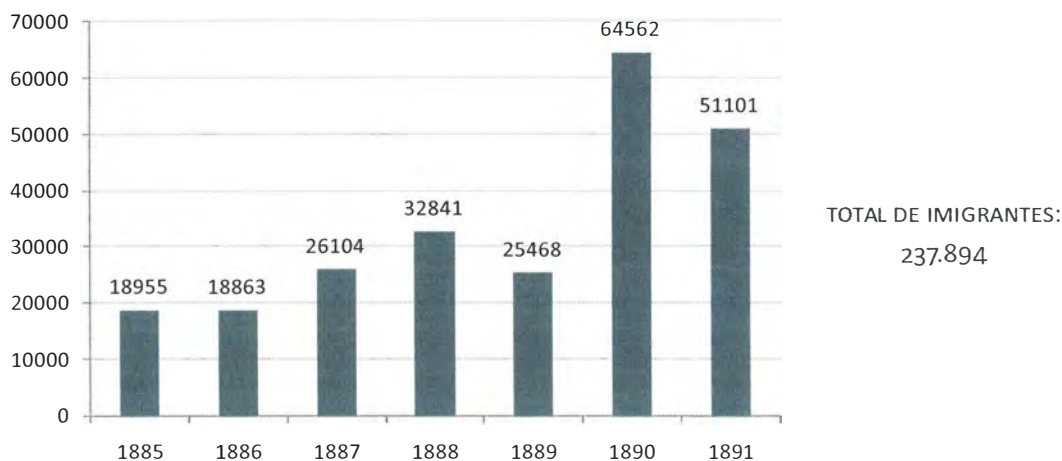
fontes demonstra que, por vezes, o mesmo documento apresenta números diferentes para a entrada de imigrantes, como o Censo de 1920, referindo-se à população de 1900.³

Na atualidade, registra-se um considerável esforço de pesquisadores e das instituições brasileiras e europeias para sistematizar melhor as informações quantitativas dispersas em fontes de diferentes tipologias, com a organização de bases de dados.

Nesse movimento insere-se o projeto *Entrada de Imigrantes no Brasil*,⁴ que se propôs a sistematizar as informações constantes das relações de vapores custodiadas pelo Arquivo Nacional, entre os anos de 1885 e 1910. Com a intenção de divulgar nos foros acadêmicos seu desenvolvimento, este trabalho problematiza os resultados relativos à imigração italiana, portuguesa e espanhola, privilegiando, dentro do período já concluído, o recorte entre 1885-1891, por apresentar já, de forma impactante, as decorrências da primeira fase da grande imigração no Brasil.⁵

O número total de registros de entradas no citado período foi de 237.894 imigrantes, conforme se pode verificar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1. Registros de entradas de imigrantes (1885-1891)



3 Ver Censo Geral de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Na página 12 do referido documento consta um total de 17.318.556 habitantes e na página 83, 16.159.371 83.

4 Esse projeto coordenado por mim reuniu historiadores e técnicos da Coordenadoria de Documentos Escritos do Arquivo Nacional e contou com o apoio financeiro do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na ordem de R\$488.623,25. Em vigência desde setembro de 2008, contemplou, em sua primeira fase, o tratamento arquivístico das relações de vapores pertencentes ao fundo DPMAF, sob custódia da referida instituição, no período 1885-1910; na segunda etapa privilegiará a organização e alimentação de banco de dados, a ser disponibilizado na web, com as informações recuperadas de 12.685 relações de passageiros, que desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, no período mencionado, independente da nacionalidade/naturalidade do imigrante.

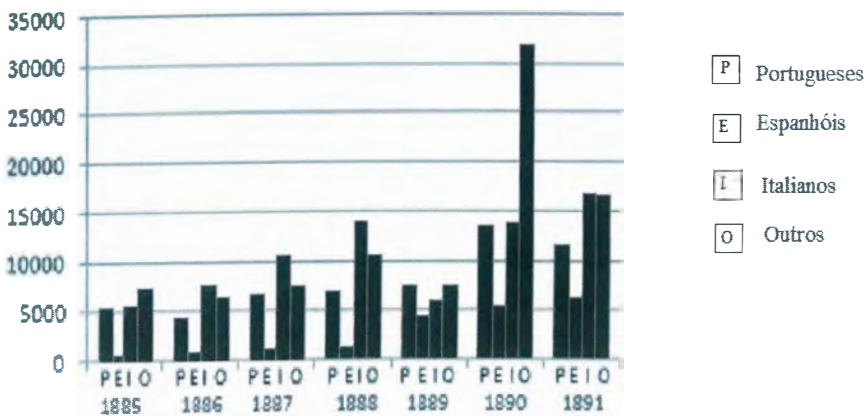
5 Os gráficos e tabelas apresentados nesta pesquisa foram produzidos a partir da análise das relações de vapores do Arquivo Nacional, 1885-1891.

O gráfico evidencia o crescimento contínuo e expressivo da entrada de estrangeiros, entre 1885 e 1888, passando de 18.955 para 32.841 imigrantes no período de quatro anos. O ano de 1889 apresenta um decréscimo, com o número de 25.468 imigrantes, o que se justifica pela mudança do regime político no Brasil, pois tal fato provocou, de um lado, um clima de indefinições para os agenciadores e, de outro, temores com relação a possível instabilidade política. Já no ano seguinte, 1890, registram-se 64.562 entradas, o que representa, aproximadamente, um crescimento na ordem de 140% em relação ao ano anterior. Já em 1891, correspondem a 51.101 imigrantes, o que significa uma redução em relação a 1890, equivalendo a mais de 250% do ano inicial do recorte desta pesquisa.

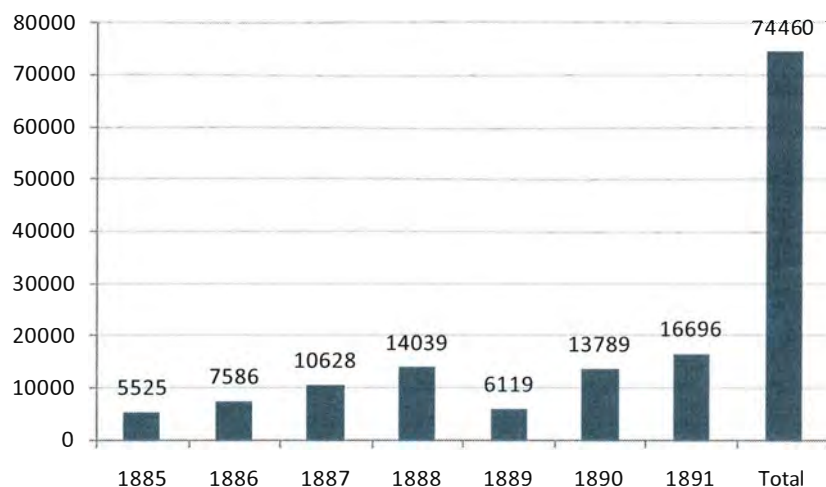
Quanto à nacionalidade, destacam-se os italianos, portugueses e espanhóis. O gráfico a seguir, evidencia que os antigos colonizadores lusos perderam a primeira posição para os italianos que acorreram ao país em número de 74.460, enquanto os portugueses corresponderam a 56.084. O terceiro grupo – os espanhóis – demonstra uma participação bem menor com 20.018 imigrantes. As demais nacionalidades foram agrupadas no item “outros” e neles se incluem os franceses, alemães, ingleses, orientais e africanos. Sua participação expressiva cresce no final do período estudado, quando a promoção da emigração era, sem dúvida, um dos maiores negócios da época. A partir de 1890 amplia-se de forma considerável a participação de grupos do leste europeu e os povos árabes.

O gráfico 2 mostra, por ano, comparativamente a participação de cada grupo.

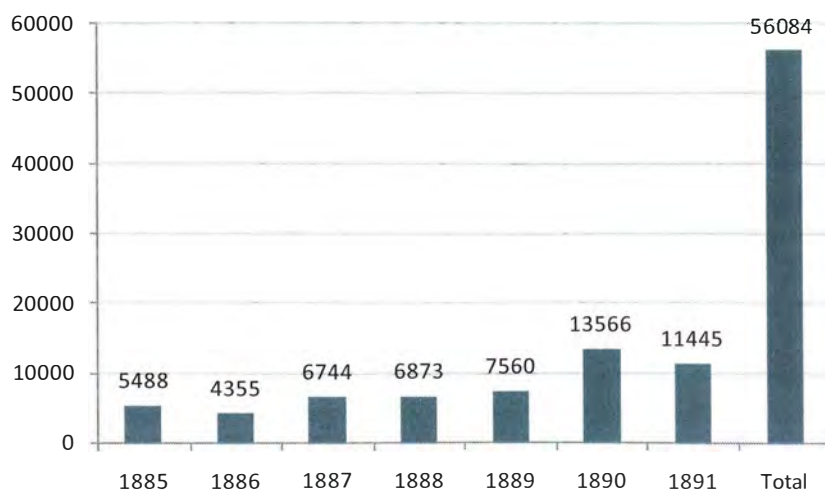
GRÁFICO 2. Registros de entradas de imigrantes por nacionalidade (1885-1891)



Os dados permitem analisar o movimento anual de entradas de cada grupo específico.

GRÁFICO 3. Registro da entrada de imigrantes italianos por ano

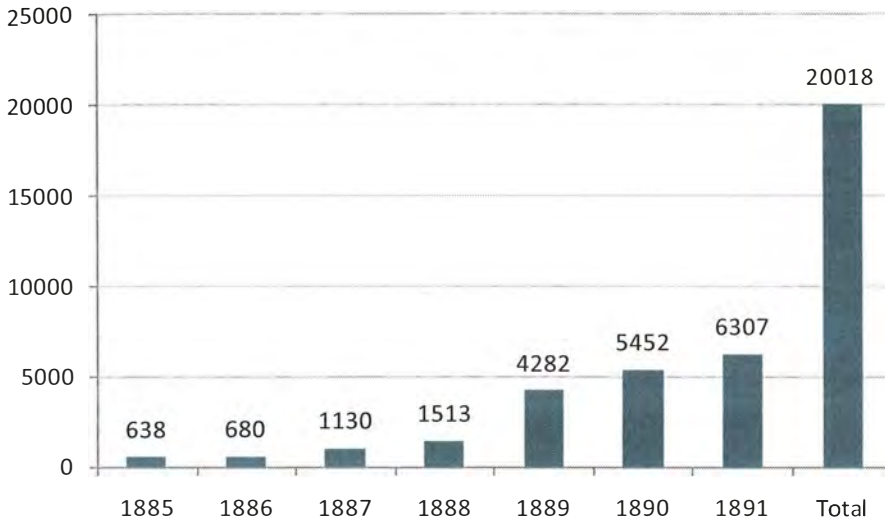
O gráfico acima revela que a entrada de italianos apresentou um crescimento contínuo e relevante que atingiu em torno de 300%, no período. Ressalta-se o ano de 1889 com um número reduzido em torno de 50% em relação ao ano anterior e ao posterior. Neste caso, além das explicações conjunturais acima citadas, acrescentam-se medidas restritivas por parte do governo italiano com respeito à emigração para o Brasil. A farta literatura sobre a emigração italiana que aponta as estratégias dos agentes internos para contornar tais óbices, pode ser subsidiada pelos números de entrada de italianos no Rio de Janeiro evidenciando o sucesso daquelas práticas.⁶

GRÁFICO 4. Registro da entrada de imigrantes portugueses por ano

6 GONÇALVES, Paulo. *Op. cit.*, cap. 1.

Para os portugueses, o período foi também de considerável incremento da emigração que cresceu mais de 100% entre 1885 e 1891. Em relação ao ano de 1889 verifica-se que as transformações políticas do Brasil não interromperam o crescimento da emigração daquele país para a ex-colônia, sobretudo por ser um movimento mais espontâneo do que subsidiado. Ainda que, numericamente, seja o segundo grupo, do ponto de vista proporcional, levando-se em conta o tamanho e a população da Itália e de Portugal, o esforço emigratório luso pode ser reputado como maior que o italiano.

GRÁFICO 5. Registro da entrada de imigrantes espanhóis por ano



Os espanhóis, apesar de serem o grupo de menor participação no conjunto estudado, como citado anteriormente, foi o que mais cresceu entre os anos de 1885 e 1891, apresentando um aumento aproximado de dez vezes da quantidade inicial. Neste caso, também a aludida mudança política do ano de 1889 não exerceu nesta corrente emigratória qualquer influência negativa; muito pelo contrário, praticamente triplicou o número de entradas neste ano.

Das listas de entrada de emigrantes, em princípio, deveriam constar não apenas o nome do imigrante e de seus acompanhantes, especificando-se o parentesco, o sexo, a idade, estado civil, o porto de embarque, mas também a naturalidade e a nacionalidade, profissão, grau de alfabetização e até religião. Muitas delas possuíam o cabeçalho impresso e os campos deveriam ser preenchidos, geralmente, pelos capitães dos navios.

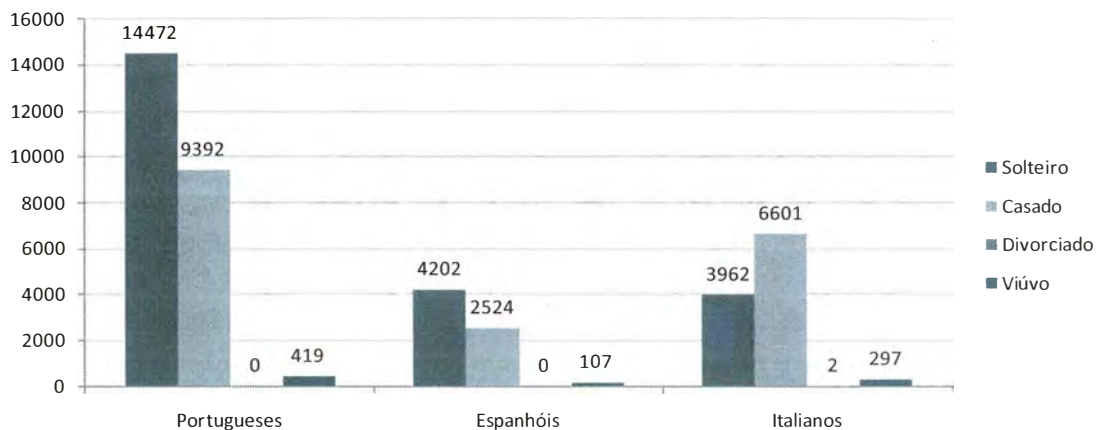
Na realidade o que a pesquisa demonstra é que apenas alguns campos, como a denominação, portos de embarque, nacionalidade e idade eram priorizados no preenchimento.⁷ Assim, para aferir

7 MARTINS, Ismênia. "Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamentos, 2007, p. 69-88.

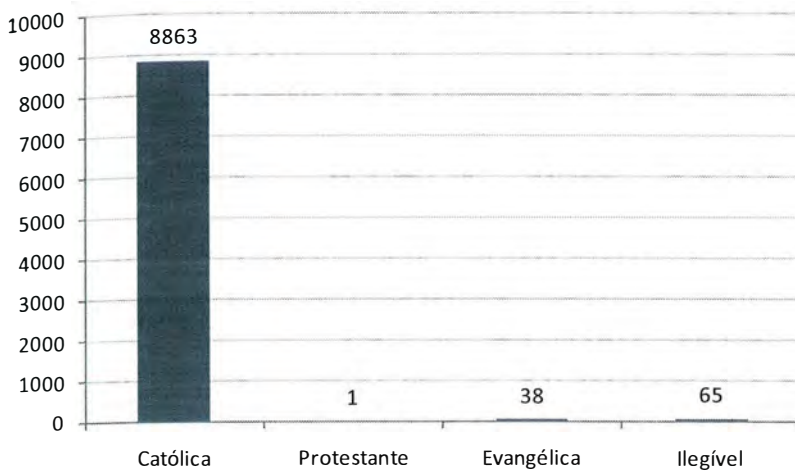
questões como estado civil ou grau de alfabetização, obtém-se resultados muito inferiores ao número total de imigrantes do período ou por nacionalidade. Além da má vontade dos capitães havia a necessidade de satisfazer as exigências das políticas de subsídios que privilegiavam braços para a lavoura. Desta forma muitos artífices e até profissionais liberais eram registrados como trabalhadores braçais: lavradores, *contadini*, *braccianti* etc.

No caso do estado civil, por exemplo, evidencia-se que, dos 150.562 imigrantes, dos três grupos estudados nesta amostra, ocorrem apenas 41.978 registros, logo pouco mais de 20%, especificavam tal condição. Os dados confirmam a tendência dominante na emigração mediterrânea do século XIX do embarque de homens jovens e solteiros. O aumento do número de casados, em relação a períodos anteriores já registrados pela historiografia, não reflete necessariamente a presença da unidade familiar, pois é notório que entre os ibéricos havia a tendência do chefe da família emigrar primeiro, em que pese os esforços da política emigratória, sobretudo do estado de São Paulo, em recrutar famílias para o trabalho rural (ver gráfico 6).

GRÁFICO 6. Estado civil por nacionalidade de amostra selecionada



De forma mais acentuada, o campo referente à religião também não mereceu a devida atenção dos capitães. Conforme se demonstra no gráfico 7, no conjunto estudado ocorreu a especificação de profissão de fé de apenas 8.967 entre os 150.562 imigrantes registrados. A predominância, quase que absoluta do catolicismo, deve-se ao fato desta religião ser, praticamente absoluta, na Itália, em Portugal, e na Espanha a esta época. Além disso, o fato da religião católica ser a religião oficial até a constituição republicana de 1891, inibia as declarações espontâneas de outros credos.

GRÁFICO 7. Total de imigrantes por religião

Quanto ao grau de alfabetização dos imigrantes pode-se aferir nas listagens estudadas que apenas uma pequeníssima parcela declarava tal condição.

TABELA 1. Grau de alfabetização por nacionalidade da amostra selecionada

Instrução	Portugueses	Espanhóis	Italianos
Sabe ler	6	0	375
Sabe escrever	0	01	0
Sabe ler e escrever	60	151	1.006
Não sabe ler	14	0	649
Não sabe ler nem escrever	189	175	209
Nada consta	55.817	19.692	72.152
Ilegível	13	09	44

As listagens de vapores constituem-se também em valioso documento para analisar as especificidades da economia da época, no que diz respeito ao comércio atlântico articulado à imigração.

Temos dito reiteradamente neste artigo que a emigração se transformou em um grande negócio, na segunda metade do século XIX. Aliado aos diferentes fatores de atração de imigrantes, no novo mundo, e repulsão de população na Europa, articulou-se uma gama sólida de interesses que movimentou a economia da época. De um lado, expectativas ligadas ao desenvolvimento das marinhas mercantes, de outro, disputas entre companhias de navegação, e ainda a constituição de uma rede de agentes e subagentes locais que investia no assédio à população pobre, sobretudo camponesa, para mediar a emigração.

O caso italiano estudado por Paulo Gonçalves é um exemplo claro dessa nova realidade:

O transporte de emigrantes emergiu em Genova no final dos anos cinquenta como importante setor de atividade econômica, tornando-se a principal aposta da marinha mercante ligure. A mercadoria homem possuía alto valor específico, tanto que em 1851, com tarifas de cerca de 300 libras para a travessia atlântica, um armador poderia arrecadar de 100 a 120 mil libras por ano, empregando veleiros avaliados em 75 mil libras (...).⁸

O mapeamento de 32 navios de diferentes empresas para o período de 1885-1891, aponta para o volume expressivo de “mercadoria homem” transportada:

TABELA 2. Imigrantes transportados por navio no período de 1885-1891, por nacionalidade

Navio	Portugueses	Espanhóis	Italianos	Outros
Adria	10	333	5.070	6.638
Aconcagua	1.124	233	20	2.537
Argentina	826	09	02	1.491
Ativita	0	0	1.288	1.297
Baltimore	1.273	82	09	4.587
Bearn	34	334	1.048	2.793
Birmania	05	07	1.457	1.484
Bisagno	0	0	1.071	1.147
Bretagne	128	955	587	2.161
Borgone	805	2.124	810	5.192
Canton	03	0	1.736	1.745
Città di Napoli	01	270	1.695	2.756
Concorida	674	0	09	717
Colombo	08	1.450	321	1.894
Clyde	1.530	203	05	1.778
Colonia	540	15	10	623
Cotopaxi	1.014	289	19	1.647
Duca di Galliera	0	96	1.037	1.915
Duchessi di Genova	0	137	1.651	2.816
Europa	06	237	2.169	2.645
Equateur	685	134	104	1.440
Neva	1.805	158	43	2.490
Napoli	0	07	1.033	1.093
Orenhoque	761	68	90	1.344

8 GONÇALVES, Paulo. *Op. cit.*, p. 37.

TABELA 2. Imigrantes transportados... (continuação)

Navio	Portugueses	Espanhóis	Italianos	Outros
Roma	05	0	2.133	2.221
Potosi	678	260	0	1.489
Poitou	0	1.110	0	2.303
San Marco	0	06	1.083	1.120
Savoie	08	28	1.015	1.826
Senegal	639	156	49	1.218
Solferino	0	0	1.334	2.785
Sud America	0	38	1.051	1.713

A amostra revela, também, que os vapores transportavam simultaneamente imigrantes de nacionalidades diferentes, que após longas viagens pelo interior da Europa, seja por via térrea, ferroviária ou marítima, alcançavam os portos de partida dos navios transatlânticos. Estes, por sua vez, perfaziam as mais diferentes rotas, como demonstra a tabela abaixo.

TABELA 3. Dados sobre a entrada de vapores em 1887

Companhia	Vapor	Percurso	Passageiros
Royal Mail Steam Packet Company	La Plata	Liverpol-Vigo-Lisboa	2 espanhóis 243 portugueses
Royal Mail Steam Packet Company	Tagus	Vigo-Lisboa	16 espanhóis 4 brasileiros 207 portugueses
Royal Mail Steam Packet Company	Tagus	Rio da Prata	6 espanhóis 3 alemães 2 portugueses
Companhia não especificada	Baltimore	Bremem-Antuérpia-Lisboa-Ilha Terceira-Ponta Delgada	1 brasileiro e 22 da Ilha Terceira (1ª classe)
		Antuérpia	39 belgas, 1 alemão, 3 italianos (3ª classe)
		Bremem	45 alemães (3ª classe)
		Lisboa	10 portugueses (3ª classe)
		Ilha Terceira-Ponta Delgada	313 ilhéus
Companhia não especificada	Sud America	Gênova	235 italianos

O mais importante a detalhar dessa amostra é a integração dos mercados em torno do transporte de braços livres. Notam-se vapores procedentes de companhia inglesa recebendo passageiros de diferentes nacionalidades em rotas diversas.

Ao destrinchar essas rotas e focalizar o quantitativo de emigrantes entrados em cada porto, poderemos observar a circulação de indivíduos pela Europa, em busca da chance de emigrar, o que significava também aquecer as economias das regiões dos portos de partida, uma vez que o emigrante teria que gastar com hospedagem e comida. Havia todo um subgrupo de negociantes — *taberneiros, cambistas, carregadores* — que ganhava dinheiro com a emigração.⁹

TABELA 4. Porto de entrada de imigrantes da amostra selecionada

Porto	Portugueses	Espanhóis	Italianos
Antuérpia	10	344	33
Bordeaux	86	904	422
Bremen	45	729	601
Buenos Aires	28	821	3.076
Espanha	08	62	0
Europa	07	66	01
Genova	0	3.857	51.773
Hamburgo	216	218	758
Havre	204	198	686
Ilha da Madeira	1.509	0	05
Leixões	479	0	0
Lisboa	27.842	419	30
Liverpool	69	1.921	120
Londres	02	79	08
Málaga	83		0
Marseile	02	3.971	4.856
Nápoles	01	14	2.520
Rio da Prata	39	2.162	8.016
Southampton	147	244	47
Vigo	1.301	421	04

A análise da tabela sugere, em primeiro lugar, a circulação de candidatos a emigrantes pela Europa e até embarques ilegais, como no caso de Vigo. Importantes historiadores como Mirian Halpern Pereira, embora sublinhem a dependência da economia lusitana das remessas dos emigrantes, ressaltam a preocupação dos governos lusos do período, em impedir a imigração clandestina.¹⁰ Para aqueles que não possuíam passaporte e que foram seduzidos pelas promessas de agenciadores com a conivência de políticos e religiosos locais, o porto de Vigo, do outro lado da fronteira com a Espanha, transformou-se na melhor saída de Portugal.

⁹ *Ibidem*, p. 65.

¹⁰ PEREIRA, Mirian Halpern. *A política portuguesa de imigração – 1850-1930*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 49.

Os portos de Bordeaux, Bremen, Liverpool, Marseile, Southampton, por seu turno, revelam-se cosmopolitas, embarcando um número altíssimo de emigrantes espanhóis, e italianos. A mesma tabela informa que não italianos, embora em quantidade reduzida, também partiam pelos portos de Genova e Nápoles. Este último embarcou menos italianos que Marseile, na França. Nos portos de Madeira, Leixões e Lisboa a paisagem é predominantemente portuguesa.

Portugueses, espanhóis e italianos também chegavam ao Rio de Janeiro pelos portos de Buenos Aires e Rio da Prata. Neste caso, é possível pensar em emigração temporária, questão ainda pouco estudada por nossa historiografia.

Inúmeras outras informações podem ser retiradas da tabela acima, porém, o fato incontestável é que a emigração se transformou em um negócio sem fronteiras, um típico empreendimento capitalista.

Inquisição e imigração: a trajetória de Familiares do Santo Ofício no Grão-Pará e Maranhão e na Capitania do Ceará (século XVIII)

Antonio Otaviano Vieira Junior

UFPA/CNPq

Marília Cunha Imbiriba dos Santos

UFPA/RUMA

Apresentação

O presente ensaio tem como objetivo comparar a trajetória de vida de dois imigrantes portugueses. Além do fato de serem lusitanos, ambos pleitearam a nomeação como Familiar do Santo Ofício, no século XVIII. E mais, aqui desse lado do Atlântico, enriqueceram. Assim, discutiremos as trajetórias de imigrantes que aportaram na América Portuguesa. Mas, não o faremos apresentando um grande contingente populacional ou números que passem na casa dos milhares. O esforço é de trabalhar com dois migrantes, “fazendo perguntas gerais para casos específicos” – como tão bem nos ensinou Giovanni Levi.

O corpo documental que ampara nossa reflexão é a habilitação de Familiar do Santo Ofício, uma documentação riquíssima e pouco explorada pelos estudos demográficos.¹ Seu potencial como fonte estar atrelado à riqueza e variedade das informações arroladas. A habilitação como Familiar incluía a análise da genealogia do candidato, desde bisavós, para descobrir se havia na história da família *raça alguma de judeu, cristão-novo, mouro, mulato, negro ou mourisco ou descendente de outra infecta nação...*² Além disso, era investigado se o candidato vivia *descentemente*, ou seja, se tinha um cabedal significativo, se sabia ler e escrever, se não tinha na família nenhum *trabalhador mecânico*, algum parente punido pela Inquisição ou acusado do crime de lesa-majestade, e se não era pai de filho ilegítimo. Caso o candidato fosse casado a investigação também se estendia à esposa e sua família. A Inquisição utilizava *investigadores*, custeados pelos habilitandos, em todos os locais de origem e de morada do candidato e das suas gerações passadas. Nesses lugares, testemunhas eram convocadas e respondiam as perguntas dos inquisidores acerca do passado da família e do próprio candidato.

1 VIEIRA JR., Antonio Otaviano. “Demografia Histórica, família e inquisição: possibilidades metodológicas a partir da habilitação de Familiar”. *Revista de História Unisinos*, vol. 15, nº 1, 2011, p. 71-79.

2 Direção Geral de Arquivos/Torre do Tombo (DGRQ/TT), Habilitação do Santo Ofício, maço 157, proc. 1267.

Uma documentação que nos possibilita, mesmo com limites, acompanhar a história da família dos nossos imigrantes. Ao estabelecer possibilidade de análise das trajetórias, ao escolher nossos personagens, não consideramos apenas o ponto comum da partida, mas também consideramos o local da chegada; e aqui encontramos lugares e datas diferentes. Um aportou no Grão-Pará e Maranhão: com seus rios sinuosos, seus vastos territórios impregnados de florestas, suas contendas entre leigos e religiosos tão zelosos no controle da mão-de-obra indígena e sua importância econômica, política e militar para o Império – que levou o próprio Marques de Pombal nomear um irmão como governador do Estado e criar um corpo de lei específico para normatizar as relações entre colonos e populações indígenas. Em 1734 na cidade de Belém aportou Elias Caetano de Mattos.

O outro viveu a seca do Sertão do Ceará. Conviveu com uma população que tinha no deslocamento a principal estratégia de enfrentamento diante da calamidade da escassez de água, que entre 1791-1793 enfrentou a famosa “Seca Grande”; responsável pela fragilização de sua economia exportadora. No Ceará a pecuária se impunha como principal atividade, baseada na produção do charque e na dizimação ou expulsão de vários povos indígenas: que resistiram e sucumbiram ao avanço do gado. Ao mesmo tempo a importância da capitania, para os administradores do Império lusitano, pode ter sido traduzida no fato de que em toda a capitania não existiu nenhuma povoação, incluindo a capital, que merecesse o “status” político de cidade – diferente de Belém do Grão-Pará ou de São Luiz, que desde o século XVII já eram cidade. Em 1749, com apenas 10 anos de idade, João Pinto Martins chega à Recife e em poucos anos inicia seus negócios e morada na vila de Aracati na capitania do Ceará.

Se por um lado partiram de Portugal, um de Lisboa e outro do Bispado de Braga (Meixomil), atracaram em lugares diferentes. O que inicialmente nos faz valorizar suas partidas, ao considerar também as singularidades e diferenças entre localidades portuguesas. A busca da trajetória de vida desses dois imigrantes centralizará seu foco nas suas famílias em Portugal. Ou seja, no esforço de não reduzir o fenômeno da imigração as configurações macro econômicas, políticas e sociais, centralizaremos nosso olhar para percepções das condições de vida que cercaram tais famílias.

Elias Caetano de Mattos

Elias chegou à cidade de Belém do Grão-Pará no ano de 1734. Nesse período a circulação de pessoas que partiam de Portugal para a América portuguesa não era nenhuma novidade – mas, um problema para governantes portugueses. Desde 1645 já se esboçava leis proibitivas que buscavam regular a saída de portugueses rumo ao “Novo Mundo”: nesse ano foi publicado um alvará no dia 06 de setembro que proibia a saída do Reino sem passaporte. No dia 16 julho de 1709 uma resolução buscava restringir a saída de lusitanos para o Brasil, sob pena de confisco de bens aos infratores. No mesmo ano, no dia 25 de novembro, foi imposta a obrigatoriedade de um passaporte para quem viajasse ao Brasil. Ainda sentindo a ineficácia de tais medidas a Coroa, no dia 20 de março de 1720, publica uma nova lei para tentar dificultar o êxodo para Brasil. No ano de 1732 o Conselho Ultramarino alerta ao rei sobre o perigo de se despovoar Portugal se nada fosse feito para impedir o fluxo para o Brasil. No

dia 06 de dezembro de 1755 uma nova lei era promulgada visando limitar a migração para o Brasil³. O que em síntese devemos destacar desse conjunto de leis é que existia um fluxo contínuo de migrantes portugueses para o Brasil, pelo menos entre os anos de 1645-1755, e que esse movimento era considerado um problema pelos administradores do Reino.⁴

O que coloca nosso amigo Elias num rol de pessoas que não deixava a terra pátria dentro de uma política de povoamento orquestrada pelo Estado ou de maneira compulsória. Mas, sim poderia se enquadrar num fluxo populacional baseado na iniciativa individual de homens e mulheres (mais homens que mulheres) que buscavam no outro lado do Atlântico uma nova vida, uma forma de fugir dos problemas e limites encontrados nos cotidianos vivenciados em Portugal do século XVIII. Como exemplo, mesmo considerando as imprecisões das informações, entre 1700-1760 foram mais 600 mil portugueses que foram atraídos pela possibilidade de enriquecimento rápido através da mineração no Brasil. Destes, 96% eram homens e 47% eram solteiros. Marcante foi fluxo de homens solteiros que partiam de Portugal rumo ao Brasil na primeira metade do século XVIII, nessa onda Elias navegou parcialmente. Chegou à Belém, homem solteiro rapidamente começou a enriquecer. Mas, ao contrário da tônica da época, não buscou os diamantes ou o ouro das Minas e nem mesmo esteve no mundo do açúcar nordestino.

Buscara terras que se movimentavam em torno da exploração das drogas do sertão, do cultivo da cana de açúcar, do tabaco, do algodão e de outros gêneros. Um mundo que assistia desde fins do século XVII um confronto relacionado à manipulação da mão-de-obra indígena (Elias utilizará essa força de trabalho), um esforço de ampliar a presença de escravos negros e a criação pela Coroa da Companhia do Comércio do Maranhão para incrementar o tráfico negreiro e a circulação de produtos.⁵ O próprio contingente populacional da região entrava em ebulição com as mortes causadas por surtos de bexiga, pela movimentação de índios beneficiados pela “liberdade geral” e organizados em aldeamentos, pela entrada de africanos e pela continua chegada de portugueses – como Elias.

Voltando a Portugal, não encontramos nenhum parente próximo de Elias atravessando o Atlântico – teria sido ele o primeiro? Por outro lado tal informação nos faz pensar que nem todos os homens solteiros portugueses, diante de dificuldades econômicas buscavam terras “brasileiras”. Entretanto, desde muito cedo, sua família se submeteu a processos de migração. Circulavam entre freguesias próximas e até mesmo entre vilas e cidades mais distantes. O que efetivamente nos mostra que buscar novas terras e se movimentar como estratégia de sobrevivência e enriquecimento não era novidade para a família de Elias.⁶

3 Colleção das Leys, Decretos e Alvarás. Lisboa, Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, MDCCXC, s/p.

4 COSME, João dos Santos Ramalho. *A emigração portuguesa para o Brasil na 2ª metade do século XVIII*. Sumário da Lição. Universidade de Lisboa, 2007, p. 6-7.

5 CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai, 2010, p. 124.

6 A trajetória de Elias de Mattos foi analisada a partir da Habilitação do Santo Ofício de Elias Caetano de Mattos, 1736. DGARQ/TT, maço 1, doc. 3.

A Família de Elias em Portugal

O avô materno de Elias, Antonio da Costa, em 1635 havia sido batizado na vila de Óbidos, mais especificamente na freguesia de São Pedro. Com a idade de aproximadamente 28 anos casou com sua avó materna, Leonor Maria que a época (1663) tinha 23 anos de idade. O avô morou muito tempo em Lisboa, o que pode ser em parte explicado por seu ofício: alfaiate. Ainda em fins do século XVII, a capital do Império lusitano era um centro de atração para muitos naturais de outras partes de Portugal. E o era pelo fluxo de capital e pela amplitude de sua estrutura urbana, que aumentava as chances do emprego de mão-de-obra especializada.

Mesmo procurando viver em Lisboa, Antonio da Costa não rompeu os laços com Óbidos. Após ter uma filha, que seria a futura mãe de Elias, e ficar viúvo, frequentava com constância a freguesia natal. E o fazia para visitar a casa da irmã, que passou a cuidar da sobrinha. Ou seja, a mãe de Elias apesar de ter nascido em Lisboa, fora criada por uma tia em Óbidos. E só retornou para a capital portuguesa já mulher, onde posteriormente casou – não podemos afirmar se o retorno foi orquestrado a partir de um acordo nupcial, mas, é possível que sim.

Por sua vez, o avô paterno de Elias, Manoel Rodrigues, também era da mesma freguesia e vila do avô materno: o que abre a possibilidade de terem se conhecido em Óbidos. Manoel Rodrigues ainda em Óbidos tivera um filho chamado Antonio Rodrigues de Mattos, que nascera por volta de 1663 e viria a ser o pai de Elias. Considerando que os avôs travavam amizade ainda em Óbidos, podemos entender porque Antonio Rodrigues partira da vila natal rumo a Lisboa: lá havia um conhecido do pai de Antonio Rodrigues, que pode o ter colocado num grupo de relações que envolvia os mestres de ofício. A partir daí, na capital, Antonio Rodrigues aprendera o ofício de espingardeiro. Na trajetória paterna, Lisboa aparece como um lugar de oportunidades, uma alternativa aos limites da vila de Óbidos. Foi onde Antonio ganhou um ofício e uma esposa, reconfigurando novas relações sociais, a partir de uma rede que se centrava nos mestres artesãos, nas suas ruas especializadas e num conhecimento prévio gestado ainda na freguesia de São Pedro em Óbidos. O que nos possibilita perceber avós e pais em movimento migratório interno, marcando a história da família. Uma trajetória que se destacava tanto no lado paterno quanto no materno, e que se assentava numa possível sociabilidade que vinha da terra onde nasceram.

Em Lisboa o pai e a mãe de Elias iriam se conhecer. A mãe de Elias chamava-se Ana Maria e havia nascido em Lisboa por volta de 1711. Era filha de Antonio da Costa, mestre alfaiate que vinha de Óbidos, da freguesia de São Pedro e do lugar de Carvalhal – marcando uma “endogamia oculta”.⁷ O pai e o avô paterno de Elias eram do mesmo lugar, freguesia e vila: o que nos induz a acreditar que em

7 TRUZZI, Oswaldo. *Pautas matrimoniais na economia cafeeira paulista: São Carlos, 1860-1930*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/.../abep2010_2290.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012. Conceito que destaca a possibilidade de endogamia através do noivo e dos pais da noiva, mesmo esta não pertencer aparentemente ao mesmo grupo do futuro cônjuge.

Lisboa, o pai de Elias pode ter ficado sob os cuidados e proteção de um velho conhecido da família, e que se tornaria sogro.

Como aprendera um ofício, mais uma vez especula-se a intervenção do sogro, Antonio Rodrigues, o pai de Elias, morava em Lisboa numa rua destinada aos mestres espingardeiros. Desde D. João I (1385-1433) os mestres eram “arruados” em Lisboa, ou seja, cada ofício tinha uma rua específica. E nessas ruas os mestres deveriam morar, caso contrário, estariam passíveis de multas e prisões. A rua dos Espingardeiros era bem próxima a rua dos Alfaiates, a documentação pesquisada classifica a rua dos Alfaiates como um beco da dos Espingardeiros. Assim, a mãe de Elias após retornar da casa da tia em Óbidos morava com seu pai Antonio da Costa muito próxima a morada de outro Antonio, o Rodrigues – que viria a ser o pai de Elias. O que poderia aumentar a chance das famílias se conhecerem e se entrelaçarem – principalmente se consideramos que tinham a origem na mesma freguesia e vila. Estaria o avô materno de Elias investindo num possível genro!?

O pai de Elias tinha atrativos para ser considerado um “bom casamento”, tais atrativos haviam em parte sido hipertrofiados pelo futuro sogro. Pensar a sociedade estamentária portuguesa é colocar a nobreza no topo da pirâmide social⁸; e ao mesmo tempo, reconhecer as várias faces dessa nobreza.⁹ Por outro lado, entre o pico e a base da pirâmide, podemos encontrar uma gama de outros lugares sociais, incluindo aí os oficiais mecânicos. Desde a Idade Média dominar um ofício mecânico poderia ser uma forma de inserção e promoção social. A participação dos artesãos no cotidiano administrativo da cidade de Lisboa não se limitava a organização de festas religiosas. Através da Casa dos Vinte e Quatro, os representantes dos ofícios poderiam interferir na criação de impostos, no abastecimento e na limpeza da cidade.¹⁰ Ou seja, embora Antonio Rodrigues (pai de Elias) não fosse um nobre e nem vivesse como tal, vivendo do trabalho do manual, sua condição de mestre espingardeiro o colocava num segmento social intermediário.

Sua projeção social era ampliada pelo fato de ter como ofício mecânico a produção de armas, valorizada por carta régia de 1515. Pois, entre os ofícios também havia uma hierarquia social, e ganhava destaque justamente ofícios marciais: “o armeiro-mor, juntamente com bombardeiros e espingardeiros, possuía honra de escudeiro. Juntos, foram considerados, por expressa vontade do rei, de todos oficiais ‘os mais privilegiados e guardados’ ”.¹¹

Assim, era vantajoso para um pai casar sua filha com um mestre espingardeiro, quando as portas da nobreza estavam fechadas. O ofício como marcador social e o papel paterno na escolha do cônjuge da filha impeliavam ao seu avô materno valorizar o pai de Elias como um bom casamento. O lugar social do pretendente, o fato do pai da noiva ser alfaiate e serem vizinhos em Lisboa, ampliava

8 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Almanack Braziliense*, nº 2, nov. 2005.

9 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

10 MATTA, Glaydson Gonçalves. *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 22.

11 *Ibidem*, p. 30.

a possibilidade de arranjos matrimoniais entre eles. Mais um ponto pode ter concorrido para o esse casamento: as duas famílias tinham origem na mesma freguesia de São Pedro da vila de Óbidos, o que poderia ser indício de um fortalecimento da rede de sociabilidade que os cercavam – e quem sabe, criada ainda nos tempos que residiam na vila de Óbidos. Desse emaranhado de relações e possibilidades, considerando os fatores que podiam facilitar o casamento, na cidade de Lisboa, na freguesia de São Nicolau, no ano de 1699 os futuros pais de Elias casaram: ele com 36 anos e ela beirando os 19 anos. Um casamento que de certa forma deve ter sido um conforto para o sogro, pois este era viúvo e tivera filha criada por uma tia em Óbidos.

Aliás, num rápido retrospecto no local de casamento dos parentes masculinos de Elias, reparamos que o avô materno, o paterno, o pai e o próprio Elias não casaram nas freguesias onde foram batizados. Indicando a regularidade do deslocamento masculino dentro de sua família: o mesmo não se aplicava as mulheres, que em nenhum caso casou fora da vila onde foram batizadas – incluindo aí Quitéria Maria, esposa de Elias.

Ainda seguindo a prática migratória, os pais de Elias não ficaram por muito tempo residência em Lisboa. Seu pai, após aprender uma profissão, casar-se e ter um filho retornou para o lugar de Carvalhal da freguesia de São Pedro da vila Óbidos. Então foram alcançados pela morte, e apenas dois anos após o retorno, o pai de Elias falece. O que cria mais um drama familiar, e nos abre a possibilidade de compreender a migração como um fenômeno marcado também pelas contingências da vida. A mãe de Elias, Ana Maria, embora tivesse raízes familiares em Carvalhal, tanto pelo lado do marido como pelo do pai, não pode viver viúva e com filho em Óbidos: retornara para Lisboa, onde contava com apoio de uma irmã que morava próximo ao Hospital Real. Até então, Elias apenas acompanhara os pais de um lado para o outro: de Lisboa para Óbidos e de Óbidos para Lisboa. Até que sua mãe falece.

Assim, após ter uma família que se deslocara com constância dentro de Portugal, e com isso aprender que viajar pode ser uma forma de tentar recomeçar e melhorar a vida... depois de aprender a profissão de mestre espingardeiro... com a morte primeiro do pai em Óbidos e depois da mãe em Lisboa, Elias Caetano de Mattos resolve atravessar o Atlântico, e ancorar na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

Rumo ao Grão-Pará

Ao longo de sua trajetória de vida, Elias Caetano estabeleceu relações associadas à ofícios mecânicos. De início vinha de uma família de mestres artesãos, com o avô alfaiate e o pai espingardeiro. Aliás, talvez considerando o maior prestígio dos mestres de armamentos, nosso personagem abraçou o ofício paterno. Elias também se tornou um mestre espingardeiro e ainda quando em 1738 começam as diligências da Inquisição sobre a vida de Elias, sua ocupação é apresentada como “mestre espingardeiro”.

Elias não encontrou sossego em Lisboa. O que nos faz pensar se não houve paulatinamente na capital do Império, durante o avançar da primeira metade do século XVIII, um aumento da

concorrência e a diminuição de demandas de trabalho para mestres de ofício. Soma-se a isso a característica demográfica de regiões como a Estremadura em Portugal; marcada por uma pressão na alta da taxa de masculinidade, que corroborava com tensões relacionadas à oferta de mão-de-obra e mesmo a circunscrição de mercados matrimoniais – não foi por acaso que boa parte dos migrantes masculinos era solteira.

Concomitantemente, o sonho de enriquecimento rápido no outro lado do Atlântico povoava a imaginação de muitos portugueses. O fluxo intenso de lusitano para as Minas é um indício que a América se transformara em signo de enriquecimento rápido, uma oportunidade para homens solteiros a procura de aventura. No outro lado do atlântico se formavam redes de sociabilidade, em especial baseada nas relações familiares que serviam muitas vezes como ponto de atração e ajuda para aqueles que partiam de Portugal e alcançavam as terras do “Novo Mundo”. Tais pontos podem auxiliar a compreensão dos motivos que levaram Elias Caetano deixar Lisboa em 1734 e rumar para América. No entanto, a documentação não deixa claro indícios que auxiliem entendermos porque escolheu com ponto de chegada a cidade de Belém do Grão-Pará.

Elias era um migrante, que por vontade própria partira de Lisboa. Não poderia ser colocado no rol dos homens miseráveis, haja vista, que sua família pertencia a um segmento social intermediário: dos mestres de ofício. Não escolhera, como tantos outros portugueses, as terras do açúcar ou as Minas; locais que representavam no imaginário da época riqueza rápida e intensa. Nem mesmo na documentação é citado algum parente ou amigo que estivesse em Belém, servindo como ponto de apoio e atração para Elias. O que talvez possamos imaginar é que algumas histórias de enriquecimento na região possam ter servido como “canto da sereia”. E no rol dos conhecidos de Elias figuravam muitos capitães de navio, homens que poderiam instigar a cobiça com a imagem de um “Novo Mundo” pronto para ser explorado.

Podemos assistir um crescimento da população da cidade de Belém, apesar das epidemias de varíola, incrementado pela entrada de escravos africanos, pela circulação de índios descidos e aldeados, de religiosos. Esse aumento populacional ganha força na sua relação com a sedimentação de rotas comerciais entre Belém-São Luis-Lisboa, baseadas na exportação de madeira, algodão, açúcar, tabaco... A cidade assiste um aumento na circulação de pessoas e de capitais. Lugar propício para que pessoas com ofícios especializados pudessem ganhar dinheiro: o que pode ter sido mais um ponto de atração para Elias.

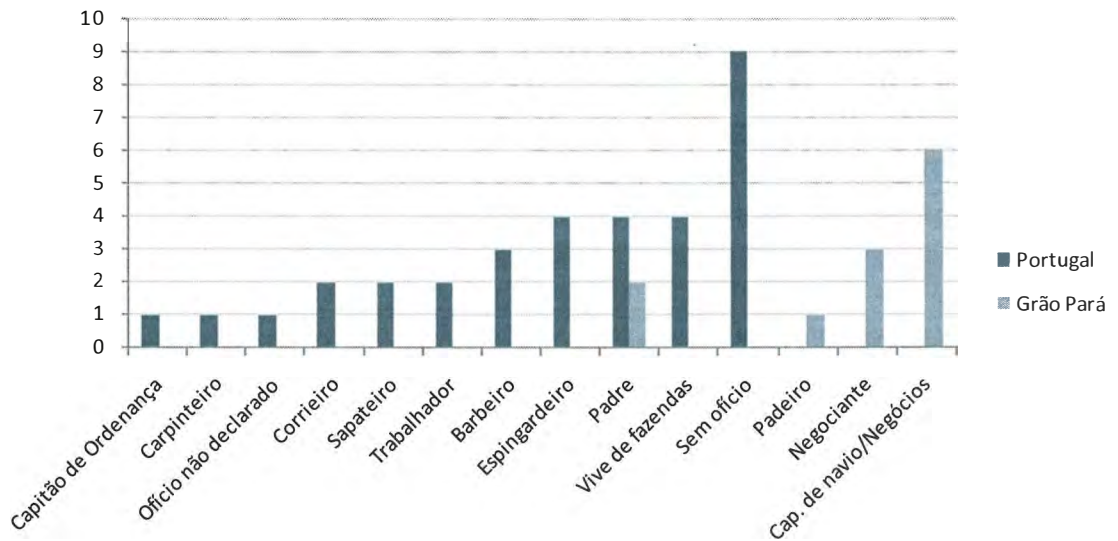
Chegando à Belém, Elias inicia um processo de rápido enriquecimento. Esse processo estava atrelado ao esforço de promoção social. Assim, no ano de 1737 pedia sua habilitação como Familiar do Santo Ofício. A nomeação para Familiar do Santo Ofício era signo de distinção social. O que significa não apenas riqueza material, mas inclui capital simbólico. Como anteriormente mencionado, em Lisboa os mestres de ofício tinham um lugar social de destaque. Mas, apesar disso, não estavam no topo da hierarquia social. E mais, acabavam lidando com estigmas associados ao trabalho mecânico que relativizavam seu lugar social.¹² Em Belém Elias deixa de lado o ofício e passa a viver de suas

¹² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*

roças e do trabalho de seus escravos e da utilização da mão-de-obra indígena. Várias vezes foi citado pelas testemunhas da habilitação de Elias, que este possuía escravos; que era uma forma também de distinção social.

Considerando o gráfico da ocupação das testemunhas convocadas pelo Santo Ofício, em Portugal e no Grão-Pará, podemos analisar rapidamente mudanças nas redes de sociabilidades que se atrelavam a Elias e a sua família. Se não vajamos: Em Portugal o número de testemunhas é bem maior (33 testemunhas). E o era por serem as testemunhas convocadas também para falar de gerações passadas de Elias – tanto pelo lado materno quanto paterno. E efetivamente mostra a profundidade das raízes familiares em Portugal. Em Belém, por estar pouco mais de quatro anos na cidade, o número de conhecidos de Elias e de sua família era menor (12 testemunhas).

GRÁFICO 1. Elias Caetano Mattos – Sociabilidade



Fonte: Habilitação do Santo Ofício de Elias Caetano de Mattos, 1736. DGARQ/TT, maço 1, doc. 3

Em Portugal basicamente o grupo maior de informantes estava classificado como sem ofício. Mas, no geral, os depoentes arrolados eram mestres de ofícios. Os ofícios eram variados e não se resumiam aos espingardeiros, mas efetivamente demonstram que existia uma sociabilidade entre os mestres e que em última instância não se resumia ao ofício específico. A base de apoio para a investigação da vida de Elias e de sua família em Portugal foi os mestres de ofícios. Esse perfil muda quando acompanhamos Elias em Belém do Pará.

No Pará Elias mostra uma intimidade maior com negociantes e com negociantes que eram capitães de navio. Estes últimos eram homens que viviam intensamente o Atlântico como fronteira de dois mundos, e na navegação ganhavam força para se aproveitarem do comércio. Elias havia se casado com uma

esposa cuja família já era natural da terra e monopolizava pequenos cargos administrativos no Maranhão (Tapuitapera) e no Pará (Belém). No entanto seu círculo de sociabilidade não inclui um número significativo administradores locais ou membros de uma elite local. Suas testemunhas, ainda eram na sua maioria homens de fronteiras... pessoas que ainda tinham os pés em Portugal. O que pode em parte justificar o empenho de Elias para se habilitar como Familiar: já tinha fortuna, mas não inserção política.

Mas, deixemos agora de lado Elias e nos encontremos com nosso outro imigrante que partiu de Portugal e aportou em Recife e no Ceará.

João Pinto Martins

João Pinto Martins fez fortuna entre Pernambuco e Ceará.¹³ Sua morada cearense era vila de Aracati. Esta vila foi o mais importante pólo produtor de charque da capitania, e teve seu porto como destacado veio comercial na entrada de produtos para o Sertão.¹⁴ A base da economia da vila era as *oficinas de charque*, que não só influenciaram a dinâmica econômica, mas também deixavam marcas profundas no cotidiano dos moradores. O cenário da vila era marcado por ossos nas portas das residências¹⁵, um grande número de *oficinas de carne* se espalhando pelo porto e interior da vila, quintais das casas com mantas de carne sobre estacas e expostas ao sol, um cheiro forte de carne e couro que impregnava o dia e a noite dos moradores e uma imensa quantidade de mosca que vinha atraída pelas *sobras das oficinas* e acabavam invadindo as moradas, as lojas e até mesmo as missas.

Apesar de possíveis inconvenientes causados pelo criatório e produção de charque, a produção pecuarista significou a base da economia do Sertão do Ceará. Embora a produção açucareira tenha dado um impulso inicial para a expansão do criatório de gado, a pecuária cresceu em importância dentro da economia brasileira justamente na contração da exportação do açúcar. A rentabilidade do plantio da cana começou a decair a partir da segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII. Esse fato foi engendrado pela conjuntura externa desfavorável ao preço do açúcar, como também pelo fortalecimento da atividade mineradora que era mais atraente para o investimento de capital. A pecuária se beneficiava dos capitais menores e tinha sua expansão acentuada, o couro produzido no Nordeste ganhava crescente fatia do mercado externo. Esse comércio atlântico começou a definir em fins do século XVII.¹⁶ Ou seja, João Pinto Martins, que tinha lojas, barcos e *oficinas de carne* em Aracati, usufruiu o desenvolvimento da exportação de couro e charque durante toda a segunda metade dos Setecentos, e fizera fortuna com um sistema que envolvia a entrada de produtos no Sertão

13 A trajetória dos Pinto Martins foi analisada com mais detalhe em: VIEIRA JR., Antonio Otaviano. "De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetórias dos Pinto Martins (1749-1824)". *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 16, nº 30, dez. 2009, p. 187-214.

14 VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: história da família no Sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/São Paulo: Hucitec, 2004.

15 Os ossos eram fervidos até a extração do *tutano*, para fabricação de manteiga.

16 RIBEIRO JR., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 145.

cearense (através do porto de Aracati), a produção de charque e a exportação de mantas de carne salgada e de couros para Recife.

Com o dinheiro do charque João Pinto Martins e seus irmãos (que vieram também de Portugal para morar entre Aracati, Recife e Mossoró) construíram significativo cabedal, e deram início à empreitada para a família ocupar um novo lugar social; esse esforço deveria conjugar a acumulação de patrimônio material e a manipulação de títulos, patentes, mercês e cargos. Empenhados em pertencerem ao corpo leigo habilitado pela Inquisição, e atestarem uma suposta *limpeza de sangue*, os quatro irmãos solicitaram ao Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício a nomeação como Familiares. As elites sociais no Brasil procuravam alcançar signos de distinção social definidos pelo centro do Império, e o estatuto de *pureza de sangue* passava a ser arma *nas lutas pelo poder de classificar os indivíduos esgrimidas no campo da genealogia*.¹⁷O que nos faz entender parte da trajetória de João Pinto Martins dentro de um contexto específico de promoção social, e a importância de signos genealógicos nesse cenário.

Ainda em Portugal, a família Pinto Martins enfrentou um significativo processo de empobrecimento. A vida no norte lusitano – no início do século XVIII – era entrecortada por atividades agrícolas, pela venda de serviços, por construções de pequenas tabernas e por fugas para o Brasil. Assim, as falas das testemunhas, revelam disparidades da vida dos Pinto Martins entre a metrópole e a colônia, entre pobreza e riquezas, entre os servos da terra e ricos comerciantes, entre a agricultura e o comércio.

Iniciemos com a trajetória de bisavós, avós e pais de José e de seus outros três irmãos. O objetivo é compreendermos esse grupo familiar, na sua origem em Portugal e na sua efetivação no Brasil, lugares onde a investigação dos antepassados era um elemento fundamental de hierarquização na escala social. A primeira referência nos remete mais especificamente a freguesia de Freamunde, então Bispado de Penafiel. Uma vila pequena do norte de Portugal, que não se impunha pelo desenvolvimento de suas estruturas urbanas, mais por uma dispersa população que vivia em casas isoladas e abertas para seus quintais cobertos por plantações de milho e de vinha. Além da agricultura, no geral, outra atividade ganhava destaque: o pastoreio. Nas residências mais isoladas a vida se arrastava, e as famílias reunidas se fortaleciam em dietas enriquecidas por gordura animal e por goles de cerveja e cidra.¹⁸ Lá moravam Manoel Martins e Maria Coelha (bisavós maternos de João) um casal que pouca referência teve durante a habilitação, mas, que de qualquer forma não se destacava pelo cabedal que possuía. Eram pobres, e provavelmente viviam da lavoura. Esse casal teve dois filhos. Um chamava-se Agostinho Martins, e o outro, que nos interessa mais prontamente, era Antonio Martins (avó de João).

Logo Antonio Martins deixou as terras onde nascera e fora morar em Meixomil, também freguesia de Penafiel. Lá casou com Maria Ferreira e o casal passou a sobreviver de uma taberna que possuíam, ou seja, eram vendeiros. Pois bem, do casal Antonio e Maria nasceram dois filhos. Um

17 MONTEIRO, Nuno. *Elites e Poder*. Lisboa: ICS, 2003, p. 135.

18 Cf: <http://www.jf-freamunde.pt/historia.html>. Acesso em: 20 mar. 2009.

chamava-se, como o pai, Antonio Martins, que continuou morando na região e vivia de fazer e concertar tamancos. A outra filha, e é esta que nos interessa, chamava-se Catarina Martins (mãe de João).

Catarina casou com João Pinto (pai de João). Era ele homem pouco instruído, que deixara suas terras de origem na freguesia de Santa Eulália de Passos para morar em Meixomil. Lá viveu das jornadas de seu trabalho que exercia como cavador de poços, ou atendendo os termos da época: *mineiro d'agua*.

A família de João Pinto era, também, de origem pobre, vinha em franco processo de pauperização: seus pais eram lavradores, e foram obrigados a vender a propriedade. Na documentação não fica claro o motivo da venda, mas é expostas pelas testemunhas suas consequências: para continuarem lavrando a terra acabaram como caseiros da propriedade que possuíam, ou seja, perderam a terra e passaram da posição de pequenos proprietários para moradores; empregados da terra.¹⁹ Os detalhes referentes a família paterna de João Pinto Martins são menos precisos do que os do lado materno, mas as testemunhas também destacam a origem pobre de seu pai e avós.

Do casamento de João Pinto e Catarina Martins nasceram quatro filhos: João, Bernardo, Antonio e José Pinto Martins. Todos pisaram e trabalharam no Sertão da capitania do Ceará. O primeiro deles foi João Pinto Martins, que deixara Meixomil com 10 anos de idade. Fora criado por Domingos Pinto Lobo, homem solteiro e que o embarcara pessoalmente para as terras brasileiras. Ao chegar ao Brasil também não encontrou parentes para recebê-lo, foi obrigado a aprender sozinho a lidar com o “Novo Mundo”. Assim, começou em terras brasileiras a saga dos Pinto Martins, que de netos de taberneiros e caseiros, filhos de jornaleiro passaram ao patamar de ricos comerciantes e Familiares do Santo Ofício.

Assim como fizemos com Elias Caetano de Mattos, a análise da sociabilidade de João Pinto Martins e sua família foi ancorada nas testemunhas da habilitação. No caso do irmão mais velho, João Pinto Martins, num processo que ocorreu no ano de 1774, as testemunhas apresentaram uma origem social semelhante. Nesse caso foram ouvidas em Portugal 35 testemunhas, e destas 12 eram lavradores, 13 eram mulheres e por isso não tiveram o ofício declarado, um era jornaleiro, outro era tamanqueiro, três eram padres, um alferes e cinco não tiveram o ofício declarado ou era ilegível. No geral, as testemunhas se enquadravam em estamentos sociais distantes da nobreza e das atividades comerciais ou militares (salvo o único alferes). Já em Recife e Aracati foram ouvidas seis testemunhas, das quais quatro eram Familiares habilitados, quatro eram comerciantes, um era padre e o outro licenciado.

João Pinto Martins tinha mudado de grupo de convívio, demonstrando apoio de membros de uma elite local, comercial e que tinha a legitimidade associada ao Santo Ofício.

Considerações finais

Trabalhamos fundamentalmente com dois documentos: as habilitações Familiar do Santo Ofício de Elias Caetano de Mattos e João Pinto Martins – o que pode ter imposto limites pela redução

¹⁹ Toda a trajetória da família Pinto Martins em Portugal foi construída através da habilitação de João Pinto Martins. DGRQ/IANTT, Habilitação de Familiares, maço 157, doc. 1267.

da matriz discursiva. No entanto, a variedade de informações contidas na documentação, a amplitude cronológica abarcada pelo testemunho dos inqueridos, e a diversidade de fontes paroquiais arroladas aos processos analisados nos possibilita um olhar acurado.

O que fizemos, a guisa de um ensaio de pesquisa, foi comparar a história familiar de dois imigrantes portugueses, que tinham em comum o fato de serem habilitados como Familiares do Santo Ofício. Por outro lado, haviam partido de lugares sociais e geográficos diferentes de Portugal. Elias poderia ser enquadrado no que chamamos genericamente de grupos sociais intermediários. João estava na base da pirâmide social, com uma família que vivia um processo de empobrecimento. O primeiro vivia entre a vila de Óbidos e Lisboa, e o segundo em Meixomil no norte de Portugal.

Escolheram regiões diferentes para aportarem, e chegaram com diferentes possibilidades de inserção. Elias escolhera o Estado do Grão-Pará e Maranhão, investiu em roças e escravos. Trazia de Portugal o ofício de espingardeiro. Enriqueceu rapidamente, e só casou após conseguir algum cabedal. Sua esposa trazia na história da família a “mácula” de índio. Após a habilitação Elias “sumiu” da documentação, e a pesquisa feita no Arquivo Ultramarino e na Torre do Tombo não revela nenhum documento relacionado ao seu nome pós habilitação. O que pode ser indício que apesar da posse, ele não galgou voos mais ousados na administração e na economia de Belém.

Já João Pinto Martins conseguiu enriquecer de maneira mais imponente. Chegou á Recife com apenas 10 anos de idade. Não tinha profissão, e só conseguiu iniciar a exploração da pecuária após o casamento. Sua esposa o lançou num grupo de Familiares e comerciantes, que sedimentaram as iniciativas comerciais de João. Por exemplo, seu primeiro sócio era casado com uma das irmãs de sua esposa – e posteriormente um irmão de João Pinto Martins casará com a outra irmã da esposa. Mesmo pós habilitação, ele e seus irmãos continuaram aparecendo em mercês, ofícios, cartas, contratos de dízimos... um homem muito próximo das instâncias administrativas da vila de Aracati no Ceará.

Tais comparações geram mais perguntas que respostas. Mas, a definição do problema é o porto de partida de qualquer pesquisa. Podemos pensar como se cruzam as demandas macro sociais e as contingências individuais que marcam a trajetória dos imigrantes e de seus parentes. Outro ponto que merece ser repensado é a escolha do lugar para se imigrar, que elementos compõem essa opção. Mais especificamente podemos pensar como a idade do imigrante se articula com essa escolha. Por outro lado no lugar de chegada, quais os mecanismos de inserção social adotados pelos imigrantes portugueses? Qual a importância do casamento, como ocorre a composição do mercado nupcial?... muitas perguntas, que não podem ser respondida apenas por um patamar. Temos que reconhecer as diferenças na cronologia da imigração, por exemplo, imigrar para a América portuguesa no início do século XVIII é diferente de chegar no final do século. E ao mesmo tempo podemos cair na armadilha de achar que existe um padrão de imigração para o Brasil, sem que consideremos as diversidades das regiões “brasileiras” que recebiam os imigrantes. Entre Elias e João um mar de possibilidades migratórias emerge, e valoriza a articulação entre estudos seriais e análises de trajetórias individuais.

Em torno da emigração açoriana para o Brasil: diferentes leituras e problemáticas

Susana Serpa Silva

Universidade dos Açores

“A emigração colectiva no seu genérico sentido, como quase todas as coisas, nem é absolutamente um mal nem absolutamente um bem. Pode ser um bem ou um mal, conforme as condições em que se efectua, as causas de que provem e os efeitos que produz”.

Mendes Leal

Introdução

A GRANDE VAGA DE EMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA de gentes dos Açores com destino ao Brasil, ocorrida ao longo do século XIX, suscitou diversas posições por parte das autoridades locais e de alguma opinião pública.

Se determinadas perspectivas eram mais pessimistas, entendendo a emigração insular como um mal, potencialmente causador de escassez de mão-de-obra; outros olhares encaravam este fenómeno como natural e necessário ao equilíbrio social do arquipélago e, acima de tudo, como um direito inalienável do cidadão livre. No entanto, a prevalência destas posições dependia da conjuntura socioeconómica dominante.

Num trabalho anterior, que elaboramos e publicamos em parceria com Carlos Cordeiro, já fizemos notar esta problemática.¹ Por meados da centúria, quando a situação económica insular não era muito preocupante, graças ao incremento da exportação da laranja micalense e terceirense, a emigração para o Império do Brasil era considerada perniciosa por retirar às ilhas muita da mão-de-obra necessária ao trabalho da terra e das quintas. Contudo, no último quartel da centúria e depois do declínio da economia da laranja, com acrescidas dificuldades económicas, as autoridades tendem a

¹ CORDEIRO, Carlos; SILVA, Susana Serpa. “Perspectivas sobre a emigração açoriana no século XIX”. In: FONSECA, Maria Lucinda (coord.). *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Actas da Conferência Internacional*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2010, p. 327-345.

tornar-se mais liberais para com este fenómeno, começando a avultar opiniões favoráveis à emigração vista, então, como um escape para os excedentes populacionais.²

Neste trabalho, valendo-nos essencialmente de relatórios das Juntas Gerais e dos Governadores Civis dos distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, procuraremos aprofundar um pouco mais esta dualidade com que era encarada a emigração açoriana para o Brasil, ainda que no tocante às saídas clandestinas o repúdio das autoridades fosse unânime. A maior preocupação dos governantes insulares — e nacionais — prendia-se com a emigração ilegal, o que, aliás, é bem visível na própria legislação em vigor por meados do século XIX, assim como nas páginas da numerosa imprensa local.

A análise das posições das autoridades permite-nos abordar diferentes problemáticas em torno de um fenómeno verdadeiramente avassalador e que, tanto no séc. XIX, como em estudos mais modernos, sempre foi atribuído à excessiva pobreza, à exiguidade dos solos, ao crescimento populacional, enfim, às questões de sobrevivência económica, nas quais se incluía o arcaico sistema da propriedade. Tudo isso, porém — afirmam Eduardo Brito Henriques e Alina Esteves —,

será insuficiente para explicar a forte “cultura de emigração” que se gerou nos Açores; a essas razões, que remetem mais directamente para uma ‘necessidade’ de partir, deve juntar-se depois ainda o facto de, por causa da (...) focalidade insular, também haver nas ilhas especiais “oportunidades” de saída, o que assim, historicamente, sempre terá funcionado como um factor de geração de importantes fluxos emigratórios.³

É um facto que as ilhas, pela sua centralidade atlântica, se tornaram, desde os primórdios do povoamento, autênticas placas giratórias de pessoas e mercadorias, o que nos leva a questionar se essa vontade e possibilidade de partir se circunscreveu apenas aos grupos sociais mais necessitados e desfavorecidos. Sendo certo que a emigração açoriana com destino ao Brasil, constituiu um fenómeno indissociável das limitações e das vicissitudes do meio insular, abrangendo por isso os escalões populacionais mais pobres e carenciados, não será, todavia, despidendo o número daqueles que, pertencendo a estratos sociais mais favorecidos, e até com alguma instrução e cultura, optaram também pela demanda de outras paragens. Apesar de já se poderem contar muitos estudos sobre a emigração açoriana, ainda urge aprofundar a análise sociológica dos grupos de emigrantes. Da análise quantitativa tem-se obtido excelentes resultados, mas na interpretação qualitativa ainda há muito por fazer, pelo que, em nosso entender, os *case studies* assumem enorme relevância para uma melhor dissecação do fenómeno e(i)migrante.

2 *Ibidem*, p. 337-338.

3 HENRIQUES, Eduardo Brito; ESTEVES, Alina. “As ilhas como pontos focais no espaço das migrações: práticas transnacionais na emigração açoriana”. In: FONSECA, Maria Lucinda (coord.). *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Actas da Conferência Internacional*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2010, p. 283.

Olhares das autoridades sobre a emigração açoriana para o Brasil

Ao longo do século XIX, as autoridades do arquipélago dos Açores encararam com alguma apreensão os grandes fluxos emigratórios que debandavam as ilhas, especialmente com destino ao Império do Brasil. Alguns governadores civis chegaram a roçar um exacerbado pessimismo ao vaticinar que se não se pusesse cobro às torrentes de emigração, estas ameaçavam despovoar as nove ilhas.⁴

No decurso dos anos 60, por exemplo, o Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada, Félix Borges de Medeiros era bem contundente ao afirmar ser aquele um tempo de verdadeiro “furor da emigração para o Brasil”, estando o hábito de emigrar transformado num ideal bem arreigado entre o povo açoriano.⁵ Todavia, também entendia que não se devia generalizar, pois a realidade de um distrito podia ser bem diferente da de outro. Para isso, bastava existir trabalho para jornaleiros e operários e logo o número de emigrantes diminuía.⁶

Se do ponto de vista económico, a emigração correspondia à “exportação de trabalho”, do ponto de vista social podia ser encarada como um benefício, logo que a terra de origem não permitisse a prosperidade e assim não resultaria “necessariamente o empobrecimento das forças produtivas desse país”. Aliás, as receitas avultadas provenientes dos núcleos de emigrantes representavam uma mais-valia em nada despicienda e que, amiúde, permitia equilibrar as finanças locais. Segundo o secretário geral do Distrito de Angra do Heroísmo, mais tarde governador civil, Gualdino Gouveia Valadares, apenas entre 1867 e 1873 calculavam-se em mil contos de réis as remessas enviadas para a ilha Terceira, além claro, de algumas fortunas de passageiros regressados.⁷

Numa análise mais detalhada do fenómeno emigratório açoriano, em 1875, Gouveia Valadares considerou terem existido duas fases distintas: a primeira a que chamou de “emigração mercantil” e que se desenvolvera por meados da centúria, fora muito benéfica para o arquipélago, uma vez que do Brasil provinham inúmeras riquezas e avultados capitais que ajudaram a desenvolver a economia insular. Além disso, tratava-se de uma emigração preferencialmente masculina e celibatária que, quase sempre, implicava um processo de retorno, com renovado benefício local. Uma segunda fase, iniciada na década de 70 (período do declínio da laranja), arrastara para território brasileiro uma fortíssima corrente de “emigração agrícola” — conforme designou — levando, pois, muita força de trabalho braçal e sem o esperado retorno de remessas e fortunas. Pelo contrário, muitos emigrantes acabavam por sofrer duras privações, vindo a ser afectados por graves problemas de saúde e por epidemias,

4 *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na Sessão Ordinária de 1874 pelo Governador Civil Francisco d'Albuquerque Mesquita e Castro.* Angra do Heroísmo: Tip. do Governo Civil, 1874, p. 16.

5 *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada em 1859 feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade pelo Governador Civil Félix Borges Medeiros.* Ponta Delgada: Tip. das Letras Açorianas, 1859, p. 15-16.

6 *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade em 1862 pelo Governador Civil Félix Borges Medeiros.* Ponta Delgada: Tip. das Letras Açorianas, 1862, p. 10.

7 *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1873 pelo Secretario Geral servindo de Governador Civil, Gualdino Alfredo Lobo de Gouvea Valadares.* Angra: Tip. Governo Civil, 1873, p. 23-24.

acabando por sucumbir precocemente naquelas paragens.⁸ Para contornar aquilo que se tornara “o desvario da emigração”, esta autoridade propunha que se fizesse retornar à pátria todos aqueles que o desejassem fazer, mas que estavam impedidos por falta de meios. Seriam estes os exemplos vivos dos *desaires* da expatriação, servindo então para demover os demais que procurassem aquele território.⁹

Esta política de propaganda dissuasora já há muito era posta em prática por alguma imprensa açoriana. Desde meados do século, diversas páginas de jornais conferiam grande destaque às vicissitudes da emigração para o Brasil, salientando os casos de insucesso e as muitas decepções resultantes, sobretudo, dos embarques clandestinos que motivavam múltiplas formas de exploração então designadas como “escravatura branca”.¹⁰ O infortúnio, a miséria e a doença eram os argumentos esgrimidos para mitigar os anseios emigratórios açorianos, ainda que muitos relatos dramáticos correspondessem, de facto, à realidade então vivida pelo imigrante braçal açoriano no Brasil.

Se alguns governadores civis se mostravam mais inconformados, para os membros da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada — órgão de administração distrital — a emigração era um “facto permanente nos Açores”, que resultava da elevada densidade populacional em algumas ilhas. Daí, pois, uma certa resignação dos seus membros perante um fenómeno que se afigurava como impossível de controlar, nem mesmo através dos então designados “meios indirectos”, como a criação de empresas industriais, de bancos rurais, de obras públicas, pois estes ou não se concretizavam ou eram também impotentes para travar os fluxos emigratórios. Para a Junta Geral, a emigração nunca cessaria enquanto não fosse alcançado o equilíbrio entre a produção e o trabalho, e, portanto, a única necessidade que se impunha era a de aproveitar esta realidade, promovendo a colonização das províncias despovoadas do reino e das possessões ultramarinas portuguesas.¹¹ Ainda em 1882, em plena conjuntura recessiva, os membros da referida Junta Geral continuavam a defender que a emigração legal não era assustadora atendendo à abundância da população insular, voltando a insistir — naquela que não passou de uma figura de retórica — que o único mal era não aproveitar esses braços em benefício da África portuguesa.¹²

De facto, em épocas de maior constrangimento económico não convinha às autoridades insulares travar os fluxos de emigração legal. Nem era legítimo fazê-lo, em qualquer que fosse o período. A emigração era um privilégio confirmado pela própria Carta Constitucional que concedia o direito de saída do reino a todos os cidadãos, desde que em conformidade com as leis e os regulamentos em vigor.¹³ Sob a égide de uma Monarquia Constitucional, de pendor liberal, seria um paradoxo impedir

8 *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1875 pelo secretario geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*. Angra: Tip. do Governo Civil, 1975, p. 30.

9 *Ibidem*, p. 31.

10 Veja-se, por exemplo, *O Açoriano Oriental*, das décadas de 40 e 50.

11 “Consulta da Junta Geral d’este Distrito”. *Jornal de Notícias*, nº 275, 2 de maio de 1875.

12 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD) – Fundo da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada (FJGDPD), *Livro de Actas das Sessões da Junta Geral, 1882/1886*, Sessão de 19 de maio de 1882, fl. 24.

13 “Qualquer cidadão pode conservar-se, ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens; guardados os Regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiro” (*Carta Constitucional*, Título VII, art. 145, par. 5º).

a emigração enquanto expressão de um direito individual, mesmo que pelos seus índices muito elevados representasse motivo de preocupação.

Portanto, competia às autoridades controlar, reprimir e combater somente a emigração clandestina, ou seja, aquela que era feita à revelia da lei. Já referia o governador civil de Angra do Heroísmo, Francisco Mesquita e Castro, que a grande prioridade residia no combate à emigração ilegal, pois a outra, a legal, não era sequer justo que fosse impedida. Aliás, os meios para o fazer eram escassos: por um lado, a persuasão, que tinha poucos resultados práticos; por outro, a melhoria das condições de vida das classes operárias, (através, por exemplo, da diminuição de tributos e rendas de casa e do aumento das obras públicas como forma de garantir emprego¹⁴), o que era irrealizável.

Para o governador Gualdino Gouveia Valadares, enquanto a emigração oficial correspondia a um direito constitucional inalienável, não se podendo “embaraçar a liberdade individual que tem todo o cidadão de tentar fortuna onde quiser”¹⁵ a clandestina era assaz perniciosa pois através de meios ilícitos de aliciamento, suscitava inúmeros riscos e perigos para os incautos emigrantes. Por isso este governador (e outros) recorria, sempre que pertinente, à colaboração das autoridades eclesiásticas. Através das suas pastorais, o Bispo da Diocese encarregava-se de exortar os párocos a usarem do poder da palavra e do púlpito para alertarem os cidadãos contra os engajadores e as redes de emigração clandestina.¹⁶

A Igreja manteve sempre uma visão muito negativa sobre a emigração ilegal, estendendo, por vezes, a sua reprovação ao fenómeno emigratório em geral, porque associado a ambições materialistas. Assim, dentro dos valores espirituais, os membros do clero procuravam evitar a “cegueira” provocada pelas miragens das riquezas terrenas, fazendo valer a ideia de que: “a fortuna não é coisa própria de algum país especial, mas está aqui mesmo junto, dentro até de cada pessoa, pois consiste em ser virtuoso, temente a Deus Nosso Senhor (...). E não é preciso sair da pátria para O encontrar”¹⁷

Por outro lado, ainda que a Igreja açoriana afirmasse não pretender privar ninguém da sua liberdade, cumpria-lhe o dever de instruir e avisar os fiéis, para evitar toda a sorte de desgraças. De resto, incutir o amor pela “abençoada” terra natal e algum sentimento de culpa face à ingratidão do seu abandono eram igualmente objectivos das pastorais.¹⁸ Ao lado das autoridades civis, o Prelado da Diocese condenava os engajadores, “esses homens maus cidadãos, que não duvidarão iludir e vender os seus irmãos”¹⁹

No cômputo geral, os Governadores Cívicos estavam cientes de que as saídas ilegais constituíam “mais do dobro” das saídas com passaporte, manifestando o seu profundo desagrado pela impunidade que se verificava em virtude da falta de meios de fiscalização e do “inaudito descaramento” com que se transgrediam

14 Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na Sessão Ordinária de 1874... *op. cit.*, p. 15.

15 Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1873... *op. cit.*, p. 22.

16 *Ibidem*, p. 22.

17 Circular. In: *Boletim do Governo Eclesiástico*, tomo I, nº 6, fev. 1873.

18 Pastoral. In: *Ibidem*.

19 Circular. In: *Ibidem*.

– por parte de traficantes e do povo – as leis e os regulamentos policiais.²⁰ Ainda assim, por volta de 1873 e no tocante ao Distrito de Angra do Heroísmo, as autoridades civis estavam convictas de que a emigração ilegal persistia para os EUA, mas já não tanto para o Brasil, apesar de continuar a ser o destino maioritário. Havia uma maior fiscalização e os navios ofereciam melhores condições, pelo que os passageiros embarcavam livres e não sujeitos a contratos humilhantes. No que concerne ao Distrito de Ponta Delgada, Félix Borges de Medeiros proclamava, — um tanto demagogicamente —, a retracção da emigração clandestina para o Brasil desde 1863-64, graças, sobretudo, à melhoria da fiscalização nos portos brasileiros.²¹

No entanto, sobrelevava outro tipo de preocupações. Se durante décadas, predominou a emigração masculina e celibatária, propiciada pelos mancebos refractários ao serviço militar que saíam com destino ao Brasil, por meados de oitocentos, dizia-se que partiam muitas mulheres açorianas para os prostíbulo do Rio de Janeiro. Ramalho Ortigão, no décimo volume de *As Farpas*, refere-se a este assunto com toda a clareza:

Os Açores são a parte do país que exporta maior número de mulheres. Estas mulheres são escrituradas ao chegarem ao Rio de Janeiro, muitas delas a bordo mesmo dos navios que as transportam. Escolhem-se pelo aspecto físico: uns preferem as louras, outros as morenas. As mais bonitas são as que se acomodam mais depressa. Os fazendeiros encomendam-nas do interior aos seus correspondentes: ‘quando chegar o paquete próximo mande-me duas caixas de vinho do Porto e uma *ilhoa* gorda, de dezoito anos e olho preto.’²²

O receio de que muitas jovens donzelas acabassem enredadas nas malhas da prostituição, não seria de todo infundado. A política de atracção de imigrantes perpetrada pela Companhia Brasileira chegou a oferecer passagens gratuitas a todas as jovens solteiras menores que partissem sózinhas, sem família. Tal medida causou, por exemplo, a maior preocupação às autoridades administrativas do concelho de Vila Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, atendendo aos riscos que correriam muitas das jovens que emigravam nessas condições.²³ De facto, Sacuntala de Miranda demonstrou que emigravam muitas mulheres açorianas, algumas na companhia dos maridos, é certo, mas outras sozinhas, solteiras ou viúvas,²⁴ cujo destino bem podia configurar futuros de exploração sexual de

20 *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada em 1859... op. cit.*, p. 16.

21 *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada relativo ao ano económico de 1863-1864 pelo Governador Civil Félix Borges Medeiros*. Ponta Delgada: Tip. da Persuasão, 1865, p. 13-14.

22 *Apud* AGUIAR, Cristóvão de. *Alguns dados sobre a emigração açoriana*. Separata de *Vértice*. Coimbra, 1976, p. 15.

23 A lei civil, na ausência do pai, conferia à mãe o pleno exercício do poder paternal em relação aos filhos menores o que, todavia, não englobava autorização para emigrarem para país estrangeiro. Por isso, era preciso apertar a vigilância, ainda mais, quanto à emigração clandestina. Biblioteca Pública e Arquivo Municipal de Vila Franca do Campo (BPAMVFC) – Série Administração do Concelho, Livro 372, *Registo dos Ofícios dirigidos ao Governador Civil, 1888/1891*, “Ofício nº 111, de 8 de outubro de 1890”, fls. 80-80v.

24 Veja-se SILVA, Susana Serpa. “Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de trinta a meados da

que suspeitavam não só as autoridades civis, como alguma imprensa de filiação religiosa. A propósito da emigração feminina declarava o jornal *O Católico*, em 1877: “Que o diga a degradação a que estão sendo reduzidas tantas donzelas que de entre nós partiram honestas e dignas”.²⁵

Nos finais da centúria, com o incremento da emigração com destino ao Brasil, outra inquietação fez-se sentir junto das autoridades açorianas. Desta vez, a questão prendia-se com a tendência, cada vez maior, de naturalização que levava a que muitos açorianos e portugueses, em geral, não regressassem mais à sua terra natal, renunciando, desde logo, a qualquer projecto de retorno. Ainda assim, esta nova realidade suscitou uma dupla leitura. Se o desaparego às origens podia ser pernicioso, por outro lado, o aumento de portugueses radicados no Brasil, podia transformar este país num dos maiores mercados de importação de produtos portugueses, logo a seguir à Inglaterra. Desta forma, continuariam a retirar-se dividendos da emigração que, no entender de Gualdino Gouveia Valadares cada vez mais resultava não de condições de miséria, de fome, de falta de trabalho ou de subida de preços, mas sim do “desejo imoderado de adquirir riquezas” e pelas condições de vida que o Brasil tinha para oferecer.²⁶

Ora, perante este raciocínio, devemos colocar uma outra questão: será que o desejo de enriquecer ou de beneficiar das condições de vida que o Brasil prometia era algo que se circunscrevia apenas aos miseráveis trabalhadores braçais?

A análise sociológica dos fluxos emigratórios: os *case studies*

A ideia de que os fluxos da emigração portuguesa para o Brasil eram compostos, na esmagadora maioria, por pessoas de baixa qualificação e trabalhadores braçais que, primeiro se destacaram no comércio e mais tarde na agricultura, remonta ao próprio século XIX. Já defendia Silva Viana, em 1898, que ao contrário de África: “O Brasil precisa de braços; principalmente de quem se dedique aos trabalhos rurais e agrícolas, às tarefas da lavoura. Cabeças e esplêndidas existem lá muitas. Ilude-se, quem duvidar do movimento intelectual do Brasil”.²⁷

Sem duvidar das palavras citadas que, afinal, são corroboradas pela maioria dos estudos sobre emigração para o Brasil, não podemos deixar, porém, de atender ao que nos é dado observar a partir das fontes. *Grosso modo*, até ao último quartel do século XIX os registos de passaportes, nas sedes dos três distritos açorianos, eram bastante sumários, omitindo, a maioria das vezes, a profissão dos requerentes. A omissão desta informação impede uma clara e total percepção do nível socioeconómico dos emigrantes, por vezes inferido do sobrenome de família ou da ausência deste. Ainda que os condicionalismos que suscitavam os grandes fluxos emigratórios insulares, elencados em múltiplas outras fontes, comprovem que os contingentes de emigrantes eram constituídos pelos grupos sociais

centúria)”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009, p. 389.

²⁵ *O Católico*, Angra, 5 de setembro de 1877.

²⁶ *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1875... op. cit.*, p. 32-33.

²⁷ VIANA, Silva. *Brazil e Portugal*. Lisboa: Tip. Moderna, 1898, p. 65.

mais desfavorecidos, ou seja, por trabalhadores manuais, gente pobre e analfabeta, na realidade desconhece-se, com precisão, o verdadeiro tecido social da emigração açoriana.

Mesmo que em número menos significativo e, portanto, sem configurar uma emigração massiva, também eram impelidos a embarcar, por motivos económicos ou pessoais, membros de uma pequena burguesia urbana, entre lojistas, caixeiros, pequenos comerciantes, escriturários ou homens de ofício especializado, com o intuito de, pelas suas habilitações, alcançarem um futuro mais promissor e de plena cidadania entre a sociedade brasileira — conforme notou Carlos Guilherme Riley.²⁸

Já no século XIX era reconhecido nas ilhas que pessoas de bom nascimento, índole e educação arriscavam a vida nas águas do Atlântico, por vicissitudes da vida.²⁹ É óbvio que a comunhão linguística e os laços de sangue e de costumes contribuíram e muito para que homens de letras, e se não mesmo intelectuais, rumassem ao Império do Brasil onde logravam integrar-se mais facilmente.

Ora, para uma caracterização mais profunda dos contornos sociológicos da emigração açoriana, entendemos serem necessários inúmeros estudos de caso, com base numa metodologia qualitativa, de aprofundamento de situações ou histórias individuais. Sublinhamos, pois, a afirmação de Maria Beatriz Rocha-Trindade:

Na verdade, cada migrante tem o seu próprio projecto de vida: muitos pensarão voltar, outros não; (...). Por outro lado, as condições de estadia no estrangeiro variam de país para país, sendo diferente a vida que se leva em cada um deles. E repare-se ainda que as razões que conduziram um emigrante a ausentar-se de Portugal não são as mesmas se ele veio do Algarve ou do Minho, das Ilhas ou da Beira Alta (...).

Todas estas questões passariam despercebidas se só encarássemos a emigração sob um ponto de vista nacional; deve completar-se essa análise com um estudo aprofundado de todas as realidades a nível regional, local e individual. Sob este ponto de vista, homens e mulheres deixam de ser simples números de uma estatística, passando a revestir toda a sua dimensão humana.³⁰

É a esta dimensão humana que nos referimos, na medida em que os *case studies* permitem traçar outras leituras da emigração açoriana com destino ao Brasil, como possibilitam também o estudo do fenómeno dos regressados, ou seja, daqueles que se mantiveram fiéis ao projecto de retorno e que contribuíram para relevantes mudanças sociais nas ilhas — ao originarem novas elites — desencadeando um fenómeno que, segundo José Guilherme Reis Leite, permanece descurado pelos investigadores.³¹

28 RILEY, Carlos Guilherme. “A emigração açoriana para o Brasil no século XIX. Braçais e intelectuais”. *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vol. VII, 2003, p. 149-150.

29 SILVA, Susana Serpa. *Op. cit.*, p. 278.

30 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Da emigração às comunidades portuguesas*. Lisboa, Edições Conhecer, s/d, p. 16-17.

31 LEITE, José Guilherme Reis. “Os regressados do Brasil como factor de mudança social nos Açores na 2ª metade do século

Não era raro homens de letras, cultos e formados, procurarem novas oportunidades além Atlântico, encarando o Brasil como terra de múltiplas promessas. Alguns casos que passaremos a relatar ilustram não apenas casos de uma emigração de intelectuais, mas a influência que vieram a exercer na terra de acolhimento. Ainda que a busca de melhores condições de vida não fosse despicienda — irmanando-os com os grandes caudais de emigrantes trabalhadores manuais — outros estímulos e condicionalismos levavam-nos a partir. Entre os diversos casos particulares que nos propomos analisar, começamos pelo de uma figura notável, hoje bastante esquecida e a merecer mais atenção e estudo, não obstante emprestar o seu nome a uma avenida paulista (Av. Padre Sena Freitas, no bairro Parque Artur Alvim), a uma rua de Jundiaí (Rua Padre Sena Freitas, bairro Jardim São Camilo), a uma rua do Rio de Janeiro (Rua Sena Freitas – S. Gonçalo – Bairro Columbande), a uma rua de Lisboa (Rua Padre Sena Freitas, na freguesia de Penha de França) e a um jardim da cidade de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, onde foi erecta uma estátua em sua memória (Jardim Sena Freitas).



FIGURA 1. Estátua do Padre Sena Freitas no Jardim com o mesmo nome em Ponta Delgada – S. Miguel (Açores).
Fonte: Manuel Carreiro, olhares.sapo.pt

xix". *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vols. IX-X, 2005-2006, p. 400. Neste artigo o autor, a propósito das profundas alterações verificadas na sociedade açoriana oitocentista, analisa três casos de emigrantes regressados do Brasil à ilha Terceira, sua terra natal: o de Francisco Coelho Nogueira, o de Vitorino de Sousa Lopes e o de Vitorino da Costa Reis.

Referimo-nos, pois, ao padre *José Joaquim de Sena Freitas*, grande orador eclesiástico, teólogo culto e austero, prolixo e multifacetado escritor. Segundo Ana Cristina Costa Gomes e José Manuel Fernandes trata-se de um nome grande da cultura portuguesa e brasileira, de finais do século XIX e princípios do séc. XX, que tem sido menos estudado do que merecia.³² Nasceu em Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, a 21 de julho de 1840 e faleceu no Rio de Janeiro, a 21 de dezembro de 1913. Laços de sangue uniam-no ao Brasil, pois o pai, Bernardino José de Sena Freitas, arqueólogo e historiador, era natural do Rio, sendo fidalgo da Casa Real. Casara com uma algarvia, oriunda de Tavira, D. Maria José de Brito Mascarenhas Veloso e Freitas e havia fixado residência em S. Miguel, depois de uma passagem pela ilha Terceira. A infância e adolescência do padre Sena Freitas foram passadas em S. Miguel, e na cidade de Ponta Delgada conviveu com importantes intelectuais, como Antero de Quental e António Feliciano de Castilho, amigo de seu pai. Depois da mãe falecer, viveu em Vila Franca do Campo até aos 15 anos, manifestando, desde muito cedo, vocação religiosa.³³



FIGURA 2. O pai do Padre Sena Freitas, Bernardino José de Sena Freitas. Fonte: Wikipedia

Em 1855 a família mudou-se para o continente e Sena Freitas prosseguiu os seus estudos no Seminário de Santarém e depois no de Coimbra. Em 1860, entrou no grande Seminário de S. Lázaro em Paris, onde se formou em Teologia e se ordenou presbítero. Mas, a sua paixão era a missão e foi com este propósito que viveu durante vários anos no Brasil, pregando e ensinando. Em 1865

32 GOMES, Ana Cristina Cardoso da Costa; FERNANDES, José Manuel Correia. “Duas cartas inéditas do Padre Sena Freitas”. *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vol. VIII, 2004, p. 261. Mediante a ausência de estudos sobre esta figura, os autores dão a conhecer a denominada Equipa Sena Freitas, formada na Universidade Católica Portuguesa, com o intuito de erguer vários projectos sobre a vida e a obra deste erudito padre.

33 Cf. *Ibidem*, p. 263. Veja-se também: DIAS, Urbano de Mendonça. *Literatos dos Açores (história)*. 2ª ed., org. de Lúcia Costa Melo. Vila Franca do Campo: Ilha Nova, 2005, p. 411.

tornou-se professor no Seminário Lazarista de Caraça, em Minas Gerais, onde foram reconhecidos os seus dotes pedagógicos. De 1870 a 1872 percorreu o Ceará e viveu algum tempo no Rio.³⁴

Contudo, problemas da saúde, fizeram-no abandonar a vida de missionário e regressar a Portugal. O seu interesse pelas ciências levaram-no a viver uns meses em Londres, todavia, em 1883 voltou novamente ao Brasil, fixando-se desta vez em S. Paulo. Primeiro leccionou no seminário, mas depois abriu um Colégio de ensino geral em Jundiá. Nas suas palavras “abrir as portas de uma Escola e[ra] abrir as portas da luz”. Além de pedagogo, distinguiu-se em S. Paulo como pregador. Porém, em 1889 fixou residência no Rio onde permaneceu até 1894.³⁵

Nesta ano, circunstâncias que desconhecemos fizeram-no voltar a Portugal, onde, graças aos seus méritos como pregador e escritor, foi feito Cónego da Sé de Lisboa. Ocupou então este lugar até à implantação da República, em 1910 e, por ser opositor do novo regime, regressou definitivamente ao Brasil, desta vez ao Rio de Janeiro, onde faleceu em dezembro de 1913.³⁶

Motivações religiosas, pedagógicas e políticas levaram este padre de origem micalense a partir, por três vezes, rumo ao Brasil. Viajou pela Europa e Oriente, sem nunca esquecer a ilha que o viu nascer, e considerando o Brasil como sua segunda pátria. Além disso, ao contrário do regime republicano português que lhe mereceu total repúdio, levando-o a regressar ao Rio de Janeiro, a república brasileira não se lhe afigurou tão adversa. Na sua obra, impressa em 1895, intitulada *Situação Actual do Catolicismo perante a República Brasileira*, Sena Freitas descreveu a instalação do novo regime no Brasil e a sua relação com a Igreja Católica, procurando comprovar que, ao contrário do que era ventilado na época, esta era uma relação amistosa e que nenhuma calamidade se abatera sobre o Catolicismo, porque a república que substituíra o Império não era “antinómica” com a Igreja.³⁷

Sena Freitas envolveu-se em diversas polémicas literárias e ideológicas, sendo notável o número de livros, de discursos, sermões, conferências e ensaios que publicou, de entre os quais não podemos deixar de salientar os seguintes:³⁸

- “O Catolicismo perante a Arte e a Arte perante o Catolicismo”, sermão pregado no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no estado de S. Paulo, a 25 de junho de 1888, por ocasião da inauguração do mesmo;
- “Sermão sobre S. João Baptista”, pregado na Igreja do Rosário da cidade de S. Paulo;
- “Sermão sobre a Igreja Católica defrontada com o Protestantismo”, pregado na cidade de Piracicaba, do estado de S. Paulo;
- “Sermão familiar sobre o respeito humano”, pregado na Vila do Canindé, no estado do Ceará;

34 GOMES, Ana Cristina Cardoso da Costa; FERNANDES, José Manuel Correia. *Op. cit.*, p. 264.

35 *Ibidem*, p. 265.

36 DIAS, Urbano de Mendonça. *Op. cit.*, p. 412.

37 *Ibidem*, p. 433.

38 Veja-se a colectânea *A Palavra do Semeador*. Lisboa: Livraria Editora, 1905, *apud ibidem*, p. 416 e ss. Veja-se também ANASTÁCIO, Vanda. *Antologia – Padre José Joaquim de Sena Freitas*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008.

- “Sermão familiar sobre a maledicência”, pregado no lugar de Sto. António de Sapatéri, no sertão da Província da Baía;
- “Oração fúnebre”, pronunciada na Igreja Matriz de Santos, por ocasião das solenes exéquias em honra do Conselheiro José Bonifácio de Andrade e Silva, senador do Império, doutor em Direito, lente jubilado da Academia de S. Paulo;
- “Discurso Fúnebre”, pronunciado na Igreja de S. Bento da Pauliceia (município do estado de S. Paulo) nas exéquias que a colónia portuguesa mandou celebrar por alma do Conde de S. Salvador de Matozinhos, João José dos Reis — enriquecido pelo comércio no Brasil — falecido em 1888;
- “Oração Fúnebre”, pronunciada na Catedral da Diocese de S. Paulo por ocasião das solenes exéquias mandadas celebrar, pela colónia portuguesa, por alma do rei D. Luís, em 1889;
- “Discurso Inaugural”, proferido na cerimónia de abertura do ano lectivo de 1890, no Seminário Episcopal de S. Paulo;
- “Discurso Inaugural pronunciado na instalação da Associação de Instrução Religiosa”, na cidade de Fortaleza, Ceará;
- “A Prostituição e a Caridade Católica”, discurso proferido na cerimónia de lançamento da primeira pedra do edifício das irmãs do Bom Pastor, destinado à regeneração de mulheres, na cidade do Rio de Janeiro;
- “Conferência sobre o sistema positivista de Augusto Comte”, proferida no Congresso Ginástico Português, no Rio de Janeiro, em 1893.

Anos depois da sua morte, a pedido das autoridades municipais de Ponta Delgada, os restos mortais de Sena Freitas foram trasladados para a ilha de S. Miguel onde chegaram a 4 de março de 1925 para repousar no cemitério de S. Joaquim de Ponta Delgada — fruto dos esforços da sociedade *Fraternidade Açoriana do Brasil* – de acordo com Mendonça Dias. Supomos que esta seria a associação mutualista *Sociedade Fraternidade Açoriana*, fundada no Rio de Janeiro em 1881 e registada em 1907 e 1912, conforme refere Vítor Marques da Fonseca.³⁹

Motivos de natureza política acabariam por levar até ao Rio de Janeiro, o terçeirense Tibúrcio António Craveiro, integrado no que podemos chamar os rumos do exílio político ou da emigração forçada. Nascido na cidade de Angra, na ilha Terceira, a 4 de maio de 1800, filho de famílias humildes, estudou humanidades e frequentou a aula de Teologia Moral, no Convento de S. Francisco, distinguindo-se como aluno. Tornou-se professor régio de instrução primária, advogando, desde muito cedo, os ideais liberais. Por eles foi perseguido e, por isso, em 1823 rumou a Inglaterra, ao encontro dos demais exilados políticos continentais. Porém, em 1826, partiria para o Rio de Janeiro onde se veio a afirmar como poeta, educador e historiador. Segundo Urbano de Mendonça Dias ele foi “um dos

39 FONSECA, Vítor Marques da. “Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920”. *Migrações*, Lisboa, ACIDI, n.º 5, out. 2009 (versão on-line), p. 227.

emigrados portugueses que mais contribuiu para a evolução literária e política do Brasil, depois de 1830”.⁴⁰ Tibúrcio Craveiro foi um dos fundadores do Gabinete Português de Leitura, do qual foi também bibliotecário. Além disso, regeu como professor efectivo a aula de Retórica no Imperial Colégio de D. Pedro II e pelos seus trabalhos literários foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, do Instituto de França e da Conservatória Real de Lisboa. Desconhecem-se as condições em que faleceu, mas sabe-se que a morte o colheu quando regressava à sua terra natal.

Outro pedagogo de origem jorgense que emigrou para o Brasil foi *D. Manuel Bernardes de Sousa Enes*. Nascido na vila do Topo, na ilha de S. Jorge, a 5 de novembro de 1814, filho de Faustino de Sousa Enes e de Ana Joaquina Teixeira Soares de Sousa, começou os seus estudos no Convento da Ordem de S. Francisco daquela vila, acabando por decidir seguir a vida monástica. Todavia, a extinção de Ordens Religiosas e o conseqüente encerramento dos Conventos levou-o a regressar a casa dos pais e a prosseguir os seus estudos. Tornou-se praticante no cartório de um advogado e abriu uma aula de humanidades. Contudo, não se coibiu de procurar uma vida melhor e partiu para terras do Brasil. Conseguiu ser admitido professor de Latim e Grego no Colégio da Conceição, na diocese de Porto Alegre onde também frequentou estudos de Teologia. Veio a ordenar-se na Baía, onde residiu alguns anos, acabando por regressar a Portugal, beneficiado por alguns meios de fortuna. Ainda se matriculou na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, onde se doutorou e chegou a catedrático em 1872. No ano seguinte foi designado Bispo de Macau. Regressado a Portugal, faleceu em 1887.⁴¹

Mais duradoura foi a permanência de *Francisco Silveira de Ávila Pimentel*. Natural da cidade da Horta, na ilha do Faial, nasceu a 25 de setembro de 1834, sendo filho de António Silveira de Ávila Pimentel e de D. Aldina Constança Pimentel. Aqui viveu a sua infância e adolescência, estudando no Liceu nacional da cidade. Todavia, com apenas 23 anos de idade, emigrou para o Brasil, conseguindo um lugar de professor de Português no designado Colégio Vitório do Rio de Janeiro. Um ano depois, requereu exame perante o conselho de instrução e conseguiu o diploma de professor de Português, profissão que exerceu no Brasil durante 26 anos, pois apenas em 1884 regressou à sua ilha natal, abrindo um Colégio na cidade da Horta, do qual foi também director e docente.⁴² Esta iniciativa comprovará que a vida como emigrante não lhe foi desfavorável.

Outra situação bem diferente conduziu o cirurgião *Manuel de Almeida Cabral* ao Império do Brasil. Desta vez, as contas com a justiça e o estigma da condição de ex-presidiário motivaram o abandono do exíguo meio insular, rumo a uma nova vida na outra margem do Atlântico. Manuel de Almeida Cabral era filho natural de D. Luísa Amália Constância de Chaves, apelido este proveniente do casamento que contraiu com José Leite de Chaves. O filho, pois, nascera de outra relação anterior e que desconhecemos. Ambos eram naturais da ilha do Faial e vieram para a de S. Miguel onde a progenitora contraiu matrimónio com o referido José Leite de Chaves que era descendente das mais

40 Cf. DIAS, Urbano de Mendonça. *Op. cit.*, p. 305.

41 Cf. *Ibidem*, p. 321-322.

42 *Ibidem*, p. 335-336.

importantes e nobres famílias micaelenses.⁴³ Vivia de seu bens e alimentos e, deste modo, proporcionou a Dona Luísa Amália e a seu filho uma vida condigna e com prosperidade.⁴⁴

Com 14 anos de idade, Manuel matriculara-se na Escola Médico- Cirúrgica de Ponta Delgada, mais precisamente aos 3 de outubro de 1839, com a indicação, no respectivo registo, de ser filho de pais incógnitos. Após exame efectuado em agosto de 1840, classificado com “ótimo”, matriculou-se no 2º ano. Porém, nos exames de agosto de 1841 apenas obteve como classificação um “mediocre”,⁴⁵ desconhecendo-se o restante percurso curricular. Em 1844 — ano em que se presume que terá acabado o curso — faleceu, repentinamente, o padrasto⁴⁶ que, pouco tempo antes, havia instituído a esposa com sua herdeira universal e reconhecera Manuel como seu filho e, portanto, igualmente legítimo herdeiro.⁴⁷ Ambos ficaram com uma excelente situação patrimonial e financeira, da qual resultou uma doação de vários bens, por parte da mãe ao filho, por este lhe ser dedicado, obediente e zeloso.⁴⁸ Tudo isto, porém, não impediu que D. Luísa voltasse a casar com José do Canto e Medeiros que, além de ser próspero, era substancialmente mais jovem do que ela.

A 27 de outubro de 1847, não muito tempo após o casamento, o dito José do Canto e Medeiros morreu assassinado, sendo acusados como autores do crime a esposa e seu filho, Manuel de Almeida Cabral. Assim os incriminaram a mãe do falecido, D. Maurícia do Canto e Medeiros e a própria vítima que, antes de morrer na sequência de ferimentos graves feitos no rosto e no ventre, declarou ao Juiz e ao Delegado, durante o auto do corpo de delito, que suspeitava do cirurgião, seu enteado, com quem tinha inimizade. Ao que tudo indica, não só o enteado reagira mal a este matrimónio, como rapidamente surgiram profundas desavenças entre a esposa e o jovem marido, por causa de uma sentença judicial que lhe dera, a ele, o direito à administração de todos os bens que eram dela. Não teria sido por mero acaso que a vítima fosse atacada, no escuro da noite, no mesmo dia em que tomara posse dos referidos bens, estando já separada da esposa.⁴⁹ Por via desta denúncia e dos depoimentos de várias testemunhas, alguns deles bastante comprometedores — alegando o ódio dos arguidos contra o falecido —, D. Luísa Amália e seu filho Manuel foram presos e julgados no tribunal da comarca de Ponta Delgada.

A audiência geral de sentença decorreu a 3 de julho de 1849, prolongando-se pelo dia seguinte e, com base na decisão do júri, o juiz deu como culpados de homicídio os réus D. Luísa Amália, e Manuel de Almeida Cabral, como mandantes e José de Sousa Falcão como executante, na esperança

43 BPAPD, Fundo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada (FTCPD), *Processos Penais*, Maço nº 5, Proc. 556.

44 *Ibidem*.

45 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), *Livro de Matrículas da Escola Médico-Cirúrgica de Ponta Delgada*, fls. 18, 25 e 26.

46 BPARPD, Registos Paroquiais, *Livro de Óbitos dos Arrifes*, 1833-1858, fl. 87v.

47 BPARPD, *Livro de Registo de Testamentos da Administração do Concelho de Ponta Delgada*, nº 7, 1842-1845, fls. 15-15v). Suponho que talvez devido a este reconhecimento Manoel de Almeida Cabral, anos mais tarde, veio a adoptar o apelido Leite.

48 BPARPD, *Notas do Tabelionato de Ponta Delgada*, Tabelião Mariano Elias Rodrigues, Livro 1846-1847, fls. 175v-178v.

49 BPARPD – FTJPD, *Processos Penais*, Maço nº 11, Proc. 1481.

de prêmio, condenando-os à pena de morte natural na forca. Seguiu-se apelação para o Tribunal da Relação dos Açores e enquanto durou o moroso e complexo processo de recurso, os réus ficaram presos no Castelo de São Brás, em Ponta Delgada. D. Luísa Amália acabou por falecer, na prisão, a 18 de agosto de 1851.⁵⁰ Manuel de Almeida Cabral, na sequência de um segundo julgamento, acabou por ser absolvido e, por via de todos estes acontecimentos, decidiu emigrar para o Brasil entre 1851 e 1852. Ter-se-à radicado na cidade de S. João da Boa Vista, no estado de S. Paulo, onde terá constituído família e se destacou como médico. Este exemplo demonstra bem como a partida para um novo território significou uma fuga ao passado e um recomeço de vida, face a circunstâncias que em nada se relacionam com situações de pobreza ou indigência.

Outros casos de emigração oitocentista para o território brasileiro envolveram jornalistas açorianos. Conhecendo-se as dificuldades com que lutava a numerosa imprensa escrita insular de então, causando a efêmera duração de muitos títulos, não será difícil explicar a partidade destes homens letrados e cultos para um país onde a comunhão linguística era uma realidade que facilitava muito o acesso ao mundo dos jornais. Porém, mais difícil se torna de explicar quando alguns deles chegaram a assumir outras funções e até de considerável relevo, como foi o caso que passamos a relatar.

O jornalista maçom *Mariano José Cabral* nasceu na ilha de S. Miguel, mas passou alguns anos em Lisboa, onde terá prosseguido estudos, vindo a falecer no Rio de Janeiro em dezembro de 1877. Por decreto de 15 de setembro de 1851 fora nomeado bibliotecário da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, tendo tomado posse a 20 de outubro daquele ano. Após 9 anos de funções, solicitou ao Conselheiro Director Geral da Instrução Pública a sua transferência para a Biblioteca Nacional (ou para qualquer outra repartição pública), quer como reconhecimento dos seus serviços, quer por se sentir estagnar, na medida em que as suas funções, — depois de um exaustivo trabalho de catalogação e organização dos serviços — tinham passado a limitar-se à entrega de livros aos leitores. Estava convicto que, em Lisboa, podia prestar mais e melhores serviços e, ademais, a situação financeira da instituição micaelense era tão precária que se via obrigado a cobrir, com os seus rendimentos, algumas despesas de funcionamento.⁵¹ De resto, avultavam sucessivas desinteligências com os contínuos e com a própria Câmara Municipal que tinha uma parte da tutela sobre aquela biblioteca.

Apesar das suas pretensões não terem sido atendidas, em julho de 1861, Mariano José Cabral deixou de ser bibliotecário em Ponta Delgada e pouco tempo depois, movido por algum desencanto, partiu com destino ao Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro, onde se dedicou à vida jornalística. Foi mesmo um dos redactores da *Gazeta de Notícias* brasileira. Antes disso, chegou a fundar jornais que

50 A certidão de óbito refere que ela faleceu por moléstia, tendo recebido os sacramentos, aos 53 anos de idade. BPARPD, Registos Paroquiais, *Livro de Óbitos de S. José, Ponta Delgada, 1851-1860*, fl. 8v. Se há dúvidas quanto à idade da mãe, julgo não as haver em relação à do filho que, assim sendo, terá nascido em 1825.

51 BPARPD – Fundo da Biblioteca Pública e do Arquivo Regional de Ponta Delgada (FBPARPD) – Série 004, Lv. 20, *Correspondência expedida*, Ofícios ao Conselheiro Director Geral da Instrução Pública, 3 de janeiro de 1861 e 8 de janeiro de 1861, fls. 62 v e ss.

se publicaram em Lisboa e outros em S. Miguel.⁵² Deixou ainda alguns livros de História dos Açores e de Portugal, biografias e traduções de obras francesas.⁵³

Outro homem de letras, *Francisco Manuel Raposo de Almeida* já mereceu a atenção do historiador brasileiro Walter Piazza que a ele se referiu como “autor açoriano (...) com expressiva contribuição à cultura brasileira, quer como jornalista, quer como professor ou ainda como investigador da História”.⁵⁴

FIGURA 3. Francisco Manuel Raposo de Almeida. Fonte: PIAZZA, Walter. “Revisitando Raposo d’Almeida”. *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vol. II, 1997, p. 248

Nascido em Rabo de Peixe, na costa norte da ilha de S. Miguel a 17 de agosto de 1817, oriundo de famílias modestas, prosseguiu estudos graças ao apoio paterno e aos seus dotes de inteligência. Vivia em Ponta Delgada quando instituiu algumas sociedades literárias e colaborou com vários jornais, entre eles *O Filólogo* e *O Açoriano Oriental*. Neste escrevia sob o pseudónimo “Tribuno do Povo”, valendo-lhe um dos artigos a instauração de um processo por abuso de liberdade de imprensa.⁵⁵ Durante algumas edições o alcunhado “Poeta Guedelha” — conhecido mais tarde no Brasil como o Barbalonga – assumiu a direcção deste jornal, no lapso de tempo compreendido entre 8 de dezembro de 1838 (nº 190) e 26 de março de 1839.

Com o patrocínio de uma tia, partiu para Coimbra, frequentando, sem resultado, as Faculdades de Matemática e Filosofia. Antes disso, em Lisboa, onde se chegou a matricular no Colégio dos Nobres, terá mantido amizade com Almeida Garrett, a quem prestou serviços e com quem se chegou a envolver na sedição armada que culminou no cerco de Almeida. Francisco Raposo de Almeida seria então desterrado para a ilha da Madeira em 1844.⁵⁶

Concluído o desterro político, resolveu estabelecer-se no Brasil onde acabaria por viver a maior parte da sua vida. Em 1846 terá desembarcado no Rio de Janeiro e ali se estabeleceu com banca de advogado, mantendo importantes relacionamentos nos meios forense, literário e político. Chegou a ser redactor da *Nova Gazeta dos Tribunais*, e foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todavia, não ficaria muito tempo no Rio. Uma doença pulmonar levou-o a fixar-se no estado de S. Paulo onde idealizou a fundação de uma colónia agrícola, chegando, para o efeito, a mandar vir, através do Rio de Janeiro, colonos dos Açores. Contudo, um surto de febre amarela impediu-o de receber

52 Em Lisboa: *Correio Português e Pacote do Tejo*; em S. Miguel: *Gazeta da Relação dos Açores, A Ilha, Arquivo Açoriano*, entre outros.

53 DIAS, Urbano de Mendonça. *Op. cit.*, p. 595-596.

54 PIAZZA, Walter. “Revisitando Raposo d’Almeida”. *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vol. II, 1997, p. 245.

55 DIAS, Urbano de Mendonça. *Op. cit.*, p. 556-557.

56 Cf. PIAZZA, Walter. *Op. cit.*, p. 246-251.

os colonos, perecendo muitos deles com a doença. Desiludido, Raposo de Almeida deslocou-se então, por volta de 1850, para a cidade e Santos.⁵⁷

Nesta cidade, com alguns créditos e apoios, conseguiu adquirir a tipografia Imparcial e fundar o jornal *O Mercantil*. Produziu e imprimiu diversas obras literárias, suscitando algumas polémicas e perseguições. Foi dele a ideia de fundar um Instituto Histórico e Geográfico em S. Paulo e por delegação do Bispo foi incumbido de organizar o primeiro seminário da Diocese de Pindamonhangaba. Mas, o seu incessante espírito irrequieto e aventureiro levou-o, novamente ao Rio de Janeiro e depois ao sul. Na inauguração do Teatro de Santa Catarina, em 1856, foi estreada a sua peça *O Monge da Serra d'Ossa* e por estas paragens viria a desempenhar importantes cargos públicos, chegando a deputado. As quezílias políticas rapidamente levaram-no à prisão e ao regresso à vida jornalística. Pouco depois, prosseguiu a errância pelo território brasileiro. Da Baía passou para Pernambuco, onde voltou à actividade intelectual e jornalística, regressando, por fim ao interior de S. Paulo, onde chegou a fundar um Externato antes de falecer em março de 1886.⁵⁸

De temperamento satírico, mas com graça e simpatia, era um conversador nato e também escritor, deixando *Apontamentos da História Contemporânea da Ilha de S. Miguel*, escritos em 1846, durante a sua estada em Vila Franca do Campo e a pedido dos chefes do partido Cabralista; *As Folhas de um Álbum*, recordações dadas ao prelo em 1851; *O Monge da Serra de Ossa* e *Camões*, dramas que subiram ao palco, respectivamente, em Ponta Delgada e na Madeira e ainda *Os Conspiradores* e *O Destronado*, ambos dramas históricos.⁵⁹

Ainda que muitos destas figuras constituam, certamente, mais a excepção do que a regra, não se pode descurar esta vertente menor da emigração açoriana para o Brasil e que, estamos em crer, que não terá sido insignificante, permitindo-nos definir outros contornos deste imenso fenómeno sócio-económico oitocentista.

Concluindo...

De entre as conclusões imediatas que podemos retirar sobreleva o facto de as opiniões e os relatórios das autoridades demonstrarem, ao longo de oitocentos, visões diferentes sobre a emigração legal, ainda que fossem unânimes na condenação dos fluxos clandestinos, como não podia deixar de ser. A emigração era, afinal, um direito constitucionalmente garantido e todo e qualquer cidadão, desde que respeitasse a lei, era livre de buscar fortuna onde quisesse.

Por outro lado, nem todos os açorianos que buscavam fortuna ou simplesmente uma vida melhor seriam miseráveis e analfabetos, pertencentes aos escalões mais baixos do *ranking social*. O número de emigrantes não braçais, ainda que pouco conhecido e mal estudado, não terá sido despidendo, existindo mesmo variados casos de distinção, não apenas pela acumulação e ostentação

57 *Ibidem*, p. 252-254.

58 *Ibidem*, p. 256 e ss.

59 DIAS, Urbano de Mendonça. *Op. cit.*, p. 557-558.

de fortuna, mas pelo desempenho de funções com notoriedade e influência social na terra de acolhimento: o Brasil.

Fontes principais

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD) – Fundo da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada (FJGDPD), *Livro de Actas das Sessões da Junta Geral*, 1882/1886.

Biblioteca Pública e Arquivo Municipal de Vila Franca do Campo (BPAMVFC) – Série Administração do Concelho, Livro 372, *Registo dos Offícios dirigidos ao Governador Civil*, 1888/1891.

Boletim do Governo Eclesiástico, tomo I, nº 6, fev. 1873.

Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada em 1859 feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade pelo Governador Civil Félix Borges Medeiros. Ponta Delgada: Tip. das Letras Açorianas, 1859.

Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade em 1862 pelo Governador Civil Félix Borges Medeiros. Ponta Delgada: Tip. das Letras Açorianas, 1862.

Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada relativo ao ano económico de 1863-1864 pelo Governador Civil Félix Borges Medeiros. Ponta Delgada: Tip. da Persuasão, 1865.

Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1873 pelo Secretario Geral servindo de Governador Civil, Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares. Angra: Tip. Governo Civil, 1873.

Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na Sessão Ordinária de 1874 pelo Governador Civil Francisco d'Albuquerque Mesquita e Castro. Angra do Heroísmo: Tip. do Governo Civil, 1874.

Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1875 pelo secretario geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares. Angra: Tip. do Governo Civil, 1875.

VIANA, Silva. *Brazil e Portugal*. Lisboa: Tip. Moderna, 1898.

Jornais: *O Açoriano Oriental*; *O Católico*; *Jornal de Notícias*.

Bibliografia

AGUIAR, Cristóvão de. *Alguns dados sobre a emigração açoriana*. Separata de *Vértice*. Coimbra, 1976.

ANASTÁCIO, Vanda. *Antologia – Padre José Joaquim de Sena Freitas*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008.

- CORDEIRO, Carlos; SILVA, Susana Serpa. “Perspectivas sobre a emigração açoriana no século XIX”. In: FONSECA, Maria Lucinda (coord.). *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Actas da Conferência Internacional*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2010, p. 327-345.
- DIAS, Urbano de Mendonça. *Literatos dos Açores (história)*. 2ª ed., org. de Lúcia Costa Melo. Vila Franca do Campo: Ilha Nova, 2005.
- FONSECA, Vítor Marques da. “Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920”. *Migrações*, Lisboa, ACIDI, nº 5, out. 2009 (versão on-line).
- GOMES, Ana Cristina Cardoso da Costa; FERNANDES, José Manuel Correia. “Duas cartas inéditas do Padre Sena Freitas”. *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vol. VIII, 2004, p. 261-272.
- HENRIQUES, Eduardo Brito; ESTEVES, Alina. “As ilhas como pontos focais no espaço das migrações: práticas transnacionais na emigração açoriana”. In: FONSECA, Maria Lucinda (coord.). *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Actas da Conferência Internacional*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2010, p. 279-300.
- LEITE, José Guilherme Reis. “Os regressados do Brasil como factor de mudança social nos Açores na 2ª metade do século XIX”. *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vols. IX-X, 2005-2006, p. 399-407.
- PIAZZA, Walter. “Revisitando Raposo d’Almeida”. *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vol. II, 1997, p. 245-279.
- RILEY, Carlos Guilherme. “A emigração açoriana para o Brasil no século XIX. Braçais e intelectuais”. *Arquipélago – História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vol. VII, 2003, p. 143-172.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Da emigração às comunidades portuguesas*. Lisboa, Edições Conhecer, s/d.
- SILVA, Susana Serpa. “Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de trinta a meados da centúria)”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009, p. 381-400.

A emigração do distrito de Bragança para o Brasil e o discurso da imprensa regional (1891-1904)

Maria da Conceição Cordeiro Salgado

CEPESE

(...) o povo tem fome, e é só para fugir a ela que abandona a Pátria, em grupos numerosos e sucessivos para ir finir-se em regiões longínquas e inóspitas, na esperança ilusória de obter uma subsistência que na sua terra natal se lhe não depara.

(Jornal O Nordeste, de 13.6.1891)

Introdução

O ARTIGO QUE APRESENTAMOS, intitulado *A emigração do distrito de Bragança para o Brasil e o discurso da imprensa regional (1891-1904)*, realiza-se no âmbito da tese de doutoramento da autora, com o tema *A emigração para o Brasil no distrito de Bragança e as relações Portugal-Brasil (1844-1910)*, e constitui um contributo para o estudo da emigração do distrito de Bragança para o Brasil, neste período, dando continuidade ao trabalho que vimos desenvolvendo no âmbito do projeto de investigação do CEPESE, subordinado ao tema *A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas demográficas e discurso político*,

Partindo dos dados obtidos nos *Livros de Registo de Passaportes* do Governo Civil de Bragança, que integram o acervo do Arquivo Distrital de Bragança, e de notícias da imprensa local sobre esta temática, procurámos, em primeiro lugar, analisar os fluxos migratórios com destino ao Brasil, e em seguida, focar a nossa atenção no discurso proferido pela imprensa regional, nomeadamente nos jornais *O Nordeste* e *Gazeta de Bragança*, uma vez que as levas de emigrantes para o Brasil, à medida que a sua intensidade aumentou, passaram a preocupar a sociedade civil e até a própria Igreja que, em 1889, procurou intervir, desaconselhando os seus fiéis a não emigrar, através da *Exortação Pastoral Relativa à Emigração*, da autoria do bispo de Bragança, D. José Alves de Mariz, documento que vai também ser analisado.

Assim, com este estudo, que resulta do cruzamento de fontes quantitativas – obtidas nos passaportes solicitados – e de fontes qualitativas nos descrevem o enquadramento socioeconómico da região, procurámos refletir sobre a emigração do distrito de Bragança no período referido.

Fugir à fome ou à pobreza, partir em busca de uma vida melhor ou de uma ilusão, sempre levou muita gente a abandonar o local de nascimento ou residência, rumo a outras paragens. No caso português, nenhum outro fenómeno marcou tão profundamente a sociedade portuguesa como o da emigração para o Brasil. Para este destino partiam centenas de milhares de pessoas, provocando, em algumas regiões do país, uma sangria de gente na força da vida, com profundas repercussões na sociedade e economia das mesmas.

No caso do distrito de Bragança, onde vimos incidindo o nosso estudo, os dados dos registos de passaporte obtidos até finais de 1887 mostram uma emigração ainda muito tímida¹. A saída para outras regiões do país ou para emigrar era condicionada pela interioridade do distrito, que apresentava deficientes vias de comunicação e transporte. As populações, vivendo em regime de autossuficiência, superavam as suas dificuldades através de migrações sazonais, inter-regionais, ou com a vizinha Espanha, sempre que precisavam de trabalho, satisfazendo, desse modo, as suas necessidades básicas.

Verificamos, no entanto, que as saídas do distrito iam crescendo à medida que a via-férrea chegou à região, primeiramente, a Mirandela, em 1887, depois com a abertura da linha do Sabor, em 1901, e, por fim, com a ligação a Bragança, em 1906. E se a este meio de transporte acrescentarmos a enorme oferta de veleiros e barcos a vapor que cruzavam o Atlântico, vemos o quanto seria difícil resistir ao desejo/necessidade de partir. Por isso, em anos de fome e perante a ausência de alternativas, assistimos a uma verdadeira debandada de gente com destino ao Brasil.

É justamente o que se passa, neste período que estudámos, no distrito de Bragança. Vamos, pois, caracterizar, em primeiro lugar, este fenómeno, para de seguida analisarmos o mesmo através da imprensa regional e, finalmente, à luz da pastoral do bispo da diocese de Bragança, cujos limites coincidiam, praticamente, com os do distrito.

A emigração do distrito de Bragança para o Brasil a partir dos registos de passaporte do Governo Civil (1891-1904)

Fonte muito importante para estudos sobre a emigração, os *registos de passaporte* contêm dados sobre os indivíduos que emigram – quem são, qual a sua naturalidade, para onde pretendem emigrar, profissão que declaram, se partem sozinhos ou acompanhados, idade etc. –, e outras informações que nos permitem traçar o seu perfil e analisar contextos familiares, económicos e culturais, ao mesmo tempo que proporcionam um melhor conhecimento do movimento da população.

No Arquivo Distrital de Bragança encontram-se disponibilizados para estudos sobre a emigração, no período compreendido entre 1844-1969, 43 *Livros de Registo de Passaportes Deferidos*. Para este trabalho seleccionámos os anos que vão de 1891 a 1904, por apresentarem registos sistemáticos e contínuos, sem qualquer lacuna.

¹ Veja-se o artigo da autora “A emigração do distrito de Bragança para o Brasil, no século XIX (1844-1890)”. In: SOUSA, Fernando de *et al. Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu Editora, 2010, p. 130-144.

Do universo dos dados obtidos nesses registos, escolhemos aqueles que estão relacionados apenas com os emigrantes que declararam ter nascido em localidades pertencentes aos concelhos do distrito de Bragança e que pretendiam emigrar para o Brasil. Assim, não integram este trabalho os registos daqueles que emigravam para outros destinos e os casos em que desconhecemos a sua naturalidade, por não serem anotados pelo amanuense.

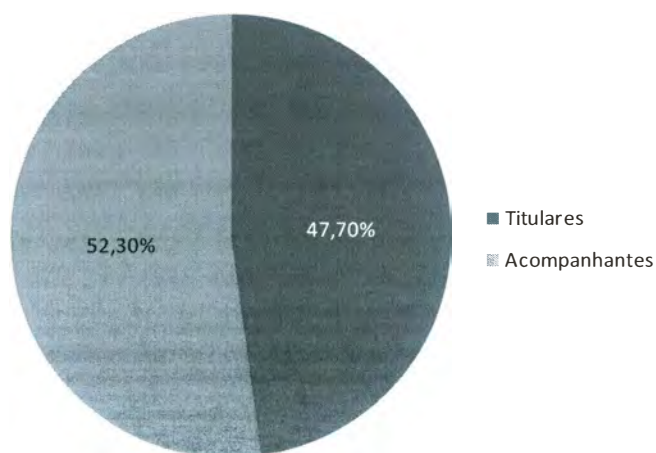
Quem emigra?

Entre 1891 e 1904, emigraram para o Brasil 7 746 indivíduos. Uns, na qualidade de titulares (3 695), outros como seus acompanhantes (4 051). Estes, em número superior, são maioritariamente constituídos por crianças, geralmente filhos do titular, e pela sua mulher. Os outros familiares são em número mais reduzido.

QUADRO 1. Emigrantes do distrito de Bragança com destino ao Brasil (1891-1904)

Emigrantes	Nº Absoluto	%
Titulares	3 695	47,7%
Acompanhantes	4 051	52,3%
Total	7 746	100%

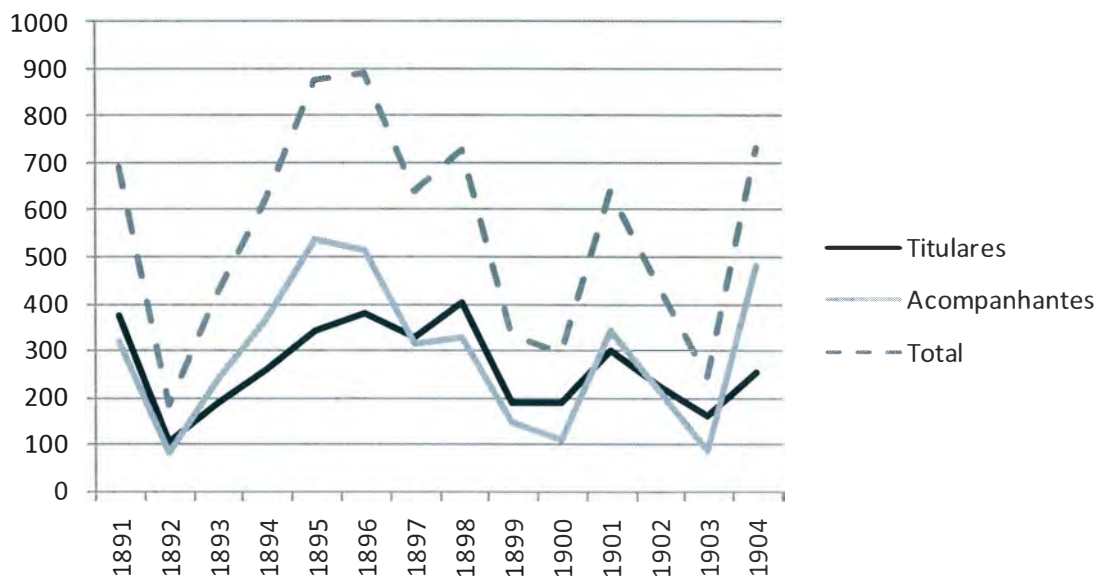
GRÁFICO 1. Emigrantes do distrito de Bragança com destino ao Brasil (1891-1904)



Ao verificarmos os fluxos migratórios, por anos, apercebemo-nos da sua irregularidade (quadro nº 2), quer no caso dos titulares, quer dos acompanhantes, a denunciarem uma forte emigração familiar, sobretudo em alguns períodos. Esta corrente, que tem início em 1891, apresenta picos elevados, em 1895, 1896, 1898 e 1904. O volume de acompanhantes em alguns anos ultrapassa o dos titulares, situação que pensamos ser invulgar no contexto da emigração portuguesa.

QUADRO 2. Registo anual de emigrantes com destino ao Brasil (1891-1904)

ANOS	TITULARES		ACOMPANHANTES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1891	377	4,9	316	4,1	693	9,0
1892	104	1,3	80	1,0	184	2,3
1893	187	2,4	239	3,1	426	5,5
1894	257	3,3	362	4,7	619	8,0
1895	343	4,4	536	6,9	879	11,3
1896	379	4,9	512	6,6	891	11,5
1897	327	4,2	313	4,1	640	8,3
1898	403	5,2	325	4,2	728	9,4
1899	189	2,4	143	1,8	332	4,2
1900	190	2,5	107	1,4	297	3,9
1901	301	3,9	339	4,4	640	8,3
1902	226	2,9	213	2,7	439	5,6
1903	159	2,1	84	1,1	243	3,2
1904	253	3,3	482	6,2	735	9,5
Total	3 695	47,7	4 051	52,3	7 746	100

GRÁFICO 2. Evolução do registo anual de emigrantes (1891-1904)

A maior parte destes emigrantes era originária dos concelhos de Vinhais (37,4%), Mogadouro (13%), Mirandela (12,1%) e Bragança (11,5 %). Destes concelhos saíram quase dois terços da emigração. Os concelhos fronteiriços com a Espanha, como Vimioso e Miranda do Douro, acusam a saída de poucos efetivos, em virtude, certamente, dos mecanismos de sobrevivência que se estabeleciam nos dois lados da fronteira – migrações periódicas para Espanha e contrabando.

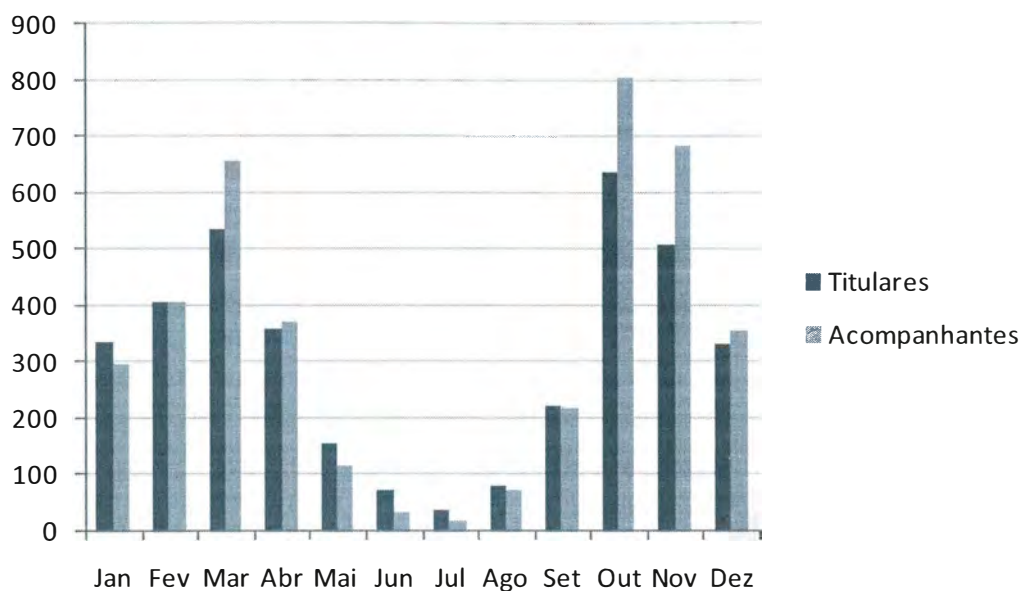
As profissões declaradas mostram-nos uma população ligada, predominantemente, ao sector primário, pois a maior parte indica ser jornaleiro, lavrador ou agricultor (80%). Para além destas, são mencionadas as de caixeiro, negociante, estudante, costureira, criada de servir, carpinteiro, pedreiro e outras mas em número muito reduzido. Os titulares que não indicam qualquer profissão representam 14% do total observado.

Apesar de não haver registo sistemático sobre a sua capacitação para a leitura e escrita, pudemos verificar que a maioria dos trabalhadores rurais é analfabeta, surgindo menos vezes a expressão “sabem ler e escrever” nos registos de outras profissões.

A decisão de partir estaria, certamente, condicionada por alguns fatores, como o calendário agrícola. O quadro nº 3 e o gráfico nº 3 mostram-nos que, após a época das colheitas, a corrida aos passaportes, nos meses de outubro e novembro, aumenta substancialmente. O titular leva consigo toda a sua família, provavelmente para fugir à fome. O menor número de saídas nos meses de verão estaria relacionada com o árduo trabalho do campo e a apanha dos produtos da terra. Março, no início da primavera, é também um mês, em que, para o período considerado, se requereram muitos passaportes, provavelmente por o tempo já não ser tão rigoroso.

QUADRO 3. Registo mensal dos pedidos de passaporte para emigração (1891-1904)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Titulares	338	406	538	360	156	73	38	81	224	639	509	333
Acompanhantes	298	408	657	372	119	37	18	76	219	806	683	358
Total	636	814	1195	732	275	110	56	157	443	1 445	1 192	691

GRÁFICO 3. Registo mensal dos pedidos de passaporte para emigração (1891-1904)

Partem emigrantes de todas as idades. No caso dos titulares do género masculino, a maior parte sai com idades compreendidas entre os 21 e os 44 anos; contudo, a faixa etária predominante situa-se entre os 25 e os 29 anos, em ambos os géneros. Mas a grande fatia cabe às crianças, desde bebés de meses a rapazes 14 anos. As crianças dos 0-4 anos correspondem a 25% dos acompanhantes.

Os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos, são em número muito reduzido – certamente por estarem obrigados ao pagamento de fiança a prestar no governo civil ou na administração do concelho, devido ao serviço militar a que eram obrigados (decreto de 7 de abril de 1873).

A maior parte dos que emigram declaram como destino o Brasil, sem especificar a cidade ou local para onde se dirigem (quadro nº 4). São Paulo, no caso da indicação da cidade, é o destino mais indicado pelos emigrantes. O Rio de Janeiro aparece em segundo lugar. A emigração familiar dirige-se para Santos e São Paulo. Para além da Baía, referida em alguns registos, os outros destinos são menos procurados.

QUADRO 4. Destino declarado pelos emigrantes (1891-1904)

Destino	Titulares (%)	Acompanhantes (%)
Brasil	50,8	47,7
São Paulo	21,6	34,4
Rio de Janeiro	15,4	4,8
Santos	5,9	9,4
Baía	3,0	2,7
Pará	1,9	0,7
Manaus	0,9	0,1
Pernambuco	0,4	0,1
Minas Gerais	0,1	0,04
Espírito Santo	0,02	-
Maranhão	0,02	-
Total	100	100

O discurso da emigração na imprensa regional

Para este trabalho, de forma a verificarmos qual a importância que a emigração do distrito de Bragança teve na imprensa regional, foram consultados os jornais *O Nordeste*, órgão semanal do partido progressista do distrito de Bragança, publicado desde 4 de julho de 1888 a 15 de julho de 1910;² e a *Gazeta de Bragança*, órgão do partido Regenerador do distrito de Bragança, com o primeiro número saído a 21 de agosto de 1892, e com publicação até 1910.

Nestes jornais, que cobrem o período estudado por nós, procurámos identificar os textos relacionados com a temática da emigração e analisar o seu conteúdo por forma a um melhor conhecimento e compreensão do fenómeno da emigração no distrito de Bragança.

Analisámos ainda a *Exortação Pastoral relativa à Emigração*, da autoria do bispo de Bragança, D. José Alves de Mariz, em 1889, e que nos mostra a preocupação e intervenção da Igreja face a um fenómeno em contínuo crescimento, mas que se revelou ineficaz, como veremos.

A emigração através do jornal *O Nordeste*

Embora este jornal não publique muitos artigos relacionados com a emigração, a verdade é que o semanário *O Nordeste*, revela o abandono a que está votado o distrito por parte do poder político, encontrando-se isolado, sem meios de comunicação, ausência de alternativas ao trabalho agrícola, êxodo de jovens ao serviço militar, enfim, pobreza e carências de toda a ordem.

Neste jornal, os artigos relacionados com esta temática apresentam os seguintes títulos:

² Após esta data, este semanário continua a publicar-se sob a epígrafe *Notícias do Nordeste*.

- *O Caminho de Ferro de Bragança* – 13 de junho de 1891
- *A emigração e o serviço militar – Observações curiosas* – 15 de setembro de 1894
- *Miséria* – 18 de outubro de 1894



FIGURA 1. Jornal *O Nordeste* (1891)
Fonte: Biblioteca Municipal do Porto.

O artigo intitulado *O Caminho de Ferro de Bragança* fala do empobrecimento do distrito resultante da perda da sericicultura³, principal indústria de renome, e da viticultura, e na urgência do prolongamento do caminho-de-ferro de Mirandela até Bragança para desenvolvimento da economia da região, tão esquecida dos poderes políticos, mas tão rica em recursos minerais variados que estão por explorar, nomeadamente os

jazigos de mármore e de alabastro de Santo Adrião, constituem importantes recursos, mas todas estas fontes de riqueza se esterilizam pela falta de comunicação rápida e barata com os grandes centros de consumo, porque os preços dos transportes nas condições atuais excede, muitas vezes, o valor dos objetos.

Descreve ainda este periódico, o drama das famílias que não têm que comer em resultado dos maus anos agrícolas, e a fome que é sentida em muitos lares: “O povo tem fome, e é só para fugir a ela que abandona a Pátria, em grupos numerosos e sucessivos para ir finar-se em regiões longínquas e inhóspitas, na esperança ilusória de obter uma subsistência que na sua terra natal se lhe não depara”.

Em 15 de setembro de 1894, deparamos, na primeira página do mesmo jornal, com o artigo *A emigração e o serviço militar – Observações curiosas*.

A notícia surge na sequência da captura de seis indivíduos que se dispunham embarcar para o Brasil, na sua maioria fugidos à vida militar, emigrando com passaportes falsos pagos a “engajadores que possuem montado em várias terras do reino um precioso serviço desta magnífica e rendosa pouca vergonha”.

3 Fernando de Sousa, no seu trabalho, *A Indústria das sedas em Trás-os Montes* mostra-nos a importância desta indústria para a economia da região. Esta atividade permitiu, durante mais de um século, a sobrevivência de muitas famílias.



FIGURA 2. Jornal *O Nordeste* (1894)
Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa

O articulista sustenta a necessidade de se negociar com os governos francês, inglês e alemão para se ordenar às companhias de vapores da carreira do Brasil, com escala em Lisboa e Porto, que avisem os comandantes desses vapores para terem um pouco mais de “escrúpulo na admissão a bordo dos navios do seu comando, de mancebos que pela sua aparência bem deixam ver a idade que possuem e pela qual podem ser, como na maioria são, fugitivos do serviço do exército”.

Defende ainda uma fiscalização rigorosa para por cobro, por todas as formas possíveis, à emigração clandestina, através de uma forte fiscalização tanto nas fronteiras terrestres como nos portos onde, “não só os paquetes mas também qualquer outro navio fretado pelos engajadores, que têm arte, dinheiro e arrojo, se encarregam de conduzir os rapazes a bordo desses paquetes”.

Refere, ironizando, que a “mochila” inspirava ao aldeão terror e antipatia, porque estava acostumado à “vida estupidíssima do campo, cuja monotonia quebra aos domingos pelos bailes em roda e descartes tolos, aos sons gemebundos de uma guitarra desafinada”.



FIGURA 3. Jornal *O Nordeste* (1894)
Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa

No mês seguinte, na primeira página, o nº 292 de 18 de outubro de 1894 surpreende-nos com o texto intitulado *Miséria*.

Refere este artigo que a escassez das colheitas em todo o distrito, e o elevadíssimo preço dos géneros alimentares, principalmente do pão, base da alimentação das povoações, são as causas determinantes da

crise de fome que alastra espantosamente pelas povoações rurais e não é somente à porta do jornaleiro, do que tem por sua única fortuna o seu salário: no lar do pequeno lavrador, empobrecido pela usura, pelos pesados impostos e pela penúria das colheitas, também ela sinistramente toma assento.

Estas dificuldades, acrescidas de uma família que tem de sustentar, leva

o desgraçado do jornaleiro, que se vê rodeado por um enxame de crianças famintas, estendendo as descarnadas mãos implorando alimento que há muito não veem, é forçado a roubar para mitigar a fome aos filhos, ou quebrando violentamente, em um momento de horrível desespero os laços que o prendem à família, ir procurar em país estrangeiro e longínquo, os meios de subsistência ou benefício de se furtar à condenação do quadro pavoroso do negro drama de miséria que se desenrola ante seus olhos.

O remédio para tal situação é procurado fora do país. É partir e é ver “os pobres famintos emigrarem aos bandos, a maior parte clandestinamente pelos portos da Galiza para o Brasil”, ou irem para a “Andaluzia, para as províncias do sul da Espanha, ganhar um diminuto jornal que mal chega para a sua própria alimentação”.

A abertura dos trabalhos públicos em grande escala, segundo o articulista, seria o remédio pronto e fácil para acudir a tão lamentável desgraça...

A emigração no jornal Gazeta de Bragança

Analisado entre 1900 e 1910, surpreendemo-nos com o facto de os artigos relacionados com a temática da emigração merecerem pouco destaque e serem em número reduzido. Foram publicados anúncios e artigos com os seguintes títulos e datas:

- *Annuncio-Companhias Humburguezas Reunidas* – 16 de novembro de 1902
- *Beneficência -Um hospital distrital* – 3 de maio de 1903
- *Navegação para o Brasil* – 6 de março de 1904
- *A Emigração Portuguesa* – 14 de agosto de 1904

Se por um lado alguns periódicos nacionais revelam preocupação com as saídas de emigrantes, enfatizando-as, por vezes, o jornal semanário *Gazeta de Bragança* órgão do partido regenerador, partido que por mais tempo neste período esteve no Governo, embora aborde a questão da emigração, “esconde” o seu lado mais negro, veiculando outras preocupações. Publicita, inclusivamente, viagens para o Brasil e outros destinos, o que, de certo modo, encoraja os menos ousados.

Em 16 de novembro de 1902 e no ano seguinte, encontramos na *Gazeta de Bragança*, a imagem de um vapor publicitando o serviço das *Companhias Hamburguezas Reunidas*. Anuncia o destino das viagens (Manaus e Pará), sede da agência em Lisboa, nome do agente, preço dos bilhetes para cada um desses destinos, datas e local das saídas, revelador de que a publicidade ligada à emigração chegara já, nos inícios do século xx, ao distrito de Bragança.



FIGURA 4.
Jornal *Gazeta de Bragança* (1902)
Fonte: Arquivo Municipal de Bragança

No ano seguinte, surge-nos um artigo que nos fala de um emigrante natural do concelho de Bragança que, bafejado pela fortuna conseguida no Brasil, e num assomo de generosidade, se tornou num grande benemérito. O seu gesto benemérito, artigo de primeira página, publicado em 3 de maio de 1903, tem como título *Beneficência – Um hospital distrital*.

O articulista, depois de elogiar a corrente de beneficência que se verifica por todo o país, exalta a necessidade de se criar um Hospital Distrital em Bragança. A iniciativa contaria com proteção da Rainha e o hospital seria construído com donativos, nomeadamente o de um “benemérito conterrâneo que granjeara importante fortuna no Brasil e dera, na sua primeira visita, depois de largos anos de ausência a Bragança, numerosas provas da sua generosidade e espírito caritativo”.

Tratava-se de António do Carmo Pires que, declarara estar “na melhor disposição de auxiliar com donativos próprios e com subscrição aberta no Brasil a construção de um hospital nesta cidade”, o que veio a cumprir.

Assim, na mesma página e com o título *O hospital distrital*, é referido que Carmo Pires havia já enviado um avultado donativo para a construção de um Hospital, acompanhado de uma carta endereçada ao conselheiro Abílio Beça. Nesta carta, felicita-o por ter sido nomeado governador civil e elogia o seu empenho na criação de um hospital para os tuberculosos. António Carmo Pires regista então:

remeto para esse fim a quantia de 100 libras (ouro), sobre Londres, e igual quantia também remeto ao Exmo. Reverendíssimo. Sr. D. José, tudo para o mesmo Hospital, em nome de minha falecida esposa, Francisca Leonor Garcia Pires, e continuarei a concorrer para essa obra de caridade conforme as minhas circunstâncias o permitirem.

Sabemos, ao cruzar a informação com os *registos de passaporte*, que Carmo Pires, emigrou para o Brasil em 23.4.1874, com 30 anos de idade. Era natural de Calvelhe, concelho de Bragança. Nesta fonte, aparece como sendo filho de “pais incógnitos”.

Depois de 1903, veio a Portugal, regressando ao Brasil em 1906, como se pode observar no registo de passaporte, datado de 8.9.1906. Aqui, continua a não constar o nome dos progenitores. Aparece, agora, identificado como visconde da Senhora da Ribeira.

Em 1904, o artigo *Navegação para o Brasil*, faz notícia. O artigo merece a nossa atenção por nos dar a conhecer o interesse do Governo português em impulsionar o comércio com o Brasil, atividade vantajosa para os dois países.



FIGURA 5. Jornal *Gazeta de Bragança* (1902). Fonte: Arquivo Municipal de Bragança

A criação de uma companhia de navegação portuguesa⁴, segundo o autor, é a “aspiração de todos os governos e de corporações ou indivíduos traria vantagens económicas e financeiras”. A apresentação e defesa deste projeto, apresentada na Câmara dos Deputados, couberam, explica o periodista, aos “deputados Teixeira de Sousa e Abel de Andrade que defendem um plano de recuperação da economia nacional”. Estes deputados argumentam que, “a navegação direta para o Brasil e República Argentina é único meio de podermos conservar o comércio entre Portugal e o Brasil”, uma vez que são “poucos os navios portugueses de longo curso que, nos últimos tempos, entraram nos portos do Brasil”, e lembram que “desde o desaparecimento da Mala Real, o comércio para o Brasil é feito por navios estrangeiros e seria um crime continuarmos como temos estado”.

Decorrido mais de um ano, a 14 de agosto de 1904, o *Gazeta de Bragança* publica na primeira página o artigo, *A emigração portuguesa*, da autoria de Jaime Mendes.

A emigração, em seu entender, é um dos males que afligem o país, provocando grandes perturbações e sendo causadora de ruína. O autor refere que os jornais e as estatísticas dão conta de centenas de passaportes para o estrangeiro, mormente para o Brasil – uma média de 25 000 pessoas – e que, a par desta emigração autorizada, “os que emigram clandestinamente são tantos ou mais que aquela, sendo o seu número impossível de avaliar”.

Aponta causas como a “a tendência natural” do homem português, por um lado, de procurar viver com todas as comodidades com pouco trabalho e, por outro, por possuir um espírito aventureiro, o que explica a sua preferência por uma emigração clandestina em detrimento de uma emigração autorizada.

Considera que “a emigração no nosso país leva à diminuição extraordinária da população [...] é grave causa de ruína levando muitos braços da agricultura o que tem como consequência a compra de produtos ao estrangeiro, produtos que poderiam ser colhidos em nossa casa”.

Admite que “em alguns dos nossos distritos, ela – a emigração – é um meio de fugir à fome, de pôr um dique à miséria, mas a par desses há outros onde a população é diminuta e para onde podia derivar a nossa emigração”.

Aponta o Alentejo, província quase inculca, deserta, fértil e bastante extensa para poder receber e sustentar uma grande parte das famílias, que em outras províncias não encontram meios de subsistência.

Jaime Mendes lembra, ainda, a proposta do falecido estadista Elvino de Brito e apoia a proposta de Mariano de Carvalho, datada de 16 de janeiro de 1888, onde defende “com calor e convicção a colonização do Alentejo”. Não apoia a “colonização das nossas colónias” porque, “no dizer de economistas distintíssimos, não convém fazer derivar a nossa emigração para um cemitério, pelas suas difíceis

4 À companhia de navegação portuguesa caberia estabelecer carreiras regulares entre Portugal e o Brasil, serviço de carga e descarga de mercadorias, embarque e desembarque de passageiros pelos portos da Alemanha, França e Inglaterra (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 29.3.1904).

condições naturais, mas ainda porque essa emigração importa fortes encargos e grandes despesas para o Estado”.

Por fim, conclui que cabe ao Governo, enquanto representante dos interesses da Nação, pugnar pelos mesmos, e procurar um meio de resolver este problema.



FIGURA 6.
Jornal *Gazeta de Bragança* (1902)
Fonte: Arquivo Municipal de Bragança

Depois desta data, em 1907 e até 1910, apenas encontramos anúncios à *Mala Real Ingleza*, publicitando viagens para o Brasil, e um *anúncio – éditos dos 60 dias*, datado de 1907, relacionado com uma dívida contraída por um indivíduo que emigrara para o Brasil, que nunca mais dera notícias, e a quem seriam penhorados os bens⁵.

A intervenção da Igreja

Os dados obtidos nos registos de passaporte permitem-nos concluir que a emigração no distrito de Bragança, em finais do século XIX, dava sinais de se tornar um problema sério a que os poderes, público e religioso, não podiam ficar indiferentes. Nesse sentido, o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, a pedido do rei, solicitou ao bispo de Bragança, D. José de Mariz, em 1889, a sua intervenção.

5 Trata-se de João Sabino Affonso. Este emigrante, de acordo com o registo de passaporte nº 154, saiu para os “Estados Unidos do Brazil” em 14 de outubro de 1903. Declarou ser viúvo, jornaleiro, filho de pai incógnito e de Ana Pires Lenção. Tinha 47 anos quando emigrou. Partiu sozinho, embarcou no Porto de Leixões e ter-se-á dirigido para Santos; era natural de Calvelhe, Bragança.



FIGURA 7. Exortação Pastoral Relativa à Emigração
 Fonte: Arquivo da Diocese de Bragança-Miranda

Documento elaborado por esta autoridade religiosa, a *Exortação Pastoral relativa à Emigração* foi enviada aos párocos das freguesias para ser lida nas cerimónias religiosas, sobretudo na missa dominical. O discurso utilizado vai no sentido de procurar persuadir os seus fiéis a não deixarem a sua terra, os seus bens e a sua família, a não partirem para terras desconhecidas, onde ficam sujeitos a privações de vária ordem, ao mesmo tempo que procura esclarecê-los e acautelá-los sobre os males e perigos que advêm da emigração:

muitos compatriotas nossos têm abandonado a casa dos seus antepassados, e os bens que lhes legaram em património, e a esposa e os filhos que precisam da sua proteção pessoal, para se transportarem a países remotos, onde, de ordinário, vão encontrar, em vez de fortunas e de riquezas, as desgraças e a morte, uma vez que em várias regiões do Brasil “grassam as epidemias, ceifando um número extraordinário de vidas em curto espaço”⁶.

Os emigrantes, continua a *Exortação*,

passam então os tristes dias de uma vida atribulada e horrorosa. Longe da pátria, fora do lar doméstico, sem a proteção e os desvelos que na sua terra lhes poderiam dispensar as suas famílias, ali se arrastam na miséria sem saúde e sem pão, até que uma enfermidade provocada por este estado torna a comete-los, e sucumbem.

⁶ Refere certas doenças, como a febre-amarela, que “ataca principalmente as pessoas que sofrem privações e que têm trabalho superior às suas forças” as febres palustres e as endémicas do país.

Não esquece este documento, as dificuldades e contrariedades de toda a ordem que aí vão encontrar:

mudança rápida do clima, alteração profunda de hábitos e de costumes, na carestia dos viveres e dos objetos de primeira necessidade, nos prejuízos resultantes da aglomeração de indivíduos, na falta absoluta de comodidades, na débil organização física de alguns que muitas vezes precisarão de especial tratamento que ali não têm, na inaptidão ou carência de habilitações e de forças para trabalhos difíceis ou rudes, e noutras muitas contrariedades, que inevitavelmente sofrem quase todos os emigrantes.

E vaticina que a “sonhada ventura, e os cálculos projetados da grande maioria dos que vão para o Brasil, e outros países da América, convertem-se na cruel realidade da soma de milhares de vítimas que enchem assombrosamente os cemitérios”.

Conclusão

Os dados analisados nos *registos de passaporte* relativos aos emigrantes do distrito de Bragança com destino ao Brasil, entre 1891-1904, permitem-nos obter algumas respostas às questões de partida: quantos partiram, donde eram, que faziam, com quem iam, quando partiam, para onde se dirigiam.

Constatamos, no período analisado, um fluxo emigratório contínuo, com picos elevados nos anos de 1895, 1896, 1898 e 1904, por oposição a outros anos em que as saídas foram em menor número.

Essa emigração tem cariz acentuadamente familiar, composta, sobretudo, pela mulher e filhos do titular, mais visível em alguns concelhos que em outros, e maioritariamente constituída por trabalhadores rurais, grande parte analfabeta, dispostos a vender a força do seu trabalho.

Os efetivos migratórios variam de concelho para concelho, atingindo menos os que confrontam com a vizinha Espanha.

A saída para o Brasil tem a sua época própria. O maior volume de registos de passaporte aponta para os meses de março, outubro e novembro, e o menor para os meses de verão.

E por fim – salvo os casos em que não é registado o local de destino no Brasil – assistimos a uma mudança, a partir de 1891, da tendência da corrente emigratória que, durante muitos anos, escolheu como destino o Rio de Janeiro, agora dirigia-se para São Paulo.

Os artigos publicados nos jornais, *O Nordeste* e *Gazeta de Bragança*, escassos mas ricos e determinantes para a compreensão deste fenómeno no distrito de Bragança, mostram que, segundo os articulistas, as causas determinantes desta emigração assentam sobretudo na “fome” e na “miséria”, resultantes dos maus anos agrícolas, e na ausência de alternativas a esta atividade. Outras razões apontadas são a fuga ao serviço militar, e o aliciamento, sem escrúpulos, à emigração clandestina, por parte dos engajadores e perpetrado em todo o distrito. Referem ainda a “tendência natural” do

homem português para emigrar, e que o “sonho de enriquecimento fácil” pesam na decisão de partir para o Brasil.

Por fim, a publicidade feita pelas grandes companhias de navegação, constitui, sem dúvida um forte incentivo à partida.

As consequências nefastas desta emigração no distrito traduzem-se na perda de mão de obra, despovoamento do distrito – “saem em bandos” – e endividamento de alguns. O abandono da família e a perda dos laços que ligam os emigrantes à terra, são as razões invocadas pela Igreja, por lesarem a sociedade e moral.

Reprimir a emigração clandestina e os engajadores, procurar desenvolver a atividade mineira, proceder ao alargamento do caminho-de-ferro até Bragança, e colonizar o Alentejo com facilidades a conceder aos colonos, são medidas sugeridas pelos articulistas que poderiam obstar/diminuir a emigração.

Verificamos, finalmente, que este fenómeno é encarado de modo diferente pelos dois jornais. Enquanto o jornal *O Nordeste*, alinhando com a posição da Igreja, critica a emigração, as incertezas do futuro dos que escolhem o “matadouro” do Brasil, o jornal *Gazeta de Bragança* considera que “em alguns dos nossos distritos, ela – a emigração – é um meio de fugir à fome, de pôr um dique à miséria”.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Distrital de Bragança (ADB), *Livros de Registo de Passaportes* (1844-1900).

Impressas

Gazeta de Bragança, 1900-1910. Jornal Semanário.

O Nordeste, 1891-1900. Jornal Semanário.

MARIZ, D. José Alves de. *Exortação Pastoral Relativa à Emigração*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1889.

Bibliografia

MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes. *A emigração do Distrito de Bragança 1901-1920: uma análise regional*. 2 vols. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa da emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

SALGADO, Conceição. “A emigração do distrito de Bragança para o Brasil (1844-1890)”. In: SOUSA, Fernando de et al (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

- _____. “O Inquérito Parlamentar de 1885 e o discurso sobre a emigração”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2011.
- SERRÃO, Joel. *Demografia Portuguesa*. Lisboa: Coleção Horizonte, 1973.
- SOUSA, Fernando de. *História da indústria das sedas em Trás-os-Montes*. 2 vols. Porto: CEPES/Afrontamento, 2006.
- _____. *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: Fronteira do Caos, 2009.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.
- _____. (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.
- SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.
- SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2011.
- SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

Açores: condições, possibilidades e divergências que levaram ao processo de emigração

Elis Regina Barbosa Angelo

UFRRJ/ CEDERJ-RJ

As primeiras observações acerca da problemática que levou ao fenômeno emigratório e às diversas migrações

OS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS que fizeram das ilhas açorianas um palco para grande número de saídas do país em diversas ondas emigratórias rumo à melhores condições de sobrevivência, advém de diversos fatores preponderantes, incluindo a geografia, o clima, as condições políticas e estruturais das ilhas e de sua organização, conforme apontam as pesquisas sobre as causas da emigração, pois, é um “facto generalizadamente reconhecido já que nele actuam estratégias de ordem individual e familiar balizadas em contextos geográficos, económicos, sociais, políticos e culturais específicos”¹ não podendo generalizar suas causas em tempos distintos, mas entendendo que algumas são particularmente recidivas.

Segundo depoimentos dos açorianos advindos em meados do século XX, além de todo esse arcabouço de problemas já especificados, as questões conjunturais advindas de problemas políticos do Pós-Guerra incluindo os alistamentos militares, também foram causas que levaram a esse fenômeno.²

Durante o período do Estado-Novo,³ que iniciou-se em 1933 e por isso de relevância contextual para a compreensão de parte das saídas das Ilhas açorianas, algumas questões podem ser definitivas para a tomada de decisão dos sujeitos que almejavam melhores condições de vida.

¹ ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. *A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX: a necessidade, a solução, a valorização*. Disponível em: <http://www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=50&idioma=PT>. Acesso em: 12 abr. 2009.

² “O Pós-Guerra foi um período de crise em Portugal, em decorrência da queda das exportações que tinham sido estimuladas pelo conflito mundial (entre 1940 e 1943 a balança comercial de Portugal fora favorável). No âmbito político, houve pressões internas e externas para a redemocratização do país e para a libertação das colônias. Em 1945, foram lançados os manifestos pró-democrático e pró-socialista e nasceu o movimento de Unidade Democrática. Várias revoltas militares irromperam e foram reprimidas no final dos anos quarenta” (LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 213).

³ O Estado Novo foi o regime político de cunho autoritário que vigorou em Portugal desde 1933, com a aprovação de uma nova Constituição, até 1974, quando foi derrubado pela Revolução do 25 de abril, também conhecido como II República por alguns historiadores. Ver MATOSO, José. *História de Portugal*. Vol 7 – *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Estampa, 1998.

No decorrer dos anos de 1950, os elementos que mais foram analisados por meio dos depoimentos e das pesquisas efetuadas discorrem sobre a ausência de emprego fundamentando a questão econômica e a fuga de possíveis alistamentos para a África, onde as colônias estavam em constantes conflitos com Portugal. No entanto, os problemas financeiros eram os mais pontuais que causavam a repulsa em continuar no país, especialmente entre 1940 e 1950.⁴

Essa colocação não se refere apenas às áreas rurais do continente, mas das ilhas da Madeira e dos Açores, que viviam essas condições de vida com poucos recursos financeiros sem a possibilidade de ascensão econômica para as famílias que, na grande maioria arrendavam as terras onde viviam.

Para a compreensão dos possíveis alistamentos para a África, frente à situação em que Portugal se encontrava nos anos de 1950, momento dessas vindas ao Brasil, ficam alguns questionamentos acerca das guerras na África e dos alistamentos, que de alguma forma também foram responsáveis na iniciativa de emigrar.

Ao elaborar uma nova história, muitos homens que vieram ao Brasil e emigraram a outros destinos demonstraram seus descontentamentos frente à situação política, à questão da colonização e a pobreza instaurada em diversas camadas da população não eram compatíveis com seus anseios. E, Portugal enquanto um país que já vinha historicamente colonizando outros países, tentava no século XX manter a mesma trajetória de dominação e, algumas regiões da África e Ásia eram suas expectativas de ampliação territorial.

Portugal, que já tinha domínios na África e Ásia, começou a buscar a ampliação destes em outros espaços. Assim, acentuava a sua expansão territorial para o interior da África, com o intuito de garantir sua estabilidade junto às outras potências europeias. Ao manter os territórios na Índia, Macau e outros pontos específicos do antigo domínio colonial português na Ásia, diminuindo a cada instante, a África tornava-se outro ponto de honra nacional. Os pontos-chave almejados eram Angola e Moçambique, além do expansivo território que as separava.⁵

A fim de garantir a colonização dessas regiões, guarnições militares, missões católicas, formas e instituições de governo colonial foram enviadas para a África, dessa forma seria assegurada a presença portuguesa nos locais afastando a possibilidade de concorrentes.

Portugal, após a Segunda Guerra Mundial, e contra o regime político em vigor, iniciou um processo forçado de descolonização da África. Em 1951, quando as circunstâncias políticas condenavam o colonialismo, efetivamente desanexou os territórios africanos. O Estado da Índia já teria sido perdido para a União Indiana e Timor-Leste invadido pela Indonésia no momento da Revolução dos Cravos, processo revolucionário que ditou o fim do Estado Novo e do colonialismo português.

4 “Nos decênios de 1940 e 1950 as condições de vida no meio rural luso deterioraram-se. Os grandes proprietários geralmente alugavam o solo ou entregavam a administração dos latifundiários a gerentes assalariados, o que representava obstáculo ao desenvolvimento da agricultura, da criação e do abastecimento urbano” (LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, p. 227).

5 COSTA, Rui Manoel Pinto. “Relações externas luso-germânicas: 1916 e o despertar de um conflito latente”. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 4, 2003, p. 101-125.

Frente a toda essa conjuntura política e econômica, a emigração⁶ continuava espontaneamente nas décadas de 1950 e 1960. “Em março de 1954, a estimativa para o ano era de 35.000, segundo o coronel Antônio Manuel Batista, presidente da Junta de Emigração de Portugal. Essa cifra equivalia à de 1952, e era superior à de 1953 (29.000 pessoas)”⁷

A vinda dos açorianos se deu em muitos períodos históricos, mas encontrou na década de 1950 o maior número de adeptos em procurar trabalho na cidade de São Paulo que crescia vertiginosamente frente à ampliação no quadro industrial. As oportunidades de trabalho e no comércio trazia muitos potugueses para a cidade. Os que tinham algum fundo para investir acabaram abrindo seus negócios como é o caso das padarias, açougues, mercadinhos, quitandas, entre outros.

Das memórias motivacionais da emigração dos Açores, alguns depoimentos são enfáticos quando mencionam a necessidade de sair do país para não participar do Regime Salazarista, no que tange à participação das guerras que ocorriam nas colônias africanas. O serviço do exército chamava os açorianos para as colônias e isso favorecia as famílias a buscarem na emigração a saída para outros problemas advindos das necessidades econômicas, além das motivações de construção de uma vida melhor, com a possibilidade que o Brasil e outros países ofereciam aos imigrantes.

Quando questionados sobre os motivos de vinda ao Brasil, alguns depoimentos são enfáticos nessa questão de “fuga” dos serviços do exército.⁸

As conversas sobre o Brasil geravam nas famílias além de curiosidade muita esperança de uma vida melhor, com possibilidade de emprego, comprar uma casa, sair dos arrendamentos de terras dos Açores, além da fuga do exército. Algumas memórias dos tempos da emigração detêm elementos que enfatizam o anti-salazarismo, como é o caso de alguns dos depoentes⁹ que, além de buscar novas

6 “A emigração portuguesa do segundo pós-guerra conheceu, fundamentalmente, dois pontos altos. O primeiro entre 1955-1956, tendo ainda o Brasil como principal destino. O segundo terá início em 1963-1964 e estende-se até 1973-1974, quando a crise econômica europeia refreia a procura desenfreada da mão-de-obra não especializada dos países periféricos, iniciada cerca de dez anos antes. Esta segunda leva teve a Europa como principal destino e revestiu-se de uma particularidade: o enorme peso das saídas clandestinas. De Portugal saiu-se fundamentalmente das regiões a norte do Tejo e dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira (...)” (MATOSO, José. *Op. cit.*, p. 374-375).

7 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, p. 228.

8 “Olha, é porque eu escutava falar muito bem do Brasil e naquela época estava pra servir o exercito, já estava com 20, quase 21 anos. Tinha de viajar nas colônias, não é, a maioria era tudo pra lá. Então, acho que eu vou pro Brasil. (pensou) Recebi do meu tio a carta de chamada. Não sei se foi uma boa, ou se não foi, mas eu gostei de vir pra cá”. Depoimento de Antônio Mendes Cardoso Sequeira. Biografia: nasceu em 08 de abril de 1941 na Ilha Terceira, Açores, Portugal. Concedeu a entrevista à Profa. Maria Aparecida Pascal na Casa dos Açores. Chegou ao Brasil em 1961. Veio sozinho com uma carta de chamada do Tio e passou a viver na Zona Leste da cidade.

9 “Um cunhado meu, irmão da minha esposa, ele chegou aqui para não ir para a África portuguesa. Eu tinha um irmão que mora lá na África colonial. Na Ilha de São Miguel, teve um ano que os jovens tinham que ir para Angola (...)”. Depoimento de Luis Tavares Jacob nasceu em 12 de março de 1930 em Remédios da Bretanha, Ilha de São Miguel, Açores. Chegou no Brasil em 1956. Concedeu a entrevista à Prof.a Maria Aparecida Pascal em 23 de outubro de 2006 na Casa dos Açores de São Paulo.

possibilidades de vida, já tinha uma postura político-ideológica que o afastava dos grupos com os quais convivia nos Açores.¹⁰

Quando rememoram os motivos da vinda ao Brasil traçam alguns direcionamentos comuns sobre os objetivos de emigração, a fuga do exército português na África Colonial onde Angola não se enquadrava em seus propósitos de vida.

No entanto, a maioria das famílias buscou durante toda a história dos Açores melhores condições financeiras, já que havia poucas possibilidades de ascensão econômica e, ao que se pode denominar de singular, as Ilhas dos Açores tinham em sua organização do Estado os estatutos político-administrativos, que as torna regiões políticas. Isso significa dizer que, são regiões autônomas formadas em territórios coletivos e dotados de autonomia política, administrativa e legislativa.

Portugal em tempos difíceis: a sociedade em perspectiva

Ao considerar o fato de que o Arquipélago dos Açores constituiu uma fonte importante de movimentos emigratórios para o Brasil e demais países, especialmente Estados Unidos e Canadá, além de reunir em sua gênese,¹¹ os processos migratórios na própria história da colonização construindo com isso uma perspectiva distinta de formação social.

Diante do período de 1950 a 1960, em que mais saídas foram efetivadas e registradas, comparadas ao período de colonização açoriana para o Brasil (1748-1756) – no qual houve grande número de contingentes emigratórios –, seja por conta do pós-guerra, seja por outras particularidades, têm-se uma trajetória de inspirações quase sempre advindas da questão econômica, tanto dos motivos de repulsão quanto dos de atração dos países escolhidos.

10 “Bom primeiro, a primeira fase, o primário, como todas as crianças... é comum o meio agrícola, não é? Então, a criança nasce ali, ajuda os pais, vai à escola primária, faz normal. Depois participei um pouco do comércio, como eu tinha a banca e entendia um pouco do comércio. Fiz até o 4º ano do Liceu e depois aos 18 anos eu tive que servir o exército, a questão é que na altura as colônias estavam rebelando-se contra o modelo, nem sei de todas as colônias, não é? E eu não me identificava com duas coisas: primeiro eu estava a favor da libertação das colônias e segundo eu estava contra o modelo ditatorial de Salazar e já começava a encontrar problemas no grupinho nosso do Liceu que a gente estudava e tudo mais e já estávamos sendo olhados com certa cautela, já tínhamos ligações que tinham que tomar cuidado com o que faziam. Daí, eu resolvi emigrar, só que não deixavam eu emigrar mais, porque eu estava com 18 anos e tinha que servir o exército. Aí tinha um amigo meu, que era um colega mais velho, que já tinha feito Liceu e fazia parte do grupo que estava no governo civil, me arrumou e eu vim como turista. Então em 30 dias eu tinha que voltar, eu saí como turista para o Brasil. No Brasil eu havia naquela altura, o que chamavam de Ministério do Exterior. Daí eu dei entrada com o pedido de imigrante aqui e isso levava um ano, um ano e pouco. Nesta altura tinha um aviso de Portugal que eu tinha que voltar então umas duas vezes por mês eu tinha que voltar. Aí por incrível que pareça, eu não sou Maçom, mas eu namorava uma moça que o pai era Maçom e a maçonaria aprovou, consertou as coisas e por incrível que pareça eu fui protegido pela maçonaria para ficar aqui e realmente se acomodou toda situação e estou até hoje.” O Senhor Manoel Henrique Farias Ramos nasceu em 08 de maio de 1939 na Ilha Terceira nos Açores, chegou ao Brasil em 1957 e concedeu a entrevista em 23 de outubro de 2006 na Casa dos Açores à Prof.ª Maria Aparecida Pascal. Nesse momento do depoimento fala sobre a chegada ao Brasil e suas motivações pessoais.

11 Há crença de que o problema das diversas correntes emigratórias dos Açores esteja na gênese de seu povoamento. Ver AGUIAR, Cristóvão de. *Alguns dados sobre a emigração açoriana*. Coimbra: Vértice, 1976, p. 6.

Essa trajetória de muitos percalços que fizeram de Portugal um país autoritário por tanto tempo, tem sua origem nos problemas político-econômicos pelos quais o país atravessava, em especial após a 1ª República,¹² com a consolidação do golpe de 1926, os portugueses, cansados de instabilidades e dos constantes golpes e contragolpes e demais fatos que vinham acontecendo com frequência, aplaudiram com entusiasmo e em grande número de indivíduos, a nova proposta de governo. Era o fim da derrocada “Primeira República Portuguesa”.

A questão do novo governo recaía sobre a política partidária e ao parlamentarismo. Esse Regime, que em pouco tempo se passou, em desafio claro ao parlamentarismo democrático, a autodenominar como “Ditadura Nacional”, foi sem dúvida, um regime militar progressivamente mais autoritário.

A fim de resolver a situação econômico-financeira, em 1928, o general Gomes da Costa, em nome do novo regime, convidou o professor António de Oliveira Salazar para assumir as funções de Ministro das Finanças. Assim que Salazar aceitou o cargo, prometeu um “milagre financeiro”, a fim de equilibrar as finanças públicas, com suas primeiras ações conquistou um progressivo domínio sobre a estrutura política e militar do novo regime e, em 1932 foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro).

O nacionalismo em Portugal tinha como ideal um governo estabelecido, conservador e colonizador, capaz de “salvar” a economia que se encontrava em ruínas, surge então, o ditador Salazar, como esse homem “necessário” e imbuído dos aspectos relevantes para o cargo.

O então general Gomes da Costa iniciou suas ações dissolvendo o parlamento, alocado como responsável das causas de instabilidade política, e suspendeu as liberdades políticas e individuais. No entanto, o Novo Regime era instável porque o movimento militar não tinha projeto político definido e não conseguiu resolver os problemas econômicos. Dessa forma, iniciou-se mais uma vez um levantamento em meio à Primeira República Portuguesa. Esse ficou conhecido como o “golpe de 29 de maio de 1926”, que originou o Estado Novo.¹³

O novo regime foi aplaudido por muitas “camadas” da população, que se encontravam descontentes com a conjuntura político-econômica que causava intensos problemas na sociedade de forma geral.

O movimento produziu-se. Desencadeara-se o exército – as altas e médias patentes, cujo poder de compra estava reduzido à metade do que fora em 1910. Apoiaram-no: o alto e médio funcionalismo público, por idênticas razões; os bancos, o alto comércio e a grande indústria, agravados pela crise econômica e financeira, aterrorizados pelo surto do socialismo; o clero, decadente pela progressiva descristianização, ansioso por recuperar a influência perdida; parte da classe

12 A Primeira República Portuguesa, foi o sistema político que sucedeu ao Governo Provisório de Teófilo Braga, de 1910 a 1926. Instável devido a divergências internas entre os republicanos, teve um período de constantes convulsões desastrosas, em que funcionaram sete Parlamentos, oito Presidentes da República e 46 governos, fomentando o desgosto da sociedade portuguesa que via o país em constante e imutável crise.

13 O “Estado Novo”, conhecido como Salazarismo, teve como fundador a figura de António de Oliveira Salazar, conhecido como ditador das finanças, vigorou em Portugal por 48 anos numa Ditadura Nacional (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974).

média das cidades, descontente com a crise econômica, saturada de instabilidade política e de ameaças revolucionárias; parte da “intelligentzia”, desiludida com o decair dos ideais republicanos, atraída pela novidade do Integralismo. Com grande pano de fundo, a Nação agrária, a Nação conservadora, a Nação feminina.¹⁴

Surge então, António de Oliveira Salazar,¹⁵ a grande figura do Regime autoritário de Portugal. Nascido na cidade de Vimieiro, Santa Comba Dão em 28 de abril de 1889 e falecido em Lisboa em 27 de julho de 1970, foi estadista, político português e professor catedrático da Universidade de Coimbra, além de exercer de forma autoritária e em ditadura, o poder político em Portugal entre os anos de 1932 e 1968, foi ainda ministro das Finanças entre 1928 e 1932.

O Estado Novo foi apresentado em princípio como um regime de reintegração de Portugal na realidade europeia, mas acabou ficando “isolado” por mudar as concepções ideológicas durante sua trajetória., seja porque não queria abandonar a Aliança Inglesa e também receava uma intensa ligação com os Estados “fascistas” durante a guerra. No entanto, Salazar tinha uma propensão a identificar-se com as ações dos países fascistas, o que ecoou nas entrelinhas que fecharam o seu período ditatorial.¹⁶ Ficou evidenciado que o regime tinha sua base fundamentada nas ações autoritárias e não permitia intervenções da sociedade civil, pois:

(...) baseava seu aparato repressivo nas forças armadas, na Polícia Interna e de Defesa do Estado (Pide), na Polícia de Segurança Pública (PSP), na Guarda Nacional Republicana (GNR) – unidades blindadas que combatiam as greves e na Guarda Fiscal (aduaneira). Politicamente, o país era governado por uma Assembléia Nacional e uma Câmara Corporativa, ambas eleitas, mas só um partido existia legalmente, a União Nacional. Da Assembléia emergia um Conselho de Ministros, chefiado por Salazar. Havia também um presidente da República com poderes decorativos de Chefe de Estado (...)¹⁷

O lema do Salazarismo era: “Deus, Pátria, Família”, no entanto, seguia a conjunção político-ideológica de duas vertentes: o catolicismo papal e as doutrinas do Integralismo Lusitano.¹⁸ Em 1936,

14 TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 373.

15 Instituidor do Estado Novo (1933-1974) e da sua organização política de suporte, a União Nacional, Salazar dirigiu os destinos de Portugal, como Presidente do Conselho de Ministros, entre 1932 e 1968. Apoiando-se na doutrina social da Igreja Católica, Salazar orienta-se para um corporativismo de Estado autoritário, com uma linha de acção económica nacionalista assente no ideal da autarcia. Esse seu nacionalismo económico levou-o a tomar medidas de protecção e isolamento de natureza fiscal, tarifária, alfandegária, para Portugal e suas colónias, que tiveram grande impacto sobretudo até aos anos sessenta.

16 TORRAL, Luís Reis. “O Estado Novo: Salazarismo, Fascismo e Europa”. In: TENGARRINHA, José (org.). *Op. cit.*, p. 399.

17 SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 56.

18 “O Integralismo Lusitano foi, sobretudo um movimento de novos e conquistou, sucessiva e progressivamente, a melhor

Salazar apresentou em discurso público a trilogia na qual era baseada a sua filosofia política: “Não discutimos a autoridade e o seu prestígio, não discutimos a família e sua moral, não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”.¹⁹

Nesse discurso percebe-se que a “crítica” e a “argumentação” estavam fora de cogitação, pois, deixava claro o sistema enérgico e antidemocrático do Salazarismo, no qual apenas o líder tinha voz e ação para toda e qualquer questão. A discussão não podia existir, não era dado ao “cidadão” o poder de discordar de suas ações e diretrizes para a “vida” que ele considerava correta a partir de suas dimensões de certo ou errado em termos comportamentais e fundamentados na Igreja, na educação/pátria e na família.

O catolicismo “moldado” na população fazia parte dos ideais de Salazar, que recebia da Igreja o aval para suas ações. A população seguia as “regras” estabelecidas porque sofria repressões ao lutar contra o sistema, ou pelo menos aqueles que tentaram lutar contra. No entanto, com toda essa “obrigatoriedade” religiosa é possível que tenham incorporado alguns traços, como é o exemplo da quantidade de católicos no país. Até os dias de hoje se mantém forte a imagem de um povo católico, segundo consta em muitas menções a Portugal.

No que concerne à Igreja, algumas considerações são imprescindíveis para analisar os valores embutidos no Salazarismo. Ao visualizar a quantidade de adeptos, Portugal parece ser o maior em números, em relação ao total da população. Esses números propiciaram uma compreensão dos condicionamentos geracionais que se mantiveram no país e as causas pelas quais a população se manteve a “mercê” do Regime segundo o condicionamento da trilogia de Salazar: “Deus, Pátria, Família.”

Sem esquecer que na vida cotidiana estavam imbuídos das diretrizes do Salazarismo, que durante o Regime acabaram condicionados à trilogia, que deveria ser cumprida nos quatro cantos do país. As lições de Salazar definiam desde a primeira classe, os ordenamentos na formação do indivíduo que ele pretendia, tendo a partir de princípios rígidos a essência de sua trilogia.

Considerações acerca da temática

Os problemas ocasionados nas colônias²⁰ fomentavam a busca por saídas da opressão e das guerras infundáveis travadas durante tanto tempo. Sobre essa questão, têm-se:

parte da juventude das escolas. A Junta Central era constituída por um verdadeiro escol cujo prestígio moral e intelectual se radicou muito cedo. O ardor das suas convicções, o seu entusiasmo irresistível e até a sua mocidade empolgaram as novas gerações que abraçaram fervorosamente as ideias integralistas. Era nelas principalmente que se iam recrutando novos adeptos, ao mesmo tempo em que se formavam vontades e inteligências, que faziam de cada novo integralista um apóstolo (...) (ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Versão digital da edição de 1943 das “Edições Gama”, p. 21-22. Disponível em: <www.causanacional.net>. Acesso em: 20 jul. 2009.

19 SALAZAR. *Discursos e notas políticas*. Vol. II. Coimbra, 1945 *apud* TENGARRINHA, José (coord.). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 215.

20 O termo “colônias” tinha longa trajetória em Portugal. Era usado desde o século XVI, quiçá antes. Em 1663 passou-se a usar também o termo “províncias do ultramar”, termo que conviveu com a palavra “colônias” até 1926, quando os territórios de além-mar passaram a ser chamados apenas de “colônias”... A partir de 1951, Salazar passou a empregar

Nas colônias, a situação piorava continuamente desde 1960 com o surgimento dos movimentos de libertação nacional e da luta armada (guerra das guerrilhas), que efetivamente teve início em Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964)... A capacidade de revolta dos colonizadores era grande. Em 1959, os colonizadores portugueses reprimiram a revolta do povo maubere, do Timor Leste. Em 1960, os macondes, do norte de Moçambique, também foram rechaçados. Em Angola, ainda nesse ano, Agostinho Neto foi preso e, na seqüência (setembro), a população do Catete foi atacada. Um mês depois, os primeiros levantamentos populares, na baixa de Cassange, foram reprimidos, com um prejuízo de centenas de vidas perdidas. Estava criada a base social e política para o início das ações guerrilheiras contra Salazar e sua política colonizadora.²¹

Com as sucessivas repressões nas colônias e as seqüências catastróficas pontuadas, aumentava o número de adeptos à descolonização e o fim das guerras travadas na África. Cada vez mais foram surgindo pessoas que insatisfeitas com todo processo ditatorial, iam à busca de liberdade e novas ideias para o país.

Em Portugal, um fascismo longo, imperialista e colonialista, encontrou sua agonia militar num conjunto de factores endógenos e exógenos ao regime, em que os primeiros factores foram os mais importantes. A condenação geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos países democráticos ao colonialismo lusitano, a insatisfação dos militares com os combates na África, a desmoralização progressiva das Forças Armadas, que recebiam a culpa pelos insucessos do regime, a insatisfação popular e as demandas corporativas dos militares se somaram. O Império ruía. E ao se desmanchar dava seus últimos e mais pungentes golpes (...). (...) Foram os grupos políticos civis que levaram as diferentes facções militares a aprofundar suas convicções ideológicas. Isso explica que, na dinâmica revolucionária e contra-revolucionária posterior ao golpe de 25 de Abril, os grupos civis tiveram uma importância inversamente proporcional àquela que tiveram antes do golpe, quando nem souberam com antecedência dos preparativos técnicos.²²

Depois de tanto tempo como chefe do Governo, Salazar que nunca saiu (das terras) do seu território para pisar em território africano, sem realmente conhecer as colônias adoeceu em 1968, quando deixou para Marcelo Caetano a resolução dos problemas do regime até 1974.

oficialmente, a designação de “províncias do ultramar” ante as críticas que sofria fora do país. Assim, podia defender-se com a ideia de que as antigas colônias eram parte integrante de Portugal (SECCO, Lincoln. *Op. cit.*, p. 61).

21 *Ibidem*, p. 101.

22 *Ibidem*, p. 106; 111.

Foi então que, em meio às contestações militares criou-se o Movimento das Forças Armadas (MFA) que derrubou o regime de Salazar. Assim, a Revolução dos Cravos, que ocorreu no dia 25 de abril de 1974 iniciou uma nova página da história de Portugal, trazendo novas possibilidades aos que tinham esperança de criar um novo país.

Os que saíram em busca de novas oportunidades ficaram esperançosos por aqueles que conquistaram o fim da “ditadura” de Salazar. A Revolução dos Cravos foi para os portugueses um novo começo de suas histórias. Surge então um novo cenário, no qual os emigrantes já não tinham mais acesso, seus compatriotas, amigos e até familiares que nas Ilhas ficaram sentiram as reações desta enfática data. Para eles uma página foi virada, e com isso iniciava-se outra história.

A partir da vinda para o Brasil uma nova vida se organiza e a partir daí os caminhos são trilhados de forma a reorganizarem espaços de memória, como é o caso da Casa dos Açores de São Paulo, palco de identificação por meio das festas religiosas que foram as responsáveis pela reconstrução das identidades açorianas na cidade.

A memória de alguns protagonistas desta história podem ser representadas conforme suas visões da história comum, do trajeto e inserção na história de uma nova cidade, um novo país.

O guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um “narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda / possui as “marcas” do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o “coleccionador” dos objetos materiais que encerram aquela memória.²³

Das memórias fazem parte os instrumentos e objetos que de alguma forma dizem algo sobre o passado, individual ou coletivo, eles são dotados de marcas que falam por si. Os passaportes, as imagens de propaganda, as cartas, os depoimentos sobre o passado se inserem num contexto capaz de falar sobre o tempo, sobre os fatos e atos que trouxeram para a atualidade visões distintas da história até então narrada e cristalizada pelos documentos oficiais.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Cristóvão de. *Alguns dados sobre a emigração açoriana*. Coimbra: Vértice, 1976.

COSTA, Rui Manoel Pinto. “Relações externas luso-germânicas: 1916 e o despertar de um conflito latente”. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 4, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. “A guardiã da memória”. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996.

23 GOMES, Ângela de Castro. “A guardiã da memória”. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1/2, jan./dez. 1996, p. 7.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MATOSO, José. *História de Portugal*. Vol 7 – *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Estampa, 1998.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.

TENGARRINHA, José (coord.). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.

TORGAL, Luís Reis. “O Estado Novo: Salazarismo, Fascismo e Europa”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.

Documentos eletrônicos

ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Versão digital da edição de 1943 das “Edições Gama”, p. 21-22. Disponível em: <www.causanacional.net>. Acesso em: 20 jul. 2009.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. *A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX – a necessidade, a solução, a valorização*. Disponível em: <http://www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=50&idioma=PT>. Acesso em: 12 abr. 2009.

Depoimentos orais

Depoimento de Antônio Mendes Cardoso Sequeira. Nasceu em 08 de abril de 1941 na Ilha Terceira, Açores, Portugal. Concedeu a entrevista à Profa. Maria Aparecida Pascal na Casa dos Açores. Chegou ao Brasil em 1961. Veio sozinho com uma carta de chamada do Tio e passou a viver na Zona Leste da cidade.

Depoimento de Luis Tavares Jacob. Nasceu em 12 de março de 1930 em Remédios da Bretanha, Ilha de São Miguel, Açores. Chegou no Brasil em 1956. Concedeu a entrevista à Prof.a Maria Aparecida Pascal em 23 de outubro de 2006 na Casa dos Açores de São Paulo.

Depoimento de Manoel Henrique Farias Ramos nasceu em 08 de maio de 1939 na Ilha Terceira nos Açores, chegou ao Brasil em 1957 e concedeu a entrevista em 23 de outubro de 2006 na Casa dos Açores à Prof.a Maria Aparecida Pascal.

O sistema de cotas nas Constituições de 1934 e 1937 e o ideal de integração étnica dos estrangeiros no Brasil

José Sacchetta Ramos Mendes

UFBA/LEER-USP

AS POLÍTICAS RESTRITIVAS à imigração estrangeira para o Brasil tiveram um momento notável de institucionalização durante o governo de Getúlio Vargas, particularmente após a entrada em vigor da Constituição, em 16 de julho de 1934, e a adoção de novas medidas normativas. Desde a dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Estaduais após a tomada do poder por Vargas, entre outubro de 1930, a questão imigratória foi centralizada no governo federal. No dia seguinte à entrada em vigor da nova Carta, o consulado do Brasil na cidade do Porto manifestou ao Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, a preocupação com as regras impostas por um decreto instituído dois meses antes, que ampliou restrições à admissão de imigrantes estrangeiros no Brasil.¹

Se a medida fosse colocada em prática, mais de 300 portugueses que partiriam de Leixões naquela semana com destino aos portos brasileiros talvez fossem impedidos de desembarcar.² Em seu ofício enviado ao Rio de Janeiro, o vice-cônsul Pinto Dias observou que o decreto contrariava o espírito da época, e poderia gerar entraves ao fluxo da “corrente imigratória mais adaptável às nossas condições climáticas e à formação do nosso tipo étnico”.³ Os termos utilizados pelo diplomata, ressaltando suposta identidade étnica entre lusos e brasileiros, estavam atualizados e em sintonia com o texto da nova Constituição.

A Carta de 1934 adotou o sistema de cotas para entrada de imigrantes no país, com bases étnicas e de capacidade física do adventício, numa inovação sem precedentes, tanto no Direito constitucional comparado, quanto no panorama das legislações imigrantistas. Estados Unidos e Argentina, que antecederam e inspiraram a instituição das cotas no Brasil, jamais elevaram o tema à esfera constitucional. No caso brasileiro, o artigo 121, alínea j, inciso VI da Constituição de 1934 determinava:

1 Decreto nº 24.258. *Op. cit.*

2 Ofício nº 116 de J. de Pinto Dias a Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda; Porto, 17.07.1934; em RCB, CBP, ofícios recebidos, abr./dez. 1934, estante 71, prateleira 4, maço 1, AHI.

3 *Ibidem.*

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos.⁴

A medida favorecia a admissão dos grupos estrangeiros que haviam se fixado em maior número no Brasil nos 50 anos anteriores: portugueses, italianos, espanhóis e alemães. Ao instituir cotas diferenciadas para as nacionalidades a serem admitidas no país, o legislador constitucional considerou a existência de um padrão populacional que deveria ser mantido. Em apenas quatro anos, entre 1927 e 1930, o Brasil recebeu mais de 50 mil imigrantes japoneses, que constituíam a segunda nacionalidade em número de imigrantes naqueles anos, só superada pelos portugueses, cujo ingresso foi de mais de 120 mil adventícios no mesmo período.

O argumento da “garantia de integração étnica” do imigrante surge como justificativa para estabelecer limite à entrada dos grupos nacionais, juntamente com requisitos de capacidade física e civil, diretamente relacionados à sua integração como força de trabalho. O conceito de “Integração étnica”, da maneira como foi empregada no texto da Constituição de 1934, tem a conotação assinalada por pensadores como Norberto Bobbio, que observam a premissa de construção da nação por meio de uma identidade comum, da qual participam certos grupos humanos afins.⁵ Uma noção incluyente que pressupõe, diversa e simultaneamente, a exclusão.

No que tange à corrente imigrantista portuguesa, em particular, a ideia de que os povos do Brasil e de Portugal se aproximam etnicamente foi inserida no discurso de autoridades dos dois países nas décadas de 1930 e 1940, como decorrência indireta provável das formas de nacionalismo em evidência no panorama geopolítico da época, em nome da pretensão de unir populações de origem semelhante, para além das fronteiras dos Estados. Foi assim com o nazismo, na Alemanha, e com o fascismo na Itália, modelos de expansão territorial fundados na noção de identidade étnica. No caso brasileiro, não havia um projeto político que envolvesse Portugal. Tampouco se evocavam interesses expansionistas.

É oportuno frisar a ausência de sustentação da hipótese étnica numa sociedade plurirracial como a brasileira. Mas é interessante observar o curso que percorreu a idealização de existência de uma grande *família portuguesa*, ou ainda, na concepção de Gilberto Freyre, contemporânea à Carta de 1934, de um *mundo luso-tropical e transcontinental que o português criou*.⁶

4 POLETTI, Ronaldo (org.). *Constituições brasileiras: 1934*. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 1999, p. 163.

5 “Feita a Itália, é preciso fazer os italianos” disse Massimo D’Azeglio, líder da Unificação daquele país, formado por grupos regionais de escassa unidade cultural e linguística, a partir da noção de que formavam uma etnia comum. Cf. BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, p. 632-5.

6 FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995; *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

Sem usar o termo, nem definir o conceito de luso-tropicalismo, o sociólogo lançou em 1933 o livro *Casa Grande e Senzala*, concomitante aos trabalhos da Assembleia Constituinte. Na obra, Freyre estabeleceu fundamentos para uma nova explicação da antiga ideia de afinidade *lusíada-brasilica*, agora baseado na ideia de mestiçagem dos brasileiros e da alegada vocação universal dos portugueses.

Em sentido diverso, porém, a Constituição de 1934 tornou inequívoca a definição da nacionalidade brasileira, forjando pela primeira vez no Brasil a distinção jurídica entre nacionalidade e cidadania. Ou seja, entre os brasileiros em geral e aqueles detentores de direitos políticos (artigos 106 a 112).

A instituição do sistema legal de cotas para entrada de imigrantes no Brasil repercutiu diferentemente nas correntes nacionais. Globalmente, o número de estrangeiros admitidos no país diminuiu em cerca de 1/3 em 1935, primeiro ano de aplicação das cotas, quando o total de imigrantes ingressantes no país foi de 29.585 pessoas. No ano anterior, 1934, aportaram 46.027 imigrantes no Brasil. Em 1936, a redução foi ainda mais dramática, com a entrada de 12.773 imigrantes, o menor volume de imigrantes estrangeiros aportados no Brasil desde 1875.

A cota anual de 22.954 novos desembarques designada pela lei aos portugueses não foi preenchida em nenhum dos anos de vigência do sistema (1935/1945). Inversamente, a vinda de lusitanos caiu de 9.327 pessoas em 1935 para 4.626 em 1936, o mais baixo patamar verificado até então nas estatísticas disponíveis, tanto do Brasil quanto de Portugal.⁷ Duas explicações aqui se combinam. A conjuntura socioeconômica internacional desfavorável é a primeira delas, tendo influenciado de forma negativa os fluxos migratórios gerais no período posterior à Quebra da Bolsa de Nova York.

O segundo motivo da diminuição na entrada de portugueses deveu-se à legislação restritiva publicada antes da Constituição de 1934, e que permaneceu em vigor após a promulgação desta. As dificuldades impostas eram diversas e aumentavam o custo e os problemas da viagem marítima: exigência das cartas de chamada, proibição à concessão de visto a analfabetos, limitações a menores de idade e a mulheres desacompanhadas foram reiteradamente documentadas na correspondência consular como fatores que desestimulavam a partida, pelo menos até o final de 1936.⁸

Neste ano, em particular, a imigração proveniente de outros portos da Península Ibérica sofreu as consequências da Guerra Civil na Espanha – inúmeros portugueses embarcavam naquele país, sobretudo os que deixavam Portugal em situação irregular. É notável que a cota anual de 11.500 [11.545] imigrantes destinada aos espanhóis pela lei brasileira ficou longe de ser cumprida em

7 Há diferenças nas estatísticas de imigração/emigração do Brasil e de Portugal. Em geral, os números brasileiros são ligeiramente mais elevados, em parte devido a partidas clandestinas, embarques em portos da Espanha, diferenças na metodologia de coleta e apresentação dos dados. Para o propósito deste trabalho, utilizam-se estatísticas do IBGE, que reúne informações do próprio instituto e de outras fontes, em particular da extinta Diretoria Nacional de Estatística. São dados comumente aceitos e utilizados como referência. Para uma visão crítica da questão estatística até 1945, ver MORTARA, Giorgio. "Análise comparativa dos resultados dos Censos brasileiros de 1900, 1920 e 1940." In: *Pesquisa sobre populações americanas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1947, p. 101-14; ver também o capítulo introdutório de CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981, p. 17-22.

8 Esses temas são tratados na correspondência do consulado do Brasil no Porto, em particular na série "Correspondência 1931/1959", estante 71, prateleira 3, maço 17 e prateleira 4, maços 1 a 7, AIII.

1936, com o registro de desembarque de apenas 355 pessoas de nacionalidade espanhola em Santos, Rio de Janeiro e Salvador.

Nuno Simões estimou em meio milhão de portugueses que teriam deixado de imigrar para o Brasil, entre 1930 e meados de 1937, devido às restrições legais impostas à entrada de estrangeiros.⁹ O autor não explica como chegou a esta projeção, que parece superestimada. Simões utilizou-se de dados do Instituto Nacional de Estatística, do governo de Lisboa, fez um balanço da imigração lusa no período e equiparou as políticas restricionistas norte-americana e brasileira, concluindo que não haveria diferença de resultados entre a legislação de cotas dos dois países.¹⁰

A análise dos elementos nos quais Nuno Simões fundamentou sua observação, porém, deixa transparecer uma outra realidade. Nos Estados Unidos, a entrada de imigrantes lusitanos, no seu ápice, chegou a 24.156 pessoas em 1920, ano anterior à instituição da primeira Lei de Cotas naquele país. Em 1921, declinou para 3.592 imigrantes. Com a adoção da segunda Lei de Cotas, em 1924, o desembarque de lusos nos EUA foi de apenas 589 pessoas no ano.¹¹ São contingentes superiores aos limites estabelecidos, o que sugere a efetividade da legislação norte-americana de cotas.

De acordo com a lei de 1921, o número de portugueses a ser admitido anualmente nos EUA era de no máximo 2.502 pessoas, total revisto, em 1922, para 2.465 pessoas. Em 1924, a Lei de Cotas reduziu novamente o limite legal para 503 pessoas, e mais uma vez em 1928, quando a cota anual para admissão de imigrantes portugueses nos Estados Unidos foi limitada a 440 pessoas.¹²

Ao implementar as cotas para imigrantes, em 1921, o Congresso dos EUA definiu um modelo fundado em teorias racialistas que inspirou outros países. A questão racial havia se tornado, desde o século XIX, eixo da política norte-americana de estrangeiros. Em 1911, a Comissão de Imigração do governo federal tornou público um relatório em que dizia que raças “degeneradas e inassimiláveis” de imigrantes do Sul e Leste da Europa eram causadoras de problemas sociais. Entre os sul-europeus, estavam os portugueses.

O Congresso dos EUA regulamentou em 1913 a entrada de imigrantes tendo por base, entre outros aspectos, origem nacional. A medida não entrou em vigor na época porque o presidente Woodrow Wilson recusou sancioná-la. De volta ao Congresso, em Washington, o projeto de lei reabriu o debate sobre restringir a imigração de certas origens. Em 1917, o veto presidencial foi derrubado e a nova Lei de Imigração (*Immigration Act*) entrou em vigor, preparando o terreno legal para instituição das cotas naquele país. No Brasil, a corrente imigratória proveniente do Japão foi a que apresentou

9 SIMÕES, Nuno. “Emigração e interesses luso-brasileiros”. In: *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12.04.1937; jornal anexo nº 1 ao ofício nº 57 de J. de Pinto Dias, vice-cônsul do Brasil no Porto, a Mario de Pimentel Brandão; Porto, [abril] 1937; em Maços de Imigração, Portugal, 1922/1937, lata 740, maço 10.557, AHI.

10 *Ibidem*.

11 *Encyclopedia of American Immigration*. Armonk, NY: James Ciment, 2001; PAP, Leo. *The Portuguese-Americans*. Boston: Twayne Publishers, 1981, p. 79-81.

12 WEISSBRODT, David. *Immigration law and procedure*. 4ª ed. Saint Paul, Minn: West Group, 1998.

o maior declínio na vigência do sistema de cotas, ainda que, até 1938, o seu número de entradas tenha ultrapassado a cota anual de 2.849 prevista na lei.

O paradoxo está no fato de os japoneses terem sido a única nacionalidade imigrante a ultrapassar o limite de entradas anuais instituído na Lei de Cotas. Justamente os japoneses, a quem a limitação das cotas se dirigia expressamente. Com efeito, os japoneses estiveram no centro do debate realizado na Assembleia Constituinte de 1933/1934, sobre os significados supostamente negativos da imigração estrangeira para o Brasil. Foi esse debate parlamentar que precedeu a instituição das cotas no Brasil. Entre outras qualificações, os japoneses fixados no país foram considerados “inassimiláveis”, “um problema de defesa nacional e segurança da pátria”.¹³

Durante os trabalhos parlamentares da Assembleia Constituinte, foram apresentadas diversas emendas que visavam restringir a entrada de imigrantes. Algumas propunham proibir a vinda de africanos e asiáticos, outras vedavam por completo o desembarque de adventícios.

Os projetos de lei foram canalizados na emenda constitucional nº 1.619, que não mencionou nenhum grupo nacional em específico, mas limitou genericamente toda a imigração, por meio de cotas diferenciadas para cada nacionalidade. O critério utilizado foi a admissão anual de no máximo 2% do total de cada nacionalidade aportado no Brasil entre 1883 e 1933.¹⁴ A emenda constitucional nº 1.619 foi apresentada na ANC de 1933/34 pelo deputado cearense Antônio Xavier de Oliveira e reuniu sugestões de diversos parlamentares, entre eles o carioca Miguel Couto, o baiano Artur Neiva e o paulista Teotônio Monteiro de Barros. A aprovação da emenda nº 1.619 deu origem ao artigo 121, alínea j, inciso VI, da Constituição de 1934.¹⁵

No período anterior à instituição das cotas no Brasil, duas convenções internacionais abordaram a condição jurídica do estrangeiro, reconhecendo aos países a prerrogativa de legislar sobre o tema. Os vinte anos que separaram as guerras mundiais do século XX viram acirrar o problema dos estrangeiros, deslocados, refugiados e apátridas, num quadro de disputas territoriais na Europa e Ásia. Em 1928, a Convenção de Havana determinou que “os Estados têm o direito de fixar, por meio de leis, as condições de entrada e residência dos estrangeiros nos seus territórios”. Em 1930, a Convenção de Haia dispôs: “Cabe a cada Estado determinar por sua legislação quais são os seus nacionais”. O sistema brasileiro de cotas para imigrantes enquadrava-se, daquele modo, na normatização admitida pelos países.

Com o dispositivo adotado na Constituição brasileira de 1934, a política de estrangeiros do primeiro período da Era Vargas assumiu expresso caráter seletivo, com base em critério étnico, muito além da premissa de proteger o trabalhador nacional, alegação presente nas normas restricionistas editadas entre 1930 e 1933.

13 Discurso do deputado Miguel Couto na ANC de 1933/34; citado c, p. 113.

14 OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *O problema imigratório na Constituição brasileira*. Rio de Janeiro: Coelho Branco Filho, 1937, p. 25.

15 HUMPHREY, John. “The international law of human rights in the middle of twentieth century”. In: *The present state of international law and other essays*. Deventer: Kluwer, 1993, p. 76-7.

A tensão entre oligarquias regionais e *tenentes*, que marcaram o início do varguismo, teriam sido determinantes para atrair o tema da imigração à cena parlamentar.¹⁶ Nesse sentido, as críticas aos estrangeiros feitas por deputados na Assembleia Constituinte de 1933/1934 se inserem numa problemática mais ampla, em que transparece a preocupação em conservar a ordem econômica e social, sobretudo no que diz respeito às relações de trabalho e ao acesso à propriedade das terras agriculturáveis.¹⁷ De acordo com o argumento, a política de cotas foi parte da reação oligárquica à Revolução de 1930, que levou à implantação de um modelo de Estado conveniente às elites regionais enfraquecidas pós-Crise de 1929, tanto as do Centro-Sul quanto as do Nordeste.

O golpe do Estado Novo, ocorrido em março de 1937, e a outorga de uma nova Carta constitucional, em 10 de novembro daquele ano, estabeleceu a ditadura personalista, consolidando uma tendência que se verificava desde que de Getúlio Vargas tomou o poder.¹⁸ O autoritarismo, o nacionalismo exacerbado e a centralização ditatorial do regime envolveram os temas relativos à imigração e à presença dos estrangeiros no país. A política restricionista e de seleção étnica se aprofundou durante o Estado Novo brasileiro, com a edição de um conjunto de leis e diretrizes diplomáticas abrangentes, cujo sentido foi expressamente favorecedor da imigração portuguesa.

O sistema de cotas da Constituição de 1934 foi mantido nos mesmos moldes, mas a referência à “garantia da integração étnica” do imigrante foi retirada do artigo 151, que legislou sobre o tema na nova Carta constitucional. A redação sobre cotas na Constituição de 1937 foi a seguinte:

A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o *limite de 2%* sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos.¹⁹

É preciso relativizar a afirmação das cotas naquele momento com a análise da sua efetividade. Nos três anos anteriores, ou seja, desde 1935, início da aplicação do sistema, apenas a corrente imigratória japonesa atingiu e ultrapassou o seu limite anual. Os principais fluxos tradicionalmente destinados ao Brasil (portugueses, italianos, espanhóis e alemães) sequer se aproximaram dos tetos previstos

16 CARONE, Edgard. *A República Nova (1930/1937)*. São Paulo: Difel, 1976.

17 LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Op. cit.*, p. 42.

18 Uma fonte para reflexão sobre a Carta do Estado Novo é a entrevista de Francisco Campos, ministro da Justiça de Getúlio Vargas e mentor daquele texto constitucional, ao *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 03.03.1945; transcrita na íntegra em PORTO, W. C. *Constituições Brasileiras, 1937. Op. cit.*, p. 39-52. Ver também CAMPOS, Francisco. *O espírito do Estado Novo: interpretação da Constituição de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação da Polícia Civil do Distrito Federal, 1937. Para uma análise jurídica contemporânea à Carta de 1937, ver PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição Federal de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1938.

19 Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16.07.1934. POLETTI, Ronaldo (org.). Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999, vol. 4. Grifo do autor.

em suas cotas, a não ser os alemães naquele ano de 1937, quando quase atingiram o máximo de 4.772 desembarques admitidos na lei.

A antevéspera da Segunda Guerra Mundial é o motivo lógico do aumento da imigração alemã, bem como a de outros grupos originários da Europa Central e do Leste, como poloneses, húngaros e romenos, reunidos na categoria “outros” do IBGE, e que juntos chegaram a um total de quase dez mil imigrantes naquele ano. Os portugueses, por sua vez, constituíram o maior contingente de imigrantes recebidos pelo Brasil durante todo o período do Estado Novo (1937/1945), respondendo por mais de 50% dos desembarques nos portos do país, inclusive durante a guerra.

Fontes e referências

Documentos de arquivos

Anexo nº 1 ao ofício nº 57 de J. de Pinto Dias, vice-cônsul do Brasil no Porto, a Mario de Pimentel Brandão; Porto, [abril] 1937; em Maços de Imigração, Portugal, 1922/1937, lata 740, maço 10.557, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

Ofício nº 116 de J. de Pinto Dias a Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda; Porto, 17.07.1934; em RCB, CBP, ofícios recebidos, abr./dez. 1934, estante 71, prateleira 4, maço 1, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva, embaixador do Brasil em Portugal, a Lino Dias Valente, presidente da Câmara Municipal de Santarém; Lisboa, 03.05.1933; anexo nº 8 ao ofício nº 113 de José Bonifácio de Andrada e Silva a Afrânio de Melo Franco; Lisboa [julho] 1933; em MDB, EBL, ofícios recebidos, jul./out. 1933, estante 25, prateleira 3, maço 14, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

Bibliografia

BOBBIO, Norberto *et al.* Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 1999.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; MALATIAN, Teresa (orgs.). *Políticas migratórias*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 242-3.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

CAMPOS, Francisco. *O espírito do Estado Novo. Interpretação da Constituição de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação da Polícia Civil do Distrito Federal, 1937.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930/1937)*. São Paulo: Difel, 1976.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933/1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

_____. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial na Constituinte de 1934*. Dissertação (mestrado) – FFLCH/USP, São Paulo, 1975.

PAP, Leo. *The Portuguese-Americans*. Boston: Twayne Publishers, 1981.

MORTARA, Giorgio. “Análise comparativa dos resultados dos Censos brasileiros de 1900, 1920 e 1940.” In: *Pesquisa sobre populações americanas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1947.

OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *O problema imigratório na Constituição brasileira*. Rio de Janeiro: Coelho Branco Filho, 1937.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição Federal de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1938.

SIMÕES, Nuno. “Emigração e interesses luso-brasileiros”. In: *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12.04.1937; jornal anexo nº 1 ao ofício nº 57 de J. de Pinto Dias, vice-cônsul do Brasil no Porto, a Mario de Pimentel Brandão; Porto, [abril] 1937; em Maços de Imigração, Portugal, 1922/1937, lata 740, maço 10.557, AHI.

WEISSBRODT, David. *Immigration law and procedure*. 4ª ed. Saint Paul, Minn: West Group, 1998.

● FLUXOS DE RIQUEZA ●

Os “Rios de Ouro” que cruzaram o Atlântico: aproximações para um estudo comparado das remessas dos emigrantes italianos, portugueses e espanhóis

Paulo Cesar Gonçalves

Unesp Assis

Emigração e remessas

O GRANDE FLUXO MIGRATÓRIO das últimas décadas do século XIX e início do XX, caracterizado pela saída de populações de Portugal, Itália e Espanha para a América, apresentou especificidades no que diz respeito às remessas de dinheiro enviadas à pátria mãe. Essas economias, fundamentais para melhoria de vida dos familiares que ficaram, ou mesmo para os emigrados que retornavam, permitiram também aos três países certo equilíbrio na balança de pagamentos, minimizando seus déficits.

São relativamente escassas as investigações sobre o tema. Alguns estudos abordaram os efeitos das remessas na economia rural, as trajetórias pessoais de emigrantes enriquecidos ou a rede de intermediários (comerciantes, bancos e banqueiros), enquanto outros ampliaram seu foco para o conjunto da nação – no qual o principal obstáculo é, sem sombra de dúvida, a quantificação precisa dos fluxos monetários.¹ Mais raros ainda, são os trabalhos comparativos. Um dos mais importantes, o de Rui Esteves e David Khoudour-Castéras, utilizou dados apontados por outros pesquisadores para estabelecer paralelo entre o fluxo migratório português, italiano e espanhol (além do austro-húngaro)

1 MASSULLO, Gino. “Economia dellerimesse”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (orgs.). *Storia dell'emigrazione italiana. Partenze*. Vol. I. Roma: Donzelli Editore, 2001, p. 162-163; MITTONE, Luigi. “Le rimesse degli emigrati sino al 1914”. *Affari sociali internazionali*, Milão, nº 4, 1984, p. 125-160; SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*. Bolonha: Il Mulino, 1979; DEAN, Warren. “Remessas de dinheiro dos emigrantes italianos do Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos da América”. *Anais de História*, Assis/SP, ano VI, 1974, p. 231-237; PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002; MATA, Maria Eugénia. “As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto”. In: MATOS, Sérgio Campos (org.). *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 33-55; CHANEY, Rick Lamon. *The economics of one hundred years of emigration of remittances in Portugal*. Michigan: University Microfilms International, 1984; GONZÁLEZ, Alejandro Vásquez. “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (org.). *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Editorial, 1988, p. 80-104; GARCÍA LÓPEZ, José Ramón. *Las remesas de emigrantes españoles en América. Siglos XIX y XX*. Colombres: Ediciones Jucar, 1992.

e o movimento das remessas, e assim verificar a importância de ambos no equilíbrio da balança de pagamentos e na manutenção do padrão ouro.²

Diante desse quadro, o presente artigo procura fazer um balanço dos estudos sobre as remessas dos emigrantes portugueses, italianos e espanhóis, enfocando a metodologia dos cálculos, as fontes utilizadas, as especificidades de cada emigração (origem e destino) e as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores do tema. A perspectiva em conjunto tem por objetivo apontar alguns caminhos resultantes desse esforço comparativo em relação ao potencial de novas fontes para a pesquisa, além de compreender esse fenômeno diante do mercado internacional de trabalho em avançado processo de unificação.

Cabe, ainda, uma última observação sobre a definição de remessas. Este estudo adota o sentido mais amplo do termo, incluindo todas as operações não comerciais – ou seja, que não tenham contrapartida de mercadorias e serviços – cujo resultado é a entrada nos países de origem do dinheiro remetido pelos emigrantes na América.

Remessas italianas: algumas considerações e números

O *Banco di Napoli* está autorizado a assumir o serviço de coleta, tutela, empenho e transmissão no Reino das poupanças dos emigrantes italianos. Para tal fim, está autorizado pelo Ministério do Tesouro, a estabelecer acordos especiais com casas bancárias e com o Ministério dos Correios e Telégrafos.³

Assim começava o artigo primeiro da Lei n. 24 para tutela das remessas dos italianos que se encontravam no exterior, publicada em 1º de fevereiro de 1901, exatamente um dia depois da Lei n. 23 dedicada exclusivamente à emigração.

A ideia de disciplinar o movimento das remessas encarregando alguma instituição bancária, no entanto, não era nova. Em 1894, a casa *Cesare Conti* de Nova York ofereceu seus serviços, que seriam executados juntamente com a administração dos correios da Itália. Em 1896, Francesco Nitti propôs ao Ministério do Tesouro um projeto para a constituição da *Banca per gli Emigrati d'Italia*, com o privilégio do serviço de remessa e apoio do ofício postal italiano.⁴

Da parte do governo, o ministro do Tesouro, Luigi Luzzatti, apresentou à Câmara seu projeto para a tutela das remessas dos emigrados na América, cujo objetivo era “salvar da rapina dos fraudadores e da astúcia dos usurários o dinheiro dos nossos pobres emigrantes”⁵.

2 ESTEVES, Rui; KHOUDOUR-CASTÉRAS, David. “A fantastic rain of gold: European migrants’ remittances and balance of payments adjustment during the gold standard period”. *The Journal of Economic History*, vol. 69, 2009, p. 951-985.

3 Legge n. 24, per la tutela delle rimesse e dei risparmi degli emigrati italiani all'estero, 1º febbraio 1901. *Leggi e Decreti del Regno d'Italia*. Gazzetta Ufficiale del Regno.

4 DE ROSA, Luigi. *Emigranti, Capitali e Banche (1896-1906)*. Nápoles: Edizione del Banco di Napoli, 1980, p. 119-120.

5 “Relazione Luzzatti alla Camera” (1º de dezembro de 1897). *Apud* FIORENTINO, Adriano R. *Emigrazione transoceanica (storia, statistica, politica, legislazione)*. Roma: U.S.I.L.A., 1931, p. 21.

Palavras bonitas que revelavam preocupação com os emigrados; mas na mesma relação, Luzzatti expunha claramente o outro lado da moeda: os interesses de grupos econômicos na tutela, e no conseqüente desfrute, das economias enviadas à pátria mãe. “Entre as várias propostas das quais se junta uma lista, o Governo se demorou particularmente sobre uma, que tinha o sufrágio de egrégios capitalistas e representantes das companhias de navegação, e fora proposta por um talentoso economista nosso”.⁶

O “talentoso economista” era Nitti, cujo projeto inspirou o de Luzzatti. A diferença principal, no entanto, residia na escolha do tipo de instituição bancária responsável pela transferência do dinheiro da América para a Itália. Nitti defendia a participação de uma instituição privada com capital acionário, mas Luzzatti preferiu um banco público para tal serviço, o *Banco di Napoli*, pois, segundo ele, as garantias do governo dariam maior segurança ao dinheiro dos emigrados.⁷

A historiografia tem apontado dificuldades para mensurar as remessas devido às várias alternativas engendradas para transferência das economias dos emigrados, muitas delas informais. Segundo Luigi De Rosa, antes da Lei n. 24, os emigrantes tinham à sua disposição os seguintes meios para enviar dinheiro à Itália: vale internacional, vale consular, bilhetes do Estado ou de bancos italianos de emissão⁸ (*Banco d'Italia*, *Banco di Napoli*, *Banco di Sicilia*), remessa via banqueiros privados.⁹ Além desses banqueiros que surgiam nos lugares de imigração, Gino Massullo aponta outros canais informais, considerados “invisíveis”, para execução da tarefa: por meio de parente ou compadre que retornava à pátria, envio pelo correio ordinário, o próprio emigrante portava consigo no regresso.¹⁰

O estudo mais completo sobre as remessas italianas é o de Luigi Mittone.¹¹ Abarcando o período de 1902 a 1913, o objetivo é duplo. Ciente das dificuldades em relação à quantificação, sobretudo das economias enviadas por meios informais, sua preocupação tem caráter metodológico de reconstrução de uma série histórica; feito isso, o autor analisa o papel das remessas no desenvolvimento econômico da península, com atenção especial para a balança de pagamentos.

Para executar essa reconstrução, Mittone apoiou-se nas informações publicadas, em 1926, pelo *Commissariato Generale dell'Emigrazione* no *Annuario statistico della emigrazione italiana dal 1876 al 1925*, no qual estão reportados três canais fundamentais para transmissão das remessas: o *Banco di Napoli*, a caixa postal de poupança e o vale postal internacional, considerados os meios “visíveis” para o envio do dinheiro. Quando aos meios “invisíveis” (informais), cuja dificuldade de mensuração é óbvia, seus cálculos basearam-se em fontes alternativas: estudos de autores contemporâneos, como

6 “Relazione Luzzatti alla Camera”. *Apud* DE ROSA, Luigi. *Op. cit.*, p. 121.

7 DE ROSA, Luigi. *Op. cit.*, p. 121 e 123.

8 Esse tipo de bilhete era um bônus emitido pelo Estado ou por um banco autorizado que se obrigava a pagar a vista e ao portador o valor discriminado.

9 DE ROSA, Luigi. *Op. cit.*, p. 109; para um breve estudo dessas práticas nos Estados Unidos, Argentina e Brasil, ver p. 109-119.

10 MASSULLO, Gino. *Op. cit.*, p. 162-163.

11 MITTONE, Luigi. *Op. cit.*

os de Francesco Coletti e B. Stringher, que estimaram, para o triênio 1907-1909, o volume total das remessas em cerca de 500 milhões de liras.¹²

Mittone organizou sua série histórica computando os valores das remessas durante o período de 1902 a 1913, subdividindo-os de acordo com a forma de envio, ressaltando que, para as transferências informais, tratava-se de um cálculo aproximado.¹³ A tabela abaixo apresenta esses números, mas também incorpora a observação de Massullo – cujo trabalho é tributário ao de Mittone – sobre a necessidade de se relativizar o montante enviado por vale postal internacional, subtraindo um terço do valor total, que corresponderia às transações comerciais também transmitidas por esse meio.¹⁴

TABELA 1. Total das remessas enviadas à Itália, em liras italianas (1902-1913)

Ano	Formais			Subtotal	Informais	Total
	Banco di Napoli	Caixa Postal de Poupança	Vale Postal Internacional*			
1902	9.304.835	12.137.448	45.231.971	66.674.254	65.199.746	131.874.000
1903	23.576.694	22.936.545	71.202.001	117.715.240	121.235.760	238.951.000
1904	28.299.399	28.699.504	84.270.944	141.269.847	145.700.153	286.970.000
1905	38.417.886	32.943.590	98.712.166	170.073.642	177.390.358	347.464.000
1906	29.888.687	52.188.318	130.295.802	212.372.807	208.891.193	421.264.000
1907	38.441.306	74.006.763	165.461.571	277.909.640	272.090.360	550.000.000
1908	36.662.542	47.737.763	148.700.931	233.101.236	232.912.764	466.014.000
1909	40.178.527	25.557.106	137.844.571	203.580.204	203.380.796	406.961.000
1910	57.364.999	51.694.044	177.383.507	286.442.550	294.040.450	580.483.000
1911	68.723.016	39.462.572	179.034.259	287.219.847	294.632.153	581.852.000
1912	76.204.554	55.581.189	182.578.785	314.364.528	328.587.472	642.952.000
1913	84.563.049	80.408.714	197.743.087	362.714.850	353.798.150	716.513.000
Soma	531.625.494	523.353.556	1.618.459.593	2.673.438.643	2.697.859.357	5.371.298.000
%	9,90	9,74	30,13	49,77	50,23	100

* Valor correspondente a 2/3 do total.

Fonte: MITTONE, Luigi. *Op. cit.*, Tabelas 1 e 4; MASSULLO, Gino. *Op. cit.*, Tabelas 2 e 3.

Apesar de a lei conceder o monopólio das remessas ao *Banco di Napoli*, os números revelam que apenas 9,9% do total utilizaram-se desse canal; a caixa postal de poupança ficou com 9,74% e o vale internacional, com 30,13%. Já os meios informais responderam por pouco mais da metade das

12 COLETTI, Francesco. “Dell'emigrazione italiana” e STRINGHER, B. “Gli scambi con l'estero e la bilancia dei pagamenti italiana”, ambos publicados na coletânea *Cinquant'anni di storia italiana*. Milão: Hoelpi, 1911.

13 Para detalhes sobre a metodologia empregada na estimativa das remessas informais e do total ver MITTONE, Luigi. *Op. cit.*, p. 131-141.

14 Massullo apoia-se nas observações de F. Coletti (*op. cit.*) e F. Balletta. *Il Banco di Napoli e le remesse degli emigrati (1914-1925)*. Nápoles, 1972.

economias enviadas do exterior. Considerando-se apenas as vias formais, pelo *Banco di Napoli* passaram 19,88% de todo montante transferido pelos emigrados.

Um artigo publicado em 1915, na revista *La Vita Italiana*, sediada em Roma, oferece algumas explicações sobre os limites de atuação do *Banco di Napoli* nos Estados Unidos. Iniciando com a pergunta – “O que fez o *Banco di Napoli* em 14 anos para cumprir o mandato que lhe conferia a lei?”¹⁵ – o articulista anônimo afirmava que os correspondentes nomeados pelo banco eram os antigos “banqueiros” que já agiam enganando os emigrantes. Além disso, representavam outros agentes financeiros, nem sempre italianos, pelos quais enviavam as economias para a Itália. Criticava, ainda, a tardia e insuficiente decisão do *Banco* de abrir uma agência em Nova York, em 1908, enquanto o volume do fluxo crescia em outras cidades – Chicago, Boston, São Francisco e Nova Orleans. Lembrava que os recentes esforços dos Estados Unidos para absorver as poupanças dos emigrados deveriam despertar a entidade para a necessidade de criar uma rede de escritórios espalhados pelas áreas de maior população italiana. Por fim, respondendo a própria pergunta, conclamava a direção do *Banco* a fazer sua escolha: “Ou realizar a missão confiada ao Instituto pela lei de 1901, ou recusar a tarefa de proteger as poupanças dos emigrantes?”¹⁶

Em relação às quantias encaminhadas pela emigração transoceânica via *Banco di Napoli*, a tabela abaixo mostra que as remessas advindas dos Estados Unidos eram de longe as mais vultosas; no primeiro quinquênio do século xx, as do Brasil apareciam em segundo lugar, mas foram superadas pelas da Argentina no período seguinte. Mesmo quando se consideram os vales postais internacionais, a situação pouco se altera.¹⁷

TABELA 2. Remessas da emigração transoceânica via Banco di Napoli, em liras italianas (1902-1915)

Origem	1902	1903	1904	1905	1906-1910	1911-1915
EUA	7.441.721	18.567.373	22.022.384	27.775.519	121.251.000	351.245.000
Brasil	1.462.683	3.021.292	3.658.328	6.243.695	25.389.000	40.290.000
Argentina	400.429	1.986.281	2.616.007	4.369.281	53.353.000	61.591.000

Fonte: Para 1902 a 1905, *La Marina Mercantile Italiana*, 7 de julho de 1905; para 1906 a 1915, TRENTO, Angelo. *Op. cit.*

Angelo Trento levanta hipótese bastante interessante sobre essa preponderância. Além da superioridade do fluxo de chegada de italianos, as maiores remessas dos Estados Unidos podem ser explicadas, em parte, por se tratar de emigração individual, enquanto que para o Brasil, vieram grupos familiares, decididos a construir o próprio futuro no novo país, e que, possivelmente, não haviam deixado parentes próximos a quem enviar o dinheiro. No entanto, como observa o próprio historiador, somente estudos específicos poderiam comprová-la.¹⁸

15 *La Vita Italiana*. *Rasegna mensile di politica interna, estera, coloniale e di emigrazione*. 15 de outubro de 1915.

16 *Ibidem*.

17 TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel; Instituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988, p. 73-74.

18 *Ibidem*, p. 74. García López atenta para situação semelhante em relação à emigração espanhola para os EUA, assinalando

Em relação ao final do Oitocentos, existem apenas algumas estimativas como a de Francesco Nitti. Apoiado em relatórios consulares e nas informações publicadas, em 1893, pelo ministério do Exterior no livro *Emigrazione e colonie*, o economista assinalava que, para a segunda metade da década de 1890, os imigrantes italianos nas Américas mandavam entre 150 a 200 milhões de liras italianas por ano, sendo que apenas de Nova York chegavam 25 milhões.¹⁹ Com base nas ordens de pagamentos por via postal e consular, ou seja, sem considerar as remessas informais, Antonio Franceschini apresentou números mais modestos para o período compreendido entre 1886-1899. Do Brasil foram enviados pouco mais de 1,8 milhões de liras italianas; da Argentina, quase 5 milhões; dos Estados Unidos, 38,5 milhões.²⁰ Jacopo Virgilio, sempre otimista quando o assunto era emigração para a região do Prata, calculava que as cifras anuais giravam em torno de 3 a 4 milhões ao final da década de 1860.²¹

De qualquer maneira, o volume de dinheiro enviado para a Itália – sobretudo no espaço de tempo da grande emigração (entre a década de 1890 e o início da Primeira Guerra Mundial) – adquiriu importância suficiente para ser notado na balança de pagamentos do reino. Apoiado em dados oficiais, Ercole Sori elaborou um modelo-padrão denominado por ele de “estrutura pré-bélica de ativos na balança de pagamentos italiana”, no qual as remessas respondiam por pouco mais de 13% dos recursos.²²

Exportações visíveis	65%
Remessas	13,5%
Despesas do turismo	12,0%
Saldos postais ativos	5,5%
Interesses de capitais italianos no exterior	1,8%
Fretes ativos ²³ e outros itens	2,5%

Gramsci, em análise clássica e pioneira, desnudou o funcionamento do mecanismo que subordinava o trabalhador agrícola meridional ao desenvolvimento do capitalismo nas áreas mais avançadas do país.²⁴ Quando a emigração assumiu forma gigantesca característica do século XX e as

que pequenas quantias compunham as tradicionais remessas aos parentes (GARCÍA LÓPEZ, José Ramón. *Op. cit.*, p. 138).

19 NITTI, Francesco S. “La nuova fase della emigrazione d’Italia”. *La Riforma Sociale*, Turim, ano III, vol. VI, 1896, p. 753.

20 FRANCESCHINI, Antonio. *L’Emigrazione italiana nell’America del Sud: studi sulla espansione colonial e transatlantica*. Roma: Tip. Forzani, 1908.

21 VIRGILIO, Jacopo. *Delle migrazioni transatlantiche degli italiani: ed in specie di quelle dei liguri alle regioni del Plata: cenni economico-statistici*. Gênova: Typografia del Commercio, 1868, p. 56, nota 2.

22 Ercole Sori. *Op. cit.*, p. 121.

23 Ativos relacionados em grande parte à marinha mercante como fruto do movimento de ida e volta da migração transoceânica.

24 “A unificação colocou em íntimo contato as duas partes da península. A centralização bestial confundiu suas exigências e necessidades, e o efeito foi a emigração de todo dinheiro líquido do Sul para o Norte, com o fim de encontrar rendimentos maiores e mais imediatos na indústria, bem como a emigração dos homens para o exterior, a fim de encontrar o trabalho que faltava no próprio país” (GRAMSCI, Antonio. “O Sul e a guerra” (1916). In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 62).

primeiras levas começaram a afluir da América, os economistas liberais proclamaram que o sonho de Sonnino²⁵ realizara-se e que uma silenciosa revolução no *Mezzogiorno* modificaria toda a estrutura econômica e social da região. Mas o Estado interveio e a revolução foi sufocada no nascedouro. O governo ofereceu bônus do Tesouro a juros fixos e os emigrantes e suas famílias transformaram-se, de agentes da revolução silenciosa, em agentes que forneciam ao Estado os meios financeiros para subsidiar as indústrias parasitárias do Norte.²⁶

Por fim, cabe ressaltar que a Itália, com sua economia frágil, praticamente não exportava capitais. No entanto, diante de um modelo *sui generis*, apoiado na emigração, passou a percebê-los com as volumosas remessas enviadas pelos italianos no exterior, que se transformaram em fonte fundamental de recursos para financiar o desenvolvimento do país.

Remessas portuguesas: fontes e metodologia de análise

Já na década de 1870, influentes intelectuais como Alexandre Herculano ressaltavam a importância das remessas dos emigrantes para o equilíbrio financeiro de Portugal.²⁷ Apesar disso, as dificuldades de se estabelecer números próximos à realidade são grandes. O estudo mais completo sobre o tema é o de Halpern Pereira. Seus cálculos estimam que, anualmente, para o período de 1881 a 1890, os valores variavam de 8 mil a 13,5 mil contos, montante que, nas duas primeiras décadas do século XX, alcançou entre 20 mil a 30 mil. Inúmeras eram as formas de transferência do dinheiro, com destaque para casas bancárias portuguesas e brasileiras e, em menor proporção, vales consulares e vales postais.²⁸

Somente a partir do final do século XIX, a *Agência Financeira do Rio de Janeiro* – instituição oficial ligada à *Caixa Geral do Tesouro* português – começou a concorrer, não sem resistência, com a rede bancária já constituída. Responsável pelo encaminhamento de aproximadamente 25% das remessas registradas, a *Agência* transformou-se na principal intermediária entre o emigrado e a região de origem. Sua rede espalhou-se por vários pontos do Brasil e, no território português, contou com a extensa penetração do *Banco de Portugal* para alcançar as mais remotas paragens.²⁹

A análise dos documentos da *Agência* feita por Halpern Pereira revela algumas características das remessas para o período de 1891 a 1924. Eram milhares de envios anuais, constituídos por

25 Sidney Sonnino, político, economista liberal e um dos principais defensores da liberdade de emigrar, elaborou a tese de que a emigração seria a “válvula de segurança” contra os problemas sociais no campo e uma forma de redenção da plebe rural. O envio das economias dos emigrados ou mesmo o retorno destes com algum dinheiro foi comemorado por muitos como a materialização de suas ideias. Sobre os projetos de Sonnino ver CIUFFOLETTI, Zeffiro “L'emigrazione e le classi dirigenti. I meridionalisti liberali”. *Il Ponte*. Gênova, nº 30-31, 1974, p. 1269-1292.

26 GRAMSCI, Antonio “Alguns temas da questão meridional” (1926). In: *A questão meridional*. *Op. cit.*, p. 160.

27 Sobre as remessas, Herculano chamou a atenção para as condições mais proveitosas da emigração oitocentista quando comparadas com a do período colonial, ao afirmar que o “Brasil tornou-se a nossa melhor colônia depois de ser colônia nossa” (HERCULANO, Alexandre. “A Emigração”. In: *Opúsculos IV*, 1879).

28 PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*, p. 55-56.

29 *Ibidem*, p. 58-60.

pequenas quantias destinadas em sua maioria para as zonas de maior emigração: 64% do dinheiro dirigiam-se aos distritos do Porto e Braga.³⁰ Deve-se lembrar, no entanto, que esse era apenas um dos caminhos para a transferência das economias dos emigrados. Além da já mencionada importância da rede de casas bancárias, outro componente torna ainda mais difícil a avaliação global das remessas portuguesas: a utilização de meios informais, como por exemplo, o envio pelo correio ordinário ou através de alguns intermediários (pequenos “banqueiros” ou mesmo capitães de navios), o porte pelo próprio emigrante em seu regresso ou por um parente que retornava ao país.

De qualquer maneira, como assinala Chaney, a notável estabilidade das entradas anuais dessas economias representou fonte de divisas extremamente segura, cuja influência estendeu-se da determinação da taxa cambial ao equilíbrio financeiro de Portugal – cálculos indicam que, em média, o montante das remessas correspondeu de 50% a 80% do déficit da balança comercial.³¹ Maria Eugénia Mata observa que, em condições normais, os empréstimos recebidos, os investimentos estrangeiros e as remessas dos emigrantes para suas famílias – de longe as entradas mais significativas que teriam alcançado 160 milhões de libras esterlinas – compensavam os déficits comerciais.³²

Ainda segundo a autora, os economistas contemporâneos invariavelmente associavam o afluxo das remessas ao comportamento da economia brasileira. A queda no final da década de 1860 – cerca de 2,4 milhões em 1865 para 1,6 milhões de libras em 1869 – foi atribuída à Guerra do Paraguai; por volta de 1871, ultrapassada a crise, os valores passaram de 2,8 milhões para 3,2 milhões de libras em 1875, caindo novamente ao final da década. Nos anos de 1880, os fluxos brasileiros retomaram a normalidade, que durou até a crise de 1891; a recuperação viria nos anos finais do século, com um pico de 7,6 milhões de libras em 1898.³³

Em relação à quantificação das remessas dos emigrantes portugueses, os estudos de Miriam Halpern Pereira e Maria Eugénia Mata³⁴ recorreram aos números fornecidos por autores contemporâneos ao movimento migratório³⁵ que tomou maior envergadura a partir de meados do século XIX e atingiu seu ápice nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial. Os dois trabalhos apresentam estimativas do volume das remessas e revelam a grande dificuldade em obter números mais precisos,

30 *Ibidem*, p. 61. Sobre o movimento anual das remessas via Agência Financeira do Rio de Janeiro ver tabelas 1 a IV, p. 66-78.

31 CHANEY, Rick Lamon. *Op. cit.*

32 MATA, Maria Eugénia. *Op. cit.*, p. 39.

33 *Ibidem*, p. 40-41. A grave crise financeira de 1891 em Portugal foi, em grande parte, reflexo da forte contração no valor das remessas que sofreram duro golpe com o problema cambial brasileiro nos últimos anos da década de 1880 (LAINES, Pedro. “A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos”. In: MATOS, Sérgio Campos (org.). *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. Op. cit.*, p. 59 e 77.

34 PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*; MATA, Maria Eugénia. *Op. cit.*, p. 33-55.

35 FREITAS, J. J. Rodrigues de. *Notices sur le Portugal, 1867 e A crise monetária e política de 1876 – causas e remédios*, 1876; MOUTINHO, J. F. *O câmbio do Brasil*, 1885; OLIVEIRA MARTINS. *Política e economia nacional*, 1885; GUIMARÃES, A. Silva. *A crise agrícola do Minho*, 1890; TELES, Basílio. *Do Ultimatum ao 31 de janeiro. Esboço de história política*, 1905; COSTA, Afonso. *Estudos de economia nacional. O problema da emigração*, 1911; CARQUEJA, Bento. *O povo português*, 1916; CAMPOS, Ezequiel de. *A grei*, 1915; SILVA, Emídio da. *A emigração portuguesa*, 1917.

sobretudo devido à recorrente utilização de canais informais de transferência de dinheiro. Até mesmo as remessas intermediadas pelas casas bancárias privadas são de difícil mensuração.

Halpern Pereira assinala alguns caminhos de investigação para se quantificar a transferência de dinheiro dos emigrantes. Em menor proporção, algumas transações eram efetuadas pelo Consulado de Portugal no Brasil. A maior parte, no entanto, realizava-se por casas bancárias portuguesas e brasileiras, e, após 1887, também pela *Agência Financeira do Rio de Janeiro*, instituída pelo governo português exclusivamente para essa finalidade. A extensa e rica série documental, constituída pelos registros de saques da *Agência* entre 1891 e 1924, pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Banco de Portugal, foi compilada e sistematizada pela autora.³⁶ Os volumes das transferências anuais são apresentados na tabela a seguir.

TABELA 3. Saques da Agência Financeira do Rio de Janeiro (1891-1924)

Ano	Nº de remessas	Valor Total (em mil réis)	Ano	Nº de remessas	Valor Total (em mil réis)
1891*	158	16.503	1908	28.055	4.769.846
1892	7.201	751.214	1909	24.216	3.901.558
1893	9.552	820.483	1910	22.675	3.724.141
1894**	9.795	649.987	1911	18.973	2.934.607
1895#	2.821	375.465	1912	21.172	3.662.252
1896	9.936	1.391.424	1913	22.446	3.909.317
1897	14.985	1.728.973	1914	17.512	3.565.185
1898	13.364	1.769.220	1915	13.594	4.040.500
1899	12.238	2.971.494	1916	11.356	6.172.922
1900	13.454	3.433.507	1917	10.489	7.615.532
1901	13.086	3.211.523	1918	7.974	5.855.595
1902	12.110	4.381.173	1919	15.564	42.701.892
1903	10.058	4.263.873	1920	16.126	62.336.143
1904	10.420	5.832.304	1921###	11.222	61.395.427
1905	-	-	1922	31.426	134.383.327
1906	-	-	1923	27.672	73.454.520
1907	11.377	3.704.802	1924	28.491	66.114.014

* registro de remessas de outubro a dezembro

** registro de remessas de janeiro a agosto

registro de remessas de julho a dezembro

remessas interrompidas entre julho e agosto

Fonte: PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*, Quadro I, p. 66.

Segundo Halpern Pereira, a *Agência Financeira* foi responsável por aproximadamente 25% das remessas registradas – ou seja, sem contar as remessas informais. Apesar de não se debruçar

36 Sobre a metodologia de coleta e cálculo dos dados ver PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*, p. 64-65 e p. 66-78.

especificamente sobre o volume restante, a autora relaciona algumas fontes que podem preencher, ao menos parcialmente, essa lacuna. Além dos trabalhos dos estudiosos da época, chama atenção o potencial a ser explorado dos *Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa* de 1874 e 1875 pelo ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros sobre a emigração portuguesa, que trazem registros das remessas feitas através de casas bancárias brasileiras;³⁷ do *Inquérito parlamentar sobre a emigração* de 1873 e da *Comissão parlamentar para o estudo da emigração portuguesa* de 1885.

Outro fato relevante, como se depreende do estudo de Sampaio Garrido,³⁸ foi a substancial participação do Banco Nacional Ultramarino no envio das remessas no ano de 1917, o que abre novas possibilidades de investigação para outros períodos. Preliminarmente, no que tange a essa instituição, foi possível localizar um corpo documental, a primeira vista bastante significativo, na “Coleção Fundo Geral Monografias” da Biblioteca Nacional de Portugal.³⁹ No Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos de Portugal, existe o “Fundo Documental Banco Nacional Ultramarino” com a documentação produzida ou recebida pela instituição entre 1864 e 1980, também com grande potencial de pesquisa.

Considerando ainda a singularidade da documentação diplomática para o estudo das remessas, como apontam alguns autores,⁴⁰ faz-se necessária a pesquisa no “Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros” junto ao Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, sobretudo nos relatórios produzidos pelas embaixadas, legações e representações portuguesas no exterior.

Oliveira Martins, sem apontar números, deixou pistas da importância dos “rios de ouro” para o Estado português. Em seu discurso na Câmara dos Deputados, proferido em 1892, o então ministro das Finanças, mencionou a questão das remessas ao tratar dos problemas financeiros enfrentados pela balança de pagamentos portuguesa:

37 *Ibidem*, p. 57.

38 GARRIDO, Sampaio. *A emigração portuguesa*. São Paulo: Júlio da Costa, 1920.

39 Algumas obras merecem destaque: SANTOS, Henrique Mateus dos. *O banco emissor e suas relações com o Estado e com a economia nacional*. Lisboa: Banco de Portugal, 1901; CHAMIÇO, Francisco de Oliveira. *Relatório do governador do Banco Nacional Ultramarino à assembleia geral do mesmo banco em julho de 1866*. Lisboa: Typ. da Gazeta de Portugal, 1866; LIMA, Sebastião de Magalhães. *A questão do Banco Nacional Ultramarino*. Lisboa: Pacheco & Carmo, 1879. 2 v; *Banco Nacional Ultramarino: 1864-1914*. Lisboa: Typ. Anuario Comercial, 1914; *Do Banco de Portugal, nosso banco nacional e do comércio de banco em Portugal*. Lisboa Typ. José Baptista Morando, 1864; *Estado da questão do Banco Nacional Ultramarino, depois da audiência de 23 de Fevereiro de 1880*. Lisboa: Typ. C. A. Rodrigues, 1880; *Estatutos do Banco Nacional Ultramarino*. Lisboa: Typ. Christovão A. Rodrigues, 1902; *Legislação referente ao Banco Nacional Ultramarino*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1906; *Novos estatutos do Banco Nacional Ultramarino*. Lisboa: Typ. eLithographia Portuguesa, 1881; *Regimen bancario ultramarino* (carta de lei de 27 de abril de 1901) e contrato de 30 de novembro de 1901 com o Banco Nacional Ultramarino / Direcção Geral do Ultramar. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902; *Relatório do Banco Nacional Ultramarino parecer do Conselho Fiscal e lista dos accionistas*. Lisboa: B.N.U., 1896; *Relatório lido em assembleia geral do Banco Nacional Ultramarino em 30 de Janeiro de 1875*. Lisboa: Typ. do Jornal do Commercio, 1875.

40 Dentre eles, PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*; SERRÃO, Joel. *Emigração Portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Horizonte, 1977.

É evidente que a diferença entre a importação e a exportação havia de ser paga em espécie, isto é, com o dinheiro recebido por empréstimos e com o dinheiro que nos rendia a emigração para o Brasil, emigração que nos dava capitais muitíssimo consideráveis. Mas chegou um dia em que, por infortúnio nosso, coincidiram duas crises, qual delas a mais grave; uma do nosso descrédito, e outra a da desorganização económica e política do Brasil. De um momento para o outro faltaram os recursos dos empréstimos, e as remessas de dinheiro do Brasil. Assim, vimo-nos momentaneamente sem nenhum dos recursos com que podíamos mascarar o nosso estado económico.⁴¹

No ano anterior, porém, escrevendo sobre a “Emigração portuguesa” em uma série de artigos para o *Jornal do Comércio*, Oliveira Martins observou que “pessoas competentíssimas a avaliar esta questão [das remessas], insusceptível de se determinar numericamente, orçam em 12 a 15 mil contos os ingressos anuais em dinheiro do Brasil”⁴². Além disso, destacou a tipologia desse fluxo financeiro:

1º. Economias de trabalhadores repatriados, de pequenos comerciantes que regressam trazendo consigo os seus haveres, e de capitalistas opulentos que deixando no Brasil toda ou parte de suas fortunas, trazem apenas o dinheiro para gastos. São estes os 5 ou 6 mil repatriados que não representam um ingresso menor de 7 a 8 mil contos.

2º. Rendas anuais dos repatriados da terceira espécie, vindas do Brasil em papel cambial: 3 a 4 mil contos.

3º. Mesadas, pensões, esmolas, presentes mandados pelos emigrantes a suas famílias, parentes e amigos, em papel cambial e até em gêneros (café, açúcar, etc.), 2 a 3 mil contos.⁴³

Maria Eugénia Mata, por seu turno, preocupa-se em quantificar as remessas dos emigrantes para inseri-las na balança de pagamentos de Portugal e estudá-las como um dos fatores de sustentação do precário equilíbrio financeiro do país entre 1865 e 1914. Nesse sentido, é necessário realizar estimativa que englobe as transferências formais e informais. O primeiro passo consistiu em calcular o número de emigrantes portugueses vivendo no estrangeiro através das estatísticas anuais de emigração e retorno (ou seja, a emigração líquida) e de suas taxas médias de natalidade e mortalidade.

Realizado o “apuramento demográfico da colônia de portugueses residentes no estrangeiro”, Maria Mata volta-se para as remessas. Para tanto, recorre a determinados autores contemporâneos para estimar o valor médio das remessas por emigrante: £ 20 na década de 1880, £ 15 no início dos

41 MARTINS, J. P. Oliveira. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. 20 de Janeiro de 1892.

42 *Idem*. *Fomento rural e emigração*. 3ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1994, p. 205.

43 *Ibidem*, p. 206.

anos de 1890, £ 16 em 1902, £ 12 entre 1907-1911, e £ 7, às vésperas de Primeira Guerra. As flutuações cambiais entre Brasil e Portugal também foram consideradas para identificar momentos de aumento e declínio das transferências monetárias, sempre muito sensíveis a esse fator.⁴⁴ A tabela abaixo apresenta as estimativas das remessas dos emigrantes segundo cálculos da pesquisadora.

TABELA 4. Valor Estimado das Remessas (1865-1914), em milhares de Libras

Ano	Valor	Ano	Valor
1865	2.411	1890	3.335
1866	2.264	1891	2.319
1867	1.968	1892	3.738
1868	1.529	1893	3.721
1869	1.679	1894	4.508
1870	1.890	1895	4.709
1871	2.134	1896	5.312
1872	2.530	1897	6.756
1873	2.750	1898	7.644
1874	2.805	1899	6.731
1875	3.165	1900	4.981
1876	2.830	1901	4.072
1877	2.844	1902	3.354
1878	2.633	1903	3.536
1879	2.485	1904	3.307
1880	2.548	1905	2.274
1881	2.609	1906	2.116
1882	2.640	1907	2.201
1883	2.725	1908	3.847
1884	2.718	1909	3.368
1885	2.373	1910	3.677
1886	2.538	1911	4.909
1887	2.876	1912	4.021
1888	3.343	1913	3.634
1889	3.907	1914	4.258

Fonte: MATA, Maria Eugénia. "As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto". Quadro III, p. 54-55.

44 Para detalhes sobre a metodologia ver MATA, Maria Eugénia. *Op. cit.*, apêndice, p. 45-55.

Assim como faz Maria Mata, é importante reconhecer os estreitos limites desses cálculos. No entanto, parece ser um exercício válido na tentativa de suprir a falta de documentação e, principalmente, de dar conta das remessas informais.⁴⁵ Além disso, devido à escassez de estudos específicos, os números servem, ao menos, como expressão de grandeza e podem ser utilizados como base comparativa para futuros trabalhos.

Em suma, os estudos de Miriam Halpern Pereira e Maria Eugénia Mata trazem à luz não apenas números específicos e estimados das remessas dos emigrantes portugueses, mas uma vasta gama de fontes e indicações com grande potencial para aprofundamento da pesquisa sobre o tema.

Remessas espanholas: limites empíricos

No plano macroeconômico, assim como ocorreu em Portugal e Itália, as remessas tiveram papel importante no equilíbrio da balança de pagamentos da Espanha. Acompanhando o incisivo aumento da emigração nos primeiros anos do século xx, o afluxo de dinheiro da América parece ser a explicação, de acordo com Prados de La Escosura, para os aparentes superávits em conta corrente a partir de 1900.⁴⁶ Em trabalho posterior, o autor assinala que as remessas dos emigrantes representaram transferência unilateral que contribuiu de maneira crescente para a economia desde os finais da década de 1880 e, sobretudo, a partir da virada do novo século. Em 1907, abriu-se outro parêntese de saldo positivo na balança de pagamentos devido à contribuição das massivas remessas vindas do ultramar.⁴⁷ Juan Sardá também assinalou que o débito da balança de pagamentos de aproximadamente 3 bilhões de pesetas entre 1882 e 1913 foi coberto pelas remessas dos emigrantes e repatriações de capital.⁴⁸

A limitada historiografia sobre o tema é unânime em assinalar as imensas dificuldades para se avaliar de forma precisa o montante dessas remessas. Vázquez González visitou estimativas de diversas fontes e obras contemporâneas para elaborar tabela (reproduzida parcialmente a seguir) que fornecesse visão global – ainda que com números aproximados – dos fluxos monetários para Espanha e Galícia durante o período migratório, confirmando, assim, a relação direta entre os volumes do êxodo e das remessas. García López também chega à mesma conclusão sobre a emigração asturiana.⁴⁹

45 Os resultados dos cálculos de Mata foram utilizados por outros estudos como o de Rui Pedro Esteves e David Khoudour-Castéras (*op. cit.*).

46 DE LA ESCOSURA, Leandro Prados. *De império a nación. Crecimiento y atraso económico en España (1790-1930)*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

47 *Idem*. “El sector exterior español durante el siglo XIX”. In: CASTRILLÓN, Gonzalo Anes Alvarez de (org.). *Historia económica de España: siglos XIX y XX*. Madrid: Círculo de Lectores, 1999, p. 301-303.

48 SARDÁ, Juan. *La política monetaria y las fluctuaciones de la economía española en el siglo XIX*. Madrid, 1948.

49 GONZÁLEZ, Alejandro Vásquez. *Op. cit.*; GARCÍA LÓPEZ, José Ramón. *Op. cit.*

TABELA 5. Estimativas das remessas vindas da América, em milhões de pesetas

Ano	Galícia	Espanha
1904	40 a 50	-
1906	48	96
1907	70	-
1908	-	171,9
1909	-	212,9
1910	-	376,9
1912	-	acima de 500
1913	-	300
1914	50 a 60	-
1920	-	800

Fonte: GONZÁLEZ, Alejandro Vázquez. *Op. cit.*, p. 96, Quadro 5.6.

Tal quantidade de recursos necessitava de canais de transferência para atravessar o oceano e chegar aos povoados da península e ilhas. Nos primeiros anos da emigração galega, a ausência de uma rede de bancos abriu caminho para que essa atividade fosse realizada pelos capitães das embarcações, armadores e comerciantes. Mais tarde, a galope do incremento do fluxo de pessoas, ocorreu proliferação de pequenas casas bancárias que interligaram os dois lados do Atlântico com maior eficiência. Existiam ainda outras formas para o envio de dinheiro: através dos cônsules espanhóis, carta postal, o próprio emigrante portava consigo no retorno. Bancos espanhóis, argentinos e até portugueses também participaram desse processo.

No caso da Galícia, o que chama atenção é a participação dos consignatários das companhias de navegação na transferência das remessas. Vázquez González observa que alguns constituíram casas bancárias próprias ou ao menos participavam delas, trilhando, assim, o caminho que conduziu a acumulação de capital obtida com a intermediação desses fluxos monetários ao papel ativo do investimento na industrialização.⁵⁰ Segundo Sánchez Alonso, a presença de capital *indiano*⁵¹ no setor bancário tornou-se evidente nas regiões de emigração. Instituições como o *Banco Pastor de La Coruña*, ou mais explicitamente o *Banco Hispanoamericano*, devem sua origem ao dinheiro americano.⁵²

50 GONZÁLEZ, Alejandro Vázquez. *Op. cit.*, p. 103. Para uma lista das casas bancárias ligadas aos consignatários galegos ver *Idem*. “Os novos señores da rede comercial da emigración a América por portos galegos: os consignatarios das grandes navieiras transatlánticas, 1870-1939”. *Estudios Migratórios*, Santiago de Compostela, nº 13-14, 2002, p. 27.

51 Indiano: termo muito comum na Espanha, relacionado à emigração, para indicar alguém ou algo que veio da América.

52 ALONSO, Blanca Sánchez. “La emigración española a la Argentina, 1880-1930”. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (org.). *Espanoles hacia América... op. cit.*, p. 230.

As remessas americanas também forneceram outra via de acumulação aos consignatários gallegos. Como o financiamento das passagens dependia largamente desse dinheiro, a emigração cumpriu mais uma vez a função de canalizar recursos para esse grupo que, excetuadas as companhias de navegação, encontrava-se no topo da hierarquia da rede que desfrutava e servia ao fluxo migratório.⁵³

García López estudou as remessas encaminhadas para as Astúrias entre os séculos XIX e XX. Seu propósito é de se aproximar do conhecimento dos fluxos de dinheiro que chegaram à Espanha, identificando sua tipologia e modalidades, os meios utilizados para as transferências, as instituições que as canalizaram e, na medida do possível, as importâncias transmitidas.⁵⁴ Para tanto, o autor fez uso dos livros de contas de várias casas bancárias asturianas, dentre elas, as duas mais importantes, *Pedro Masaveu y Compañía* e *Herrero y Compañía*, cuja volumosa documentação permite compreender os mecanismos das remessas dos emigrantes. Além disso, outras fontes também foram utilizadas de forma a complementar os dados obtidos: os registros cartoriais (inventários) e a correspondência dos emigrantes.

Com base nas características do fluxo migratório e nas circunstâncias relativas aos países de destino e às instituições financeiras mediadoras, García López distingue três períodos. Até 1880, quando as remessas eram escassas, em consonância com o baixo volume migratório, e as instituições bancárias praticamente inexistiam, o que praticamente limita as informações aos registros cartoriais e à correspondência privada. Entre 1880 e 1930, período de grande aumento da emigração e crescimento da economia que criaram as condições para geração do fluxo de remessas; paralelamente, desenvolveram-se intermediários financeiros que facilitaram e lucraram com essas transferências e deixaram como legado seus registros em documentação contábil. De 1931 a 1960, caracterizado pelos primeiros agregados oficiais por conta dos registros completos das balanças de pagamentos.

Os dois primeiros períodos interessam mais diretamente a este estudo comparado. Em ambos, o autor identificou a formação de uma rede para atender às demandas dos emigrantes em relação ao envio das remessas para a Espanha. Inicialmente, a falta de bancos foi suprida pelos chamados “comerciantes-banqueiros”, ou seja, comerciantes que tomavam para si os serviços de transferência, cobrindo-os progressivamente até se especializarem constituindo verdadeiras instituições bancárias, seja na América, seja em solo espanhol.⁵⁵ Tal dinâmica também determinou o surgimento de pequenas casas bancárias e, posteriormente, a presença mais intensa dos bancos já consolidados, através de suas sucursais ou representações.⁵⁶

Apesar do significativo manancial de informações proporcionado pela documentação compulsada, García López não se furta em relacionar trabalhos de contemporâneos ao grande fluxo

53 GONZÁLEZ, Alejandro Vázquez. “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas”, *Op. cit.*, p. 101.

54 GARCÍA LÓPEZ, José Ramón. *Op. cit.*, p. 11.

55 *Ibidem*, p. 36.

56 Bancos ingleses, franceses e norte-americanos também tiveram grande importância na transferência das remessas. Cf. *ibidem*, p. 132 e ss.

migratório, assinalando que as remessas foram tão significativas que atraíram a atenção de políticos, historiadores e publicistas, originando inúmeros estudos. Em sua opinião, merece destaque o mais completo deles, o de Rafael María de Labra, por utilizar os dados fornecidos pelas principais entidades bancárias espanholas especializadas nesse tipo de serviço. Trabalhando com números procedentes de Madri, Barcelona, Astúrias, Galícia, Bilbao, Cádiz e Valência, Labra estimou, para o período compreendido entre 1906 e 1910, a média de 220 milhões de pesetas anuais.⁵⁷ Os cálculos devem ser relativizados, mas fornecem ideia aproximada do volume do dinheiro enviado pelos emigrantes à terra natal nas primeiras décadas do século xx.

Objetivos da análise comparada: algumas aproximações

Por conta do balanço realizado neste estudo, que nem de longe pretende ser exaustivo, é possível perceber as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema das remessas. Para superar minimamente as lacunas na documentação e a impossibilidade de apurar as transferências de dinheiro pelos denominados meios “invisíveis” ou informais, pesquisadores elaboraram metodologias de cálculos e visitaram estimativas de estudiosos contemporâneos. Tudo isso, com o objetivo de melhor apreender os quantitativos das remessas, pois a sua importância, independentemente dos valores exatos, já foi documentada à época e assinalada por trabalhos recentes, muitos dos quais citados no decorrer deste texto.

O exercício comparativo aqui empreendido tem outro propósito: o de explorar as fontes documentais utilizadas por pesquisadores ligados ao estudo das remessas em Portugal, Itália e Espanha na tentativa de verificar se lacunas específicas podem ser preenchidas pela investigação dos indícios levantados em cada esforço analítico. Em suma, o objetivo é comparar os caminhos trilhados e o potencial das fontes compulsadas em cada país para verificar se ambos podem complementar os resultados apresentados até o presente momento.

As investigações sobre as remessas italianas partiram de fontes oficiais e estimativas de contemporâneos, assim como nos dois outros países, mas também compulsaram uma série de outros documentos como os vales internacionais, os vales consulares e os bilhetes do Estado ou de bancos italianos de emissão. Warren Dean, por exemplo, em trabalho pioneiro, trouxe à luz documentos ainda hoje pouco estudados: as ordens de pagamento postais internacionais e as ordens de pagamento consulares recebidas na Itália.⁵⁸ Lamentavelmente, porém, o breve texto, rico em indicações de fontes, carece de análise mais aprofundada e, ao que tudo indica, não foi retomado pelo autor.

Tais fontes, além de agregarem informações ao estudo das remessas italianas, não poderiam indicar caminho de pesquisa para os casos português e espanhol? Afinal, Halpern Pereira não chama

57 LABRA, Rafael María de. *La personalidad internacional de España. Discurso de ingreso en la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, sesión de 19 de mayo de 1912*. Madri: Tip. Jaime Ratés, 1915. Apud GARCÍA LÓPEZ, José Ramón. *Op. cit.*, p. 125-126.

58 DEAN, Warren. *Op. cit.*

atenção para as possíveis transferências de dinheiro realizadas através dos consulados? Em relação à Espanha, seus cônsules também não exerciam o mesmo papel, como observa Vázquez González?⁵⁹

A mesma questão surge em relação aos intermediários – “comerciantes-banqueiros”, casas bancárias e bancos –, outro aspecto em comum dos movimentos migratórios nos três países. O estudo de García López debruçou-se sobre os mediadores das remessas espanholas, apontando a riqueza da documentação produzida por essas entidades privadas.⁶⁰ Halpern Pereira sublinhou o florescimento bancário, iniciado entre 1873-1875, no qual aproximadamente metade dos bancos foi criada em cidades de província ou vilas, ou seja, fora de Lisboa e Porto.⁶¹ As investigações sobre as remessas italianas, apesar de mencionarem, deram pouca importância a esses canais de transferência. No entanto, a participação não superior a 20% do *Banco de Napoli* na transmissão das economias formais dos emigrantes, mesmo com o monopólio legal, não seria um indicativo da intensa atividade dessas casas bancárias?

Por outro lado, o grande desenvolvimento da rede bancária espanhola não justificaria certo desprezo da lei de 1907⁶² em relação à proposta de criar um banco específico para executar os serviços das remessas, como no caso da *Agência Financeira do Rio de Janeiro* em Portugal, ou a tentativa por parte do governo italiano de estabelecer o monopólio dessas operações ao *Banco di Napoli*?

Muitas dessas perguntas, apesar de ainda permanecerem sem resposta, podem iluminar a pesquisa que se proponha a cotejar as diversas fontes existentes em cada país, no sentido de criar alternativas criativas para o preenchimento das inúmeras lacunas, tão caras aos estudiosos preocupados com “os Rios de Ouro” que cruzaram o Atlântico durante a grande emigração.

59 PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*; GONZÁLEZ, Alejandro Vásquez. *Op. cit.*

60 GARCÍA LÓPEZ, José Ramón. *Op. cit.*

61 PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1983, p. 257.

62 Ley de Emigración de 21 de diciembre de 1907. *Boletín del Consejo Superior de Emigración*. Madrid, ano I, t. I, 1909. Essa lei, considerada por muitos parlamentares espanhóis “irmã siamesa” da lei italiana de 1901, foi regulamentada em 30 de abril de 1908.

Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória (1850-1920)¹

Cristina Donza Cancela • Anndrea Caroliny da Costa Tavares • Oton Tássio Silva Luna

Universidade Federal do Pará

A EMIGRAÇÃO É CONSIDERADA uma constante estrutural ao longo da história portuguesa, possuindo um fluxo contínuo desde, pelo menos, o século XVI. Contudo, nesse artigo, abordaremos uma parte do período da assim chamada emigração portuguesa moderna, concentrada entre os anos de 1850 a 1930.²

A emigração portuguesa moderna tem o Brasil como principal destino e é estimulada pelo crescimento populacional, pela formação de relações capitalistas no campo e a não absorção da mão de obra camponesa pelo mercado nacional, contribuindo para a miséria, o desemprego e/ou subemprego dos camponeses. É uma migração preferencialmente masculina e jovem, caracterizada pela perspectiva de enriquecimento e retorno à terra natal.

Ao aportar no Brasil, muitos desses migrantes tem no comércio a atividade mais viável e a principal, uma vez que a posse da terra e a possível realização de atividades agrícolas encontravam-se concentradas entre as famílias tradicionais dos locais de fixação. Não vai ser diferente no Pará.

Imigração, patrimônio e atividade econômica

Em trabalhos anteriores, utilizando os registros civis de casamento, entre os anos de 1908 a 1920, mostramos que a maior parte dos portugueses (78%) que contraíram matrimônio, em Belém, tinha no comércio sua atividade principal.³ Várias eram as atividades que poderiam estar referidas no guarda-chuva que significa a expressão *atividade comercial*. Nela poderiam se enquadrar proprietários de firmas, empregados, auxiliares no comércio, ambulantes, livreiros, caixeiros e guarda-livros.

1 Este artigo faz parte do projeto de pesquisa Imigração portuguesa e alianças matrimoniais: patrimônio, casamento e famílias em Belém (c. 1850 – c. 1920), financiado pelo CNPq.

2 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru/São Paulo: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002.

3 CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais. Belém (1891-1920)”. *História – Unisinos*, vol. 15, nº 1, jan.-abr. 2011. p. 60-70.

Esta mesma tendência se manteve na consulta a outro corpo documental: os inventários levantados entre os anos de 1850-1920.⁴ No total de 235 inventários de portugueses encontrados, em apenas 147 deles houve algum tipo de referência às atividades exercidas pelo inventariado, muitas vezes identificadas a partir do tipo de bem presente em seu *portfolio* e arrolado no processo: engenhos, fazendas, firmas, estradas de seringa. Destes 147 inventários onde foi possível identificar a atividade econômica exercida pelo sujeito, em 84% deles aparecia o comércio. Na condição de proprietários e sócios de firmas comerciais voltadas para a oferta de mercadorias (carroças, utensílios em geral, joias, alimentos) ou serviços (hotel, taverna), o comércio figurava na principal atividade exercida pelos portugueses. Quando comparamos com o total dos 235 inventários de portugueses consultados, esse percentual de sujeitos envolvidos com o comércio ainda é expressivo, alcançando cerca de 52%.

Não se pode esquecer, que a emigração de pessoas ligadas ao comércio permeou todo o século XIX. Fazia parte da prática das casas de comércio do Porto o envio de caixeiros para o Brasil, alargando com isso as relações entre as firmas e seus proprietários dos dois lados do Atlântico.⁵ Numa sociedade eminentemente rural, as profissões em Portugal giravam em torno do artesanato (carpinteiros, pedreiros, ourives, alfaiates, setor de metalurgia) e do comércio. “Comerciantes”, “proprietários”, “trabalhadores no comércio”, seguidos dos “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” e “ pescadores” compõem o perfil daqueles que solicitaram passaporte para o Pará, entre os anos de 1889 e 1900.⁶ A propósito da presença de pessoas ligadas à terra e à atividade pesqueira, as profissões ligadas ao comércio se mantêm como predominantes e contínuas na segunda metade do século XIX e, como dissemos, a maior parte dos *portfolios* levantados nos inventários em Belém, pertencia a portugueses envolvidos no comércio, algumas vezes proprietários de firmas comerciais.

Embora nesses inventários viessem arroladas as firmas, dificilmente tínhamos como saber a natureza dos negócios que essas casas comerciais envolviam. Naquelas em que nos foi possível identificar tal perfil, observamos a presença expressiva de negócios ligados à consignação de mercadorias, compondo o que se convencionou chamar *casas de aviamento*. Essas firmas abasteciam os seringais de mercadorias gerais como alimentos, roupas e utensílios; em troca, recebiam o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha

4 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Cartórios Fabiliano Lobato, Leão e Odon Rhossard, com um total de 235 inventários levantados.

5 Cf. ALVES, Jorge Fernandes. “Lógicas migratórias no Porto oitocentista”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da *Emigração/ Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre emigração/imigração em Portugal (século XIX-XX)*. Fragmentos, 1993. E, ainda, SCOTT, Ana Silvia. “Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste Português (século XVIII e XIX)”. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Ouro Preto/ Minas Gerais, nov. 2002.

6 CANCELA, Cristina Donza. “Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém, 1870-1920”. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 18, 2009. De algum modo, a presença de lavradores e pescadores evidencia as dificuldades enfrentadas pelos portugueses em relação à introdução das máquinas, a desestruturação do setor artesanal, a crise comercial, os problemas da viticultura, a escassez do algodão e as mudanças na relação de pesca com a introdução, inclusive de barcos à vapor.

para a casa exportadora, ou mesmo, para uma segunda casa de aviamento, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado.⁷

Ao analisar a economia da borracha, Weinstein⁸ observa que os portugueses foram os proprietários das primeiras casas de aviamento instaladas no Pará. Os demais estrangeiros, em particular americanos e ingleses, concentraram suas firmas no comércio de importação e exportação da goma elástica. Essas firmas importadoras compravam a borracha dos portugueses, proprietários de casas de aviamento.

Em pleno auge da economia da borracha, ao longo da década de 1880, podia-se encontrar 18 firmas aviadoras entre os associados da Câmara de Comércio do Pará. Esse número sobe para 42, em 1890 e 223, em 1906.⁹

É importante mencionar que, a despeito de serem comerciantes, nem sempre esses indivíduos possuíam um grande cabedal e seus *portfolios* variavam significativamente em termos de propriedades e valores. Poucos foram aqueles cuja fortuna ultrapassou mil contos de reis (0,5%). Mesmo não levando em conta o fluxo cambial do período trabalhado, podemos perceber que, a maior parte dos bens ficava concentrada na faixa de renda que variava entre quatro a duzentos contos de réis (81%). Apenas 14% das heranças alcançaram valores até quinhentos contos de réis e menos de 5% ficou acima desse valor.

A propriedade de uma firma com capital de giro alto e patrimônio sólido certamente facilitava a inserção desses imigrantes recém-chegados na elite mercantil paraense. Essa foi a trajetória do proprietário de uma das maiores casas de aviamento de Belém, o português Bento Rebelo de Andrade,¹⁰ que junto com outros comerciantes reergueu a Praça do Comércio de Belém.¹¹ Contudo, mesmo não necessariamente possuindo firmas com grande capital de giro, a influência desses imigrantes com comércio podia se fazer perceber através das redes por eles articuladas. O associativismo traduzido na fundação de clubes, sociedades beneficentes e literárias, agregavam prestígio e status social, mesmo a comerciantes que não se destacavam pela posse de grandes firmas comerciais, mas acabavam se destacando pela inserção em redes de sociabilidade da colônia portuguesa em Belém, como veremos mais à frente ao falarmos de trajetória de Francisco Gonsalves Medeiros Branco.

Uma vez concentrados no comércio, poucos foram os portugueses que tiveram a posse de terra arrolada em seus inventários. A terra não compunha o patrimônio da maior parte dos imigrantes

7 REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

8 WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

9 *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e indicador para 1906 – obra estatística e de consulta fundada em 1904*. Pará: Editor Fernando Cardoso, 1906, p. 655-663.

10 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Bento Rebelo de Andrade. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1900.

11 Ernesto Cruz, em seu trabalho sobre a Associação Comercial do Pará, deixa claro que, na segunda metade do século XIX, os comerciantes, muitos deles aviadores e estrangeiros, reergueram aquela associação, fortalecendo-a e criando uma nova diretoria (CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª ed. Belém: Editora da UFPA, 1996).

aqui aportados. Encontrar um número reduzido de portugueses proprietários de fazendas, engenhos, sítios e seringais.

Dentre os inventariados, três deles tiveram fazendas registradas em seus montantes. Neste grupo destaca-se o nome de Fernando Maria da Cunha, nascido na Freguesia de Nossa Senhora do Monte de Caparica, Concelho de Almada, Sul do Tejo. A fazenda estava localizada em Soure, ilha do Marajó. Juntamente com ela, Fernando possuía também uma vinha em Portugal, o que evidencia a manutenção da posse de terras em Portugal e no Brasil e, provavelmente, de contato com a terra natal mesmo residindo no Pará. Além desses bens, Fernando possuía centenas de animais, dinheiro em bancos, casas, terrenos, ações e letras comerciais. Era casado com Joaquina Amélia de Matos Cunha, mas não possuía filhos. Sua fortuna estava acima de 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis) quando faleceu em 1887.¹²

Os dois outros portugueses que possuíam fazendas concentraram fortunas de menor monta. Joaquim Jose Batista de Araújo era proprietário de terra em Muaná e Cachoeira do Arari, ambas localidades situadas na Ilha do Marajó. Ele era o único a combinar a posse de terras com a existência de uma firma comercial.¹³ Por sua vez, assim como Fernando Maria da Cunha acima citado, Luiz Jose Martins de Albuquerque, possuía terras no Pará e em Portugal, evidenciando o trânsito de bens e a mobilidade de recursos em Portugal e no Brasil.¹⁴

É importante lembrarmos que essa prática não era incomum e que parte dos imigrantes mantinham bens no Brasil e em Portugal. A viagem para o Brasil não era um movimento único e, muitas vezes, o trânsito entre os dois países se fazia necessário para a gestão dos negócios comerciais ou mesmo rurais.

Ainda no grupo daqueles que conseguiram adquirir terras na capital paraense, encontramos um total de onze homens portugueses que tiveram sítios e quintas, com plantação de cana-de-açúcar, cacau e laranja, arrolados em seu patrimônio. Alguns combinavam essas plantações com a posse de engenhos. Essa era a situação do casal Luiz Monteiro da Silva e Maria Barbara da Cunha Barros que possuíam um engenho com casa de sobrado e olaria no rio Anapu, quatro embarcações e um plantel de 59 escravos.¹⁵ Ou mesmo, o viúvo, Domingos José Martins de Albuquerque que além de um engenho localizado no Acará, era proprietário de uma firma de consignação.¹⁶

12 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Fernando Maria da Cunha. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1887.

13 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Joaquim José Batista de Araújo. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1911.

14 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Luiz José Martins de Albuquerque. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1917.

15 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Luiz Monteiro da Silva e Maria Barbara da Cunha Barros. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1858.

16 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Domingos José Martins de Albuquerque. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1892.

Assim, dos 147 indivíduos cuja atividade econômica pôde ser aferida nos inventários, 14 deles (cerca de 10%) possuíam a posse de terras em seu *portfolio*, um número reduzido se levarmos em conta aqueles que tinham atividades voltadas ao comércio.

É importante destacarmos a presença de seringalistas entre os inventariados, num total de sete indivíduos. A maior parte tinha entre 13 e 65 estradas de seringa, a exceção de Jose Antonio de Resende, que teve registrada em suas terras um total de 235 estradas.¹⁷ Os demais seringalistas eram Antonio Joaquim da Cruz,¹⁸ Francisco Ferreira do Prado,¹⁹ Antonio Coelho Guimarães,²⁰ Antonio Alves da Silva Cunha,²¹ Manoel Alves da Cruz,²² Manoel Joaquim de Faria.²³ Dentre os seringalistas, cinco deles possuíam firmas comerciais e foram citados como comerciantes. Dois tinham suas terras localizadas em Anajás, Ilha do Marajó, o coronel Jose Antonio de Resende e Antonio Alves da Silva Cunha. Esse fato é importante, pois as terras do Marajó, assim como aquelas localizadas na região das demais ilhas que constituem o entorno de Belém, compunham os primeiros seringais explorados na província. Quando do *boom* da borracha (1870-1910), essas eram as áreas que forneciam a goma elástica para exportação. Apenas posteriormente, as áreas de exploração de seringa se expandiram para além da Ilha do Marajó alcançando as terras ao longo do rios Tapajós, Tocantins, bem como os Estados do Amazonas e do Acre.

De algum modo, no início da exploração da borracha, as terras pertenciam preferencialmente a ribeirinhos, caboclos, ou seja, pessoas do lugar. Pouco a pouco, os estrangeiros vão adquirindo essas propriedades e, quando as estradas de seringa se esgotam, vão abrindo novas frentes de exploração em direção ao Amazonas. Parte dos estrangeiros que adquiriram propriedades no Marajó, era português.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira se detém sobre as características desse período inicial, classificado por ele de modelo caboclo do seringal, assinalando algumas de suas características. Dentre elas, destaca a extração baseada na mão-de-obra dos indígenas, mamelucos e caboclos que residiam na região; a despreocupação com a posse legal do terreno; a combinação da atividade de extração do látex com a atividade de lavoura de produtos necessários à alimentação do seringueiro,

17 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de José Antonio de Resende. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1903.

18 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Joaquim da Cruz. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1898.

19 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Francisco Ferreira do Prado. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1901.

20 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Coelho Guimarães. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1900.

21 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Alves da Silva Cunha. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1904.

22 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Manoel Alves da Cruz. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1916.

23 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Manoel Joaquim de Faria. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1890.

que, dessa forma, não ficava dependente do fornecimento dos comerciantes; a concentração das áreas de extração da borracha, na chamada região das Ilhas.²⁴

As Ilhas correspondiam às terras relativamente próximas a Belém e seus distritos, que compreendiam os rios Jari, Capim, Guamá, Acará, Moju e Xingu, seguido do arquipélago do Marajó.²⁵

Posteriormente, desenvolveu-se o modelo do apogeu onde ocorria a exploração de áreas mais distantes, acima referidas, como o Amazonas nas áreas dos rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá. Nesse momento teríamos a presença maciça do migrante nordestino trabalhando nos seringais, a demarcação das terras e o requerimento de títulos de propriedade.²⁶

É nesse momento da economia da borracha que encontramos os portugueses proprietários de casas de aviamento possuindo terras com seringais. Em nosso levantamento pelo menos cinco deles também possuíam casa comercial. A alta cotação da borracha tornava-se um elemento de atração desses imigrantes para as terras paraenses.

Contudo, a julgar pelos inventários por nós cotejados, não encontramos entre os seringalistas pessoas com grandes fortunas. Dos sete portugueses seringalistas acima citados, apenas um deles concentrou uma fortuna acima de trezentos contos de reis, dois tiveram *portfolios* que giravam em torno de cento e quarenta contos de reis e os demais não chegaram a perfazer os cem contos de reis. Esses inventários foram abertos em períodos muito próximos, entre os anos de 1898 e 1904, desse modo, em pleno desenvolvimento da economia da borracha na província do Pará. Nem mesmo esse momento de auge, bem como a abertura de firmas comerciais, agregou valores mais significativos aos bens desses imigrantes. Vale destacar que, além das estradas de seringas, a maior parte deles igualmente possuía casas e terrenos. Nem mesmo assim eles se configuravam entre aqueles imigrantes que conseguiram as maiores fortunas encontradas.

Ainda caracterizando o perfil das atividades econômicas dos portugueses, vale registrar a diminuta presença deles exercendo profissões liberais. Dentre os inventariados em Belém apenas um profissional liberal foi encontrado e exercia a atividade de farmacêutico. Chamava-se Custodio de Souza Pinheiro e atuava em seu próprio estabelecimento comercial, onde era sócio de Serafim Jorge de Almeida. Dentre seus bens, e diferentemente dos demais *portfolios* arrolados, inúmeros títulos bibliográficos foram citados.²⁷

Naturalidade dos imigrantes

Aspecto que merece nossa atenção é referente à origem destes portugueses, uma vez que o local de saída, envolto em uma dada conjuntura, impulsiona de forma direta na escolha pela migração.

24 OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 11, maio 1979.

25 VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*, op. cit., p. 176. REIS, Arthur César Ferreira. *Op. cit.*, p. 57.

26 OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Op. cit.*, p. 125-126.

27 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Custodio de Souza Pinheiro. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1872.

Como referimos, o processo migratório português passou a ser motivado em maior escala pelas distorções do desenvolvimento do capitalismo independente e pela forma desigual com que este se desenvolveu nas regiões portuguesas, logo após o fim do Antigo Regime.²⁸ De maneira mais expressiva, a região Sul passou a receber maiores investimentos e a condicionar o domínio das terras em grandes latifúndios, enquanto que a região Norte esteve propensa a conservação de pequenas propriedades rurais que representavam a fonte de renda de maior parte das famílias ali instaladas, principalmente no Minho. Região montanhosa onde predominavam os minifúndios, a maior densidade demográfica do país e onde a transmissão da propriedade rural era destinada a apenas um filho, cabendo aos outros a busca por outras fontes de sobrevivência.²⁹ Não mais privilegiados pela remissão dos forais, concessões sobre propriedades por parte de pessoas jurídicas ou privadas, mais frequentes entre os agricultores mais abastados, muitos habitantes do Norte viram na emigração a válvula de escape para a amenização dessa conjuntura.

Desse modo, do total de 235 inventários vistos, em 143 temos informações referentes à origem dos imigrantes. Assim, pudemos perceber que há uma saída considerável dos distritos localizados na região Norte do país, principalmente dos distritos do Porto (25,87%), Braga (18,88%), Aveiro (12,58%) e Viana do Castelo (6,99%), regiões que sofreram com a desigual distribuição dos proventos oriundos da economia capitalista. A região do Entre Douro e Minho é tida como a área de maior incidência de emigração, embora tal fenômeno seja percebido em todas as regiões do país, porém, em escalas diferenciadas,³⁰ como pudemos identificar também nos inventários arrolados, com a presença de imigrantes dos distritos de Lisboa (5,59%) e Santarém (1,39%), localizados mais ao sul do território.

Deve-se considerar também que os distritos com maior incidência de emigração estão localizados próximos à região litorânea de Portugal, elemento que pode ter facilitado a saída do grupo de emigrantes.

Muitos deles vinham ainda muito jovens, ainda com 13 anos, de alguma maneira evitando o recrutamento militar. O papel das redes familiares e de vizinhança era fundamental, e muitos jovens eram enviados para trabalhar em casas comerciais de parentes ou conhecidos. Viajavam sozinhos ou com um tio que poderia estar vindo pela primeira vez ao Brasil ou reemigrando para dar continuidade aos negócios; ou ainda, viajavam com conhecidos levando fotos para identificar a pessoa no porto e cartas de recomendação. Essa foi a história de muitos daqueles que chegaram ao Porto de Belém. Essa é a história que vamos conhecer a partir de agora. A história de como um menino chegado ainda tão jovem em Belém realizou sua inserção na sociedade paraense, atualizando e ressignificando a identidade e a sociabilidade dos portugueses na cidade. Essa é a história de Francisco Medeiros Branco.

28 PEREIRA, Mirian Halpern. *Op. cit.*

29 SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

30 *Idem*. "Aproximando a metrópole da colônia..."; *op. cit.*

Imigração e associativismo através de uma trajetória

Além das principais características encontradas em vários trabalhos para o fluxo migratório entre Brasil e Portugal durante a segunda metade do século XIX e início do XX, tais como a presença marcante de indivíduos jovens e solteiros do sexo masculino – provenientes, em sua maioria, das regiões localizadas mais ao norte do território português, como foi ressaltado, até aqui, entre os imigrantes recém-chegados à capital paraense –, é notável a ansiedade por um associativismo cada vez mais presente e central no cotidiano da colônia portuguesa estabelecida em Belém. Presentes em várias cidades brasileiras também marcadas por uma grande afluência desses imigrantes, como Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, agremiações que exerciam variadas funções (espaço de lazer, sociabilidade, assistência médica e financeira, leitura e repatriação de portugueses pobres) eram multiplicadas à medida que o contingente populacional luso na província do Pará era intensificado.

Analisados exemplares disponíveis para o período entre 1858 e 1890 de jornais como *A Província do Pará*, *Gazeta Oficial*, *A Voz do Caixeiro*, *Diário de Notícias*, *O Liberal do Pará* e *A Vida Paraense*, bem como *O Lusitano* e *A Colônia*, semanários publicados na década de 1920, percebemos vários portugueses sendo recorrentemente noticiados. Entre as principais notícias encontradas, destacam-se a publicidade comercial, o anúncio de encontros muitos deles associados à eventos vitais (nascimentos, aniversários, casamentos e óbitos), listas de pessoas físicas e jurídicas que participavam de ações filantrópicas e, em maior quantidade, publicações acerca das agremiações portuguesas, as quais normalmente versavam sobre a convocação de reuniões extraordinárias ou apresentavam os membros eleitos para o corpo administrativo do ano seguinte.

Verificada tamanha visibilidade local dessas instituições, podemos salientar que, sendo compostas, é claro, por indivíduos, elas paralelamente elevavam o nome de alguns de seus membros mais emergentes. Isto é, os imigrantes portugueses construía tais instituições e por elas eram construídos social e politicamente.

Da mesma forma que em qualquer instituição composta por vários membros, na qual todos podem votar e ser votados, ser eleito para a Sociedade Beneficente (posteriormente, ganharia a alcunha “portuguesa” e, mais tarde, o título “real”, sendo então conhecida como Real Sociedade Portuguesa Beneficente) ou para o Grêmio Literário Português, por exemplo, está diretamente condicionado à visibilidade e à sociabilidade do pleiteante. Não é à toa, portanto, que Francisco Gonsalves de Medeiros Branco, idealizador e fundador da Beneficente em 1854, tenha sido promovido ao cargo máximo desta agremiação por não menos que seis vezes, até sua morte em 1867.

A rapidez com que adquiriu tanto prestígio político e social, a ponto de possuir influência suficiente para arregimentar dez compatriotas para a realização das primeiras reuniões encarregadas da formulação dos estatutos da nova agremiação e de sua fundação, é algo que requer uma análise mais atida à sua biografia. Sua trajetória conhecida excede os jornais da época.

Autores como Arthur Vianna, renomado escritor e jornalista paraense, Lino de Macedo, português habitante do Rio de Janeiro, e Manoel Francisco Paxeco (ou, como ficou mais conhecido,

Fran Paxeco), o cônsul de Portugal mais lembrado em livros e homenagens do início do século xx na região, publicaram algumas obras em que Medeiros Branco, devido às suas largas contribuições à comunidade imigrante, é inevitavelmente mencionado. São elas: *O Pará e a colônia portuguesa*,³¹ *História da Sociedade Portuguesa Beneficente*,³² uma ampliação do texto escrito por Arthur Vianna em 1904 e publicado no *Jornal do Commercio e Amazonia*.³³ *O Album da Colonia Portuguesa no Brasil*³⁴ ainda reedita – repetindo as mesmas falhas, por sinal – o texto de Fran Paxeco e apresenta Medeiros Branco para as outras regiões brasileiras.

Nascido em 1823, na região dos Trás-os-Montes, ao norte de Portugal, Francisco Gonsalves de Medeiros Branco, filho de lavradores pobres, cingiu uma trajetória semelhante à de grande parte dos imigrantes portugueses estabelecidos na capital paraense. Jovem, aos treze anos de idade, deixou pai e mãe e acompanhou seu tio em viagem dispendiosa, longa e cansativa. Aportou primeiramente em Pernambuco, onde ficou por pouco tempo – provavelmente à espera do vapor ou do veleiro que, em alguns dias, o levaria a São Luís, seu primeiro destino fixo em terra desconhecida. Desde logo, devido às adversidades socioeconômicas de origem (família e país empobrecidos), bem como às próprias dificuldades encontradas no Maranhão, o pequeno Medeiros Branco, afastado de pais e país natal, foi compelido a iniciar-se como caixeiro no setor comercial, adaptando-se a uma tendência crescente na economia amazônica ao longo dos oitocentos, quando a pecuária passa a dividir espaço com o comércio e com o extrativismo gomífero.

Arthur Octavio Nobre Vianna, grande propugnador da presença da colônia portuguesa no Pará e componente do seletivo grupo dos sócios honorários da Beneficente, escreveu sobre a história da sociedade em texto que não poderia deixar de exaltar os fundadores e o idealizador da agremiação à qual pertencia. Portanto, segundo ele, o trasmontano era, desde jovem, alguém bastante aplicado, tanto no trabalho, quanto nos estudos. Para o autor, foi esse inato empenho e talento que o levou aos domínios do jornalismo, da poesia e dos altos negócios, ramo que teria lhe proporcionado, como afirma, abastada fortuna.

Entretanto, a despeito da afirmação de Vianna, em autos de inventário concluído em 1871, encontra-se relacionado um montante avaliado em cinquenta e quatro contos e cem mil réis (54:100\$000), considerado de média ou baixa expressividade. Entre seus bens, foram arrolados apenas a venda de

31 PAXECO, Fran. *O Pará e a Colônia Portuguesa*. Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1920.

32 *Historia da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*. Belém: Torres, 1914. Publicação comemorativa do sexagésimo aniversário da instituição filantrópica.

33 MACEDO, Lino de. *AMAZONIA: Repositorio alfabético de termos, descrições de localidades, homens notáveis, animaes...* Lisboa: Typ. Adolpho Mendonça, 1906. Este livro é um tipo de dicionário para estrangeiros, no qual o autor seleciona algumas espécies da fauna e da flora amazônica, objetos, materiais e gêneros alimentícios que não são conhecidos em Portugal ou que o são por diferentes termos. Entre as descrições, há também inscrições sobre “homens notáveis” e importantes estabelecimentos do Pará e do Amazonas. Para falar da Beneficente, Macedo cita Vianna e copia integralmente trechos do texto publicado no *Jornal do Commercio*, antes mesmo da publicação do livro referido sobre a história da sociedade beneficente.

34 CARINHAS, Teófilo (org.). *Album da Colonia Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Oficinas Gráficas do “Numero...”, 1921.

metade de uma casa assobradada e de metade das mercadorias que tinha em sociedade comercial, a qual girava sob a firma Lima & Branco, ambas vendidas ao seu sócio Carlos João Ribeiro Lima, também português. Possuía ainda uma herança irrisória, no valor de seiscentos mil réis (600\$000), deixada por seus pais Sebastião Araújo e Dona Anna Gonsalves de Medeiros Branco.³⁵

É importante ressaltar a passagem do sobrenome completo da mãe para o filho, e não do pai, o que pode representar uma diferença na posição socioeconômico dos familiares de Francisco Gonsalves de Medeiros Branco, preponderando o nome da família de maior posse ou de maior visibilidade. Embora, como referimos, seus pais fossem lavradores com poucos recursos.

Uma característica lusa destacada por Ana Silvia Scott³⁶ é a saudade, sentimento decorrente da importância do mar – o qual separava famílias por largas distâncias e dificuldades durante longos períodos, quiçá para sempre – para a cultura e para o imaginário português. Situação também presente na vida do então jovem Medeiros Branco.

Durante sua estadia na capital maranhense, Medeiros Branco teria sofrido, como esperado, um progressivo sentimento nostálgico em relação a sua terra natal, período em que desenvolveu suas poesias – caracterizadas pela exaltação a Portugal, como na primeira estrofe de “As Quinas”:

Salve! Quinas gloriosas / Do meu nobre Portugal! / Salve! memorias saudosas
/ D'esse estandarte real! / Foi lá, no campo d'Ourique, / Que o grande filho de
Henrique / Tua existência firmou, / E que, pela primeira vez, / Em ti a Europa
guerreira, / Attentos olhos cravou! (...).³⁷

Segundo Arthur Vianna, conquistando o público pelo sentimento e pela emoção com que declamava, seus escritos o levariam à colaboração por algum tempo em jornais maranhenses. No entanto, não desejando seguir a carreira literária nem a jornalística, decide, em 1851, deixar a “velha Atenas”³⁸ maranhense (nas palavras de Fran Paxeco) e seguir para a capital paraense, onde acreditava obter maior sucesso comercial. Atento às mudanças econômicas da região, promovidas pelo desenvolvimento, ainda incipiente, da economia gomífera e pelo crescimento da navegação a vapor, “compreendeu que no Pará lhe seria mais fácil obter o aspirado peculio, visto que S. Luiz decahia do seu antigo apogêo, cedendo a supremacia á Belem”. Ainda de acordo com Vianna, Medeiros Branco “vinha trabalhar em uma casa filial de uma das mais reputadas firmas do Maranhão”.³⁹

35 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Francisco Gonsalves de Medeiros Branco. Cartório Santiago. Ano: 1871.

36 SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses, op. cit.*

37 *Historia da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, op. cit.*, p. 10.

38 PAXECO, Manoel Fran. *Op. cit.*, p. 5.

39 *Historia da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, op. cit.*, p. 15. É possível que Vianna tenha se referido à mencionada Lima & Branco, visto que, no traslado do testamento anexado aos seus autos de inventário, Francisco Gonsalves de Medeiros Branco declara que o contrato desta firma foi registrado no tribunal do comércio do Maranhão.

Veio, então, a conhecer o também jornalista e poeta português José Joaquim Mendes Cavalleiro – fundador, juntamente com outro luso, Antonio José Rabello Guimarães, do *Diário do Gram-Pará*, um dos mais lidos e comentados jornais paraenses do século XIX –, com o qual mantém relações estreitas por quase duas décadas, até se reencontrarem em Lisboa; este, deportado por críticas publicadas ao presidente da província, e aquele, em busca de convalescença para sua tuberculose pulmonar, falecendo em fevereiro de 1867.⁴⁰

Embora não tenha deixado filhos, Medeiros Branco menciona vários parentes em seu testamento, para os quais seriam repassadas quantias entre um e cinco contos de réis (1:000\$ a 5:000\$). Entre sete amigos, deixou pequenos valores para, por um lado, Francisco Antonio de Moraes (500\$) e Manuel Joaquim do Rego (1:000\$) e, por outro, para José Luiz Soares de Souza Calheiros (1:000\$), Antonio José de Carvalho (500\$) e Leopoldo José Esteve Dias (relógio e corrente de ouro), sendo estes, por vezes, membros dirigentes da Beneficente e aqueles, fundadores.⁴¹

Observamos, então, a importância das relações vivenciadas na sede social e nas mesas administrativas da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, destacando aquela que talvez seja a função primordial das agremiações lusas: funcionar como espaço de sociabilidade, um verdadeiro ambiente de valorização cultural e de manutenção ou acirramento da identidade regionalista.

Estão entre os familiares beneficiados: seu irmão José Ricardo de Medeiros Branco; suas sobrinhas e sobrinhos João e Augusto, sendo os quatro filhos de sua irmã Emília, que não foi considerada na partilha; Anna e Luiz, seus irmãos, e seus tios maternos João e Luiz Gonsalves de Medeiros Branco, com quem veio, três décadas antes, de Portugal.⁴²

O caso dos sobrinhos João e Augusto chama a atenção, pois o inventariado diz “lhes perdoar o que tenho gasto com a sua educação em um collegio em Lisbôa”. Isto é, sendo proveniente de família pobre e tendo alcançado sucesso na vida comercial, Francisco Gonsalves segue uma tendência exercida pelos belenenses enriquecidos da segunda metade do século XIX. Nesse período, os signos de riqueza vão ser modificados. Quando não aliada às emergentes fronteiras econômicas, impulsionadas pela produção da borracha, a posse de terras e engenhos, aos poucos, começa a dividir espaço com o comércio e com as profissões liberais. Portanto, esse é um momento em que vários membros da elite paraense enviam seus filhos para estudarem em Portugal. Mais que diploma, o título de bacharel, por exemplo, proporcionava elevação do *status* social.⁴³

Além disso, Medeiros Branco ainda destina cinco contos e trezentos mil réis (5:300\$) para ações filantrópicas: três contos (3:000\$) devem ser doados a *asylos da infância desvalida* em Portugal e o restante a “famílias pobres e honestas” de Belém.

40 *Ibidem*, p. 63-79.

41 Além de aparecerem em algumas notícias jornalísticas, principalmente em edições publicadas entre 1858 e 1860 da *Gazeta Oficial* e entre 1923 e 1924 do semanário *O Lusitano*, ambos os jornais propriedades de imigrantes portugueses, os citados podem ser encontrados de forma esparsa na obra já citada sobre a história da Beneficente.

42 MACEDO, Lino de. *Op. cit.*, p. 295. Em trecho original, não transcrito de Arthur Vianna.

43 CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920)*. Belém: Açaí, 2011.

Segundo os registros da Beneficente Portuguesa,

Não foi preciso muito tempo para que Medeiros Branco occupasse um lugar de destaque entre os seus compatriotas, distincção esta que não proveio somente dos seus dotes intellectuaes, mas também dos predicados moraes que o exornavam, que eram muitos e solidos.

Seu temperamento excessivamente militante obrigou-o a collocar-se como devotado trabalhador em todos os commettimentos que visassem um fim nobre e profícuo; de 1851 até 1886 (sic),⁴⁴ anno em que voltou á Europa, não houve no Pará empresa generosa da coloniaportuguesa em que elle não desempenhasse papel saliente.⁴⁵

De acordo com Vianna, o trasmontano, em 1864, teria atraído inúmeros rivais à sua administração. Um motivo possível seria a ferrenha concorrência comercial – decorrente do elevado número de portugueses proprietários e empregados de estabelecimentos do setor terciário da economia – existente entre os membros da Beneficente, visto que, desde dois anos antes da contenda, “os seus negocios prosperaram de modo assombroso, quer porque a sua intelligencia os guiasse com firmeza, quer porque a sorte chegasse emfim a fazel-o um seu predilecto”⁴⁶

Figura polêmica, Medeiros Branco se envolveu em outros desentendimentos durante os quinze anos em que esteve em Belém. Amado e odiado, exaltado e vilipendiado, é inegável a sua notoriedade perante a colônia portuguesa, como atesta as homenagens recebidas postumamente em 1873, quando um retrato seu foi inaugurado no salão principal da Beneficente, um monumento à memória do benemérito “poeta das Quinas”, como o chamou Arthur Vianna.

Possivelmente em outra homenagem póstuma – ou apenas mais uma entre as comuns incongruências encontradas em todas as quatro fontes impressas supracitadas –, já que a fundação do Grêmio Português data de novembro de 1867, sete meses após o seu falecimento, “o estrênuo propugrador do corporativismo”, ainda foi declarado um dos fundadores desta agremiação.⁴⁷

44 Na mesma obra em que o óbito de Francisco Gonçalves de Medeiros Branco é datado como ocorrido em 9 de fevereiro de 1867, aparece esta citação afirmando que, 19 anos depois, ele estaria se retirando da província. Entretanto, na página 75, há referências a esta viagem como sendo realizada em maio de 1866, quando viajou pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e Espanha devido a sugestões médicas. Além disso, o seu inventário *post-mortem* confirma o dia 09-02-1867. Por isso, entendemos apenas como falha de digitação. Há, ainda, a possibilidade de ter ocorrido confusão com o nome de José Gonçalves de Medeiros Branco, ativo membro da Beneficente entre as décadas de 1860 e 1880 e, segundo o comerciante e jornalista português Brito, provavelmente sobrinho do fundador da Beneficente (BRITO, Eugênio Leitão de. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1994, p. 21).

45 *Historia da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, op. cit.*, p. 15-16.

46 *Ibidem*, p. 63.

47 PAXECO, Fran. *Op. cit.*, p. 18.

Tais celebrações apenas evidenciam novamente a ribalta a que chegou ao se estabelecer em Belém, cidade que, mesmo antes do auge da economia gomífera, contribuiu para o processo de enriquecimento e projeção política conquistado por Francisco Gonsalves de Medeiros Branco. Enquanto isso, Portugal conheceu apenas os seus extremos: em Trá-os-Montes, a pobreza de origem camponesa e, em Lisboa, a fartura de seu derradeiro ano de vida.

Referências

- ALVES, Jorge Fernandes. “Lógicas migratórias no Porto oitocentista”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)*, Algés: Fragmentos, 1993, p. 78-97.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- CANCELA, Cristina Donza. “Imigração portuguesa: casamento e riqueza em Belém (1870-1920)”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (orgs.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: CEPES; Rio de Janeiro: Faperj, 2009, p. 149-162.
- _____. “Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém, 1870-1920”. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 18, 2009.
- _____. *Casamento e família em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920)*. Belém: Açai, 2011.
- CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais. Belém (1891-1920)”. *História – Unisinos*, vol. 15, nº 1, jan.-abr. 2011, p. 60-70.
- CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª ed. Belém: Editora da UFPA, 1996.
- KUZNESOF, Elizabeth. “A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980”. *Revista Brasileira de História – Famílias e Grupos de Convívio*, São Paulo, ago. 1988/ fev. 1989, p. 37-64.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 11, maio 1979.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

SCOTT, Ana Silvia. “Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste Português (século XVIII e XIX)”. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais* (ABEP). Ouro Preto/Minas Gerais, nov. 2002.

SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

Fontes impressas

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e indicador para 1906 – obra estatística e de consulta fundada em 1904. Pará: Editor Fernando Cardoso, 1906.

BRITO, Eugênio Leitão de. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1994.

CARINHAS, Teófilo (org.). *Album da Colonia Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Oficinas Gráficas do “Numero...”, 1921.

Historia da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará. Belém: Torres, 1914. Publicação comemorativa do sexagésimo aniversário da instituição filantrópica.

MACEDO, Lino de. *AMAZONIA: Repositorio alfabético de termos, descrições de localidades, homens notáveis, animaes...* Lisboa: Typ. Adolpho Mendonça, 1906.

PAXECO, Fran. *O Pará e a Colônia Portuguesa*. Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1920.

Jornais

Gazeta Official (1858, 1859, 1860);

O Lusitano (1923, 1924).

Inventários (referência a todos os inventários citados)

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventario de Bento Rebelo de Andrade. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1900.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Francisco Gonsalves Medeiros Branco. Cartório Santiago. Ano: 1871.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Fernando Maria da Cunha. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1887.

- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Joaquim José Batista de Araújo. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1911.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Luiz José Martins de Albuquerque. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1917.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Luiz Monteiro da Silva e Maria Barbara da Cunha Barros. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1858.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Domingos José Martins de Albuquerque. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1892.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de José Antonio de Resende. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1903.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Joaquim da Cruz. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1898.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Francisco Ferreira do Prado. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1901.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Coelho Guimarães. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1900.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Alves da Silva Cunha. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1904.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Manoel Alves da Cruz. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1916.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Manoel Joaquim de Faria. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1890.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Custodio de Souza Pinheiro. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1872.
- Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Francisco Gonsalves de Medeiros Branco. Cartório Santiago. Ano: 1871.

Negociantes portugueses e comércio em Santos no período de 1862 a 1892

Maria Suzel Gil Frutuoso

Universidade Católica de Santos – UniSantos

Liame – Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação

O PRESENTE ARTIGO, parte de uma pesquisa em andamento, tem como objetivo um estudo sobre a economia santista no século XIX. O período em foco é o de 1862 a 1892. Procura estabelecer a participação dos negociantes portugueses e aqueles em atividade de comércio no desenvolvimento econômico da cidade de Santos e na ocupação do espaço urbano, através dos locais de residência e das casas comerciais, quase sempre no mesmo endereço.

A principal fonte consultada para esta investigação foi o Livro de Registro de Sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, que permitiu verificar quem eram esses homens e suas atividades profissionais. Informações sobre, origem geográfica, idade, estado civil, endereço, data em que se associou, óbitos, e em diversos casos a escalada econômica e social de alguns associados e seu *status* na Instituição. Foram incorporados dados anteriormente pesquisados, mas o maior enfoque ficou para os anos de 1890-1892, e nos permitiu formar um quadro da participação dos portugueses na vida da cidade.

De 1862 a 1892 foram consultados 3.179 registros, incluindo além dos portugueses, que representavam amajoria, brasileiros e outros estrangeiros.

Santos – desenvolvimento urbano e econômico

A partir de meados do século XIX a cidade de Santos prepara-se para tornar-se um dos principais polos econômicos do país, impulsionada pela exportação do café, oriundo do interior paulista e pela ferrovia que ligava esse mesmo interior ao porto santista. Em fins do século XIX as obras portuárias se aceleram e modernizam-se as instalações. Os serviços de gás, água, transporte, iluminação são implantados, a exploração urbana está a caminho. Uma grande massa de imigrantes de diversas origens, sobretudo portugueses, chega a Santos, empregando-se em diversas atividades, principalmente na portuária.

A cidade até então insalubre, sujeita a inundações e epidemias, no início do século XX vai solucionar o problema com a abertura de canais que drenam a planície. O projeto de saneamento de Saturnino de Brito a tornaria segura e aprazível, facilitando a expansão urbana em direção a Barra,

atraindo a elite cafeeira, comercial, exportadora, importadora e financeira, além de milhares de operários de origem estrangeira.

É nesse palco de atividades que se destacam os imigrantes portugueses no período em questão.

O crescimento populacional

Os Censos mostram o crescimento da população santista, o número de imigrantes e de portugueses.

Em 1854 o presidente da Província de São Paulo, José Antônio Saraiva, ordenou que fosse feito um recenseamento, apurando para o município de Santos, 7855 habitantes, desses, 710 são estrangeiros. O de 1872 informa que havia 9.192 habitantes, sendo 1.577 estrangeiros desses 931 portugueses. No de 1913, a população chegou a 71.236 habitantes, sendo 33.612 estrangeiros, e os portugueses somam 18.856 indivíduos, representando mais de 50% do total de imigrantes.¹

Esse aumento populacional pelo qual a cidade passava mostra a importância dos portugueses na ocupação da mesma.

Comércio e negócios

Através do porto de Santos importava-se artigos manufaturados para consumo na cidade de Santos, em São Paulo e no interior paulista. São têxteis, ferragens, barbantes, velas, óleos de linhaça, tecidos de aniação, couro, goma-laca, cerveja, vinhos, azeite, sal, chapéus, cabelos para chapeleiros, luvas, perfumes, querosene, farinha de trigo, produtos de aço e ferro, cristais, louças, pianos, conservas, entre outros, movimentavam o porto. A exportação de café crescia. Na década de 1870 e principalmente nas de 1880 e 1890, o número de negociantes portugueses vistos nos registros de associados da Beneficência aumenta sensivelmente. Boa parte desses produtos foi importada e comercializada por eles. Os anúncios em revistas e jornais mostram também a atividade comercial dos lusos.²

Nesse período chegam mais imigrantes. Ao mesmo tempo em que cresce a população, cresce o consumo e as profissões se diversificam, a comercial e de serviços, tendo à frente muitos negociantes, comerciantes, caixeiros, empregados no comércio, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pintores, alfaíates, sapateiros, barbeiros, entre outras, participando dessa explosão de desenvolvimento.

Santos sendo uma cidade portuária, assim como outras cidades portuárias, concentrava forte população, pronta para o consumo, graças à geração de renda, e em se tratando de trabalhadores, consumiam provavelmente o básico, mas as camadas mais favorecidas consumiam muito mais, especialmente os artigos de luxo. Assim, a partir das três últimas décadas do século XIX a economia entra em franco progresso.

1 ÁLVARO, Guilherme. *A campanha sanitária de Santos: causas e efeitos*. São Paulo: Duprat, 1918, p. 13.

2 FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos - 1850 a 1950*. Dissertação (mestrado em História) - FFLCH-USP, São Paulo, 1989, p. 137-140.

A ferrovia inaugurada em 1867, ao mesmo tempo em que agilizava a exportação de café e outros produtos, facilitava o transporte de mercadorias importadas para São Paulo e interior, facilitando principalmente a ligação comercial, provocando impacto econômico.

À medida que a cidade se expande, a elite comercial reclamava o aparelhamento e a infraestrutura da cidade e a modernização do cais, a construção e maior extensão de pontes e de vias que facilitassem a circulação dos transportes.

A criação da Associação Comercial de Santos em 1870 que teve seus estatutos aprovados em 1871, marca a importância da classe empresarial ligada sobretudo ao café, reclamando os interesses da categoria.

Muitas casas comerciais e importadoras tinham armazéns próximos ao porto, construídos nos fundos de seus quintais contíguos às casas, com saída para mais de uma rua, como as ruas Santo Antônio e da Praia.³

Uma parte dos negociantes portugueses pesquisados, residiam em ruas próximas ao Valongo onde se encontrava a estação ferroviária. Eram as ruas de Santo Antônio, José Ricardo, xv de Novembro, Praça dos Andradas, Largo Marquês de Monte Alegre entre outras.

Os portugueses e a Beneficência

A problemática situação sanitária da cidade, como já ficou evidenciado, levou à ocorrência de epidemias causando alta mortalidade. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos é criada por portugueses, em 1859, para tratamento dos seus associados.

A Instituição era referência para os lusos, tornando-se fonte importante de dados sobre os mesmos. Por isso, ser a principal fonte consultada. O período de 1862 a 1892 possibilitou compor um quadro quantitativo de sua participação na economia e na ocupação da cidade, através das atividades que exerciam, e em especial os negócios.

TABELA 1. Associados portugueses da Beneficência

Ano	Nº de associados
1862-1874	317
1875-1878	383
1879-1889	1.320
1890-1892	741
Total	2.761

3 Carina Marcondes Ferreira Pedro, em sua dissertação de mestrado (*Casas importadoras de Santos e seus agentes: comércio e cultura material - 1870-1900*), pesquisou as Atas da Câmara Municipal de Santos, verificou que esses homens ligados ao comércio interviam nos principais problemas urbanos do centro comercial, entre eles transporte, serviços de água, luz e o próprio porto (Encontro de Pós-Graduandos da FFLCH/USP de 23 a 26 de novembro de 2009, p. 3).

Em diversos registros não consta a nacionalidade/naturalidade. Em todos os períodos há associados estrangeiros: ingleses, alemães, espanhóis, suíços, italianos e um polonês. Os demais são brasileiros nascidos em Santos, em cidades do interior e em outras províncias, o mesmo ocorre com portugueses também residentes no interior e em outras províncias do país.

A pesquisa realizada anteriormente também, forneceu informações sobre os associados da Beneficência, possibilitando compor um quadro mais abrangente sobre os mesmos. A exemplo de um jovem de 16 anos, que se associa como caixeiro, quinze anos depois em seu registro há outras dados: casado, negociante, benfeitor e benemérito da Instituição, indicando mudança de *status* socioeconômico. Seu nome, José Bento de Carvalho.

Os registros mostram portugueses em diversas ocupações profissionais: trabalhadores, caixeiros, operários, pedreiros, carpinteiros, canteiros, ferreiros, negociantes, comerciantes etc. e o leque de profissões é ampliado ano a ano. Entretanto, o que mais chamou a atenção ao longo do período pesquisado foram os negociantes, caixeiros, do comércio e trabalhadores, que sempre estiveram em destaque, sua classificação modifica-se conforme o período estudado, são, portanto, bastante significativos.

Na atual fase, reunimos dados de 1862 a 1889 e os de 1890 a fevereiro de 1892, obtendo um panorama sobre esses profissionais. Buscou-se identificar os negociantes/comércio, associados à Beneficência, seus nomes, naturalidade, estado civil, idade, residência, compondo-se assim, um arquivo dos mesmos. Referente ao período de 1892-1892, foram elaboradas tabelas, citando nomes, naturalidade, idade, estado civil, residência, de negociantes e os “do comércio”.

Ao se declarar negociante, ou do comércio, o ramo não é informado, mas a preferência dos lusos pelas casas comerciais e atividades relacionadas com alimentos é comum.

Negociantes portugueses nos registros da Beneficência

De 1862 a 1874, o número de negociantes representou 1/3 (um terço) dos registros consultados. Das 317 fichas de portugueses, 104 eram negociantes, cerca de 30% (trinta por cento) dos associados.

A Beneficência dava seus primeiros passos e trouxe para seu quadro associativo, pessoas com posses ou algumas posses, várias delas com destaque na comunidade.

TABELA 2. Negociantes⁴ portugueses nos registros da Beneficência

Ano	Nº de negociantes
1862-1874	104
1875-1878	68
1879-1889	153
1890-1892	50
Total	375

4 Havia mais 07 negociantes de cidades do interior.

Verifica-se que o número de negociantes no início da década de 1890 foi bastante alto, comparado aos períodos anteriores.

TABELA 3. Média dos períodos

Ano	Média
1862-1874	8
1875-1878	17
1879-1889	13
1890-1892 ⁵	25

O comércio e os negócios sempre estiveram presentes no horizonte dos portugueses e a cidade de Santos oferecia essa oportunidade. O constante crescimento de negociantes que se associaram à Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos indica que esta era uma profissão em ascensão, voltada para um mercado em expansão, e a década de 1890 foi uma década de franco desenvolvimento econômico para Santos.

A categoria “comerciante” ou do “comércio” que pouco aparecia antes de 1890, a partir desse ano até 1892 é citada com mais frequência. São 50 negociantes e 35 do comércio, não se identificam como comerciantes ou empregados do comércio, apenas do comércio. A rubrica “comércio” pode tanto se referir à classe de comerciantes (que trabalham com o comércio, que comercializam, vendem, compram, trocam, permutam, ou de indivíduos que trabalham no comércio). O outro grupo importante é o de caixeiros que desde 1862 a 1892 teve um crescimento constante, assim como os trabalhadores.

TABELA 4. Profissões

	1862-1874	1875-1878	1879-1889	1890-1892
Negociante	104	68	153	50
Caixeiro	50	57	219	61
Comércio	1	-	14	35
Comerciante	-	-	9	-
Trabalhador	213	59	182	524
TOTAIS	368	184	577	670

5 Neste período (1890-1892), associaram-se 11 açorianos e 11 madeirenses; dos açorianos, 01 era negociante e 01 indicou comércio; os madeirenses, 01 negociante e 03 indicaram comércio.

Cresce também o número de outros profissionais.

TABELA 5. Outras profissões (1890-1892)⁶

Operário	33
Carpinteiro	22
Canteiro	14
Pedreiro	12
Alfaiate	08
Barbeiro	06
Jornaleiro	05
Marítimo	05
Sapateiro	05
Ferreiro	04
TOTAL	114

Boa parte dos caixeiros residia nas mesmas ruas dos negociantes indicando provavelmente que o local de residência fosse o próprio local de trabalho. Nem sempre os registros informam a profissão dos associados.

Das atividades exercidas por portugueses destacaram-se, padarias, confeitarias, cafés, adegas, tabernas, bares, restaurantes, pensões, armarinhos, lojas de calçados e malas, oficinas diversas, charutarias, materiais para construção, serralherias, serrarias, confecção de móveis, janelas, portas, e entre outras, identificam-se com boa parte dos portugueses. Negociavam também com farinhas, arroz, aguardente, açúcar, alfafa, entre outras, em Santos. Casas comercias e importadoras, como a Bento de Souza e Cia, trabalhava com produtos importados e nacionais.⁷

Portugueses ocupam a cidade: expansão urbana e explosão populacional

Em trinta anos, negociante/comerciantes, caixeiros, ocuparam principalmente as ruas do centro da cidade, e aquelas próximas à estação ferroviária e ao porto. Era comum que residência e negócios ficassem no mesmo local, a firma na frente e no térreo e a residência no primeiro andar ou nos fundos. A partir desses endereços é possível verificar os espaços ocupados pelos lusos na cidade de Santos, tanto do núcleo central quanto nas ruas mais periféricas e nas da zona portuária e das artérias que seguiam em direção às praias, a exemplo da Rua Conselheiro Nébias e Senador Feijó.

6 Artista, Contador, Cocheiro, Cozinheiro, Costureira, Despachante, Estivador, Ferrador, Jardineiro, Padeiro, Pintor, Serralheiro, um ou dois indivíduos em cada profissão.

7 FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Op. cit.*, p. 135.

Em outras, como a Marquês de Herval, Xavier da Silveira, Largo dos Gusmões, São Bento, São Leopoldo, embora nelas residissem negociante/comércio, residiam também outros profissionais.

A rua xv de Novembro era o centro dos grandes negócios do café, outras eram, paralelas ou transversais à rua xv de Novembro (Ruas Santo Antônio, José Ricardo, General Câmara (esta reúne grande número de comerciantes/negociantes, rua de forte atividade comercial), do Rosário, Frei Gaspar, Amador Bueno, Praça dos Andradas, 25 de Março, Martim Afonso, Visconde do Rio Branco, Largo de São Bento e Rua São Bento, Conselheiro Nébias, Senador Feijó, São Francisco, 7 de setembro, Bittencourt, quase todas no centro ou próximas a ele, onde residia a maior parte da população, uma vez que a expansão efetiva da cidade ocorreria com maior intensidade a partir da década de 1890.

Parte desses negociantes indicavam o número completo de sua residência ou apenas a cidade de Santos. Outros portugueses associados à Beneficência, residiam no Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Jundiaí, Limeira, Amparo, como já foi citado, tinham provavelmente relações comerciais ou familiares em Santos.

As tabelas mostram a residência de negociante e a importância dessas ruas na atividade comercial e de negócios em geral.

A Rua xv de Novembro, antiga Rua Direita atravessava todo o antigo vilarejo, nela se situavam as principais edificações administrativas, religiosas, militares e particulares. Foi a mais importante nos primeiros séculos da então vila de Santos.

A Rua Santo Antônio é a atual Rua do Comércio; sobre esta rua Gino Barbosa escreve:

[...] reflete a expansão do povoado para o setor Oeste da cidade [...] os assentamentos iniciais estabeleceram a vocação residencial que se consolidou até o final do século XIX, quando a região sofreu transformações no uso dos edifícios, passando a acolher uma próspera zona comercial. Reuniam-se lá setores sociais distintos, agregando parte das famílias ricas da cidade, postadas nas proximidades da Igreja de Santo Antônio, em contraposição aos mestiços e escravos alforriados situados na extremidade oposta da rua [...].⁸

Em 1865, a Rua Santo Antônio mostrava os primeiros sinais de prosperidade econômica, acelerada nas décadas subsequentes pela exportação cafeeira.

O ano também marcou a construção do sobrado do comerciante português, Manoel Joaquim Ferreira Neto, edifício neoclássico, nos números 92 a 98 da rua e tombado pelo IPHAN, funcionava como residência, escritório e armazém da Casa de Comércio Ferreira Neto e Cia. O sobrado atualmente é conhecido como Casa Azulejada. Nessa rua havia imponentes casarões em meio ao incessante movimento de carroças e pessoas. A Rua José Ricardo, a antiga Rua do Sal, terminava no Porto do

8 BARBOSA, Gino Caldato. *Santos e seus Arrabaldes. Álbum de Militão Augusto de Azevedo*: 2004. Disponível em: <www.novomilenio.inf.br/santos/fotooonm.htm>. Acesso em: abr. 2012 (esta notícia também foi publicada no jornal santista *Revista Comercial*, em 30 de março de 1965, p. 2 e em 10 de junho de 1865, p. 3).

Bispo, área portuária. Eixo viário pequeno, restrito às ruas da Praia e Santo Antônio com acesso direto ao Porto do Bispo. Foi local de estocagem de sal para abastecimento da Capitania de São Vicente e da região sul, entre os séculos XVII e XIX.

[...] os antigos armazéns de sal foram sendo adquiridos pelo Comendador Manoel Joaquim Ferreira Neto no início de 1860 como parte de um complexo imobiliário que o comerciante pretendia reunir no logradouro. Investimentos que se incorporaram à ponte sobre o mar, no prolongamento da Rua do Sal, para ancoragem do navio *Santista*, que o empreendedor encomendara aos estaleiros da cidade do Porto, em Portugal.⁹

A Rua Antonina, esteve ligada à formação de Santos. Via pequena e estreita, era definida pelo cruzamento do antigo “Quatro Cantos”, com a Rua Santo Antônio, e intermediava a comunicação com o eixo da Rua Direita (hoje xv de Novembro), com o bairro do Valongo. No final do século XIX recebeu diferentes nomes, como Rua 25 de Março, quando se juntou à Rua Direita, até ganhar a denominação atual de Rua xv de Novembro, após a implantação da República no país. Os Quatro Cantos: encontro da Rua da Alfândega velha, atual Frei Gaspar, a Rua Direita, a Rua Antonina e o Beco do Império.

A Rua do Rosário e o Largo do Rosário são atualmente, a Rua João Pessoa e a Praça Rui Barbosa; a Marquês de Monte Alegre, onde se encontrava a estação ferroviária no bairro do Valongo; a São Francisco, em seu início foi o antigo local do Rancho Grande dos Tropeiros; a 7 de setembro, confluência com a Conselheiro Nébias. O Largo da Coroação ou Campo da Misericórdia, atual Praça Visconde de Mauá, à direita ficava a Rua General Câmara e a Dom Pedro II; a Senador Feijó, começava no centro da cidade com a Praça da República e se estendia para o atual canal 3. O Largo do Carmo, atual Praça Barão do Rio Branco, local da Igreja do Carmo. O Largo da Imperatriz, é a atual Rua Dona Tereza Cristina, esposa do imperador Dom Pedro II; a antiga Rua Formosa, situada no bairro do Valongo, era o eixo viário de ligação de Santos com o Planalto (São Paulo), no final de 1865 passa a ser São Leopoldo, em seguida Rua Visconde de São Leopoldo, como hoje é conhecida.

A Rua General Câmara, antiga Rua dos Açougues e Rua Áurea. Durante os tempos da Abolição e da República quase toda a alta sociedade residia nessa rua, que atualmente é uma das principais do centro da cidade. No início do século XIX chamava-se Rua dos Açougues, porque aí se concentravam quase todas as casas do ramo, pertencentes a Henrique Ablas e a Manoel do Sacramento, nascido em Portugal por volta de 1780, veio para o Brasil, fixando-se em Santos, adquiriu terras, aumentando-as aos poucos com novas compras depois de 1820. Nessa região havia matas com muitos pássaros “macucos”, daí chamarem o proprietário de “Macuco”. Sua família deu início ao bairro do Macuco e sua filha mais nova Dona Luíza Macuco é nome de rua no bairro, foi quem iniciou o loteamento (toda a família ficou

9 *Ibidem.*

conhecida como Macuco). Dona Luiza faleceu em 1884. O Macuco torna-se um bairro de operários, ocupado principalmente pelos trabalhadores portuários, e nele residiram muitos portugueses.

No Caminho Velho da Barra, chácaras e mansões surgiram em fins do século XIX na ligação entre o bairro central e a região praiana, denominada Barra e que hoje é conhecida como Boqueirão. O Caminho começava na atual Rua Bráz Cubas (ia pela atual Osvaldo Cruz e prosseguia pela Luíz de Camões). A Rua Xavier da Silveira, na zona portuária /cais. A Rua Senador Feijó, antiga Rua da Alfândega, quando esta foi transferida em 1865 para a região da atual Praça da República. O nome de Rua da Alfândega foi dado primeiro à atual Rua Frei Gaspar.

A Rua da Praia, depois Tuiuty (chegava à praia/porto), ao Porto do Bispo, região estruturada em consonância com o crescimento da zona portuária para a face Oeste da cidade, e onde se localizavam diversos armazéns e negociantes, entre eles portugueses. O Comendador Barnabé Francisco Vaz de Carvalhais, nasceu na Vila de Barcelos, Portugal. Veio para Santos com 22 anos de idade em 1812. Trouxe algum pecúlio, foi favorecido pela atividade econômica. Estabeleceu-se na Rua da Praia, número 01, bem na esquina desta com o Largo da Praia ou dos Gusmões. Faleceu em 1867 com 77 anos. Negociante, formou na cidade uma família importante.¹⁰

A Rua São Bento, era a antiga Rua dos Curtumes. Mudou de nome já no século XVIII, em virtude da presença beneditina ao pé do morro, área residencial na periferia da cidade “predomínio de casinhas térreas alinhadas, seguindo o leito tortuoso do córrego que descia do morro em curto trajeto até desaguar no estuário”.¹¹

A Marquês de Herval, antiga Rua da Penha (próxima ao morro da Penha), aí residiam muitos portugueses de várias profissões.

O Largo dos Gusmões, no centro da Santos antiga (atual Rua Antonio Prado, esquina da Travessa Visconde de Vergueiro). Esse Largo desapareceu com a construção do cais pela Cia. Docas de Santos, ficava próximo ao Valongo. A Bittencourt, é a antiga Rua Fresca. A Amador Bueno, na área central, estendia-se em direção ao Paquetá, esse local em 1898 era quase ermo. A Rua Martim Afonso, entre as Praças da República e Barão do Rio Branco.

A Rua Octaviana, que em 1887 teve seu nome mudado para Rua Conselheiro Nébias, em homenagem ao santista Joaquim Octávio Nébias, nascido em 1811, que foi juiz municipal de Santos em 1834 e conselheiro imperial de Dom Pedro II. Na época em que se chamava Rua Octaviana era um charco. O processo de urbanização começou em 1892. O trecho inicial no bairro do Paquetá, próximo ao centro. A Rua Conselheiro/Avenida Conselheiro Nébias foi criada em função dos trilhos do bonde, ligando o núcleo central à Barra (Boqueirão), onde se situavam as chácaras e casas de veraneio da elite econômica local e paulistana.

10 Disponível em: <www.novomilenio.inf.br/foto000.htm>. Acesso em: abr. 2012.

11 BARBOSA, Gino Caldato. *Op. cit.* (Para acompanhar a expansão e a história das ruas santistas, consultar, “Santos Antiga”. Disponível em: www.novomilenio.inf.br/foto000.htm. Acesso em: abr. 2012).

Quando observamos fotos e cartões postais antigos da cidade de Santos e seguimos os endereços dos portugueses, verificamos, os belos prédios da época de desenvolvimento e os espaços periféricos, locais insalubres, onde também viviam portugueses, trabalhadores e de outras profissões.

As tabelas do período de 1862 a 1889, publicadas em artigos anteriores e já referenciadas neste trabalho, mostram que os portugueses de todas as profissões espalharam-se por todas as ruas centrais e aquelas próximas ao centro comercial e as periféricas, mas os negociantes/comércio quase sempre estiveram localizados nas ruas mais centrais e comerciais.¹²

TABELA 6. Residência dos negociantes (1890 a 1892)

Rua 25 de Março	07
Rua Marquês de Herval	04
Rua Santo Antônio	04
Rua Senador Feijó	03
Rua Frei Gaspar	02
Rua General Câmara	02
Rua Martim Afonso	02
Rua do Rosário	02
Rua Visconde do Rio Branco	02
Rua Amador Bueno	01
Rua Conselheiro Nébias	01
Rua 7 de Setembro	01
Rua São Bento	01
Rua Xavier da Silveira	01
Largo dos Gusmões	01
Raiz da Serra (Cubatão)	01
Cubatão/Santos	02
Santos (a cidade)	13
Total	50

12 FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. "Portugueses em Santos vistos através dos registros de associados da sociedade portuguesa de Santos (1879-1889)". In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/ Fronteiras do Caos, 2011, p. 380.

TABELA 7. Endereços comerciais (1890 a 1892)

Rua 25 de Março	10
Rua Marquês de Herval	04
Rua General Câmara	03
Rua Frei Gaspar	03
Rua São Francisco	03
Rua Santo Antônio	02
Rua Visconde do Rio Branco	02
Rua São Leopoldo	02
Rua Amador Bueno	01
Rua Martim Afonso	01
Rua Senador Feijó	01
Rua Xavier da Silveira	01
Rua Octaviana	01
Santos (cidade)	01
Total	35

Os nomes e endereços permitem melhor acompanhar esses negociantes nos anos de 1890-1892:

TABELA 8. Nomes e endereços residenciais (1890 a 1892)

Nome	Naturalidade	Idade	Estado Civil	Residência
Adelino de Almeida Azevedo Castro	Carvalho Redondo	35	Casado	Rua 25 de Março
Bernardino da Costa Andrade	São Tirso	32	Casado	Largo dos Gusmões
Ayres Hipólito Moreira	Arouca	22	Solteiro	Rua Amador Bueno
Manoel Gonçalves Ramalho	Português	43	Casado	Rua Visconde do Rio Branco
Victorino Abrunhosa	Português	-	Solteiro	Santos (cidade)
Viriato Diniz Correia da Costa	Português	-	Casado	Santos
Virgílio da Fonseca	Mussulão	23	Solteiro	Raíz da Serra (Cubatão)
Antônio Alfredo Vaz Cerqueira	Português	44	Casado	Santos (cidade)
José Gomes de Oliveira Carneiro	Português	-	Casado	Santos
João Marcos Coimbra	Português	-	Casado	Santos
Manoel da Rocha	Português	-	Solteiro	Santos
José Ribeiro de Souza	Português	-	Solteiro	Santos

António Pereira de Carvalho	Português	-	Casado	Santos
João de Andrade Bastos	Português	-	Casado	Santos
Joaquim Pedro Belmarço	Português	-	Solteiro	Santos
Jacinto Feliciano Pimentel	Português	-	Solteiro	Santos
João Amorim	Póvoa de Varzim	48	Casado	Limeira
João José da Silva	Português	-	Solteiro	Santos (cidade)
José Duarte de Figueiredo	Cabril	32	Casado	Rua 25 de Março
Luiz Augusto Correia da Cunha	Braga	28	Solteiro	Praça Visconde do Rio Branco
Comendador João Franco Ferreira J.	Aveiro	47	Casado	Campinas
João Gomes de Oliveira Carneiro	Português	-	Casado	Amparo
Joaquim Machado Junior	Português	-	Casado	Amparo
Manoel de Oliveira	Oliveira do Canda	33	Casado	Rua Marquês de Herval
Manoel Pinheiro das Rozas	I. do Faial/Açores	36	Viúvo	Rua Xavier da Silveira
Lino Luiz de Almeida Mattos	Viseu	43	Solteiro	Rua 25 de Março
José António Roiz Monteiro	Sta. M ^a . Carvaciro	37	Viúvo	Rua Marquês de Herval, 64
Júlio Pinto da Rocha	Português	23	Solteiro	Santos
Vicente Ferreira Martins	Português	24	Solteiro	Rio de Janeiro
Antonio Moreira das Neves	Cambrise	40	Casado	Rua Visconde do Rio Branco
Joaquim de Azevedo Andrade	Paços de Souza	32	Solteiro	Rua Senador Feijó
Inocêncio Augusto Pereira	Monção	34	Solteiro	Rua 25 de Março
Bernardino Pinto de Almeida	Santa Marinha	33	Casado	Rua Frei Gaspar, 31
Manoel Teixeira	S. Romão	29	Casado	Cubatão/Santos
José Farões	S. Pedro Fins	32	Casado	Cubatão/Santos
Antonio Joaquim da Motta	S. Romão	20	Solteiro	Rua Marquês de Herval, 77
António Alonso	Mangualde	25	Solteiro	Rua Martim Afonso
José Corrêa	S. Thiago da C.	27	Solteiro	Rua General Câmara, 79
Hermínio Constantino de Souza (o nome foi corrigido no registro para Hermínio Constantino de Almeida)	Praia da Nazareth	21	Casado	Rua Santo Antonio, 24
José Pereira da Rocha	Avintes	41	Solteiro	Rua 25 de Março, 54
Francisco José Coelho	Cantanhede	47	Casado	Rua Santo Antonio
Antonio Pinto S ^a Oliveira	Sta. M ^a . do Olival	53	Solteiro	Rua General Câmara, 254
Joaquim Godinho da Anna	Leiria	33	Solteiro	Rua Frei Gaspar, 26
José Joaquim de Barros	Vila Nova Cerveira	24	Solteiro	Rua 7 de Setembro, 3

José Simplicio	Ericeira	30	Casado	Rua do Rosário
Augusto Cesar de Almeida Cardozo	Castelo Rodrigo	30	Solteiro	Rua 25 de Março
Antonio Teixeira de Azevedo	Val de Hermida	22	Solteiro	Rua Senador Feijó, 25
Francisco Freire Balsa	Figueiró d. Vinhos	30	Solteiro	Rua Senador Feijó, 18
João Agostinho Junior	Maçãs de Caminha	27	Casado	Rua do Rosário, 153
José Maria de Miranda Filho	São Pedro do Sul	34	Viúvo	Rua Santo Antonio, 23
José Antonio da Fonseca	Oliveira do Hospital	32	Casado	Rua São Bento, 59
Joaquim Pinto da Fonseca	Barqueiros	37	Viúvo	Rua Marquês de Herval
Manoel Moreira de Mattos	Porto	22	Solteiro	Rua ConselheiroNébias
Manoel Gonçalves	Ilha da Madeira	56	Casado	Rua 25 de Março, 42
Manoel dos Passos	Avelar	27	Solteiro	Rua Martim Afonso
Antonio José Pereira	Português	-	-	Campinas
Antonio Gomes de Oliveira Carneiro	Português	-	Casado	Amparo

TABELA 9. Nomes e endereços comerciais (1890 a 1892)

Nome	Naturalidade	Idade	Estado civil	Residência
Antonio de Almeida	Viseu	30	Solteiro	Rua Amador Bueno
José Teixeira Marques	Vila Real	17	Solteiro	Rua Octaviana
João Correia da Costa	Lousã	22	Solteiro	Rua Xavier da Silveira
Manoel Eustachio de Oliveira	Braga	-	Solteiro	Rua 25 de Março
Antonio Martins Ruas	Caminha	46	Casado	-
José Bento Dias	Açores (S.Miguel)	51	Solteiro	Rua Santo Antonio, 23
Carlos Simões de Almeida	Figueiró dos Vinhos	40	Solteiro	Rua 25 de Março
Manoel Gonçalves Lopes	Santa Marinha F.	36	Viúvo	Rua Senador Feijó,122
José Pereira da Cruz Rocha	Gouvães do Douro	18	Solteiro	Rua 25 de Março, 46
João da Silva Raposo	Açores (S.Miguel)	22	Solteiro	Rua 25 de Março, 70
João Baptista Ribeiro	Pinhão	22	Solteiro	Rua 25 de Março, 46
José Freorias de Souza Santos	Pegurinhos	24	Solteiro	Rua Frei Gaspar, 13
Alfredo Ferreira	Cedofeita	30	Casado	Rua São Francisco, 141
Manoel da Cunha	Loivos da Ribeira	36	Viúvo	Rua São Leopoldo, 114
Antonio Pinto do Couto	Vila Nova de Gaia	25	Solteiro	Rua Gal. Câmara, 65
Manoel Simões da Silva Roza	Chão de Couce	24	Solteiro	Rua Martim Afonso, 51

Manoel José Pontes	Ilha da Madeira	20	Solteiro	Rua 25 de Março, 5
Antonio de Miranda	Cantanhede	17	Solteiro	Rua Visc.do Rio Branco, 11
Antonio Gomes Campos	Valadares	15	Solteiro	Rua São Leopoldo, 43
Manoel Antonio da Cunha	Arcos de Valdevez	31	Solteiro	Rua Marques de Herval, 41
Salvador da Costa Godinho	Oliveira de Azemeis	15	Solteiro	Rua Frei Gaspar, 17
Lucas da Costa	Santa Marinha	23	Solteiro	Rua Gal. Câmara, 102
Joaquim Euzébio Rodrigues	São Martinho Cristoval	25	Solteiro	Rua 25 de Março, 42
Belmiro Ribeiro dos Santos	Gondomar	20	Solteiro	Rua 25 de Março, 9
Júlio Casimiro da Cunha	Ilha da Madeira	22	Casado	Rua São Francisco, 153
Paulo José da Cunha	Ilha da Madeira	16	Solteiro	Rua São Francisco, 153
Antonio Estrela Varanda	Alijó	21	Solteiro	Pça. Visc. Do Rio Branco, 2
Manoel Maria Paz	Travães	26	Casado	Rua 25 de Março, 26
Joaquim Pereira da Silva	Vila Nova de Gaia	41	Solteiro	Rua Santo Antonio, 21
Antonio Ribeiro	Loivos da Ribeira	12	Solteiro	Rua Marques de Herval, 71
Manoel Ribeiro	Liovos da Ribeira	11	Solteiro	Rua Marques de Herval, 71
José Ferreira de Andrade Costa	Oliveira de Azemeis	28	Solteiro	Rua Frei Gaspar, 17
Augusto de Souza Moureira	Silva Escura (?)	22	Solteiro	Rua Gal. Câmara, 68
Francisco Pereira	Loivos da Ribeira	15	Solteiro	Rua Marques de Herval
Daniel Gonçalves	S. Martinho d'Alvando (?)	21	Solteiro	Rua 25 de Março.

Origem geográfica dos portugueses

Por quase todo o período de 1862 a 1892, não há grandes mudanças na origem geográfica, a grande maioria, vem dos distritos do Norte e do Centro de Portugal, sobretudo do Porto, Vila Nova de Gaia, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Braga, Coimbra, Aveiro, Vila Real, Viseu, e aqueles oriundos dos Açores e da Ilha da Madeira. São principalmente homens jovens e solteiros. Em certos momentos, alguns distritos assumem a liderança, como é o caso dos distritos ao longo do Douro por ocasião da crise da vinha, atacada pelo oídio e depois pela filoxera que empurrou um grande número de portugueses para a imigração, sobretudo os mais jovens.¹³

Entre os insulares até ao final da década de 1880, marcam presença os açorianos, mas entre os anos de 1890-1892, os madeirenses se equiparam a eles, passam a ser mais comuns nos registros dos associados.

13 FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Op. cit.*, p. 21.

TABELA 10. Insulares em Santos (1890-1892)

Período	Açorianos ¹⁴	Madeirenses
1862-1874	29	5
1875-1878	20	-
1879-1889	88	6
1890-1892	11	11
Totais	148	22

É provável que o aumento dos madeirenses esteja ligado ao grande desenvolvimento pelo qual a cidade passava, a construção do cais de pedra e o aumento da atividade portuária que atraía cada vez mais imigrantes.

Se antes o maior número de associados era de solteiros na a faixa etária entre 20 e 39 anos, com maior concentração de idade entre 22 e 30 anos, na década de 1880 o de casados é significativo. De 1890-1892 no caso dos negociantes, praticamente empatam com os solteiros, e no que se refere aos “do comércio” os casados também estão próximos ao número de solteiros.

Beneméritos e benfeitores associados entre 1890-1892

Parte desses negociantes e do comércio que se associaram à Instituição quando muito jovens, tornaram-se benfeitores e beneméritos da mesma. Alguns eram caixeiros ou de outras profissões, alguns tornam-se negociante e capitalistas, apontando para uma mudança socioeconômica.

Ano de 1890

- Bernardino da Costa Andrade, 32 anos, casado, natural de São Tirso, negociante, residia no Largo dos Gusmões. Em 1894 é também capitalista, reside na Rua 25 de Março, 94. Benemérito. Faleceu em 10/11/1906;
- José Bento de Carvalho, 16 anos, natural de Óbidos, caixeiro. Benemérito em 1926, negociante/importador, casado, Cruz de Honra em 1946;
- Manoel da Rocha, 22 anos, negociante. Benemérito em 1902, capitalista;
- José Maria Simões Lopes, 21 anos, natural de Rio Tinto, trabalhador. Benfeitor em 1924 e Benemérito em 1936;
- António Domingos Pinto, 24 anos, natural de Aveiro, carpinteiro. Benemérito em 1904 e Cruz de Honra em 1942;
- José Ribeiro, 13 anos, natural de Vila de Feira, trabalhador. Benfeitor em 1955;

14 11 açorianos: 8 de São Miguel, 1 da Terceira, 1 do Faial, 1 indicou apenas Açores.

- Manoel Alves Pereira, 29 anos, natural de Oliveira do Douro, contador, residia na Rua Senador Feijó, depois artista. Benfeitor em 1902, residindo na Rua Bittencourt;
- Antonio Marques Ferreira, 25 anos, natural de Rio de Vide, operário. Benfeitor, em 1934.
- Virgílio da Fonseca, 23 anos, natural de Mussulão, negociante, benfeitor;
- Victorino Abrunhosa, português, negociante, benfeitor;
- Viriato Diniz Correia da Costa, português, negociante. Benfeitor em 1891;
- José Ribeiro de Souza, português, negociante, benfeitor;
- João de Andrade Bastos, português, negociante, benfeitor;
- João José da Silva, português, negociante, benfeitor;
- Luiz Augusto Correia da Costa, 28 anos, natural de Braga, negociante, benfeitor;
- Antonio Alfredo Vaz Cerqueiro, 44 anos, português, negociante, benfeitor;
- José Gomes de Oliveira Carneiro, português, negociante, benfeitor. Benemérito em 1891;
- João Marcos Coimbra, português, negociante, benfeitor;
- Manoel da Rocha, português, 22 anos, negociante, benfeitor. Benemérito em 1902, faleceu em 1929;
- Antonio Pereira de Carvalho, português, negociante, benfeitor;
- Joaquim Pedro Belmarço, Português, negociante, benfeitor;
- Jacintho Feliciano Pimentel, português, negociante, benemérito;
- Luiz Bernardo Lopes, português, benemérito;
- Joaquim Ribeiro da Silva Porto, português, benemérito;
- Maria da Conceição Germano, portuguesa, casada, benfeitora;-José Martins Roque Junior, 20 anos, natural de Cabreiros. Benfeitor em 1914, como José Martins Leal (casado);
- José Teixeira Marques, 17 anos, natural de Vila Real, comércio, residente na Rua Octaviana. Benfeitor em 1900, residindo na Rua Conselheiro Nébias, casado, comércio, com o nome de José Teixeira Marques Vale.

Ano de 1891

- Joaquim da Cruz Montes, 16 anos, natural de Pinhão do Douro, caixeiro. Benfeitor em 1924.
- António Godinho Simões Gonçalves, 15 anos, natural de Agueda, caixeiro. Benfeitor em 1936;
- António Marcos Ferreira, 23 anos, natural de Vilarouca, caixeiro. Benfeitor em 1907, Benemérito em 1909 e Cruz de Honra em 1927;
- José Lourenço, 22 anos, natural de Miranda do Corvo, trabalhador. Benfeitor em 1926;
- Manoel Peixoto Ferreira de Souza, benfeitor. Faleceu em 1926;

- Manoel Lopes Leal, benemérito;
- Firmino Ferreira Leão de Moura, benemérito;
- Manoel da Costa Oliveira, benemérito;
- José Avelino da Veiga Machado, benemérito;
- Manoel Joaquim Peixoto de Souza, benemérito;
- José Pereira da Cruz Rocha, natural de Gouvães do Douro, comércio. Benfeitor em 1913;
- Salvador da Costa Godinho, 15 anos, natural de Oliveira de Azemeis, comércio. Benfeitor em 1944;
- Francisco José Coelho, 47 anos, natural de Cantanhede. Benfeitor (em data posterior, não informa a data);
- Júlio Casimiro da Cunha, 22 anos, natural da Ilha da Madeira, comércio. Benfeitor (em data posterior, não informa a data);
- José Ribeiro Leite, 36 anos, natural de Felgueiras, artista. Benfeitor (em data posterior, não informa a data);
- Francisco José Pereira, natural de Catanhede. Benfeitor;
- José Maria de Miranda Filho, natural de São Pedro do Sul. Benfeitor.

Ano de 1892

- Manoel José Pontes, 20 anos, natural da Ilha da Madeira, comércio. Benfeitor em 1944;
- José Antonio da Fonseca, natural de Oliveira do Hospital. Benfeitor.

Considerações

A pesquisa referente a três décadas que vão de 1862 a 1892, oferece um panorama do desenvolvimento econômico e urbano pelo qual passava a cidade de Santos, polo de atração de imigrantes de diversas origens, em especial portugueses. Ao iniciar a investigação referente às décadas de 1860-1870, verificou-se que havia um bom número de lusos ligados aos negócios, que fundaram e se associaram à Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, embora sem uma pesquisa mais acurada sobre os mesmos, fica claro tratar-se de indivíduos radicados na cidade bem antes de 1860. São nomes marcantes na sociedade santista, como o de Manoel Joaquim Ferreira Neto, da Casa de Comércio Ferreira Neto e Cia., o Comendador, Barnabé Francisco Vaz de Carvalhais, negociante, que chegou em 1812, Manoel do Sacramento, proprietário de açougues e de terras que deram origem ao bairro do Macuco, reforçando a ideia de que a Colônia Portuguesa Santista, sempre foi ativa.

No período de 1862 a 1892, destacam-se entre outros, Bernardino da Costa Andrade, José Bento de Carvalho, Manoel da Rocha, José Carneiro de Souza Bastos, Antonio Pereira de Carvalho, nomes que saltam das páginas do Livro de Associados da Beneficência.

A partir das tabelas referentes a negociantes/comércio e da ocupação urbana através dos locais de residência e negócios, constata-se que habitavam praticamente toda a cidade, dos locais mais nobres, em sobrados imponentes, nas ruas do núcleo central, a exemplo da Rua Santo Antonio e Rua 25 de Março, em ruas mais próximas à zona portuária, como a Rua Xavier da Silveira, ou naquelas periféricas, no sopé e subida de morros, que mesmo não sendo distantes do centro, não eram nobres, ou ainda, áreas alagadiças, onde por exemplo, estava localizada a Rua Octaviana, urbanizada apenas em 1892, quando recebeu o nome de Rua Conselheiro Nébias, e na qual residiam muitos portugueses.

As construções, casarões, pequenas casas e chalés, muitas delas transformadas em pensões ou acolhendo famílias. Foi vivendo dessa forma que os lusos ocuparam Santos.

As tabelas permitem acompanhar as profissões. Pesquisas e estudos já publicados e citados neste artigo, também apresentam tabelas e informações que mostram dados quantitativos e qualitativos sobre os portugueses em Santos. O principal enfoque foi o período inicial da última década do século XIX (1890-1892), década que prometia grande desenvolvimento econômico, atividades diversificadas e portuárias, crescimento populacional e expansão urbana, dos quais participaram portugueses.

No período há um crescente número de associados à Beneficência, negociantes, do comércio, caixeiros, trabalhadores e de outras profissões, residentes em Santos e de negociantes e capitalistas de cidades do interior de São Paulo e de outras províncias do país, a exemplo do Rio de Janeiro e Bahia, demonstrando o próprio crescimento da Instituição.

No início da década de 1890 alguns eram jovens, permanecendo em atividade ainda na primeira metade do século XX, recebendo títulos de benfeitor, benemérito e Cruz de Honra. Foi assim com José Ribeiro, que em 1890 tinha 13 anos e em 1955 recebeu o diploma de benfeitor.

O desenvolvimento de Santos, impulsionado pela exportação de café, importação de mercadorias, serviços e atividade portuária em geral, teve como participantes portugueses, brasileiros e outros estrangeiros, construindo a riqueza da cidade em meio a calamidades de saúde, buscando soluções para os problemas e concretizando projetos de infraestrutura.

Bibliografia

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. “A presença portuguesa no comércio em Santos”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

_____. *Emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1859 a 1950)*. Dissertação (mestrado) – FFLCH-USP, São Paulo, 1990.

_____. “Portugueses em Santos, vistos através dos registros de associados da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coords.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteiras do Caos, 2011.

- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil; PEREIRA, Maria Aparecida Franco. “Portugueses na vida econômica da cidade, em Santos, na segunda metade do século XIX”. In: SARGES, Maria de Nazaré *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco. “Portugueses no alto comércio santista no início da República Velha”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.
- PEDRO, Carina Marcondes Ferreira. *Santos, comércio e cultura material (1870-1900)*. Dissertação (mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2009.

● CONTEXTOS REGIONAIS ●

Ao fim de uma bela época: migração ibérica, trabalho e redes sociais em Belém no limiar do século XX¹

Maria de Nazaré Sarges • Daniel Souza Barroso

Universidade Federal do Pará

Primeiras palavras...

PENSAR A AMAZÔNIA da passagem do Oitocentos ao século XX remete-nos a um período em que a região ocupava grande atenção internacional, em razão dos excelentes resultados que a exportação da borracha trazia à economia regional. Um complexo econômico dedicado à exportação da goma elástica, conformado ainda nos meados do século XIX, acarretou em profundas transformações na estrutura demo-econômica de Belém, em particular, e do Pará, em geral. Nesse bojo, pensar a região naquele período também pode nos remeter à presença de indivíduos migrados de outro lado do Atlântico ou do nordeste brasileiro que aportavam em Belém e em Manaus, na busca da melhoria de sua condição social, fruto do trabalho na lavoura ou nos seringais.

Entre esses sujeitos que vieram parte deles, à procura das possibilidades de ascensão socioeconômica ensejadas pela maior liquidez econômica existente naquele contexto, estavam os portugueses e os espanhóis, que ao chegarem à Amazônia reconstruíram suas vidas entre as sombras das mangueiras e a água das chuvas vespertinas que até hoje marcam sua presença na cidade de Belém. Encontramo-los caminhando pela cidade com tabuleiros de peixe, vendendo ovos e frangos ou carregando pianos, mas também se divertindo, se alimentando ou mesmo em momentos de tensão, resultantes da aspreza da sobrevivência cotidiana. Ainda podemos encontrá-los em documentos arquivados nos acervos do Centro de Memória da Amazônia,² do Arquivo Público do Estado do Pará, nos romances e nas crônicas de jornais, o que nos possibilita revisitar sua presença no cotidiano de Belém.

1 O presente artigo é fruto de discussões desenvolvidas no grupo de pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia”, da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. Articula-se, igualmente, ao projeto de pesquisa “Imigração portuguesa e alianças matrimoniais: patrimônio, casamento e famílias em Belém (c.1850-c.1920)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Cristina Donza Cancela (PPHIST/UFPA).

2 O Centro de Memória da Amazônia (CMA) é um órgão suplementar da Universidade Federal do Pará (UFPA), que possui a guarda do acervo histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, abarcando aproximadamente 35 quilômetros lineares de documental notarial, compreendida do final do século XVIII até 1970.

No presente estudo, analisamos comparativamente a inserção dos migrantes de origem portuguesa e espanhola no mercado de trabalho de Belém nas primeiras décadas do século xx. O artigo encontra-se estruturado em três seções. De início, empreendemos um esforço de contextualizar os fluxos migratórios direcionados à Amazônia, entre o final do século xix e o alvorecer do xx. A seguir, expomos algumas das principais características do mercado de trabalho de Belém em 1920, sem perder de vista tratar-se de uma época de crise da economia da borracha. Portanto, focamos nas profissões que os ibéricos exerciam preferencialmente, sem deixarmos de perceber as possíveis implicações daquele evoluir nas suas experiências de trabalho. Por último, a partir do estudo de casos, adentramos em parte de seu “cotidiano do trabalho”, evidenciando sociabilidades e tensões que permearam a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho da cidade de Belém.

Amazônia: o destino de migrações nacionais e internacionais

A partir de meados do século xix, a Amazônia foi o destino de um intenso e contínuo fluxo migratório, constituído principalmente por migrantes de origem ibérica (sobretudo de portugueses) e “nordestina”, e de predominância masculina. Entre 1872 e 1920, a população da cidade de Belém – capital do Estado do Pará, esse um importante polo social, político, econômico e cultural da região – praticamente quadruplicou. A cidade possuía 61.997 habitantes em 1872, 96.560 em 1900 e 236.402 no ano de 1920.³ Belém se expandia em muitos vetores: estrutura demográfica, delimitação do espaço urbano, importância geopolítica, econômica e cultural.⁴ E, assim como outras capitais de uma nascente República, assistia à transformação do espaço público e do modo de vida, à propagação de uma nova moral e à montagem de uma nova estrutura urbana – o cenário de controle das classes pobres e do aburguesamento de uma classe abastada.⁵

Naquele período, a localização estratégica de Belém – às margens da Baía do Guajará e próxima ao Oceano Atlântico – e a importância de seu porto, aliadas à intensa dinâmica e aos excelentes resultados que a borracha estava trazendo à economia regional, transformaram, paulatinamente, o cotidiano da cidade. O crescimento da extração do látex (matéria-prima da borracha) e da importância de sua exportação na balança comercial do Estado ocorreu concomitante ao aumento da população por imigração, o que torna difícil dissociarmos o aumento do número de habitantes do redimensionamento produtivo e econômico da região – isso sem desconsiderarmos outros fatores intervenientes como o possível aumento nas taxas locais de fecundidade e as secas no Nordeste, por exemplo.⁶

3 IBGE. Sinopse do Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1926.

4 Cf. PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Vol. 1. Belém: Editora da UFPA, 1968.

5 SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 3ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2010 [2000], p. 27.

6 Para uma visão geral da população de Belém, entre o final do século xix e o início do xx, ver dentre outros: BARROSO, Daniel Souza. “Família e Imigração: o casamento, em Belém, no início do século xx”. *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu/MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010.

Entre os vários migrantes que aportaram em Belém naqueles anos estavam os ibéricos. As migrações dos portugueses e dos espanhóis têm, entre si, diferenças de contingentes e de perfil que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, a migração portuguesa para o Pará foi desde sempre muito mais expressiva que a espanhola. Em segundo lugar, comparativamente, a migração portuguesa era mais seletiva quanto ao gênero. A grande maioria dos migrantes dessa naturalidade era do sexo masculino, sendo a migração espanhola bem mais equilibrada no que diz respeito a esse aspecto. Os Recenseamentos de 1872 e de 1920 podem nos ajudar a demarcar melhor essas diferenças.

Em 1872, segundo os dados do Censo, havia 3.361 portugueses na cidade de Belém. Eles representavam, proporcionalmente, 77,3% dos estrangeiros habitantes na cidade, 6,32% dos livres e 5,42% de sua população total. Os espanhóis, por seu turno, tinham uma presença mais modesta, perfazendo apenas 89 indivíduos oficialmente arrolados.⁷ Em 1920, o número de habitantes da cidade passou a ser constituído por 92,5% de brasileiros e 7,5%, estrangeiros; desses 68% eram de origem portuguesa. Representativamente acabou sendo uma mudança aparentemente pouco expressiva, mas cujos efeitos reais podem ter sido eclipsados pela Grande Naturalização de 1891 e pela intensificação da migração interestadual. A razão sexual da população migrante apoia o fato da migração direcionada ao Pará ter sido majoritariamente masculina. No mesmo ano, enquanto a razão de masculinidade da população total de Belém era 104,1, a razão de masculinidade específica da população migrante era 402,4.⁸

O mercado de trabalho em Belém nos meados do século XX

Ao longo dos anos de 1910 e 1920, a economia amazônica enfrentou uma grave crise. A queda no preço bruto da borracha decorrente da concorrência internacional, somada ainda à dinâmica da arrecadação federal no Brasil, que só no ano de 1910 se apropriou mais de 60% de todos os lucros obtidos com a exportação do produto, tiveram impactantes consequências para a economia regional. Inclusive, os outrora competidores estados do Amazonas e do Pará tiveram de se unir na busca por uma solução para contornar a crise.⁹ Esse é o cenário em que buscamos visualizar os portugueses e os espanhóis inseridos no mercado de trabalho da capital paraense.

O Recenseamento de 1920, por meio de seu quadro socioocupacional, evidencia as principais atividades econômicas presentes na cidade de Belém, mesmo que se trate apenas de um mercado de trabalho, com a licença do termo, “formal”. O quadro apresentado pelo Recenseamento é claramente

7 As informações utilizadas do Recenseamento de 1872 foram retiradas de uma base de dados digital disponibilizada pelo Cebap. Nessa base, alguns dados da versão original do Recenseamento foram corrigidos, o que pode fazer com que certos “números” apresentados ao longo de nosso texto não coincidam com aqueles presentes nos quadros originais do Censo de 1872.

8 IBGE. *Recenseamento de 1920*. Tomo IV: *População do Brasil segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade*. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1926, p. 712.

9 SARGES, Maria de Nazaré & NASCIMENTO, Wilson Brito. “O Pará e Amazonas são irmãos: a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira”. In: SOUSA, Fernando de et al (orgs.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos, 2011, p. 273-286.

enviesado por uma perspectiva geracional e, sobretudo, por uma perspectiva de gênero. Primeiramente, haja vista algumas ocupações, de acordo com o Censo, não estarem disponíveis aos mais jovens, como é evidente os trabalhos mais especializados, sejam eles mecânicos ou não. Além disso, o arrolamento das ocupações femininas acaba por invisibilizar a efetiva atuação das mulheres no mercado de trabalho formal de Belém, sendo a grande maioria delas colocada como “sem profissão definida”. Essa indefinição da ocupação de determinados indivíduos, que será retomada mais adiante, pode ser indicativa de que algumas ocupações eram socialmente aceitas como “trabalhos”, e outras não.

Consoante o Recenseamento de 1920, a agricultura, a construção civil, o comércio, os transportes (em especial, os marítimos) e o vestuário eram as cinco atividades mais exercidas pelos homens de Belém. Já entre as mulheres, o vestuário, a agricultura, o magistério e os serviços domésticos eram suas atividades mais comuns. Esse quadro, de caráter mais geral, evidencia uma cidade ainda característica do Brasil oitocentista, onde os espaços urbanos e rurais, decerto mais bem delimitados a altura do Censo, confluíam no espaço de Belém. Não obstante, particularmente o que concerne às ocupações masculinas, podemos observar uma cidade cada vez mais votada ao setor terciário da economia, onde a prestação de serviços, o comércio e as profissões liberais passavam a ter cada vez mais destaque.¹⁰

Essa possível tendência a um rearranjo no mercado de trabalho de Belém, conquanto não possa ser dissociada da tendência maior de urbanização presente nas principais capitais do Brasil, é naturalmente um reflexo do evoluir econômico vivenciado pela região desde os anos do Oitocentos. O dinamismo econômico e o crescimento demográfico acentuado (decorrente, em grande parte, desse intenso fluxo migratório), podem ter transformado paulatinamente o mercado de trabalho em Belém não só com a abertura e a intensificação de novas atividades econômicas, como também pelo perfil cada vez mais cosmopolita das pessoas e dos serviços englobados nele.

Esse panorama mais geral, por mais que permita-nos apreender o mercado de trabalho de Belém como um todo, não nos possibilita perscrutar várias de suas nuances. Para além da compreensão das particularidades das ocupações de acordo com a geração, o sexo e a origem brasileira ou estrangeira, pouco podemos extrair do Recenseamento. Nesse sentido, para o propósito deste artigo sua utilização limita-se à perspectiva de contextualizar as características do mercado de trabalho da cidade, no qual portugueses e espanhóis estavam imersos. Com vistas a analisarmos a presença desses migrantes, lançamos mão de uma série composta por 5.792 registros de casamento civil. Diferentemente de seus congêneres paroquiais, os registros civis apresentavam, tanto para o noivo como para a noiva, referências às ocupações. É a partir deles que a análise de desenvolverá.

É importante destacarmos, logo de início, que o trabalho com os casamentos possui como o trabalho qualquer outra fonte histórica, potencialidades e limites. Se por um lado, eles dão ensejo a um trabalho mais detido com marcadores sociais, ao apontar com maior precisão as idades e a naturalidade dos sujeitos em questão, por outro lado, acabam impondo à análise um recorte socioeconômico e, por mais paradoxal que possa parecer, é igualmente geracional. Não apenas nem todas as pessoas

10 IBGE. *Sinopse do Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1926, p. 136-137.

tinham acesso ao casamento, com também permaneciam no mercado matrimonial por um período específico de suas vidas, não sendo comum contraírem núpcias nem muito jovens, nem muito velhos. Posto isso, vejamos a **Tabela 1**:

TABELA 1. Codificação socioprofissional dos nubentes homens em Belém (1908-1925)

SETOR PRIMÁRIO		
Agricultura	151	2,6%
Pecuária	01	--
Pecuária e Agricultura	32	0,6%
Pesca	07	0,1%
Extrativismo	09	0,2%
SETOR SECUNDÁRIO		
Mineração	01	--
Metais	20	0,3%
Madeira e mobiliário	50	0,9%
Têxtil, vestuário e alimentação	73	1,3%
Construção civil	95	1,6%
Meios de transporte (Manufatura)	43	0,7%
Outros artesanatos	625	10,8%
SETOR TERCIÁRIO		
Profissões liberais	238	4,1%
Serviço Público	556	9,6%
Educação	46	0,8%
Saúde	121	2,1%
Segurança	292	5%
Marítimos	567	9,8%
Igreja	02	--
Comércio	1.883	32,5%
Transportes e comunicações	274	4,7%
Outros serviços	263	4,5%
Jornaleiro	115	2%
Desempregado	01	--
Ocupação ignorada	327	5,6%
Total	5.792	100%

Fonte: CMA/UFGA. Cartório Privativo de Casamentos da Comarca da Capital (1908-1925)

A **Tabela 1** sinaliza, logo em um primeiro olhar, a expressiva concentração das profissões masculinas em atividades ligadas ao setor terciário. Ainda é evidenciado que as atividades ligadas ao comércio aglutinavam grande parte dos nubentes, sendo significativo tanto em relação ao setor terciário, quanto no cômputo geral das ocupações. Outras atividades, a exemplados marítimos, dos empregados na administração pública e dos artistas também eram recorrentes. Embora os casamentos pesquisados sejam provenientes de um cartório que abrangia espacialmente toda a região da comarca da capital, incluindo seus perímetros rurais e urbanos, e as localidades adjacentes à Belém, observamos que, em linhas gerais, as profissões predominantes apresentavam um perfil essencialmente urbano; as atividades ligadas ao setor primário perfaziam somente a 3,5% do total das ocupações exercidas pelos nubentes.

As ocupações vislumbram, em certa medida, parte da lógica urbana e econômica de Belém no período, porém destoam da expressiva presença das atividades agrícolas na cidade. Praticamente um terço dos homens maiores de idade que habitavam Belém, em 1920, estava diretamente ligado a atividades agrícolas.¹¹ Isso sem contarmos com os envolvidos com a pecuária, a caça e a pesca. Além disso, devemos considerar, de antemão, que ao momento do casamento grande parte dos nubentes muito possivelmente ainda não estaria em seu estado de maior amadurecimento profissional, uma vez que a idade de casamento daqueles indivíduos comumente oscilava entre os 20 e os 35 anos. Mas, também não podemos deixar de destacar que quase todos eles estavam empregados, o que denota a importância de um trabalho estável para a contração de núpcias.

Conquanto a exposição desta codificação seja importante no sentido de demonstrar parte do mercado de trabalho de Belém acessível para pessoas, em sua maioria, entre os 20 e os 35 anos de idade, algumas ressalvas precisam ser feitas. Em primeiro lugar, cabe-nos analisar as classificações profissionais encontradas. Tomemos, por exemplo, as ocupações ligadas ao comércio. Essas ocupações compreendiam um rol amplo de atividades que poderia abranger: empregados do comércio; guarda livros; caixeiros; comerciantes, negociantes etc. Como essas atividades foram arroladas por cartórios, cujos critérios desconhecemos, torna-se difícil mensurarmos com exatidão as diferenças entre uma e outra. Também é o caso da categoria “artista”, utilizada para designar um grupo essencialmente heterogêneo que exercia atividades manuais e artesanais. As terminologias empregadas para designar as profissões dos nubentes eram imprecisas e analiticamente limitadas. Uma limitação que, certamente, se fazia ainda mais manifesta no designar das atividades femininas.

Provavelmente, os cartórios responsáveis pelo registro dos casamentos, assim como os recenseadores da época, não possuíam demasiada preocupação em descrever, detidamente, as atividades exercidas pelas mulheres, o que ainda é agravado pelo diminuto mercado de trabalho formal acessível aos segmentos femininos da população. O Recenseamento de 1920 aponta que 83,7% das mulheres habitantes em Belém ou não possuíam uma profissão declarada, ou não possuíam profissão alguma. Com expressividade menor, há referências a mulheres na confecção de vestuário, em serviços

11 *Ibidem.*

domésticos, na agricultura e no magistério – nesta ordem de relevância. As demais ocupações femininas são bem menos representativas.¹² A limitação do mercado de trabalho formal disponível às mulheres não se aplicava, de igual maneira, ao mercado de trabalho informal.¹³

Em relação aos casamentos, as ocupações femininas mais recorrentes eram as prendas e os serviços domésticos. Outras ocupações não raro encontradas foram: alunas e professoras da Escola Normal; costureiras; lavradoras; farmacêuticas, comerciantes e proprietárias. Embora o cômputo geral das ocupações femininas aponte ao exercício de atividades ligadas ao lar, isso não significa que todas as atividades desenvolvidas pelas mulheres se restringissem tão-somente ao espaço privado. Essa perspectiva deve ser matizada em dois aspectos. Em primeiro lugar, porque poderia haver uma congruência entre os espaços de moradia e de trabalho, a exemplo da coexistência de residências e casas comerciais no mesmo prédio, ou mesmo de pequenos ateliers no espaço doméstico. Em segundo lugar, porque o termo “serviços domésticos” não alude, necessariamente, ao desenvolvimento de atividades no lar de residência da nubente, afinal, os serviços poderiam bem ser realizados na casa de outrem.

A inclusão de um repleto rol de atividades femininas na categoria genérica “ocupações domésticas” restringe, em muito, a análise destas atividades, vislumbra uma multiplicidade de pequenas tarefas de autossuficiência exercidas cotidianamente,¹⁴ inseridas em uma infra-economia, ao que Braudel denominou de vida ou civilização material.¹⁵ Como desconsiderar, por exemplo, as mães solteiras e viúvas chefes de família, ou ainda aquelas “atividades de improviso”?¹⁶ De qualquer modo, não podemos nos esquecer dos papéis sociais idealizados às mulheres, no limiar do século xx. As “boas esposas” e “boas mães” deveriam cuidar da manutenção do lar, se não no sentido de provê-lo materialmente, pelo menos no sentido de preservar a boa ordem do espaço doméstico.

12 *Ibidem*.

13 Em Belém, no final do século XIX, o mercado de trabalho era permeado por relações de gênero que estabeleciam, entre homens e mulheres, hierarquias e alteridades nas definições das profissões. Para as mulheres, o mercado de trabalho era baseado em serviços de casa; raramente havia ofertas de emprego para mulheres fora do espaço doméstico. Cf. FONTES, E. “Prefere-se portuguesas: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará (1880-1896)”. *Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém, 12 (1/2), p. 67-84, jan./dez. 1993.

14 SAMARA, Enide Mesquita & MATOS, Maria Izilda Santos de. “Manos femeninas: trabajo y resistencia de las mujeres brasileñas (1890-1920)”. In: DUBY, G. & PERROT, M. (dir.). *Historia de las mujeres en Occidente*. Tomo 5: *El siglo xx*. Madrid: Taurus, 1993, p. 709-717.

15 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. (Vol. 1: *Os jogos das trocas*). São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1967], p. 12.

16 No clássico *Women, work and family*, Louise Tilly e Joan Scott cunharam o conceito de “the economy of makeshift”. Trata-se do desempenho, por parte de mulheres casadas, de pequenas atividades (costura, cozinha, limpeza etc.) com o objetivo de complementar a renda familiar. Ao utilizarmos o termo “trabalhos de improviso” (que também poderia ter sido traduzido como “trabalhos provisórios”), fizemos referência ao conceito proposto e analisado pelas autoras (TILLY, Louise & SCOTT, Joan. *Women, work and family*. Nova York: Rinehart and Winston, 1978).

Os migrantes ibéricos no mercado de trabalho de Belém

Entre 1908 e 1920, 769 homens portugueses casaram-se em Belém. Os espanhóis, de 1908 a 1925, perfaziam 260 sujeitos. A diferença entre esses nubentes, existente no mercado matrimonial de Belém, refletia a própria diferença de contingente que portugueses e espanhóis apresentavam na população da cidade. Os lusitanos faziam-se em maior quantidade e, por esse motivo, casavam-se também em maior número que os hispânicos. No caso particular desses migrantes a proporcionalidade entre a cifra de nubentes e sua representatividade na população total de Belém, não se dava apenas em termos contingenciais, mas, igualmente, em função da maior ou da menor presença de mulheres. Enquanto no caso dos portugueses, como já se demonstrou em estudos anteriores,¹⁷ havia uma quantidade muito maior de homens casando, embora entre os espanhóis o quadro fosse equilibrado, balizando uma tímida maioria entre as mulheres.

Não constituindo uma exceção, os casamentos dos ibéricos também invisibilizavam as ocupações femininas, adjudicando a praticamente todas as nubentes, os serviços domésticos. Em raríssimos casos, encontramos-as no exercício do magistério ou em atividades ligadas à agricultura ou ao comércio. No caso dessas duas últimas, suas atividades coadunavam com a de seus futuros cônjuges. Longe de representar mera casualidade essa “coincidência” pode ser um indício de certas questões de fundo, dificilmente apreensíveis sem documentação histórica suficiente. Um olhar mais acurado sobre esses casos evidencia que não apenas as ocupações, como também os endereços dos nubentes eram os mesmos. É possível, ou melhor, provável, que os noivos já coabitassem antes mesmo do casamento, e que trabalhassem conjuntamente, talvez mesmo em seu espaço de moradia, nas atividades destacadas.

De todo modo, mesmo que casos como esses desnudem algumas nuances do trabalho feminino em Belém, no limiar do Novecentos, trata-se apenas de referências fragmentadas, não passíveis de tratamento serial. Destarte, por mais que possamos apontar aqui ou ali do que as mulheres se ocupavam, não podemos delinear claramente suas principais atividades, ainda que suponhamos que a maioria delas fosse atinente ao trabalho doméstico, ao magistério ou ao trabalho familiar (como pode ter sido o caso das mulheres que trabalhavam no comércio e, sobretudo, na agricultura). Não sendo as abordagens (com o perdão do termo!) “qualitativas” o mote de discussão deste artigo, centramos as reflexões na presença de homens portugueses e espanhóis no mercado de trabalho de Belém; além disso, homens que, como já destacamos, estavam em sua grande maioria entre os 20 e os 50 anos de idade. Vejamos a **Tabela 2**:

17 CANCELA, Cristina D. & BARROSO, Daniel S. “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia: perfil demográfico, normas e redes sociais (Belém, 1891-1920)”. *História Unisinos*, São Leopoldo, 15(1), jan./abr. 2011, p. 60-70.

TABELA 2. Codificação socioprofissional dos homens portugueses (1908-1920)

SETOR PRIMÁRIO		
Agricultura e pesca	12	1,6%
SETOR SECUNDÁRIO		
Têxtil, vestuário e alimentação	26	3,4%
Construção civil	05	0,7%
Industrial	07	0,9%
Madeira e mobiliário	10	1,3%
Outros artesanatos	75	9,8%
SETOR TERCIÁRIO		
Comércio	529	68,8%
Profissões liberais	12	1,6%
Transporte e comunicações	30	3,9%
Igreja	01	0,1%
Outros serviços	28	3,6%
Ocupação ignorada	34	4,4%
Total	769	100,0%

Fonte: CMA/UFGPA. Cartório Privativo de Casamentos da Comarca da Capital (1908-1925)

A **Tabela 2** revela uma grande concentração dos homens portugueses pesquisados em atividades ligadas ao setor terciário, essencialmente no comércio. Aproximadamente 70% de todos eles tiveram suas ocupações descritas claramente como comerciais, desde auxiliares do comércio a grandes negociantes, passando por guarda-livros e vendedores ambulantes. Em um segundo plano, destacam-se as atividades que, em menor intensidade, poderiam também estar associadas à praça mercantil de Belém, como aquelas englobadas nas categorias “Outros artesanatos”, “Transporte e comunicações e “Têxtil, vestuário e alimentação”. As demais ocupações eram rarefeitas, sendo muito pouco representativas no geral. O quadro ocupacional dos portugueses apresenta, em relação ao quadro ocupacional geral, algumas aproximações e distanciamentos que precisam ser considerados.

No que diz respeito às aproximações, apontamos que, ora com maior ora com menor variação percentual, o quadro dos portugueses e o quadro geral, são certamente semelhantes. As diferenças entre um e outro residem na maciça participação dos lusitanos nas atividades correlacionadas ao comércio e da pouca presença desses migrantes em determinados setores – a exemplo do serviço público ou dos marítimos, que perfaziam cada um deles, cerca de 10% de todos os casos. Se, por um lado, não conseguimos precisar o porquê da quase ausência dos portugueses nesses setores, por outro lado, a sua efetiva participação no setor mercantil, em suas mais variadas escalas, pode ser mais fácil

de justificar. Para além da simples associação portugueses/comércio, o amálgama da grande maioria dos migrantes lusitanos em atividades mercantis pode ter raízes ainda mais profundas.

A inserção dos migrantes portugueses no mercado de trabalho formal de Belém, no limiar do século xx, estava diretamente associada ao caráter do processo migratório que os levou à Amazônia e, de igual maneira, às características particulares que pautaram as relações sociais entre portugueses e paraenses naquele período. A sociedade local tinha fortes laços com Portugal, os lusos eram os imigrantes em maior quantidade e o fluxo migratório ocorria *em cadeia*, ou seja, era marcado pela “predileção” de gênero e pela existência de indivíduos, em geral parentes, que davam apoio logístico à migração.¹⁸ E eram esses indivíduos, os quais aqui denominaremos de “intermediários sociais”, que tornaram a migração lusa um caso bem específico dentre as outras migrações direcionadas à Amazônia entre o final do século xix e o início do Novecentos.

Por “intermediários sociais” apreendemos, tal como Renato Pinto Venâncio, pessoas que poderiam interceder social, política e economicamente diante de indivíduos de condição social mais elevada, em prol daqueles menos favorecidos.¹⁹ Eram, portanto, responsáveis pelo dinamismo de extensas redes sociais que poderiam interligar pessoas nos extremos da hierarquia social. Mas de que modo a noção de “intermediários sociais” poderia nos ajudar a compreender não apenas a inserção dos portugueses no mercado de trabalho de Belém nas primeiras décadas do século xx, mas, principalmente, os meandros e as diversas nuances que permearam aquele processo migratório?

Num interessante balanço da produção historiográfica sobre as migrações, o sociólogo americano Douglas Massey apresenta um quadro em que ganha destaque o importante papel exercido por parentes ou demais pessoas conhecidas da articulação de uma migração.²⁰ Ora, esses parentes ou pessoas conhecidas nada mais são do que os já referidos “intermediários sociais”. Em alguns casos, as articulações poderiam incluir tanto o auxílio na partida,²¹ quanto no seu estabelecimento no novo local de moradia. Considerando as relações existentes entre o Pará e Portugal, é plausível pensarmos que alguns indivíduos de origem portuguesa tenham, muito possivelmente, organizado a migração de seus conterrâneos a Belém, assegurando-lhes todo um apoio logístico onde se incluiria, naturalmente, um emprego no setor mercantil, onde os lusitanos faziam-se presentes de modo expressivo. Mas, e quanto aos espanhóis? Vejamos a **Tabela 3**:

18 Sobre essa classificação ver: TILLY, Charles. *Migration in Modern European History* (mimeo). Disponível em: <<http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/50920/1/145.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

19 VENÂNCIO, Renato Pinto *et al.* “O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica em fins do século xviii”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 26(52), 2006, p. 287.

20 MASSEY, Douglas *et al.* “Theories of international migration: a review and appraisal”. *Population and Development Review*, Nova York, 19(3), set. 1993, p. 431-466.

21 Quanto à imigração portuguesa para a Amazônia, já foi analisado um caso nesse sentido em: VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano & BARROSO, Daniel Souza. “Histórias de ‘movimentos’: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, 27(1), jan.-jun. 2010, p. 193-210.

TABELA 3. Codificação socioprofissional dos homens espanhóis (1908-1925)

SETOR PRIMÁRIO		
Agricultura	04	1,5%
SETOR SECUNDÁRIO		
Madeira e mobiliário	02	0,8%
Couro	06	2,3%
Têxtil, vestuário e alimentação	10	3,8%
Construção civil	02	0,8%
Outros artesanatos	63	24,2%
SETOR TERCIÁRIO		
Profissões liberais	04	1,5%
Empregados públicos	05	1,9%
Educação	01	0,4%
Comércio	94	36,2%
Transporte e comunicações	21	8,1%
Forças Públicas	02	0,8%
Jornaleiros	18	6,9%
Outros serviços	14	5,4%
Ocupação ignorada	14	5,4%
Total	260	100%

Fonte: CMA/UFPA. Cartório Privativo de Casamentos da Comarca da Capital (1908-1925)

A **Tabela 3** revela que assim como entre os portugueses, entre os espanhóis ocorria também uma concentração ocupacional nas atividades ligadas ao comércio, mesmo que em menor proporção. Pelo menos *um em cada três* dos espanhóis pesquisados estava ligado ao setor mercantil. Podemos destacar, igualmente, entre os espanhóis, a importante presença deles na categoria “Outros artesanatos”. Outras categorias, a exemplo da dos “Jornaleiros” e a de “Transporte e comunicações”, também aglutinavam um bom número desses imigrantes. É importante salientarmos que o quadro ocupacional dos espanhóis era ainda mais parecido com o quadro socioocupacional geral, do que o dos portugueses. Ainda assim, há entre eles uma tendência geral a empregarem-se em ocupações ligadas, direta ou indiretamente, ao comércio, mesmo em menor intensidade que os portugueses.

Era no setor mercantil que havia uma grande rivalidade entre os ibéricos; portugueses e espanhóis envolviam-se em embates na busca por melhores locais na praça mercantil e pelo monopólio do comércio. A notória presença majoritária dos ibéricos que atuavam no setor do comércio, especialmente no retalhista, causou um desconforto aos brasileiros que os viam como exploradores e

concorrentes em um mercado de trabalho que deveria ser nacional, assim acreditavam os brasileiros, no caso, os paraenses. Essa disputa no mundo do trabalho gerou uma tensão constante entre os “galegos” e os nativos, sobretudo no espaço público onde os vendedores ambulantes das mais diferentes nacionalidades obtinham meios para a sua sobrevivência. À medida que o processo migratório se acentuava o espaço público da cidade era tomado pelos trabalhadores de ruas, conforme se pode observar pela **Tabela 4**:

TABELA 4. Vendedores ambulantes registrados na Intendência de Belém (1902-1903)

Mês	Número	Varição
Dez. de 1902	228	--
Jan. de 1903	292	64
Fev. de 1903	250	-42
Mar. de 1903	294	44
Abr. de 1903	256	-38
Maio de 1903	321	65
Jun. de 1903	335	14
Jul. de 1903	269	-66
Ago. de 1903	289	20
Set. de 1903	247	-42
Out. de 1903	247	--
Nov. de 1903	274	27
Dez. de 1903	190	-84

Fonte: LEMOS, Antônio. *Relatórios apresentados ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1897-1902*. Belém: A. A. Silva, 1902, p. 125

Era nesse espaço do comércio ambulante intenso e bastante difícil de ser controlado é que os trabalhadores disputavam a sua inserção no mundo do trabalho. Nele, encontramos vendedores de flores, carregadores, e vendedores de peixe, de legumes e de verduras, que vendiam suas mercadorias em tabuleiros improvisados e desprovidos de qualquer higiene; vendedores de leite que iam com suas vacas de casa em casa; vendedores de tecidos em “lojas ambulantes que vendiam, em carros e tabuleiros, fazendas francesas, inglesas e diversas miudezas”²²; enfim, uma gama de produtos que tornavam a cidade uma grande tenda colorida. É nesse cotidiano da cidade que vamos encontrar uma notícia que bem espelha a situação de crise econômica resultante da queda dos preços da borracha.

²² SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle époque... op. cit.*, p. 28.

Já não é a primeira nem a segunda vez, que às portas da nossa redação aparecem moços patricios a implorar um óbolo para comer, pois o trabalho lhes falta para que por ele possam conseguir o dinheiro necessário ao seu sustento.

Alguns, com as lágrimas nos olhos, têm-nos também implorado para intercedermos junto do Consulado de Portugal a fim de poderem conseguir uma passagem que lhes dê direito a voltar às terras pátrias.²³

Essa é apenas uma das muitas tensões que se impõem aqueles que chegaram ao Pará na condição de imigrante, mas tantas outras situações do cotidiano se esparramam nos papéis dos arquivos policiais, como o caso de Alfredo e Delfina:

Alfredo Cid e Delfina Alves moravam próximo: ele, na Rua Manoel Barata, 90; ela, à Rua Tiradentes, 32. Em 1920, eles tinham, respectivamente, 19 e 18 anos de idade. Haviam começado a namorar dois anos antes, em 1918, no bairro onde moravam: o Reduto. Menores de idade e ainda não emancipados, Alfredo e Delfina precisariam de autorização paterna para poder contrair núpcias. O pai de Alfredo, com quem o mesmo trabalhava numa sapataria de propriedade familiar, consentia com o casamento de seu filho. Por sua vez, José Rodrigues Alves opunha-se ao casamento de sua filha Delfina, declarando ser “pobre, mas honrado” e que se sacrificava ao máximo para dar educação a sua prole. Segundo José Alves, o pretendente de sua filha era um “precoce perdido social”, um “vagabundo, *sem profissão alguma*”. Alfredo Cid refutava essa “acusação” alegando que possuía “profissão honesta e definida”, com rendimentos suficientes para constituir família.²⁴

Esse relato nos remete a pensar que dentro de uma relação conjugal, o marido e a esposa exercem papéis familiares inerentes ao grupo social que pertencem, sob influência de valores morais específicos.²⁵ Entretanto, no final do século XIX e o limiar do século XX, assistiu-se a uma reconfiguração do “pacto matrimonial”, que acarretou uma mudança do papel social do marido passando de administrador de bens para provedor e protetor do lar.²⁶ Portanto, o provento ao lar era um papel social de gênero associado especificamente ao masculino, o que ajuda-nos a melhor entender a preocupação de José Rodrigues Alves com o casamento de sua filha com Alfredo Cid, um “vagabundo, *sem profissão*

23 *Jornal Lusitano*, 24 de setembro de 1921, p. 2.

24 CMA. 2ª Vara Cível (Cartório Odon). Suprimento de consentimento para casamento, onde foi requerente Alfredo Rodrigues Cid e requerido José Rodrigues Alves. 1920.

25 SAMARA, Eni de Mesquita. “Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX”. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, nº 37, 1981, p. 17-25.

26 NAZZARI, M. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1991].

alguma”, e a refutação desse àquela acusação, confirmando possuir uma “profissão honesta e definida” que lhe permitiria constituir e sustentar uma família.

O imbróglio em que se envolveu Alfredo Cid é apenas um exemplo de algumas das tensões que permearam as relações de trabalho dos migrantes de origem espanhola e paraense no mercado de trabalho de Belém, nas primeiras décadas do século XX, ainda que na esfera familiar e da intimidade. O dinamismo econômico e o crescimento demográfico acentuados (decorrente, sobretudo, de um intenso fluxo migratório), associados ao que a historiografia convencionou de chamar de a “Economia da Borracha”, transformaram paulatinamente o mercado de trabalho em Belém não só com a abertura e a intensificação de novas atividades econômicas, como também pelo perfil cada vez mais cosmopolita das pessoas e dos serviços englobados nele.

Considerações finais

A vivência dos estrangeiros em solo amazônico deve ser entendida no contexto de uma economia que precisava de mão de obra para atender o mercado internacional, embora as cidades não estivessem em condições de abrigar um contingente cada vez maior de imigrantes. Essa parcela significativa de estrangeiros ao se deparar com um novo ambiente enfrentava alguns obstáculos quase que “naturais” a esse processo migratório, como a diversidade cultural e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, entre outros. A tentativa de compreender a complexidade das relações de trabalho entre os imigrantes portugueses e espanhóis com a sociedade paraense leva-nos a delinear um quadro geral dessa questão que abre possibilidades de novas investigações.

Imigração italiana no Rio Grande do Sul: colonização, urbanização e historiografia

Núncia Santoro de Constantino

PPGH – PUC-RS

PRETENDE-SE DISCUTIR ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS relacionadas à *Imigração*, considerada como fenômeno amplo e abrangente, envolvendo processos de *Colonização*. Comenta-se brevemente o desenvolvimento de uma historiografia da imigração, destacando-se nomes de pesquisadores que acompanham tendências historiográficas atuais. O texto enfatiza a imigração italiana no sul do Brasil que pode ser urbana ou rural; através do breve comentário de autores, sugere que esse fenômeno pode ocorrer em grandes levas, em pequenos grupos ou até mesmo individual; pode ser decorrência de iniciativas oficiais ou da organização de grupos parentais, com ênfase nas correntes e redes, entre outras categorias.

Em simpósio sobre a imigração portuguesa no Brasil, apresento texto que destaca a imigração italiana, estudo histórico que tem sido minha principal preocupação há algumas décadas. Justifico tal inserção em decorrência da semelhança entre questões teórico-metodológicas. Quando se trata do fenômeno da imigração no meio urbano, são muito grandes as semelhanças do processo relacionado à etnia italiana com aquele que se refere à etnia portuguesa ou a representantes de outras etnias que ingressaram no país e que se fixaram em áreas urbanas.

Assim, partidas, trânsitos, chegadas de imigrantes e processos relacionados à sua inserção social no meio urbano guardam por vezes similitudes. O pensamento de Simmel continua válido, quando assinala o papel dos estrangeiros nas cidades, a ocuparem nichos econômicos que os da terra não sabem, não querem ou não podem ocupar.¹ Esses estrangeiros são os agentes da modernização urbana pela qual passaram as cidades gaúchas na segunda metade do século XIX.

Abordo, portanto, a imigração italiana no Rio Grande do Sul, visto que os estudos recentes sobre a imigração portuguesa no Brasil meridional são muito escassos. Exemplo dessa afirmação é o programa do VII Seminário Internacional sobre a (E)Imigração Portuguesa para o Brasil, realizado na Universidade de São Paulo, entre 7 e 10 de novembro de 2011. Subtraída a minha comunicação, que privilegiou a imigração italiana, foram 43 outras comunicações e nenhuma referente ao sul do Brasil e

1 SIMMEL, Georg. *Estudios sobre las formas de socialización*. Vol. 2. Madri: Alianza, 1986, p. 716-8.

aos fundamentais papéis desempenhados lá pelos portugueses, seja como os responsáveis pela fixação das atuais fronteiras meridionais brasileiras, seja como responsáveis pelo fundamental impulso dado à urbanização a partir da década de 1870.

Os conhecidos e bonitos versos de Fernando Pessoa também são apropriados à realidade no passado do Rio Grande do Sul:

“Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal”
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar.”

O poeta se refere à grande expansão ultramarina portuguesa e ao correlacionado processo de colonização, que também tornou português o Brasil meridional.

A real ocupação portuguesa do território rio-grandense acontece em 1737, quando o Brigadeiro Silva Paes alcançou a barra do Rio Grande, no extremo sul, onde era esperado por Cristóvão Pereira que se deslocara para lá vindo de Laguna, então limite meridional da possessão portuguesa na América. As medidas imediatas foram direcionadas à colonização, para garantir a posse de um território que não lhes pertencera pelo Tratado de Tordesilhas. Foram assentados muitos casais que haviam perdido suas propriedades na Colônia do Sacramento: casais do Reino, alguns poucos açorianos, além de casais do Rio de Janeiro, da Bahia e de Minas Gerais.

Com o tratado de Madri em 1750, que trocou o território das Missões Jesuíticas espanholas pela Colônia do Sacramento, Portugal deu início à introdução sistemática de um grande número de casais dos Açores e da Madeira. Desenvolveram-se os primeiros e mais antigos núcleos urbanos do Rio Grande do Sul, a começar pela vila do Rio Grande, Porto Alegre, Santo Antonio da Patrulha, Rio Pardo, sedes dos primeiros quatro municípios estabelecidos em 1809 por D. João. Outras vilas também pontilhavam o território meridional no século XVIII, como Triunfo, Viamão e Pelotas, povoadas por casais portugueses, sendo que a última alcançando um desenvolvimento extraordinário pela indústria do charque.

Mas não é essa colonização e primitiva urbanização o principal objetivo do presente texto, que dá ênfase à chamada grande imigração, verificada a partir da primeira década republicana, quando foi enorme o ingresso de italianos e de portugueses nas antigas cidades rio-grandenses.

É bem verdade que a presença açoriana foi muito estudada mas, no processo de urbanização, praticamente não é assinalado o papel do imigrante na transformação que se verificou nas cidades gaúchas a partir da metade do século XIX. Continuamos a buscar antigas fontes bibliográficas, como o ensaio de Dante de Laytano publicado em 1958, que registra mais de 6.000 portugueses distribuídos

principalmente nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas onde, entre 1854 e 1859 começam a funcionar as Sociedades de Beneficência Portuguesa.²

Na década de 1950 observa-se um aumento expressivo dessa emigração para o Brasil, cujo ritmo é retomado nos anos 70; especialmente depois de 1974 com a queda de Salazar. Então, a escassez de estudos sobre essa imigração significativa no sul não é explicável. Posso lembrar alguns poucos trabalhos de pesquisa recentes e alguns nem mesmo tão recentes, como a dissertação de mestrado de Clecy Favaro sobre os tanoeiros portugueses em Caxias, defendida há mais de vinte e cinco anos no PPGH da PUC-RS, (1984) sob o título *De Bairro Lusitana a “Zona Tronca”: Presença dos Portugueses em Caxias do Sul, 1911-1931*.

Arrolo uma segunda dissertação em Antropologia Social, defendida em 1991 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por Estelita de Aguiar Branco, intitulada *A Grande Tarefa: Processos e Estratégias do Imigrante Português, estabelecido em Pelotas – RS, na manutenção de sua identidade*.

A autora, interdisciplinando, usa o método antropológico de investigação para reconstruir processos empregados pelos imigrantes portugueses visando inserção social na cidade.

Em 1996 foi defendida e aprovada outra dissertação no PPGH – PUC-RS que orientei e que aborda a imigração portuguesa dentre outras correntes imigratórias: *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. O autor é Marcos Hallal dos Anjos.

Larissa Patrón Chaves desenvolveu pesquisa que, em 2002, resultou na dissertação [...] *Grandiosos mesmo foram os portugueses [...]. A Sociedade de Beneficência de Bagé (1870 a 2002)*. A autora estuda a história da instituição e do prédio que a abriga, uma importante edificação de estilo eclético, construída no final do século XIX. Busca compreender o modo como se deu a instalação, em 1870, de uma Beneficência em Bagé, importante cidade fronteira com o Uruguai, estabelecimento que evidencia a presença de uma grande comunidade naquela cidade. Posteriormente, em 2008, amplia seu estudo em tese de doutorado na Unisinos, investigando outras instituições do gênero em cidades gaúchas.

Mais recentemente assinalo um trabalho de conclusão no curso de História- PUCRS que também orientei, de Fabienne Cruz, sobre memórias de mulheres imigrantes portuguesas em Porto Alegre. A autora emprega o método indiciário, partindo de trajetórias individuais de mulheres portuguesas para a reconstrução de uma história dessa imigração no pós-guerra. Para tanto usa a metodologia da História Oral e operacionaliza os conceitos de etnicidade e rede. Analisa a imigração portuguesa em Porto Alegre entre 1945 e 1960 e narra memórias de imigrantes, permitindo conhecer aspectos do seu cotidiano, do trabalho desenvolvido através de redes sociais, e de hábitos da vida urbana que auxiliaram na construção de uma identidade étnica.

Repito: considerando a importância dessa imigração, não é justificável a escassez de trabalhos sobre a mesma. No Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS, único programa de História do

2 LAYTANO, Dante de. “Os portugueses”. In: BECKER, Klaus (org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. Vol. 5. Canoas (RS): Ed. regional, 1958.

sul do Brasil classificado pela Capes com seis, tem quatro linhas de pesquisa e uma delas é “Sociedade Urbanização e Imigração”. São 538 dissertações e 162 teses defendidas. Na linha de pesquisa mencionada, tendo como tema central a imigração, há um total de 12 dissertações sobre imigração alemã, 22 sobre a italiana, 18 sobre imigração de etnias diversas, como espanhóis, árabes, judeus, russos, ucranianos e poloneses. Oito teses sobre imigração alemã, sete sobre italianos e 4 sobre etnias diversas. Num total de 71 trabalhos defendidos e aprovados, há apenas um único trabalho que aborda a imigração portuguesa, a dissertação já referida sobre tanoeiros portugueses em Caxias do Sul, defendida por Favaro em 1984.

Vê-se que, em números, os trabalhos sobre imigração italiana suplantam aqueles relacionados a processos migratórios de outras etnias. Mas tal produção não está sendo considerada na historiografia brasileira.

A discussão que se propõe, portanto, é justificada por várias razões. A primeira delas decorre da concepção de História que se impõe em consequência da crise do marxismo ocorrida no final dos anos 60. Rompe-se com a abordagem “macro” e ressurge a ideia de que a História envolve narrativa. Gradativamente impôs-se uma nova história com diversificados temas, como a história vista de baixo, classes operárias, mulheres, minorias étnicas ou raciais, uma História que considera a subjetividade e as representações culturais. Por outro lado, busca-se a legitimação de novas fontes para dar conta das múltiplas possibilidades. A questão aqui é, portanto, dimensionar imigração no contexto historiográfico, tendo como exemplo a imigração italiana no sul do Brasil que tem sido tema muito estudado e pouco considerado na historiografia da imigração brasileira.

Para dar exemplo, a editora Zahar publica em 2001 um pequeno livro como parte da coleção *Descobrimdo o Brasil*. Pois *O Brasil dos Imigrantes*- e é esse o título, reserva um capítulo para os portugueses do Rio de Janeiro, outro para italianos de São Paulo e o último para os “galegos” de Salvador. A imigração e a colonização no sul ficaram totalmente de fora.³

Na verdade, os estudos de imigração italiana no Brasil privilegiam o caso de São Paulo, com sua maciça imigração mão-de-obra para a lavoura de café e para a indústria. O caso paulista torna-se o estereótipo e a importância da imigração nos estados meridionais é obscurecida. Essa última é um fenômeno distante do operariado ou da lavoura de café; envolve uma colonização rural com pequena propriedade de terra, a partir de enormes contingentes de italianos oriundos predominantemente a Itália setentrional, assim como envolve uma imigração urbana em redes, predominantemente de origem meridional. Lembro que a colonização no Brasil meridional ou no Espírito Santo consiste na maior reforma agrária realizada no país, que transformou a fisionomia política, econômica, social e cultural em várias áreas do país.

Sabe-se que houve fundamentais diferenças nos processos de imigração, fenômeno cuja complexidade é imensa. As diferenças regionais já aparecem na origem, visto que cada província traçava sua política desde 1850. Maria Theresa Petrone, com seus renovadores estudos desde a década de

3 OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

1970, enfatiza que, além das fazendas de café, a província do Espírito Santo e as três províncias meridionais atraíam imigrantes, em áreas desocupadas consideradas próprias ao estabelecimento de um “campesinato” nos moldes europeus, com vistas à formação de uma classe média. Enfatiza que, nas diversas regiões do país, “[...] a experiência do imigrante foi diferente, sucessos e insucessos têm outros fundamentos”.⁴

Um segundo exemplo vem de além mar e revela-se ainda mais preocupante por basear-se em fontes bibliográficas que limitam o assunto à região sudeste, como exemplifico nas linhas precedentes. A *Storia dell'emigrazione italiana*, em dois volumes e 847 páginas, publicado em 2002, reserva 23 dessas páginas para o Brasil, o terceiro país a receber o maior número desses imigrantes entre 1890 e 1914. Dessas poucas páginas, apenas 3, ou pouco mais de 10% do conteúdo, tangenciam a colonização agrícola em geral, à medida que resumem considerações sobre leis e política de terras no Estado de São Paulo e no Brasil. Paradoxalmente, o autor afirma, em apenas duas linhas, que “a mais significativa colonização ocorreu no RS, Santa Catarina e Paraná”.⁵

Sobre a imigração italiana, é pertinente acentuar que a vasta produção historiográfica do sul, publicada em prestigiadas editoras universitárias e originada nos muitos programas de pós-graduação, continua pouco difundida. Não se justifica o espaço mínimo concedido no plano nacional para a imigração no sul do Brasil, até porque é importante o número de pesquisadores que trabalham com essa temática.

Dos dez primeiros nomes de pesquisadores ativos em História elencados pela Plataforma Lattes CNPq através da temática da imigração italiana, seis estudam imigração no Rio Grande do Sul: Nuncia Santoro de Constantino; Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro; Luiza Horn Iotti; Luís Fernando Beneduzie Loraine Slomp Giron. Somente quatro pertencem a universidades de todo o Brasil: Juiz de Fora, Federal de São Paulo e Estadual do Rio de Janeiro Federal do Pará.

São estudos que inovam a produção historiográfica meridional, acompanhando tendências atuais. Lembra-se que uma nova concepção de História foi definida em consequência da crise do marxismo ocorrida no final dos anos 60. Rompe-se com a abordagem “macro” e ressurge a ênfase na narrativa. Gradativamente impuseram-se diversificados temas e formas de escrever História, como aquela vista de baixo, a História das classes operárias, das mulheres, minorias étnicas ou raciais, enfim uma nova concepção que considera a subjetividade e as representações culturais. Por outro lado, buscou-se a legitimação de novas fontes para dar conta das múltiplas possibilidades.

Resume-se a inserção do tema “imigração italiana” na historiografia do extremo sul do Brasil, inserção que foi tardia, como tardia foi a narrativa do passado rio-grandense. Nossa História, como outras histórias regionais, modelou-se essencialmente em Ranke, inspirada em

4 PETRONE, Maria Thereza Schorer. “O imigrante italiano na fazenda de café em São Paulo”. In: DE BONI, Luís A. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, p 102-3.

5 BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'Emigrazione Italiana – Arrivi*. Roma: Donzelli, 2002.

Comte, cujas ideias fincaram as mais profundas raízes no Rio Grande do Sul, que chegou a ser chamado de Contelândia.⁶

No final do século XIX, aparecem as primeiras publicações, fundamentais para a construção de uma tradição gaúcha. O regionalismo é fabricado, cultivando-se um romantismo fora de tempo. O gaúcho, até então considerado homem rude do campo, indisciplinado e socialmente desqualificado, passava a ser narrado como homem livre, forte e valente, um puro nativo de Rousseau, tipo ideal para representar a população do Rio Grande que, no período, já era diversificada com estrangeiros ou descendentes, afeitos às atividades urbanas ou à agricultura. Parte dessa construção deve-se às apologias feitas aos personagens da Revolução Farroupilha, que passava a ser contada como uma gesta de heróis e não mais como uma guerra separatista.

Na historiografia não sobrava espaço para a imigração. Encharcados pelo pensamento positivista, os historiadores tratavam de valorizar os *vultos heroicos* e, no final do século XIX, o grupo constituído por imigrantes, na maioria italianos, continuava aumentando pelo ingresso de grandes contingentes. Não poderiam ser considerados heróis; inclusive, provocavam conflitos ou tomavam parte neles, como é o caso da Revolução Federalista.

Em 1898 Borges de Medeiros torna-se presidente do Estado que governará por quase 30 anos. Logo deixou claras suas intenções de reativar a imigração italiana, porque já era notável o desenvolvimento da Região Colonial Italiana. O resultado de sua política repercutiu nas cidades, onde a presença de imigrantes aumenta e se diversifica.

O regionalismo aparece claramente na administração das colônias italianas. Em 1890, a colônia Dona Isabel é emancipada como município de Bento Gonçalves, em homenagem ao principal chefe farroupilha; Conde d'Eu, por sua vez, é emancipada em 1900, como município de Garibaldi.

A Revolução Farroupilha assumia o primeiro plano na narrativa histórica. Na virada para o século XX, os historiadores do Estado estavam fascinados por essa Guerra.⁷ Continuam ignorando a presença dos imigrantes, ou melhor, alguém acusa tal presença: trata-se de Alfredo Varela, que aproveita para fazer pesadas críticas à imigração em geral. Escreve em 1897:

Ao lado da imigração alemã, desenvolveu-se muito, nas últimas décadas, a italiana, hoje a mais numerosa e que começa a despertar um perturbador antagonismo [...] O governo central mostra-se empenhado em avolumar a todo custo a vinda de trabalhadores, mas essa inepta disposição vai dando frutos que estão indicando quanto foi e continua a ser errado o plano concebido.⁸

6 Ver CONSTANTINO, Núncia Santoro de. "A inscrição dos imigrantes italianos na historiografia do Rio Grande do Sul". In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (orgs.). *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

7 GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

8 VARELLA, Alfredo. *Rio Grande do Sul descrição física, histórica e econômica*, 1897, p. 358.

Em 1920 funda-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, cuja atividade amplia notavelmente a produção historiográfica, sempre com o imigrante à margem. A publicação de Revista auxiliou na definição da pretendida identidade, enfatizando a colonização portuguesa, as relações com a região platina, além de destacar, de modo recorrente, a Revolução Farroupilha.

A situação seria alterada no período de ascensão do fascismo na Itália, quando são fortes as lideranças no grupo italiano do Rio Grande do Sul, contaminadas pela ação da diplomacia. Naquele período é fortalecido o mito da *Roma Imperial*, valorizam-se os feitos dos navegadores italianos, glorifica-se a arte, a filosofia e a literatura renascentista. Neste quadro, o imigrante era uma imagem indesejada para um país que se pretendia moderno. A Nova Itália de Mussolini tratou de construir outra representação, vigorosamente divulgada pela ação diplomática: aquela imagem dos operosos cidadãos italianos no exterior, tributários de uma valorosa pátria-mãe.

Como parte dessa política externa bem mais atuante, surge a publicação comemorativa ao cinquentenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, em 1925, financiada pelo governo italiano.⁹

O álbum do *Cinquantenario* foi organizado por Mansueto Bernardi, de quem é o primeiro texto, seguindo apresentações do presidente do Estado do Rio Grande do Sul e do Ministro do Exterior da Itália, Benito Mussolini. O título do texto inicial: *Gli Italiani e la Repubblica di Piratiny*, demonstra o persistente apelo em torno da Revolução Farroupilha. Mansueto era uma das lideranças do grupo social italiano, intelectual e membro do Partido Republicano Riograndense. Encontrava-se bem à vontade na campanha de valorização do imigrante que se desenvolvia na Itália, assim como na apropriação por Mussolini da figura de Garibaldi, já há algum tempo reverenciada no Rio Grande do Sul.

Assim, o Álbum publicado em 1925 apresenta, por primeira vez, uma narrativa histórica sobre a imigração, centrada nos vultos proeminentes, a começar por Garibaldi. Além de Garibaldi e dos seus companheiros italianos da revolução, as principais lideranças da “colônia” são contempladas com textos sobre suas trajetórias individuais, em estilo épico.

A imagem de Garibaldi impõe-se pouco a pouco como representante da coletividade italiana. Mas os historiadores continuavam empolgados na valorização dos feitos revolucionários que alcançaria o ápice em 1935, com os festejos pelo centenário da Revolução.¹⁰

Nos anos sucessivos, o tema da imigração italiana receberá alguma atenção, com outras publicações. É o caso daquelas de autores como Roque Callage, Clodomiro Carriconde ou Archymedes Fortini, jornalistas contaminados pelo conceito norte-americano do *melting pot*. Foram sucedidos por outros estudos que fizeram apologia aos imigrantes e aos seus descendentes, apresentando-os de forma homogênea e idealizada, como heróis que venceram sozinhos todas as adversidades graças às qualidades naturais da sua etnia, longe do apoio das autoridades. Assinavam essa historiografia personagens inseridos na sociedade colonial como membros do clero secular e de ordens religiosas,

9 *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Globo, 1925

10 CONSTANTINO, Núncia Santoro de. “Eroe e Mito: Garibaldi nel sud del Brasile”. In: MARTEN, Jan *et al* (orgs.). *Garibaldi e gli ideali democratici internazionali*. Munique: Martin Meidenbauer, 2011, p. 157-164.

viajantes italianos interessados na emigração, *publicistas* vinculados aos partidos da direita italiana, diplomatas, memorialistas, missivistas, cujos escritos foram posteriormente reelaborados e mil vezes divulgados. Assinala Márcio Biavaschi¹¹ que essas ideias transformaram-se em verdadeiros mitos, como o mito do trabalho, do espírito de solidariedade colonial, da harmonia social e ausência de conflitos, a solidez dos valores familiares etc. Constrói-se então o mito que ajuda a manter a coesão do grupo social, fortalecendo regras de convivência, como afirma Gustavo Valduga.¹² As primeiras narrativas da imigração italiana, portanto, fortalecem a imagem mitológica do imigrante.

Assim, na década de 1970, apresentava-se uma reação à velha historiografia: uma curiosa forma de materialismo histórico. Costumo afirmar que à historiografia *laudatória* sucedeu aquela *miserabilista*, que não eram excludentes, sobretudo porque sempre laudatórias. Então não se louva mais as lideranças, mas as miseráveis massas sem rosto, pasteurizadas na opressão, impotentes contra os poderosos.

O êxodo forçado, a peregrinação em massa de imigrantes, abandonados pela pátria-madrasta, a terrível travessia oceânica, tudo isso é superado pelo imigrante que é por excelência um forte. Suas experiênciassão descritas como verdadeiras sagas de heroicos colonos, abandonado pelas autoridades brasileiras.

A partir do primeiro centenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, em 1975, com a organização naquele ano de um concurso de monografias, a imigração italiana passa a ser também tema muito valorizado em trabalhos acadêmicos. Tal fato coincide com a fundação dos primeiros programas de pós-graduação no Estado. O discurso laudatório em certa medida continuou por muito tempo exercendo influência: Carlos Zagonel, por exemplo, enfatizava o colono abandonado, sozinho e jogado na floresta virgem, corajoso herói superando dificuldades. Reconstruía um mundo idílico que até hoje permeia o imaginário colonial.¹³ Rovílio Costa e Irineu Costella, em várias obras, também enfatizaram o heroísmo dos imigrantes, ainda que realizassem um importante trabalho de pesquisa; Olívio Manfroi em tese defendida em Sorbonne e depois publicada no Brasil, mantém acentuada a caracterização do colono heroico, apoiado no Catolicismo e tutelado pelo clero, abandonado pelo Estado.¹⁴

Thales de Azevedo¹⁵ esclareceu muito sobre o assunto, ao escrever sobre a chegada e a instalação de imigrantes, tornando relativa à questão do abandono. Registra que “as bagagens dos imigrantes eram transportadas gratuitamente até as sedes das comissões ou núcleos. Recebiam agasalho,

11 BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. Tese (doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2011.

12 VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus. Uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do Jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. Dissertação (mestrado) – PUC-RS, Porto Alegre, 2007.

13 ZAGONEL, Carlos Albino. *A Igreja e a imigração italiana*. Porto Alegre: La Salle, 1975.

14 MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: EST, 2001.

15 AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.

hospedagem durante quatro dias, transporte gratuito para os barracões perto dos seus futuros lotes rurais, que escolhiam. Até as primeiras colheitas, os chefes de família e seus filhos maiores eram empregados na construção das estradas, durante quinze dias de cada mês, a fim de obterem recursos para subsistência. Houve enormes investimentos do poder público: criação e manutenção dos núcleos de povoamento, transporte para a produção, financiamento de terras e abertura de estradas.

Com a fundação dos primeiros programas de pós-graduação no Estado, há um contraponto ao discurso laudatório, que finalmente analisa o papel predominante do Estado no projeto de colonização, reconhecendo que aos colonos foram propiciadas, ao longo do tempo, amplas condições para inserção econômica e social, a começar pela terra doada ou financiada a longo prazo por preço acessível, algo que nunca aconteceu com negros, índios ou caboclos. Assim, nos últimos trinta anos, impõe-se uma produção histórica de cunho acadêmico que acompanha novas tendências. Há estudos renovadores desenvolvidos a partir de programas de pós-graduação.

Vania Merlotti Herédia, por exemplo, analisa a formação da força de trabalho decorrente dos processos migratórios na região colonial italiana. Também destaca a relação entre fatores culturais e desenvolvimento econômico, com ênfase no pólo metal-mecânico de Caxias do Sul, numa abordagem típica da história econômica.

Luiza Iotti, faz aprofundada análise textual da palavra de autoridades brasileiras e italianas. A partir dos documentos que produziram, a pesquisadora infere os posicionamentos dos seus respectivos Estados diante da imigração e dos imigrantes. As relações entre esses Estados, por outro lado, refletem claramente as contradições e os antagonismos existentes na sociedade.

Luís Fernando Beneduzi, sob fundamentos da História Cultural, demonstra o imaginário do camponês vêneta e a identidade construída e transportada para o Brasil, onde é reestruturada uma nova imagem do Vêneta, em estética do presente, a partir de fragmentos da memória.

Marta Rosa Borin, tem analisado, no âmbito da História Cultural, diferentes formas de religiosidade popular, abordando tensões e conflitos, interações entre culturas em sociedade plural, como é aquela de áreas de colonização.

Vitor Biasolipesquisa a História da Igreja e as manifestações religiosas como elementos culturais; nesse enfoque analisa a imigração italiana, especialmente na Quarta Colônia Imperial Silveira Martins, concluindo que tais manifestações auxiliaram na construção da identidade dos grupos humanos constituídos por imigrantes.

João Carlos Tedesco concentra interesses na imigração como *campesinato* e tem analisado a imigração brasileira para a Itália, com destaque aos processos de trabalho dos imigrantes brasileiros naquele país.

Regina Weber, da UFRGS, analisa temáticas relacionadas à construção da identidade étnica por grupos de imigrantes, assim como destaca as identidades locais; ainda que focalize seus estudos em outras etnias, suas abordagens teórico-metodológicas fundamentam alguns trabalhos de doutorandos e mestrados sobre a imigração italiana.

Maria Catarina Chitolina Zanini, com as ferramentas da Antropologia analisa o processo de colonização com destaque à formação de um campesinato e a processos de construção de identidades étnicas.

Ismael Vannini propõe uma análise de crimes sexuais ocorridos entre 1938 e 1958 na Colônia de Guaporé, investigando tema pouco explorado na historiografia da imigração e que fundamenta a desconstrução de um mito.

Márcio Alex Biavaschi descreve as condições de manutenção do poder coronelista em municípios da região colonial italiana e, sobretudo, analisa o modo como os colonos se organizaram e formaram grupos de pressão diante do poder municipal e estadual do Partido Republicano. A tese revela o absurdo de teorizar de modo homogêneo um sistema político como o coronelismo ou um fenômeno como a imigração.

Sandro Rogério dos Santos, analisando sob fundamentos da Economia, reconstrói o movimento que resultou no cooperativismo na Região Colonial, como culminância da cultura da uva e da produção do vinho por imigrantes.

Muitas dissertações de mestrado podem ser destacadas no âmbito da colonização, sempre ampliando o conhecimento histórico sobre uma vasta região do Brasil meridional. São autores a destacar: Daniela Milano, Roberto Fogaça do Nascimento, Remis Schmidt, Ângela Pomatti, Maíra Inês Vandrame, Leonardo Conedera.

Tais estudos, em perspectiva inovadora, tratam sempre da experiência de colonização por italianos. Outra direção, entretanto, vem tomando alguns outros pesquisadores, quando se ocupam da imigração urbana. Tais estudos têm início na minha tese de doutorado, que desvenda a importância da imigração italiana em Porto Alegre e na construção de uma identidade étnica. Estudos nessa perspectiva teriam sido ofuscados por aqueles da colonização italiana, fenômeno quantitativamente muito superior. Surgem recentemente as primeiras abordagens que privilegiam imigrantes de diferentes etnias nas zonas urbanas do Rio Grande do Sul. Posso citar alguns trabalhos de pós-graduandos sob minha orientação.

Rosemary Fritsch Brum estuda representações dos imigrantes em Porto Alegre, com ênfase nas sensibilidades, conceito central que permite entender a forma pela qual os indivíduos percebem e traduzem o mundo em representações, processo que envolve sensações, emoções, sentimentos, elaborações racionais.

Ana Maria Sosa González analisa a imigração uruguaia em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, São Paulo e Rio de Janeiro, definindo contextos de emissão e atração, observando formas de identificação na diáspora, assim como estratégias para integração na sociedade brasileira.

Renato Menegotto analisa a obra de considerável número de construtores e arquitetos italianos na cidade de Porto Alegre em acelerado processo de crescimento no início do século XX, demonstrando formas e espaços da arquitetura italiana presentes em edificações residenciais na cidade.

Essa imigração italiana urbana, iniciada na década de 1870 e praticamente encerrada na década de 1950, em consequência da Segunda Guerra, particularmente interessa, por assemelhar-se sobremaneira àquela de portugueses, pouquíssimo investigada, como foi dito.

Em breves palavras, hoje é possível contar uma história dos italianos em núcleos urbanos do RS. Esses imigrantes chegaram nas povoações, vilas e cidades onde tudo estava por fazer. Mesmo antes que houvesse uma Itália, estavam por lá, provenientes da Ligúria e monopolizando a navegação comercial de cabotagem. Havia profissionais liberais ou artistas provenientes dos Estados Pontifícios. Ou jovens republicanos perseguidos no Reino de Nápoles ou no Reino da Sardenha. Instalam-se nos núcleos fronteiriços, estabelecidos com casas de negócio. Exercem ofícios e prestam serviços nas comunidades que prosperam. São comerciantes, profissionais liberais, artistas.

Tantos italianos, provenientes de todas as regiões, formam grupo étnico em meados do século XIX, pois se identificam e são identificados como tal. Já na década de 1870 fundam as primeiras sociedades para socorro mútuo, que são muitas a partir de 1871.

Nessa toada, a partir de 1875, e especialmente na primeira década republicana, aportam maiores contingentes, porque os governos estimularam a vinda de italianos, em maioria proveniente de províncias setentrionais, atraídos pela possibilidade de acesso à propriedade da terra. Muitos acabaram permanecendo nas cidades, onde encontram trabalho com facilidade. Outros tantos italianos meridionais, re-emigram dos países platinos, escapando de aguda crise econômica. Afeitos às atividades urbanas, optaram por ficar nas cidades do sul. Esses napolitanos, sicilianos ou calabreses, foram os primeiros elos de uma corrente que permanece por muitas décadas.

No contexto de modernização urbana, o imigrante é personagem imprescindível como agente de mudanças, preenchendo os espaços econômicos vazios, na cidade que deseja ser *moderna*. No final do século XIX, hábitos sociais estavam sendo transplantados para áreas urbanas que cresciam em ritmo acelerado, em decorrência da industrialização. As cidades gaúchas precisavam de serviços.

Naquele final de século, autoridades consulares italianas registravam que, no Rio Grande do Sul, todas as profissões estavam representadas entre os *súditos*. E o grupo italiano não parou de crescer. No período imediato ao final da segunda guerra, novos fluxos imigratórios alcançam as cidades gaúchas, constituindo preferencialmente uma imigração familiar e com qualificação profissional.

Hoje coordeno um projeto, produzindo depoimentos com mulheres imigrantes que vieram no pós-guerra. É a vez delas, que nos fornecem uma narrativa sobre a experiência da imigração. E as portuguesas começam a aparecer com depoimentos riquíssimos, capazes de fornecer uma justa medida do que foi a imigração mais recente da etnia portuguesa no sul do Brasil.

Para finalizar e considerando a centena de trabalhos sobre imigração e colonização italiana, defendidos nas Universidades do Sul, conclui-se que a renovação da temática é uma realidade. Enfim e acima de tudo, produz-se hoje uma História da Imigração que não é História Regional, porque dá conta de amplo e diferenciado processo ocorrido no passado brasileiro, a exemplo de processos que se desenvolveram em estados do sudeste ou do nordeste.

É a hora de olhar com os olhos do presente a imigração dos portugueses no sul, buscando novas fontes e interpretando com as ferramentas teóricas de que hoje dispomos. Estaremos ampliando o conhecimento histórico do Brasil e reconstruindo um processo que se encontra inconcluso e imperfeito.

Lembrando mais uma vez Fernando Pessoa, acredita-se que o sul do Brasil foi receptivo e hospitaleiro a tantos imigrantes:

“Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena”.

Portugueses, italianos e franceses nos círculos artísticos de Belém do Pará (1880-1920)

Aldrin Moura de Figueiredo

UFPA

NOS FINS DO SÉCULO XIX, a elite intelectual paraense e os apreciadores das artes viam na pintura, em especial no retrato, uma espécie da narrativa visual enunciativa de civilidade. O gênero do retrato, associado à pintura de história e às paisagens rurais e urbanas invadiu e movimentou um novo mercado das artes, universo crescente na sociedade da borracha. Artistas-viajantes, muitas vezes migrantes, especialmente italianos e franceses, trouxeram a Belém, mais do que suas famílias, um novo modo de vida e, ao mesmo tempo, atuaram como *mediadores* no exercício intelectual de exploração dos limites do olhar. Cenas e horizontes inventados pelos traços da pintura, lugares contrastantes com a realidade vivida, capazes de reter a contemplação dos expectadores eram buscados pelos compradores de telas e retratos. Um projeto de arte republicana se desenhou em diálogo com os projetos políticos do *risorgimento* e da Unificação Italiana (1870), da Terceira República Francesa (1870) e com o republicanismo português (1876).¹



FIGURA 1. Ilustração alusiva à Proclamação da República em Portugal em 5 de outubro de 1910. Acervo da Biblioteca do Grêmio Recreativo e Literário Português, Belém, Pará.

¹ CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal: Da formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

Artistas e artesãos, ateliês e escolas de pintura, galerias e coleções de arte serviam também para desacostumar o olhar da forma habitual de ver o mundo da própria cidade, do interior e de paragens longínquas, inacessíveis à maioria das pessoas. Mostras e exposições de artistas europeus traziam não somente os modelos de uma arte acadêmica, mas também interferiam no debate político sobre a construção da identidade nacional brasileira. Neste amplo universo cultural, a presença portuguesa ocupou lugar de destaque no patronato das artes, no colecionismo e no diálogo com outras matrizes culturais europeias na elaboração de um projeto de arte republicano, assim como na formação de grupos políticos e intelectuais no Pará na virada do século XIX para o século XX.

Talvez o mais emblemático projeto pictórico republicano existente em Belém do Pará seja o painel *Últimos dias de Carlos Gomes*, de Domenico De Angelis (1852-1904) e Giovanni Capranesi (1851-1936), concluído em Roma, em 1899. O projeto da obra é de três anos antes, quando morreu em Belém o célebre maestro brasileiro. A história do quadro é tão valiosa quanto a obra. Falecido Carlos Gomes, seu corpo foi fotografado por Felipe Augusto Fidanza (1847-1903) e Antônio Oliveira, reconhecidos como os melhores fotógrafos da cidade na época. Também passaram pela casa do músico, o artista russo David Widhopff, que desenhou notável alegoria encomendada pelo jornal *A folha do Norte*, e De Angelis, que radicado em Belém desde a década de 1880, ministrando aulas de pintura e tendo a seu cargo vários projetos decorativos na cidade. De Angelis fez um croqui da cena da morte, do qual resultaria o registro idealizado que hoje podemos ver na grande tela. O historiador Geraldo Coelho, que se deteve sobre essa história, enfatiza que os artistas trabalharam com “o cenário da morte no leito do romantismo, com o moribundo reunindo, à sua volta, a família, os médicos, os amigos e o padre”.² Esse mundo de personagens que se espremem sobre o herói da tela é a mais pungente homenagem que a república paraense, sob desenho italiano, poderia fazer ao grande músico do império brasileiro, pois ali estavam muitos dos mais destacados filhos desse passado que por ora se queria esquecer.

Num amplo quarto de salão palaciano, com duas janelas em arco, uma cama com um belo dossel à lembrança da monarquia e uma tela pendurada na parede representando uma cena da ópera *Il Guarani*. Datada de 1870, essa composição retoma a história do romance de José Alencar, publicado originalmente em 1857, na qual o jovem cacique dos Guarani, Peri, carrega nos braços a linda Cecília, filha de Dom Antonio de Mariz, em cena final: “O hálito ardente de Peri bafejou-lhe a face. Fez-se no semblante da virgem um ninho de castos rubores e lânguidos sorrisos: os lábios abriram como as asas purpúreas de um beijo soltando o voo. A palmeira arrastada pela torrente impetuosa fugia... E sumiu-se no horizonte”.³ Ao centro da tela, o maestro moribundo, numa idealizada bela morte, pisa num sugestivo tapete de onça pintada, à guisa de um emblema heroico, cercado por admiradores. Entre eles, num primeiro plano, sentado ao lado do músico, Lauro Sodré (1858-1944). Mais à frente, em conversa, José Paes de Carvalho (1850-1943)

2 COELHO, Geraldo Mártires. *O brilho da supernova: a morte bela de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p. 135.

3 ALENCAR, José de. *O guarani*. 20ª ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 253. A ópera *Il Guarani* foi composta em quatro atos, em italiano como o libreto de Antonio Scalvini baseado no romance de José de Alencar (*Il Guarany*, opera-balletto in 4 atti, con musiche di Antônio Carlos Gomes. Milano: F. Lucca, 1870). A ópera estreou no Teatro Scala de Milão, na Itália, em 19 de março de 1870, fazendo um grandioso sucesso.

e o bispo do Pará Dom Antônio Manuel de Castilho Brandão (1849-1910). Um detalhe digno de nota: Antônio Lemos, em segundo plano, reflete sua posição política em 1896, quando do evento narrado em tela. Lemos assumiria a Intendência de Belém um ano depois, marcando uma ascensão definitiva até sua queda política seguida da morte no exílio, no Rio de Janeiro, em 1913.⁴



FIGURA 2. Domenico de Angelis e Giovanni Capranesi, *Ultimos dias de Carlos Gomes*, 1899 (acervo Museu de Arte de Belém)

O tema da música, central na grande tela, alcança também as artes industriais e decorativas da época. O conjunto mobiliário em jacarandá com a *lira* é também emblemático para repertório visual oitocentista, pois revela a utilização do temário artístico clássico na tradição republicana. A lira que está em quase toda a representação visual relacionada ao maestro Carlos Gomes, alude não somente ao instrumento de cordas conhecido pela sua vasta utilização durante a antiguidade, mas também às récitas poéticas dos antigos gregos. Por isso mesmo, tomamos essa obra para apresentar este quadrante do mobiliário parense enlaçado com o tema da república, seus emblemas, cenários, gostos, simbologias, alegorias e personagens. Quando essa tela fora solenemente entronizada no Gabinete da Intendência de Belém, a cidade vivia seu primeiro grande momento na história das exposições e do nascimento das galerias de arte. A *Livraria Universal* do Sr. Eduardo Tavares Cardoso, rico comerciante e editor português, foi um festejado

4 SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente: Antonio Lemos, 1869-1973*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

ponto de encontro dos literatos paraenses durante a virada do século, divulgado país a fora, inclusive em cartões-postais, dada as modernas instalações dessa tipografia e casa de comércio, com estrutura e ornamentos pré-fabricados, vindos da Inglaterra. Telas, imagens e galerias importadas eram a coqueluche do momento. As aulas de desenho e pintura com mestres estrangeiros também eram o principal meio de aprendizado dos jovens da terra. Antes disso, em 1895, a *Exposição Artística Industrial do Lyceu Benjamin Constant*, fotografada pelo português Júlio Siza, inaugurada no Liceu Paraense talvez tenha sido a mais importante da última década do século xx. Além de De Angelis e Widhopff, outros estrangeiros ganhavam destaque na seara das artes locais, como o francês Maurice Blaise, contratado em 1893, juntamente com Widhopff, para dar aulas de desenho linear e topográfico no Liceu e na Escola Normal.

A experiência dos artistas não impediu que algumas obras causassem polêmica na terra. Blaise, por exemplo, havia retratado a clássica cena bíblica de Caim matando seu irmão de um modo que irritou profundamente a assistência à exposição de 1895. Apesar do esforço de alguns literatos da cidade em descrever e analisar as nuances da pintura, o quadro parece não ter sido do agrado de “alguns esturrados pais de família”, pelo simples motivo de o pintor não retratar a personagem vestida “de calça e fraque e sim na verdade histórica da sua natureza primitiva”, segundo a ironia de um dos presentes.⁵ Parecia mesmo que Domenico De Angelis tinha razão em sua tentativa de formar uma plateia capaz de apreciar obras de arte, começando por aquelas já perfeitamente consolidadas na história da arte ocidental, irrefutáveis mesmo à mais conservadora das clientelas.

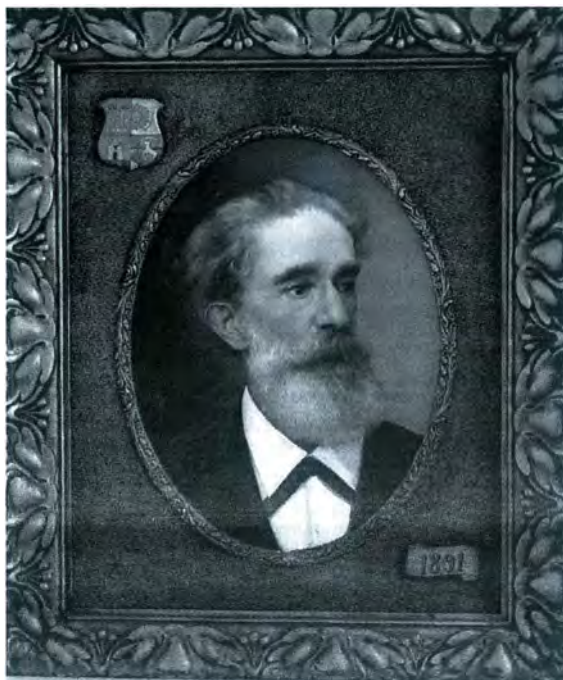


FIGURA 3. Maurice Blaise, *Retrato do Intendente José Coelho da Gama Abreu, Barão de Marajó*, 1894 (acervo Museu de Arte de Belém)

5 MOURA, Ignacio. “O Caim de Blaise: diversos retratos a óleo”. In: *A exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant*. Belém: Typ. Do Diario Oficial, 1895, p. 107-108.

Ainda assim, sob o tom da polêmica, Maurice Blaise alcançou grande sucesso na mostra. Duas de suas telas hoje pertencem ao acervo o MABE, *o Brasão d'Armas da Cidade de Belém e Retrato do Intendente José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó)*, ambas datadas de 1894. Nas duas telas estão os contornos de uma estética republicana que valorizava a construção do heroísmo pátrio, o apelo simbólico à heráldica como invenção de uma tradição e o retratismo personalístico como representação do poder. De poucas exposições e muitas aulas com os pintores europeus, começavam a aparecer os talentos da terra, muitas vezes auxiliados por sociedades artísticas congêneres, nem sempre relacionadas à pintura. Desta mesma época datam duas obras importantes: *O retrato da modelo do teto do Teatro da Paz*, pintada por Giovanni Capranesi, c.1889, e *Mulher Deitada*, pintada em Roma, em 1890, de Natale Attanasio (1846-1923). Ambas retratam a alegria, a delicadeza e uma presença orgânica da mulher, algo que será cultivado no círculo italiano dos artistas residentes em Belém da época, na efêmera Academia das Bellas Artes, com os professores Luigi Libutti, Antonio Facciola, Luigi Sarti e Giacomo Ceroni.⁶

De fato, o contato maior dos paraenses com os artistas emigrados da pintura italiana esteve relacionado com a Academia de San Luca em Roma. Tanto Domenico De Angelis, como Capranesi e Attanasio, fizeram estudos e tiveram passagem sólida pela academia romana. É possível dizer que a primeira grande marca cultural na arte produzida na Amazônia é, portanto, italiana. Juntamente com esses artistas migraram muitos artesãos habilitados no trabalho de marcenaria, pintura decorativa e construção civil. Além da pintura, também escultura importada pelos colecionadores paraenses provinha de ateliês romanos e genoveses. Artistas como Enrico Astori (1859-1921), Urbano Luchesi (1844 -1906), Luigi Orengo (1865-1940) e o mais velho Giovanni Natale Aghemo (1823-1914) venderam obras e fizeram projetos escultóricos para Belém.⁷ Nenhum deles, porém, ganhou a fama de Michele Sansebastiano, autor do imponente monumento à República, construído no centro do antigo e imperial Largo da Pólvora a fim de marcar a mudança nos signos, símbolos e sinais do velho regime. Nesta mesma época a Intendência de Belém adquiriu uma sugestiva *Velata* – versão escultórica de *Mariane*, com o rosto coberto por um véu que sorrateiramente esconde o barrete frígio, símbolo da liberdade do povo na Revolução Francesa. Sansebastiano se chamava na verdade Vincenzo Michelangelo, nascido em 1852 em Gênova, e que iniciou seu aprendizado artístico com Luigi Montecuco, com aperfeiçoamentos na Academia de Belas Artes de Gênova e, posteriormente, em Florença no ateliê de Augusto Rivalta, abraçando a corrente que na Itália ficou conhecida como realismo burguês. Ainda em Florença, conheceu a obra Lorenzo Bartolini (1777-1850), o grande mestre

6 MOURA, Ignacio. "A Academia das Bellas Artes". In: *A exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant*. Belém: Typ. Do Diario Oficial, 1895, p. 85-86.

7 COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: o Monumento à República em Belém, 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. "Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910". *CLIO* – Série História do Nordeste (UFPE), vol. 28, p. 71-93, 2010.

do neoclassicismo na Itália, principalmente do círculo romântico florentino, com obras emblemáticas na Galeria da Academia e na Galeria Palatina.⁸

O conhecimento dessa matriz intelectual de Sansebastiano é importante para se desvelar o gosto artístico dos republicanos paraenses da última década do século XIX. Bartolini estudou na Academia de Belas Artes de Florença, conseguindo reputação como escultor em alabastro. Mudando para Paris, estudou com François-Frédéric Lemot (1772-1827), nome de destaque tanto no Consulado Napoleônico como na Restauração Bourbônica francesa. Bartolini foi, em resumo, o mais importante escultor saído do ateliê de Lemot e suas primeiras obras premiadas trouxeram-lhe fama e atraíram patronos importantes, entre eles o próprio Napoleão Bonaparte. Com essa proteção, dirigiu a Academia de Carrara, na Itália, mas com a queda do mecenas, retirou-se para Florença. O mundo de Bartolini conquistou Sansebastiano em sua temporada florentina. Quando este retornou a Gênova em 1871, abriu sua oficina e adquiriu certa fama, participando até pelo menos 1892 das exposições da Società Promotrice, época em que, com o auxílio do cônsul brasileiro em Gênova, o paraense João Antonio Rodrigues Martins, participou e venceu o concurso para a construção do Monumento à República em Belém.⁹ Mas, além desse grande projeto, várias obras suas vieram a fazer parte das galerias privadas locais.

A velada mulher de Sansebastiano poderia ser qualquer uma. Despida das simbologias que adornavam seus ideais políticos, a simples mulher, nua e mundana, trazia apenas a altivez anônima, comum e humana, como a representada no busto esculpido por Giacomo Arduino em mármore branco de Carrara, em 1882. Essa mesma mulher do povo, imaginária, alegórica, estaria presente em outra obra de outro artista italiano. Trata-se de uma tela intitulada *Arte e Pátria*, pintado em 1900 por Carlo De Servi (1871-1947). Italiano nascido em Lucca, De Servi viveu em São Paulo e no Rio de Janeiro, atuando na decoração de edifícios públicos e residências particulares. Em 1901, partiu para Belém e estabeleceu contato com o intendente Antonio Lemos, os conterrâneos italianos e os artistas da terra. A Intendência adquiriu essa obra-prima, com os mais caros elementos simbólicos da República, especialmente daquela cultuada no Pará da época – o busto de Rio Branco, um vaso com a efígie de Benjamim Constant, um medalhão com a figura de Mariane e o cenário com nítido colorido *art nouveau* e orientalista. A mulher artesã da pátria, como vislumbrada na tela, é parte de um projeto mais amplo também desenhado na época por vários artistas sob comando do mecenato estatal.¹⁰

8 TINTI, Mario. *Lorenzo Bartolini*. Roma: Reale Accademia d'Italia, 1936.

9 COELHO, Geraldo Mártires. *Op. cit.*, 2002.

10 BRAGA, Theodoro. "A arte no Pará, 1888-1918: retrospecto histórico dos últimos trinta anos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, vol. 7, 1934, p. 149-159; BASSALO, Célia Coelho. *O art nouveau em Belém*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.



FIGURA 4. Carlo de Servi, *Arte e Pátria*, 1900 (acervo Museu de Arte de Belém)

Um outro aspecto importante que deve ser notado é que desde a década de 1880, Domenico De Angelis vinha insistindo no aprendizado dos artistas locais e no trabalho dos pintores estrangeiros com cópias de telas importantes da arte europeia – numa espécie de imigração da arte. Não apenas os clássicos do Renascimento, como Rafael, que seria citado inúmeras vezes como modelo por excelência para os jovens artistas, mas também os grandes e invejados pintores contemporâneos. Um bom exemplo é o de Francesco Hayez (1791-1882), artista veneziano que alcançou a fama em Milão, considerado por muitos como máximo expoente do romantismo histórico italiano. O Museu de Arte de Belém, herdeiro da antiga Pinacoteca Municipal, guarda uma cópia preciosa da tela *O beijo*, de 1859, jamais exposta e carente de documentação contextual. Supomos que se trata de uma cópia produzida por volta de 1895, durante a Exposição do Liceu Paraense, época que se fizeram muitas cópias de arte italiana, como testemunhou Ignacio Moura, no próprio catálogo da exposição.

FIGURA 5. Cópia da tela
O beijo, de Francesco
 Hayez, c.1895 (acervo:
 Museu de Arte de Belém)



Mas porque Hayez? Filho de pais pobres, o pequeno Francesco, último de cinco filhos, foi afeiçoado por uma tia materna que havia casado com Giovanni Binasco, armador e comerciante de arte, proprietário de uma pequena coleção de pintura. Muito jovem, Hayez mostrou interesse pelo desenho, sendo encaminhado pelo tio para um ateliê de restauração para aprender o ofício dos pinceis. A seguir o jovem foi aluno de pintura de Francesco Magiotto, com quem permaneceu durante três anos. Na primeira década do século XIX fez um curso de nu artístico, ingressando na classe de pintura da Nova Academia de Belas Artes, onde foi discípulo de Theodore Matteini. Em 1809, ganhou um concurso da Academia de Veneza para viajar a Roma e ingressar na prestigiosa Academia de San Luca, o mesmo reduto que abrigaria a maior parte dos italianos que vieram para Belém nas décadas de 1880 e 1890. Aqui está mais uma chave da fama e do desejo pela obra de Hayez na Belém do fim do oitocentos. Já em Roma, Francesco Hayez conheceu Antonio Canova (1757-1822), que foi seu guia e protetor durante os anos que passou em Roma. Depois de 1814, Hayez foi para Nápoles e a seguir para Milão, onde em 1850 foi designado para diretor da Academia di Brera, em cuja galeria se encontra sua obra mais famosa e copiada em Belém do Pará.¹¹

11 NICODEMI, Giorgio. *Francesco Hayez*. Milano: Ceschina, 1962; CORADESHI, Sérgio (org.). *L'opera completa di Hayez*. Apresentação de Carlo Castellaneta. Milano: Rizzoli, 1971; MAZZOCCA, Fernando. *Invito a Francesco Hayez*. Milano: Rusconi Immagini, 1982; *Idem*. *Hayez privato: arte e passioni nella Milano romantica*. Torino: U. Allemandi, 1997.

Mas se os italianos eram os mais conhecidos e procurados, Paris e os pintores franceses formavam o que seria uma espécie de epicentro cultural da época. A cidade de Belém mimetizava a capital francesa. Os ricos queriam pequenos registros, detalhes, mimos e elegâncias que haviam transformado Paris na maior e mais forte modelo civilizacional da época. Viveram em Belém na época o casal de artistas Maurice e Louise Blaise e o decorador e arquiteto Joseph Cassé, ligado ao círculo de Marselha. Cassé foi o grande idealizador dos projetos decorativos republicanos dos palácios do governo do estado e do governo municipal em Belém, ampliando em parte o riscado das gramáticas de ornamentos que se tornaram populares na Europa do século XIX com as publicações de artista vitoriano Owen Jones.¹² Por esta época, o governo estadual do Pará estava nas mãos de Augusto Montenegro (1867-1915), que realizou uma grande reforma no antigo Palácio dos Governadores, de modo a torná-lo compatível com os ideais modernos do republicanismo positivista. Em cada parte das salas do pavimento superior do Palácio está um pouco do olhar do governador e Joseph Cassé, seu braço-direito nessa empreitada.

Augusto Montenegro, foi juiz, promotor, diplomata, político e governador do Pará. Em 1884, fez sua primeira viagem à Europa, o que lhe marcaria profundamente e definiria o gosto e o senso estético. Em 1890, entrando na carreira diplomática, atuou como adido de 1ª Classe na Legação Brasileira em Berna, na Suíça, transferindo-se mais tarde para Paris e Londres, no cargo de secretário da diplomacia brasileira. Neste tempo, toma conhecimento dos movimentos artísticos e intelectuais correntes nas principais capitais europeias, voltando por lá inúmeras vezes a passeio, sob os cuidados de uma grande rede de relações de amizade, especialmente na França. Em 1901, assumiu o governo do Pará, realizando uma série de transformações no Palácio, para o que contratou Joseph Cassé, artista-decorador formado pela École des Beaux-Arts de Marseille. Sua escolha se deveu em grande medida às concepções de Cassé sobre a arte decorativa dos palácios republicanos, que misturavam o gosto oriental, a estética *art nouveau* e um diálogo constante com as mais importantes tradições decorativas do século XIX.¹³ Foi assim, que se passou em revista a obra dos artistas vitorianos e suas notáveis gramáticas de ornamentos, como Owen Jones (1809-1874), Georg Schaft (1820-1895) e Matthew Digby Wyatt (1820-1877), que muito agradavam a Augusto Montenegro. Cassé provinha de uma Marselha comercial e industrial, com experiência detalhada no urbanismo moderno, como aquele financiado

12 Uma primeira leitura sobre a pintura parietal em Belém da época da borracha está em DERENJI, Jussara. *Ilusão e cor: pintura de interiores na arquitetura de Belém*. Belém: Secult, 2004, p. 21-28.

13 A Escola de Belas Artes de Marselha, fundada em 1752, pela iniciativa dos pintores Bardon, Kappeler e Moulinneuf e do escultor Jean-Michel Verdiguier, sob o patrocínio do duque Honoré-Armand de Villars, ganhou importância desde o início na região. Instalada primeiramente nas salas do Arsenal A escola primeiro é instalada nas salas do arsenal, tendo todas as suas atividades suspensas durante a Revolução Francesa. Foi reconstruída em 1796, como Escola de Desenho pelo pintor Guenin e instalada no Convento dos Bernardinos, que acolheu igualmente o Liceu imperial, a Academia de Marselha e o Museu de Belas Artes de Marselha. Em 1874, devido ao aumento de alunos, a escola se instala no Palácio das Artes construído para esse fim, com ampla reforma no ensino, criação de novas disciplinas e na ativa participação da modernização e embelezamento da cidade, ao tempo em que foi aluno o jovem Joseph Cassé. Cf. TAVERNIER, Félix. *Marseille et la Provence, 1789-1871*. Marseille: Centre National de Documentation Pédagogique, 1988, e SOUBIRAN, Jean-Roger. *Le paysage provençal et l'École de Marseille avant l'impressionisme: 1845-1874*. Paris: Réunion des Musées Nationaux; Toulon: Musée de Toulon, 1992.

por Paulin Talabot (1799-1886) e Jules Mirès (1809-1871), que transformaram a capital da *Provence* no “porto do Império” francês. Joseph Cassé também cresceu como artista entre alguns dos mais importantes nomes da época no círculo de Marselha, como Alfred Casile (1848-1909), Édouard Crémieux (1856-1944), Alphonse Moutte (1840-1913), Marius Rey (1836-1927), Joseph Garibaldi (1863-1941), René Seyssaud (1867-1904), Jean-Baptiste Olive (1848-1936), entre outros.

Em 1905, Joseph Cassé começou a trabalhar em Belém com dois assistentes que migraram da França com suas famílias para o Pará, levando a efeito um projeto arquitetônico, artístico e decorativo que marcaria profundamente a capital paraense da primeira década do século xx. Para isso estuda o desenho colonial do Palácio, fazendo trazer de Lisboa, cantarias de lioz para compor a calçada e o entorno do edifício. Para a entrada, trouxe da Itália um conjunto de mosaicos coloridos para o piso *art-nouveau* com inspiração bizantina e orientalista, que repetiria com outros motivos no Palácio da Intendência e em residências particulares da cidade. Vitrais, parquetarias, móveis, lustres, pinturas parietais, espalhados pelos diversos recantos do antigo Palácio comporiam o gosto refinado, culto e civilizado da principal cidade do norte do Brasil. O sucesso foi tanto que o artista viajou ao interior do Estado, decorando residências de ricos fazendeiros em Soure, Salvaterra e adjacências, colhendo também registros da paisagem local, expostos no *foyer* do Theatro da Paz, em concorrida mostra em novembro de 1906. Pouco tempo depois, o temário da decoração do Palácio circularia pela cidade, dos ladrilhos hidráulicos aos móveis copiados por marceneiros e moveleiros populares.¹⁴



FIGURA 6. Joseph Cassé, *Harpías*, 1905 (pormenor do Salão Pompeiano do Palácio dos Governadores do Pará)

14 FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *O Palácio dos Governadores no tempo de Augusto Montenegro (1901-1908)*. Estudo de Curadoria. Belém: Museu Histórico do Estado do Pará, 2008, p. 4.

Mais do que um Auguste Rodin, a elite paraense, muitas vezes conservadora, gostava de um escultor como Mathurin Moreau (1822-1912). Nascido em Dijon, Moreau se revelou no salão de Paris de 1848, caindo logo no gosto do público. Consagrado no salão de 1897, suas obras correram o mundo e inspiraram projetos de praças e parques em muitas cidades. Esta exposição mostra um exemplar característico de sua obra – uma estátua luminária *Fée du Printemps*, de 1900. Tema clássico do *art nouveau*, o espírito da primavera com uma Vênus alada, uma Pesérfone cultivando os campos e colhendo flores, também foi muito procurado em outros objetos do consumo burguês da época. Ficou célebre em Belém, a coleção de vasos *gallé* do italiano Antonio Faciola, um dos maiores colecionistas da cidade e mesmo na coleção que hoje está depositada no Museu Histórico do Estado do Pará, herdeira do antigo Palácio dos Governadores do Pará, em grande parte adquirida nos governos de Justo Chermont, Lauro Sodré, Paes de Carvalho e Augusto Montenegro, entre 1891 e 1908.¹⁵

Ao lado de Moreau, Eugène Marioton (1854-1933) foi um dos mais prestigiados no colecionismo paraense por suas estátuas equestres de jovens em batalha e também pelos temas mitológicos. A intendência de Belém adquiriu um bronze de 1889 com o tema *Frères d'armes*, retirado de um episódio da legendária *batalha de Artois* (Agincourt, em inglês), em 1415, e celebrada por William Shakespeare na peça Henrique v. A imagem dos irmãos em guerra seria reinterpretada pela república paraense com o sentido da luta pela liberdade do povo, na imagem do homem comum e do cidadão construtor da história.

O erudito que, muitas vezes, foi sintoma da cultura letrada, moldada pelo passado europeu, articulada pelo conhecimento dos tempos pretéritos do Velho Mundo, foi tema da pintura histórica cultivada na Amazônia. É de se destacar, nesse campo, os enlances dos círculos artísticos paraenses com as academias de artes portuguesas, especialmente no Porto e em Lisboa, como bem exemplifica a obra do pintor paraense João Gomes Corrêa de Farias. Na tela *Romanos no Fórum*, de 1909, reside um princípio imagético republicano. Em Roma, o fórum era o principal centro comercial, com lojas, praças de mercado e de reunião política. Farias pinta um instante do coração comunal e do exercício da palavra. Hoje, com a arqueologia, sabemos bastante sobre as sequências de remanescentes de pavimento que mostram que o sedimento corroído das colinas circundantes já levantava o nível do fórum nos primeiros tempos republicanos, testemunhando a antiguidade de seu urbanismo.¹⁶ Vários templos, como o Templo de Rômulo ou o Templo de César, vários arcos triunfais, como o Septímio Severo ou o de Tibério, basílicas, como a Aemília ou a Giulia, e principalmente os locais que ficaram na memória política do Ocidente, como sugere a obra de Correa de Farias, a *Rostra*, onde os oradores e políticos discursavam aos cidadãos romanos, e a *Cúria Hostília*, que foi a primeira sede do senado na República romana. O jogo de rostos que se opõem num mesmo ambiente sugere uma composição a marcar esse sentido senatorial da república, bem ao gosto dos colecionistas e mecenas que vieram

15 *Idem*. “Pretérito imperfeito: arte, mecenato, imprensa e censura em Belém do Pará, 1898-1908”. In: KUSHNIR, Beatriz (org.). *Maços na gaveta: reflexões sobre Mídia*. Niterói: EDUFF, 2009, p. 11-34.

16 GIULIANI, Cairolí Fulvio. *Foro Roman: l'area centrale*. Firenze: L. S. Olschki, 1980, e SCOTT, Russell T. *The Academy & the Forum: one hundred years in the eternal city*. Nova York: American Academy in Rome, 1996.

a adquirir uma tela que serviu justamente para adornar e significar visualmente o antigo Conselho Municipal de Belém ao tempo de Antonio Lemos.¹⁷

Mas, não somente a antiguidade clássica foi um tema importante para a pintura histórica, a chamada Idade Média também seduziu muitos artistas com a inquisição, a vida monástica, as catedrais francesas e alemães e as festas populares. Infelizmente, muitas dessas obras, que conhecemos pelos registros das exposições e das listagens de venda, já não existem mais ou estão desaparecidas. Aqui mostramos essa *Cabeça de Monge*, de Correia de Farias, pintada em 1909. Apaixonado pela pintura de história, Correia de Farias frequentou os cursos da Escola Portuense de Belas Artes, em Portugal, entre 1905 e 1906, circulando nos meios intelectuais do Porto e de Lisboa, tomando conhecimento e influência da obra de Francisco Augusto Metrass (1825-1861), Miguel Angelo Lupi (1826-1883) e principalmente José de Brito (1855-1946), com quem teve aulas de desenho e pintura no Porto.¹⁸ A tela *Cabeça de Monge* é, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, fruto de um anticlericalismo político cultivado por Correia de Farias que buscava assim valorizar os aspectos fundamentalmente espirituais da religião, simbolizados nas posturas e regras monásticas – assunto que seria caro às contendas entre Estado e Igreja no Brasil entre o final do Império e as primeiras décadas da República.

É importante que se enfatize que havia um particular interesse entre os artistas e instituições paraenses na formação artística na cidade do Porto, principalmente a partir da década de 1890. O motivo era a reforma pelo qual a Academia do Porto havia passado em 1881, que reforçou suas funções de promoção da arte e da arqueologia, com realização de exposições, de conservação e restauro de monumentos e de defesa do patrimônio museológico. Ao mesmo tempo, o ensino do desenho, da arquitetura civil, da pintura histórica, classe na qual estudou Correia de Farias na época do pintor José de Brito, da pintura de paisagem, de escultura estatutária, na qual estudaram vários paraenses especializados em arte funerária, de gravura e também cursos com aplicação às artes industriais, alguns deles aplicados no Instituto de Ensino Profissional Lauro Sodré, a partir da primeira década do século XX.¹⁹

Outra questão importante nas relações culturais e artísticas entre Belém e a cidade do Porto está ligada ao triunfo do republicanismo no Brasil e em Portugal, com a extinção das academias de belas artes e a criação dos conselhos de arte e arqueologia em sua substituição. Além disso, no Pará se retomou a antiga tradição do ensino das artes industriais, especialmente da marcenaria e marchetaria, para a produção de mobiliário chamado revivalista, colonial português ou *neomanuelino*, que em Belém teve na figura do empresário português Eduardo Fernandes, um grande patrono. Proprietário de uma

17 Sobre os usos da antiguidade nas artes e na política na Amazônia, ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Memórias cartaginesas: modernismo, antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923”. *Estudos Históricos*, vol. 43, p. 176-195, 2009.

18 Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, *Frequência dos Alunos*, João Gomes Correia de Farias, 1905/1906. Cf. também SILVEIRA, Maria de Aires. “A pintura de história (1850-1895)”. In: *Arte portuguesa do século XIX (1850-1910)*. Catálogo organizado por Pedro Lapa e Maria de Aires Silveira. Lisboa: Museu do Chiado – MNAC, 2010, p. CIII-CX.

19 FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Janelas do Passado, espelhos do presente: Belém do Pará, arte, imagem e história*. Catálogo da Exposição do Salão Verde do Palácio Antonio Lemos. Belém: Museu de Arte de Belém, 2011, p. 61.

tradicional livraria de Belém no final do século XIX – A Alfacinha, também foi sócio em empreendimentos da construção civil e de marcenaria e movelarias. O Museu da Arte de Belém guarda um bom exemplo dessa lavra, bem ao gosto da sociedade luso-paraense oitocentista. O estilo em questão esteve presente na arquitetura e nas artes decorativas do romantismo luso-brasileiro, adquirindo um caráter nacionalista na construção e nos padrões decorativos de grandes edifícios públicos e também em residências particulares. Tanto em Portugal como no Brasil do século XIX, o *neomanuelino* tivera o mesmo significado histórico que o *neogótico* para a restante da Europa. Mas, vale a pena destacar que, nessa época, a historiografia da arte dava então os seus primeiros passos e o termo *manuelino*, ligando o estilo à produção artística do reinado de D. Manuel I (1495-1521), foi introduzido em 1842 pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen.²⁰ Estava em jogo um amplo espectro dos usos da arte e dos intercâmbios que a imigração e os contatos culturais entre a Europa e o Brasil poderiam contruir.



FIGURA 7. Eduardo Fernandes, fotografado para Cartão-Postal, em frente à Livraria Alfacinha, 1902 (Acervo: Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna)

20 ANACLETO, Regina. *O Neomanuelino ou a reinvenção da arquitetura dos descobrimentos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/IPPAAR, 1994; MATTOS, Maria de Fátima. *O Neomanuelino no Brasil: a identificação de um estilo através das suas instituições. Os Gabinetes Portugueses de Leitura*. Tese (doutorado) – ECA/USP, São Paulo, 2005; e sobre a obra de Varnhagen em Portugal, MOREIRA, Maria Eunice. “Um romântico brasileiro em viagem a Portugal”. *Cadernos de Pesquisas em Literatura*, vol. 15, p. 41-46, 2009.

Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920)

Maria Luiza Ugarte Pinheiro

UFAM

PODEMOS RASTREAR E MENSURAR a presença e influência portuguesa no Amazonas a partir de diversas dimensões seja no debate acerca da arquitetura urbana; seja na introdução de hábitos e valores que ganhavam com insistência espaço nos códigos de posturas; seja nos álbuns anuais, na escrita dos memorialistas, nos discursos das autoridades ou ainda nos inúmeros periódicos que veicularam na cidade de Manaus.

Tem sido mais comum, afirmar essa presença recuando-se aos primórdios da colonização, com a fundação do forte do Rio Negro em 1669, quando essa presença começa a ser efetivada na região que é hoje o Amazonas. Na condição de cônsul português no Amazonas no início do século xx, Veiga Simões, autor de um importante livro sobre a presença portuguesa na Amazônia, valoriza esse primeiros momentos da colonização:

Pouco a pouco a gente da Companhia e os colonizadores mais audazes internavam-se pelos sertões, acampavam nas grandes margens, onde os afluentes se quebravam de encontro ao Amazonas, subiam colos sombrios e apertados, iniciavam fazendas, que breve eram aldeias onde a catequese do padre arrastava o índio, e o trabalho do colono da metrópole dirigia as plantações. Na invocação da pátria distante, os colonos batizaram as terras novas com os [nome] das vilas que em Portugal se ficaram, extáticas, desertas de braços, entregues a si-mesmo, naquele abandono que Sá de Miranda tanto reverbera na Carta ao Senhor de Basto. Era primeiro Moura, Tomar (1658), logo Serpa, Olivença, Ega (1659), depois a construção do forte do Rio Negro (1669), onde mais tarde se iria assentar Manáos.¹

A presença lusitana em Manaus vai consolidar uma tradição que esteve presente em quase todos os portos do Brasil e do mundo. Como é sabido, desde finais do século XIII, Portugal tornou-se um centro de comércio marítimo ativo, o que contribuiu para que a comunidade portuguesa se

1 SIMÕES, Veiga. *Daquem & Dalem Mar*. Manáos: Tip. Da Livraria "Palais Royal", 1916, p. 32-33.

espalhasse pelo mundo. Em cidades como Manaus, onde havia a precedência do domínio colonial português e onde também se formara uma forte comunidade lusitana, era de se esperar que essa presença fosse bastante incisiva.

A comunidade portuguesa, já significativa no Amazonas, vai ampliar-se ainda mais com a expansão da economia gumífera na região e com a conseqüente atração de novos migrantes. É comum referenciar este momento como fortemente influenciado pelo capital inglês e pela cultura francesa, porém é inequívoca a afirmação de que a maior parte dos imigrantes estrangeiros que aportavam todos os dias em Manaus fossem de origem portuguesa.

Essa segunda migração, vem reforçar as bases da colônia portuguesa no Amazonas, muitas vezes seguindo os passos já trilhados por seus antecessores. De longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, de padarias e de mercearias na cidade. A tomar-se como verdadeira a afirmação do cônsul português em Manaus, “a maior parte do trabalhador dirigente, do comercio a retalho e do grande comercio é portuguesa”, o que resultava em remessas significativas, rendendo “anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes”²

Os números acerca da entrada de imigrantes portugueses em Manaus na virada do século XIX para o século XX são significativos, embora imprecisos. Em 1895, Lourenço da Fonseca, já registrava a predominância portuguesa, salientando que para Manaus, de uma população de 25.000 habitantes, possivelmente um terço dela era composta de estrangeiros, dos quais a maioria era oriunda de Portugal.³ Anos mais tarde, o médico Hermenegildo de Campos referendava tais informações quando afirmava que “quanto à nacionalidade da população na capital [Manaus] podemos calcular perto de 10.000 estrangeiros para 50.000 brasileiros. A maior colônia é a dos portugueses, avaliada por competentes em 5.000”⁴

Já afirmamos em trabalhos anteriores⁵ que a força com que as ideias eugênicas penetraram e ganharam corpo no seio das elites dirigentes amazonenses, vai contribuir para a existência dessa forte presença portuguesa no Amazonas, onde as autoridades do Estado viam uma possibilidade de “melhorar a qualidade” da população amazônica via incentivo a colonização europeia, dando preferência à imigração ibérica. Era esse, o pensamento do Governador do Estado do Amazonas, Augusto Ximeno Villeroy em 1890. Em pronunciamento oficial, partindo de uma avaliação bastante negativa da população descrevia como deveria ser povoado o Estado do Amazonas.

A nacionalidade brasileira resulta de uma mistura de raças, ainda não fundidas intimamente, o que será o trabalho dos séculos, de modo que etnograficamente não constituímos ainda – um povo; conseqüentemente, seria um erro aumentar a desordem existente, importando colonos a esmo, sem critério, sem seleção;

2 *Ibidem*, p. 120 e 198.

3 FONSECA, L. *No Amazonas*. Lisboa: Cia. Geral Typografica Editora, 1895, p. 85.

4 CAMPOS, Hermenegildo de. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. Manaus: ACA, 1988, p. 101.

5 PINHEIRO, Maria Luíza Ugarte Pinheiro. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: Edua, 2003.

portanto, para não alterar o caráter fundamental da nacionalidade nascente, convém limitar a colonização aos povos ocidentais, especialmente ibéricos. Toda tentativa, pois, de colonização asiática, seja qual for, deve ser energicamente combatida; de resto, ensaiada em S. Paulo, ela tem sido verdadeiro desastre.⁶

O governador terminava seu discurso enfatizando o caráter empreendedor dos portugueses e lembrando o fato de que uma vez que a colonização da região fora feita por Portugal, nesse sentido haveria um substrato cultural que facilitaria a assimilação do colono, evitando-se traumas maiores de adaptação.

[...] esta raça preenche todas as condições para viver, crescer e progredir no meio amazonense. Inútil expender aqui argumentos para demonstrar uma verdade sentida por todos, brilhantemente atestada pela nossa história e pela pujança da colônia portuguesa da Amazônia, principal esteio do seu comércio.⁷

Veiga Simões, cônsul de Portugal no Amazonas, em obra que pretendia divulgar o papel e a importância da colônia portuguesa no Amazonas, enfatizava para a comunidade amazonense e autoridades os motivos que deveriam levar o Amazonas a dar preferência à imigração portuguesa (numa flagrante desqualificação da mão de obra do cearense). Ressaltava a importância da participação maciça desse imigrante na construção da estrada Madeira-Mamoré e lembrava ainda o investimento que essa comunidade fazia com o dinheiro que ganhavam na cidade de Manaus

Os grandes empreendimentos do imenso vale, têm sido levados a cabo à custa do sangue português. Olhe-se a linha Madeira-Mamoré: toda ela assente sobre cadáveres de portugueses que tombaram aos milhares... Ainda agora, muitos dos grandes comerciantes portugueses de Manaus trabalharam em seringais no interior, lá foram buscar a rude aprendizagem para os seus negócios. É a colônia portuguesa que possui mais da metade da propriedade urbana, que rende anualmente a Portugal cerca de três mil contos fortes. Porque o português é o único colono do norte do Brasil, que aqui emprega seus capitais e para a sua terra remete apenas os rendimentos. [...] Onde estão as construções citadinas, as grandes propriedades do interior, a navegação, o carinhoso interesse dos outros colonos? Quem viu aí os imigrantes ingleses, italianos, alemães construirem quarteirões inteiros em Manaus ou no Pará?⁸

6 VILLEROY, A. X. "Como se deve povoar o solo amazônico". In: MIRANDA, B. (org.) *Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* (22 a 27 de fevereiro de 1910). Manaus: Palais Royal, 1911, p. 21.

7 *Ibidem*, p. 25-26.

8 SIMÕES, Veiga. *Op. cit.*, p. 120. Agnelo Bittencourt, em dicionário que organiza, também corrobora com parte desse pensamento, quando fala do comerciante português J. G. Araujo: "ao contrário de outros negociantes, que empregavam seus lucros fora do Amazonas e do Brasil, J. G. (assim também o chamavam), fazia-no onde a fortuna tinha sido ganha" (BITTENCOURT, Agnelo. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 87).

Assim, para o autor o incentivo a vinda de imigrantes portugueses – pelos laços criados desde os primórdios da colonização e pelos investimentos que os portugueses haviam desenvolvidos aqui na região até aquele momento – deveria ter prioridade no investimento das autoridades locais, em detrimento de outros migrantes, como os italianos, ou mesmo de nacionais, como os cearenses, que chegavam em número cada vez maior no porto de Manaus. Sobre os cearenses dizia o autor:

Mas o cearense que é decerto, um rude trabalhador, é mau colono. Com raríssimas exceções, não se adapta à Amazônia. Vê-se no interior um barracão maltratado, coberto de paxiuba, sujo: é de cearense. Um barracão de madeira, coberto de telha com boas plantações em redor é em regra de português. Compreende-se. [...] Se fica para trabalhar, enquanto trabalha tudo espera do patrão. Aqui mesmo, em Manaus, se verifica a inadaptabilidade do cearense. As habitações mal instaladas nos bairros pobres da Cachoeirinha, dos Tócos, do Mocó, Flores, com a sua pobreza suja, são em regra de cearenses.⁹

As falas dos periódicos, do cônsul português e dos memorialistas apontam para uma questão, que é referente à percepção de uma diversidade muito grande das condições sociais e econômicas dos imigrantes portugueses. Podemos perceber na documentação portuguesa abastados dirigindo suas empresas comerciais, portugueses a frente de instituições e órgãos de destaque na cidade, mas também, podemos flagrá-los em em ofícios e profissões os mais diversos, e principalmente entre os de pouca qualificação e remuneração, cabendo salientar que esses constituíam a grande maioria dessa comunidade. Com os olhos numa dessas pontas, Genesino Braga enumera alguns portugueses destacados na cidade:

A firma do Comendador Alexandre Amorim -- Amorim e Irmão -- era na Travessa da Imperatriz e tinha a venda cal de Lisboa e a champanha “Cliquot”. O Centro Comercial Amazonense, de José Teixeira de Souza, fundador da Associação Comercial do Amazonas e da Beneficente Portuguesa, era na rua da Boa Vista (atual Marques de Santa Cruz). João da Silva Sarmiento, na Rua Formosa (atual rua de Teodoro Souto, anunciava bacalhau a 240 réis a libra; e a Padaria Luso-Brasileira, situada perto da Ponte do Espírito Santo (próximo ao atual edifício da Alfandega) preparava saborosas bolachinhas com mel.¹⁰

Agnello Bittencourt nas páginas do seu *Dicionário Amazonense de Biografias* enaltece os feitos e a figura de um dos maiores aviadores de borracha da região norte: J G Araujo. Filho de lavradores em Póvoa do Varzim, deixa sua terra aos 11 anos de idade, com o consentimento de seus pais e chega a Manaus em 1871, atraído pelas informações positivas que ouvia sobre as terras do Amazonas. Pouco

9 SIMÕES, Veiga. *Op. cit.*, p. 118.

10 BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1975, p. 161.

a pouco, J. G. Araujo vai se consolidando na cidade, trazendo seus familiares e amigos para Manaus. Com o tempo acaba construindo um verdadeiro império comercial no norte do Brasil. O memorialista transcreve em seu livro uma carta datada de 29 de outubro de 1950, que Bernardino Gonçalves de Araujo escreve de Lisboa a seu primo o Comendador Agésilau de Araujo, filho de J. G. Araujo:

Com maior satisfação lhe digo que tenho em meu poder o ‘O Jornal’ de 5 de Outubro de 1950, dessa cidade de Manaus, o qual presta justa homenagem ao meu parente n. 1, seu digno e honrado pai. Nas festas do centenário da Província do Amazonas, desse grandioso Estado, não podia ser melhor a lembrança de tornar conhecidos os feitos singulares do grande trabalhador português. A reportagem de Jara disse tudo, por isso, eu não desejo, nem posso dizer mais, mas depois de ter lido toda a descrição de Jara, eu vejo uma razão para perguntar... como compareceram os Araújo em Manaus? Porque é que eles foram para Manaus, quase deles desconhecida cidade, naqueles recuados tempos e não para o Rio de Janeiro, onde já havia muitos portugueses e os meios de transportes mais rápidos?¹¹

Em Manaus os portugueses – diversificados econômica e socialmente – buscaram criar mecanismos de solidariedade que fizeram a comunidade adquirir um forte senso corporativo. Fizeram circular na cidade mais de uma dezena de periódicos, por onde buscavam não só informar, mas também uniformizar o pensamento da comunidade em torno de questões prioritariamente atinentes aos interesses mais específicos de seu segmento mais enriquecido. Muitas vezes segmentavam-se a partir de sua procedência em Portugal. Pelos títulos da Imprensa portuguesa no Amazonas, sobressaem poveiros e loriguenses.¹² Os subtítulos eram bastante esclarecedores sobre a procedência do imigrante ou sobre os interesses que pretendia defender. Assim, o periódico *Pátria Portuguesa*, publicado em 1920, intitulava-se “órgão defensor da Colonia Portuguesa”. Em *Imprensa, Política e Etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1936)* o historiador Geraldo Sá Peixoto Pinheiro, salienta a importância do estudo desses periódicos para o entendimento do complexo universo dessa comunidade. Diz o autor:

muito provavelmente não se compreenderia o complexo processo que eles desencadearam na tentativa da modelagem dos hábitos “patricios”, e na construção das identidades nacionais, culturais e das sensibilidades/subjetividades coletivas do próprio imigrante português no vale amazônico. Esses jornais portugueses e os grupos de letrados portugueses que deles fizeram parte, podem, muito bem,

11 BITTENCOURT, Agnello. *Op. cit.*, p. 84.

12 Inúmeros jornais portugueses foram publicados no período de 1893 a 1921, dos quais podemos citar: *A Caridade* (1893) – Sociedade Beneficente Portuguesa; *O Luzitano* (1900); *O Luso* (1904); *Loriga Literária* (1905); *O Loriguense* (1906); *A Voz de Loriga* (1909); *O Lusitano* (1913-1920); *O Povo de Loriga* (1910), órgão da Colonia Loriguense em Manaus; *Alma Portuguesa* (1915); *O Poveiro* (1915-1917); *Pátria Portuguesa* (1920), órgão defensor da Colonia Portuguesa; *O Ranzinza* (1921); *União Portuguesa* (1918); *República Portuguesa* (1919).

uns e outros, ser pensados metaforicamente como “os artesãos dos necessários ajustamentos”, para usar uma expressão consagrada em contexto semelhante pelo célebre historiador George Duby.¹³

A comunidade lusitana em Manaus buscou também fortalecer os laços de solidariedade com os habitantes da região que a acolhia, para quem lembravam o “passado comum” mostrando-se como pertencentes não a uma nação amiga, mas irmã. Buscaram integrar-se à sociedade amazonense, interagindo e misturando-se a ela. Sentiam-se partícipes do processo de desenvolvimento regional e todos os eventos da comunidade eram franqueados aos amazonenses.

Postura bem diferente da adotada pela comunidade de ingleses que criaram espaços restritos de convivência. No Bosque dos Ingleses somente os que possuíam muito dinheiro podiam frequentar. Detentores por concessão do governo federal e estadual, do controle da área portuária e dos principais serviços urbanos (água e esgoto, iluminação, telégrafo, mercado municipal) imprimiram relações superioridade, arrogância e prepotência, até mesmo com as principais autoridades locais.¹⁴

Exemplar dessa situação é a greve de 1899 dos estivadores do porto de Manaus., onde enfrentavam a poderosa empresa inglesa Manáos Harbour, concessionária dos serviços do porto de Manaus. Os periódicos locais como o *Jornal do Comércio* e o *Diário de Manáos*, unidos contra o poderio do capital inglês na cidade, utilizando-se da greve desses trabalhadores, deixavam entrever a relação tensa existente entre os comerciantes portugueses e locais e as empresas inglesas. Denunciava o *Diário de Manáos* em seu Editorial:

Há doze dias que se acham em “greve” os estivadores aqui domiciliados. Criaturas pacíficas, bondosas, que suam desde a madrugada até o triste dilúculo, debaixo dum sol ardentíssimo, sujeitos à canícula e a chuva, e portanto às doenças que decorrem desse labutar insano, esses trabalhadores humildes, mas honrados, apenas pedem que os recompensem devidamente.

Esses setecentos obreiros hão-se mantido, apesar da rudeza e das provocações constantes que têm sofrido, por parte de duas casas inglesas, que se imaginam em terra conquistada, na mais perfeita paz, com a mais inteira calma... Nada os perturba na consciência do magno direito ... nem os insultos ouvidos.

Casas tem havido, portuguesas e brasileiras, e numerosas senão todas que concordaram com a justiça das reclamações e têm espendido os grevistas por preço da razoável tabela que convencionam. Para essas, embora apenas cumpram o dever da sensatez, enorme é a gratidão dos estivadores... A escravatura acabou em 13 de maio de 1888 e nós estamos no ano das graças 1899.

13 PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. *Imprensa, política e etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1936)*. Tese (doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2012.

14 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Op. cit.*

Cremos, no entanto, que a reação dos comerciantes portugueses e brasileiros surgirá, impondo a esses agiotas do suor alheio a satisfação a satisfação dos perdidos feitos pela “greve”, que tem sido modelar no gênero.

Que os ingleses se esbofem, na sua sanha de estolar o pobre, chamando a polícia imprudentemente, sem razões plausíveis!

Insistem, pois, os laboriosos estivadores no seu protesto manso e altivo, sem desmando de qualquer natureza, repudiando as provocações, porque têm a apoiá-los o comércio luso-brasileiro e a defende-los os que ainda se não deixaram vergar ao peso dum capitalismo inteligente e malvado.¹⁵

O *Jornal do Comércio*, um dos maiores diários da cidade, propriedade de um abastado comerciante português, deixava entrever nas suas páginas essa animosidade presente entre os comerciantes locais (que incluía estrangeiros e nacionais) contra os ingleses. Mas, o periódico refletia também em grande medida os interesses da comunidade lusitana no Amazonas numa vinculação que se materializava mais claramente a partir de colunas especiais como “Portugal Pelo Telégrafo” e “Cartas de Portugal”, esta última assinada por João Grave, a partir de correspondências enviadas de Lisboa, onde informava as últimas notícias da vida política e cultural lusitana. Assim, em maio de 1920, quando algumas greves de trabalhadores agitavam Portugal, João Grave em longa coluna para uma comunidade preocupada e ávida de notícias dos seus informava que a situação continuava “pezada, asfixiante... Depois da minha ultima chronica ocorreram já no paiz acontecimentos sensacionais. Com efeito, a greve dos empregados [...] telegrafo [...] a dos funcionários públicos intensificou-se, mantendo-se os grevistas intransigentes...”¹⁶ Percebe-se ainda a preocupação do periódico em tranquilizar a comunidade em função dos atrasos ocorridos com a correspondência. Assim, em outra notícia sobre o título *As Greves em Portugal* informava o jornal que “Como o publico sabe, o serviço postal em Portugal, por causa das greves, está irregularíssimo. Há milhares de malas a expedir para o Brasil, retidas a mezes em Lisboa.”¹⁷

A comunidade portuguesa consolidou também suas raízes no Amazonas a partir das inúmeras agremiações filantrópicas que se formaram no seio da comunidade manauara, como as sociedades repatriadoras, donde a mais importante foi a *Luzitânia Repatriadora*, fundada em 1908. A *Lusitânia Repatriadora* além de ajudar inúmeros portugueses empobrecidos a retornarem para sua terra natal preocupou-se ainda com a educação dos trabalhadores portugueses que aqui viviam. Em 1909, o diário *A Notícia*, publicava uma matéria com o título *Portugueses em Manaus*, onde salientava o papel desempenhado por essa instituição:

15 *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1899.

16 *Jornal do Commercio*, 4 de maio de 1920.

17 *Jornal do Commercio*, 9 de maio de 1920.

Merece bem uma revoada de aplausos e louvores a soberba iniciativa da colônia portuguesa em Manáos, estabelecendo uma escola nocturna para aquelles seus patrícios adultos que laboram no desconhecimento dos mais rudes princípios.

A “Lusitania Repatriadora”, nobilíssima instituição que vem prestando altos serviços aos portugueses desamparados, ha feito jús a todas as palmas com essa resolução grandiosa de facultar aos nossos irmãos de além mar todos os meios preciosos para uma educação modesta, é verdade, mas suficiente para despertar em cada um as funções intellectuais algemadas pela cadeia da ignorância.

De certo os portugueses em Manáos não poderiam imaginar dois meios mais nobres e significativos de render homenagem á pátria e concorrer para o desenvolvimento social de seus irmãos, do que amparar os patrícios infelizes fazendo volvel-os ao solo natal quando em precárias condições de saúde, e abrir escolas, distribuindo luz, para os que vivem a pedir instrução.¹⁸

Foram também colaboradores na implantação de um dos mais importantes centros de saúde da cidade, a Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas, criada no ano de 1873. Segundo seus estatutos era uma instituição com fins caritativos e tinha como meta atender além dos seus associados, que eram na grande maioria portugueses, qualquer pessoa de outra nacionalidade.¹⁹ A Beneficente Portuguesa juntamente com outros hospitais, como o Santa Casa de Misericórdia procuravam atender as constantes demandas de surtos, epidemias e doenças que assolaram a cidade nos momentos de maior contingente populacional. Nas páginas do Jornal do Comércio eram publicadas periodicamente as atas das reuniões dos sócios do hospital, onde faziam um balanço do recebimento de donativos e do movimento de entrada e saída dos doentes. Com o título de *Beneficente Portuguesa* informava o periódico:

Em sessão de 3 do corrente, estando presente os srs Luiz Eduardo Rodrigues, presidente Manoel Fernandes, 1º Secretário; José Antonio Gomes, procurador, Antonio José Vieira, Antonio José Pereira da Silva Sotto Mayor, Antonio Dias dos Santos, João Evangelista Maia, João Serra, Antonio Vaz da Costa e Joaquim Pinto da Silva Junior, mordomos.

O presidente abriu o expediente ás 8 ½ horas da manhã. Foram recebidos os seguintes donativos: O sr. Antonio Dias dos Santos ofereceu dadas no valor de 620:000, durante o mez de dezembro de sua mordomia.

18 *A Notícia*, 4 de fevereiro de 1909.

19 Essa informação de que o hospital era aberto a todas as nacionalidades, a escrita do Barão de Santa-anna Néri corrobora. Quando fala em sua obra da mortalidade excepcional que ocorreu em Manaus no ano de 1897 diz o autor sobre a Beneficente Portuguesa: “No hospital português, estiveram [...] 576 doentes em tratamento, e ocorreram apenas 39 mortes... [...] Entre esses doentes, contavam-se entretanto, indivíduos de todas as nacionalidades, ainda pouco aclimatados: portugueses, franceses, italianos, espanhóis, peruanos, venezuelanos, árabes, etc.” (NERI, Barão de Santa-Anna. *No Paiz das Amazonas*. São Paulo: Edusp, 1979, p. 60-61).

O serviço para o mez corrente é o seguinte: mordomo: Antonio Machado Soares; drs. Jorge de Moraes e Alfredo da Matta; panificadora: a firma Correia Santos & C.

O movimento dos doentes do dia 3 a 9 do corrente, no hospital foi o seguinte:

Existiam: 9 brasileiros, 22 portugueses e 2 de outra nação – total: 32. Entraram: 1 brasileiro, 14 portugueses e 1 de outra nação – total: 16. Sahiram curados: 2 brasileiros, 13 portugueses – total: 15. Sahiram melhorados: 1 brasileiro, 2 portugueses e 1 de outra nação – total: 4. Ficaram em tratamento: 7 brasileiros, 21 portugueses e 1 de outra nação – total: 30, sendo 21 pensionistas, 5 sócios e 4 de caridade.²⁰

Além dessas agremiações, a comunidade portuguesa criou vários clubes sociais e esportivos. O *turf*, esporte caro e só praticado em Manaus por imigrantes europeus e sírio-libaneses endinheirados, incluía entre seus sócios e praticantes, alguns portugueses mais afortunados. O *turf* acontecia aos domingos no Prado Amazonense, onde os páreos eram constantemente noticiados nos periódicos da cidade. Os nomes dos cavalos eram indicativos da nacionalidade dos seus respectivos donos: Nero, Guarany, D. Quixote, Aquidaban, tupy, Bismarck, Douro, Rio Pardo etc. Nesses dias de descontração e lazer, frequenta-se a missa, a passeios de bonde e caminhadas na área portuária para ver os paquetes e navios que chegavam trazendo cartas, jornais e revistas e muitas vezes os amigos do além mar. Segundo João Nogueira da Mata:

Nessas ocasiões o Pavilhão e a Bolsa Universal regurgitavam de frequentadores. [O] Pavilhão bem instalado, praticamente com três serventias: o térreo com ótimo serviço de bar, dispondo de bebidas finas e salgadinhos da melhor qualidade. Desde os pastéis de santa clara, os bolinhos de bacalhau, os sanduiches de presunto chegados pelos paquetes da Booth Line... [a] Bolsa Universal... escolhida para ponto de encontro dos grandes comerciantes da praça [com] Serviço de bar irrepreensível, com garçons estrangeiros – na maioria portugueses...²¹

Na ode modernizante que toma conta da região ao longo de todo o Ciclo da Borracha, vai ser comum que o regional passasse a ser associado ao atraso e tradicionalismo, em oposição ao progresso e à “civilização” desejada. Não sem motivos, Manaus, capital do Estado e então epicentro comercial do frenesi gerado pela economia de exportação da borracha, adotava, já em fins do século XIX o apelido que definia o espírito de uma época: “Paris da Selva”, adjetivo que ficou eternizado na memória de seus habitantes.

20 *Jornal do Comércio*, 9 de janeiro de 1909.

21 MATA, João Nogueira da. *Antiquilhas manauaras*. Manaus: Editora Humberto Calderaro, 1991, p. 15.

Porém, a “modernidade manauara” vai apresentar, em seu interior, de forma bem marcante, a exclusão social. Ela vai se fazer por sobre os escombros do que era percebido como antigo, arcaico ou atrasado, em geral identificados nos hábitos e nas tradições populares da cidade.

Esse fenômeno pode ser facilmente percebido a partir das modernizações que vão ser implementadas no porto e nas principais ruas da cidade que provocaram não somente a expropriação dos moradores da área onde essas modificações ocorreram, mas também a exclusão de antigos hábitos comuns na cidade, como os conhecidos banhos nos igarapés. Assim, o processo que dará a Manaus um aspecto cosmopolita e moderno, vai ser o mesmo que reforçará em seu interior práticas de exclusão sobre uma imensa parcela da população, fazendo-a sentir fortemente o peso da opressão, da miséria e da fome.

Os relatos referentes a este período de expansão econômica e demográfica (1890-1910) dão conta de uma cidade com sérios problemas para abrigar um contingente sempre crescente de migrantes nacionais e um número nada desprezível de imigrantes estrangeiros, como podemos observar a partir dos dados disponíveis acerca da população da cidade. Em 1872, havia em Manaus 29.334 habitantes; em 1890, esta cifra subiu para 38.720 e dez anos depois (1900) já alcançava a marca de 52.040. Por fim, o censo de 1920 registrava uma população de 75.704 habitantes, quase cinquenta mil a mais do que a 1872.²² Mesmo durante o período áureo da borracha não havia na cidade oferta de empregos suficiente para o contingente de trabalhadores que chegavam em busca de uma vida melhor provocando na cidade distúrbios que iam da grave questão da indigência, a gatunagem.²³

Assim, a questão da indigência se transformou em um dos mais sérios problemas que as autoridades administrativas tiveram que enfrentar neste período. Perambulando pelas ruas, sem emprego, sem casa, sem recursos, famintos e maltrapilhos, este foi o cotidiano de muito migrante em Manaus. Terminavam geralmente recolhidos aos leitos da Santa Casa, de onde muitas vezes não saíam mais. Os jornais da cidade estampavam cotidianamente tais notícias como podemos ver pela nota *da coluna Chronica Policial* de 27 de fevereiro de 1908: “Já sem fala, numa miséria tristíssima, foi apanhado pela polícia e conduzido a Santa Casa o indigente Francisco Machado”.²⁴ Porém, os hospitais da cidade nem sempre tinham condições de abrigar a demanda de pobres e desvalidos que aumentava cotidianamente, e nem sempre o trabalhador tinha recursos para custear hospital, remédios, moradia e alimentação. Já em 1864, esse é o caso do português Francisco Antônio Moreira, que teve sua vida exposta nas páginas do jornal o *Catechista*, em função da indignação de Vasconcelos de Freitas, que o acolheu enquanto estava doente, com o tratamento desleal de outro membro da comunidade para com Francisco Antonio, não respeitando sequer a sua morte:

22 Até 1900, os dados referem-se a censos apresentados por Alfredo da Matta que, como outros estudiosos que o sucederam, aponta a extrema fragilidade desses números. Cf. MATTA, A. *Geografia e topografia médica de Manaus*. Manaus: Typ. Renaud, 1916, p. 43.

23 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte Pinheiro. *Op. cit.*

24 *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1908.

A PEDIDO

Sr. Redactor

Tendo apparecido em nossa casa na tarde de 5 do corrente o nosso compatriota Francisco Antonio Moreira gravemente enfermo, nós, movidos pelos sentimentos de benevolência, o convidamos para ser tratado em nossa companhia, visto que sendo ele um pobre operário, não podia fazer as despesas que era de necessidade para o seu completo restabelecimento. Aceitando ele o nosso oferecimento deixou-se ficar; e ás 8 horas da noite pouco mais d' esse dia, deo alma ao Creador.

Seriam 10 horas da noite, quando soubemos que o sr Antonio Gomes Barbosa no bilhar dos srs. Cunha & Comp., não respeitando o *parce sepultis* – prerompeo em injurias contra o falecido por lhe dever a *grande soma* de 4\$500 réis!!! Deixamos amanhecer, e quando o cadáver era conduzido ao seu ultimo jazigo, fomos pagar essa, como se vê do recibo que se segue.²⁵

Como podemos observar as alternativas disponíveis para quem morava ou chegava a cidade com pouco ou nenhum recurso eram bastante limitadas, variando entre engrossar o contingente suburbano ou, permanecer na zona central, alojando-se nos inúmeros cortiços, pensões ou hotéis de 3ª categoria. Em função de tal situação eram comuns as brigas e entreveros com os donos das casas de cômodo, os roubos de pertences das malas dos inquilinos ou ainda a apreensão da mala do hóspede pelo senhorio quando do atraso ou não pagamento do aluguel. Podemos acompanhar cotidianamente situações como essas nas crônicas policiais e nas colunas reservadas as queixas dos populares nos periódicos da cidade. Assim é que na Chronica Policial do dia 21 de abril de 1908 denunciava o jornal que “Joaquim da Costa arvorou-se em juiz. Lá por contas sismou em prender a bagagem do inquilino Mathias da Rocha, que por isso bramou contra o homem e vae ser atendido com todos os efes e erres e esses”. Logo abaixo, outra nota na mesma coluna dizia que

O dono do Hotel Internacional arvorou-se de juiz, tal qual o outro lá de cima. Pelo menos foi isso que contou a primeira delegacia Germano Ribeiro de Figueiredo, desesperado porque o hoteleiro lhe prendera a bagagem, por falta de pagamentos de uns cobres. É preciso acrescentar que o novo juiz ensaiou mal os seus primeiros passos porque a policia reformou a sua sentença.²⁶

Essa dificuldade de equacionar a crescente demanda por moradias com uma oferta cada vez mais limitada, fazia de Manaus uma das cidades brasileiras onde se pagava mais caro o aluguel, o que sempre se constituiu em crítica por parte dos trabalhadores nacionais e estrangeiros que migravam para Manaus. Em 1899, veiculando pelos jornais uma nota “ao comércio”, queixavam-se os estivadores

25 O *Catechista*, 7 de maio de 1864.

26 *Jornal do Commercio*, 21 de abril de 1908.

do “aumento excessivo dos aluguéis das casas”, com o agravante de não poderem confiar “na estabilidade do preço ajustado”.²⁷

Podemos acompanhar a vivência dos segmentos mais abastados da comunidade portuguesa em Manaus através de um conjunto considerável de fontes como a dos nos periódicos, nas atas e documentos da Associação Comercial, através da documentação das associações beneficentes, publicações de memorialistas etc. Porém, é mais difícil acompanhar a vivência dos portugueses que, em Manaus, pertenciam aos segmentos mais populares. Há pouca visibilidade acerca de suas organizações e socialidades, o que nos leva a recorrer a fontes que os flagram, frequentemente, em atitudes consideradas conflitivas e transgressoras por parte das autoridades locais, como nas colunas policiais dos inúmeros periódicos da cidade. Assim, até mesmo os momentos de lazer e descontração acabavam ganhando as páginas das *Crônicas Policiais*. É assim que em 1908, publicava o *Jornal do Comércio* uma nota a respeito de um “Baile de Arromba. Ontem, as 11 horas da noite, originou-se serio conflito no hotel Villa do Conde, sito a rua Joaquim Sarmento, onde se realizava um baile a sustância. A polícia compareceu no local, prendendo 18 convidados, todos portugueses”.²⁸

Nesses momentos podemos perceber como o linguajar do periódico se tornava deselegante, grosseiro e extremamente preconceituoso ao veicular essas notícias, como ocorreu com o caso da prisão do português João de Oliveira provocada por uma possível bebedeira. Dizia o jornal:

Pileque e pau, eis o que apanhou hontem o português João de Oliveira Costa, que num estado deplorável de bebedeira e com as fussas deitando melado encarnado, foi dar com os ossos no quarto escuro da rua Deodoro, onde está pagando por si e por outros companheiros de igual jaez que deram as de Villa Diogo quando, na Avenida Silverio Nery, ouviram o trilar dos apitos.²⁹

Ficava evidente também que o preconceito externado pelo periódico, muitas vezes, era muito mais de classe, do que de nacionalidade, pois este mesmo linguajar era utilizado quando os populares locais ou nacionais eram flagrados em situações que estavam em desacordo com os novos hábitos e padrões de moralidade que se pretendia para a sociedade manauara. A *Chronica Policial* de 14 de maio de 1908 escrevia a respeito de uma mulher que considerava de “conduta duvidosa”: “Nenem Paraense é a antonomásia de uma Eva que hontem despara atirar insultos ás fussas de Pedro Alcantara da Luz. A rapariga explicou-se na segunda delegacia”.³⁰

Como já mencionamos, a comunidade portuguesa que se ampliou a partir do *boom* da borracha passou também a ser percebida também no interior dos novos ofícios e atividades que passaram a compor o cenário urbano de Manaus. Assim, começaram a fazer parte do cotidiano urbano médicos,

27 *Jornal da Tarde*, Manaus, 11 de novembro de 1899.

28 *Jornal do Commercio*, 27 de janeiro de 1908.

29 *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1908.

30 *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1908.

advogados, sapateiros, padeiros, pedreiros, carregadores, cocheiros, gráficos, alfaiates, catraieiros, estivadores, vendedores ambulantes, caixeiros etc. Os caixeiros de Manaus, como ocorreu em outras regiões do Brasil, eram quase todos de procedência portuguesa³¹ e um anúncio de emprego recolhido em um jornal local, confirmava essa preferência: “Caixeiro – Na Merceria Alfacinha precisa-se de um [trabalhador] de 12 a 15 anos; prefere-se português”.³²

A área portuária de Manaus, importante numa cidade que se projetava como entreposto comercial da borracha, também abrigou uma grande concentração de portugueses. Repetia-se em Manaus com a presença lusitana, uma tradição presente em quase todos os portos do Brasil e do mundo. Com efeito, é sabido que desde finais do século XIII, Portugal tornou-se um centro de comércio marítimo ativo que fez desenvolver e consolidar profissões ligadas as atividades portuárias. Desde aquela época a presença de marítimos (pilotos, taifeiros etc.) e estivadores portugueses nos portos do mundo inteiro tornou-se frequente.³³

Em muitos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores portuários, aparecem referências diretas à composição lusitana de parte desses quadros, como na greve de 1923, entabulada pelos estivadores. Em abaixo-assinado dirigido à Associação Comercial do Amazonas, assumiam explicitamente esse viés, ao afirmar: “Nós pretendemos implantar com todo o ardor as 08:00 horas; horário este, adotado e respeitado em todo o território brasileiro. Portanto, brasileiros e portugueses, em ação conjunta, resolvem definitivamente fazer valer nesta capital o horário acima referido...”.³⁴

Em outro momento, referindo-se ao êxito de uma de suas manifestações políticas, quando haviam conseguido reunir na praça do Comércio mais de dois mil trabalhadores, o presidente da *Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas*, Manoel Rufino Correia da Silva, enfatizava que “o dia de ontem era para os estivadores, como o 15 de novembro foi para os brasileiros e o 5 de outubro para os portugueses”.³⁵

A presença de portugueses foi também importante no seio de outra categoria portuária: os catraieiros. As catraias e alvarengas (pequenas embarcações) foram importantes no trabalho de estivação pelo menos até 1906 quando se concluiu a construção de um cais flutuante do novo porto de Manaus (o *Roadway*), uma vez que até aquela data as catraias funcionavam como intermediários entre o cais e os grandes navios que fundeavam no meio do rio, a 150 metros da margem.

À semelhança dos estivadores, os catraieiros contavam em sua composição com um número considerável de portugueses. Em 1895 temos uma referência explícita a essa questão, trazida pela fala de um cronista português, quando de sua chegada à Manaus:

31 POPINIGIS, Fabiani. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

32 *Comércio do Amazonas*, 14 de fevereiro de 1899.

33 ALBUQUERQUE, Marli Brito de. *Trabalho e conflito no porto do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1983, p. 66.

34 *Jornal do Commercio*, 8 de junho de 1923.

35 *Jornal do Commercio*, 3 de janeiro de 1911.

Quando aí fundeu o nosso Imperatriz Thereza a ele encostou uma dúzia de botes, vistosamente pintados. Eram todos de catraieiros portugueses. Os nomes estampados à popa em caracteres de fantasia, bem atestavam quanto o patriotismo lusitano não decresce com o auxílio em longes terras e por dilatado tempo. Bem hajam. Recorda-nos que entre esses bateis havia um *Vasco da Gama*, um *Avenida da Liberdade*, um *Minho*, um *Torre de Belém* e um *Luiz de Camões*. E os costumes são tão portugueses que mais de uma vez se nos tem afigurado estarmos na pátria do cantor dos *Luzíadas*.³⁶

Tais evidências, no entanto, não podem sugerir somente a existência de relações harmoniosas no interior da comunidade portuguesa ou mesmo dos portugueses com outros imigrantes (nacionais ou estrangeiros). Os momentos de crise, retração da oferta de empregos ou guerras deixavam em evidência tais situações. Em 1917, o jornal *O Rio Madeira*, publica uma matéria com o título *Os Portugueses e a Guerra*, onde enaltece o patriotismo e a solidariedade do povo português, principalmente daqueles portugueses que se encontram em terras distantes e faz uma campanha de angariação de fundos para serem enviados a Portugal. Ao mesmo tempo em que agradece aqueles que contribuíram com a campanha, condena a conduta dos que ignoraram ou se negaram a contribuir:

Longe, muito longe da pátria, o português não esquece nunca os seus deveres de cidadão, e não abandona um só momento o seu patricio, qualquer que seja a sua posição social.

Agora mesmo, nesta situação premente que Portugal atravessa essa colônia, digna de elogios, tem dado sobejas provas de seu patriotismo. Kermeses, subscrições e tantos outros meios de angarias donativos têm sido por ella postos em prática, e o resultado é sempre aplicado no auxílio das vítimas da guerra.

Ultimamente constitui-se em Manaus a Comissão Patriótica Portuguesa que, trabalhando entusiasticamente, promoveu a distribuição de cadernetas com o fim de angariar os donativos com que a referida pretendia auxiliar os seus compatriotas, vítimas da terrível hecatombe.

Idéia benemérita, teve logo franco acolhimento. E só não pode dizer-se que toda a Colonia se movimentou como um só corpo, porque infelizmente teve aquela Comissão, uma nódoa escura na sua história, de constatar a rejeição de algumas cadernetas por um insignificante número de indivíduos que não conhecem ou esqueceram o que significa dever cívico.³⁷

Muito provavelmente o periódico tecia críticas a posturas adotadas por portugueses como a que observamos no periódico de orientação anarco-sindicalista *A Lucta Social*. Produzido em 1914

36 FONSECA, L. *Op. cit.*, p. 85.

37 *O Rio Madeira*, 31 de maio de 1917.

por trabalhadores gráficos, teve como grande articulista e produtor o português Tércio Miranda. Em suas páginas o jornal cerrava fileiras na condenação aos nacionalismos, na condenação da guerra que acabara de explodir na Europa, apresentando-a como um movimento autofágico e encetado pela ganância da burguesia europeia. Criticavam o crescente militarismo, dirigindo especial atenção para a manipulação e exploração dos trabalhadores europeus, ante uma guerra que não lhes dizia respeito.

De forma irônica, argumentavam que a guerra era provocada por meia dúzia de pessoas de “altos poderes humanos e elevados princípios religiosos” e que, sob o impacto dessa ação, não só a Europa estava ficando coalhada de cadáveres, mas também os campos onde antes se plantava e colhia trigo haviam se transformado num lugar de morte, onde só passavam canhões. Denunciavam, ainda, as vidas ceifadas unicamente para enriquecer “os acionistas de fábricas de material de guerra”.³⁸

No bojo dessas contestações, Tércio Miranda, publica carta aberta a seu irmão Abílio, que, em Portugal, estava às voltas com o recrutamento militar. Nela, pedia a ele que não se alistasse nas fileiras do exército português e que, caso fosse obrigado a fazê-lo, desertasse! Lembrava ao irmão que uma coisa era ter participado no 1º Batalhão de Voluntários da República, pois este envolvimento fora para garantir um direito conquistado pelo povo, a extinção da monarquia; porém, agora:

trata-se, não da liberdade, do prestígio do povo, mas, do prestígio dos arjentários insatisfeitos, que longe de suavizar as dores e as máguas dos pequenos, aumentam ainda as suas chagas mortíferas. São estes os únicos culpados da grande calamidade que nos envolve e são estes que em vez de irem combater, mandam os filhos do povo. E assim eles, que tudo teem a perder, nem a vida arriscam. Mesmo vencidos são sempre vitoriosos”.³⁹

Os momentos de crise e retração da oferta de empregos levavam à emergência de apelos xenófobos, como foi no caso dos estivadores. Em 1911, alguns empregadores priorizaram a contratação de estivadores portugueses alegando serem eles mais robustos e aptos ao trabalhos que os nacionais. Nesses momentos, os protestos ocorriam de imediato e por vezes resultavam em paralisações com denúncias e apelos ao cumprimento dos dispositivos legais contidos nos “Estatutos dos Armazéns Alfandegados”, onde estava estabelecido que “os brasileiros natos são os que devem ser os preferidos para o serviço”.⁴⁰

Limitamo-nos a dar breve registro aqui daquilo a que estamos tendo acesso no curso de nossa pesquisa. Para além da marcante presença portuguesa na esfera econômica da região, as marcas mais singulares dessa presença no espaço citadino manauara constituem ainda um campo aberto à investigação, a clamar por uma maior atenção dos historiadores da região.

38 *A Lucta Social*, nº 6. Manaus, nov. 1914.

39 *Ibidem*.

40 Carta da Manáos Harbour ao *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 de janeiro de 1911.

Imigração portuguesa e saúde: a fundação da Beneficência Portuguesa em São Paulo

Yvone Dias Avelino

PUC-SP

O PRESENTE ARTIGO pretende desenvolver a partir dos processos imigratórios da comunidade portuguesa para São Paulo a criação de instituições de prestação de assistências e socorros à parcela carente desses agentes e outros necessitados, tratando a rigor dos primeiros anos da criação da Beneficência Portuguesa, fundada por esses imigrantes. Para tanto, é necessário que entendamos os processos transitórios e as condições históricas que envolveram a vinda desses agentes sociais para o Brasil, especificamente à cidade de São Paulo.

Até meados de 1870, o Brasil era um país predominantemente agrário. Embora algumas cidades existissem como tal, e em algumas delas o processo de industrialização já estivesse em desenvolvimento, como no Estado de São Paulo, a paisagem rural era o cenário mais comum. A riqueza brasileira provinha, até então, da agricultura e da exportação desses produtos. Nas décadas finais do Século XIX, ocorreram grandes transformações econômicas e sociais que propiciaram as condições necessárias para a industrialização e para um desenvolvimento acelerado da urbe. Pequenos núcleos e cidades se expandiram, e novos centros se formaram, onde as chaminés de fábricas e conjuntos industriais os povoaram, modificando-lhes a feição pacata e imprimindo-lhes outros ritmos de atividades. Novas formas de viver surgiram ao lado da antiga do mundo agrário, onde a grande riqueza nacional havia sido o café.¹

No oeste do Estado de São Paulo, a economia cafeeira se organizou em novas bases; ali a mão de obra empregada nas lavouras era imigrante e livre, em substituição à mão de obra escrava, adotada tradicionalmente até então. A economia cafeeira passou a ter um caráter capitalista, com o trabalho livre, a mecanização parcial da produção moderna, a rede de transportes viária e marítima, financiamento mais eficiente da lavoura, do comércio e da exportação desse produto. Muitos cafeicultores passaram a investir seus lucros em atividades urbano-industriais, diversificando seus interesses. Os

¹ MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.

lucros altos obtidos com o café permitiram que eles passassem a aplicar capitais não só na agricultura, mas também no comércio, na indústria e nas finanças.

Em meados do século XIX, São Paulo especificamente ainda era bem provinciana. Não havia hotéis nesta pacata cidade. Dois restaurantes forneciam refeições avulsas, cujos nomes eram de seus proprietários: O *Charles* e o *Fontaine*. Em torno de 1857, funcionavam pequenas estalagens, onde se comia e se dormia, como a *Recreio Paulistano*, *Universal*, *Comércio*, *Paulistano* e a *Providência*. Uns tempos mais adiante, vieram alguns hotéis, uns poucos, mas à moda de Paris, como nos demonstrou Siwla Helena Silva.² Havia ainda pensões familiares e repúblicas de estudantes esparsas nas proximidades da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.³

A iluminação pública era a óleo de mamona. Altos lampiões piscavam e iluminavam algumas ruas do centro da cidade até às 21h00. A partir desse horário, quem necessitasse ou precisasse andar pela cidade, usava lampiões. O querosene veio substituir o óleo de mamona, pois clareava mais. Mas nas noites enluaradas, esses lampiões sequer eram acesos.⁴ Pelas ruas passavam carros de boi bastante carregados de lenha e frutas. Vagarosos, vendiam-nas ‘às carradas e às mocutas’;⁵ Pipas sobre duas rodas, puxadas por burros e cavalos, levavam água às residências, onde havia falta do precioso líquido. Eram os célebres *aguadeiros*.⁶

A imperial cidade de Anchieta e Nóbrega contava com uma comunidade luso/brasileira identificada pelo esforço, pelo trabalho e pelo sacrifício comum, onde nessa sociedade paulistana a vida transcorria pacata e despreocupada. O comércio era exercido na sua maioria por personagens de nacionalidade portuguesa. Predominava na comunidade um traço fundamental e característico – o espírito universal do luso-cristianismo.⁷

Já nas primeiras décadas da República, empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes e dimensões podiam ser vistos nas cidades em crescimento, como grandes fábricas, fabriquetas, oficinas pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transportes e de serviços vários. Em meados de 1920, o “mundo do trabalho” era imenso no Estado de São Paulo. A indústria têxtil apresentava-se como “a mais poderosa de todas as indústrias paulistas”.⁸

Estimava-se que o número de cidadãos de várias nacionalidades vivendo como operários era grande para a época, e o número de fábricas e estabelecimentos industriais que os acolhiam era imenso:

2 SILVA, Siwla Helena. *Restaurant à moda de Paris: mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-1870)*. Dissertação (mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

3 FERREIRA, Tito Lívio. *História da Beneficência Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1959.

4 BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

5 Esta expressão significa que a venda de tais produtos era feita em pequenas e grandes escalas. Para tanto, cf. LOPEGO, Sílvio Luiz. *São Paulo na obra de Ernani Bruno*. São Paulo: Annablume, 2001.

6 SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos bicas e cháfarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

7 FERREIRA, Tito Lívio. *Op. cit.*, p. 29.

8 “A Indústria Paulista”. *Correio Paulistano*, 9 de maio de 1930, p. 2.

Em 1928, o Estado de São Paulo destacava-se como a unidade federativa mais industrializada do país. Segundo dados do Recenseamento Geral de 1920, São Paulo possuía em tal ano mais de 30% do número de estabelecimentos industriais e concentrava 27% do capital investido, 29% dos operários e 31,5% de todo o valor produzido no setor fabril doméstico.⁹

Do total de trabalhadores, mais de 55.000 eram autônomos: pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitistas, chauffeurs, carroceiros, padeiros, saqueiros, condutores de tração animal e jornaleiros em geral. O trabalho urbano era bastante heterogêneo, tendo operários industriais e urbanos, trabalhadores assalariados ou independentes, operários de grandes e pequenas indústrias, de oficinas de tamanho médio ou de “fundo de quintal”. Nota-se, portanto, que as relações de trabalho na Capital do Estado de São Paulo eram bastante complexas a essa época.

Representantes da burguesia agrária nacional, especialmente ricos fazendeiros de café, diversificaram a aplicação de seus capitais investindo na indústria, e imigrantes que chegaram ao Brasil já com capitais e que se devotaram inicialmente aos negócios de importação, devido às facilidades de suas condições de estrangeiros (cultura europeia e domínio de línguas), logo se tornaram concorrentes, passando a aplicar também na indústria, fabricando produtos que antes eram importados. Muitos nomes de imigrantes influentes que se tornaram grandes empresários nos inícios da industrialização na cidade de São Paulo são bastante conhecidos, como Matarazzo, Crespi, Klabin, Jaffet, entre outros.

Com o surgimento da República, as indústrias se reúnem e fundam Centros e Associações, que vão zelar por suas conveniências: Centro Industrial do Brasil, Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP – 1928), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP – 1931) são alguns exemplos. Esses pioneiros mostraram extrema dureza no estabelecimento das normas e da disciplina do trabalho dentro de suas fábricas, e muita intransigência diante das reivindicações operárias.

A repressão foi a tônica nas relações do empresariado industrial com o operariado fabril, nos primeiros tempos da industrialização, tanto dentro quanto fora das fábricas.¹⁰ Alguns industriais, tendo em mente uma maior produtividade e um melhor comportamento do operariado, buscaram implantar alguns supostos benefícios para o trabalhador, estabelecendo medidas repressivas no interior do espaço da fábrica e fora delas. Um dos mais famosos industriais a adotar tais práticas foi Jorge Street que, junto à sua fábrica de tecidos no Belenzinho, constituiu uma grande vila operária, com escola, creche, igreja, clube recreativo e esportivo. Era a Vila Maria Zélia, bastante conhecida em São Paulo e no país de modo geral.¹¹

9 LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)*. Dissertação (mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2006, p. 32.

10 DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano – Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Atual, 1991.

11 TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.



FIGURA 1. Cidade de São Paulo – Rua Direita, 1862

Até 1860, as associações de auxílio não eram controladas pelo poder público. Consideradas de âmbito privado, organizavam seus próprios Estatutos. Datam desta época a Real e Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa, foco iluminador da presente pesquisa, e a Sociedade Artística Beneficente, fundadas em 1859, ambas com sede na cidade de São Paulo.

A primeira lei sobre as associações mutualistas foi criada em Agosto de 1860. Estabelecia que as novas entidades a serem fundadas dependiam do parecer do Imperador no Rio de Janeiro e dos presidentes nas províncias. O poder público exigia das associações a elaboração de Estatutos, finalidades, valor da contribuição mensal, serviços prestados aos contribuintes, a forma de escolha dos dirigentes e os números e critérios de admissão dos sócios. Após a análise, a associação era aprovada ou não pelo poder público.

Com a aprovação dos estatutos, a sociedade passava a ter personalidade jurídica, adquirindo alguns benefícios, como a isenção do imposto do selo. A partir desta data, o controle do Estado efetivava-se sobre o mutualismo, tendo o governo inclusive o direito de indicar o presidente da sociedade.¹²

De 1890 a 1920, os imigrantes estrangeiros, e seus filhos nascidos no Brasil foram a maioria da classe operária urbana em São Paulo, Santos, cidades do interior e Rio de Janeiro. O modo de vida desses imigrantes era bastante semelhante ao das camadas mais pobres da população, o que facilitou nas cidades mais industrializadas uma união em torno de interesses e objetivos comuns. Diante do penoso

12 PASCAL, Maria Aparecida Macedo. “Associativismo português na construção da metrópole de São Paulo: trabalho, gênero e cotidiano”. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16-18 de setembro de 2004.

cotidiano dentro e fora das fábricas, o operariado se mobilizou e resistiu de várias maneiras: produção boicotada, furto e sabotagem nas fábricas registrados pelos organismos patronais, indiferença e desobediência perante as normas, os preceitos e os valores instituídos pelos setores sociais dominantes.

Inúmeras greves eclodiram, como a dos portuários em Santos, em 1904; a dos ferroviários em São Paulo, em 1906; a greve pela jornada de trabalho de oito horas diárias, em São Paulo, em 1907, também em função das novas medidas parlamentares adotadas, visto que alguns desses políticos também eram os mesmos donos das indústrias.¹³ O movimento operário ressurgiu com maior força entre 1917 e 1920, sendo que em 1917, houve a maior e mais importante greve paulistana, com grande movimentação popular e grande alcance político.¹⁴



FIGURA 2. Cidade de São Paulo – Instalação de trilhos de bonde. Rua Direita, 1900



FIGURA 3. Cidade de São Paulo – Procissão na Rua Direita, 1910

Diante desta contextualização, voltemos àquela São Paulo pacata dos anos do Império. É neste ponto que trazemos à tona nosso foco de pesquisa. Ao se iniciar o ano de 1858, neste ambiente de serenidade até então, das carroças de boi pelas vilas, quando o silêncio noturno envolvia a cidade após as labutas do trabalho do dia, quando uma ideia germinou na cabeça do caixeiro Luís Semeão Ferreira Vianna, comerciante do estabelecimento de Manoel de Paiva Oliveira, cuja loja funcionava na Rua do Rosário, que depois passou a chamar-se Rua da Imperatriz, e que após a Proclamação da República recebeu o atual nome de

13 Cf. Lei nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, promulgada por Adolfo Gordo, que previa deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo, o comunismo, ou que lutassem por seus direitos: Disponível em: <<http://recollectionbooks.com/bleed/ArchiveMirror/ArquivoDeHist%F3riaSocialEdgarRodrigues/Lei%20Adolfo%20Gordo.htm>>.

14 KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.

15 de Novembro. Este pensamento não o abandonou durante todo o dia e, à noite, deitado sobre o balcão, cuja tábua dura lhe servia de cama e colchão, parafusava sobre o assunto que, na sua alma jovem e inquieta, cada vez mais se fortalecia – fundar uma sociedade portuguesa de beneficência, onde seus associados tivessem um hospital próprio, onde fossem acolhidos e recolhidos nas suas doenças e necessidades.

É sobre isso que vai conversar um pouco mais tarde com seu companheiro de balcão, também ainda adolescente, Joaquim Rodrigues Salazar. Ambos tomaram isso como uma tarefa, e trataram de levá-la adiante. Pobres, tímidos e desconhecidos, recearam falar com o patrão, e procuraram Miguel Gonçalves dos Reis, proprietário de uma charutaria ali perto, no Pátio do Colégio. Os três comungaram dos mesmos ideais e decidiram dar corpo e vida a esta ideia. Assim, Reis redigiu uma lista, datada de 16 de setembro de 1859, que ia conter os nomes das pessoas que passavam a ser sócias da instituída Sociedade Portuguesa Beneficente.

As grandes coisas nascem de pequeninos nadas. A ideia se avolumou, tomou forma e estes simples caixeiros mais tarde tornaram-se respeitáveis nomes no mundo comercial da comunidade portuguesa e da cidade de São Paulo. Em menos de 15 dias, mais de 168 nomes compunham a lista, e com a categoria dos caixeiros, ou dos comerciários, como se diz hoje, figurava na relação com 30 representantes. Dos comerciários assinantes, a maioria ficou desconhecida e ignorada, por terem se dispersado nos caminhos da vida. Entre eles apareceram vendedores de bilhetes, sapateiros, leiloeiros, seleiros, tamanqueiros, padeiros, artistas e apenas um industrial. 19 mulheres deram o tom da solidariedade feminina. A primeira reunião foi noticiada pelo jornal *Correio Paulistano* em 13 de outubro de 1959, e contou com a presença de 50 cidadãos portugueses:

Ontem (ante-ontem) reuniram-se alguns cidadãos portugueses em número de 50 para o fim de tratarem da criação nesta capital de uma sociedade beneficente. Presidiu a reunião o Sr. Aires Coelho da Silva Gameiro [...] Aires Coelho era guarda livros da mesma casa de Luis Semeão.¹⁵

Presidiu a reunião o senhor Aires Coelho da Silva Gameiro, guarda-livros, hoje profissão essa conhecida como contador, e secretariou-o o senhor Casemiro Alves Ferreira, sendo na ocasião composta uma comissão que se encarregou dos Estatutos. Foi eleito o primeiro presidente dessa sociedade o condutor dos trabalhos, Gameiro, que se manteve no cargo durante os três primeiros anos da fundação. Acabou enriquecendo em função de seu trabalho, e tornando-se uma pessoa abastada e de prestígio entre as comunidades portuguesa e brasileira. Essa benemérita e grande instituição nasceu na inteligência humilde e simples daquele moço de 19 anos, Luís Semeão, talvez o “Vassoura” da Casa Paiva.¹⁶

Esta associação cresceu com o fermento adicionado ao empreendimento posterior de muitos portugueses ilustres. Foi instalada a sociedade, muitos foram seus sócios fundadores, redigidos os

¹⁵ *Correio Paulistano*, 4 de outubro de 1859.

¹⁶ Comércio existente até os dias atuais, localizado à Rua 15 de Novembro, próximo à Rua 25 de Março.

Estatutos e realizada a eleição para a formação do Conselho, do Presidente e seu Vice, Tesoureiro e seu Vice. Aprovados os Estatutos, noticiado pelo jornal Correio Paulistano, estava criada a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, que logo começou a prestar assistência social – caso de um escravo que foi atendido após sofrer açoites de seu dono. Muitos se comoveram com esse procedimento, e se agregaram, oferecendo préstimos como profissionais ou com doações.

Enfrentou esta sociedade grandes crises, como em 1960, a maior de todas, que culminou com a reformulação de seus Estatutos, e em 1861, quando o governo da Província de São Paulo nomeou um interventor que, por dois meses, dirigiu a Beneficência. Os sócios revoltaram-se, chegando a propor em assembleia a dissolução da associação. A Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência se manteve, mas perdeu alguns de seus parceiros. Profissionais da área de saúde se ofereceram para prestar atendimento à população, doações chegaram e a Beneficência se manteve em pé. Todas essas crises foram superadas, mantendo-se a prestação de auxílio aos sócios e aos necessitados.

Já em 1864, discutiu-se a fundação de uma “Casa de Enfermos”, que mais tarde se tornaria um hospital. No ano seguinte, o Prior de São Bento ofertou um terreno à sociedade, que não foi aceito, pois não servia ao fim desejado. Depois de diversas ofertas de materiais, serviços e dinheiro, em Seção de 12 de dezembro de 1865, a Diretoria e o Conselho examinaram um terreno na hoje Avenida São João nº 19, que pertencia a Félix de Abreu Pereira Coutinho. Aprovadas as condições, foi efetuada a compra do espaço, intensificando-se as buscas por recursos para a construção do hospital. Até que a construção se efetivasse, o terreno foi alugado por 25\$000, dinheiro da época, em benefício do patrimônio da sociedade. Esta continuou a prosperar, e foi proposta a construção do hospital na Rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias, em um terreno próprio. Foi lançada a pedra fundamental e, em 23 de maio de 1873 inaugurou-se o hospital, após 17 anos da ideia inicial daqueles dois jovens. Os donativos aumentaram o patrimônio da sociedade, e estava concretizado o ideal dos sonhadores de 1859. O Hospital São Joaquim chegou a ser visitado pelo Imperador, em 1886.



FIGURA 4. Hospital São Joaquim

No 39º aniversário da sociedade foi proposta uma homenagem ao seu idealizador, considerado morto. Mas Semeão, ainda estando vivo, pediu para que a notícia fosse corrigida, e recebeu nessa notificação o Diploma de Sócio Benemérito, além de um retrato pintado a óleo, que seria exposto na Associação, o que nunca ocorreu.



FIGURA 5. Luís Semeão Ferreira Vianna

Em 31 de julho de 1900, a sociedade recebeu um telegrama da cidade de Itatiba, comunicando, desta vez, a verdadeira morte de seu idealizador. No ano seguinte, a Real e Benemérita Sociedade homenageia Sua Majestade Fidelíssima. A ideia de homenagens é constante, como a que acontece a Eduardo Prado que, ao morrer, é lembrado como amigo de Eça de Queirós. As datas nacionais também eram motivos de festividades e homenagens. A morte de seus presidentes também, assim como o evento de inauguração do retrato de Dom Carlos de Portugal na sede da sociedade.

Em 1913 amadurece a ideia de um novo edifício hospitalar, com doações para essa construção vindas principalmente do Visconde de Nova Granada e do Conde de São Joaquim. Em 1936, recebe a sociedade um terreno para um novo hospital, na Rua Maestro Cardin nº 110 a 119, hoje Rua da Beneficência Portuguesa.



FIGURA 6. Hospital Beneficência Portuguesa

Em 23 de março de 1952, em uma imensa festa de confraternização, recebeu a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, onde a Virgem abençoa com a sua presença santa e inefável esse estabelecimento onde as dores humanas se redimem. Esse evento foi consolidado pelo ilustre empresário das indústrias de cimento Votorantin e, nessa ocasião, presidente do Hospital Beneficência Portuguesa, José Ermírio de Moraes.¹⁷

Além dessa significativa e benemérita instituição social, outras vieram à tona pelas mãos desses trabalhadores imigrantes, que fundaram espaços sociais, de saúde, educacionais e culturais na cidade de São Paulo, com desdobramentos para outras, até pelo país adentro. A Real e Benemérita Sociedade de Beneficência Portuguesa cresceu com e para a cidade de São Paulo, com o e para o Estado e para o Brasil, como imperecível monumento de solidariedade humana, traço característico do imigrante português.

Referências bibliográficas

- BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e Tradições de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano – Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Atual, 1991.
- FERREIRA, Tito Lívio. *História da Beneficência Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1959.
- KHOURY, Yara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.
- LOFEGO, Sílvio Luiz. *São Paulo na obra de Ernani Bruno*. São Paulo: Annablume, 2001.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)*. Dissertação (mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2006, p. 32.
- MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PASCAL, Maria Aparecida Macedo. “Associativismo Português na Construção da Metrópole de São Paulo: Trabalho, gênero e cotidiano”. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16-18 de setembro de 2004.
- RAGO, Maria Aparecida de Paula. *José Ermírio de Moraes: a trajetória de um empresário nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- SILVA, Siwla Helena. *Restaurant à Moda de Paris: mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-1870)*. Dissertação (mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

17 RAGO, Maria Aparecida de Paula. *José Ermírio de Moraes: a trajetória de um empresário nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

Jornais

“A Indústria Paulista”. *Correio Paulistano*, 9 de maio de 1930, p. 2.

Correio Paulistano, 4 de outubro de 1859.

Legislação

Lei nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, promulgada por Adolfo Gordo, que previa deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo, o comunismo, ou que lutassem por seus direitos. Disponível em: <<http://recollectionbooks.com/bleed/ArchiveMirror/ArquivoDeHist%F3riaSocialEdgarRodrigues/Lei%20Adolfo%20Gordo.htm>>.

Sobre os autores

ALDA NETO

Licenciada e Mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Publicações recentes: “As ‘Casas de Brasileiros’ – dois exemplos no Vale do Sousa”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; “Os brasileiros de Paredes – dois percursos de beneficência e de esquecimento”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO

Doutor em história pela Unicamp, professor da faculdade de História e dos programas de pós-graduação em História Social da Amazônia e de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Pesquisador do CNPQ. Coordena o grupo de pesquisa em História Social da Arte (UFPA/CNPQ), atuando nos campos da história cultural, história intelectual da imigração e história da arte, tendo publicado os livros *No tempo dos Seringais* (1996); *A fundação da cidade de Belém* (2004), *Belém dos Imigrantes: catálogo* (2004), *A cidade dos encantados* (2009) e *Janelas do passado, espelhos do presente* (2011), entre outros.

ALFREDO MORENO LEITÃO

Atualmente é professor da Escola Estadual Senador Filinto Muller. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização de Arquivos. Mestre em História Social pela PUC-SP (2010), pesquisa, principalmente, os seguintes temas: Imigração, Imigração Portuguesa, Movimentos Sociais, DEOPS, Expulsão de Estrangeiros.

ALICE BEATRIZ DA SILVA GORDO LANG

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, pesquisadora e diretora de eventos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (NAP-CERU/USP); integrou a comissão fundadora da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), é membro do Conselho Científico da ABHO e membro da International Oral History Association (IOHA). Têm pesquisas e publicações nas áreas de imigração, religião, família, política, educação, metodologia qualitativa de pesquisa e história oral. Recebeu o Prêmio Nelson Palma Travassos da Academia Paulista de Jornalismo em concurso sobre a História de São Paulo. Participa de congressos e encontros nacionais e internacionais.

ANA LUIZA MARQUES BASTOS

Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre e doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pós-doutorado concluído junto à Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo. Atividades de pesquisa na área de historiografia luso-brasileira, com trabalhos sobre a obra teórico-metodológica de José Honório Rodrigues, a historiografia ensaísta de Antônio Sérgio de Sousa e a historiografia decadentista, realista e messiânica de Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Aprovada no concurso para docente da cadeira de Teoria e Metodologia da História, do Departamento de História da Universidade de São Paulo em 2010.

ANNDREA CAROLINY DA COSTA TAVARES

Aluna Faculdade de História-Universidade Federal do Pará- Bolsista PIBIC/CNPq.

ANTONIO OTAVIANO VIEIRA JUNIOR

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, pesquisador do CNPq, Coordenador do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA/CNPq); membro do Grupo de Pesquisa Demografia e História, do CNPq; e do Grupo de Trabalho População e História, da Abep, e diretor do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFGA).

BRUNO RODRIGUES

Licenciado (2007), mestre (2010) em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto, com a tese *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1932-1935)*, e doutorando em Relações Internacionais na Universidade Lusíada do Porto.

Investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), onde integra a equipa do projeto de investigação *A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas demográficas e discurso político*.

Principais trabalhos publicados: *Memórias de Bragança*. Bragança: Casa do Trabalho de Bragança, 2012 (coautoria); *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: história e património*. Porto:

CEPESE, 2011 (coautoria); *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: CEPESE, 2009 (colaboração); *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*. Porto: CEPESE, 2009 (colaboração).

CRISTINA DONZA CANCELA

Professora Universidade Federal do Pará, Faculdade de História/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

DANIEL SOUZA BARROSO

Graduado em História e mestre em História Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2010; 2012). Membro dos grupos de pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (UFPA/CNPQ) e Demografia & História (UFPR/CNPQ). Autor de alguns artigos e capítulos publicados em revistas e livros especializados em História e Demografia, dentre os quais se destacam: “História de ‘Movimentos’: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina” (*Revista Brasileira de Estudos de População*, 2010) e “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia: perfil demográfico, normas e redes sociais (Belém, 1891-1920)” (*História Unisinos*, 2011). Tem experiência em História, trabalhando principalmente com os seguintes temas: família, população, migração e escravidão. Atualmente, dedica-se ao estudo da demografia e da economia da escravidão no Grão-Pará oitocentista.

DIOGO FERREIRA

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a tese *A emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil: do final da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)*.

Investigador do CEPESE, onde integra a equipa do projeto de investigação “A emigração de Portugal para o Brasil – dinâmicas demográficas e discurso político”.

Publicações recentes: *Memórias de Bragança*. Bragança: Casa do Trabalho de Bragança, 2012 (coautoria); “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a 1ª Guerra Mundial (1918-1926)”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: história e património*. Porto: CEPESE, 2011.

DOLORES MARTÍN RODRÍGUEZ CORNER

Doutora em História pela PUC-SP com a tese *Da fome à gastronomia: galegos e andaluzes em São Paulo – 1946-1960* (2011). Bolsista da Capes. Mestre em Turismo Ambiental e Cultural – Planejamento e Gestão pela Unibero-SP (2002) e em História pela PUC-SP.

ELIS REGINA BARBOSA ANGELO

Doutora em História pela PUC-SP. Graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997), Mestre em Turismo Ambiental e Cultural Planejamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero Americano (2003) Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Possui experiência na área de Turismo, com ênfase em Patrimônio e História, atuando principalmente nos seguintes temas: formação superior, coordenação e direção; pesquisa e extensão nas áreas de Turismo, Eventos, Hotelaria, História Social, Gênero, Patrimônio Cultural, Turismo e Sociedade e Educação. Desenvolvimento e Coordenação de cursos de Graduação, Graduação Tecnológica e Pós-Graduação. Pesquisadora das áreas de História, Turismo, Educação e Sociedade. Atualmente leciona como professora nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Turismo presencial e à Distância na UFRRJ e no Consórcio CEDERJ/RJ.

ÉRICA SARMIENTO

Pós-doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela (diploma revalidado pela Universidade Federal Fluminense), na área de América e Contemporânea. Foi professora visitante no Instituto de Estudos da América Latina (ILAS), Universidade de Columbia (Nova York) e na Universidade de Santiago de Compostela. Professora titular do Programa de Pós-graduação em História (Mestrado) da Universidade Salgado de Oliveira, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora tutora de América colonial, do curso de educação a distância da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). É coordenadora adjunta do Laboratório de Estudos de Imigração (Labimi).

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

Doutorada em História. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: “Overview of the commemorations of the Bicentenary of the French Invasions”. *e-Journal of Portuguese History*, University of Porto (Portugal), Brown University (USA), vol. 9, nº 2, verão 2011 (em colaboração com Isilda Braga da Costa Monteiro); Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/>; “As Invasões Francesas em Portugal, cem anos depois. A dimensão política e social da comemoração”. *Actas do xxxv Congresso Internacional de História Militar – A guerra no tempo de Napoleão*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2010. 2º vol., p. 1068-1108 (em colaboração com Isilda Braga da Costa Monteiro).

FERNANDO DE SOUSA

Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Universidade Lusíada do Porto e presidente da direção do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Dentre outros trabalhos, publicou: “A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974)”. In: *Um passaporte para a Terra Prometida*; “O primeiro inquérito português à emigração (1843)”. In: *Entre mares: o Brasil dos portugueses; As relações Portugal-Brasil*

no século xx; “O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825)”. In: *Desenvolvimento econômico e mudança social: Portugal nos últimos dois séculos; A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*.

HENRIQUE MENDONÇA DA SILVA

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000) e mestrado em História Social do Território pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professor I da Prefeitura Municipal de Rio Bonito. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, História da Educação. Atuando nos seguintes temas: Fotografia, higiene, educação.

IDÁLIA MARIA TEIXEIRA SOUTO

Professora e Coordenadora do Curso Superior de Turismo da Faculdade de Tecnologia em Gastronomia, Hotelaria e Turismo de São Paulo – HOTECH, onde também ministra aulas no Curso Superior de Eventos e Hotelaria. Consultora na área de Gastronomia e Eventos e professora do Curso Técnico de Hospedagem (FECAP). É Bacharel em Relações Internacionais (PUC-SP), MBA em Economia do Turismo (FIPE – FEA/USP), Especialização em Docência da Gastronomia (HOTECH) e Mestre em Hospitalidade (Universidade Anhembi Morumbi).

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

Doutorada em História. Investigadora doutorada do CEPES.

Publicações recentes: “Overview of the commemorations of the Bicentenary of the French Invasions”. *e-Journal of Portuguese History*, University of Porto (Portugal), Brown University (USA), vol. 9, nº 2, verão 2011 (em colaboração com Fernanda Paula Sousa Maia); Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/>; “The military in the Chamber of Deputies 1851-1870 – corporative lines of action in defense of the army”. *e-Journal of Portuguese History*, University of Porto (Portugal), Brown University (USA), vol. 8, nº 1, verão 2010. Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/>; “Os homens do Porto, no Parlamento (1851-1865)”. In: *Actas do Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica; “Os militares na Assembleia Constituinte de 1911 – linhas de actuação”. In: *Actas do XIX Colóquio de História Militar – 100 anos do regime republicano: políticas, rupturas e continuidades*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2010, p. 191-210.

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

Professora emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde se graduou e se licenciou em História (1967). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1973). Participou do Programa de Pós-Doutorado CAPES-COFECUB na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris 1988-1990). Especialista em História do Brasil com ênfase no 2º Reinado e na 1ª República, e no campo

da história socioeconômica. Trabalha principalmente com os temas relacionados a história fluminense, imigração e gênero. Já orientou 32 dissertações de mestrado, 14 teses de doutorado. Pesquisadora 1A do CNPq (1988-1996). Ex-presidente da Associação Nacional de Professores de História e ex-coordenadora de Editoração e Acervo da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Membro do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e da Comissão de Altos Estudos do Programa “Memórias Reveladas” da Casa Civil da Presidência da República e coordenadora do projeto “Portugueses no Brasil”, em cooperação com o CEPESE da Universidade do Lusíada e Universidade do Porto; do GT “Imigração, Identidade e Cidadania” da ANPUH.

JOANA MARTINS

Licenciada em Línguas e Relações Internacionais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto, com a tese *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)*.

Investigadora do CEPESE.

Trabalhos publicados: *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: história e património*. Porto: CEPESE, 2011 (coautoria).

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

Professor sênior do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP e professor titular aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. Pesquisador da Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH/USP/Instituto Camões, publicou, entre outros, *São Paulo nos séculos XVI e XVII*; *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*; *O Brasil no comércio colonial*; *A Revolução inglesa*; *Brasil-Portugal, agenda para o milênio* (org.); *Historiografia luso-brasileira contemporânea* (org.).

JOSÉ LUIS RUIZ-PEINADO

Professor agregado da Universitat de Barcelona, na Espanha, no Departamento de Antropologia e História da América e da África.

JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES

Doutor em História Social pelo Departamento de História da FFLCH-USP e pós-doutor em Teoria do Direito pela Faculdade de Direito da USP. Professor adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA). É pesquisador do Laboratório de Análises de Política Mundial (UFBA) e do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Discriminação e Racismo (LEER/USP). Suas pesquisas abrangem interdisciplinarmente o Direito, a História e as Relações Internacionais.

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

Professora titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1995), com pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Mestre em História Social das Ideias e Especialista em História da América pela Universidade Federal Fluminense (1985 -1983). Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2008, ocupa a função de Sub-reitora de Graduação da UERJ. Foi responsável pela elaboração de projeto e implantação do Mestrado e do Doutorado em História na UERJ, sendo a primeira coordenadora do Programa (1995), coordenadora geral por mais dois mandatos (2000-2002 e 2002-2004) e coordenadora do curso de Doutorado (2004-2006). Foi agraciada com Moção de Congratulações pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no ano de 2009, por sua contribuição à cultura brasileira.

LUÍS BALKAR SÁ PEIXOTO PINHEIRO

Natural de Manaus, Amazonas. O autor é graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas (1988) e Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com tese (defendida em 1998) sobre a História e a Historiografia da Cabanagem. É Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas, atuando no ensino de graduação e pós-graduação em História. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos temas da História do Trabalho, Movimentos Sociais, História da Amazônia, Revoltas Populares e Cabanagem. Atualmente Coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas e o Grupo de Pesquisa em História Social da Amazônia (UFAM/CNPq).

LUÍS REZNIK

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1983), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1992) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2000). Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor assistente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política e Cultural do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: memória e patrimônio, história local, história dos conceitos e ensino de história.

MAGDA MARIA DE OLIVEIRA RICCI

Graduada e pós-graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (mestrado, 1993 e doutorado, 1998). Durante a formação, pesquisou e publicou no campo da História Social, com ênfase na análise de biografias e estudos sobre movimentos sociais do período da Independência do Brasil. Desde 1995, é professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. Foi uma das fundadoras do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, onde atua desde 2004. Publicou obra biográfica sobre o padre e regente Diogo Antonio Feijó, fruto de sua pesquisa

de doutoramento. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Pará, onde desenvolveu projetos e publicou um livro sobre a História da Loucura e o acervo do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira. Atualmente, desenvolve projetos de pesquisa e publica artigos e capítulos de livros sobre o movimento da independência e a Cabanagem no Pará, além de estudos no campo do ensino da história. Tem experiência de ensino na área de História Social da Amazônia e da Teoria e Metodologia da História.

MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO

Licenciado em História, pela Universidade do Estado de Goiás (UEG); especialista em Formação Sócio Econômica do Brasil (Universo Salgado Oliveira-RJ) e Educação Ambiental (Facinter-PR); Professor do Ensino Secundário da rede pública do Estado do Pará; investigador associado do Centro de Estudos da População Economia e Sociedade (CEPESE-Porto-PT) e doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com projeto de pesquisa com área de concentração na imigração portuguesa na Amazônia.

MARIA APPARECIDA FRANCO PEREIRA

Mestrado em História Econômica (1981) e Doutorado em História Social (1992) pela Universidade de São Paulo.

Graduação em Pedagogia (1961) e História (1972) pela Universidade Católica de Santos e graduação em Filosofia (1976) pela UNIFAI, São Paulo.

Especialização em História do Brasil (Primeira República), 1971, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos.

Desenvolveu projeto de pesquisa patrocinado pelo INEP (MEC) sobre a memória da escola em Santos, levantamento documental, cujo produto converteu-se em livro publicado em 1996, pelas Edições Loyola e Prefeitura Municipal de Santos: *Santos nos caminhos da educação popular (1870-1920)*. Possui artigos em revistas.

Professora no Mestrado em Educação da Unisantos, em aulas, pesquisas e orientações de dissertações de mestrado.

Coordena o grupo de pesquisa LIAME (memória das instituições escolares), registrado no CNPQ e faz parte do grupo de pesquisa internacional Brasil e Porto, Portugal, no estudo dos portugueses que vieram para o Brasil, nos séculos XIX e XX.

Tem publicações em Anais de Congressos Internacionais de Emigração Portuguesa e de História da Educação Brasileira.

Atua como professora de Introdução aos Estudos Históricos, no curso de História, e orienta TCCs e projetos de Iniciação à Pesquisa na graduação.

MARIA CELESTE ALVES DE CASTRO

Mestre em História das Populações pela Universidade do Minho. Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto, desenvolvendo a sua pesquisa sobre A emigração portuguesa durante o Estado Novo através da legislação e circulares do Governo (1948-1974).

Investigadora do CEPESE.

Principais publicações: “Estado português repressivo ou paternalista? Uma visão da emigração portuguesa através das circulares do Governo (1948-1974)”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; *A emigração na freguesia de Santo André da Campeã, 1848-1900*. Porto: CEPESE, 2010; “A emigração na paróquia de Santo André da Campeã, 1848-1900”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

MARIA CHRISTINA SIQUEIRA DE SOUZA CAMPOS

Socióloga doutora em Ciências Sociais na Alemanha, pós-doutoramento na Universidade de Münster (Alemanha), professora associada (livre-docente) aposentada do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (USP), pesquisadora e diretora de publicações do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (NAP-CERU/USP), coeditora da revista *Cadernos CERU*, é autora de vários trabalhos – publicados no Brasil e no exterior – sobre educação (formal e informal), família, gênero e migrações. É membro do Conselho de Educadores da Escola de Pais do Brasil e parecerista *ad-hoc* da Fapesp, CNPq e da Scielo.

MARIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO SALGADO

Mestre em História das Populações pela Universidade do Minho. Doutoranda em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada do Porto.

Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: “O Inquérito Parlamentar de 1885 e o discurso sobre a emigração”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; “A emigração do Distrito de Bragança para o Brasil (1844-1890)”. In: SARGES, Maria de Nazaré *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém, Editora Paka-Tatu, 2010; “O papel do ensino particular na dinamização cultural de Moncorvo”. In: *Actas do Seminário Moncorvo da tradição à Modernidade*. Porto: CEPESE/Afrontamento, 2010; “Emigração do Concelho de Torre de Moncorvo para o Brasil (1856-1901)”. *Revista Campos Monteiro – História, Património e Cultura*, Braga, nº 4, 2009.

MARIA DE NAZARÉ SARGES

Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1998). Professora Associada da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará. Membro do grupo de pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (UFPA/CNPq). Autora de livros, artigos e capítulos publicados em veículos especializados em História, dentre os quais se destaca

a obra *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)* (Belém: Paka-Tatu, 2010), em sua terceira edição; “A cidade nadando em ouro: cidade, civilização e mecenato em Belém do Pará”. In: FLÓRIO, Marcelo; AVELINO, Yvone Dias *et al* (orgs.). *Olhares cruzados: cidade, história, arte e mídia*. Curitiba: Ed. CRV, 2011. p. 179-188; “O Pará e Amazonas são irmãos’: A Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira”. In: SOUSA, Fernando de *et al*. *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos/CEPESE, 2011. p. 273-286; “Las corridas de toros y las asociaciones de migrantes gallegos: la construcción del imaginario ibérico en la ‘Nueva Jerusalén’ (Belém, XIX/XX)”. In: RUIZ-PEINADO, José Luis (org.). *Atlántico imaginado: fronteras, migraciones y encuentros*. 1ª ed. Madri: Ministerio de Trabajo e Inmigración – Subdirección General de información Administrativa y Publicaciones, 2010, vol. 1, p. 125-143; “A ‘Galícia’ paraense: imigraçãoespanholaem Belém do Pará (1890-1910)”. In: RUIZ-PEINADO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. 1ª ed. Belém: Açai, 2010, vol. 1, p. 201-218; “Tauromachia, Tauromania: migrantes galegos e práticas culturais em Belém”. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açai, 2010, vol. 2, p. 55-66.

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e colaboradora da Universidade Estadual do Ceará. Entre suas obras destacam-se: *Trama e poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1889-1934)*; *Melodia e sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Luicínio Rodrigues*; *Por uma história das mulheres; História e deslocamentos: os portugueses*.

MARIA LUIZA UGARTE PINHEIRO

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas (1988), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) com o trabalho *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus: 1899-1920* e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) com a tese *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas, 1880-1920*. Atualmente é professora associado da Universidade Federal do Amazonas, atuando na Graduação em História e no Curso de Pós-Graduação em História (Mestrado) e também é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Desde 2005 coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Imprensa, História e Cidade, Movimento Operário e Movimentos Sociais.

MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO

Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santos (1981) e mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1989).

MARÍLIA CUNHA IMBIRIBA DOS SANTOS

Graduanda em História pela Universidade Federal do Pará; bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq); Membro do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA/CNPq).

MARÍLIA KLAUMANN CÁNOVAS

A autora é licenciada em História pela Universidade de São Paulo, onde realizou Mestrado e Doutorado em História Social. Especialista em arquivologia pelo IEB/USP, seus trabalhos acadêmicos são voltados para o estudo da e/imigração espanhola do período massivo. Atualmente vem desenvolvendo um pós-doutorado, com bolsa Fapesp, pelo CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (FFLCH-USP). É subcoordenadora do Módulo Migrações do LEER/FFLCH-USP, tendo publicado, pela Edusp/Fapesp, a obra inaugural da Coleção Migrações intitulada *Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana (1890-1922)*. É coordenadora-executiva do Projeto Arquivo Virtual História Migrantes, com auxílio Fapesp, e também autora de *Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930*, e de diversos trabalhos e artigos, publicados no Brasil e no exterior.

MIRIAM HALPERN PEREIRA

Professora emérita de História (ISCTE/IUL). De 2001 a 2004, foi diretora do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Licenciou-se em História e Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1962. Doutorou-se em História na Faculté de Lettres et Sciences Humaines (Sorbonne), Paris, em 1969. Foi investigadora científica do Centre National de Recherche Scientifique no Instituto Marc Bloch, Universidade de Paris I (Sorbonne) entre 1970-1973 e professora de História Contemporânea na Universidade de Vincennes. Foi também diretora da revista *Ler História* entre 1983-2008 e diretora-fundadora do Centro de História do ISCTE/IUL.

NÚNCIA SANTORO DE CONSTANTINO

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1973), fez doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (1990). Atualmente, é professora titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pesquisadora CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: imigração italiana, imigração urbana, memória e etnicidade. Por serviços prestados à cultura italiana, foi agraciada com o título de Cavaliere pela Repubblica Italiana (2006); é membro do Instituto Histórico de São Leopoldo e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

OTON TÁSSIO SILVA LUNA

Aluno Faculdade de História – Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBIC/CNPq.

PAULA BARROS

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíada do Porto.

Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Fernando Pessoa.

Investigadora do CEPESE, onde integra a equipa do projeto de investigação “A emigração de Portugal para o Brasil: dinâmicas demográficas e discurso político”.

Publicações recentes: *Memórias de Bragança*. Bragança: Casa do Trabalho de Bragança, 2012 (coautoria); “O discurso parlamentar da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1858)”. In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: história e património*. Porto: CEPESE, 2011; “O discurso político da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1866)”. In: *Entre mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

PAULO CESAR GONÇALVES

É professor de História Contemporânea e do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre e Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pesquisador da Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH-USP), onde realizou estágio de Pós-Doutorado. Principais publicações: *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012; “L’Amazzonia è nostra: emigração e interesses comerciais nos vapores da linha Gênova-Belém-Manaus (1897-1906)”. In: RIBEIRO, Gladys S.; FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 177-201; *Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: Humanitas, 2006.

RICARDO ROCHA

Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE, onde integra a equipa do projeto de investigação A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas demográficas e discurso político.

Publicações recentes: *Memórias de Bragança*. Bragança: Casa do Trabalho de Bragança, 2012 (coautoria); “A emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)”. In: SOUSA, fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: história e património*. Porto: CEPESE, 2011; “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas”. In: *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

RUI ANICETO NASCIMENTO FERNANDES

Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase em

Historiografia, História do Brasil República e História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: historiografia brasileira, historiografia fluminense, história local e regional, história cultural, manifestações culturais.

SÊNIA REGINA BASTOS

Bacharel, mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, atualmente é professora titular do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi.

SUSANA SERPA SILVA

Professora auxiliar do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

VERA LUCIA AMARAL FERLINI

Professora titular em História Ibérica da USP, presidente da Comissão Gestora da Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH/USP/Instituto Camões e diretora do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos da USP. Entre outros títulos, publicou *A civilização do açúcar*; *Açúcar e colonização, terra e trabalho*; *Modos de governar* (org.) e *História econômica: agricultura, indústria e populações* (org.).

YVONE DIAS AVELINO

Titular do Departamento de História da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC) da PUC-SP. Editora da *Revista Cordis* – Revista Eletrônica de História Social da Cidade (www.pucsp.br/cordis).

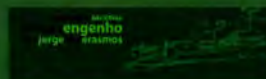
Esta obra foi impressa em São Paulo na primavera de 2013. No texto foi utilizada a fonte Minion Pro, em corpo 10,5 e entrelinha de 15,5 pontos.

Não teria havido, no deslocamento das populações portuguesas para o Brasil, um movimento unívoco de emigração que recobre o vasto período que vai do século XVI ao XX? Qual o papel desempenhado pela natureza da transição política pacífica havida entre o Império português e as elites luso-brasilicas? Que achegas à compreensão do processo poderia haver na comparação com a experiência do Império espanhol na América Latina?

Este livro reúne ensaios de pesquisadores que, em 2012, foram reunidos pela Cátedra Jaime Cortesão e pelo Engenho São Jorge dos Erasmos, da USP, para discutir questões como essa, que envolve essa migração um tanto quanto diferente de todas as outras. Pensar essa singularidade é fundamental para entender esse processo – afinal, como transparece nos escritos do crítico literário Antonio Cândido, no Brasil, “os portugueses são estrangeiros de tipo especial, que se ajustam de maneira também especial”.

José Jobson de Andrade Arruda

DA NETO • ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO • ALFREDO MORENO LEITÃO • ALICE BEATRIZ DA SILVA GORDO LANG • ANA LUIZA MARQUES BASTOS
 ANDREA C. DA COSTA TAVARES • ANTONIO OTAVIANO VIEIRA JR • BRUNO RODRIGUES • CRISTINA DONZA CANCELA • DANIEL SOUZA BARROSO
 DIOGO FERREIRA • DOLORES M. RODRIGUEZ CORNER • ELIS REGINA BARBOSA ANGELO • ÉRICA SARMIENTO • FERNANDA PAULA SOUSA MAIA
 FERNANDO DE SOUSA • HENRIQUE MENDONÇA DA SILVA • IDÁLIA M. TEIXEIRA SOUTO • ISILDA B. DA COSTA MONTEIRO • ISMÊNIA DE LIMA MARTINS
 JOANA MARTINS • JOSÉ JOBSON DE A. ARRUDA • JOSÉ LUIS RUIZ-PEINADO • JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES • LENÁ MEDEIROS DE MENEZES
 LUIS B. SÁ PEIXOTO PINHEIRO • LUÍS REZNIK • MAGDA MARIA DE OLIVEIRA RICCI • MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO • MARIA AP. FRANCO PEREIRA
 MARIA CELESTE A. DE CASTRO • MARIA C. S. DE SOUZA CAMPOS • MARIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO SALGADO • MARIA DE NAZARÉ SARGES
 MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS • MARIA LUIZA UGARTE PINHEIRO • MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO • MARÍLIA CUNHA IMBIRIBA DOS SANTOS
 MARÍLIA KLAUMANN CÁNOVAS • MIRIAM HALPERN PEREIRA • NÚNCIA SANTORO DE CONSTANTINO • OTON TÁSSIO SILVA LUNA • PAULA BARROS
 PAULO CESAR GONÇALVES • RICARDO ROCHA • RUI ANICETO NASCIMENTO FERNANDES • SÊNIA REGINA BASTOS • SUSANA SERPA SILVA
 VERA LUCIA AMARAL FERLINI • YVONE DIAS AVELINO



ISBN 978-85-7939-206-1

 9 788579 392061